



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

MAYARA JORDANA SOUSA SANTANA

**Teorias do Jornalismo e o ensino nos cursos do Centro-Oeste:  
democracia e cidadania como fundamentos obliterados**

GOIÂNIA

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

### E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### 1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação     Tese     Outro\*: \_\_\_\_\_

\*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

**Exemplos:** Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

#### 2. Nome completo do autor

Mayara Jordana Sousa Santana

#### 3. Título do trabalho

Teorias do Jornalismo e o ensino nos cursos do Centro Oeste: democracia e cidadania como fundamentos obliterados

#### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
  - b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
- O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Mayara Jordana Sousa Santana, Discente**, em 18/08/2023, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ângela Teixeira De Moraes, Professor do Magistério Superior**, em 19/08/2023, às 07:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3976778** e o código CRC **D9EDAEEF**.

MAYARA JORDANA SOUSA SANTANA

**Teorias do Jornalismo e o ensino nos cursos do Centro-Oeste:  
democracia e cidadania como fundamentos obliterados**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) da Universidade Federal de Goiás (UFG), para obtenção do título de Doutora em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação, Cultura e Cidadania.

Linha de pesquisa: Mídia e Cidadania.

Orientadora: Professora Doutora Ângela Teixeira de Moraes.

GOIÂNIA

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Santana, Mayara Jordana Sousa  
Teorias do Jornalismo e o ensino nos cursos do Centro-Oeste  
[manuscrito] : democracia e cidadania como fundamentos obliterados /  
Mayara Jordana Sousa Santana. - 2023.  
362 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Ângela Teixeira de Moraes.  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de  
Informação e Comunicação (FIC), Programa de Pós-Graduação em  
Comunicação, Goiânia, 2023.

Bibliografia. Apêndice.

Inclui siglas, fotografias, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Teorias do Jornalismo. 2. Ensino de Jornalismo. 3. Curso de  
Jornalismo no Brasil. 4. Diretrizes Curriculares Nacionais. I. Moraes,  
Ângela Teixeira de, orient. II. Título.

CDU 007



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

**ATA DE DEFESA DE TESE**

Ata Nº **25/2023** da sessão de Defesa de Tese de **Mayara Jordana Sousa Santana** que confere o título de Doutora em **Comunicação**, na área de concentração em **Comunicação, Cultura e Cidadania**.

Aos **nove dias de agosto de dois mil e vinte e três**, a partir das **oito horas e trinta minutos**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada **“O CURSO DE JORNALISMO NO BRASIL E O ENSINO DE SUAS TEORIAS NO CENTRO-OESTE: A DEMOCRACIA E A CIDADANIA COMO FUNDAMENTOS”**. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora **Ângela Teixeira de Moraes (PPGCOM/FIC/UFMG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor **Magno Luiz Medeiros da Silva (PPGCOM/FIC/UFMG)**, avaliador titular interno; Professor Doutor **Rogério Pereira Borges (PPGCOM/FIC/UFMG)**, avaliador titular interno; Professora Doutora **Dione Oliveira Moura (PPGCOM/FAC/UnB)**, avaliadora titular externa e Professor Doutor **Marcos Paulo da Silva (PPGCOM/UFMS)**, avaliador titular externo; com a participação de todos por **videoconferência**. Durante a arguição os membros da banca fizeram sugestão de alteração do título do como o exposto abaixo. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Doutora **Ângela Teixeira de Moraes**, Presidenta da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos **nove dias de agosto de dois mil e vinte e três**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

Teorias do Jornalismo e o ensino nos cursos do Centro Oeste: democracia e cidadania como fundamentos obliterados



Documento assinado eletronicamente por **Ângela Teixeira De Moraes, Professor do Magistério Superior**, em 10/08/2023, às 09:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Paulo da Silva, Usuário Externo**, em 10/08/2023, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Magno Luiz Medeiros Da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 10/08/2023, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Pereira Borges, Usuário Externo**, em 10/08/2023, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **DIONE OLIVEIRA MOURA, Usuário Externo**, em 17/08/2023, às 19:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3889617** e o código CRC **94D8994C**.

---

**Referência:** Processo nº 23070.038690/2023-46

SEI nº 3889617

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela graça da vida, especialmente por ser minha fortaleza e ter me concedido a dádiva de continuar a minha jornada e sobreviver após a pandemia de covid-19, que infelizmente, dizimou muitas vidas mundialmente e no Brasil. A fé em sua força divina e a esperança na Ciência e na Educação me sustentaram.

À minha mãe, Marineze, ao meu pai, Roberto, e ao meu irmão, Pedro Paulo, pelo incentivo e apoio ao meu sonho e desejo. Estiveram comigo nos meus melhores e mais difíceis momentos. Agradeço a compreensão também quanto às minhas ausências para me dedicar a este trabalho.

Ao Luciano, companheiro que me faz acreditar que existe amor para recomeçar. O seu afeto e carinho compõem as narrativas de minha nova história.

À Alexia, em quem eu encontro, além da escuta terapêutica, a amizade. A nossa partilha, especialmente no contexto da pandemia de covid-19, foi um alento, um suporte e me transformou.

Aos meus amigos e colegas da Coordenação de Comunicação Social do Câmpus Goiânia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), Charles, Ítala, Elizabeth, Dustan, Emerson e Cristiane. Obrigada pelo apoio e incentivo à minha formação. Compreenderam e respeitaram o meu licenciamento de minhas funções para me dedicar a esta pesquisa.

Ao Câmpus Goiânia do IFG, meu local de trabalho, que me oportuniza exercer a minha profissão, aprender, qualificar-me, defender e contribuir para a educação pública, a pesquisa e a extensão no Brasil e em Goiás.

À minha orientadora, professora Ângela de Moraes, por apostar no meu projeto. A nossa parceria enfrentou os dilemas de uma triste pandemia e teve que ocorrer remotamente. Agradeço pelas suas contribuições nesta pesquisa, sem as quais não seria possível desenvolvê-la.

À professora Ana Carolina Rocha Pessôa Temer, que me ensina desde a graduação e foi minha orientadora no mestrado em Comunicação. Sou grata por sua colaboração no meu processo formativo ao longo desses anos e também pela sua participação na minha banca de qualificação.

Ao professor Eduardo Meditsch, uma grande referência não apenas para mim, mas nacionalmente para os campos do Jornalismo e da Comunicação no Brasil. Foi uma honra

contar com sua presença na minha banca de qualificação. Agradeço imensamente pelas suas contribuições para o desenvolvimento deste estudo.

Aos professores da banca examinadora da sessão pública de defesa: Dione Moura de Oliveira, Marcos Paulo da Silva, Rogério Pereira Borges, Magno Luiz Medeiros da Silva, Ana Carolina Rocha Pessôa Temer e Mario Luiz Fernandes.

Ao professor João Carvalho, que conheci remotamente em sua banca de defesa de doutorado. Obrigada por compartilhar os documentos normativos do curso de Jornalismo no Brasil para que eu realizasse a minha pesquisa documental.

Aos servidores que atuam na Biblioteca Central, no Câmpus Samambaia, e na Biblioteca Câmpus Colemar Natal e Silva da UFG que, mesmo durante a pandemia, garantiram os empréstimos dos livros essenciais para a realização desta pesquisa. Também me permitiram, excepcionalmente, ter acesso à seção de periódicos, durante o *lockdown* na pandemia, para fazer minha pesquisa nos arquivos da Documenta do MEC.

À UFG, minha gratidão por ser minha casa de formação acadêmica e cidadã desde a graduação em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo. Agradeço também ao PPGCOM/UFG e ao Alércio, servidor da área de tecnologia da informação da Faculdade de Informação e Comunicação, pelo suporte para a realização da videoconferência da sessão pública de defesa desta tese.

Aos Acadêmicos Anônimos, grupo de trabalho remoto por meio do qual conheci pesquisadores no Brasil e em outros países. As seções de trabalhos coletivos, realizadas virtualmente com os anônimos, tornaram a minha jornada no doutorado mais agradável e menos solitária. Especialmente, agradeço à professora Raíssa Nothhaft, que conheci neste grupo e me ajudou com seus apontamentos e orientações, principalmente na fase final deste estudo.

Aos meus amigos, especialmente à Ludymilla, com quem eu aprendi a dar valor à saúde do corpo. Os nossos treinos foram o meu refrigerio durante a elaboração desta tese. À Jaqueline, amiga que colaborou na formatação desta tese. À Fernanda, pela amizade que atravessa os anos desde o ensino médio.

Aos colegas do PPGCOM/FIC/UFG, meus agradecimentos pela partilha ao longo dessa jornada, mesmo que remotamente por meio do grupo do WhatsApp, especialmente aos colegas Hélder, Fabrício e Carlos.

No entanto, quando os ventos de uma mudança tecnológica e cultural sem precedentes colocam em questão a viabilidade da existência do próprio jornalismo e seu papel até agora insubstituível para o funcionamento das sociedades democráticas, com a inviabilização de seu modo de sustento e a incapacidade de manter e reproduzir seu público entre as novas gerações, a manutenção da prática e da teoria como departamentos estanques já não dão para o gasto. A prática precisa agora ser repensada com os melhores instrumentos que a academia dispõe, e a universidade precisa mostrar os seus valores nesta tarefa [...]. Prefácio de Eduardo Meditsch e tradução de Liriam Sponholz, em *O poder cultural desconhecido: fundamentos da ciência dos jornais* (Groth, 2011, p. 10).

O futuro da educação democrática será determinado pela dimensão da vitória dos valores democráticos sobre o espírito da oligarquia que busca silenciar vozes diversas, proibir a liberdade de expressão e negar a cidadãos o acesso à educação. Educadores progressistas continuamos a honrar a educação como prática da liberdade porque sabemos que a democracia prospera em ambientes onde o aprendizado é valorizado, onde a habilidade de pensar é a marca de cidadania responsável, onde a liberdade de expressão e o desejo de dissentir são aceitos e incentivados. [...] A educação democrática se baseia no pressuposto de que a democracia funciona, de que é a base de todo ensino e toda aprendizagem genuínos. Bell Hooks, em *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática* (Hooks, 2020, p. 39).

## RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo investigar como a cidadania e a democracia se estabelecem enquanto possíveis elementos de fundamentação do curso de Jornalismo no Brasil a partir da documentação normativa da graduação e também das referências indicadas na disciplina Teorias do Jornalismo dos cursos ofertados por universidades federais da região Centro-Oeste. O estudo tem, como tema geral, a educação em Jornalismo no Brasil e a institucionalização acadêmica do Jornalismo no campo universitário. A investigação científica deste tema foi motivada pela implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de Jornalismo no País, ocorrida em 2013, que restabeleceu a oferta do curso como um bacharelado único, deixando de ser ofertado enquanto uma habilitação da Comunicação Social. A problematização desse atual contexto do curso desdobrou-se na realização de um estudo teórico e exploratório que investiga os fundamentos do Jornalismo no meio acadêmico e de suas teorias; também se insere em uma perspectiva ampla de estudos de Jornalismo aplicados a uma inter-relação com a cidadania e a democracia. Como metodologia utilizou-se a pesquisa bibliográfica para fundamentação teórica sobre a correlação entre cidadania, democracia e jornalismo. A pesquisa documental foi usada para a análise da documentação normativa instituída pelo Ministério da Educação (MEC) junto aos cursos de Jornalismo no Brasil, desde os currículos mínimos até às novas DCNs, visando identificar menções de cidadania, de democracia e de expressões derivadas desses dois conceitos nesses documentos. Outro método executado foi a pesquisa bibliográfica para a análise de cinco livros indicados na bibliografia em comum da disciplina Teorias do Jornalismo dos cursos ofertados por universidades federais do Centro-Oeste do Brasil. Os resultados indicam que a cidadania e a democracia são elementos de fundamentação dos atos regulatórios do curso de Jornalismo no Brasil desde a fixação do terceiro currículo mínimo de 1969. As primeiras manifestações desses conceitos foram expressas no currículo implantado durante a Ditadura Militar, período em que não era exequível a garantia da cidadania e da democracia no Brasil. Desse modo, esses dois conceitos de fundamentação do ensino do Jornalismo no Brasil estream como ideias fora do lugar. Na atualidade a cidadania e a democracia são elementos que justificam as novas diretrizes curriculares nacionais do curso de 2013 como ideais de formação dos jornalistas brasileiros. No entanto, a cidadania e a democracia como fundamentos não são abordadas integralmente nas teorias do jornalismo constantes na bibliografia especializada da disciplina homônima dos cursos de Jornalismo ofertados pelas universidades federais do Centro-Oeste. Os resultados da análise bibliográfica indicam que esses dois conceitos são abordados parcialmente junto às reflexões teóricas que buscam explicar o jornalismo. Evidencia-se, portanto, que a cidadania e a democracia, enquanto fundamentos das teorias do jornalismo, têm sido obliteradas na bibliografia especializada da disciplina Teorias do Jornalismo.

**Palavras-chave:** teorias do jornalismo; ensino de jornalismo; curso de jornalismo no Brasil; diretrizes curriculares nacionais.

## ABSTRACT

This study aims to investigate how citizenship and democracy are established as foundational elements of graduate programs in journalism in Brazil. The study involves an analysis of the official documentation of the mentioned programs and the bibliographic references used in Journalism Theory courses offered by journalism programs at federal universities in the Central-West region of Brazil. The general topics of the study are journalism education in Brazil and the institutionalization of journalism as an academic discipline in Brazil. Scientific research on these topics was prompted by the implementation of the new national curricular guidelines (Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs) for journalism programs in Brazil in 2013. These guidelines determined that journalism programs would be considered independent bachelor's degree programs instead of specializations within social communication programs. The problematization of the current context of journalism programs resulted in a theoretical and exploratory study that aims to investigate the foundations and theories of journalism as an academic discipline. This study also pertains to a larger group of studies that interrelate citizenship with democracy. The methodology consists of bibliographic research to build the theoretical framework on the correlation between citizenship, democracy, and journalism. It also includes a documentary analysis of the official documents published by the Ministry of Education (Ministério da Educação – MEC) regarding undergraduate programs in journalism in Brazil. These documents include both basic curricula and DCNs. The analysis aimed to identify mentions of citizenship and democracy, as well as expressions related to these two concepts, in these documents. Finally, a bibliographic analysis was carried out to analyze five books that were listed in the bibliographic references of Journalism Theory courses offered by journalism programs at federal universities in the Central-West region in Brazil. The results demonstrate that citizenship and democracy are foundational elements of the regulations of undergraduate programs in journalism in Brazil since the establishment of the third minimum curriculum in 1969. The first mentions of these concepts were found in the curriculum established during the military dictatorship, a period when citizenship and democracy were not ensured by the Brazilian government. Therefore, these foundational concepts of journalism education in Brazil were not achievable when they were first mentioned. Citizenship and democracy are concepts that are considered ideal in the education of Brazilian journalists, which justifies the implementation of the DCNs in journalism programs in 2013. However, citizenship and democracy, as foundational concepts, are not integrally addressed by the bibliographic references of Journalism Theory courses offered by journalism programs at federal universities in the Central-West region of Brazil. The results of the bibliographic analysis reveal that these concepts are partially addressed in theoretical reflections that aim to explain journalism. Therefore, citizenship and democracy, as foundational elements of journalism theory, have been neglected by the bibliographic references of Journalism Theory courses.

**Keywords:** journalism theory; journalism education; graduate programs in journalism in Brazil; national curricular guidelines.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Análise de similitude do conceito de cidadania.....	219
Figura 2 - Análise de similitude do conceito de democracia.....	221
Figura 3 - Capa do livro O Segredo da Pirâmide, de Adelmo Genro Filho .....	233
Figura 4 - Capa do livro O Poder Cultural Desconhecido, de Otto Groth.....	256
Figura 5 - Capa do livro A Narração do Fato, de Muniz Sodré.....	275
Figura 6 - Capa do livro Teorias do Jornalismo – volume 2, de Nelson Traquina.....	296
Figura 7 - Capa do livro Teorias das Comunicações de Massa, de Mauro Wolf .....	309

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação dos documentos normativos referentes ao ensino de Jornalismo no Brasil analisados na pesquisa documental .....	124
Quadro 2 - Livros em comum nas referências indicadas na disciplina Teorias do Jornalismo dos cursos das universidades federais do Centro-Oeste.....	133
Quadro 3 - Análise do Parecer n. 631/69 do curso de Comunicação Social no Brasil quanto às menções evidentes de cidadania e de democracia .....	182
Quadro 4 - Enunciados do Parecer n. 631/69 do curso de Comunicação Social no Brasil que apresentam expressões relacionadas à cidadania e à democracia.....	184
Quadro 5 - Análise do Parecer n. 1.203/77 do curso de Comunicação Social no Brasil quanto às menções evidentes de cidadania e de democracia.....	188
Quadro 6 - Enunciados do Parecer n. 1.203/77 do curso de Comunicação Social no Brasil que apresentam expressões relacionadas à cidadania e à democracia.....	189
Quadro 7 - Análise do Parecer n. 480/83 do curso de Comunicação Social no Brasil quanto às menções evidentes de cidadania e de democracia .....	195
Quadro 8 - Enunciados do Parecer n. 480/83 do curso de Comunicação Social no Brasil que apresentam expressões relacionadas à cidadania e à democracia.....	197
Quadro 9 - Análise do Parecer n. 492/2001 do curso de Comunicação Social e habilitações no Brasil quanto às menções evidentes de cidadania e de democracia .....	200
Quadro 10 - Enunciados do Parecer CNE/CES n. 492/2001 das DCNs do curso de Comunicação Social no Brasil que apresentam expressões relacionadas à cidadania e à democracia .....	200
Quadro 11 – Análise do Relatório da Comissão de Especialistas (2009) quanto às menções evidentes de cidadania e de democracia .....	204
Quadro 12 - Enunciados do Relatório da Comissão de Especialistas em Jornalismo (2009) que se referem indiretamente à cidadania e à democracia .....	207
Quadro 13 – Análise do Parecer CNE/CES n. 39/2013 quanto às menções evidentes de cidadania e de democracia.....	211
Quadro 14 - Enunciados do Parecer CNE/CES n. 39/2013 que se referem indiretamente à cidadania e à democracia.....	213
Quadro 15 - Menções diretas de cidadania e de democracia nas atuais DCNs do curso de Jornalismo na Resolução n. 1, de 27 de setembro de 2013 .....	216
Quadro 16 - Relação de enunciados do livro de Adelmo Genro Filho que abordam a cidadania e a democracia nas críticas ao funcionalismo e ao pragmatismo .....	237

Quadro 17 – Relação de enunciados do livro de Adelmo Genro Filho que abordam a cidadania e a democracia nas críticas às teorias marxistas e à teoria geral dos sistemas .....	242
Quadro 18 - Relação de enunciados do livro de Adelmo Genro Filho que abordam a cidadania e a democracia na teorização elaborada pelo autor .....	250
Quadro 19 - Relação dos enunciados da Parte I – A ciência dos jornais do livro de Otto Groth que abordam a cidadania e a democracia .....	259
Quadro 20 - Relação dos enunciados da Parte II - As características centrais do livro de Otto Groth que abordam tangencialmente a cidadania e a democracia nas discussões sobre a publicidade .....	264
Quadro 21 – Relação dos enunciados da Parte III – O jornalismo do livro de Otto Groth que abordam tangencialmente a cidadania e a democracia.....	271
Quadro 22 - Relação de enunciados do livro de Muniz Sodré que abordam diretamente conceituações de cidadania e de democracia.....	279
Quadro 23 - Relação de enunciados do livro de Muniz Sodré que abordam indiretamente a cidadania e a democracia.....	288
Quadro 24 - Relação de enunciados do livro de Nelson Traquina que abordam diretamente a democracia e os cidadãos .....	299
Quadro 25 - Relação de enunciados do livro de Nelson Traquina que abordam indiretamente a cidadania e a democracia.....	302
Quadro 26 - Relação de enunciados do livro de Mauro Wolf que abordam indiretamente a cidadania e a democracia.....	311
Quadro 27 - Quadro analítico sobre a discussão da cidadania e da democracia nos livros de Teorias do Jornalismo.....	318

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

a.C.	Antes de Cristo
ABEPEC	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
APBRP	Associação Paulista dos Bacharéis de Relações Públicas
APISP	Associação dos Profissionais de Imprensa de São Paulo
BSCAN	Biblioteca Seccional Câmpus Colemar Natal e Silva
CEB	Câmara de Educação Básica
CEE/COM	Comissão de Especialistas de Ensino de Comunicação Social
CES	Câmara de Educação Superior
CFE	Conselho Federal de Educação
CIESPAL	Centro Internacional de Estudos Superiores de Jornalismo para a América Latina
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMPÓS	Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação
CONFERP	Conselho Federal de Relações Públicas
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
ECA	Escola de Comunicações e Artes
ENECOS	Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social
ENEJor	Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo
ENSICOM	Seminário de Ensino em Comunicação
EPB	Estudos de Problemas Brasileiros
EREJOR SUDESTE	Encontro Regional Sudeste de Ensino de Jornalismo
EREJOR SUL	Encontro Regional Sul de Ensino de Jornalismo
EUA	Estados Unidos da América
FENAJ	Federação Nacional dos Jornalistas
FNPJ	Fórum Nacional de Professores de Jornalismo
GO	Goiás
GP	Grupo de Pesquisa
GT	Grupo de Trabalho
IES	Instituição de Ensino Superior

INCIFORM	Instituto das Ciências da Informação
INTERCOM	Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
LASTRO	Laboratório de Sociologia do Trabalho
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial da Saúde
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PNC	Política Nacional de Cultura
PPCs	Projetos Pedagógicos dos Cursos
PPGJOR	Programa de Pós-Graduação em Jornalismo
PPGSP	Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
REBEJ	Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo
RETIJ	Rede de Estudos sobre Trabalho e Identidade dos Jornalistas
SBPJor	Associação Nacional dos Pesquisadores em Jornalismo
SESu	Secretaria de Educação Superior
STF	Supremo Tribunal Federal
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UDF	Universidade do Distrito Federal
UFs	Universidades Federais
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAP	Pontifícia Universidade Católica de Pernambuco
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2 RELAÇÕES ENTRE DEMOCRACIA, CIDADANIA E JORNALISMO: ASPECTOS HISTÓRICOS.....</b>	<b>21</b>
2.1 DA DEMOCRACIA E CIDADANIA NA ANTIGUIDADE ÀS REVOLUÇÕES BURGUESAS E O INÍCIO DO JORNALISMO MODERNO .....	22
2.2 OS MOVIMENTOS OPERÁRIOS E A FORMAÇÃO DA SOCIAL- DEMOCRACIA: DIREITOS SOCIAIS E HUMANOS COMO VALORES PARA O JORNALISMO .....	35
2.3 BRASIL E SUAS ESPECIFICIDADES DE DEMOCRACIA E REFLEXOS NA CIDADANIA E NO JORNALISMO .....	44
<b>3 JORNALISMO, SEUS FUNDAMENTOS E TEORIAS: O DEVER DO EMPÍRICO PARA O ACADÊMICO .....</b>	<b>61</b>
3.1 A DEMOCRACIA E A CIDADANIA COMO ELEMENTOS NORMATIVOS PARA OS ESTUDOS E TEORIZAÇÕES DO JORNALISMO .....	79
3.2 TEORIAS DO JORNALISMO: MODELOS DE ANÁLISE SOBRE AS PRÁTICAS, O OBJETO E OS FENÔMENOS JORNALÍSTICOS .....	85
3.3 O PENSAMENTO JORNALÍSTICO BRASILEIRO NO CAMPO ACADÊMICO DO JORNALISMO .....	104
<b>4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>115</b>
4.1 PESQUISA DOCUMENTAL JUNTO À DOCUMENTAÇÃO NORMATIVA DO ENSINO DE JORNALISMO NO BRASIL .....	120
4.2 PESQUISA DOCUMENTAL JUNTO AOS PPCS DOS CURSOS DE JORNALISMO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS NO BRASIL .....	126
4.3 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA DOS LIVROS INDICADOS NA DISCIPLINA TEORIAS DO JORNALISMO DOS CURSOS DAS UFS DO CENTRO-OESTE.....	131
<b>5 ENSINO DE JORNALISMO NO BRASIL: O CAMPO ACADÊMICO A PARTIR DOS DOCUMENTOS NORMATIVOS.....</b>	<b>136</b>
5.1 O CURSO E SEUS CURRÍCULOS MÍNIMOS E DIRETRIZES: CONTEXTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS .....	137

<b>5.1.1 A implantação das DCNs do curso e uma maior autonomia pedagógica.....</b>	<b>167</b>
<b>5.2 A CIDADANIA E A DEMOCRACIA NOS DOCUMENTOS NORMATIVOS DO CURSO DE JORNALISMO NO BRASIL .....</b>	<b>181</b>
<b>6 ENSINO DAS TEORIAS DO JORNALISMO COMO DISCIPLINA NO CURSO.</b>	<b>224</b>
<b>6.1 ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA DA DISCIPLINA TEORIAS DO JORNALISMO DOS CURSOS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO CENTRO-OESTE .....</b>	<b>231</b>
<b>6.1.1 Livro O Segredo da Pirâmide, de Adelmo Genro Filho.....</b>	<b>233</b>
<b>6.1.2 Livro O Poder Cultural Desconhecido, de Otto Groth .....</b>	<b>256</b>
<b>6.1.3 Livro A Narração do Fato, de Muniz Sodré .....</b>	<b>275</b>
<b>6.1.4 Livro Teorias do Jornalismo – volume 2, de Nelson Traquina .....</b>	<b>296</b>
<b>6.1.5 Livro Teorias das Comunicações de Massa, de Mauro Wolf .....</b>	<b>308</b>
<b>6.2 A CIDADANIA E A DEMOCRACIA: DOIS FUNDAMENTOS OBLITERADOS NOS LIVROS DE TEORIAS DO JORNALISMO .....</b>	<b>317</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>324</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>332</b>
<b>APÊNDICE A - RELAÇÃO DOS CURSOS DE JORNALISMO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO BRASIL E A OFERTA DA DISCIPLINA TEORIAS DO JORNALISMO .....</b>	<b>349</b>
<b>APÊNDICE B - LIVROS INDICADOS NA BIBLIOGRAFIA DA DISCIPLINA TEORIAS DO JORNALISMO DOS CURSOS DE JORNALISMO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO CENTRO-OESTE DO BRASIL .....</b>	<b>354</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O termo Jornalismo<sup>1</sup> engloba distintos fenômenos e expressões concernentes a essa forma de comunicação que historicamente teve início na Modernidade. O jornalismo abordado neste estudo se refere ao modelo denominado como tradicional ou de referência, tido como hegemônico, massivo e caracterizado pela imprensa existente nos grandes veículos de comunicação.

Foi para o jornalismo de referência que primeiramente se estabeleceram princípios, valores e fundamentos tomados como universalizantes e que se orientam em defesa da democracia e pela promoção da cidadania. Também foi para esse modelo de jornalismo que se criou mundialmente a educação de jornalistas, que se distingue do campo profissional jornalístico. Assim, esta pesquisa se concentra na investigação do Jornalismo no meio acadêmico, especificamente no âmbito do ensino da área no Brasil.

Desde 1947 o curso de Jornalismo no Brasil passou a ser ofertado na educação superior brasileira, com a primeira turma de graduação na Faculdade Cásper Líbero, em São Paulo. O jornalismo, antes de ser constituído como uma área de formação no País, teve início com a circulação de jornais a partir de 1808 no território brasileiro. A educação jornalística no Brasil é considerada tardia se comparada aos cursos criados no final do século XIX e início do século XX em alguns países europeus e nos Estados Unidos.

O curso de Jornalismo no Brasil, enquanto objeto de estudo, detém um relevante percurso histórico e constitui-se em um intrigante campo de pesquisa, capaz de correlacionar questões teóricas e práticas. Pesquisas sobre o ensino de Jornalismo no Brasil já foram desenvolvidas em teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos, ensaios e outros, segundo os mais distintos escopos de análise. Entretanto, não se trata do tema de maior interesse nos estudos de Jornalismo no Brasil.

Apesar de o ensino de Jornalismo no Brasil não ser um tema de estudo inédito, o problema de pesquisa e o seu recorte, que teve por objetivo investigar a relação entre a institucionalização acadêmica dessa área e a cidadania e a democracia como seus fundamentos, consistem em uma lacuna dentre as pesquisas já desenvolvidas. Os estudos mais recentes sobre o ensino de Jornalismo no Brasil compilados na revisão de literatura não investigam especificamente a cidadania e a democracia como variáveis integrantes do problema e dos

---

<sup>1</sup> Nesta pesquisa, adota-se a escrita da palavra Jornalismo, com letra inicial maiúscula, quando se refere ao curso, ao ensino, ao campo acadêmico da área, aos estudos de Jornalismo e à disciplina Teorias do Jornalismo. Já a palavra jornalismo, com letra inicial minúscula, se refere à profissão e às práticas profissionais.

objetivos das pesquisas, como se observa, por exemplo, nas teses de Carvalho (2021), Carloni (2020), Pereira (2019), Lopes (2012) e Moraes Júnior (2011). Esse mesmo escopo também não está registrado nas dissertações sobre as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de Jornalismo (Rebouças, 2018; Moreira, 2016) e de Comunicação Social (Bernardo, 2010), nem em produções acadêmicas sobre a formação em Jornalismo e os atos regulatórios do ensino da área (Meditsch *et al.*, 2018; Oliveira, 2020; Moura, 2002; Antonioli, 2006).

O tema sobre o curso de Jornalismo e o ensino de suas teorias é atual, pois as novas DCNs acrescentaram novidades para o ensino da área, visto que, em 1969 o curso foi modificado para uma habilitação da graduação em Comunicação Social. Tal condição foi alterada com a retomada da especificidade do curso com um bacharelado único a partir de 2013, graças à implantação das atuais DCNs.

Ademais, o ineditismo dessa temática está na proposta de correlacionar a cidadania e a democracia a partir dos estudos de Jornalismo no Brasil, com foco nos cursos de graduação. Também se justifica a relevância da pesquisa por se deter no estudo da disciplina Teorias do Jornalismo, compreendendo que as teorizações próprias do campo são importantes para a área, e que, por vezes, não alcançam a mesma relevância que as Teorias da Comunicação.

A ideia que motivou o desenvolvimento deste estudo surgiu após a elaboração do trabalho de conclusão da especialização *lato sensu* em Docência Universitária na então Faculdade Araguaia, atual UniAraguaia Centro Universitário, em Goiânia (GO). Como fruto deste curso foi publicado artigo de título: Formação de jornalistas e ensino universitário: perspectivas de docentes de jornalismo sobre a implantação das novas DCNs, escrito em coautoria com a professora Ana Carolina Rocha Pessôa Temer, da FIC/UFG, e publicado na Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo (REBEJ), v. 8, n. 22, p. 5-33, 2018<sup>2</sup>. A partir da análise das novas DCNs do bacharelado em Jornalismo, observou-se que, além de diretrizes pedagógicas para o curso no Brasil, esta legislação educacional apresenta aspectos relevantes para a discussão teórica e exploratória da área, como os que foram eleitos para o escopo desta pesquisa, a saber: o jornalista enquanto um agente da cidadania e a formação em Jornalismo orientada para o fortalecimento da democracia, dentre outros aspectos enunciados no texto das atuais DCNs do curso (Brasil, 2013b).

Surgiu, assim, o interesse em promover uma nova investigação científica que aprofundasse, em nível de doutorado, a temática do ensino de Jornalismo brasileiro à luz das novas DCNs do curso no Brasil, que foram instituídas em 2013 para todos os cursos da área,

---

<sup>2</sup> Artigo disponível em: <http://rebej.abejor.org.br/index.php/rebej/article/view/108>. Acesso em: 2 mar. 2021.

pelo Ministério da Educação (MEC). Porém, o escopo inicial do projeto, que era restrito à investigação das novas DCNs, foi expandido durante o doutorado, em direção a uma pesquisa que pudesse agregar uma abordagem mais ampla considerando a legislação educacional do curso desde o seu início, com os currículos mínimos, até a atualidade por meio das DCNs.

Também se almejou que a pesquisa incorporasse a investigação das Teorias do Jornalismo no Brasil a partir da inserção disciplinar desta matéria, que passou a ser institucionalizada principalmente graças à implantação das novas DCNs do curso. A escolha por essa disciplina partiu da apreensão de que se trata de um espaço curricular em que se espera encontrar os fundamentos teóricos do Jornalismo e do discurso recorrente da estreita ligação entre Jornalismo e Teoria Democrática. Além do mais, os pressupostos democráticos são essenciais para a compreensão da cidadania.

Nesse sentido, este estudo enfoca o atual ensino de Jornalismo no Brasil com o objetivo geral de investigar como a cidadania e a democracia se estabelecem enquanto elementos de fundamentação do ensino de Jornalismo no Brasil, a partir da documentação normativa do ensino da área e também das referências indicadas na disciplina Teorias do Jornalismo dos cursos ofertados por universidades federais da região Centro-Oeste.

Os objetivos específicos elencados para o estudo foram: a) Identificar as enunciações manifestas de cidadania e de democracia e também de expressões derivadas desses dois conceitos como elementos de fundamentação do ensino na documentação normativa do curso de Jornalismo no Brasil, desde os primeiros currículos mínimos até as atuais DCNs do bacharelado único; b) Analisar como os livros em comum, indicados na bibliografia da disciplina Teorias do Jornalismo constante nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de Jornalismo das universidades federais do Centro-Oeste, abordam a cidadania e a democracia junto às teorizações.

Desse modo, a pesquisa foi realizada visando responder à seguinte questão-problema: **Como a cidadania e a democracia se estabelecem enquanto elementos de fundamentação do ensino de Jornalismo no Brasil, a partir dos documentos normativos do curso e das obras em comum indicadas na bibliografia da disciplina Teorias do Jornalismo ofertada pelos cursos de Jornalismo das universidades federais do Centro-Oeste?**

Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica direcionada à fundamentação teórica sobre jornalismo, cidadania e democracia segundo aspectos históricos conforme a narrativa clássica da história do Ocidente, que inter-relaciona esses conceitos. São discutidos também os aspectos históricos do Brasil para fundamentar a relação entre esses três conceitos

em âmbito nacional. Além disso, na pesquisa bibliográfica se buscou reconstituir o percurso histórico do curso de Jornalismo no Brasil.

Como metodologia apresenta-se também análise da documentação normativa do curso de Jornalismo no Brasil desde o primeiro currículo mínimo, fixado em 1962, até as novas DCNs do bacharelado em Jornalismo, que foram instituídas em 2013. Junto à documentação normativa, realizou-se análise documental dos cinco currículos mínimos fixados para o curso; das DCNs do curso de Comunicação Social e suas habilitações; do relatório da Comissão de Especialistas que elaborou, em 2009, as atuais diretrizes; e, por fim, do texto do parecer e da resolução das novas DCNs do bacharelado em Jornalismo. O objetivo foi o de analisar, segundo uma abordagem qualitativa, as menções manifestas dos termos cidadania e democracia, assim como também de outras conceituações referentes a esses dois conceitos nos atos regulatórios do ensino de Jornalismo no Brasil.

A análise da documentação normativa do curso de Jornalismo no Brasil também permite observar a inserção disciplinar da matéria Teorias do Jornalismo nos currículos. Esse método, correlacionado à pesquisa bibliográfica sobre o meio acadêmico de Jornalismo no Brasil, colabora para a historicização desta disciplina a partir da contribuição teórica de autores que se detiveram a sistematizar os estudos de Jornalismo no País e a delinear correntes teóricas do pensamento jornalístico no âmbito do ensino da área.

Ainda como metodologia deste estudo, apresenta-se pesquisa bibliográfica dos livros indicados na disciplina Teorias do Jornalismo, constantes nos PPCs vigentes dos cursos de Jornalismo ofertados por universidades federais do Centro-Oeste. Na pesquisa bibliográfica se buscou investigar, nos livros indicados e que se repetem dentre a bibliografia analisada, se a cidadania e a democracia são conceitos discutidos junto às teorizações do jornalismo, já que o campo se legitima historicamente a partir de uma Teoria Democrática a que ele adere. Embora não sejam as Teorias do Jornalismo o único espaço de formação teórica dos graduandos, elas são basilares no curso e representam o esforço para a busca de uma especificidade do campo, que nem sempre é atendida pelas Teorias da Comunicação.

A escolha por investigar as universidades federais brasileiras funda-se no princípio da publicidade que rege a administração pública no Brasil mediante lei, por meio da qual as instituições públicas de ensino devem também dar transparência e acesso aos seus atos e documentos públicos. Além do mais, ao eleger os cursos de Jornalismo das universidades federais do Centro-Oeste para a amostra da pesquisa bibliográfica, a intenção foi a de contribuir com um estudo que favoreça tanto uma identidade acadêmica nacional do Jornalismo quanto uma regionalização dos estudos da área no Brasil.

O intuito com as pesquisas bibliográfica e documental é o de realizar o exercício arqueológico no molde foucaultiano (Foucault, 2009) enquanto um olhar de investigação para a fundamentação teórica sobre os aspectos históricos referentes à cidadania, à democracia e ao jornalismo e também para o desenvolvimento da pesquisa exploratória. Esta pesquisa concentra-se no campo epistemológico dos estudos de Jornalismo e visa problematizar os fundamentos, princípios e valores que incidem sobre o curso em correlação aos conceitos de cidadania e de democracia.

Essa tese está dividida em cinco capítulos, além desta introdução e considerações finais. No capítulo 2 são apresentados os aspectos históricos que deram origem, no Ocidente, aos conceitos de democracia e de cidadania na Antiguidade e as primeiras expressões do que viria a ser o jornalismo. Na sequência, aborda-se as Revoluções Burguesas e seus impactos para a formação da democracia e da cidadania liberais e o início do jornalismo moderno com raízes iluministas e de base liberal. Discute-se também os movimentos proletários como propulsores da formação da social-democracia e da expansão do conceito de cidadania em relação aos direitos sociais e aos direitos humanos e o papel do jornalismo para esses.

Posteriormente, ainda no capítulo 2, circunscreve-se a fundamentação histórica às especificidades da cidadania, da democracia e do jornalismo no Brasil. A historicização apresentada busca refletir que as sociedades ocidentais se constituíram segundo modelos de cidadania e de democracia liberais e que esses valores são também princípios e fundamentos do jornalismo moderno e de suas práticas profissionais mundialmente e no Brasil.

No capítulo 3 apresenta-se o desenvolvimento teórico com definições de jornalismo. Posteriormente são discutidos alguns fundamentos e princípios que legitimam primeiramente a prática jornalística e posteriormente passaram a justificar também a formação na área. Dentre os fundamentos do jornalismo, discorre-se brevemente sobre alguns conceitos tidos como fundamentais para área, como: verdade; necessidade comunicacional humana; liberdades; quarto poder; opinião pública; interesse público e serviço público do jornalismo.

Ainda no capítulo 3 a cidadania e a democracia são discutidas como elementos que compõem as teorizações normativas do campo do Jornalismo. Apresenta-se também as Teorias do Jornalismo e finaliza-se este capítulo com a sistematização de reflexões teóricas de autores que compõem o pensamento jornalístico brasileiro no campo acadêmico.

O capítulo 4 traz a metodologia da pesquisa, com detalhes acerca dos procedimentos adotados neste estudo. Em síntese, foi realizada pesquisa documental para análise dos documentos normativos do curso de Jornalismo. Também foi desenvolvida pesquisa

bibliográfica das obras em comum indicadas na disciplina Teorias do Jornalismo dos cursos investigados.

No capítulo 5 apresenta-se o percurso histórico do curso superior de Jornalismo no Brasil a partir da ênfase na documentação normativa, correlacionado aos aspectos históricos e políticos sobre a institucionalização acadêmica da área. Para tanto, subdividiu-se o capítulo em duas subseções, uma voltada à contextualização sobre os currículos mínimos do curso e outra sobre as atuais DCNs implantadas. Nesta última seção repercute-se brevemente posicionamentos de alguns agentes do campo acadêmico de Jornalismo, que avaliam a necessidade de atualização das novas DCNs.

Em seguida, desenvolve-se a análise documental realizada junto aos documentos normativos do curso no Brasil. Para tanto, foram analisados os cinco currículos mínimos; as DCNs do curso de Comunicação Social e suas habilitações; o relatório da Comissão de Especialistas em Jornalismo elaborado em 2009; e, por fim, as novas DCNs do bacharelado em Jornalismo. Desse modo, evidencia-se, neste capítulo, quais documentos normativos apresentam claramente enunciados sobre a cidadania e a democracia em seus discursos.

Também foram analisados outros enunciados que se associam tangencialmente a esses dois conceitos que foram encontrados na documentação normativa. Por fim, a partir da análise documental, foram elaboradas representações visuais, isto é, figuras que ilustram os resultados das ligações entre os termos cidadania e democracia e outras palavras presentes na estrutura textual dos atos regulatórios do curso de Jornalismo, especificamente nos documentos normativos do curso que expressam claramente esses dois termos.

Junto à documentação normativa também se observou a curricularização da disciplina Teorias do Jornalismo com intuito de discutir o ensino das teorizações da área no capítulo 6. Assim, corroborou-se a evidência sobre a recente curricularização da disciplina Teorias do Jornalismo nos currículos da graduação no Brasil a partir dos PPCs dos cursos de Jornalismo das universidades federais.

Em consequência dessa apreensão, investigou-se, nos PPCs dos cursos de Jornalismo das universidades federais do Centro-Oeste, quais são os livros em comum, isto é, que se repetem na indicação bibliográfica dessa matéria. Desse modo, o objetivo específico foi o de investigar, nos conteúdos de cinco livros eleitos a partir de recorte do *corpus* bibliográfico, se a cidadania e a democracia também são fundamentos discutidos nas reflexões teóricas do jornalismo. Os livros analisados foram: O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo (Genro Filho, 1989); O poder cultural desconhecido: fundamentos da ciência dos jornais (Groth, 2011); A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento (Sodré,

2012); Teorias do jornalismo: a tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional (Traquina, 2008); e Teorias das comunicações de massa (Wolf, 2012).

Os resultados da pesquisa bibliográfica, expostos no capítulo 6, apresentam as análises de cada um dos cinco livros investigados, com ênfase no tratamento direto e indireto/tangencial da cidadania e da democracia nas teorizações do jornalismo discutidas em cada uma das obras. Apresenta-se também, no último capítulo, a análise sobre a abordagem desses dois conceitos segundo uma comparação entre os cinco livros.

Por fim, as considerações finais desta pesquisa apresentam os resultados das análises documental e bibliográfica. Ao final, são apontadas explicações sobre como a cidadania e a democracia se institucionalizam enquanto elementos de fundamentação do curso de Jornalismo no Brasil e também das teorias da área encontradas nas obras bibliográficas especializadas da disciplina Teorias do Jornalismo dentre os cursos analisados.

## **2 RELAÇÕES ENTRE DEMOCRACIA, CIDADANIA E JORNALISMO: ASPECTOS HISTÓRICOS**

A comunhão entre jornalismo, democracia e cidadania sustenta discursos legitimadores de uma profissão que busca, historicamente, preservar-se socialmente, articulando-se com elementos constituintes de iniciativas empresariais e de uma área acadêmica, especialmente no Ocidente. O que se entende e se reconhece na atualidade a respeito da articulação entre o campo profissional do jornalismo e os dois conceitos que o circundam – democracia e cidadania – data de um momento específico que corresponde à ascensão das ideias liberais. Mas sua gênese remete a uma perspectiva de pensamento da Antiguidade, como entende Guarinello (2003).

Neste primeiro capítulo busca-se, no percurso histórico-crítico, a compreensão de uma fundamentação sócio-histórica sobre como a democracia e a cidadania, de origem clássica grega, viria a se inter-relacionar posteriormente com o jornalismo originado na Modernidade e tal qual o reconhecemos na contemporaneidade. Para tanto, a problematização histórica e teórica se move no sentido de buscar compreender quais foram as transformações que perpassaram os conceitos de democracia, de cidadania e de jornalismo até que se articulassem enquanto fundamentos, visando, posteriormente, visualizá-los no âmbito da educação jornalística no Brasil. Remetendo à questão-problema desta pesquisa, exposta na Introdução, a discussão aqui proposta lança um olhar sobre a história que hoje autoriza a democracia e a cidadania como conceitos que fundamentam também a oferta do curso de Jornalismo no Brasil e a formação de jornalistas pelas universidades federais da região Centro-Oeste.

A análise histórica apresentada neste capítulo não se limita à perspectiva positivista e funcionalista de evolução de conceitos, são considerados dissensos, contradições, retrocessos e/ou transformações nos significados atribuídos à cidadania, à democracia e ao jornalismo ao longo das épocas, por compreender que: “O emprego dos conceitos de descontinuidade, de ruptura, de limiar, de série, de transformação, coloca, a qualquer análise histórica, não somente questões de procedimentos, mas também problemas teóricos” (Foucault, 2009, p. 23).

Desse modo, busca-se, por meio do recorte da história ocidental, narrativas sobre uma fundamentação histórico-teórica de associação entre democracia, cidadania e jornalismo para analisar a conformação da intersecção desses conceitos no campo da educação em Jornalismo no Brasil. É um estudo que se ocupa, portanto, das bases conceituais das relações entre democracia, cidadania e jornalismo e como essas conformam fundamentos, primeiramente, de uma profissão, para, depois, serem ressignificadas como elementos de institucionalização do curso de Jornalismo ofertado no Brasil e especificamente no Centro-Oeste brasileiro.

A tríade democracia-cidadania-jornalismo constituiu-se, segundo trajetórias históricas de transgressões, defesas, conquistas e avanços civilizatórios da humanidade, em que a vontade soberana de uma maior participação social moveu os tidos como excluídos ou minorias a romperem com determinadas opressões e com o *status quo*. Assim, neste capítulo, empreende-se a identificação da construção sócio-histórica dos conceitos de democracia, de cidadania e de jornalismo, suas condições sociais, culturais, políticas e econômicas de emergência, bem como as mutações de significados presentes ao longo de alguns períodos históricos no Ocidente. As transformações polissêmicas nesses conceitos, como esperado, impactam as teorizações do campo acadêmico, como é a educação em Jornalismo.

## 2.1 DA DEMOCRACIA E CIDADANIA NA ANTIGUIDADE ÀS REVOLUÇÕES BURGUESAS E O INÍCIO DO JORNALISMO MODERNO

As primeiras apreensões históricas sobre democracia e cidadania datam da Grécia Antiga, a partir das cidades-estado gregas, as *polis*, principalmente Atenas e Esparta. A cidadania clássica grega originou-se como uma prerrogativa exclusiva de homens que nasceram nas cidades-estado compostas por comunidades e sustentadas economicamente por médias e pequenas propriedades de culturas agrícolas (Guarinello, 2003).

Advém da Grécia Antiga a constituição da cidadania e seus vínculos comunitários. Além disso, a primeira experiência democrática dos cidadãos gregos foi registrada também na Grécia Antiga, cuja palavra de origem etimológica no grego antigo era *dēmokratía*, junção dos radicais *demos* (povo) e *kratos* (poder), formando o conceito de democracia. Também foi na Grécia Antiga que se formou a ideia da *ágora* como o primeiro espaço público democrático. “O conceito de democracia grega – surgida aproximadamente em 500 a.C. – era calcado na ideia de participação. Os cidadãos das cidades-estados podiam participar diretamente das tomadas de decisões que afetavam a comunidade como um todo, uma democracia de assembleia” (Lins, 2017, p. 11). No entanto, eram excluídos desse rol inicial de cidadãos gregos uma maioria quantitativa de mulheres, estrangeiros residentes nessas cidades-estados e também escravos.

Decorre também do período da Grécia Antiga a origem da retórica, que deu as condições comunicativas e discursivas para a posterior constituição das práticas do jornalismo, que somente teve início a partir da Modernidade. A retórica é considerada a matriz discursiva da arte da argumentação e remonta ao período dos sofistas, filósofos existentes antes de Sócrates (469-399 a.C.), que é considerado o marco divisor da filosofia grega. A retórica era também um instrumento de participação política na democracia da Grécia Antiga. Para Citelli (1995) a

relação dos gregos com os discursos pressupunha o entendimento do uso das palavras no espaço público como formas de exercício de poder na democracia direta que estream na Antiguidade. Para tanto, era imprescindível, ao cidadão grego, o estudo da linguagem destinado à persuasão, com o propósito de que os discursos proferidos pelos reconhecidos enquanto cidadãos fossem capazes de obter o convencimento no exercício da democracia direta (Cotrim, 2000).

De uma lógica baseada muito mais na argumentação persuasiva do que sustentada em uma ética discursiva de verossimilhança, a retórica passou a ser vista de modo pejorativo nos séculos XVIII e XIX, pois foi transformada “[...] em mero sinônimo de recursos embelezadores do discurso. [...] Em nossos dias, os estudos retóricos passaram a receber novas abordagens, em especial no que diz respeito às figuras de linguagem e suas funções [...]” (Citelli, 1995, p. 8).

A retórica, portanto, além de constar como um elemento que deu condições para o exercício da democracia e cidadania gregas na Antiguidade, compõe também uma episteme, no sentido foucaultiano, da racionalidade discursiva que fundamenta diversos fenômenos comunicacionais. Nesse sentido, o jornalismo, especialmente em sua fase opinativa nos séculos XVIII e XIX, guarda uma relação discursiva com a retórica por ser também uma prática comunicacional com estratégias discursivas persuasivas.

Além da Grécia Antiga, a história da Roma Antiga também contribuiu para as concepções de cidadania e de democracia. A partir da Roma Antiga registra-se a formação etimológica da palavra cidadania, que tem origem no latim *ciuitas*. O termo se refere às noções de cidadania, cidade e Estado e carrega, em seu cerne, o sentido de liberdade, segundo Funari (2003). Desse modo, etimologicamente a palavra cidadania, desde a Roma Antiga, imbrica, ao léxico, uma noção de liberdade que é fundamental para a derivação de outros direitos de cidadania, como a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa.

A cidadania na Roma Antiga passou a ser concedida como uma garantia tutelada pelo Império Romano, possibilitando o registro civil e a mobilidade social aos homens estrangeiros e/ou escravos que não detinham direitos, mas que servissem aos interesses romanos como sinal de cooperação e lealdade. No entanto, essa relação caracterizava-se mais pela formação de súditos do Império Romano do que de cidadãos detentores de direitos, segundo uma leitura contemporânea do conceito de cidadania.

A história da Roma Antiga também complexificou o conceito inicial de democracia direta da Grécia Antiga, direcionando-o para o de democracia representativa com a passagem do Império Romano para a primeira República Romana (509 a.C. a 27 a.C.). “Aproximadamente no mesmo período, um modelo de governo popular também surgiu em

Roma. Ao invés de chamá-lo de democracia, como fizeram os gregos, os romanos o chamaram de república” (Lins, 2017, p. 11).

Ademais, outro aspecto relevante que a república romana instituiu foi a fundação do Senado e da Câmara como instituições representativas, bem como a realização de eleições e do estabelecimento do voto secreto. Contudo, a respeito da democracia na Antiguidade, Lins (2017) pondera que: “[...] em termos modernos, onde homens e mulheres maiores de idade têm igual direito ao voto e a concorrer por eles, as cidades-estados da Grécia e a república romana talvez não se classificassem como democracias” (Lins, 2017, p. 11).

As origens dos conceitos de cidadania e de democracia datam, portanto, desde a Antiguidade, havendo um período de inanição dos direitos de cidadania e de democracia durante a Idade Média. O período medieval foi também um terreno infértil para a emergência do que viria a se constituir como jornalismo. Historicamente as relações entre cidadania, democracia e jornalismo têm origem na Modernidade, a partir do Renascimento, cujos vínculos se legitimaram com as Revoluções Burguesas a partir do século XVII.

A mudança de um mundo teocrático na Europa se deu mediante o Renascimento, do século XIV ao século XVII. O Renascimento consistiu em um movimento cultural, científico e político originado na Itália e que se expandiu por toda Europa e foi responsável por modificar e demarcar o fim do período medieval, trazendo luz aos valores sociais e à forma de organização das sociedades. O movimento estabeleceu também o humanismo, o individualismo, o universalismo, o cientificismo e o racionalismo como princípios da Modernidade em refutação ao feudalismo e à teocracia do período medieval.

Outra mudança paradigmática, segundo McLuhan (1972), foi a invenção da tipografia de tipos móveis de Gutenberg, no século XV, que demarcou também o fim da Idade Média e o início da Idade Moderna. Segundo McLuhan (1972), a criação do tipo móvel concedeu as condições materiais para uma nova cultura tipográfica fundamentada na predominância do visual em comparação aos outros sentidos (audição, olfato, tato, paladar). Ela viabilizou a reprodução de manuscritos, demarcando o livro como uma pioneira mídia e/ou meio de comunicação de leitura, de ensino e de aprendizagem individual. Desse modo, impactando também a cidadania quanto ao acesso à leitura, à informação e à educação.

Atribui-se também à prensa de Gutenberg o marco de aparato técnico inicial que possibilitou a impressão das primeiras folhas avulsas, posteriormente das gazetas e, na sequência, dos pioneiros jornais; conseqüentemente, levando ao nascimento do jornalismo como ofício na Modernidade. Porém, a emergência do homem tipográfico somente conquistou espaço graças ao alfabeto fonético, de acordo com McLuhan (1972, p. 190): “A impressão por

meio de tipos móveis foi o acontecimento estritamente ligado à fase inicial da tecnologia do alfabeto fonético, [...] A escrita fonética era prelúdio indispensável à descoberta da imprensa”. Para McLuhan (1972) a tipografia colaborou também com o nacionalismo, pois garantiu os meios de reprodução de obras nas línguas vernáculas e a formação de públicos leitores e imprescindivelmente letrados.

A racionalidade e os demais valores decorrentes do Renascimento estabelecem as bases das Revoluções Burguesas que ocorreram entre os séculos XVII e XVIII, as quais consolidaram alguns princípios de cidadania, de democracia e funções sociais para o jornalismo na Modernidade. O elo sócio-histórico entre cidadania, democracia e jornalismo decorre das Revoluções Burguesas.

A primeira revolução burguesa foi a Revolução Inglesa (1640-1648) no século XVII. Ela demarcou a transição de uma monarquia absolutista, do feudalismo e da teologia católica na Inglaterra para o inicial sistema político de uma monarquia parlamentarista, do capitalismo, assim como da ascensão de uma burguesia. A configuração da cidadania moderna, segundo o modelo que ocorreu na Inglaterra a partir da segunda metade do século XVII, foi analisada pelo historiador Marshall (1967) a partir de uma perspectiva sociológica. Para este autor a cidadania plena se trata de um status de igualdade humana básica que confere, ao cidadão, a garantia e o gozo de três tipos de direitos: a) direitos civis, b) direitos políticos e c) direitos sociais.

A cidadania moderna, enquanto um status, propõe e possibilita uma participação mais equânime do cidadão em sua comunidade, a despeito de uma indissociável desigualdade socioeconômica decorrente do sistema capitalista. Marshall (1967) explica a cidadania moderna:

A cidadania é um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o *status* são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao *status*. Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão, mas as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania ideal em relação à qual o sucesso pode ser medido e em relação à qual a aspiração pode ser dirigida. A insistência em seguir o caminho assim determinado equivale a uma insistência por uma medida efetiva de igualdade, um enriquecimento da matéria-prima do *status* e um aumento no número daqueles a quem é conferido o *status* (Marshall, 1967, p. 76).

Segundo a tese de Marshall (1967), a distinção entre os elementos civis, sociais e políticos, que constituem a cidadania, e os sentidos que juntos conferem à noção de igualdade humana seguiram uma lógica histórica, evolutiva e sequencial na Inglaterra. Desse modo, os direitos civis foram estabelecidos primeiramente no século XVIII, depois os direitos políticos

no século XIX e, por fim, os sociais no século XX na Inglaterra. Essa sequência é tida, por Marshall (1967), como fundamental para a consolidação de uma cidadania plena, ou seja, um modelo ideal de cidadão consciente de seus direitos e deveres junto ao Estado.

Outro aspecto relevante na tese sobre a cidadania de Thomas Marshall, além da perspectiva historicista, é a defesa da educação formal como uma prerrogativa indispensável para o efetivo gozo dos direitos de cidadania. Marshall (1967) assevera a oferta da educação formal, iniciada na infância, como uma obrigação do Estado. Em sua visão, a associação entre a cidadania e a educação formal surgiu mediante o reconhecimento da necessidade de um cidadão educado em sociedade e da vinculação da escolarização com o mundo do trabalho, a partir da formação de profissionais hierarquizados segundo suas competências cognitivas e técnicas conferidas pela instituição educacional.

O modelo de cidadania constituído na Inglaterra é relevante, pois reconhece-se a Revolução Inglesa, como “[...] um indiscutível ponto de partida para o desenvolvimento dos direitos de cidadania [...] dando origem ao primeiro país capitalista do mundo” (Mondaini, 2003, p. 116). Essa revolução se deu como um conjunto de processos reacionários de uma minoria burguesa em ascensão contra um Estado déspota de bases teocráticas em prol de liberdades individuais. Representou também a transição da acumulação primitiva de base agrária para o capitalismo industrial e demarcou a emergência do liberalismo e de uma ética protestante na religião, que se estabeleceram como basilares para o capitalismo.

Apesar de não romper significativamente com uma ordem política, visto que o sistema de governo ainda se manteve como uma monarquia, o conjunto de movimentos reacionários civis que integrou a Revolução Inglesa no século XVII fez emergir o pensamento de contrato social entre o Estado e os cidadãos. Mondaini (2003) considera também que uma das contribuições da Revolução Inglesa foi a origem da cidadania liberal no século XVII.

A cidadania liberal, no entanto, foi um primeiro – e grande – passo para romper com a figura do súdito que tinha apenas e tão somente deveres a prestar. Porém, seus fundamentos universais (“todos são iguais perante a lei”) traziam em si a necessidade histórica de um complemento fundamental: a inclusão dos despossuídos e o tratamento dos “iguais com igualdade” e dos “desiguais com desigualdade”. Para tal fim, por uma “liberdade positiva”, é que virá à tona nos séculos vindouros a luta por igualdade política e social, tarefa árdua a ser conquistada não mais pelos liberais, mas regularmente contra eles, pelas forças democráticas e socialistas. Uma luta contínua que não cessa até o tempo presente (Mondaini, 2003, p. 131).

Além da cidadania liberal, o liberalismo fundamentou a teoria democrática desenvolvida por John Locke, que se tornou o ‘pai’ dessa corrente. Locke (1994) apresenta importantes argumentos para a definição de uma sociedade democrática-liberal. Primeiro a noção de povo

como qualquer número de homens que se unem em sociedade e/ou comunidade e que renunciam à lei da natureza e confia a sua segurança e proteção ao Estado. Ele apregoa sobre a relevância dos poderes executivo e legislativo nas sociedades e quanto à necessidade de haver homens autorizados pela sociedade civil para representá-la, esboçando um dos princípios da democracia representativa. Para John Locke, o bem-estar público é um princípio da sociedade civil: “O bem público é a regra e a medida de todo o legislador” (Locke, 1994, p. 262).

O liberalismo contribuiu também para a idealização da imprensa enquanto um mercado livre de ideias. Esse pensamento é central para a teoria da imprensa livre, que fundamentou a criação do iniciante modelo inglês de jornalismo. Sousa (2008) comenta como a Revolução Inglesa do século XVII favoreceu o ambiente para as defesas das liberdades, dentre essas, a liberdade de imprensa:

A Inglaterra também passou por períodos de controle da imprensa, sob o regime das licenças (até mesmo do monopólio) e da censura, antes de chegar a um modelo normativo e funcional de jornalismo acalentador da liberdade de pensamento e de expressão e da argumentação jornalística persuasiva que haveria de contribuir para fundar os valores do jornalismo ocidental e dos seus profissionais. Há, portanto, que considerar duas fases na implantação do modelo inglês de imprensa, pois foram várias as tentativas de controle do jornalismo incipiente antes de se chegar ao paradigma da *liberdade de imprensa* (Sousa, 2008, p. 84).

Sousa (2008) sistematiza o emergente modelo jornalístico na Inglaterra do século XVII como normativo e funcional, propiciado pela atmosfera de reivindicações e ancorado em duas características: a) as liberdades formais, alicerçadas no racionalismo, que foram nomeadas como: liberdade de pensamento, liberdade de expressão e, posteriormente, a liberdade de imprensa; b) um sistema jornalístico inglês formado por vários tipos de jornais, sendo constituído por alguns impressos que faziam circular informações e registros que viriam a ser chamados posteriormente de notícias; e mais outros jornais que arregimentavam causas político-partidárias e que estabeleceram os artigos opinativos como formas de expressão jornalística. “Neste último tipo de imprensa, o artigo equiparou-se ou terá mesmo superado a notícia em importância enquanto género jornalístico estruturante da informação” (Sousa, 2008, p. 86).

A partir da Inglaterra do século XVII estrearam alguns tipos de imprensa, sendo uma mais caracterizada pela função informativa e outra mais opinativa, bem como outros aspectos normativos, ideológicos e estruturais que as distinguem. Na imprensa inglesa que se formou “Alguns jornais adquiriam, assim, uma dupla finalidade, noticiosa e política, que baseará a

construção de um novo *espaço público* capaz de suceder à *ágora* grega e ao *fórum* romano como espaço de discussão livre e racional” (Sousa, 2008, p. 87).

Esse primogênito modelo inglês de jornalismo repercutiu posteriormente na constituição da imprensa em outros países, como na então colônia britânica hoje denominada Estados Unidos. “[...] é bom de ver que o Modelo Ocidental de Jornalismo, existente na maioria dos estados democráticos de direito, se baseia, estruturalmente, no modelo britânico de jornalismo que nasceu no século XVII, o primeiro a garantir a liberdade (formal) de imprensa e de expressão” (Sousa, 2008, p. 87).

Em suma, a Revolução Inglesa historicamente contribuiu para a formação dos conceitos de cidadania e de democracia liberais. Esses conceitos liberais impactaram também o modelo inglês de jornalismo originado na Inglaterra, que posteriormente influenciou a formação da imprensa na Europa e também em outros países americanos, como os Estados Unidos. Esse último é outra nação cuja história é fundamental para se compreender as contribuições da Revolução Americana, ocorrida no século XVIII, sobre as concepções de democracia e de cidadania.

A contribuição da Revolução Americana, que marcou a independência dos Estados Unidos em 4 de julho de 1776, rompe com uma narrativa histórica estritamente eurocentrada até então para versar sobre o início da democracia e da cidadania de cunho liberal no que se chamava de ‘Novo Mundo’. A Revolução Americana foi um movimento reacionário de independência, de inspiração iluminista e baseado na mobilização coletiva de liberdades individuais em prol da integração entre as 13 colônias britânicas para a criação dos Estados Unidos. A concretização da independência do País resultou na elaboração da Constituição Federal dos Estados Unidos, promulgada em 1787, que consolidou a república como forma de governo democrático e serviu de exemplo para outros países, como França e Brasil.

A iniciante democracia estadunidense foi um dos aspectos analisados na obra de Tocqueville (1969) durante sua viagem aos Estados Unidos no século XIX. Para este autor, a emergente democracia nos Estados Unidos representava um movimento inevitável e que iria desempenhar um papel dominante no mundo. Tocqueville (1969) critica a democracia enquanto uma tirania da maioria segundo a sua visão aristocrática. No entanto, a sua análise é relevante para a compreensão da iniciante democracia estadunidense, pois ele constatou a soberania absoluta do povo como um princípio democrático. “Já observei que, desde a origem, a soberania do povo era o princípio fundamental da maioria das colônias britânicas da América” (Tocqueville, 1969, p. 68). Mesmo após a independência do País, a soberania popular permaneceu como fundamento: “Eclodida a Revolução Americana, a doutrina da soberania do

povo saiu das *townships*, e tomou posse do Estado. Tôdas as classes foram alistadas na sua causa; foram travadas batalhas e obtidas vitórias: tornou-se a lei das leis” (Tocqueville, 1969, p. 68).

Apesar de a democracia nos Estados Unidos ser fundamentada na força da igualdade geral de condição entre os cidadãos, a Revolução Americana ocorreu mediante um processo de exclusão. Houve o extermínio de indígenas norte-americanos e a exclusão de uma participação ativa de escravos negros, homens brancos pobres e também de mulheres que não detinham o direito ao voto, ou seja, não gozavam da cidadania plena (Karnal, 2003).

A despeito da crítica sobre uma democracia e cidadania limitadas nos Estados Unidos do século XVIII, o modelo inicial republicano desse país contribuiu para o princípio democrático de isonomia entre os poderes constitucionais (executivo, legislativo e judiciário) enquanto um fundamento do Estado de Direito. A Revolução Americana é considerada também como sendo a “[...] pioneira na formulação dos direitos humanos. Pela primeira vez, um povo fundamenta sua aspiração à independência nos princípios da cidadania [...]” (Singer, 2003, p. 201).

Além dos direitos de cidadania, os direitos humanos foram incluídos também na Constituição Federal dos Estados Unidos, de 1787, mediante emendas constitucionais, o que serviu como modelo para alterações nas Constituições Federais das democracias modernas. “Elas ficaram conhecidas como *Bill of Rights* (Lei de Direitos) e tornavam o governo federal o guardião das liberdades de palavra, imprensa, [...] Até hoje, as emendas à Constituição são importantes como recursos legais para defender os direitos dos cidadãos estadunidenses” (Singer, 2003, p. 205-206).

Quanto ao jornalismo nos Estados Unidos, a imprensa teve relevante função social desde o período colonial a partir da invenção dos jornais como pequenos negócios administrados por comerciantes, não por jornalistas. “Na América colonial, os impressores eram pequenos empresários, não jornalistas. Eles praticamente inventaram o jornal à medida que avançavam, em meio a seus esforços para ganhar dinheiro vendendo papelaria [...]” (Schudson; Tifft, 2005, p. 18, tradução nossa)<sup>3</sup>. Schudson e Tifft (2005) explicam que os jornais nos Estados Unidos, no período colonial, faziam circular informações úteis para o cotidiano dos colonos, porém, evitava-se, antes da Revolução Americana, tocar em assuntos sobre a política local e até mesmo provocar uma controvérsia com a nação colonizadora britânica.

---

<sup>3</sup> “In colonial America, printers were small-businesspeople, not journalists. They pretty much invented the newspaper as they went along, amid their efforts to make money selling stationery, [...]” (Schudson; Tifft, 2005, p. 18).

À medida que aumentou a agitação popular em direção à independência dos Estados Unidos, Schudson e Tiftt (2005) comentam que a política entrou como assunto da iniciante imprensa estadunidense e se tornou um problema para os impressores se manterem com neutralidade nesse assunto. De acordo com Schudson e Tiftt (2005), nos debates entre os estados norte-americanos para a ratificação da Constituição Federal dos Estados Unidos, entre 1787 e 1788, emergiu uma imprensa partidária no novo país, modelo que predominou nos jornais durante o século XIX. Entretanto, o jornalismo estadunidense daquele momento não se orientava pela concessão equilibrada de espaços nos jornais entre opositores e favoráveis ao novo governo democrático e republicano.

Também se passou a restringir as críticas públicas ao governo republicano nos jornais por meio da Lei de Sedição, de 1798, que criminalizou a impressão de qualquer escrita falsa, escandalosa e maliciosa contra o governo dos Estados Unidos (Schudson; Tiftt, 2005). Posteriormente a extinção dessa lei possibilitou que parte da oposição ao governo republicano eleito fosse relutantemente aceita. Desse modo, a primeira emenda à Constituição Federal dos Estados Unidos, em 1791, salvaguardou os posicionamentos políticos de oposição a partir da proteção à liberdade de expressão, assim como também à liberdade de imprensa, constitucionalizando essa prerrogativa do jornalismo dentre as instituições democráticas estadunidenses.

Tocqueville (1969) observa, ainda no início do século XIX, como os Estados Unidos pioneiramente reconheceram os jornais e suas influências sobre as opiniões políticas e do homem. “Quanto mais considero a independência da imprensa em suas conseqüências principais, mais me convenço de que, no mundo moderno, ela é o elemento principal e, por assim dizer, constitutivo, da liberdade” (Tocqueville, 1969, p. 114).

A imprensa, desde a independência dos Estados Unidos no século XVIII, é reconhecidamente uma das instituições da democracia. Tanto que a teoria democrática estadunidense formulou uma concepção teórica normativa sobre como a imprensa, e, conseqüentemente o jornalismo, deveria ser, representar e desempenhar funções. Essa vertente teórica normativa privilegia estudos e interpretações sobre o que o jornalismo deve ou deveria ser, seus valores, princípios, sua ética e sua deontologia. “O estudo do jornalismo sempre teve uma relação estreita com a educação profissional, e tem focado fortemente em modelos

normativos, modelos do que o jornalismo ‘deveria ser’, em vez do que é e por quê” (Hallin; Giles, 2005, p. 5, tradução nossa)<sup>4</sup>.

Assim como o liberalismo serviu de base para a formação dos conceitos de democracia e de cidadania liberais e também do modelo inglês de imprensa a partir da Revolução Inglesa, ele contribuiu para concepções democráticas e cidadãs nos primeiros anos do governo republicano nos Estados Unidos, bem como para a formação do modelo liberal de jornalismo, que “[...] encontra sua expressão mais pura nos Estados Unidos, mas também prevalece em forma modificada na Grã-Bretanha e outras antigas colônias britânicas, como Irlanda, Canadá, Austrália e Nova Zelândia” (Hallin; Giles, 2005, p. 5, tradução nossa)<sup>5</sup>. Conforme explicam estes autores, o modelo liberal de jornalismo, cuja máxima expressão se consolidou nos Estados Unidos, distingue-se segundo três características intimamente relacionadas:

Em primeiro lugar, os jornais comerciais desenvolveram-se cedo e deram lugar a outras formas de mídia que, como veremos, desempenharam papéis mais centrais em outros sistemas de mídia. Em segundo lugar, a intervenção estatal no sistema de mídia é limitada em comparação com outros sistemas. Em terceiro lugar, uma forte forma de profissionalismo jornalístico desenvolvida no sistema liberal, centrada em torno da “norma da objetividade” - a ideia de que os jornalistas devem ser politicamente neutros e separados de vínculos com partidos políticos e grupos sociais organizados [...] (Hallin; Giles, 2005, p. 7, tradução nossa)<sup>6</sup>.

A formação dos jornais nos Estados Unidos, enquanto negócios de um sistema de imprensa de cunho liberal, mais o precursor modelo de imprensa na Inglaterra desde o século XVII corroboram com a tese de Chalaby (2003, p. 30) sobre o “[...] jornalismo como uma invenção anglo-americana [...]”, não apenas segundo uma fundamentação histórica, assim como também culturalmente. Este autor argumenta que essa gênese anglo-americana de jornalismo incidu na configuração das práticas jornalísticas, na emergência da profissão, assim como na criação de uma formação em Jornalismo e de um modelo de educação jornalística que repercutiu para além do território estadunidense. Chalaby (2003) defende a sua tese por meio da comparação e contraposição entre os jornalismo anglo-americano e francês.

---

<sup>4</sup> “The study of journalism has always had a tight relationship to professional education, and has focused heavily on normative models, models of what journalism ‘should be’, rather than of what it is and why” (Hallin; Giles, 2005, p. 5).

<sup>5</sup> “[...] which finds its purest expression in the United States, but also prevails in modified form in Britain colonies such as Ireland, Canada, Australia, and New Zealand” (Hallin; Giles, 2005, p. 5).

<sup>6</sup> “First, commercial newspapers developed early and displaced other forms of media that, as we shall see, played more central roles in other media systems. Second, state intervention in the media system is limited compared with other systems. Third, a strong form of journalist professionalism developed in the liberal system, centred around the ‘objectivity norm’ – the idea that journalists should be politically neutral and separated from attachments to political parties and organized social groups” (Hallin; Giles, 2005, p. 7).

O jornalismo é, não só uma descoberta do século XIX mas também uma invenção anglo-americana. Foi nos Estados Unidos, e em menor grau na Inglaterra, que foram inventadas as práticas e as estratégias que caracterizam o jornalismo. É também nestes países que a imprensa industrializada depressa se tornou um campo autónomo de produção discursiva. Outros países, como a França, importaram e adaptaram progressivamente os métodos do jornalismo anglo-americano (Chalaby, 2003, p. 30).

Mas antes de adentrar na distinção entre os modelos de jornalismo anglo-americano e francês, pontua-se que as experiências democráticas e de cidadania advindas da Revolução Americana, no século XVIII, serviram de inspiração para as manifestações reacionárias burguesas na França, que culminaram na Revolução Francesa. Essa revolta francesa também foi relevante para a história do Ocidente quanto ao estabelecimento dos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade como fundamentos da democracia e da cidadania naquele país e que posteriormente influenciaram também a formação do modelo democrático no Brasil.

Odalía (2003, p. 159) enfatiza a Revolução Francesa como a “[...] fundadora dos direitos civis”. Esse protagonismo foi resultante do pensamento e movimentos libertários que reverberaram ao longo do século XVIII e do apogeu do Iluminismo. Segundo este autor, os ideais iluministas motivaram essa revolução: “Liberdade, igualdade e fraternidade. São esses os direitos que vão sintetizar a natureza do novo cidadão e essas as palavras de ordem dos que se amotinaram contra as opressões das quais há séculos padeciam” (Odalía, 2003, p. 163).

A Revolução Francesa inaugurou, no século XVIII, a noção universal de direitos mediante a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, editada em 1789. Esse documento é considerado um marco para a concepção de direitos humanos como transfronteiras e dos direitos de cidadania propostos como universais.

Tanto quanto a Americana, a Revolução Francesa tem como apogeu a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. O primeiro traço que distingue a Declaração francesa da americana é o fato de a primeira pretender ser universal, isto é, uma declaração dos direitos civis dos homens, repetimos e enfatizamos, sem qualquer tipo de distinção, pertençam não importa a que país, a que povo, a que etnia. É uma declaração que pretende alcançar a humanidade como um todo. É universal e por isso sensibiliza a seus beneficiados e faz tremer, em contrapartida, em toda a Europa, as monarquias que circundavam a França (Odalía, 2003, p. 164).

Apesar de seu teor universalizante, a Declaração francesa apresenta limitações ao gozo de direitos, pois define que os cidadãos devem cumprir o disposto em lei no Estado democrático de Direito. Sendo assim, mesmo a liberdade de expressão deve ser gozada segundo limitações legais. “Se ao cidadão é assegurado o direito de falar e escrever, imprimir e publicar, não lhe cabe o direito de ofender ou de desobedecer ao que é normatizado pela lei. E esta é, sem dúvida, uma restrição bastante ponderável, pois coloca a lei acima dos direitos de cidadania [...]”

(Odalía, 2003, p. 167). Outro aspecto que essa Declaração define é a soberania popular como uma vontade geral dos cidadãos nas democracias, instituindo o Estado Democrático de Direito, decorrente do pós-Revolução Francesa.

Quanto à imprensa e ao jornalismo, a Revolução Francesa no século XVIII estabeleceu as bases de uma ética do jornalismo ancorada nos direitos do cidadão, conforme corrobora Bucci (2000). A revolta francesa pôs fim à hegemonia da etiqueta da aristocracia, que foi decapitada pela ética de uma cidadania burguesa decorrente da revolta popular sangrenta (Odalía, 2003). Bucci (2000) relaciona as consequências das Revoluções Burguesas ao estabelecimento de princípios éticos e normativos para o jornalismo, que passaram a legitimar a imprensa enquanto uma instituição democrática e cidadã.

A imprensa é fruto das revoluções que forjaram a democracia moderna [...] No limiar das democracias modernas, ganhou corpo, legitimidade e lugar social o espírito que ainda hoje anima a imprensa. O jornalismo como o conhecemos, isto é, o jornalismo como instituição da cidadania, e como as democracias procuram preservá-lo, é uma vitória da ética, que buscavam o bem comum para todos, que almejava a emancipação que pretendia construir a cidadania, que acreditava na verdade e nas leis justas – uma vitória contra a etiqueta (Bucci, 2000, p. 10).

As gazetas deram início ao modelo francês de jornalismo no século XVII antes da Revolução Francesa, segundo Sousa (2008). Junto ao absolutismo monárquico na França prevalecia a censura e o controle régio sobre as gazetas. Sousa (2008) define o jornalismo francês nesse período como normativo e funcional em favor da monarquia absolutista.

No modelo francês, as gazetas estavam ao serviço do absolutismo régio, intolerante para com os “estados dentro do estado”, as heterodoxias, as críticas, os protestos e as rebeliões. Por isso, os governos absolutistas promulgaram leis que instituíam a censura prévia (por funcionários da Coroa), reforçavam as proibições de publicar determinados conteúdos, estabeleciam um regime compulsório de licenças de impressão e instituíam formas de repressão contra os prevaricadores (multa, prisão, desterro e serviço nas galés). Por outro lado, pela primeira vez o próprio estado financiou gazetas ao seu serviço, empregando redactores (“jornalistas”) convertidos em funcionários leais, a quem eram dadas instruções sobre o que redigir e como redigir [...] (Sousa, 2008, p. 82).

A censura e o controle por parte da monarquia sobre as gazetas constituíram o modelo inicial de jornalismo francês, que, diferentemente da imprensa estadunidense, não nasceu sob a égide da liberdade de imprensa, conforme compara Tocqueville (1969) no início do século XIX. Segundo este autor, além dos jornais franceses serem menos numerosos que os impressos estadunidenses, a imprensa francesa era centralizada e privilegiava os comentários políticos em

seus conteúdos em vez do discurso informativo. Sobre essa distinção entre os precursores jornais dos Estados Unidos e da França, Chalaby (2003) também explica:

A comparação entre o jornalismo impresso no mundo anglo-americano e em França durante o século XIX fornece as bases para uma discussão sobre como os jornalistas americanos e ingleses inventaram o conceito moderno de notícia. Em primeiro lugar, os jornais anglo-americanos contêm mais notícias e informação do que os quaisquer jornais franceses seus contemporâneos, tendo organizado melhores serviços de recolha de informação. Mais importante e, contudo, o facto de práticas discursivas próprias, tais como a entrevista e a reportagem, terem, também, sido inventadas e desenvolvidas pelos jornalistas americanos, sendo mais tarde importadas como práticas principais pela imprensa francesa e tendo contribuído para a sua transformação (Chalaby, 2003, p. 30).

Fundamentado nos ideais iluministas, no liberalismo e resguardado mediante a constitucionalização das liberdades de expressão e de imprensa nas democracias graças às Revoluções Burguesas, o jornalismo estabeleceu-se também como uma instituição que requer para si e conquista socialmente os papéis de informar e de opinar, assim como também a função de esclarecer os cidadãos. Esse papel social da imprensa despontou a partir da fase comercial do jornalismo em meados do século XVIII e durante o século XIX, marcada pela predominância de uma imprensa panfletária e opinativa.

A atuação normativa do jornalismo para o esclarecimento dos cidadãos associa-se também ao estabelecimento do pensamento racionalista, do cientificismo e da valorização da objetividade sobre a subjetividade, com base também nos ideais iluministas a partir da Modernidade. “Os princípios que se consolidaram como basilares para o jornalismo – o jornalismo, por isso mesmo, chamado ‘de referência’ – remontam a esse projeto iluminista de esclarecer os cidadãos, forjado no contexto das revoluções liberais do século XVIII” (Moretzsohn, 2013, p. 106).

A partir das Revoluções Burguesas e da constitucionalização da liberdade de expressão como um direito individual e civil e da liberdade de imprensa, é que o jornalismo assume um *ethos*, ou seja, uma ética vinculada também ao papel de socialização de informações sobre o cotidiano, isto é, de fatos considerados como significativos para o cidadão e sua relação com a sociedade.

As relações entre imprensa, cidadania e democracia não se devem somente ao jornalismo por si só, mas sim, são historicamente resultantes das Revoluções Burguesas e da ênfase nas liberdades individuais, que são basilares para se compreender o liberalismo como pressuposto filosófico para a formação da democracia liberal e também dos Estados Democráticos de Direito. A democracia liberal concebe a noção de que nas sociedades

democráticas é preciso que haja instituições legitimadas que garantam e protejam os direitos individuais e coletivos, entre essas a imprensa.

Em síntese, as Revoluções Burguesas deixaram como legado importantes conquistas históricas a respeito da institucionalização de direitos dos cidadãos e deveres de Estados democráticos. Especialmente a teoria democrática liberal, que teve seu auge nos Estados Unidos a partir da Revolução Americana. Ademais, os ideais de liberdade, fraternidade e igualdade, oriundos da Revolução Francesa, constituíram-se como inspirações e modelos de experiências democráticas para outras nações, dentre elas o Brasil.

Contudo, se o liberalismo contribuiu para o estabelecimento da cidadania e da democracia liberais e fundamentou a base filosófica do jornalismo moderno, ele também foi alvo de críticas. Devido à ineficiência do liberalismo em garantir uma efetiva igualdade geral entre os cidadãos, despontaram reivindicações em prol do gozo mais equânime da riqueza social, levando às reivindicações por direitos sociais, especialmente a partir dos movimentos operários. Isso gerou também a crítica ao sistema capitalista e sua relação com a democracia, lançando as bases para os movimentos políticos de esquerda e a concepção dos conceitos de social-democracia e de socialismo.

## 2.2 OS MOVIMENTOS OPERÁRIOS E A FORMAÇÃO DA SOCIAL-DEMOCRACIA: DIREITOS SOCIAIS E HUMANOS COMO VALORES PARA O JORNALISMO

A expansão do comércio, da economia de mercado por meio do capitalismo manufatureiro e a colonização de novos territórios por alguns Estados demarcaram o crescimento desigual das nações e de seus povos. O processo de modernização promoveu também o contraste entre países e cidades tidos como ricos e a formação de estratos sociais desiguais, distinguindo os sujeitos com condições de usufruírem dos bens de produção e da riqueza social em detrimento do empobrecimento de outros grupos sociais, especialmente decorrente da falta de trabalho a partir do século XVI (Singer, 2003).

O trabalho se estabeleceu como cerne de estratificação entre duas classes sociais e econômicas nas sociedades ocidentais no início da Modernidade: a classe dos proprietários dos meios de produção, chamada também de classe burguesa, dirigente ou capitalista. E outra classe integrada por trabalhadores que não possuem a propriedade dos meios de produção e precisam realizar uma atividade remunerada para sobreviver. Foram as condições desiguais entre essas duas classes socioeconômicas e os desequilíbrios consequentes de suas relações que

promoveram os movimentos reacionários daqueles que não detinham principalmente emprego em favor de lutas por direitos sociais e humanos a partir do século XVIII.

Só os membros da classe trabalhadora são sujeitos dos direitos sociais. Dentro dessa classe, no entanto, esses direitos só se aplicam àqueles cuja situação torna necessário o seu uso. São, nesse sentido, direitos condicionais: vigem apenas para quem depende deles para ter acesso a parcela da renda social, condição muitas vezes fundamental para sua sobrevivência física e social - e, portanto, para o exercício dos demais direitos humanos (Singer, 2003, p. 191).

Conforme explica Singer (2003) sobre os direitos sociais nos primórdios do capitalismo, a falta de trabalho levou determinados indivíduos à indulgência ou os impôs na ilegalidade e na marginalidade social. Essa carência de postos de trabalho gerou uma demanda social para que as instituições dessem subsistência aos trabalhadores remunerados, autônomos e também aos desempregados. A exclusão social do homem, a partir do valor conferido ao trabalho pela sociedade e pela economia de mercado capitalista, põe em xeque os valores humanos em detrimento da manutenção do *status quo*. Especialmente, essa segregação distancia e aliena a relação entre o homem e o produto de seu trabalho, gerando a crítica ao capitalismo e estabelecendo as bases do marxismo e a proposição do socialismo como um sistema político fundamentado na busca pela igualdade social entre os cidadãos.

Fundamentado no materialismo histórico dialético, o marxismo se tornou a base filosófica e política da classe proletária fabril e dos movimentos operários que contestaram as más condições de trabalho em meados do século XVIII. Desse modo, recrudescu-se a crítica ao liberalismo e à democracia liberal. Bobbio (2000) explica que as discrepâncias entre o liberalismo e a democracia não os colocam como antitéticos. Noutro viés, o liberalismo e o socialismo são correntes políticas completamente divergentes, em que a democracia liberal representa o regime da classe burguesa capitalista.

Não obstante o conúbio histórico, lenta e arduamente realizado, entre ideais liberais e ideais democráticos, o contraste entre liberalismo e democracia jamais chegou a diminuir. Ao contrário, sob certos aspectos veio se acentuando nos últimos anos. Para manter vivo o contraste e acentuá-lo, sobreveio, a partir da segunda metade do século passado, a entrada na cena política do movimento operário, que se vai inspirando cada vez mais nas doutrinas socialistas, antitéticas às liberais, embora sem repudiar o método democrático, que sobrevive numa expressiva parte do movimento, regra geral em sua ala reformista, como, por exemplo, no partido trabalhista inglês ou no partido social-democrático alemão (Bobbio, 2000, p. 79).

Na transição do capitalismo manufatureiro para o início da industrialização, as consequências da Revolução Industrial resultaram em diversas revoltas de trabalhadores contra

a exploração da classe patronal. A partir das reivindicações do operariado fabril inglês, foram obtidas importantes conquistas laborais, como a limitação das jornadas de trabalho, remunerações que garantissem a subsistência dos trabalhadores e de seus familiares, a proibição do trabalho infantil etc. Segundo Singer (2003), as primeiras leis fabris, editadas a partir do século XIX no Reino Unido, foram relevantes para o estabelecimento da correlação entre trabalho, direitos sociais e a dignidade humana. “Com todas suas deficiências, as primeiras Leis Fabris foram os primeiros direitos sociais legalmente conquistados na era do capitalismo industrial” (Singer, 2003, p. 222). Essas primeiras leis fabris foram predecessoras da conformação e da ampliação da legislação trabalhista implementada no século XIX e principalmente no século XX, nos países industrializados, de acordo com esse autor.

Em termos de conquistas dos direitos sociais, a Revolução Americana, além de privilegiar a defesa dos direitos humanos por meio de emendas à Constituição Federal dos Estados Unidos, também estreou uma ação condizente a um projeto de reforma agrária. A independência dos Estados Unidos contou também com o confisco de terras pertencentes à aristocracia colonizadora, o que permitiu a distribuição de propriedades entre os líderes da Revolução Americana e os colonos para o assentamento de agricultores (Singer, 2003).

A Revolução Americana também foi um movimento que conseguiu juntar classes sociais distintas. “A Revolução Americana foi o resultado de uma frente única da plebe (agricultores familiares, artesãos urbanos, pequenos comerciantes etc.) com latifundiários escravistas e com a plutocracia manufatureira e banqueira do Nordeste dos EUA” (Singer, 2003, p. 202). Mas essa união não foi capaz de promover uma efetiva igualdade social durante a independência dos Estados Unidos e nem mesmo posteriormente, porque perduraram a discriminação racial e as condições precárias de trabalho a partir da industrialização dos Estados Unidos pós-independência.

Outro marco para os direitos sociais e avanços nos direitos humanos resulta da Revolução Francesa. Além de institucionalizar a revolta da burguesia contra uma monarquia absolutista, ela também integrou os trabalhadores da classe burguesa e deu base para a emergência de ideais socialistas, a partir da defesa da propriedade de terra como um patrimônio comum à nação e o direito de possuí-la como condição de subsistência do homem, segundo Singer (2003):

Havia, na realidade, duas revoluções em marcha. A da burguesia, em plena ascensão, dividida em duas correntes. Uma almejava a monarquia constitucional, possivelmente à moda inglesa, e que era representada sobretudo pelos girondinos. Outra mais radicalizada queria derrubar a monarquia e em seu lugar estabelecer uma República, provavelmente inspirada nos Estados Unidos; esse setor era representado por parte

dos jacobinos e pelos franciscanos. A outra revolução era dos trabalhadores sem propriedade, que viviam à beira do desemprego e da indigência. Estes almejavam não só os direitos políticos mas também sociais. Constituíam os precursores do socialismo ou comunismo (Singer, 2003, p. 209).

Além da busca da burguesia por ascensão social, a Revolução Francesa foi resultante da revolta coletiva de uma plebe miserável e esfomeada que pegou em armas no episódio nomeado de Tomada da Bastilha, em 14 de julho de 1789. Mediante a primeira Constituição da república francesa, foi constitucionalizada a assistência pública aos pobres e aos que não trabalhavam como um dever do Estado francês de garantir o direito à subsistência de alguns cidadãos por meio do erário público.

Porém, conforme explica Singer (2003), isso não significou, à época, a efetivação de uma política de emprego pelo Estado francês. O impeditivo dessa política de assistência social pública foi decorrente do pensamento liberal entre os constituintes franceses de que a falta de trabalho poderia ser solucionada a partir de medidas referentes à liberdade de mercado, e não fruto das mazelas resultantes de crises contextualizadas economicamente (problemas nas colheitas etc.) e politicamente (guerras externas).

A constitucionalização da assistência pública para a classe trabalhadora pelo Estado francês representou também que o liberalismo econômico por si só não demonstrou ser capaz de garantir o princípio da igualdade entre os cidadãos perante a lei, conforme preconiza os princípios da democracia liberal. A universalização de direitos transpõe os direitos de cidadania a partir do estabelecimento dos direitos humanos, que são distintos. Ambos se distinguem, apesar de que, em sociedades democráticas, os direitos de cidadania e os direitos humanos podem coincidir, segundo Soares (1998).

Os direitos do cidadão são dependentes da existência de um Estado e conferidos mediante um ordenamento jurídico-político de um país e são eminentemente políticos. Já os direitos humanos, por sua vez, são direitos transfronteiras, tidos tanto como naturais, porque se vinculam à natureza humana, quanto também são históricos, por também se transformarem ao longo do tempo. Além disso, os direitos humanos são considerados direitos indivisíveis e interdependentes (Soares, 1998).

De acordo com Soares (1998), o pressuposto elementar dos direitos humanos é o direito à vida, que não admite a pena de morte e outras degradações à dignidade humana. Também reúnem direitos de ordem individual, política, social, econômica e cultural. Outra diferenciação dos direitos humanos é que eles foram divididos segundo uma doutrina geracional. Eles foram categorizados em gerações “[...] no sentido da evolução histórica e não no sentido biológico,

pois não são superados com a chegada de uma nova geração, mas se superam dialeticamente, sendo que os novos direitos continuam incorporados na geração seguinte” (Soares, 1998, p. 45).

Desse modo, os direitos humanos foram divididos em três gerações a partir da teoria geracional desenvolvida no século XX. Assim, os direitos humanos foram categorizados em: direitos humanos de primeira geração, que compreendem as liberdades individuais ou também chamadas de direitos civis, que foram conquistados no século XVIII com o advento do liberalismo. Os direitos humanos de segunda geração, que consistem nos direitos sociais e guardam estreita relação com os movimentos operários. Porém, são direitos humanos que não se vinculam apenas ao trabalho, mas sim ao ideal de uma igualdade compartilhada entre todos os homens.

A segunda geração é a dos direitos sociais, do século XIX e meados do século XX. São todos aqueles direitos ligados ao mundo do trabalho, como o direito ao salário, horário, à seguridade social, férias, previdência etc. São também aqueles direitos que não estão vinculados ao mundo do trabalho – mais importantes ainda -, porque são direitos de todos e não apenas daqueles que estão empregados. Trata-se dos direitos de caráter social mais geral, como o direito à educação, saúde, habitação. São direitos marcados pelas lutas dos trabalhadores já no século XIX e acentuadas no século XX, as lutas dos socialistas e da social-democracia, que desembocaram no Estado de Bem-Estar Social (Soares, 1998, p. 45).

Há também os direitos humanos de terceira geração, que se consolidaram no final do século XX e se relacionam com direitos de autodeterminação dos povos e nas defesas em favor da preservação do meio ambiente. Além de incluir também a busca por uma cultura de paz, ao desenvolvimento e a partilha dos conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais em prol de uma solidariedade planetária (Soares, 1998).

Bonavides (2004) acrescenta que os direitos humanos de terceira geração são decorrentes de reflexões acerca de temas sobre o desenvolvimento, a paz, o meio ambiente, a comunicação e o patrimônio comum à humanidade. Esse autor comenta ainda que os direitos humanos de terceira geração também são chamados de direitos vinculados à noção de solidariedade junto às comunidades nacional e internacional, tese defendida por Etienne-R. Mbaya, sendo maiores do que uma noção de fraternidade conforme uma atualização da teoria geracional dos direitos humanos.

Após a terceira geração de direitos humanos, uma quarta geração foi proposta, porém, ainda sem consenso doutrinário. Entretanto, Mbaya (1997) defende uma quarta geração de direitos humanos. Dentre esses, incluem-se os direitos à democracia e à comunicação.

Para Bonavides (2004), os direitos humanos de quarta geração concernem à ideia de uma democracia globalizada e à promoção da cidadania. “Enfim, os direitos da quarta geração

compendiam o futuro da cidadania e o porvir da liberdade de todos os povos. Tão-somente com eles será legítima e possível a globalização política” (Bonavides, 2004, p. 572).

Bobbio (2004), por sua vez, também antevia a necessidade de uma nova geração de direitos humanos, além das três gerações doutrinárias, a partir de uma atualização decorrente do desenvolvimento social, tecnológico e das comunicações nas sociedades contemporâneas, bem como de novas demandas por liberdades e poderes. A respeito dos direitos sociais, Bobbio (2004) acrescenta ainda que eles modificaram não apenas a relação dos direitos do homem, assim como também legitimaram a necessidade de garantia desses por meio de um Estado social: “[...] a proteção destes últimos requer uma intervenção ativa do Estado, que não é requerida pela proteção dos direitos de liberdade, produzindo aquela organização dos serviços públicos de onde nasceu até mesmo uma nova forma de Estado, o Estado Social” (Bobbio, 2004, p. 35).

Nesse sentido, Bobbio (2004) correlaciona a garantia dos direitos sociais a uma forma de governo contrária ao pressuposto do Estado Mínimo, preconizado pelo liberalismo. A concepção de Estado Social relaciona-se com o avanço do movimento socialista no século XVIII. Em outra obra, Bobbio (2000) discorre que o socialismo se pontuaria a partir de então como um sistema de governo que complementaria a democracia numa correlação garantidora de um ideal igualitário. Desse modo, ao invés do socialismo e a democracia se estabelecerem como antitéticos, o movimento socialista caminhou para a configuração de uma social-democracia ou democracia social, que se distingue da democracia liberal, conforme esclarece Bobbio (2000):

Mas não se deve acreditar que o conceito de democracia permaneceu o mesmo da passagem da democracia liberal à democracia social. No binômio liberalismo mais democracia, democracia significa principalmente sufrágio universal e, portanto, um meio de expressão da livre vontade dos indivíduos singulares; no binômio democracia mais socialismo, democracia significa ideal igualitário que apenas a reforma da propriedade proposta pelo socialismo poderá realizar. No primeiro binômio é consequência, no segundo um pressuposto. Como consequência, no primeiro completa a série das liberdades particulares com a liberdade política; como pressuposto, no segundo, será completada tão-somente pela futura e esperada transformação socialista da sociedade capitalista (Bobbio, 2000, p. 84).

Desse modo, a relação entre socialismo e democracia constituiu a social -democracia ou democracia social como uma corrente política que visa principalmente à igualdade entre os cidadãos, à garantia dos direitos sociais pelo Estado democrático e ao assistencialismo como uma política pública de governos. Além disso, esse modelo de democracia não propõe uma ruptura radical com o direito à propriedade, o capitalismo e nem o fim do Estado.

Etienne-R. Mbaya defende que a social-democracia também colabora para a ideia de universalidade dos direitos humanos, especialmente a partir da adoção da Carta das Nações Unidas, da Declaração Universal dos Direitos do Homem e de outros instrumentos internacionais posteriores no âmbito dos direitos humanos. Esse autor rebate o antagonismo entre os direitos políticos e os sociais e defende a social-democracia como sendo capaz de unilos: “Tal sociedade une a democracia política à social. É igualmente o tipo de sociedade que protege o fraco, o vulnerável e considera as exigências da solidariedade como integrante de sua vida constitucional e social, tendo o mesmo valor das prescrições políticas da democracia” (Mbaya, 1997, p. 31-32).

Com a ampliação das reivindicações por direitos sociais e direitos humanos à luz das transformações históricas ocorridas no Ocidente a partir de meados do século XVIII, o conceito de cidadania clássico, sedimentado na titularidade de direitos civis, políticos e sociais pelo cidadão conforme Marshall (1967), transformou-se semanticamente para uma nova concepção multidimensional, cosmopolita e planetária segundo Cortina (2005). Essa autora critica o conceito de cidadania moderno, centrado nos princípios e valores do Estado liberal e do Estado de bem-estar social, e propõe o conceito de cidadania com ênfase no Estado Social de Direito. Essa nova conceituação de cidadania de Cortina (2005) defende os direitos humanos em intrínseca relação com uma ética de justiça social. Assim, justiça social, uma ética política e os laços de pertencimentos e de participação dos cidadãos em uma ideia de comunidade cosmopolita são elementos de fundamentação da concepção de uma cidadania planetária, de acordo com o conceito elaborado por Cortina (2005).

O desenvolvimento dos direitos sociais a partir dos pioneiros movimentos operários em meados do século XVIII e o reconhecimento da universalidade dos direitos humanos promoveram também o princípio da solidariedade junto às comunidades internacionais. Não somente nações passaram a defender e a proteger os direitos humanos, assim como também categorias de trabalhadores, a exemplo dos jornalistas de diversos países, como no Brasil.

Desse modo, jornalistas de alguns países, reunidos em federações, associações ou conselhos, estabeleceram e incorporaram aos seus códigos de ética ou também chamados deontológicos, valores e princípios baseados em direitos humanos e sociais, principalmente em atenção a grupos em situações de vulnerabilidade social. Os primeiros códigos deontológicos de jornalistas tiveram origem nos Estados Unidos no começo do século XX e posteriormente se expandiram para a Europa a partir da Escandinávia (Christofoletti, 2015). Mediante esses códigos de conduta de jornalistas, a defesa de direitos sociais e humanos, asseverada pela democracia social, colaborou também para o estabelecimento do jornalismo sedimentado na

ideia ético-moral de uma responsabilidade social da comunidade interpretativa de jornalistas (Traquina, 2008).

A partir dos códigos deontológicos de jornalistas de países que historicamente relacionam-se com a origem e os avanços nas conceituações referentes à cidadania e à democracia, é possível evidenciar correlações entre a atuação dos jornalistas e a defesa de direitos sociais e humanos. Esses códigos são documentos que normatizam valores, princípios e condutas compartilhados pelos jornalistas de distintas nações.

Por exemplo, na Grécia, país historicamente considerado o berço da democracia e da cidadania, o Código de Ética para Jornalistas Profissionais, adotado pela Federação Pan Helênica da União de Jornalistas e editado em junho de 1998, cita, no artigo 2, que o jornalista grego é competente e obrigado: “e. Tratar cidadãos com discrição e sensibilidade quando eles estão em situações de tristeza, choque psicológico e dor, assim como aqueles que têm problemas psicológicos manifestos, evitando projeção de sua particularidade pessoal” (Observatório da Ética Jornalística, 2013, p. 52). Também nesse mesmo código, encontra-se outro exemplo: “f. Não revelar, direta ou indiretamente, a identidade de vítimas de estupro que tenham sobrevivido ao ato criminoso” (Observatório da Ética Jornalística, 2013, p. 52). Ambos os incisos prescrevem a obrigação do jornalista grego em proteger a dignidade humana dos cidadãos, principalmente de pessoas em situações de vulnerabilidades sociais e vítimas de estupro.

Nos Estados Unidos, outro país que se consagrou na história ocidental como a primeira nação a constitucionalizar os direitos humanos, também são encontrados exemplos de proteção a esses direitos no código deontológico dos jornalistas estadunidenses. No Código de Ética da Sociedade dos Jornalistas Profissionais, dos Estados Unidos, que foi elaborado em 1926 e cuja atualização mais recente data de 2014, discorre que os jornalistas estadunidenses devem buscar a verdade e relatar: “- Evitar estereotipar por raça, gênero, idade, religião, etnia, geografia, orientação sexual, deficiência, aparência física ou status social.” e também: “- Dar voz aos sem voz; fontes oficiais e não-oficiais têm o mesmo valor” (Observatório da Ética Jornalística, 2012, p. 79). O primeiro trecho apresenta como dever a pluralidade e a diversidade no trabalho jornalístico. Já o segundo versa sobre uma preocupação com as minorias silenciadas e o dever do jornalista estadunidense em realizar o tratamento igualitário entre as fontes jornalísticas.

Na França, outro país importante para a promulgação dos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade a partir da Revolução Francesa, também se encontram valores éticos jornalísticos sustentados nos direitos humanos na Carta de Deveres Profissionais dos Jornalistas Franceses, que foi adotada pelo Sindicato Nacional de Jornalistas Franceses em 1918, revisada e completada em 1938. A carta orienta que o jornalista digno de seu título: “Recusa-se a invocar

um título imaginário de qualidade, usar meios desonestos para obter informações ou tirar proveito da boa fé de alguém” (Observatório da Ética Jornalística, 2012, p. 133). Além disso, o jornalista francês: “Respeita e dá máxima prioridade à justiça” (Observatório da Ética Jornalística, 2012, p. 134).

O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, atualizado em 2007 pela Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ), define também uma série de fundamentos para a atuação profissional de jornalistas no Brasil com expressa menção à Declaração Universal dos Direitos Humanos e outras disposições referentes aos direitos do cidadão ligados ao social. Desse modo, alguns direitos de cidadania são imbricados ao fazer jornalístico no Brasil como deveres profissionais e princípios éticos da categoria profissional. Esse código preconiza que é dever do jornalista brasileiro, no Capítulo II – Da conduta profissional do jornalista, no artigo 6º: “I - opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos” (Federação Nacional de Jornalistas, 2007). Também prescreve: “VI - não colocar em risco a integridade das fontes e dos profissionais com quem trabalha;” (Federação Nacional de Jornalistas, 2007), preservando, assim, o direito fundamental à vida.

No Código de Ética do Jornalista Brasileiro, entre os deveres da conduta do profissional está, no artigo 6º: a) “X - defender os princípios constitucionais e legais, base do estado democrático de direito; b) “XI - defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros e das minorias” ; c) “XIV - combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza” (Federação Nacional de Jornalistas, 2007).

Outro exemplo de compartilhamento de condutas éticas de jornalistas de diferentes países ocorre quanto à invasão de privacidade e à exposição de vítimas de violências. Em artigo que analisa o conteúdo dos códigos deontológicos dos jornalistas da Grécia, da Itália, do Reino Unido, dos Estados Unidos, da França e do Brasil, Santana e Moraes (2022) repercutem um caso, que ocorreu em junho de 2022, de infração ética jornalística no Brasil quanto à invasão de privacidade e à exposição de estupro sofrido por uma atriz brasileira, cuja divulgação não foi consentida pela vítima.

Esse estudo analisou a partilha de valores éticos prescritos nos códigos deontológicos dos países mencionados anteriormente em relação à cobertura noticiosa de foro íntimo e a divulgação de vítimas de violências. Os resultados evidenciaram que a invasão de privacidade

e a divulgação jornalística de vítimas de violências são preocupações éticas compartilhadas pelos jornalistas da maioria desses países com prescrições de condutas e sanções, com exceção da Carta de Deveres Profissionais dos Jornalistas Franceses, na qual não foram identificadas explícitas normatizações deontológicas a respeito desses temas. Além disso, esse estudo indica que os códigos de ética de jornalistas de diversos países servem como modelos de análise dos fundamentos, princípios e valores compartilhados pela comunidade interpretativa transnacional, tese de autoria de Traquina (2008):

Apreende-se que, além da defesa da cidadania, da democracia e dos direitos sociais e humanos, os códigos deontológicos de jornalistas analisados reconhecem a invasão de privacidade e a exposição de vítimas de crimes e de pessoas em situações de vulnerabilidades como temáticas compartilhadas pela ética de uma comunidade transnacional de jornalistas (Santana; Moraes, 2022, p. 349).

Por fim, segundo o percurso histórico exposto anteriormente, contextualiza-se que os movimentos operários a partir do século XVIII resultaram na conquista dos direitos sociais e humanos como garantias integrantes do conceito de social-democracia ou democracia social. Para o jornalismo, a defesa dos direitos sociais e humanos passou a fundamentar também princípios e valores da ocupação, a conduta ética e os deveres dos jornalistas. Além disso, a ampliação dos direitos sociais imputou ao jornalismo, enquanto uma das instituições democráticas ‘quase-pública’ (Sodré, 2012, p. 113), a teoria de uma responsabilidade social a partir do século XX.

O recorte histórico ocidental apresentado anteriormente contribui para fundamentar que tipos de cidadania, de democracia e de jornalismo foram desenvolvidos e refletiram posteriormente no Brasil, quais são suas matrizes e no que concerne um modelo democrático brasileiro. A independência do Brasil foi caudatária dos ideais liberais advindos das Revoluções Burguesas, especialmente das Revoluções Americana e Francesa, assim como também da emergência da social - democracia originada nos movimentos operários do século XVIII. Entretanto, a nação brasileira formou-se segundo uma história particular de concepções de democracia, de cidadania e de jornalismo, que será discutida adiante.

### 2.3 BRASIL E SUAS ESPECIFICIDADES DE DEMOCRACIA E REFLEXOS NA CIDADANIA E NO JORNALISMO

As experiências democráticas dos Estados Unidos e os ideais de igualdade, fraternidade e liberdade consolidados na Revolução Francesa no final do século XVIII influenciaram

fortemente a formação da democracia no Brasil e seus reflexos na constituição do conceito de cidadania no País. Apesar dessas influências externas, os modelos de democracia e de cidadania que se originaram no Brasil detêm suas peculiaridades.

A constituição do País como nação democrática e cidadã fundou-se segundo um projeto colonialista de exploração econômica de matérias-primas e de opressão dos colonizadores sobre os povos originários e os negros do continente africano que foram escravizados. O início histórico do período colonial brasileiro foi marcado por um processo brutal de exclusão social, que constituiu uma ralé estrutural no País (Souza, 2003), em que os povos indígenas e negros, que eram uma maioria quantitativa, foram exterminados, escravizados e violentados e foram relegados à marginalidade na sociedade. Dentre essas minorias, as mulheres no Brasil também foram excluídas de direitos de cidadania à época.

Essa perspectiva contrapõe-se à narrativa oficial e modernizante de constituição do território nacional brasileiro, que também nos chega na contemporaneidade segundo um olhar desenvolvimentista do colonizador português. E perpetua-se posteriormente a partir de uma elite nacional que irá se formar após a independência do Brasil no século XIX, a partir de 1822.

A história oficial do Brasil, conforme aponta Gomes (2003), reforça uma perspectiva de ‘transição’ do trabalho escravo para o trabalho livre. Esse prisma histórico forja um processo civilizatório no Brasil de cunho pacifista e desenvolvimentista em detrimento da perspectiva de que a escravidão foi algoz e fundamentou ciclos de exploração humana e econômica no território nacional (desde o extrativismo, passando pela mineração, depois a monocultura agrária até o estabelecimento das bases agropecuárias e dos latifúndios). Esse modelo de exploração escravagista configurou a nacionalidade brasileira.

A violência contra os povos indígenas e os negros africanos e posteriormente a exploração da mão de obra de imigrantes estrangeiros geraram as primeiras lutas por liberdades, os espaços de resistências como os quilombos, até a abolição da escravidão no Brasil república em 1888. Dos povos originários, dos negros escravizados e dos imigrantes, originou-se também a miscigenação étnica no País, por vezes decorrente de violências, e que também foi pensada como uma política de embranquecimento da população brasileira, a qual gestou o mito de uma democracia racial no Brasil.

A escravidão e a violência são paradigmas perversos na configuração da cidadania e de uma posterior forma de governo democrático no Brasil. Conforme esse contexto, a imprensa nacional caracteriza-se enquanto uma instituição originariamente demarcada pela ambivalência e, em alguns momentos da história do País, se coloca até mesmo de maneira contraditória aos seus princípios e valores de cunho social. Conforme discorre Sodré (2012), a imprensa

tradicional no Brasil, que configurou o jornalismo de referência, caracteriza-se pela ‘velha propriedade patrimonialista de jornais’ e por relações de poder classistas. Contudo, ela também teve atuações relevantes no processo de independência do Brasil e na luta pela abolição da escravatura.

Por *patrimonialismo* se designa um complexo de relações mantido por família, clã ou grupo afim, com o objetivo de preservar o conjunto pela distribuição interna de bens. O fator econômico importa, mas a essência da razão patrimonialista é cultural: a manutenção daquele grupo específico, a sua intrínseca familiaridade. Ora, a grande imprensa tradicional era produto de uma aliança entre proprietários (em geral, grandes famílias ou grupos de fortes afinidades eletivas), patrocinadores industriais/comerciais e profissionais, na maior parte das vezes articulados em torno da defesa dos interesses de uma fração específica das classes dirigentes. A abolição da escravatura (de cuja campanha participou a maioria dos jornais provinciais) e a criação da república foram impulsionadas pela imprensa, o que deu ao jornalismo um papel importante na formação de uma cultura política no Brasil. Mesmo quando muito conservador, um órgão de imprensa não deixa de refletir questões públicas, geralmente decisivas quanto aos rumos da nação (Sodré, 2012, p. 113).

Mesmo após a abolição da escravidão no Brasil, Carvalho (2003) analisa que as suas consequências perduraram nas relações sociais, impactando escravos e seus descendentes continuamente subjugados pelo racismo e também continuou junto aos opressores que mantiveram a segregação racial. Além disso, os efeitos da escravidão prosseguem na atual sociedade brasileira como uma episteme de exclusão social sobre determinados sujeitos, isto é, as minorias, quanto ao efetivo gozo dos direitos de cidadania.

De acordo com Carvalho (2003), um aspecto relevante e elemento indispensável para a formação da cidadania é a existência de uma identidade nacional conciliadora e forte, um aspecto que foi deficiente no Brasil desde o início de sua história. No Brasil Colônia e mesmo no pós-independência, a inexistência de um Estado e de uma identidade nacional agregadora, dentre outros fatores, colaboraram para uma cidadania em negativo nessa época no País (Carvalho, 2003).

Não é difícil apontar razões sociológicas para explicar a diferença brasileira. Entre elas, a escravidão, que negava a cidadania, mesmo civil, a boa parte da população; o patriarcalismo, que a negava às mulheres; o latifúndio que fazia o mesmo com seus dependentes. Como vimos, os membros mais esclarecidos da elite política e da burocracia queixavam-se constantemente dos obstáculos à operação das instituições importadas. Referiam-se aos costumes, ao estado moral do país, à falta de luzes e ilustração, ao baixo nível de educação e civilização, à influência dos potentados locais, à ausência de uma opinião pública. Referiam-se, enfim, a uma sociedade que mal começava a engatinhar na vida civil e política (Carvalho, 1996, p. 355-356).

Essas condições produziram uma cidadania verticalizada, isto é, de cima para baixo no Brasil, conforme discorre Carvalho (1996) ao citar e se apropriar do modelo de análise de movimentos de cidadania elaborado por Bryan S. Turner. Esse movimento de cidadania foi registrado em países nos quais o Estado foi o grande responsável pelas mudanças e pela conferência de direitos aos cidadãos.

Outra análise sobre a cidadania considera a dicotomia entre público e privado, segundo José Murilo de Carvalho. “A cidadania pode ser adquirida dentro do espaço público, mediante a conquista do Estado, ou dentro do espaço privado, mediante a afirmação dos direitos individuais, em parte sustentados por organizações voluntárias que constituem barreiras à ação do Estado” (Carvalho, 1996, p. 337).

De acordo com Carvalho (1996), esses eixos de análise propostos por Turner estabelecem quatro tipos de cidadania:

- a) A cidadania conquistada de baixo para cima dentro do espaço público, conforme observado na experiência da Revolução Francesa;
- b) A cidadania reivindicada de baixo para cima, porém dentro do espaço privado, o que ocorreu na independência dos Estados Unidos;
- c) A cidadania obtida por meio da universalização de direitos individuais (espaço público), segundo uma concepção do cidadão como um súdito conforme a experiência de cidadania registrada a partir da Revolução Inglesa e mediante o acordo de 1688 que restabeleceu a monarquia como sistema de governo na Inglaterra;
- d) A cidadania originada de cima para baixo dentro do espaço privado, conforme o que foi observado na Alemanha segundo o vínculo da ideia de ser cidadão como leal ao Estado.

Carvalho (1996) sistematiza também categorias de cidadão, sendo o participante como aquele de atuação ativa e referenciado nas constituições elaboradas no século XIX em contraposição ao cidadão inativo. Esse último, trata-se do cidadão resultante das experiências de cidadania de cima para baixo observadas em alguns países. E, por fim, o indivíduo paroquial, que consiste naquele ligado ao domínio do privado, do local e/ou mesmo ao tribal, integrante da família e marcado por uma total alienação ao sistema político, seria então o não-cidadão, de acordo com esse autor.

Com base nessas categorias, Carvalho (1996) analisa que a cidadania no Brasil começou segundo uma configuração do Estado como provedor de um modelo de cidadania peculiar.

“Grande número de brasileiros que durante a colônia se mantinha totalmente afastados da vida pública, presos ao seu mundo privado, a sua ‘idiotia’, para usar uma expressão grega indicadora do não-cidadão, saíram de seu paroquialismo e passaram a se relacionar com o Estado” (Carvalho, 1996, p. 355).

Ao invés de cidadãos ativos, formaram-se, na inicial nação brasileira, sujeitos que se movem entre paroquianos e súditos inativos, com algumas lutas históricas registradas no ativismo político. “No caso brasileiro, a centralidade do Estado não indica seu caráter público e universalista. Isto porque, de um lado, o Estado coopta seletivamente os cidadãos, e de outro, os cidadãos buscam o Estado para o atendimento de interesses privados” (Carvalho, 1996, p. 2).

Além desse movimento, Carvalho (2003), em outro livro, elenca que a construção da cidadania no Brasil ocorreu diferentemente da sequência observada por Marshall (1967) na trajetória histórica entre os séculos XVIII e XX no Reino Unido. No modelo inglês de cidadania analisado por Marshall (1967), houve uma sequência processual no estabelecimento dos direitos do cidadão. Primeiramente, ocorreu a conquista dos direitos individuais pelos cidadãos no século XVIII, configurando assim uma cidadania civil. Em seguida, foram garantidos os direitos políticos no século XIX, configurando a cidadania política. Por último, foram institucionalizados os direitos sociais no século XX e que demarcam a cidadania social.

Essa ordem sequencial conferiu uma trajetória temporal e lógica para o desenvolvimento de uma cidadania ideal como um status de igualdade de direitos, sustentada na oferta de educação, na existência de uma população letrada e no amadurecimento político dos cidadãos para reivindicarem seus direitos junto ao Estado. Somam-se também a esses fatores a formação dos Estados-nações e o reconhecimento da democracia como um regime de governo que “[...] professa acreditar na igualdade” (Marshall, 1967, p. 143).

Já no Brasil, Carvalho (2003) analisa que a trajetória histórica da cidadania foi diferente da observada por Marshall (1967) na Inglaterra. No caso brasileiro, a tutela dos direitos políticos e sociais pelo Estado precedeu as lutas por direitos civis. Desse modo, formou-se uma cidadania exercida passivamente pelos brasileiros, e não resultante da participação ativa dos cidadãos em busca de liberdades, de direitos e responsáveis por deveres.

A institucionalização de direitos políticos antecedeu aos demais direitos na formação da cidadania brasileira, especialmente o voto foi o primeiro direito político conferido aos cidadãos pelo colonizador português e posteriormente pelo Estado. As eleições também se tornaram símbolo de definição de cidadania e de exercício da democracia no País, o que perdura na atualidade brasileira.

Apesar de o voto no Brasil ser registrado desde o período colonial, o seu valor cívico era esvaziado à época do Brasil Colônia, porque o povo carecia de noções de pertencimento a um território nacional. Também havia uma indefinição de quem era o cidadão brasileiro naquele período, em parte também devido à necessidade de um recenseamento da população. Inicialmente o direito ao voto foi conferido a uma maioria de eleitores analfabetos, um aspecto inicial deficitário que se somou à primária cidadania vigente durante o Brasil Colônia (1530-1822) e escravocrata.

Canêdo (2003) discorre que o Brasil carecia de uma cidadania desde o princípio da nação, isto é, do estabelecimento de um sentimento de ser brasileiro. “A construção da cidadania no Brasil, portanto, se iniciou baseada num território não mensurável controlado pelas culturas políticas locais” (Canêdo, 2003, p. 523). Além disso, não havia o interesse individual ou do Estado na definição do cidadão brasileiro à época.

A formação das primeiras listas eleitorais, ainda no Brasil Colônia, relaciona-se com a construção de um pioneiro status de cidadão-eleitor brasileiro. Esse processo configurou-se segundo uma lógica de exclusão de determinados grupos do direito ao voto, como mulheres, negros, povos indígenas, mestiços e homens pobres. Mesmo nas eleições do Brasil Império (1824-1889), Canêdo (2003) ressalta a permanência dessa segregação social e eleitoral: “Mostrando que o verbo ‘votar’ e a prática da cidadania são do gênero masculino e da cor branca, as mulheres estavam ausentes do texto, assim como os escravos e os indígenas” (Canêdo, 2003, p. 526).

Inicialmente a formação das listas eleitorais e as votações ocorriam nas dependências da Igreja Católica, com missas solenes que antecederiam a realização das eleições. Desse modo, o paroquialismo colaborou para uma inicial cidadania brasileira estritamente comunitária e sob o jugo da Igreja Católica. “Neste contexto, os verdadeiros agentes da cidadania foram os padres que detinham os registros paroquiais e, por isso, podiam atestar a legalidade das qualidades requeridas para ser cidadão” (Canêdo, 2003, p. 526).

Mesmo após a Independência do Brasil em 7 de setembro de 1822 e o início do regime monárquico do Brasil Império (1822-1899), com a primeira Constituição em 1824 outorgada por Dom Pedro I, ainda assim houve dificuldades em se estabelecer um real vínculo junto aos cidadãos e a formação de um sentimento de pertencimento à nação brasileira. Apesar da independência da nação, a escravidão prosseguiu até a abolição em 1888.

A ideia de uma nação brasileira somente se tornaria uma preocupação política e um interesse nacional a partir das tentativas de revoltas separatistas, que ocorreram em alguns estados como: Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul, entre os anos de 1835

e 1840. Em contraponto, houve um instrumento jurídico, a Lei Saraiva, de 1881, que instituiu eleições diretas para os cargos políticos existentes à época e proibiu a participação política de analfabetos como eleitores ou candidatos nas eleições.

A imprensa no Brasil, que avançou no período da Primeira República (1889-1930), teve um papel importante para o estabelecimento do nacionalismo. Segundo Canêdo (2003), essa ideia de um projeto nacionalista ganharia corpo por meio da literatura e da imprensa.

A imprensa, que desde a República conhece um desenvolvimento diversificado, leva a política nacional para as cidades do interior, e os grandes acontecimentos, são marcados por imagens, notícias e críticas das ocorrências eleitorais. A imprensa também vai, cada vez mais, associar as consequências das eleições para a vida cotidiana do eleitor alfabetizado das classes médias, tornando, assim, mais natural a idéia de cidadania (Canêdo, 2003, p. 535).

No entanto, uma efetiva compreensão dos cidadãos brasileiros sobre os direitos de cidadania e a valoração do nacionalismo careciam também do elemento educacional, que é deficitário no País desde o início de sua história. O analfabetismo afetou o desenvolvimento da emergente imprensa nacional, e conseqüentemente corroborou para a constituição de uma embrionária “exclusão cognitiva e cultura do silêncio” no Brasil e suas consequências na atualidade, conforme discorrem Marques de Melo<sup>7</sup> e Tosta (2008, p. 76).

Apropriando-se dessa perspectiva de uma cultura do silêncio advinda da obra *Pedagogia do oprimido*, de Paulo Freire, esse conceito também se aplica a uma análise sobre a constituição da imprensa do País, conforme realizam Marques de Melo e Tosta (2008). Segundo uma lógica de silenciamento, as informações são acessíveis apenas aos cidadãos minimamente alfabetizados/educados, o que exclui uma maioria de brasileiros. Mesmo entre aqueles que sabem ler e escrever, a ausência de alguns direitos de cidadania conseqüentemente gera “[...] a continuidade do fenômeno caracterizado como exclusão comunicacional” (Marques de Melo; Tosta, 2008, p. 83).

Desse modo, a ausência e/ou deficiência da oferta de uma educação formal resulta na privação e o não efetivo gozo dos direitos de cidadania, dentre esses o direito à informação. Mesmo com a vigência do voto desde o período colonial até o primeiro governo republicano no Brasil, quando então foi proibido o voto dos analfabetos por meio da Constituição de 1889, isso confirmou a imprescindível relação entre o direito à educação, o dever do Estado e o gozo de uma cidadania efetiva no Brasil.

---

<sup>7</sup> No campo da Comunicação, o pesquisador brasileiro José Marques de Melo é mais conhecido por Marques de Melo, o que justifica o uso desta forma nas citações de suas obras nesta tese.

Porém, mesmo diante dessa apreensão e durante o primeiro período republicano no Brasil, o Estado foi omissivo na função de ofertar a educação para a maioria dos brasileiros como uma prerrogativa da cidadania política. “Ora, a exclusão dos analfabetos pela Constituição gerou uma dupla discriminação porque ela também isentava o governo do dever de fornecer a instrução primária, que constava do texto imperial” (Canêdo, 2003, p. 531).

Essa gênese deficitária e segregatória de gozo dos direitos no Brasil, que incide também na educação, é a matriz de formação de algumas expressões contemporâneas de cidadania que são observadas no País, como as categorias expostas por Carvalho (2003) de status de cidadão. Segundo esse autor, o cidadão completo trata-se daquele que exerce os três direitos: civis, políticos e sociais. Já o cidadão incompleto é aquele que carece de algum direito. Por último, há também o não-cidadão, que é o que se registrou majoritariamente durante o período colonial no Brasil, como sendo o sujeito que não goza de nenhum dos três direitos.

Em paralelo à construção de uma nação e de uma emergente cidadania desde o Brasil Colônia, a história do jornalismo no País registra uma gênese controversa (Marques de Melo, 2012). São distintas as visões entre autores brasileiros sobre quando ocorreu o início do jornalismo no Brasil. Alguns autores consideram o marco inicial a partir do funcionamento da imprensa no território brasileiro. Outros apontam a origem do jornalismo nacional a partir da existência da liberdade de imprensa no País. Há aqueles que consideram uma gênese do jornalismo brasileiro a partir da circulação de notícias no País. E também há aqueles que defendem o início do jornalismo no País desde a circulação de jornais europeus aportados em navios com a permissão da Coroa Portuguesa, no Brasil Colônia.

Em comparação às histórias europeia e estadunidense, a imprensa no Brasil começa tardiamente no século XIX. Desde 1706, a colônia portuguesa restringia a liberdade de imprensa no Brasil. Também data de 1747 a Carta Régia, que proibiu a impressão de livros e outras publicações de impressos na colônia. Esse cenário modificou-se com o reinado de Dom João VI, quando se iniciou a imprensa no País, porém, sem liberdade, visto que um dos atos do rei foi nomear os primeiros censores da imprensa régia (Mattos, 2005).

Foi no período colonial que circularam dois jornais impressos tidos como marcos iniciais da imprensa no Brasil: a Gazeta do Rio de Janeiro, que teve a sua primeira publicação em 10 de setembro de 1808 e era editada em terras brasileiras. “Esse jornal, pioneiro na impressão em Língua Portuguesa na América, nasce sob o signo da censura. É um jornal produzido pela Corte de Dom João VI, naturalmente controlado pelos censores reais” (Marques de Melo; Tosta, 2008, p. 32).

Também em 1808 começou a circular no País o Correio Braziliense, editado pelo gaúcho Hipólito José da Costa, radicado na Inglaterra. O jornal impresso, que circulou entre 1808 e 1822, era produzido em Londres e tinha mais características de uma revista do que um jornal (Marques de Melo; Tosta, 2008). O Correio Braziliense chegava ao Brasil clandestinamente, graças ao consentimento que o editor Hipólito da Costa detinha junto ao Reino Unido, país aliado de Portugal à época, bem como pela permissividade dos colonizadores portugueses em tolerar a circulação do impresso. “Assim sendo, a história da mídia no Brasil está correlacionada com a história do contrabando [...] constituindo preciosa fonte de informação para os membros da corte sobre o que acontecia no território europeu” (Marques de Melo; Tosta, 2008, p. 33).

Ao sistematizar as fases do jornalismo no Brasil, Marques de Melo (2009) categoriza o pensamento jornalístico brasileiro em três períodos: a) emancipação – século XIX; b) identificação – século XX; c) autonomia – século XXI. A respeito do Correio Braziliense, publicado por Hipólito José da Costa (1808-1822), este autor o considera como integrante de um pensamento embrionário de constituição do jornalismo brasileiro.

Wainberg (2003) defende a contribuição de Hipólito da Costa como paradigmática para o jornalismo no Brasil Colônia, apesar das controvérsias em relação às características do Correio Braziliense que divergem das observadas nos modelos de jornais impressos modernos. Ele elenca as contribuições de Hipólito José da Costa naquilo que o autor propõe como uma estreante teoria do jornalismo no País. Para Wainberg (2003), Hipólito renunciou o jornalismo como uma prática civilizatória no então Brasil Colônia por meio do Correio Braziliense.

Portanto, é relevante destacar que a história da imprensa no Brasil e conseqüentemente do que se compreende como jornalismo inicia-se sem liberdades e mediante censuras do colonizador sobre os primeiros jornais impressos. Nesse sentido, Mattos (2005, p. 99) assevera um entrave histórico para o jornalismo no País: “[...] no Brasil, a censura foi um legado da colonização”.

Ainda de acordo com a compilação de pensadores de um embrionário pensamento jornalístico brasileiro, Marques de Melo (2009, 2012) elenca também alguns jornais e seus editores no período pós-independência do Brasil a partir de 1822, como: a) Frei Caneca (1822-1824), pernambucano que editou Typhis Pernambucano. O jornal publicizava a opinião de seu redator, o mestiço Frei Joaquim do Amor Divino Caneca.

Frei Caneca participou das revoltas contrárias ao imperialismo português durante o Primeiro Reinado (1822-1831) no Brasil que se desencadearam no Nordeste. Inspirado nos ideais iluministas, Frei Caneca promoveu um jornalismo panfletário ou também tido como

radical, ao provocar a animosidade do poder monárquico durante o Primeiro Reinado e ao defender a emergência de uma república no Brasil. Por causa disso, foi encarcerado e fuzilado. (Marques de Melo, 2009, 2012).

Outro pioneiro do pensamento embrionário jornalístico brasileiro foi o fluminense Evaristo da Veiga (1827-1835). Livreiro e interessado por política, o carioca fundou o jornal *Aurora Fluminense*. Segundo Marques de Melo (2012), Evaristo se posicionou como um moderador das forças que disputavam o Congresso Nacional pós-independência do Brasil. Exerceu o jornalismo circunscrito às limitações impostas pelo regime monárquico do Primeiro Reinado. Seu jornal foi tolerado pelo sistema, “[...] apesar de realizar um jornalismo cívico, vigilante em relação às arbitrariedades monárquicas” (Marques de Melo, 2009, p. 8). Posteriormente, foi chamado de ‘patriarca da imprensa brasileira’, sendo considerado como ‘fundador da imprensa política no Brasil’ e também como ‘formador da opinião’ sobre a conjuntura política nacional após a independência do Brasil (Marques de Melo, 2012, p. 55).

No inventário histórico sobre os diversos autores integrantes de um pensamento jornalístico brasileiro realizado por Marques de Melo (2009, 2012), observam-se mudanças de perspectivas e de posicionamentos da imprensa, a partir dos proprietários de jornais em correlação às transformações nos regimes políticos nacionais em direção à democracia e às novas concepções de cidadania.

O primeiro regime político republicano (1889-1930) no Brasil, em termos de direitos de cidadania, não inovou quanto à igualdade civil: “O sufrágio censitário foi abolido, mas para fazer parte do corpo eleitoral, a capacidade de ler e escrever continuou a ser exigida” (Canêdo, 2003, p. 531). Em relação aos direitos políticos, houve o interesse em desenvolver o ideário republicano de motivar os eleitores a irem às urnas como um dever cívico. A respeito disso, Canêdo (2003) versa sobre a necessidade que havia à época de se instituir uma cidadania republicana no Brasil por meio do ato de votar. “O fato é que as autoridades da República se viram diante da necessidade de cumprir o ideário da cidadania republicana hasteado durante a propaganda e, entre outras premências, levar o eleitor às urnas” (Canêdo, 2003, p. 532).

Paralelamente às modificações de regimes políticos no Brasil, o jornalismo no País também se movimentou no sentido de fundar suas matrizes próprias na passagem para o século XX. De acordo com Marques de Melo (2009), esse processo se deu junto ao desenvolvimento do regime republicano e às correntes de imigrantes que chegaram ao Brasil.

O nosso jornalismo assume o seu abasileiramento na forma e conteúdo, em plena sintonia com o movimento verde-amarelo desencadeado pelos intelectuais modernistas, bem como desafiado pela ofensiva nacionalista das vanguardas políticas

que entram em cena no processo de modernização econômica e democratização do poder (Marques de Melo, 2009, p. 9).

É no início do século XX que o jornalismo brasileiro se moderniza e adquire uma fase industrial, em consonância ao que já ocorria nas práticas jornalísticas realizadas em alguns países da Europa e nos Estados Unidos desde o século XIX. Além disso, no início dos anos de 1900, o jornalismo brasileiro torna-se também um campo de poder político para profissionais formados em outras áreas de conhecimento e que desenvolviam o ofício jornalístico em paralelo à atuação política: “[...] o jornalismo abre as portas da política aos praticantes do ofício, que dele se valem para escalar os degraus do aparelho estatal. Por isso mesmo, pensam o jornalismo como peça fundamental da engrenagem do poder” (Marques de Melo, 2009, p. 9).

Desse modo, o ofício de jornalismo tornou-se estratégico para a política nacional, a despeito da ausência de uma graduação na área no Brasil até o final dos anos de 1930. Enquanto ocorria a emergência do jornalismo informativo<sup>8</sup> no Brasil no início do século XX, o sistema político nacional perpassava pela fase da República Velha (1889-1930), caracterizada pela descentralização do poder político nas oligarquias regionais. Nesse período, destacaram-se as oligarquias políticas de Minas Gerais e de São Paulo.

Uma ruptura no poder dessas oligarquias ocorreu com a Revolução de 1930, que foi um golpe de Estado apoiado por militares. Mediante essa revolta, assumiu provisoriamente a presidência do País o político sul-rio-grandense, Getúlio Vargas. Em 1934, segundo uma vontade auspiciosa de democratização do Brasil, foi promulgada a Constituição Federal de 1934, tida como modernizante. Nesse mesmo ano, Getúlio Vargas foi eleito à presidência da república por meio de eleições indiretas.

No governo Vargas, foi tutelada pelo governo federal uma série de direitos trabalhistas, sociais e previdenciários, além da expansão e modernização das instituições do Estado, como a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a elaboração de um novo Código Eleitoral em 1932, configurando assim uma cidadania regulada pelo Estado (Canêdo, 2003).

---

<sup>8</sup> Trata-se de modelo de jornalismo e de um gênero discursivo da área que enfatiza os acontecimentos novos e informações atuais nos relatos jornalísticos em substituição ao cunho interpretativo e opinativo. É considerado a essência do jornalismo, pois prioriza alguns métodos de objetividade jornalística que visam à apuração verossímil despidas de visões pessoais dos jornalistas e dos donos dos veículos noticiosos. O jornalismo informativo substituiu gradativamente o modelo opinativo, que foi dominante desde o início dos primeiros jornais impressos no século XVII mundialmente. O jornalismo informativo estabelece-se como uma comunicação de massa sustentada pela publicidade e por governos. Dados coletados na Enciclopédia INTERCOM de Comunicação. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010. v. 1. Dicionário brasileiro do conhecimento comunicacional: conceitos (termos, expressões e referências indispensáveis ao estudo da área). Disponível em: <http://portal.metodista.br/mutirao-do-brasileirismo/cartografia/enciclopedia/view>. Acesso em: 4 dez. 2021.

No governo Vargas, criou-se também o então Ministério da Educação e Cultura, atual Ministério da Educação (MEC), que passou a ser o órgão do poder executivo federal responsável por regulamentar a oferta do ensino superior em Jornalismo, assunto que será discutido no próximo capítulo desta pesquisa.

O governo Vargas estreou também o populismo como um conjunto de práticas políticas paternalistas a partir do chefe do Estado, consolidando o nacionalismo à época. Além disso, a conferência de direitos sociais pelo Estado nesse período promoveu no Brasil uma cidadania passiva e enalteceu o governo populista vinculado à figura pública do então presidente Getúlio Vargas.

Em 1937, Getúlio Vargas dá um golpe de Estado para sua manutenção na presidência até 1945, sustentado no argumento de uma intervenção política contra uma possível emergência do comunismo no País, após a Intentona Comunista em 1935, e sob a influência da 2ª Guerra Mundial (1939-1945). Esse período ditatorial foi chamado de Estado Novo e representou um retrocesso no processo de democratização do Brasil. Nessa época, houve o fechamento do Congresso Nacional e a vigência da Constituição de 1937, que ficou conhecida como “polaca” por se inspirar no regime fascista da Polônia. Além disso, o Estado Novo foi marcado por um governo centralizador, pela restrição de liberdades civis e pelo autoritarismo.

Durante a ditadura do Estado Novo, Getúlio Vargas foi responsável também por promulgar as leis que regulamentaram o monopólio estatal para o desenvolvimento das universidades públicas (Sousa Junior, 2012), conforme um projeto político nacional de educação superior no País. No Estado Novo, foi promulgada também a primeira legislação do curso superior em Jornalismo, assunto que será tratado no próximo capítulo.

O autoritarismo da ditadura do Estado Novo impactou o jornalismo brasileiro com cerceamentos à liberdade de imprensa e ao exercício da profissão por meio da promulgação da Constituição de 1937. “A Constituição de 1937, promulgada em 10 de novembro, estabeleceu no artigo 122, a censura prévia aos veículos de comunicação para assegurar ‘a paz, a ordem e a segurança’” (Mattos, 2005, p. 104).

Getúlio Vargas foi deposto da presidência da república em 1945 em virtude do anseio coletivo de uma efetiva democracia no País e pelo fim da ditadura do Estado Novo. Foram então realizadas eleições presidenciais a partir de dezembro daquele ano. De 1945 a 1964, o Brasil perpassou por sua primeira experiência democrática republicana. Os direitos trabalhistas implantados pelo governo Vargas foram mantidos e houve uma maior organização de partidos políticos, representações sindicais, ligas camponesas e associações civis (Carvalho, 2003).

Seguindo o percurso cronológico da história nacional, a democracia brasileira sofreu outro retrocesso, que foi considerado o mais perverso à garantia dos direitos de cidadania, com a Ditadura Militar entre 1964 e 1985. O golpe militar foi decorrente de um movimento nacionalista de ideologia anticomunista e que foi influenciado pela política externa estadunidense segundo o contexto internacional da Guerra Fria (1947-1989).

A Ditadura Militar no Brasil foi demarcada por uma política autoritária de direita, com a cassação das liberdades civis dos cidadãos, de direitos políticos, além da promulgação de instrumentos políticos de repressão por meio dos Atos Institucionais que se sobrepujam à Constituição. Houve também infrações aos direitos humanos mediante decretos ilegais de prisão, perseguições, torturas e desaparecimentos de opositores ao regime. Alguns brasileiros contrários à Ditadura Militar tiveram que buscar o exílio do País. Esse regime caracterizou-se também pela política de Estado máximo com intervenção estatal na economia para o desenvolvimentismo nacional.

No âmbito do jornalismo brasileiro, a imprensa foi contraditória em seu papel em favor da democracia e da cidadania no Brasil, em 1964, a partir do apoio que alguns tradicionais veículos noticiosos concederam à Ditadura Militar, o que configurou o regime autoritário enquanto um golpe midiático-civil-militar, segundo Silva (2020). Tradicionais jornais brasileiros, como Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo, Jornal do Brasil, Correio da Manhã e Tribuna da Imprensa agiram, naquele período, como intelectuais orgânicos do golpe (Silva, 2020).

Contudo, a Ditadura Militar também cerceou a liberdade de imprensa, bem como os veículos noticiosos e seus conteúdos. Institucionalizou a Lei de Imprensa, de 1969, e regulamentou a obrigatoriedade do diploma e o registro profissional de jornalista junto ao Ministério do Trabalho e Emprego para o exercício da profissão. “O exercício da censura no período pós-1964, pois, se caracterizou como um dos mais fortes elementos de controle do Estado sobre os veículos de comunicação de massa” (Mattos, 2005, p. 117). As consequências da censura repercutiram também na qualidade dos conteúdos noticiosos e na atuação dos veículos de imprensa.

A exploração econômica das concessões de mídia impressa e o desenvolvimento do sistema de radiodifusão nacional pela iniciativa privada expandiram-se durante a Ditadura Militar. Segundo Mattos (2005), o regime militar ajudou os veículos favoráveis à Ditadura: “[...] durante os 21 anos de regime de exceção, a participação e influência governamental no crescimento dos veículos de massa foram diretamente determinadas pelos objetivos do Estado de promover o desenvolvimento e a modernização do país [...]” (Mattos, 2005, p. 134).

A partir daí, um sistema de comunicação nacional (imprensa, rádio, televisão) estabeleceu-se em consonância à conceituação de democracia de massas, que vincula estritamente uma função social progressista para os meios de comunicação nas democracias. Sobre a democracia de massas, Gentili (2005) a explica como baseada na noção de sociedade de massa derivada também dos conceitos de cultura de massa e de comunicação de massa, que predominaram na área de Comunicação especialmente entre os anos de 1960 e 1970. Para ele, o jornalismo é intrinsecamente vinculado à sociedade de massa. “Nas democracias de massas, marcadas pela expansão de direitos, o direito à informação constitui-se num direito ‘em si’ e ao mesmo tempo é a porta de acesso a outros direitos” (Gentili, 2005, p. 24).

Ademais, a Ditadura Militar transformou o ensino de Jornalismo no Brasil, tema desta pesquisa e que será aprofundado mais adiante. O fim da Ditadura Militar no Brasil, em 1985, foi precedido do enfraquecimento do regime e decorrente da pressão política externa pelo fim das ditaduras militares na América Latina. Internamente, as atrocidades em relação às infrações de direitos de cidadania e humanos no Brasil e a ausência de uma democracia foram motivos que fizeram com que alguns cidadãos brasileiros se reunissem no movimento popular chamado de Diretas Já, entre 1983 e 1984. Esse movimento popular foi marcado pela realização de comitativas que unificaram milhares de brasileiros em oposição à Ditadura Militar e tinham como pauta a realização de eleições diretas para a presidência do Brasil.

O processo de redemocratização do País culminou no estabelecimento do poder civil em 1985 e na promulgação da Constituição de 1988, que foi chamada de Constituição Cidadã, pois ampliou o rol dos direitos de cidadania. Vigente até à contemporaneidade, a Carta Magna é considerada a mais democrática na história do Brasil até então. Nesse sentido, observa-se que a história de uma efetiva experiência democrática é muito recente no País e data do final do século XX.

Ainda nos anos de 1990, o Brasil ingressa no neoliberalismo como um sistema político e econômico mundial que se caracteriza pela participação limitada do Estado na economia capitalista e também no âmbito social. Decorre também desse modelo socioeconômico a expressão contemporânea de uma nova conceituação de cidadania estritamente vinculada à possibilidade de consumo de bens materiais e simbólicos. Emerge então a categoria de cidadãos-consumidores, em que o consumo passa a ser também reconhecido como um direito de participação social dos cidadãos, segundo Canclini (1999). Nessa perspectiva, o direito ao consumo de informação é pensado segundo uma perspectiva utilitarista, e os meios de comunicação atuam como prestadores de serviços de informação e entretenimento aos cidadãos-consumidores.

Junto ao neoliberalismo do século XX, advém também a era da internet, das novas tecnologias de informação e comunicação e das redes sociais digitais que se expandiram no início do século XXI. As novas tecnologias de informação e comunicação desenvolveram-se segundo intencionalidades e promessas de aproximar pessoas de todas as partes do mundo, encurtando distâncias territoriais e alterando a temporalidade em prol da instantaneidade. No cerne dessa expansão, a comunicação ganhou uma evidente centralidade paradigmática, não limitada apenas ao ponto de vista instrumental, mas compreendida segundo um caráter relacional e dialógico. Nesse sentido, a comunicação adquire uma centralidade nas relações e emerge então a visada de uma cidadania comunicacional, na qual: “Sem comunicação, não há cidadania” (Moraes; Signates, 2016, p. 25).

Cria-se também, a partir das novas tecnologias de informação e comunicação, o conceito de aldeia global, elaborado pelo filósofo canadense Marshall McLuhan, que versa sobre a globalização e conseqüentemente de um cidadão do mundo. O desenvolvimento dos conhecimentos científicos e acadêmicos, da democracia, da cidadania, da liberdade de imprensa e do jornalismo, baseados na racionalidade iluminista, gerou expectativas promissoras de um avanço civilizatório para o século XXI, após os absurdos de infrações humanitárias ocorridas na 2ª Guerra Mundial. Mas, o que se observa na contemporaneidade e no contexto de crise sanitária mundial da pandemia de Covid-19, que teve início em dezembro de 2019 e cujo fim da emergência de saúde pública internacional foi decretado em 5 de maio 2023 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), trata-se de um novo paradigma que põe em xeque, mais uma vez, a promessa de um processo civilizatório sedimentado na racionalidade.

O Brasil chega ao século XXI com a possibilidade de avançar na consolidação da democracia e de instituir a igualdade, a pluralidade de ideias e de pessoas como direitos dos cidadãos. Ao contrário de um almejado progresso civilizatório, registra-se no início deste século XXI a expansão de movimentos anticientíficos, antivacinas, antidemocráticos, racistas e de desinformação.

A inclusão como princípio da cidadania é uma ideia contemporânea. Porém, a história ocidental sobre a cidadania e a democracia revela também a exclusão como um paradigma geral que estrutura determinadas épocas, principalmente o percurso histórico brasileiro, ênfase deste capítulo.

Apesar da histórica associação entre jornalismo e democracia, segundo Miguel (2000), os meios de comunicação, dentre esses os veículos jornalísticos, não foram considerados dentre as correntes de estudos sobre os modelos democráticos. Esse autor aponta, a partir de referências de diversos teóricos e suas respectivas obras sobre o conceito de democracia, que

os meios de comunicação são ignorados pelas diferentes correntes teóricas sobre a democracia. Desse modo, ele discute as desavenças conceituais de democracia e aponta a Comunicação como um “ponto cego nas teorias democráticas”, ou seja, “[...] os meios de comunicação são um aspecto secundário no estudo sobre a democracia” (Miguel, 2000, p. 57).

Miguel (2000) defende a necessidade da construção de uma teoria da democracia que reflita os espaços dos meios de comunicação nas teorias democráticas da Ciência Política, com base nas funções que as mídias passaram a ter para os cidadãos e os agentes políticos na contemporaneidade:

Mas o fato de que, na esmagadora maioria dos casos, as informações que os cidadãos possuem sobre os eventos públicos significativos *passam pela mídia* (mesmo que depois sejam reprocessadas em conversas interpessoais diretas), está fora de contestação. Ou seja, os meios de comunicação são tanto *o principal canal de acesso dos cidadãos às informações* de que precisam para agir na esfera política quanto *o principal instrumento dos líderes políticos para a divulgação de suas mensagens*, projetos, temas para a agenda pública, em suma, para a batalha política crucial, a construção de vontades coletivas (ou, dito de outra maneira, a luta pela hegemonia). Isto coloca a mídia numa posição central na arena política das sociedades contemporâneas (Miguel, 2000, p. 66).

A respeito da discussão sobre os meios de comunicação nas teorias democráticas, Domingues-da-Silva e Barros (2014) também apontam que a vasta bibliografia sobre democracia não enfatiza os meios de comunicação nos modelos democráticos. Em seu artigo, esses autores estabelecem um diálogo entre a literatura da Ciência Política sobre os modelos de democracia e a literatura da Comunicação, para discutir que tipo de democracia se fala quando se aborda o conceito de democratização da comunicação.

Eles concluem que, do ponto de vista teórico-conceitual, as discussões sobre democratização da comunicação são marcadas predominantemente pelo ideal de democracia enquanto substância, que enfatiza os princípios normativos relacionados aos modelos de democracia participativa e/ou deliberativa. Na opinião desses autores, o desenvolvimento teórico-conceitual da democratização da comunicação constitui-se enquanto um desafio acadêmico fundamental para esclarecer discussões e também na construção de modelos comunicacionais condizentes com os avanços nas democracias contemporâneas (Domingues-da-Silva; Barros, 2014).

Por fim, se a cidadania, a democracia e o jornalismo, enquanto ofício e prática, estabeleceram vínculos a partir da Modernidade e sob a égide do liberalismo, questiona-se se também há uma correlação entre a formação acadêmica em Jornalismo, a democracia e a cidadania e que possa ser evidenciada em documentos norteadores dos cursos e bibliografias

adotadas nas universidades. Desse modo, parte-se, no próximo capítulo, para a investigação teórica do pensamento acadêmico em Jornalismo, com intuito de fundamentar os elementos constituintes do campo jornalístico nessa inter-relação com a democracia e a cidadania.

### **3 JORNALISMO, SEUS FUNDAMENTOS E TEORIAS: O DEVER DO EMPÍRICO PARA O ACADÊMICO**

Se o jornalismo se apropriou de fundamentos de alguns dos direitos de cidadania e dos direitos humanos e se imbricou com a democracia para se legitimar socialmente conforme a história do Ocidente evidencia, ele também, por sua vez, estabeleceu para si uma série de funções, princípios e valores que o tornam uma forma de comunicação humana singular nas sociedades a partir da Modernidade. Mas antes de discutir os fundamentos jornalísticos, é preciso buscar os conceitos de jornalismo.

Apesar de a origem da imprensa contabilizar mais de 300 anos e as primeiras expressões do que viria a constitui-la serem anteriores a isso, até hoje as definições sobre o que é o jornalismo e para que ele serve não são questões pacificadas entre a própria categoria de jornalistas e também entre os seus públicos. Essa polissemia em explicar o que é o jornalismo ou jornalismo pode ser compreendida como resultante da diversidade de conceituações que circulam no imaginário profissional e permeiam as teorias e deontologias de jornalismo.

Além disso, também se registra uma negação em defini-lo, de acordo com os autores Kovach e Rosenstiel (2004), segundo uma investigação realizada junto a alguns profissionais estadunidenses. As justificativas, segundo eles, são de que uma definição seria perigosa ao jornalismo, podendo limitá-lo ou causaria o risco de tornar a profissão mais resistente às transformações demandadas para área em atenção à complexificação das comunicações nas sociedades. Uma definição é vista até mesmo como uma oposição ao preceito democrático da Primeira Emenda da Constituição Federal dos Estados Unidos. “Definir o jornalismo, dizem, é limitá-lo. Fazer isso seria violar o espírito da Primeira Emenda [...]” (Kovach; Rosenstiel, 2004, p. 32).

A definição de jornalismo perpassa por conceituações que correlacionam noções sobre os jornais, a imprensa, os jornalistas, os fatos, os acontecimentos, a realidade e os meios de comunicação. A amplitude conceitual no que consiste o jornalismo engloba também seu reconhecimento enquanto uma prática comunicacional relacionada à curiosidade humana, cujas primeiras expressões de um prenúncio do jornalismo são registradas desde a Antiguidade e também na Idade Média. No entanto, o início do jornalismo data da Modernidade.

Sobre isso, Temer (2014, p. 68) corrobora que: “Entender a curiosidade humana é elemento essencial para compreender o jornalismo”. A amplitude da abordagem comunicacional do jornalismo segundo um vínculo com a necessidade humana por informações

demarca um primeiro parâmetro que o diferencia das demais formas de comunicação, ancorada na distinção fundamental entre a informação enquanto dados e a informação jornalística.

Para Kovach e Rosenstiel (2004), o jornalismo é uma invenção das sociedades modernas para suprir a necessidade comunicacional dos cidadãos. “Precisamos de notícias para viver nossas vidas, para nos proteger, para nos ligarmos uns aos outros, identificar amigos e inimigos. O jornalismo é simplesmente o sistema criado pelas sociedades para fornecer essas notícias” (Kovach; Rosenstiel, 2004, p. 18).

Em síntese, a relação do jornalismo e a necessidade comunicacional humana supera uma visão instrumental e se vincula a uma noção comunicacional do mundo social pelo jornalismo. Da compreensão sobre o jornalismo definido como uma prática comunicacional, há também a sua conceituação enquanto um fenômeno universal (Marques de Melo, 2003), cuja origem se localiza na Europa como um processo social. Já Genro Filho (1989) compreende o jornalismo enquanto fenômeno segundo uma visão marxista, que tem a potencialidade de promover uma práxis em sociedade. “Trata-se de, sob esse prisma, descobrir as ambigüidades e contradições do fenômeno jornalístico diante da dominação e da luta de classes no capitalismo, buscando inclusive perscrutar as potencialidades que se abrem ao futuro” (Genro Filho, 1989, p. 8).

Outra definição de jornalismo reconhece a sua natureza enquanto uma linguagem detentora de um código linguístico específico. O código, segundo Bordenave (2001), consiste em um conjunto de signos e são esses que intermediam as comunicações entre as pessoas. Nesse sentido, o jornalismo é tido também como uma linguagem que é duplamente codificada, conforme Temer (2014), pois sua expressão requer primeiramente o domínio do código linguístico assim como também elabora para si uma codificação específica.

Nesse sentido, o jornalismo, ao se constituir enquanto uma linguagem e também um discurso, estabelece uma forma específica de enunciações que reúne valores, regras sintáticas e semânticas, sentidos ideológicos, além de gêneros e formatos jornalísticos. A respeito da enunciação jornalística, do ponto de vista da materialidade linguística, Moraes (2013) explica sua normativa predominante: “A linguagem deve ser simples, direta, clara e concisa para ser facilmente apreendida e processada pelo maior número de pessoas. Para tanto, os jornalistas utilizam-se constantemente da técnica do *lead* e da *pirâmide invertida*” (Moraes, 2013, p. 92). Uma técnica que atende a uma preocupação pragmática localizada sócio-historicamente.

O jornalismo pode ser compreendido também de acordo com correntes teóricas que se contrapõe. A partir do reconhecimento de que ele desenvolve uma função com significado social, o jornalismo é compreendido segundo um papel político conforme o paradigma estrutural e funcionalista de estudos sobre a Comunicação (Wolf, 2012). Em contraponto e de

acordo com o prisma crítico, o jornalismo se estruturou também segundo relações de poder sob a égide do capitalismo, se constituindo enquanto um sistema de comunicação de massa ou uma indústria cultural que produz e faz circular bens simbólicos propagadores de ideologias hegemônicas (Bourdieu, 1989) para o consumo das massas, com objetivo de dominá-las e/ou aliená-las.

Considerado um sistema simbólico, o jornalismo também pode ser entendido enquanto um dispositivo comunicacional. Nesse sentido, apropriando-se do conceito de dispositivo discutido primeiramente por Foucault, Signates (2016) conceitua o jornalismo enquanto um dispositivo da Comunicação que reúne especificidades técnicas e deve ser analisado segundo as suas práticas. Entretanto, o jornalismo também se correlaciona historicamente a uma matriz comunicacional fundamentada na noção de um dispositivo que permite a circulação entre diferentes interfaces comunicacionais. “Nesse sentido, o jornalismo não é outra coisa, senão um dos modos pelos quais a comunicação se institucionalizou sistemicamente, na modernidade” (Signates, 2016, p. 56).

O jornalismo também é compreendido, não apenas enquanto um canal de comunicação ou um *medium*, mas sim como uma mediação. O conceito de mediação na Comunicação, discutido por Martín-Barbero (1997), vai além de uma ideia sobre a natureza dos meios de comunicação reduzidos às tecnologias, mas os considera como mediações graças às suas potencialidades comunicativas que englobam os âmbitos da produção e da recepção nas diversas situações comunicacionais.

Enquanto uma mediação, o jornalismo não se reduz a um simples canal de transmissão de informações, e sim é visto como integrante da evolução nas formas de comunicação humana. Marques de Melo e Tosta (2008) consideram os meios de comunicação enquanto mediações tecnológicas que ampliam os recursos técnicos para a viabilização das comunicações, assim como também potencializam, diversificam e modificam as interações sociais.

Groth (2011), por sua vez, considera o jornal e as revistas como mediações culturais ao formular sua teoria sobre a Ciência dos Jornais, também chamada de Jornalística, enquanto bens simbólicos culturais. Para ele, o sentido do jornalismo está em ser uma mediação que ocorre tanto no mundo das coisas quanto no mundo das pessoas. “Mediações também podem ocorrer entre coisas e entre coisas e pessoas, e não somente entre pessoas. O jornal, a revista, a obra cultural efetuam uma tal mediação tanto entre pessoas quanto entre coisas e pessoas” (Groth, 2011, p. 88).

O jornalismo ainda é visto enquanto uma atividade que cumpre funções nas sociedades. Além disso, segundo Traquina (2005), o jornalismo é considerado também uma atividade

intelectual interpelada pelo ritmo, pela estética e regras do mercado capitalista. A partir de sua dimensão enquanto uma atividade social, o jornalismo passou a ser também uma ocupação inicialmente pouco privilegiada, porque exigia alguma educação formal para seu exercício, porém, prescindia de um longo tempo de estudos ou de uma educação jornalística propriamente (Traquina, 2005). O avanço nas comunicações de massa promoveu a profissionalização e o reconhecimento da ocupação, dentre outros fatores como a formação de uma comunidade de profissionais, de suas normas técnicas e éticas e de seus códigos deontológicos.

Além disso, houve a regulamentação legal da profissão de jornalista em alguns países e a inserção do jornalismo como campo de estudos no meio acadêmico. O conceito de campo, apropriado neste estudo, fundamenta-se em Bourdieu (2004), que o explica como um espaço que detém uma certa autonomia e institui relações de poder. Trata-se de um microcosmo, isto é, um universo submetido às leis sociais, porém, dotado também de regras próprias dentro do mundo social.

Contudo, ainda há controvérsias em se considerar o jornalismo como profissão, visto que esse status não é uma condição universal para os trabalhadores da área mundialmente. Atendo-se à sociologia das profissões e a critérios formais de reconhecimento de uma profissão, Kunczik (2002) pontua que, apesar do enquadramento como profissão não se sustentar como uma definição, o papel social do jornalismo referenda-o enquanto um serviço tido como público: “[...] continuaria sendo indiscutível que, devido ao grande impacto dos meios de comunicação, os jornalistas têm uma responsabilidade profissional para com o público a que estão servindo” (Kunczik, 2002, p. 37).

Nesse sentido, Traquina (2005, p. 109) também discute a questão se o jornalismo é ou não uma profissão: “Uma resposta afirmativa categórica seria, no início do século XXI, ainda utópica perante o fato de que é jornalista praticamente quem quer”. Entretanto, ele assevera sua defesa de que o jornalismo deve ser visto como uma profissão com base no percurso histórico de expansão da imprensa mundialmente, a qual, de uma atividade artesanal, passou a exigir uma divisão de trabalho. “O novo grupo criou técnicas específicas e novos formatos, tornando-se ‘agentes especializados’ que reivindicam um ‘monopólio do saber’ – o que é notícia” (Traquina, 2005, p. 92).

O conceito de jornalismo passou também a se referir à categoria de profissionais que trabalham na área. Segundo Traquina (2005), apesar de uma indefinição do reconhecimento da profissão, o jornalismo conseguiu construir historicamente uma identidade profissional. “A vasta cultura profissional dos jornalistas fornece um *modo de ser/estar*, um *modo de agir*, um *modo de falar*, e um *modo de ver* o mundo [...]” (Traquina, 2005, p. 121).

A definição de jornalismo também se refere à instituição social, ou seja, a estrutura, física e simbólica, que reúne as práticas jornalísticas, bem como agrega seus profissionais e representa a sua legitimidade. O sociólogo estadunidense e jornalista Robert Park foi o primeiro a reconhecer o jornal como uma instituição social. Conforme Machado (2005), o jornal era sinônimo de jornalismo para Park (1970), em virtude de que à época de sua escrita não havia uma grande diversidade de meios noticiosos assim como há na contemporaneidade. “Ao definir o jornal como instituição Park o caracteriza como um componente estrutural da sociedade e, por isso mesmo, consegue ir além do julgamento moral” (Machado, 2005, p. 30).

Além disso, Park (1970) também defende a notícia como uma forma de conhecimento dos jornais. Parte daí também o pensamento basilar para uma concepção do jornalismo como um objeto científico a ser apropriado por um campo de conhecimento específico. Contudo, não houve uma lógica sequencial de uma primeira consolidação do campo científico do Jornalismo para depois se criar uma área acadêmica, principalmente no Brasil.

Decorrente de suas finalidades, valores e funções, o jornalismo pode ser definido ainda como uma forma de conhecimento sobre os fatos, o cotidiano, o mundo social, uma construção social da realidade, um espelho da realidade, uma agência de socialização, um serviço ao público, um quarto poder, um agente da democracia e da cidadania etc. Essa pluralidade de definições sobre o jornalismo pode ser caracterizada como um macroconceito (Lückman, 2020), segundo a perspectiva de complexidade formulada por Edgar Morin na obra *Ciência com consciência* (2010). Dessa forma, o jornalismo é tido como um termo guarda-chuva que reúne explicações conceituais que se desdobram a partir dele.

Os autores Laura Ahva e Steen Steensen, em seu capítulo sobre Teoria do Jornalismo, definem o jornalismo de modo multidisciplinar:

Primeiro, sobre a multidisciplinaridade: o jornalismo abrange e molda todos os aspectos da sociedade, a partir da política à moda, dos negócios ao cotidiano. Influencia, articula e produz cultura. Ele é o primeiro rascunho da história, e é onde a história pode ser encontrada. Jornalismo é linguagem, retórica, gêneros e discurso. É legitimado e limitado por lei. Está na indústria, na sociedade civil e no Estado. É trabalho, é gestão; é comercial, sem fins lucrativos e idealista. Jornalismo é tecnologia. É mídia e comunicação. É local e global. Trata-se de ética. Jornalismo é epistêmico, pois produz conhecimento sobre o mundo. Em outras palavras, o jornalismo é tão multifacetado que foi estudado a partir de uma variedade de disciplinas e perspectivas, incluindo, mas não limitado à sociologia, à ciência política, aos estudos culturais, à história, aos estudos da linguagem, à filosofia, à economia, à gestão, aos negócios, aos estudos de ciência e tecnologia e comunicação (Ahva; Steensen, 2019, p. 38, tradução nossa)<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> “First, on multidisciplinary: journalism covers and shapes all aspects of society, from politics to fashion, from business to everyday life. It influences, articulates, and produces culture. It is the first draft of history, and it is

Diante dessa diversidade de conceituações sobre o jornalismo, foram concebidas também proposições sobre a sua natureza e valores pertinentes a sua essência (Groth, 2011, p. 35), entendida como uma ‘uniformidade interna específica’ ou o ‘importante fundamentado’ sobre uma primeira ideia de uma Ciência cultural do jornalismo. As defesas por uma cientificidade do jornalismo elaboradas por Groth (2011) distinguem-se do jornalismo enquanto prática social e/ou fenômeno. Entretanto, os atributos que legitimam tanto os campos empírico quanto o científico e/ou teórico do jornalismo concernem às discussões epistemológicas e aos fundamentos.

Segundo Ekström e Westlund (2019), a epistemologia é uma questão central para o jornalismo e consiste no estudo do conhecimento específico do campo, ou seja, envolve o que se sabe sobre o jornalismo, como se sabe e como os seus conhecimentos são justificados. A posição social do jornalismo como uma das instituições produtoras de conhecimento nas sociedades motiva incursões acadêmicas sobre a investigação epistemológica.

É segundo uma perspectiva epistemológica que este estudo visa investigar o jornalismo circunscrito ao campo acadêmico no Brasil, mediante o procedimento de uma arqueologia do saber fundamentada em Foucault (2009), que se orienta no sentido de buscar compreender, junto ao conjunto de discursos que compõe um campo, a institucionalização de determinados saberes. Desse modo, essa pesquisa tem como escopo a investigação da democracia e da cidadania como fundamentos do jornalismo legitimados não apenas sócio-historicamente, assim como também enquanto conceitos que foram cristalizados no curso de Jornalismo no Brasil, a partir dos enunciados manifestos na documentação normativa que instituiu as diretrizes educacionais para a educação em Jornalismo no País ao longo de determinados períodos. Outro objetivo consiste em investigar se as teorizações, além de explicarem sobre o Jornalismo, de que maneira discutem a democracia e a cidadania junto aos seus aportes teóricos.

O campo do Jornalismo constituiu uma gama de fundamentos que compõem as discussões da área associadas à democracia e à cidadania, como: a sua relação com a verdade; a sua ligação com a necessidade comunicacional humana; a sua associação com as liberdades;

---

where history can be found. Journalism is language, rhetoric, genres, and discourse. It is legitimized and limited by law. It is in industry, civil society, and the state. It is labor, it is management; it is commercial, nonprofit and idealistic. Journalism is technology. It is media and communication. It is local and global. It is about ethics. Journalism is epistemic, as it produces knowledge about the world. In other words, journalism is so multifaceted that it has been studied from a variety of disciplines and perspectives, including, but not limited to, sociology, political science, cultural studies, history, language studies, philosophy, economics, management, business, science and technology studies, and communication” (Ahva; Steensen, 2019, p. 38).

o interesse público; a noção de um quarto poder; a ideia de serviço público e os estudos e teorizações sobre o jornalismo.

A verdade é definida como a primeira obrigação do jornalismo, sendo o primeiro e mais complexo princípio jornalístico, de acordo com Kovach e Rosenstiel (2004). O caminho para se estabelecer a verdade como um dever e fundamento do jornalismo parte do desejo humano por uma sensação de segurança conferida de modo subjacente à função das notícias na Modernidade. “À medida que a moderna imprensa começou a se formar com o nascimento da teoria democrática, a promessa de veracidade e precisão logo se tornou uma parte poderosa até mesmo das primeiras tentativas de marketing do jornalismo” (Kovach; Rosenstiel, 2004, p. 63).

A relação entre jornalismo e verdade constituiu-se também dentre os limites e as possibilidades da linguagem em versar sobre realidades, visto que quaisquer atos de fala e diversas formas de enunciados e de discursos exigem “[...] certas condições factuais, regras e convenções”, delineando uma estruturação pragmática de situações comunicativas que perpassam por “[...] regras sintáticas e semânticas da língua até as normas ético-pragmáticas do falar” (Gomes, 2009, p. 9). Nesse mesmo sentido, Chaparro (2007) também defende a veracidade como essencial à linguagem jornalística.

As notícias passam a ser uma das primeiras formas de enunciado da mediação jornalística baseadas na pretensão de verdade sobre a atualidade e associadas a uma noção de realidade. Esse comprometimento discursivo e moral do jornalismo com a verdade estabeleceu-se pela compreensão da realidade como alvo da atividade jornalística. A apreensão dessa realidade pelo jornalismo é delimitada a fatos e ocorrências do cotidiano selecionados e narrados segundo uma mediação jornalística.

Com a profissionalização do jornalismo, foram desenvolvidas formas de narração sobre a realidade, que consistem em estratégias discursivas que buscaram referenciar a função social jornalística como ancorada em uma realidade objetiva a partir de uma ‘gramática própria’ ou de uma pragmática da indústria da informação hegemônica, especialmente pelo jornalismo. Sobre isso, Gomes (2009, p. 14) escreve: “O jornalismo, principalmente aquele inserido na indústria da informação, estabelece a estrutura paradigmática do discurso verdadeiro, ao mesmo tempo em que funda sobre a deontologia da fidelidade aos fatos toda a sua legitimidade”.

O jornalismo é, portanto, uma atividade e instituição completamente afetada pela condição da veracidade especialmente a partir da notícia. “Não há notícia sobre a qual não se imponha legitimamente uma obrigação de veracidade; aliás, só é notícia um ato verbal que comporte uma pretensão de ser verdadeiro” (Gomes, 2009, p. 11). Além da notícia, mesmo outros enunciados jornalísticos de cunho opinativo, como as análises e os comentários sobre os

fatos, também precisam ser essencialmente vinculados à pretensão de verdade para serem validados pelo lastro do jornalismo.

A partir de uma abordagem filosófica sobre a relação entre jornalismo e verdade segundo uma correspondência dos fatos com a realidade, Lisboa e Benetti (2015) defendem a tese de que o jornalismo é uma crença verdadeira justificada, sustentando-se em dois conceitos: o de verdade e o de justificação como pilares filosóficos necessários para que a epistemologia confira ao jornalismo um estatuto de conhecimento.

As autoras asseveram que a verdade no jornalismo decorre de uma relação de correspondência com a realidade, justificada pela capacidade de seus públicos de legitimar as representações de realidade feitas pelo jornalismo. “É uma verdade proposicional que se consolida à medida que o leitor consegue aferir o grau de fidelidade entre o relato jornalístico e o fato em si” (Lisboa; Benetti, 2015, p. 15-16). Desse modo, o jornalismo utiliza de fotografias, imagens de câmeras, descrições dos eventos, contextualização, declarações de fontes na tentativa de ser fidedigno nos seus enunciados. Além disso, a verdade no jornalismo é sempre uma interpretação que combina objetividade e subjetividade, de acordo com as autoras.

Outro pilar de fundamentação jornalística é a sua associação com o conceito de liberdade. O processual estabelecimento da imprensa em seu papel de mediação nas sociedades modernas foi conquistado a partir do reconhecimento e reivindicação das liberdades de expressão e também da liberdade de imprensa.

O conceito de liberdade, desde a origem da imprensa, é relevante para legitimar a existência e a função social do jornalismo, assim como também serve aos fundamentos dos princípios democráticos e de cidadania. As liberdades de expressão e de imprensa estão para as democracias como pressupostos de sua legitimação. “Muitos dos marcos fundadores do debate contemporâneo sobre a liberdade de expressão já englobavam sua relação com a atividade jornalística” (Christofoletti; De Oliveira; Nicoletti, 2012, p. 18).

As liberdades de expressão e de imprensa constituem-se como direitos que protegem seus detentores da interferência e violação do Estado, sendo categorizados, desse modo, como direitos negativos. Apesar das aproximações entre a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa, esses conceitos percorrem caminhos teóricos diferenciados, conforme explica Lima (2012). Enquanto um direito fundamental da pessoa humana, a liberdade de expressão difere-se da liberdade de imprensa, que é uma garantia que concerne tanto à máquina de impressão (tipografia) quanto a quaisquer veículos de comunicação – jornal, revista, rádio, televisão,

plataformas noticiosas digitais, além de também representar ao conjunto de ambos segundo o conceito de mídia.

Existe uma preliminar básica que diferencia as liberdades de expressão e da imprensa que, todavia, muitas vezes não é lembrada. Enquanto a primeira nasce com o indivíduo, a segunda, para existir, implica não só a disponibilidade do material impresso – papel, impressora e tinta – mas, também, a capacidade dos indivíduos de lerem, vale dizer, implica a existência de um público leitor. A passagem da *cultura oral* para a *cultura letrada* e a formação, o tamanho e a história dos “públicos leitores” nas diferentes sociedades, contam boa parte da história da própria imprensa e, conseqüentemente, da liberdade da imprensa (Lima, 2012, p. 32).

Apesar das distinções entre as liberdades de expressão e de imprensa, no Brasil se acrescenta a essas uma noção forjada de liberdade da empresa jornalística, que se coloca como equivalente a ambos os conceitos. Essa confusão entre essas liberdades propagada pelas grandes empresas de comunicação no País - que pode ser vista como intencional - manifesta-se diante de qualquer movimento a favor do debate de uma regulamentação midiática no País. Lima (2012) explica esse dilema como decorrente também de uma alteração no sujeito de direito da liberdade de expressão do indivíduo para a sociedade e também para os jornais. Assim como há uma confusão, com a “[...] utilização das duas expressões – liberdade de expressão e liberdade da imprensa – como equivalentes” (Lima, 2012, p. 31).

A liberdade de imprensa, constitucionalizada em alguns países democráticos, ancora também a proposição do jornalismo enquanto um quarto poder. A ideia de quarto poder foi elaborada inicialmente na Inglaterra por Thomas Macaulay, em 1828, e se baseia nos anseios originados nas Revoluções Burguesas e conforme o princípio de divisão de poderes de Montesquieu, de acordo com Moretzsohn (2013). Em síntese, o quarto poder define que: “[...] a imprensa seria esse elemento capaz de fiscalizá-los, para defender a sociedade de eventuais abusos do Estado” (Moretzsohn, 2013, p. 117).

Traquina (2003) explica a relação entre os conceitos de imprensa livre e a democracia. “O conceito de uma imprensa livre como sentinela que guarda a democracia (um *Quarto Poder*) tem raízes profundas na história da evolução da proposta democrática que emerge nos séculos XVII e XVIII” (Traquina, 2003, p. 187). Para esse autor, os meios noticiosos foram e são definidos como um quarto poder segundo um papel dual:

Primeiro, ser um guardião dos cidadãos, protegendo-os do abuso de poder por governantes que até então apenas tinham mostrado a face da tirania. Segundo, ser simultaneamente um veículo de informação para equiparar os cidadãos com ferramentas vitais ao exercício dos seus direitos e uma voz dos cidadãos na expressão das suas preocupações, da sua ira, e, se for preciso, da sua revolta (Traquina, 2003, p. 190).

Segundo Traquina (2003), esse papel é concernente a uma liberdade positiva da imprensa: “[...] - a liberdade que é também uma fonte de legitimidade – de servir o interesse público com informação que seja justa (*fair*) e significativa” (Traquina, 2003, p. 190). Em contraponto a uma liberdade negativa da imprensa que a resguarda de censura e de restrições.

Kunczik (2002) contextualiza que a teoria do quarto poder se concretizou principalmente a partir da primeira emenda da Constituição dos Estados Unidos, sustentada nas ideias do pensador, escritor e economista Milton Friedman. Essa associação do jornalismo a um quarto poder é resultante da corrente de estudos que se originou no século XIX, com os *mass media*, em que o objetivo da imprensa centrou-se em “[...] fornecer informação e não propaganda” (Traquina, 2005, p. 34).

Nos Estados Unidos, a teoria democrática referenda uma autoridade para o jornalismo, definindo funções nas democracias e o cumprimento de determinados papéis, segundo uma perspectiva funcionalista da imprensa para o bom desenvolvimento das sociedades. No jornalismo norte-americano, Gomes (2009) acrescenta que o conceito de quarto poder estabeleceu também a expressão inglesa *watchdog*, traduzida como ‘cão de guarda’, como função da imprensa.

O jornalismo enquanto um quarto poder vincula-se à cidadania segundo a função de atuar em favor dos interesses do cidadão, sendo leal a esses. Já em relação ao Estado, a teoria de quarto poder fundamenta-se na independência jornalística junto ao Estado, alocando o jornalismo na posição de vigilância dos poderes constituídos ou apropriando-se do termo estadunidense na missão de *watchdog* da sociedade.

Segundo Kovach e Rosenstiel (2004), a ausência de uma transparência dos poderes públicos junto aos cidadãos e a dificuldade de acesso às informações advindas do Estado motivaram a imprensa – autorizada pela conquista das liberdades de expressão e de imprensa – a empreender uma vigilância por meio da reportagem investigativa, que se desponta como o principal gênero discursivo jornalístico e narrativa de exercício desse quarto poder.

A ideia de quarto poder vincula ao jornalismo a ambivalência de se constituir como uma empresa privada que atua prestando um serviço público no ramo das informações. Desse modo: “É assim que a idéia de autonomia ou independência significa implicitamente autonomia ou independência em relação ao Estado – ratificando o conceito de ‘quarto poder’ –, enquanto a dependência em relação ao poder econômico seja vista como parte da ordem natural das coisas” (Moretzsohn, 2013, p. 118). A partir da noção de quarto poder, registra-se mais uma vez o discurso de legitimação social do jornalismo fundamentado no pensamento liberal.

Moretzsohn (2013) frisa que a relação do jornalismo com o mercado é mais antiga que a naturalização do poder político da imprensa enquanto fiscal dos poderes, ideal basilar de um quarto poder. O princípio de guardião da imprensa se expandiu para além da vigilância sobre o Estado na atualidade. “O princípio guardião significa muito mais do que simplesmente uma forma de monitorar as ações do governo, pois na verdade se estende a todas as instituições poderosas da sociedade” (Kovach; Rosenstiel, 2004, p. 173).

O discurso do jornalismo de salvaguardar os excluídos contra uma tirania do Estado transformou-se, ao longo dos tempos, em um sentido assistencialista conforme um mote contemporâneo sintetizado em: “[...] afligir o confortável e confortar o aflito”, de acordo com Kovach e Rosenstiel (2004, p. 174). Para esses autores, trata-se de um discurso atualizado sobre o quarto poder do jornalismo vinculado ao pensamento liberal. “Infelizmente, a noção de que a imprensa está aí para afligir o confortável e confortar o aflito distorce o significado do papel de guardião e confere ao termo um certo matiz liberal ou progressista” (Kovach; Rosenstiel, 2004, p. 174).

Em dois séculos de emergência do pensamento da ideia de imprensa como um quarto poder, apesar de sua manutenção na contemporaneidade, isso não livrou esse pretensão poder do jornalismo de uma ressignificação. Também há autores, como Ramonet (2003) citado por Moretzsohn (2013), que acreditam na impossibilidade de um quarto poder do jornalismo na atualidade.

Desse modo, observa-se na atualidade as funções de vigilância dos poderes e de defesa dos cidadãos, intrínsecas à noção de quarto poder do jornalismo, sendo orientadas às divulgações sensacionalistas e privilegiando o entretenimento e o consumo. “O lado de serviço público do jornalismo tem sido diminuído, substituído por objetivos comerciais, e o público é visto como consumidor de produtos de lazer” (Traquina, 2003, p. 194).

Em face dessa mudança, Moretzsohn (2013) defende em uma remissão do jornalismo ao conceito de quarto poder na atualidade, que foi modificado devido à corrente neoliberal de Estado Mínimo nas democracias que preconiza maior valor às leis do mercado. A autora analisa que o “[...] o papel original de ‘fiscal’ progressivamente desliza para o de ‘substituto’ das instituições públicas” (Moretzsohn, 2013, p. 142).

Ainda sobre as mudanças que levaram à diminuição da função da imprensa como guardião, Kovach e Rosenstiel (2004) acrescentam uma crítica sobre o redirecionamento do jornalismo investigativo em prol do entretenimento. Desse modo, o gênero jornalístico investigativo passou a ser mais utilizado para a espetacularização, o denunciamento e o sensacionalismo do que a preocupação em se efetivar um trabalho de vigilância dos poderes

constituídos e de combate à tirania em favor dos excluídos e das minorias, segundo a ideia do jornalismo como um quarto poder.

O ideal do jornalismo como quarto poder trata-se de uma apropriação do princípio da divisão de poderes, basilar para a teoria democrática, e que foi ressignificado para o pertencimento singular e exclusivo da imprensa. O princípio do quarto poder dota o jornalismo de uma função pública e política e de um poder de polícia, ou seja, de vigilância e monitoramento de agentes públicos e demais instituições em nome dos cidadãos.

Outro fundamento do jornalismo que corresponde às influências desse poder da imprensa ancora-se no conceito de opinião pública. A compreensão sobre a opinião pública baseia-se na união de dois conceitos guarda-chuvas – opinião e público – que se desdobram em outras conceituações que amplificam a sua abrangência cognitiva. Para Charaudeau (2016), a opinião pública é um fenômeno da Modernidade decorrente da apreensão da opinião como sendo um juízo de valor de ordem da subjetividade: “A opinião não é um conhecimento, é um ponto de vista a respeito de um saber. A opinião não enuncia uma verdade sobre o mundo, mas um ponto de vista sobre as verdades do mundo. A opinião é, pois, uma crença” (Charaudeau, 2016, p. 33).

A opinião pública passou a ter uma intrínseca relação com o jornalismo a partir da Modernidade, se tornando um elemento que também legitima a função jornalística. Consiste também em um dos fundamentos que motivou o início da oferta de uma educação em Jornalismo segundo a ênfase dos estudos de *mass media* e os seus efeitos sobre a opinião pública, especialmente nos Estados Unidos a partir da 2ª Guerra Mundial. O fenômeno da opinião pública passou a ser vinculado à liberdade de opinião e à legitimidade das democracias. A opinião pública, na história, fez-se presente como força e poder em diversas esferas social e política e também foi apropriada pelo jornalismo, a partir da origem da imprensa. “A opinião pública, como força moral e política, encontra sua inspiração e sua expressão na imprensa e no palanque” (Pulitzer, 2009, p. 58).

O alemão Fernand Tönnies foi um dos primeiros teóricos a defender o vínculo entre opinião pública e a imprensa, com sua obra *A crítica da opinião pública*, elaborada em 1922. Trata-se de uma crítica da opinião pública, considerando-a como uma vontade social segundo uma relação dialética entre essa e a religião, conforme comenta Splichal (2006) sobre a teoria de Fernand Tönnies. Contudo, sua teoria não teve tanta influência nos anos de 1920.

Antes do conceito de opinião pública ser refletido no âmbito dos estudos de Comunicação, sua teorização teve proeminência junto às teorias do Estado na Ciência Política, especialmente no âmbito das teorias democráticas. Entre os teóricos que defendem uma

democracia deliberativa, o filósofo alemão Jürgen Habermas foi o grande influenciador dessa corrente teórica, principalmente por relacionar a apreensão da opinião pública à estrutura da esfera pública, valorizando o debate racional argumentativo.

“Uma ‘politização da vida social’, a ascensão de uma imprensa opinativa e a luta contra a censura e pela liberdade de opinião caracterizam a mudança de função da rede expandida de comunicação pública até a metade do século XIX” (Habermas, 2014, p. 39-40) Na primeira edição de sua obra *Mudança estrutural da esfera pública*, o papel dos jornais e da imprensa ainda não era estruturante para a concepção da esfera pública habermasiana, conforme analisa Miguel (2000).

No entanto, ao revisar a obra *Mudança estrutural da esfera pública*, no prefácio à edição de 1990, Habermas (2014) reconsidera alguns pontos que foram criticados por outros teóricos em relação à sua análise sobre uma esfera pública burguesa conforme um tipo ideal. Ao atualizar a sua obra, Habermas (2014) faz três revisões: a) admite a existência de várias esferas públicas e a concorrência entre essas, bem como de suas dinâmicas de comunicação, além das que ocorrem na esfera pública dominante e originária da burguesia; b) reconhece o mecanismo de exclusão das mulheres e também dos trabalhadores, camponeses e a plebe, os quais ele chama de homens dependentes, constatando o caráter patriarcal da esfera pública dominante burguesa; e c) ressalta a modificação na esfera pública com o surgimento dos meios de comunicação, constituindo o poder da mídia como mais uma categoria estruturante na transformação da esfera pública burguesa. A respeito da modificação da esfera pública pelos meios de comunicação, esse autor discorre:

A esfera pública, ao mesmo tempo pré-estruturada e dominada pelos meios de comunicação de massa, tornou-se uma arena permeada de relações de poder, na qual, por meio de temas e contribuições, ocorre uma disputa não apenas em torno da influência, mas também sobre o controle que incide sobre os fluxos comunicativos comportamentalmente eficazes e que oculta o máximo possível suas intenções estratégicas (Habermas, 2014, p. 58).

Se para Habermas (2014) o reconhecimento dos meios de comunicação como relevantes para uma mudança estrutural na compreensão da esfera pública veio posteriormente com uma revisão de sua obra, o também alemão Tönnies (2006), por sua vez, já pontuava, nos anos de 1920, uma intrínseca relação da imprensa em seu trabalho *A crítica da opinião pública*.

Tönnies (2006) reconhece que os jornais podem atuar em duas instâncias: a) expressar uma opinião pública, e b) influenciar a opinião do público. Para ele, as opiniões publicadas nos jornais também não se equiparam à opinião do público. Para Tönnies (2006), a raiz da imprensa

está na circulação de cartas e discursos que foram ganhando significado político e afetando a formação de opiniões. Segundo ele, a Opinião Pública, grafada em maiúsculo na tradução da obra, inicialmente corroborou com a imprensa diária enquanto uma força de legitimação da liberdade de imprensa. De modo correspondente, a Opinião Pública também serviu inicialmente como uma oposição à doutrina da religião. “Surge a imprensa diária com a grande revolução; liberdade de imprensa significa liberdade de criticar o clero e os rituais da abençoada igreja” (Tönnies, 2006, p. 112-113).

A teoria da opinião pública de Fernand Tönnies compõe, junto com os estudos sociológicos dos alemães Max Weber e Otto Groth, obras que referenciam a importância da pesquisa sobre os jornais e conseqüentemente do jornalismo no início do século XX. Entretanto, a teoria de Fernand Tönnies foi injustamente esquecida ou desconsiderada nos estudos das teorias do jornalismo, conforme apresentado na coletânea organizada por Marocco e Berger (2006).

Tönnies reconhece o vínculo entre a opinião pública e a imprensa segundo um processo educacional com o advento da Modernidade. “A disseminação da leitura através da imprensa e a expansão da educação elementar se tornaram características da modernidade – e conseqüentemente da Opinião Pública – como uma força social moderna” (Tönnies, 2006, p. 149). Enquanto uma força social da Modernidade, a opinião pública levou também ao reconhecimento dos formadores de opinião como uma categoria sociológica, em que os jornalistas passaram a ser um desses formadores devido à influência que os jornais possuem em apresentar os conteúdos noticiosos. Desse modo, estabeleceu-se que a opinião publicizada nos veículos noticiosos consiste em um sinônimo de Opinião Pública, uma confusão no ponto de vista de Tönnies (2006).

O interesse pelo valor da opinião pública motivou também a incursão de estudos universitários e a formação de jornalistas especialmente nos Estados Unidos, conforme atesta Tönnies (2006) em sua obra. Esse movimento foi decorrente da busca de uma moralização da atividade jornalística diante da publicização das opiniões e de um esforço em legitimar uma independência do jornalismo, visto o reconhecimento da influência da imprensa sobre a opinião pública.

Essa ênfase na formação educacional específica de jornalistas no início do século XX nos Estados Unidos é exemplificada a partir da atuação do jornalista Joseph Pulitzer e guarda relação com a necessidade de haver uma independência do jornalismo para se alcançar uma opinião pública não enviesada por interesses comerciais. Pulitzer (2009) foi um dos mais importantes patronos que financiou a criação da Escola de Jornalismo de Columbia, nos Estados

Unidos, que foi a segunda fundada no País, em 1912 em Nova York, após a criação do Washington College, em 1908, na cidade de Columbia.

Pulitzer foi o autor do ensaio intitulado e traduzido para o português: A escola de jornalismo, em que defende uma formação humanística de jornalistas (Marques de Melo, 2004), especialmente constatando a influência desses profissionais sobre a opinião pública. Na opinião de Pulitzer (2009, p. 61): “O jornalista age baseado e através da opinião pública e em consequência, sob esse ponto de vista, a evolução da opinião pública é a trama central da história. Ela está conectada inseparavelmente ao crescimento de sua própria profissão”.

Outro princípio importante elencado por Pulitzer em sua defesa pela formação de jornalistas no início do século XX é o do jornalismo como um serviço público, que ele nomeia como o objetivo supremo da profissão. “O objetivo desta faculdade será formar melhores jornalistas, que farão melhores jornais, que irão servir melhor à população. Ela irá transmitir conhecimentos não para seu próprio benefício, mas para serem usados para servir ao público” (Pulitzer, 2009, p. 54).

Compartilhando essa apreensão, Camponez (2018) discorre que a ideia de um serviço público realizado pelo jornalismo se constituiu como um princípio de legitimação da oferta de uma educação jornalística defendida por diferentes autores, bem como foi o argumento utilizado por Walter Williams para a criação da primeira escola de jornalismo, Washington College, nos Estados Unidos. Posteriormente, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) referenciou, em 1938, o serviço público também como um princípio do trabalho do jornalista.

O serviço público, como finalidade do jornalismo e da formação de jornalistas, é transversal à legitimação do interesse público como um outro princípio absoluto da área. Apesar da diferença entre os dois conceitos, o interesse público guarda semelhanças. Gomes (2009) explica ainda que, enquanto nos Estados Unidos, a função de vigilância dos poderes constituídos – *watchdog* – por parte da imprensa foi proeminente em sua legitimação social. Já no caso do jornalismo brasileiro, essa ideia teve como pressuposto a opinião pública.

Assim como a opinião pública abarca diferentes sentidos, o interesse público também. “A despeito da natureza ambígua, a credibilidade e a força da imprensa estão enraizadas, entre outros valores, no conceito de interesse público, que por sua vez a legitima para assumir e expressar o poderoso atributo de instituição capaz de agir em defesa da sociedade” (Faria, 2009, p. 175-176).

A partir do interesse coletivo como uma intencionalidade de uma opinião pública que se passa a outro conceito correlacionado, a saber, o interesse público. O papel social do

jornalismo tem como alvo o interesse público, uma ideia que se consolida como um princípio jornalístico fundamental (Gomes, 2009). O interesse público, enquanto um absoluto ideológico e normativo para a área, representa também a contribuição do jornalismo em correlação às teorias sobre a democracia e a cidadania.

Sedimentado na concepção de subserviência ao público, o interesse público ancora-se em uma apreensão de uma função social que legitima a existência e a finalidade do jornalismo nas sociedades democráticas, por meio do fornecimento de um fluxo contínuo de informações que contribuem para a organização da vida social dos cidadãos. Além do aspecto funcionalista, o conceito imbrica um sentido moral ao jornalismo (Gomes, 2009), que legitima seu valor socialmente.

O interesse público, enquanto um conceito apropriado pelo jornalismo, congrega noções polissêmicas sobre ideias de coletividade e de totalidade valorizadas nas democracias. Contudo, não deixa também de contraditoriamente se constituir em um conceito que não é unificador e nem exato, por também movimentar “[...] *lobbies*, organizações privadas, interesses pulverizados, além da representação política de grupos e de categoriais sociais diversas, muitas vezes, antagônicas” (Faria, 2009, p. 174).

Todavia, Faria (2009) afirma que a imprensa, como nenhuma outra instituição democrática, é a que reúne as credenciais adequadas para servir à sociedade, por deter o interesse público como um poderoso capital simbólico. Essa ideia de capital simbólico foi elaborada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu para se referir às leis de transformação e de legitimação de diferentes espécies de capital em uma força baseada em relações de poder com efeitos simbólicos. O jornalismo é um sistema detentor de capital simbólico que reverbera ideologicamente, normativamente, pragmaticamente e na deontologia. “O capital simbólico que detém a imprensa justifica e sustenta determinadas rotinas, procedimentos e objetivos da prática jornalística. Trata-se de um tipo de ritual estratégico apropriado pelos jornalistas” (Faria, 2009, p. 176).

A respeito do interesse público na pragmática do jornalismo, Chaparro (2007) considera que as práticas jornalísticas são orientadas por fazeres intencionados por interesses. “Só é notícia o relato que projeta interesses, desperta interesses ou responde a interesses” (Chaparro, 2007, p. 147). Nessa gama de possibilidade de se orientar por interesses diversos, o interesse público para o jornalismo passa a ser um atributo de definição, bem como uma âncora normativa, com aval de se sobrepor ao foro da esfera privada e íntima e justificar até mesmo a invasão da privacidade, dentro de determinados limites morais e legais. Além disso, atua como um princípio ético dos fazeres e intenções no jornalismo.

Para Chaparro (2007), o interesse público é o motivo (o porquê) da intencionalidade jornalística do ponto de vista ético, além de ser um parâmetro qualitativo que pode incidir na produção e na recepção dos conteúdos noticiosos. “Aliás, nunca é demais lembrar que a atividade jornalística deve ser avaliada e avalizada por razões do *interesse público*, parâmetro gerador de critérios jornalísticos de valoração da informação” (Chaparro, 2007, p. 146).

No âmbito da educação em Jornalismo, o interesse público, enquanto um de seus fundamentos, confere uma intencionalidade humanística à formação profissional. A premissa de servir à sociedade por meio da informação também é reconhecida como ideal para a formação de jornalistas, que foi internacionalmente manifestada no mais recente Modelo curricular da Unesco para o ensino do jornalismo (UNESCO, 2010). Na publicação lançada em 2010, a menção ao termo interesse público é encontrada na sugestão de temas a serem debatidos de acordo com a bibliografia recomendada pela organização internacional.

A tese, de título: O ensino do interesse público na formação de jornalistas: elementos para a construção de uma pedagogia (Moraes Júnior, 2011), defende que o interesse público reside no conceito de cidadania no âmbito do ensino de Jornalismo. Baseado no pensamento de Hanna Arendt sobre a cidadania como ação política, esse autor acredita que o interesse público é a razão orientada do exercício político dos direitos de cidadania. Também afirma que há uma relação entre a educação e a informação de interesse público, em que a primeira é a responsável por qualificar esse agir social, político e dialógico do cidadão, por meio do qual a cidadania é construída ou reajustada em uma comunidade plural.

Em seu estudo de abordagem qualitativa em que entrevistou docentes do curso de Jornalismo, Moraes Júnior (2011) reafirma, segundo a visão desses professores, que formar jornalistas tendo como alvo o interesse público é vincular essa formação às concepções de cidadania: “Sendo a cidadania uma enteléquia desse interesse, e podendo o jornalismo ser por ele definido, formar jornalistas para a cidadania é formar jornalistas a serviço do interesse público” (Moraes Júnior, 2011, p. 72). Esse autor defende uma ação pedagógica do jornalismo orientada pelo interesse público. Além disso, considera que o interesse público, como princípio, não é incoerente com o mercado. Ele assume que o interesse público e a cidadania – ou os valores pertinentes e decorrentes desses – são transversais à pedagogia e ao trabalho de professores que formam jornalistas, sendo que, para os docentes, essa formação humanística constitui-se um desafio contínuo.

Por fim, o que é inerente na relação entre o conceito de interesse público e jornalismo é que a finalidade ideológica da área, que a autolegitima e a justifica socialmente, é orientada para a promoção de um serviço público ou ao público realizado pelo jornalismo, por meio do

fornecimento de informações enquanto um direito do cidadão. Além disso, o interesse público qualifica quais conteúdos noticiosos são relevantes e podem contribuir para que o cidadão tenha o direito à informação e exerça sua cidadania de uma melhor maneira. Trata-se também de uma função do jornalismo orientada para o esclarecimento dos cidadãos.

Ademais, o interesse público concerne às questões da esfera pública civil, o que aproxima os vínculos entre jornalismo, cidadania e democracia, e o diferencia do interesse do público. Esse último conceito abrange a somatória de interesses de uma maioria sobre assuntos tanto da esfera privada quanto pública, mas que não necessariamente se orienta para a promoção de uma finalidade cívica no fazer jornalístico. Enquanto o interesse do público no jornalismo direciona-se mais para o utilitarismo e em atenção à curiosidade humana e ao entretenimento, já o interesse público estabelece princípios e finalidades cívicas e morais para a imprensa.

O Jornalismo no campo acadêmico – que se estabeleceu após a origem do ofício – perpassou por uma processual e controlada sistematização de seus saberes após a modernização e industrialização da imprensa. Saberes compreendidos conforme a significação conferida por Foucault (2009), para quem a existência de um saber exige práticas discursivas, e não necessariamente uma cientificidade. “Há saberes que são independentes das ciências (que não são nem seu esboço histórico, nem o avesso vivido); mas não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma” (Foucault, 2009, p. 205).

Em sintonia com a argumentação de Foucault (2009), os fundamentos do Jornalismo foram constituídos processualmente a partir de reflexões suscitadas de suas práticas discursivas, antes de sua origem enquanto um campo acadêmico no início do século XX, primeiramente na Europa e nos Estados Unidos. Marques de Melo (2012) explica a forma processual que o jornalismo se tornou objeto de investigação teórica e acadêmica.

Nesse processo de institucionalização, o jornalismo é inicialmente um *problema* que suscita observação ou controvérsia, converte-se em *objeto* de reflexão e debate, passando a ser reconhecido como *disciplina* acadêmica para formar agentes produtivos, até que se estrutura uma comunidade científica dedicada à sua cognição. Sua meta permanente tem sido estimular a crítica das rotinas vigentes no sistema produtivo, influenciando na atualização, dinamização ou reinvenção da práxis (Marques de Melo, 2012, p. 12).

Os fundamentos, os princípios, os valores, os saberes e os fazeres do jornalismo são justificados e legitimados principalmente pelo que representam para a cidadania e a democracia. São, em parte, construídos e autolegitimados pelo próprio campo jornalístico, mas extremamente dependentes de sua validação junto aos cidadãos e às democracias.

Evidenciar a interdependência entre jornalismo, cidadania e democracia é relevante na atualidade, em virtude também da crise das instituições democráticas, dentre essas, o jornalismo. Nesse sentido, corrobora-se com o questionamento de Sodré (2012), para quem:

O problema é que, diante da crise contemporânea da confiança em instituições clássicas da Modernidade (política, credos, grandes narrativas, etc.), cabe mesmo indagar sobre se ainda seriam válidos os pressupostos que apoiavam a clássica associação feita pela consciência liberal entre imprensa e liberdade de expressão (Sodré, 2012, p. 119).

Em consonância à visão desse autor, suspeita-se que: “[...] a argumentação liberal sobre o direito civil de livre expressão pode não mais coincidir inteiramente com o funcionamento da imprensa, hoje inseparável do sistema informativo como um todo” (Sodré, 2012, p. 120). Esse atual sistema informativo, regido pela lógica e temporalidade do mercado, põe em xeque a ideia do romantismo liberal e iluminista de que, a despeito da sociedade que temos, a legitimação social entre jornalismo, democracia e cidadania permanece inabalável.

### 3.1 A DEMOCRACIA E A CIDADANIA COMO ELEMENTOS NORMATIVOS PARA OS ESTUDOS E TEORIZAÇÕES DO JORNALISMO

A relação entre jornalismo e democracia integra o segundo enquadramento disciplinar mais comum nos estudos de Jornalismo graças à Ciência Política, ficando atrás da influência da perspectiva sociológica, que se trata do primeiro modelo disciplinar mais utilizado e que considera o jornalismo como um sistema social (Ahva; Steensen, 2019). O jornalismo como um sistema social, por sua vez, tem intrínseca relação com a sociedade e os cidadãos.

Historicamente, os vínculos com a democracia e a cidadania conferiram funções sociais e também valores ao jornalismo, como, por exemplo, a promoção do bem comum enquanto um dos princípios compartilhados por esses três conceitos. A finalidade de promoção do bem comum ao qual o jornalismo se dispõe, exposta na obra de Beltrão (1980), é também compartilhada por Kovach e Rosenstiel (2004). Eles consideram a cidadania como norteadora de uma almejada intencionalidade cívica do jornalismo que garante uma cultura democrática nas sociedades. De acordo com esses autores, a primeira finalidade do jornalismo é de cunho informativo, isto é: “[...] é fornecer informação às pessoas para que estas sejam livres e capazes de se autogovernar” (Kovach; Rosenstiel, 2004, p. 22). Esse ideal nasce no bojo das Revoluções Burguesas.

Na Modernidade, o jornalismo assume também o papel social de reduto do debate político, representando nas sociedades modernas o espaço público simbólico. Além de assuntos políticos, o jornalismo passou a se ocupar na produção de informações diversas em atenção às demandas comunicacionais das sociedades e em conformidade com as aspirações de cada época.

Mas, à medida que a sociedade adquire maior complexidade, o jornalismo deixa de gravitar exclusivamente em torno da órbita política, correspondendo a outras demandas sociais. A prevalência dos temas econômicos e o crescente interesse pelas questões culturais, bem como a massificação dos esportes, acabam por gerar aspirações informativas diferenciadas (Marques de Melo, 2009, p. 58).

Os jornais se tornaram relevantes espaços para divulgação de informações tidas como importantes para as sociedades a partir dos valores social, econômico e cultural que a informação e sua circulação conquistaram na disseminação de fatos capazes de se constituírem enquanto conhecimentos. Eles passaram também a partilhar a função de esclarecimento do cidadão: “Assim, a informação e a disseminação do conhecimento tornaram-se tão necessárias quanto a própria atividade da pesquisa – tanto através da educação, [...] – como pela divulgação dos conhecimentos, através de almanaques, revistas, livros, etc.” (Moretzsohn, 2013, p. 106).

Alsina (2009) considera também que a apropriação do papel social de conferir esclarecimento aos cidadãos pelo jornalismo refletiu pragmaticamente na atuação da imprensa. “A imprensa se tornou para os cidadãos na principal fonte de transmissão de acontecimentos. Além disso, [...] a imprensa adota uma postura mais ativa; agora não se trata de receber a informação e comentá-la, mas de descobrir o acontecimento” (Alsina, 2009, p. 123).

De uma prática social existente nas comunidades, a imprensa conquistou o status de um ofício e de uma instituição detentora e promotora de liberdades para os cidadãos na Modernidade. Primeiramente a prática social do jornalismo é fruto da liberdade de expressão enquanto uma garantia individual do cidadão, mas reivindicada e exercida profissional e eticamente por jornalistas, em tese. A complexificação das sociedades e o estabelecimento da informação como elemento relevante para o coletivo propulsionam a constatação do direito à informação como uma necessidade dos cidadãos. Porém, não quaisquer informações, e sim aquelas que guardam relação com a realidade cotidiana, de cunho não ficcional, apuradas, que sejam abrangentes, sustentem-se no interesse público e possam contribuir para a orientação de uma opinião pública.

A mudança na imprensa de uma fase artesanal no século XVII para um jornalismo panfletário e de cunho mais político e opinativo no século XVIII, seguida por uma

industrialização e profissionalização em meados do século XIX até uma comunicação de massa no século XX, leva a uma nova postura do jornalismo diante dos cidadãos e mais atribuições junto às democracias. A industrialização da imprensa e a profissionalização do jornalismo colaboram para a constituição de uma categoria de profissionais, principalmente jornalistas, que passa a estabelecer princípios próprios justificados na defesa da democracia e na promoção dos direitos de cidadania.

Para Kovach e Rosenstiel (2004), a primeira lealdade dos jornalistas é com os cidadãos e são para esses que a categoria trabalha. Esse compromisso se estabeleceu com o advento do jornalismo comercial, em que acima de seus interesses próprios e empresariais, os jornalistas fixam um contrato moral de lealdade prioritária com os cidadãos como uma obrigação social (Kovach; Rosenstiel, 2004). Essa lealdade estabelece a credibilidade pública dos jornalistas, valor que beneficia não apenas a categoria assim como também o modelo de negócio do jornalismo. “Assim, o profissional de imprensa não é como os empregados de outras empresas. Ele tem uma obrigação social que na verdade pode ir além dos interesses imediatos de seus patrões, e ainda assim essa obrigação é a razão do sucesso financeiro desses mesmos patrões” (Kovach; Rosenstiel, 2004, p. 83).

Alsina (2009), por sua vez, acrescenta que a lealdade dos jornalistas com os cidadãos estabelece a teoria da responsabilidade social da imprensa, desenvolvida principalmente no século XX nos Estados Unidos. “A teoria da responsabilidade social da imprensa defende que os meios de comunicação têm obrigações com a sociedade. Devem intervir por causa do interesse público” (Alsina, 2009, p. 126).

A respeito da teoria da responsabilidade social da imprensa, é também a partir dela que se despontou o conceito de jornalismo cívico, que remonta ao objetivo, principalmente nos Estados Unidos durante o século XX, de restabelecimento dos ideais iluministas entre jornalismo e cidadania. Porém, a finalidade cívica do jornalismo foi mais apropriada pelo jornalismo político com intuito de agendar o debate eleitoral junto a candidatos políticos nos Estados Unidos, segundo Kovach e Rosenstiel (2004):

Da mesma forma, o movimento que veio a ser conhecido como jornalismo “público” ou “cívico” trazia algumas belas idéias sobre como ligar-se de novo à comunidade usando novas técnicas, entre elas descobrir o que queriam os eleitores e depois pedir aos candidatos que concentrassem sua atenção nesse objetivo. O movimento, contudo, também continha sua cota de erros, como, por exemplo, permitir que as urnas ditassem a cobertura ou usar a bandeira do jornalismo cívico como um esquema de marketing. O chamado jornalismo público nunca conseguiu penetrar de fato na elite da imprensa americana, onde já era pouco respeitado (Kovach; Rosenstiel, 2004, p. 94-95).

Enquanto nos Estados Unidos o conceito de jornalismo cívico foi um movimento teorizado e praticado nos idos de 1990, no Brasil, por sua vez, foi o conceito de interesse público que predominou nos discursos legitimadores das empresas jornalísticas e entre os jornalistas (Gomes, 2009). Segundo esse autor, as amarras do jornalismo com o público, entendido como representante de uma ideia de “esfera civil, a esfera da cidadania” (Gomes, 2009, p. 71), se estabelecem segundo uma relação de dependência entre o jornalismo e a esfera pública.

Já o vínculo entre o jornalismo e uma função democrática consolida-se principalmente com a advento da imprensa moderna, que começou a ser formar junto ao nascimento da teoria democrática (Kovach; Rosenstiel, 2004). Essa relação se fundamenta na concepção política e filosófica liberal de que a imprensa exerce o papel de mercado livre de ideias nas sociedades democráticas. Esses autores defendem a inseparabilidade entre jornalismo e comunidade, o que mais tarde se definiria como cidadania e também fundamentaria o seu elo com a democracia.

É difícil, olhando retrospectivamente, até mesmo separar o conceito de jornalismo do conceito de criação de uma comunidade e mais tarde de democracia. O jornalismo é tão fundamental para essa finalidade que, como veremos mais adiante, as sociedades que querem suprimir a liberdade devem primeiro suprimir a imprensa. Um aspecto interessante é que essas mesmas sociedades não precisam suprimir o capitalismo (Kovach; Rosenstiel, 2004, p. 31-32).

A existência e a imprescindibilidade de uma imprensa livre justificam-se na necessidade e atribuição de deveres de que ela cumpra papéis sociais, que gradualmente se estabeleceram como parâmetros de qualificação das democracias. “Quanto mais democrática uma sociedade, maior é a tendência para dispor de mais notícias e informações. À medida que as sociedades se faziam mais democráticas, inclinavam-se na direção de uma espécie de pré-jornalismo” (Kovach; Rosenstiel, 2004, p. 36). Esses autores explicam o pré-jornalismo como um modelo oral de circulação de informações registrado desde a Grécia Antiga, em que os assuntos importantes para o interesse público eram deliberados publicamente.

Especialmente nos Estados Unidos, a imprensa se consolidou, de modo pioneiro, enquanto uma das instituições democráticas constitucionais no século XVIII. Além dos Estados Unidos, os vínculos entre a imprensa e a sociedade configuraram o que se chamam de teorias normativas do jornalismo na Alemanha, país com tradição nos estudos de Jornalismo desde o século XVII, com a primeira tese de Jornalismo de Tobias Peucer. Karin Wahl-Jorgensen e Thomas Hanitzsch alocam as teorias normativas como a pré-história do campo dos estudos de Jornalismo empreendidos por estudiosos alemães e tratam-se de reflexões teóricas sobre o papel da imprensa na sociedade.

Apesar da força de uma tradição empírica que tem mantido influência desde os primeiros anos da pesquisa de comunicação, e a crescente importância das perspectivas globais, o campo é fortemente influenciado por um conjunto particular de presunções normativas que poderíamos fazer bem em refletir: Assumimos, como implícito no início deste capítulo, que o jornalismo é uma força benevolente do bem social, essencial para a cidadania, e que constitui um “quarto poder” ou desempenha um “papel de cão de guarda” ao fornecer uma verificação sobre os excessos do poder estatal. Como tal, assumimos também que os jornalistas se entendem como defensores da liberdade de expressão e como forças independentes para o bem comum. Neste, pesquisadores de estudos de jornalismo contemporâneos de todas as linhas compartilham as preocupações que impulsionaram o trabalho dos pioneiros pensadores alemães (Wahl-Jorgensen; Hanitzsch, 2009, p. 8, tradução nossa)<sup>10</sup>.

Segundo Löffelholz e Rothenberger (2011), pesquisas normativas e histórico-descritivas do Jornalismo são encontradas desde meados do século XIX, na Alemanha. Esses autores denominam essa vertente como sendo uma primeira fase dos estudos de Jornalismo centrada em uma compreensão individualista e normativa, a partir de abordagens hermenêuticas e históricas advindas das matérias culturais clássicas. Após essa primeira fase, os estudos de Jornalismo se reorientaram para o empirismo, a partir de empréstimos de métodos empíricos da Psicologia, da Sociologia e da Ciência Política, segundo esses autores.

Na vertente empírica dos estudos de Jornalismo, as práticas jornalísticas foram sistematizadas em teorizações mais descritivas, isto é, que buscam explicar o jornalismo “na realidade”, e não como ele deve ser segundo preceitos filosóficos, éticos e morais. Christians *et al.* (2009) explicam a distinção entre teorias normativas e descritivas:

Uma teoria é aqui entendida como uma explicação fundamentada de por que ações particulares levam a certos resultados. Nossa premissa é que existem dois tipos de “teorias da imprensa”: primeiro, aqueles que *prescrevem* as *tarefas normativas* para a mídia na sociedade, e segundo aqueles que *descrevem* o *papel factual* da mídia na sociedade. Este último aborda o tema a partir do ângulo “objetivo” da sociologia da mídia, enquanto o primeiro trata dos valores “subjetivos”, culturalmente relacionados, mantidos por vários atores sobre a missão da mídia. Teoria normativa, em nossa opinião, tenta explicar por que uma certa organização do discurso público leva a melhores decisões coletivas e, eventualmente, a uma melhor qualidade de vida. Por exemplo, se as normas do debate público em um determinado país insistirem que todos participem, incluindo os pobres, então pode-se argumentar que o país deveria ter um sistema de educação mais justo. Assim, a relação mídia-sociedade pode ser articulada

---

<sup>10</sup> “Despite the strength of an empirical tradition that has held sway since the early years of communication research, and the growing importance of global perspectives, the field is heavily influenced by a particular set of normative presumptions that we could do well to reflect on: We assume, as implied at the beginning of this chapter, that journalism is a benevolent force of social good, essential to citizenship, and that it constitutes a ‘fourth estate’ or plays a ‘watchdog role’ by providing a check on excesses of state power. As such, we also assume that journalists understand themselves as defenders of free speech and as independent forces for the common good. In this, contemporary journalism studies scholars of all stripes share the concerns that drove the work of the pioneering German thinkers” (Wahl-Jorgensen; Hanitzsch, 2009, p. 8).

em dois níveis, real ou descritivo e ideal ou normativo, embora a diferença entre estes esteja longe de ser cristalina (Christians *et al.*, 2009, local. 80, tradução nossa)<sup>11</sup>.

As reflexões teóricas sobre a inter-relação entre a mídia, e nessa inclui-se o jornalismo, e suas funções para a sociedade e conseqüentemente para a democracia e a cidadania, integram as chamadas teorias normativas da imprensa. Nesse sentido, apropriando-se dessa sistematização teórica, aloca-se nossa pesquisa, que investiga a democracia e a cidadania como fundamentos do curso de Jornalismo no Brasil e também do ensino da disciplina Teorias do Jornalismo a partir do conteúdo programático dessa matéria, como concernente à corrente de estudos normativos do Jornalismo. Pois, apesar de o auge das pesquisas normativas nos estudos de Jornalismo ter sido suplantado por outras abordagens teóricas posteriores, essa corrente ainda é encontrada tanto nas práticas jornalísticas quanto nas teorizações do campo, segundo Löffelholz e Rothenberger (2011).

Essa sistematização teórica sobre uma normatividade do jornalismo, além de ser resultante da acumulação teórica dos estudos da área, é decorrente também de uma processual qualificação e diversificação de modelos de democracia nos países, o que conseqüentemente repercutiu em distintas funções sociais para o jornalismo e outras mídias, formando teorias da mídia de acordo com distintos sistemas políticos (Siebert; Peterson; Schramm, 1984). A proposição teórica normativa da mídia de Christians *et al.* (2009) trata-se do desenvolvimento teórico de uma primeira sistematização de teorias normativas da imprensa, também de origem estadunidense, elaborada por Fred S. Siebert, Theodore Peterson e Wilbur Schramm, no livro Quatro teorias da imprensa, publicado pela primeira vez em 1956.

Siebert, Peterson e Schramm (1984) elaboraram quatro teorias normativas da imprensa, cuja tese é a de que uma sistematização perpassa pela compreensão de aspectos das sociedades: “[...] a imprensa sempre assume a forma e a coloração das estruturas sociais e políticas em que

---

<sup>11</sup> “A theory is here understood to be a reasoned explanation of why particular actions lead to certain outcomes. Our premise is that there are two types of “theories of the press”: first, those *prescribing* the *normative tasks* for the media in society, and second those *describing* the *factual role* of the media in society. The latter approaches the issue from the “objective” angle of media sociology, while the former deals with the “subjective,” culturally related values held by various actors about the mission of the media. Normative theory, in our view, attempts to explain why a certain organization of public discourse leads to better collective decisions and eventually to an improved quality of life. For instance, if the norms of public debate in a given country insist that all participate, including the poor, then one might argue that the country ought to have a more just system of education. Thus the media–society relationship can be articulated at two levels, real or descriptive and ideal or normative, although the difference between these is far from crystal clear” (Christians *et al.*, 2009, local. 80).

atua. Especialmente, reflete o sistema de controle social pelo qual as relações de indivíduos e instituições são ajustadas” (Siebert; Peterson; Schramm, 1984, local. 36, tradução nossa)<sup>12</sup>.

Desse modo, com base nas diferenças da imprensa em diversos países como reflexos das relações e experiências sociais, esses autores distinguem quatro modelos teóricos de imprensa: a) autoritária, b) libertária, c) responsabilidade social e d) soviética comunista. Para eles, as duas primeiras teorias da imprensa – autoritária e libertária – são as principais, sendo que os dois outros modelos – responsabilidade social e soviética comunista – são resultantes dos desenvolvimentos e modificações das duas primeiras teorizações (Siebert; Peterson; Schramm, 1984). No entanto, essas teorias não são amplamente difundidas e/ou conhecidas nos estudos de Jornalismo no Brasil.

Essas quatro teorias da imprensa, elaboradas nos anos de 1950, são geográfica e temporalmente elaboradas segundo o contexto estadunidense e também da Guerra Fria. Apesar de críticas à defasagem dessas teorias e ao seu enviesamento liberal que polariza a análise entre os “eixos do bem e do mal” (Ahva; Steensen, 2019, p. 46) e quanto à sua efetiva aplicabilidade nos sistemas políticos democráticos contemporâneos, essas quatro teorias da imprensa, desenvolvidas por Siebert, Peterson e Schramm (1984), constituem-se como referências internacionais nos estudos sobre a relação entre o Jornalismo e as teorias democráticas.

### 3.2 TEORIAS DO JORNALISMO: MODELOS DE ANÁLISE SOBRE AS PRÁTICAS, O OBJETO E OS FENÔMENOS JORNALÍSTICOS

As pesquisas que se detiveram primeiramente aos estudos dos jornais, desde a primeira tese de Tobias Peucer na Alemanha no século XVII, foram as grandes motivadoras da processual formação de um corpo de conhecimentos científicos e acadêmicos sobre o Jornalismo. No entanto, o interesse pelo Jornalismo enquanto objeto teórico não foi a vertente que mais predominou nos estudos, mas sim o tratamento desse reduzido às práticas e às técnicas jornalísticas com foco na profissionalização, assim como um objeto secundário de investigação por parte de outros campos de conhecimento. Sobre isso, Machado (2004) considera que:

Até a metade do século XX uma confusão epistemológica impediu a legitimação das pesquisas acadêmicas neste campo: a definição do jornalismo como uma simples prática profissional, que poderia existir sem a necessidade seja de uma formação universitária especializada, seja da produção de conhecimento sistemático. Relegado

---

<sup>12</sup> “[...] The press always takes on the form and coloration of the social and political structures within which it operates. Especially, it reflects the system of social control whereby the relations of individuals and institutions are adjusted” (Siebert; Peterson; Schramm, 1984, local. 36).

ao terreno das práticas, coube ao Jornalismo, ao menos até o final do século passado e ao contrário de práticas profissionais mais antigas como o Direito, um status marginal dentro das universidades. Primeiro, pela tardia incorporação à lista dos cursos oferecidos. Segundo, pelo fato de permanecer como um espaço para o ensino de técnicas, que desconsiderava a necessidade de produção de conhecimento novo como um pressuposto para a formação dos futuros jornalistas (Machado, 2004, p. 2).

A incipiente constituição do campo jornalístico foi gradativamente sendo suplantada pelo contínuo desenvolvimento de pesquisas divididas em três fases, segundo Machado (2004). Primeiramente, por incursões individuais de profissionais. Depois, por pesquisadores do campo jornalístico e de outras áreas e mais recentemente por redes de pesquisadores em trabalhos multidisciplinares, tanto do próprio campo quanto externos, desde o exterior até o Brasil. Esses estudos acumulados foram reunidos em linhas de pesquisas sistematizadas como: História do Jornalismo, Teorias do Jornalismo, Análise do Discurso, Produção da Notícia, Recepção, Jornalismo Especializado, Jornalismo Digital e Teorias da Narrativa (Machado, 2004, p. 3).

Ainda segundo esse autor, o acúmulo de produções científicas, tendo o Jornalismo como uma das variáveis, permitiu uma atual divisão metodológica entre os Estudos de Jornalismo e as Teorias do Jornalismo. Os Estudos de Jornalismo caracterizam-se como sendo aqueles: “[...] quando os produtos ou as práticas são examinados, qualquer pesquisador, mesmo sem um domínio prévio dos conceitos do campo pode desenvolver uma pesquisa de qualidade [...]” (Machado, 2004, p. 7). Além disso, esses estudos de Jornalismo também decorrem do empréstimo de metodologias oriundas de outros campos científicos. Em sua opinião, essa apropriação metodológica de outros campos distintos do Jornalismo: “[...] estimula a replicação, sem limites, de estudos muito similares em que se toma o jornalismo como objeto, sem que ocorra, como contrapartida, a criação de teorias substantivas a serem ensinadas nos cursos de graduação em jornalismo” (Machado, 2004, p. 8).

Já as Teorias do Jornalismo, por sua vez, se referem às experiências teóricas e metodológicas que se ocupam da “[...] abordagem do fenômeno jornalismo como objeto de pesquisa com status próprio” (Machado, 2004, p. 6). Essa distinção, entretanto, não deslegitima a importância dos Estudos de Jornalismo em detrimento das Teorias do Jornalismo, como defende esse autor, mas sim são essenciais para uma “radiografia do campo” (Machado, 2004, p. 10).

Laura Ahva e Steen Steensen também distinguem as teorias e o campo de Estudos de Jornalismo:

Dois esclarecimentos são necessários antes de seguirmos em frente: o que queremos dizer com “teoria”? E o que queremos dizer com definir os estudos de jornalismo

como um campo? A palavra “teoria” tem muitas conotações. Pode significar o oposto da prática. A teoria pode também ser explicativo ou significar algo que possa ser testado, verificado ou falsificado. A teoria pode ser fundamentada em dados, indutivo, dedutivo ou abduutivo. Pode ser racional, crítica, pragmática ou normativa. A teoria geralmente significa uma coisa para um cientista natural e algo muito diferente para um pesquisador das ciências humanas. As Ciências Sociais, por sua vez, podem abranger todo o espectro (Ahva; Steensen, 2019, p. 39, tradução nossa)<sup>13</sup>.

Diferentemente da visão de Machado (2004), Ahva e Steensen (2019) consideram que os Estudos de Jornalismo se consolidaram melhor como um campo do que enquanto uma disciplina aglutinadora de paradigmas e teorias compartilhados. Em sintonia com o que defende Machado (2004), a compreensão das diferenças entre Estudos do Jornalismo e as Teorias do Jornalismo é mais um passo para o enfrentamento epistemológico do campo. Nesse sentido, como se atém neste estudo de doutoramento sobre o curso de Jornalismo no Brasil, com foco também na disciplina Teorias do Jornalismo no âmbito acadêmico, apresentam-se, na sequência, as teorizações mais comuns que integram o *corpus* teórico próprio do Jornalismo.

Muitas são as teorizações sobre o Jornalismo nesse século XXI, o que propiciou o reconhecimento de tradições disciplinares e principais teorias do campo. Assim como também houve a emergência de novas teorizações com ênfase nas tecnologias e na economia segundo um discurso técnico-econômico, conforme argumentam Ahva e Steensen (2019).

A literatura teórica que integra o campo jornalístico, segundo Traquina (2005), refere-se a modelos de análise de fenômenos do/sobre o Jornalismo que envolvem os âmbitos da produção, da circulação e da recepção, tendo como objetos centrais das teorizações a notícia e seus efeitos de acordo com as seguintes questões, tidas como centrais:

Qual é o papel dos jornalistas na produção de notícias? Por que as notícias são como são?; Afinal, qual é o papel do jornalismo na sociedade – um campo aberto que todos os agentes sociais podem mobilizar para as suas estratégias comunicacionais ou um campo fechado a serviço do *status-quo*? (Traquina, 2005, p. 145).

Para Traquina (2005), a constituição do campo jornalístico, a partir da apropriação do termo ‘campo’ do sociólogo francês Bourdieu (1997), ocorre com a criação dos cursos de mestrado e de doutorado nos anos de 1930 nos Estados Unidos. Porém, o jornalismo, enquanto objeto de investigação científica de outros campos acadêmicos, é anterior e decorre de uma

---

<sup>13</sup> “Two clarifications are necessary to make before we move on: what do we mean by “theory”? And what do we mean by defining journalism studies as a field? The word “theory” has many connotations. It can mean the opposite of practice. Theory can also be explanatory or mean something that can be tested, verified, or falsified. Theory can be grand or grounded, inductive, deductive, or abductive. It can be rational, critical, pragmatic, or normative. Theory usually means one thing to a natural scientist and something very different to a researcher from the humanities. Social sciences, in turn, can encompass the whole spectrum” (Ahva; Steensen, 2019, p. 39).

gênese no século XVII na Alemanha, com a tese do médico Tobias Peucer, de título: Os relatos jornalísticos (2004) defendida em 1690 e traduzida no início do século XXI para língua portuguesa. Peucer (2004), em sua tese, cita nomes de outros pesquisadores alemães do século XVII, como: Christian Weise, Ahasver Fritsch e Besold, o que são pistas de uma corrente inicial de pesquisadores alemães pioneiros em estudos sobre o Jornalismo.

A tese de Tobias Peucer, primeiro estudo reconhecido na literatura acadêmica sobre os relatos jornalísticos, identifica, no século XVII, uma utilidade dos jornais “na vida literária e cívica” (Peucer, 2004, p. 16). Na época da escrita de sua tese, não havia jornais diários como na Modernidade.

A respeito das causas da origem dos periódicos, Peucer (2004) atribuía vínculos, em parte, à curiosidade humana e, de outra parte, à busca pelo lucro daqueles que ou os confeccionavam ou os vendiam. Ao comparar os relatos jornalísticos aos registros históricos quanto às suas funções, ele defendia que os periódicos cumpriam a função de se deter em “notícias (*novellae*) verdadeiras e úteis” (Peucer, 2004, p. 18). Ademais, ele preconizava condutas normativas e moralistas aos escritores dos jornais no século XVII. “Relaciono com a vontade do escritor de periódicos a credibilidade e o amor à verdade” (Peucer, 2004, p. 19).

Em síntese, Peucer (2004) propôs uma pioneira reflexão acadêmica sobre os jornais em que enuncia e reconhece o estreito vínculo de suas funções com as sociedades e os cidadãos: “[...] o afã de saber coisas novas é tão grande que cada vez que os cidadãos se encontram em encruzilhadas e nas vias públicas perguntam: ‘o que há de novo?’. A fim de satisfazer esta curiosidade humana tem se imprimido de todo modo novos relatos jornalísticos” (Peucer, 2004, p. 26).

Por ser o registro teórico mais antigo de uma produção acadêmica sobre o Jornalismo escrita no século XVII, a tese de Peucer (2004) não é unanimidade entre os pesquisadores quanto ao seu reconhecimento enquanto uma teoria do jornalismo. Contudo, pode-se considerar a Alemanha como o berço de um pioneiro pensamento acadêmico jornalístico mundial. Sobre isso, Wahl-Jorgensen e Hanitzsch (2009) sistematizam quatro fases dos estudos jornalísticos, sendo a primeira integrada exclusivamente por trabalhos de autores alemães.

Embora o campo tenha saído de *pesquisas normativas* de estudiosos alemães sobre o papel da imprensa na sociedade, ganhou destaque com a *virada empírica*, particularmente significativa nos Estados Unidos, foi enriquecida por uma posterior *virada sociológica*, particularmente entre os estudiosos anglo-americanos, e agora,

com a *virada global-comparativa*, expandiu seu escopo para refletir as realidades de um mundo globalizado (Wahl-Jorgensen; Hanitzsch, 2009, p. 4, tradução nossa)<sup>14</sup>.

Hardt (2006), por sua vez, explica que as primeiras reflexões teóricas sobre o Jornalismo no século XVII versavam sobre a natureza e a função social da imprensa, e não de questões filosóficas da comunicação, mas “[...] tentavam sistematizar a compreensão do fenômeno imprensa para responder a questões práticas e estabelecer critérios relacionados à publicação e leitura de jornais na época” (Hardt, 2006, p. 18).

Hardt (2006) cita como autores de publicações originais sobre a imprensa alemã os trabalhos de: Ahasver Fritsch, Johann Ludwig Hartmann, Christian Weise, Tobias Peucer, Kaspar Stieler, Johann Peter Ludewig e Paul Jacob Marperger, “[...] cujos escritos são reconhecidos como as primeiras fontes dos estudos sobre a comunicação ou mídia na Alemanha” (Hardt, 2006, p. 18). Ele acrescenta também outros teóricos alemães que refletiram o interesse das Ciências Sociais sobre os objetos e os fenômenos relacionados à imprensa, como os estudos de Ferdinand Tönnies, Max Weber e Otto Groth, que “[...] demonstram as realizações das ciências sociais alemães no campo dos estudos sobre comunicação (ou imprensa) do início do século vinte” (Hardt, 2006, p. 20). Hardt (2006) inclui também os escritores norte-americanos Edward A. Ross, Robert Park e Walter Lippmann, que representam a tradição intelectual dos Estados Unidos nas questões sobre a Comunicação Social, com ênfase na “[...] liberdade de expressão, participação no discurso público e o surgimento da opinião pública” (Hardt, 2006, p. 19).

Tratam-se, portanto, de autores alemães e norte-americanos de uma primeira fase dos estudos de Jornalismo, em que os jornais e a imprensa são objetos de pesquisa, ou seja, fenômenos observados segundo o prisma de outras áreas do conhecimento e de disciplinas, principalmente da Sociologia, constituindo um aporte teórico denominado de teorias sociais da imprensa (Splichal, 2006).

Mas, dentre esses autores, também se destacam aqueles que visaram à autonomia e à especificidade científica do Jornalismo, como o sociólogo alemão Otto Groth (2011), que claramente defendeu uma Ciência dos Jornais, também denominada de Periodística. Nessa mesma linha, enquadram-se os estudos empreendidos pelo sociólogo e jornalista norte-

---

<sup>14</sup> “While the field came out of *normative* research by German scholars on the role of the press in society, it gained prominence with the *empirical turn*, particularly significant in the United States, was enriched by a subsequent *sociological turn*, particularly among Anglo-American scholars, and has now, with the *global-comparative turn*, expanded its scope to reflect the realities of a globalized world” (Wahl-Jorgensen; Hanitzsch, 2009, p. 4).

americano Park (1970), que postulou, nos anos de 1940, a tese da notícia como uma forma de conhecimento do Jornalismo.

Na literatura acadêmica, - traduzida para a língua portuguesa e compilada por Traquina (2005), a teoria do espelho é apresentada como a primeira formulação teórica quanto à questão de o porquê as notícias serem como são. Em seu escopo, essa teoria considera que a realidade social determina o conteúdo e a forma da notícia. Nesse sentido, o jornalismo, segundo uma analogia ao espelho, reflete a realidade objetivamente. É uma explicação teórica com ênfase no realismo ingênuo e que se sustenta na ideia de uma neutralidade do jornalista e de uma objetividade jornalística para se alcançar o reflexo da realidade.

Especula-se que a teoria do espelho tenha surgido no final do século XIX, quando se propagou o uso de câmeras fotográficas para o registro do cotidiano. Nesse contexto, o jornalismo passou então a buscar o mesmo na tentativa de captar a realidade de modo objetivo. O advento dessa ideia ocorreu em contraposição ao velho paradigma da imprensa como uma arma política a favor do partidarismo, registrado nos jornais dos séculos XVII e XVIII. Em paralelo à teoria do espelho, expande-se o modelo informativo como um paradigma junto aos jornais.

A teoria do espelho acrescenta também, ao ideal profissional dos jornalistas, a figura de um agente desinteressado ou de um observador que relata com honestidade e equilíbrio os fatos da realidade, sem emitir suas opiniões pessoais no conteúdo dos jornais. Consiste também em uma teoria vinculada contextualmente ao desenvolvimento das estruturas de governos democráticos modernos, que estabeleceu a imparcialidade como um papel social da imprensa e a responsabilidade social para os profissionais como um *ethos* jornalístico.

A teoria do espelho sedimenta vínculos do jornalismo com a verdade e a realidade cotidiana. “Certamente as notícias são um produto centrado no referente, onde a invenção e a mentira são violações das mais elementares regras jornalísticas. Assim, o referente, ou seja ‘a realidade’, não pode deixar de ser um fator determinante do conteúdo noticioso” (Traquina, 2005, p. 149). Essa teoria contribuiu para inculcar o *ethos* dominante da prática e da profissão do jornalismo segundo princípios relacionados à veracidade dos relatos e à proeminência da objetividade, não enquanto uma negação total da subjetividade do jornalista, mas sim como um procedimento metodológico capaz de ser compartilhado e aplicado pelos profissionais para conferir veracidade às informações jornalísticas.

Contudo, trata-se de uma teoria superada devido à sua fragilidade e limitação teórica. “Mas a teoria do espelho, intimamente ligada à própria legitimidade do campo jornalístico, é uma explicação pobre e insuficiente, que tem sido posta em causa [...], sem qualquer intuito de

pôr em causa a integridade dos seus profissionais” (Traquina, 2005, p. 149). Ademais, somam-se a essas críticas a sua insuficiência teórica e o desconhecimento de suas referências originárias (Anunciação, 2019).

Após uma primeira fase de estudos normativos do Jornalismo, Correia (2011) sistematiza uma segunda vertente mais pragmática. Segundo Wahl-Jorgensen e Hanitzsch (2009), a segunda fase dos estudos de Jornalismo é chamada de ‘virada empírica’, que se despontou especialmente nos Estados Unidos.

O interesse nos processos e estruturas da produção de notícias, bem como nas pessoas envolvidas, só começou a surgir no contexto da formação jornalística, em primeiro lugar e mais notavelmente nos Estados Unidos. Nesse sentido, o *trabalho empírico*, ao invés de normativo/teórico sobre jornalismo, provavelmente teve seu início no contexto de educadores profissionais ganhando interesse em compartilhar conhecimento sobre seu trabalho (Wahl-Jorgensen; Hanitzsch, 2009, p. 5, tradução nossa)<sup>15</sup>.

Nesse contexto de estudos empíricos, surge a primeira teoria na literatura acadêmica do Jornalismo, que se trata da teoria do *gatekeeper*, elaborada por David Manning White, nos anos de 1950, nos Estados Unidos. Segundo Traquina (2005), David White se apropriou do termo *gatekeeper*, introduzido primeiramente pelo psicólogo social Kurt Lewin em artigo escrito em 1947. No estudo, Lewin conceitua *gatekeeper* como a pessoa que toma decisões quanto aos hábitos de aquisições de alimentos domésticos.

Desse modo, David White apropriou-se desse termo para estudar o desenvolvimento da seleção das notícias nos meios noticiosos. Especialmente, os chamados ‘portões’ (*gates*), que determinam se a informação é difundida ou rejeitada pelo jornalista. Trata-se uma teoria desenvolvida a partir da observação empírica de David White do trabalho de um jornalista norte-americano na seleção de notícias, que foi apelidado de Mr. Gate. A teoria do *gatekeeper* passou a considerar a influência da subjetividade individual do jornalista no processo de seleção das notícias, ou seja, no agendamento do que se tornará ou não noticiável, sendo denominada também de teoria da ação pessoal (Traquina, 2005). O artigo de David White foi traduzido e reproduzido no livro de Traquina (1999), o que contribuiu para o acesso a esse estudo pelos cursos de Jornalismo no Brasil.

---

<sup>15</sup> “An interest in the processes and structures of news production, as well as the people involved, only began to emerge in the context of journalism training, first and most notably in the United States. In this sense, empirical, rather than normative/theoretical work on journalism probably got its start in the context of professional educators gaining an interest in sharing knowledge about their work” (Wahl-Jorgensen; Hanitzsch, 2009, p. 5).

É somente quando analisamos as razões apresentadas pelo “Mr. Gates” para a rejeição de quase nove décimos das notícias (na sua procura do décimo para o qual ele tem espaço) que começamos a compreender como a comunicação de “notícias” é extremamente subjectiva e dependente de juízos de valor baseados na experiência, atitudes e expectativas do *gatekeeper* (White, 1950 *apud* Traquina, 1999, p. 145).

A teoria do *gatekeeper* reconhece as influências da subjetividade e assume uma arbitrariedade do profissional no processo de seleção dos fatos jornalísticos, contrapondo-se à noção hegemônica de uma neutralidade e imparcialidade jornalística. Entretanto, apesar de ter representado um avanço em relação à teoria do espelho, conforme análise de Traquina (2005), a teoria do *gatekeeper* concentra o seu tratamento teórico-analítico nos critérios de seleção dos fatos, “[...] minimizando outras dimensões importantes do processo de produção das notícias, uma visão limitada do processo de produção das notícias” (Traquina, 2005, p. 151).

Essa crítica à teoria do *gatekeeper* considera que ela se centra em um reducionismo analítico apenas aos aspectos individual do jornalista e de sua subjetividade, desconsiderando outros fatores macrosociológicos e microsociológicos, por exemplo, como os referentes à organização jornalística que também incidem sobre a produção noticiosa e na atuação do jornalista (Traquina, 2005). Estudos posteriores questionaram essa teoria ao analisarem que a maioria das razões apresentadas por “Mr. Gates” na seleção das notícias é reflexo das normas profissionais, e não por razões subjetivas do jornalista. “Em outras palavras, supera-se o caráter individualista da atividade do *gatekeeper*, acentuando, em particular, a idéia da seleção como processo ordenado hierarquicamente e ligado a uma rede complexa de *feedback*” (Wolf, 2012, p. 186).

Traquina (2005) cita também que estudos posteriores de McCombs e Shaw e Hirsch atualizaram a teoria do *gatekeeper* ao reanalisarem os dados do estudo de David White. Essas outras pesquisas concluíram que o jornalista exerce sua liberdade no processo de seleção de notícias dentro de uma autonomia limitada.

Após a teoria do *gatekeeper*, uma nova teoria surge segundo um viés de investigação sobre os outros fatores que incidem na seleção das notícias, a saber, a teoria organizacional, elaborada por Warren Breed, em 1955. “Foi precisamente numa revista com o nome ‘Forças Sociais’ que Warren Breed publicou o primeiro estudo que avançou uma nova teoria – a *teoria organizacional*” (Traquina, 2005, p. 152).

À medida que foram desenvolvidas outras investigações sobre as distorções involuntárias nos conteúdos informativos com ênfase nos fatores organizacionais, burocráticos e referentes aos processos da produção noticiosa, Wolf (2012, p. 190) explica que houve uma “[...] fase intermediária da passagem do *gatekeeping* ao *newsmaking*”. O *newsmaking* consiste

em um arcabouço teórico de abordagem sociológica, segundo Wolf (2012), que se baseia na análise das normas da organização jornalística como fatores que influenciam na seleção e na produção das notícias. Essa teoria considera que, no processo de socialização organizacional do jornalista, incide mais o peso da cultura organizacional das empresas jornalísticas do que a subjetividade do profissional.

Em outras palavras, se os estudos sobre os *gatekeepers* correlacionavam o conteúdo dos jornais com o trabalho da seleção das notícias, desenvolvido justamente pelo “guardião da cancela”, os estudos recentes sobre a produção de notícias comparam a imagem da realidade social, fornecida pela mídia, com a organização e a produção rotineira dos aparatos jornalísticos (Wolf, 2012, p. 188).

De acordo com a teoria organizacional, o jornalista segue mais as normas editoriais do veículo para qual trabalha que suas crenças pessoais. Trata-se de uma complementação das teorias anteriores por considerar que as notícias são resultantes de processos de interação social dentro da organização jornalística. Essa teoria insere, portanto, a perspectiva de que há uma distorção involuntária (Wolf, 2012) sobre as notícias, tendo como ênfase a cultura organizacional.

Warren Breed, em seu estudo reproduzido por Traquina (1999), elenca seis fatores da política organizacional que constroem o trabalho de seleção, apuração e produção das notícias: a) autoridade institucional e sanções; b) sentimentos de obrigação do jornalista e de estima aos seus superiores; c) aspirações de mobilidade do jornalista dentro da empresa; d) a ausência de grupos de lealdade em conflito nas redações; e) o prazer da atividade jornalística; f) as notícias tornam-se um valor a ser perseguido. “Os seis factores promovem o conformismo com a política editorial do jornal. Seria difícil demonstrar mais exatamente como é mantida essa política, tendo em vista as muitas variáveis existentes no sistema” (Breed, 1955 *apud* Traquina, 1999, p. 160).

O estudo de Warren Breed acrescenta ainda a categoria de grupo de referências – *staffers* – para explicar como as normas organizacionais das redações são compartilhadas entre jornalistas veteranos e iniciantes. “O *staffer*, em especial o novato, identifica-se a si próprio, através da existência destes seis factores, com os executivos e com os *staffers* veteranos. [...] Ele conforma-se mais com as normas da política editorial do que com quaisquer crenças pessoais [...]” (Breed, 1955 *apud* Traquina, 1999, p. 160).

Em síntese, a teoria organizacional complementa o modelo de análise da teoria do *gatekeeper*, ao acrescentar o peso das normas organizacionais ao produto final jornalístico e ao papel do jornalista, o qual atua dentro de uma autonomia consentida em conformidade com a

cultura organizacional jornalística. Mas, o próprio Warren Breed considera em seu estudo que há situações que permitem ao jornalista desvios diante desse controle organizacional, como: a) as normas da política editorial do veículo nem sempre são expressas claramente; b) o jornalista possui o controle de vários elementos que o colocam como agente do produto final, podendo subverter a política editorial; c) as táticas de pressão do jornalista e sua autonomia profissional como maneiras de tornar um fato noticiável; d) o status dos jornalistas mais experientes que gozam de reconhecimento dentro da empresa e podem ocasionalmente “burlar” as regras (Breed, 1955 *apud* Traquina, 1999).

Além do estudo de Warren Breed, Traquina (2005) inclui que alguns acadêmicos investigaram, também segundo a teoria organizacional, outras variáveis que podem interferir na cadeia noticiosa e se relacionam à empresa jornalística, como: o papel do diretor da empresa e o tamanho da organização jornalística. A perspectiva que a teoria organizacional enfatiza é a do jornalismo enquanto um modelo de negócio, em que o espaço para a notícia é especialmente determinado pelo fator econômico e disputado com a publicidade.

Após a emergência da teoria do *gatekeeper* e da teoria organizacional nos anos de 1950, desponta-se uma nova corrente teórica centrada na discussão sobre a ideologia no jornalismo nos anos de 1960, segundo a influência de autores marxistas. Trata-se da teoria da ação política, que se caracteriza pelas pesquisas desenvolvidas segundo abordagens críticas quanto às “implicações políticas e sociais da atividade jornalística”, “o papel social das notícias”, e à “capacidade do tido Quarto Poder em corresponder às enormes expectativas depositadas pela teoria democrática” (Traquina, 2005, p. 161).

Segundo Traquina (2005), decorre da teoria da ação política a proeminência de estudos sobre a parcialidade em oposição à objetividade no jornalismo, nos anos de 1970. A imprensa passou então a ser vista como instituição ideológica que serve de modo instrumental aos interesses políticos. A partir desse modelo analítico, esse autor explica que é incorporada a noção de distorções sistemáticas na análise do fluxo noticioso, conforme algumas apreensões: a) o jornalista detém o controle pessoal sobre o produto noticioso; b) os jornalistas estão dispostos a introjetar suas preferências políticas nas notícias; c) os jornalistas possuem valores políticos coerentes e estáveis a longo prazo.

A teoria da ação política é utilizada para explicar as distorções segundo vieses ideológicos tanto de esquerda quanto de direita. Na versão da esquerda, o papel dos jornalistas é pouco relevante e está a serviço do capitalismo ou quando não conivente com as elites. Coaduna-se com uma visão da tradição ortodoxa marxista sobre a mídia. Já na versão da direita, os meios noticiosos são compostos por burocratas e intelectuais que visam expandir a atuação

reguladora do Estado sobre as empresas. Desse modo, eles atuam para propagar ideias contrárias ao capitalismo (Traquina, 2005).

Segundo a abordagem crítica da teoria da ação política, o jornalismo serve à indústria cultural que forma uma categoria profissional de jornalistas e de intelectuais-jornalistas que é detentora do monopólio dos instrumentos de difusão, de acordo com a perspectiva sociológica de Bourdieu (1997). Este autor explica que o campo jornalístico se estrutura, assim como os demais outros campos, segundo uma sobreposição do peso do ‘comercial’ em relação ao que se considera ‘puro’, ou seja, “[...] os produtores mais sensíveis às seduções dos poderes econômicos e políticos à custa dos produtores mais aplicados em defender os valores e princípios da ‘profissão’” (Bourdieu, 1997, p. 104).

Apesar de acrescentar a parcialidade e a distorção sistemática de cunho político aos modelos de análise às Teorias do Jornalismo, foram feitas críticas à teoria da ação política que a consideram como baseada em uma visão bastante enviesada sobre o funcionamento do campo jornalístico. Como explicação teórica, ela reduz a apreensão do trabalho jornalístico apenas a um serviço de uma instrumentalização intencional e política dos meios noticiosos e dos jornalistas enquanto totalmente submissos aos interesses dos proprietários das empresas jornalísticas.

Ainda dentro dos estudos empíricos de uma segunda fase de pesquisas sobre o Jornalismo caracterizada nas análises dos agentes, das práticas profissionais e dos valores-notícia, Correia (2011) inclui também, ao conjunto de teorias anteriormente comentadas, a teoria dos valores-notícia (Galtung; Ruge, 1965 *apud* Traquina, 1999) e a teoria do agendamento (McCombs; Shaw, 1972 *apud* Wolf, 2012). “Esta fase consagra alguns dos mais importantes clássicos dos estudos jornalísticos” (Correia, 2011, p. 25).

Os estudos empíricos dessa segunda fase se detiveram nas teorizações das notícias e seus efeitos. Assim, emergem as teorias da notícia enquanto desdobramentos da noticiabilidade. Sobre as teorias da notícia, Sousa (2005) as explica como sendo o cerne de uma perspectiva de teorização unificadora sobre o Jornalismo: “Uma teoria do jornalismo deve partir da observação de que há notícias jornalísticas e de que estas têm efeitos” (Sousa, 2005, p. 74).

Conforme as teorias da notícia, o objeto de estudo do Jornalismo centra-se na materialidade dos produtos jornalísticos (jornais, revistas, programas de televisão, notícias, reportagens etc.), cuja ênfase concentra-se na descrição empírica. Silva e Pontes (2009) explicam as teorias da notícia:

Investigações que podemos localizar no universo das *Teorias da Notícia*. Quase sempre com base em pesquisas descritivas, as teorias da notícia se preocupam com: (a) os *conteúdos* veiculados pela mídia noticiosa, incluída aqui a diversidade dos estudos que prometem fazer análises de discursos; (b) os *formatos, gêneros e linguagens* que identificam características tecnológicas e estilísticas do texto jornalístico; (c) o *processo e as rotinas* de produção; e (d) os estudos dos *efeitos* e das audiências (Silva; Pontes, 2009, p. 181).

A terceira fase dos estudos de Jornalismo, segundo Correia (2011), é influenciada por teorias e métodos das Ciências Sociais e Humanas:

A abordagem centra-se num compromisso com a análise crítica das convenções e rotinas jornalísticas, as ideologias e culturais ocupacionais e profissionais e ainda pelo uso de conceitos direccionados para o estudo do texto, como sejam os conceitos de *framing* e de narrativa, ao qual se adiciona uma análise de crescente importância do elemento “popular” das notícias (Correia, 2011, p. 25).

No contexto dessa terceira fase de estudos, Traquina (2005) esclarece como ela representou uma reorientação em relação ao realismo empírico e à emergência de um novo paradigma no jornalismo: o construcionismo. A partir daí as notícias não mais são tidas como o espelho da realidade, mas sim como uma construção, principalmente a partir da investigação acadêmica sobre o jornalismo nos anos de 1970, nos Estados Unidos. Dentre essa vertente teórica, destaca-se, por exemplo, a obra de Gaye Tuchman, *Making News: a study in the construction of reality* (1980), que inclui o termo *frame* para se referir ao enquadramento das notícias, que são entendidas enquanto relatos construídos socialmente sobre a realidade cotidiana. Essa autora explica a sua tese como um estudo dentro da Sociologia do Conhecimento, segundo uma abordagem interpretativa.

Essa terceira fase de Estudos de Jornalismo foi nomeada de virada sociológica por Wahl-Jorgensen e Hanitzsch (2009). Ela se despontou entre os anos de 1970 e 1980 segundo fortes influências da Sociologia e da Antropologia. “A crescente atenção prestada às questões culturais andou lado a lado com a adoção de metodologias qualitativas, mais notadamente estratégias analíticas etnográficas e de discurso” (Wahl-Jorgensen; Hanitzsch, 2009, p. 6, tradução nossa)<sup>16</sup>.

A partir do construcionismo é que se distinguem as seguintes correntes teóricas: a) construcionistas, b) estruturalistas e c) interacionistas, conforme sistematização de Wahl-Jorgensen e Hanitzsch (2009) *apud* Correia (2011). Traquina (2005), por sua vez, considera as

---

<sup>16</sup> “The increasing attention paid to cultural issues went hand in hand with the adoption of qualitative methodologies, most notably ethnographic and discourse analytical strategies” (Wahl-Jorgensen; Hanitzsch, 2009, p. 6).

teorias construcionistas e as subdivide em: a) teoria estruturalista e b) teoria interacionista. Para esse autor, as teorias construcionista, estruturalista e interacionista são complementares, mas divergem em alguns pontos.

É segundo o construcionismo que se enquadra também a abordagem do *newsmaking*. “Este se articula principalmente em dois binários: a cultura profissional dos jornalistas; a organização do trabalho e dos processos de produção” (Wolf, 2012, p. 193-194). É dentro do *newsmaking* que se discute a noticiabilidade. Wolf (2012) explica a noticiabilidade, como sendo o “[...] conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os aparatos de informação enfrentam a tarefa de escolher cotidianamente, de um número imprevisível e indefinido de acontecimentos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias” (Wolf, 2012, p. 196).

Wolf (2012, p. 191) acrescenta que, quanto aos aspectos metodológicos, as pesquisas desenvolvidas conforme a abordagem do *newsmaking* possuem em comum a “técnica da observação participante”. Decorrente da noticiabilidade, distinguem-se os estudos sobre os critérios de seleção das notícias e os valores-notícia.

No *newsmaking*, as discussões sobre os valores-notícia e suas classificações, elaboradas por distintos autores, podem fazer interfaces com alguns aspectos relacionados à cidadania e à democracia. Desse modo, alguns valores-notícia, porém nem todos, tangenciam perspectivas democráticas e cidadãs. Esses valores-notícia não são inerentes aos acontecimentos, mas sim arbitrados pela cultura jornalística.

Por exemplo, a classificação dos valores-notícia abordada no livro de Wolf (2012) define critérios substantivos para noticiabilidade dos acontecimentos. Sobre esses, pesam quatro fatores eleitos pelo autor que tangenciam apreensões sobre os cidadãos e as democracias, conforme explicam Rocha e Silva (2019) ao discutirem esses critérios classificados por Wolf (2012):

Um deles é a hierarquia dos sujeitos envolvidos no acontecimento, que podem ser relacionados a instituições governamentais, outras entidades e organismos sociais. Isso significa que, quanto mais alto o grau hierárquico das pessoas implicadas na situação, maior é a chance de virar notícia. Outro fator é o impacto sobre o interesse nacional. Este se relaciona à ideia de proximidade geográfica como requisito para que um fato receba cobertura da imprensa. Os jornalistas também atribuem um valor mais elevado para o acontecimento conforme a quantidade de pessoas envolvidas nele. Acontecimentos de duração prolongada são mais significativos para as redações. Além disso, o interesse dos profissionais pelos eventos está ligado à imagem que eles têm do público – interesse humano, entretenimento, curiosidades que chamam a atenção (Rocha; Silva; 2019, p. 223-224).

Outra classificação, elaborada por Traquina (2008), distingue os valores-notícia de seleção, que incidem nos processos de elaboração das notícias. Ele os subdivide em critérios de seleção e critérios contextuais (Traquina, 2008). Além desses, esse autor tipifica também os valores-notícia de construção, que se referem aos aspectos contextuais que concernem à produção das notícias.

Conforme a sistematização de Traquina (2008), os valores-notícia de seleção, como: a notoriedade do ator principal do acontecimento; a proximidade do fato em termos geográficos; a relevância, isto é, o impacto do acontecimento no social; o conflito ou a controvérsia que se referem às disputas/violências; e até mesmo à infração às regras sociais são critérios jornalísticos que tangenciam alguns aspectos da sociedade e interesses de cada nação ou região. Já os valores-notícia de construção (Traquina, 2008), como: a relevância do acontecimento; a personalização, isto é, a valorização das pessoas envolvidas nos fatos; a simplificação, como um procedimento para tornar o acontecimento mais inteligível aos públicos; a dramatização, com reforço do cunho emocional dos fatos, também pode se referir a aspectos de cidadania e de democracia.

Na obra de Charaudeau (2013), os acontecimentos midiáticos são hierarquizados em dois critérios: a) os internos, que são resultantes dos processos e das rotinas jornalísticos; e b) os externos, que são acontecimentos decorrentes da vida social, independentes da atuação jornalística, como os eventos inesperados, as manifestações da sociedade civil ou das organizações estatais. Esses critérios também podem fazer ligações com aspectos de cidadania e de democracia.

Na classificação dos valores-notícia feita por Alsina (2009), que define dez regras de seleção dos acontecimentos, também há critérios jornalísticos que podem contribuir para a apreensão sobre a cidadania e a democracia, como: a) a referência ao pessoal, ao privado e ao íntimo, com objetivo de que o público se identifique com os atores principais dos acontecimentos; b) as novas tendências na sociedade; c) as expressões do exercício do poder e sua representação; d) a distinção entre acontecimento que assinam normalidade e anormalidade quanto aos valores socialmente aceitos, são alguns dos exemplos.

Além do *newsmaking*, a teoria construcionista, conforme sistematização de Traquina (2005), desdobra-se nas teorias estruturalista e interacionista. O comum entre essas correntes teóricas está no aspecto de que elas rejeitam a teoria do espelho, o empirismo ingênuo e a teoria conspiratória instrumentalista ou também chamada teoria da ação política no processo de produção das notícias (Traquina, 2005).

Para as teorias estruturalista e interacionista, as notícias são resultantes de interações entre os jornalistas e outros agentes sociais, como as fontes de informação, a sociedade e a comunidade profissional dentro e fora da empresa jornalística. Constituem-se assim de teorias de abordagens micro e macrosociológicas, pois consideram as influências tanto da cultura organizacional para qual o jornalista trabalha quanto de uma cultura transorganizacional. Para as teorias estruturalista e interacionista, as notícias são tidas como relatos, narrativas ou “estórias”, conforme nomeia Traquina (2005, p. 174), marcadas “[...] pela cultura dos membros da tribo e pela cultura da sociedade onde estão inseridos [...]”.

Em síntese, a teoria estruturalista defende que as notícias são resultantes da organização burocrática dos veículos noticiosos, de uma estrutura de valores-notícia e valoriza uma perspectiva culturalista no processo de construção das notícias. Segundo a teoria estruturalista, os meios noticiosos não se limitam a produzir histórias e nem a reproduzir a ideologia da classe dominante, mas são os primeiros definidores dos acontecimentos jornalísticos a partir das relações entre jornalistas e suas fontes. É uma teoria que acrescenta uma visão estruturante entre os meios noticiosos e as fontes institucionais e especializadas na construção das notícias, mas que não problematiza a questão da reprodução ideológica por parte das fontes eleitas como oficiais e nem repercute as relações de poder e de hierarquia estabelecidas, como faz Wolf (2012) em sua crítica à teoria estruturalista.

Já a teoria interacionista acrescenta que sobre o trabalho jornalístico, além das relações com as fontes oficiais, incide também a tirania das rotinas produtivas, como o tempo e o agendamento dos acontecimentos jornalísticos. As notícias tidas como construção da realidade, segundo essa teoria, perpassam pelo entendimento de que os produtos noticiosos são resultantes não apenas da interação entre jornalistas e suas fontes, assim como entre jornalistas e a organização profissional em que trabalham e mais os jornalistas e outros membros da categoria profissional. Assim como decorre também de processos de interação social entre os jornalistas e a sociedade (Traquina, 2005).

Enquanto a teoria estruturalista defende que a relação entre as fontes oficiais e os jornalistas ocorre de maneira determinista, a teoria interacionista considera que é a rotinização dos veículos que define a dependência do jornalista das fontes de informação e a conquista de espaço midiático pelos agentes. Nesse jogo de poder: “A teoria interacionista reconhece o papel do jornalismo como uma força conservadora, mas também reconhece que pode constituir um recurso para os agentes sociais que contestam o *status quo* e os valores dominantes” (Traquina, 2005, p. 200).

Uma quarta fase dos estudos de Jornalismo, conforme Wahl-Jorgensen e Hanitzsch (2009, p. 6), trata-se da ‘global comparative turn’, que consiste na relação de pesquisa internacional comparada, em virtude das mudanças políticas e das novas tecnologias da comunicação. “Assim, a pesquisa jornalística torna-se cada vez mais um empreendimento internacional resultante da colaboração entre vários investigadores provenientes de várias comunidades científicas” (Correia, 2011, p. 26).

A acumulação dos estudos de Jornalismo mundialmente ao longo do século XX e início do século XXI demarcou nomes de autores que passaram a se constituir como referências do campo jornalístico. Dentre esses, Pena (2006), em seu artigo, faz referência aos seguintes pesquisadores: a) os norte-americanos Walter Lippmann, Michael Schudson, Gaye Tuchman, Eli Katz, Barbie Zelizer; b) os europeus Mauro Wolf, Nelson Traquina, Jorge Pedro Sousa, Lorenzo Gomis; e os c) brasileiros Luiz Beltrão, Danton Jobim, Barbosa Lima Sobrinho, José Marques de Melo, Alfredo Vizeu, Adelmo Genro Filho, Nilson Lage, Cremilda Medina, Eduardo Meditsch, o próprio Felipe Pena, entre outros.

Em virtude da produção teórica acumulada do Jornalismo, Pena (2006, p. 41) defende que “[...] as várias tentativas de sistematizar a Teoria do Jornalismo já permitem a plena configuração da área como um campo específico do conhecimento humano”. Além disso, ele acredita que deve haver a curricularização dessa disciplina nas escolas de Jornalismo no Brasil “[...] como um conjunto de metodologias e conceitos estudados a partir da investigação científica. Os diversos modelos de interpretação podem ser estruturados no âmbito de uma teoria unificadora, mesmo que sua fundamentação seja complexa e heterogênea” (Pena, 2006, p. 41).

No entanto, essa visão de Pena (2006) sobre os estudos de Jornalismo não é consensual, mesmo com a reconhecida acumulação histórica e teórica angariada pelo campo. Sobre essa dificuldade de reconhecimento, Franciscato (2015) aponta esse problema, em parte, como decorrente do fato de que apenas ter o jornalismo como objeto de estudo não é o suficiente para definir a especificidade do campo. De outra parte, porque há uma dificuldade “[...] de recortar uma teoria para afirmá-la ser ‘do Jornalismo’ e não de outro fenômeno comunicacional” (Franciscato, 2015, p. 670-671).

Ademais, os estudos de Jornalismo caminharam em dois movimentos, segundo Franciscato (2015): a) “[...] um em busca da formação de um *corpus* específico de conhecimento sobre o jornalismo”; b) “[...] outro, estudando o jornalismo a partir de disciplinas ou abordagens consolidadas, executando movimentos transversais na abordagem do jornalismo como objeto de pesquisa” (Franciscato, 2015, p. 660). Enquanto esses movimentos conferem

uma rica e ampla abordagem teórica multidisciplinar para o Jornalismo, eles também expõem as fragilidades do campo e as dificuldades de uma especificidade teórica: “[...] esta presença de múltiplas disciplinas tem sido sistematizada na forma de ‘Teorias do Jornalismo’, o que gera identidade acadêmica e institucional, mas não supera as tensões entre estes elementos” (Franciscato, 2015, p. 673).

O acúmulo teórico dos estudos de Jornalismo gerou também sistematizações das teorias do campo, apesar de ainda haver na atualidade questionamentos sobre a categorização do conjunto dessas reflexões teóricas enquanto legitimamente um arcabouço de uma Teoria do Jornalismo unificada, que se trata da tese defendida por Sousa (2005). Para Sousa (2005), a notícia é o objeto da teoria do jornalismo: “A teoria do jornalismo deve ser vista essencialmente como uma teoria da notícia, já que a notícia é o resultado pretendido do processo jornalístico de produção de informação” (Sousa, 2005, p. 74).

A tese de Sousa (2005) sobre uma teoria unificada do Jornalismo contrapõe-se à sistematização realizada por (Traquina, 2005, 2008) em seus livros, o qual Sousa (2005) o considera como um autor de uma tendência divisionista para a explicação das notícias. Diferentemente de Traquina e Sousa (2005), Barbie Zelizer (2004) *apud* Pena (2006) sistematiza as Teorias do Jornalismo em cinco modelos: sociológico, histórico, linguístico, político e cultural.

Pena (2006), por sua vez, aponta um aspecto relevante quanto às sistematizações das Teorias do Jornalismo serem mais apresentadas em artigos científicos do que em livros:

A diversidade de autores e perspectivas, no entanto, não significa a existência de uma ampla sistematização da disciplina, objetivo do trabalho de Barbie Zelizer. Há poucos estudos classificatórios (os principais são de Philips e Gaber, Bierhoff, Deuze e Vreese, Cottle, Katz, Carey e Schudson), mas quase todos são artigos publicados em revistas científicas e não livros estruturados, o que, apesar de atestar seu valor acadêmico, limita o espectro de análise a poucas páginas (Pena, 2006, p. 46).

Ahva e Steensen (2019), por sua vez, acrescentam que os estudos de Jornalismo evidenciam as mudanças das teorizações empregadas nas investigações em conformidade às transformações ocorridas no objeto e no campo. Segundo esses autores, isso transparece também nos títulos de livros e de publicações acadêmicas de autores estrangeiros:

Na virada do milênio, os estudos de jornalismo surgiram como um campo cada vez mais autônomo de investigação acadêmica, com suas próprias conferências, periódicos e publicações-chave, que se aproximam para a constituição de uma distinta “cultura epistêmica” (Cetina, 1999). Vários livros publicados desde 2005 têm sido fundamentais para este processo. [...] Nosso terceiro pressuposto, o de que os estudos de jornalismo empregam uma nova teoria quando seu objeto de estudo muda, é

baseado nas muitas publicações que temos visto nos últimos anos que abordam especificamente a necessidade de reconstruir nossa compreensão fundamental do que é o jornalismo, devido às muitas mudanças, principalmente relacionadas à digitalização que afetaram a profissão e suas práticas desde a virada do milênio. Essa tarefa é denominada como “repensar” (Peters & Broersma, 2013); “reconstrução” (Anderson, 2013); “reinventar” (Waisbord, 2013); “reconstruir” (Downie & Schudson, 2009); “reconsiderar” (Alexander, Breese, & Luengo, 2016); “refazer” (Boczkowski & Anderson, 2017); e até mesmo “repensar novamente” (Peters & Broersma, 2016) o que as notícias e o jornalismo são. Com base nesses títulos de livros, parece que os estudos de jornalismo atualmente são, e historicamente têm sido, preocupados em desconstruir e reconstruir seu objeto de estudo (Ahva; Steensen, 2019, p. 38-39, tradução nossa)<sup>17</sup>.

Disparidades de perspectivas à parte, permanece na contemporaneidade o problema de que o Jornalismo ainda não foi capaz de legitimar academicamente e cientificamente um saber unificador, autônomo, autossuficiente e compartilhado, superando as controvérsias. Sobre essa carência epistemológica, Silva e Pontes (2009) se contrapõe a tese unificadora de Sousa (2005) de que as teorias das notícias são sinônimas das Teorias do Jornalismo e capazes de agregar todas as abordagens em uma teorização única. Eles são contrários a essa tese, que denominam de metonímica em virtude da ênfase no objeto do Jornalismo centrar-se apenas na notícia, nos critérios de noticiabilidade e nas rotinas produtivas. Esses autores propõem que as notícias devem se constituir como uma categoria dentro de uma Teoria do Jornalismo.

[...] o fato de que uma Teoria do Jornalismo só se torna possível se responder também a questões que excedam às atividades das redações, à produção da notícia ou aos textos jornalísticos; que complexifiquem a *necessidade social de notícia*, ou seja, a necessidade do público em querer se informar. O objeto de uma Teoria do Jornalismo, ou do campo científico do Jornalismo, se assim preferirmos, é a centralidade da notícia como prática social e cultural. E, para pensar melhor esse objeto como produção sociocultural, outros enfrentamentos se farão necessários. Ao ser explicado quase sempre pelo que não é (não é sociologia, psicologia social, política etc.; não é publicidade nem propaganda, nem ficção nem entretenimento) ou então pelo reducionismo do apreço exacerbado pela descrição empírica, o Jornalismo continua dizendo “carece de me explicar pelo que sou” (Silva; Pontes, 2009, p. 183).

---

<sup>17</sup> “Since the turn of the the millennium, journalism studies has risen as an increasingly autonomous field of academic inquiry, with its own conferences, journals and key publications, which come close to constituting a distinct “epistemic culture” (Cetina, 1999). Several books published since 2005 have been key to this process. [...] Our third assumption, that journalism studies employs new theory when its object of study changes, is based on the many publications we have seen in recent years that specifically address the need to rebuild our fundamental understanding of what journalism is, owing to the many changes mostly related to digitalization that have affected the profession and its practices since the turn of the millennium. This task is named as “rethinking” (Peters & Broersma, 2013); “rebuilding” (Anderson, 2013); “reinventing” (Waisbord, 2013); “reconstructing” (Downie & Schudson, 2009); “reconsidering” (Alexander, Breese, & Luengo, 2016); “remaking” (Boczkowski & Anderson, 2017); and even “rethinking again” (Peters & Broersma, 2016) what news and journalism is. Based on these book titles, it seems as if journalism studies currently is, and historically has been, preoccupied with deconstructing and reconstructing its object of study” (Ahva; Steensen, 2019, p. 38-39).

Em síntese, foram apresentadas as principais correntes de teorizações que constituem as Teorias do Jornalismo em âmbito internacional e que repercutem também na literatura acadêmica sobre o assunto no Brasil. A breve sistematização das teorias do Jornalismo exposta anteriormente aponta alguns aspectos para uma problematização sobre o conhecimento teórico do Jornalismo em relação à cidadania e à democracia. Dentre esses, os pontos em comum são que a maioria das teorizações do Jornalismo pertence a matrizes forâneas ao Brasil. Também se apreende que os aportes teóricos do Jornalismo são mais centrados no âmbito da produção, dentre a análise da cadeia processual noticiosa.

As Teorias do Jornalismo também apresentam disparidades em tendências que visam uma unificação teórica, conforme defende Sousa (2005), e outra divisionista, como se encontra nos livros de Traquina (2005, 2008). Observa-se ainda que as teorizações do Jornalismo, datadas dos séculos XIX e XX, avançaram bastante no início do século XXI. Desse modo, os aportes da teoria do espelho, da teoria do *gatekeeper*, da teoria organizacional, da teoria da ação política, da teoria construcionista, da teoria estruturalista e da teoria interacionista configuraram-se como as abordagens teóricas mais tradicionais, portanto, de referência do campo.

No âmbito internacional, Machado (2004) comenta que as Teorias do Jornalismo são uma das principais linhas de pesquisa, com predominância na Alemanha, nos Estados Unidos, na França, em Portugal, na Espanha, na Inglaterra, na Itália, na Suíça e na Austrália. No Brasil, as linhas de História do Jornalismo e Teorias do Jornalismo, segundo esse autor, somam uma significativa quantidade de títulos. Segundo Machado (2004), a História de Jornalismo é a mais antiga linha de pesquisa no Brasil. Já a disciplina Teorias do Jornalismo, no âmbito brasileiro, possui um corpo de autores/pesquisadores que contribuiu para a formação de um pensamento jornalístico academicamente brasileiro, assunto tratado na sequência.

O acúmulo das Teorias do Jornalismo possibilita modelos de análises normativas e pragmáticas sobre os objetos e os fenômenos jornalísticos, além de dar suporte às abordagens multidisciplinares segundo uma interface com outras áreas de conhecimento. A legitimação entre jornalismo, cidadania e democracia consolida-se historicamente, pelas práticas e também pelo *ethos* jornalístico. Entretanto, a literatura sobre as teorias de referência do campo jornalístico não aponta esses dois conceitos enquanto fundamentos da natureza do Jornalismo. Desse modo, investiga-se como as Teorias do Jornalismo podem se referir à cidadania e à democracia a partir da análise de algumas obras bibliográficas do campo, dentre essas, de autores brasileiros.

### 3.3 O PENSAMENTO JORNALÍSTICO BRASILEIRO NO CAMPO ACADÊMICO DO JORNALISMO

O desenvolvimento do jornalismo mundialmente é acompanhado por investigações reflexivas e teóricas que integram também o âmbito acadêmico brasileiro. A investigação historiográfica de um pensamento jornalístico implica, conforme aponta Franciscato (2015), na articulação de duas perspectivas: “[...] a temporalidade das construções teóricas e o lugar em que estas foram produzidas” (Franciscato, 2015, p. 661). Desse modo, as teorizações do Jornalismo apresentadas nesta seção centram-se no Brasil, mas distinguem-se quanto à temporalidade.

O pensamento jornalístico brasileiro tem sua origem no final do século XIX, com os primeiros estudos que se detiveram a registrar a trajetória de jornais e revistas (Marques de Melo, 2006), isto é, uma historiografia da pioneira imprensa no País. “São produções estimuladas ou amparadas pelos *institutos históricos*, entidades a que José Honório Rodrigues atribui o próprio nascimento da pesquisa histórica no país” (Marques de Melo, 2006, p. 15- 16). Nessa linha, Marques de Melo enquadra os autores precursores: José Honório Rodrigues, Moreira de Azevedo, Max Fleiuss, Vale Cabral, Alfredo de Carvalho, Barão de Studart, Craveiro Costa, Affonso de Freitas, dentre outros que realizaram estudos historiográficos sobre a imprensa nacional (Marques de Melo, 2006).

Ainda nessa linha historiográfica sobre a imprensa no Brasil, aloca-se Barbosa Lima Sobrinho, a quem Jobim (1992) chama de ‘historiador do jornalismo’. Jobim (1992) destaca que o livro *O problema da imprensa*, publicado por Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, mais conhecido por Barbosa Lima Sobrinho, em 1923, apresenta uma “[...] síntese da evolução do nosso jornalismo, sob o ponto de vista de sua influência e política [...] São admiráveis os capítulos sobre a imprensa na Independência, no 7 de abril, na Regência, no Segundo Reinado, na campanha abolicionista” (Jobim, 1992, p. 189).

Essa corrente historiográfica dos estudos de Jornalismo no Brasil perdurou até as primeiras décadas do século XX, quando posteriormente surgiu uma linha de investigação de caráter jurídico. Essa linha se deteve em pesquisar a relação da imprensa no Brasil com o Estado, marcando uma corrente normativa de reflexões sobre a imprensa que surgiram primeiramente não a partir do campo acadêmico jornalístico, até então inexistente, mas sim no de Direito, “[...] gerando análises e interpretações sobre os fundamentos e consequências dos delitos cometidos através da imprensa” (Marques de Melo, 2006, p. 16). Este autor explica que,

guardadas as especificidades das linhas de pesquisas historiográfica e jurídica, em ambas encontram-se discussões políticas sobre o jornalismo.

Marques de Melo (2012), em sua obra *História do jornalismo: itinerário crítico, mosaico contextual*, apresenta um esquema histórico do conhecimento jornalístico brasileiro, que foi dividido em: a) Período de Constituição, composto por três fases: Fase 1 (1808-1858) – jornalismo como tema de reflexão (Pensamento); Fase 2 (1859-1922) - Jornalismo como tópico de observação (Memória); Fase 3 (1923-1946) - Jornalismo como objeto de cognição - (Pesquisa). Já no b) Período de Institucionalização, integram duas fases: Fase 4 (1947-1992) – Jornalismo como área acadêmica (Disciplina); e Fase 5 (1993 – início do século XXI) – Jornalismo como colégio invisível (Comunidade).

No período de emancipação do jornalismo no Brasil no século XIX, marcado pelo distanciamento gradual das matrizes advindas da colonização de Portugal, houve a emergência de um pensamento de identificação, segundo Marques de Melo (2009). Esse último pensamento considera o jornalismo não apenas segundo uma missão civilizatória, que demarcou uma primeira função social da imprensa no Brasil no século XIX, mas sim refere-se à formação de uma inicial identidade do jornalismo no Brasil a partir do século XX (Marques de Melo, 2009).

É dessa fase do jornalismo como tema de reflexão que se desponta a obra de Rui Barbosa. O livro foi organizado a partir da conferência que o autor ministrou em 1920 e posteriormente foi reeditado pela Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP) sob o título: *A imprensa e o dever da verdade*, dentre a Coleção de Clássicos do Jornalismo Brasileiro. Nesse livro, encontram-se defesas sobre um inicial pensamento intelectual a respeito do jornalismo no Brasil baseado em princípios políticos, éticos e democráticos, conforme prefácio da obra reeditada escrito por Freitas Nobre.

Essa obra de Rui Barbosa é precursora sobre uma ética da imprensa no Brasil. “Defendeu o dever de informar sem omissões, fixando critérios éticos que, se pudessem vingar, fariam da imprensa o escudo em que a sociedade se resguardaria da mentira oficial e se prepararia melhor para reformar o Estado, colocando-o em condições de servir a comunidade” (Barbosa, 1990, p. 24). No prefácio do livro, também se encontra a sobreposição do interesse público: “Defende de outra parte, o direito de penetrar até mesmo na privacidade do homem público, quando a sociedade tenha a necessidade de conhecê-lo na intimidade, até para que possa dar-lhe o voto de confiança ou rejeitar-lhe a outorga de um mandato popular” (Barbosa, 1990, p. 24).

Rui Barbosa postulava uma função moralista para o jornalismo no Brasil, segundo a ideia de que: “A imprensa é a vista da Nação” (Barbosa, 1990, p. 37). Defendia ainda que:

“Nada mais útil às nações do que a imprensa na lisura da sua missão. Nada mais nefasto do que ela mesma na transposição do seu papel” (Barbosa, 1990, p. 38). Ele considerava o jornalista como um ‘político do povo’. Além disso, estimava, no início do século XX, a democracia nos Estados Unidos como um modelo político para o Brasil, não no sentido de uma subserviência brasileira, mas de inspiração na teoria democrática estadunidense.

O debate sobre a democracia é manifesto em diversas passagens do livro, como no tópico sobre presidencialismo. “A expressão dominante desses costumes é a imprensa, que, nos governos dessa fórmula constitucional, substitui, como órgão da opinião pública, o mecanismo da responsabilidade ministerial nos países parlamentares” (Barbosa, 1990, p. 42). No entanto, à sua época, Rui Barbosa já denunciava os desvios da imprensa no Brasil na lisura de sua missão (Barbosa, 1990).

O pensamento de Rui Barbosa sobre a imprensa no Brasil vincula-se a elementos que legitimam fundamentos para o jornalismo, como: a liberdade, a cidadania, a independência e a democracia. Sua obra é integrante de um movimento de ensaios e estudos que predominaram no início do século XX. “No Brasil da década de 1930, iniciaram-se estudos sobre o jornalismo vinculados com a legislação e a liberdade de expressão. Nesse período, predominou o registro histórico e bibliográfico, sem uma definição adequada de um campo de estudo” (Temer; Nery, 2004, p. 153).

Antes mesmo da institucionalização dos primeiros cursos de Jornalismo no Brasil a partir dos anos de 1940, alguns autores brasileiros, por meio de produções literárias, elaboraram teorizações sobre o jornalismo centradas nas teorias da democracia e no debate sobre cidadania. É o que Marques de Melo (2006, p. 260) nomeia de ‘autores clássicos’ do jornalismo brasileiro. Dentre esses, enquadram-se os livros de Rui Barbosa, Barbosa Lima Sobrinho, Alceu Amoroso Lima, Carlos Lacerda, Danton Jobim e Luiz Beltrão.

Volume expressivo de estudos e análises sobre os processos jornalísticos foi acumulado nas décadas de 1980-1990, configurando o que venho chamando de “pensamento jornalístico brasileiro”. Suas raízes estão fincadas no esforço reflexivo de desbravadores como Rui Barbosa e Barbosa Lima Sobrinho e de arautos como Alceu de Amoroso Lima e Carlos Lacerda, ganhando densidade com a sistematização crítica esboçada por Danton Jobim e Luiz Beltrão. A construção de um modo brasileiro de ver o jornalismo, iniciada pela plêiade de autores clássicos, teria continuidade com o esforço desenvolvido pelos profissionais de renome que cruzaram sem inibições as fronteiras entre a academia e a profissão, como Carlos Rizzini, Celso Kelly, Anis José Leão, Alberto Dines, Mário Erbolato, Juarez Bahia, Alberto André ou Freitas Nobre. Mas é, sobretudo, na academia, que se estabelece o principal núcleo de produção da nossa *Teoria do jornalismo* (Marques de Melo, 2006, p. 259-260).

As obras bibliográficas desses autores integram o *corpus* do que pode ser tomado como precursoras teorizações do Jornalismo no Brasil, antes mesmo da configuração da disciplina Teorias do Jornalismo dentre os currículos da educação da área, cujos cursos somente viriam a ser ofertados a partir de 1947. O inventário realizado por Marques de Melo (2009) sobre o pensamento jornalístico no Brasil, desde o início da imprensa no País, descreve o fenômeno do jornalismo também como um processo cognitivo que foi institucionalizado para o campo acadêmico.

O ensino superior em Jornalismo no Brasil iniciou-se no século XX com a criação de curso de Jornalismo em 1947, na Faculdade Cásper Líbero, em São Paulo. Essa escola foi idealizada pelo jornalista e empresário Cásper Líbero, que deixou em testamento o seu desejo de fundar uma instituição para o ensino da profissão. Esse primeiro curso, fruto da iniciativa privada, teve início mediante convênio entre a Fundação Cásper Líbero e a Fundação São Paulo, que era mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). O primeiro curso de Jornalismo foi agregado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento. A autonomia da graduação ocorreu apenas em 1958, com a autorização para o ensino de Jornalismo em uma instituição autônoma (Marques de Melo, 1974).

No âmbito da administração pública, outro curso de Jornalismo foi criado em 1948, na então Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O curso foi instalado na Faculdade Nacional de Filosofia. Segundo Marques de Melo (1974, p. 30), o curso da Universidade do Brasil “[...] adotou uma estrutura curricular seriada, onde havia nítida predominância das matérias culturais sobre as técnicas”. Além disso, de acordo com Danton Jobim, sobre o ensino de Jornalismo no Brasil, em exposição feita em 1958: “Os demais cursos de jornalismo existentes no país, filiados a outras universidades, tomam como padrão o da Universidade do Brasil, instituído na Faculdade de Filosofia (Educação e Letras)” (Jobim, 1992, p. 212-213).

Conforme Marques de Melo (2006), os dois primeiros cursos, o da Escola de Jornalismo Cásper Líbero (1947) e o da então Universidade do Brasil (1948), privilegiaram em seus currículos uma “[...] acentuada inclinação para as questões de natureza deontológica, o que marcaria sensivelmente o perfil dos seus graduandos e orientaria o padrão da produção acadêmica pelo seu corpo docente” (Marques de Melo, 2006, p. 19). Esse autor chama essa fase de “corrente ético-social” de reflexões sobre o jornalismo (Marques de Melo, 2006, p. 20) e descreve, em seu livro, que os primeiros docentes dos cursos de Jornalismo, na década de 1950, refletiram essa corrente em suas produções acadêmicas.

Nesse contexto dos anos de 1950, o livro *A missão da imprensa*, de Carlos Lacerda, é uma expressão bibliográfica dessa ênfase ético-social no jornalismo brasileiro. Escrito em 1950 e com exemplares esgotados, o livro foi reimpresso dentro da iniciativa da Coleção de Clássicos do Jornalismo Brasileiro, empreitada da ECA/USP e encabeçada por José Marques de Melo. Carlos Lacerda, em seu livro, defendeu uma perspectiva moral para o papel do jornalista no Brasil, que também é encontrada nas obras de Rui Barbosa e de Alceu Amoroso Lima. As aproximações entre esses autores correspondem à defesa de um papel político para o profissional da imprensa no Brasil. “Se os grupos sociais e os seus líderes bem conduzem a nação, do jornalista não se peça que os ajude senão mostrando sempre o que vê mais para longe, no que resta a percorrer de tão longos caminhos” (Lacerda, 2003, p. 28).

Em sua obra, Lacerda (2003, p. 37) define, como missão da imprensa e do jornalista no Brasil: “Apresentar um quadro da realidade sobre a qual os homens possam atuar. Eis a missão do jornal; a função, pois, do jornalista”. Ele postula ainda outras funções da imprensa, como: técnica, universitária, seletiva e formadora.

Na figura tanto de um formador de opinião quanto de um ‘intérprete da sociedade’ (Lacerda, 2003, p. 52), este autor considerava que é próprio do jornalista a construção de uma “[...] opinião pública bem informada, atenta, vigilante e esclarecida” (Lacerda, 2003, p. 27). Ademais, ele defendia uma estreita relação entre a opinião pública e os jornais: “Antes de formar a opinião pública, o jornal é criação dela” (Lacerda, 2003, p. 52).

Ele distinguiu também o jornalista como “o homem que tem a paixão do jornal” e criticou a irresponsabilidade da imprensa em virtude de um fenômeno que ele nomeou de decomposição moral. Versou, nos anos de 1950, sobre uma crise política no Brasil, “[...] a crise moral que grassa num país destituído de uma base material capaz de permitir o desenvolvimento numérico e qualitativo de sua gente” (Lacerda, 2003, p. 39-40) em paralelo à crise da imprensa nacional: “[...] crise na antiga influência da imprensa sobre o cidadão; sobre, em suma, isso a que se dá o nome genérico de opinião pública” (Lacerda, 2003, p. 50).

Além disso, ele apontou os desvios de jornalistas quanto ao que considerava como o primeiro dever do profissional, o “dever da verdade”, pois somente assim o jornalista serve à justiça (Lacerda, 2003, p. 31). Essa tônica ético-social nas reflexões sobre o jornalismo foi também resultante do contexto político nacional, que influenciou a concepção da área acadêmica jornalística no Brasil.

Por que essa ênfase nos aspectos éticos, jurídicos, filosóficos do jornalismo? A principal explicação está no panorama político e social descortinado no Brasil em 1945, com o fim do Estado Novo, o processo da redemocratização e o alinhamento

nacional com as forças antifascistas que saíram fortalecidas da II Guerra Mundial. É compreensível, portanto, que a reorganização política do país, com a realização de eleições e desobstrução dos canais de comunicação pública, produziu um clima de transformações nas atividades jornalísticas. E gerasse um debate sobre a criação dos mecanismos de defesa das empresas noticiosas, de um lado, e dos seus profissionais, do outro, no sentido de superar os traumas da censura getulista e de evitar a corrosão dos novos instrumentos legais que restauravam a liberdade de imprensa em território nacional. Surgindo na esteira desses acontecimentos e estruturando-se durante o período em que o país ensaiava a sua arrancada desenvolvimentista, os cursos de jornalismo inevitavelmente incorporaram as inquietações correntes na sociedade civil, cujas câmaras de eco eram os jornais, as revistas, as emissoras de rádios (Marques de Melo, 2006, p. 19).

Meditsch (2012, p. 50) acrescenta a esse percurso histórico que a oferta do curso de Jornalismo no Brasil foi resultante também “[...] do *lobby* de jornalistas-redatores do serviço público, junto à ditadura a que serviam, com o objetivo de melhorar seus salários obtendo um título de nível superior”, durante a ditadura do Estado Novo. Este autor explica também que a inicial formação de jornalistas no País, segundo uma ênfase humanística, era fruto de uma corrente europeia de estudos: “Vinculados às faculdades de filosofia, os cursos de Jornalismo eram compostos quase que exclusivamente por disciplinas da área de humanidades, [...] que encontrava eco na tradição europeia da Universidade brasileira” (Meditsch, 2012, p. 50-51).

Uma tendência beletrista e humanista de formação vigente nos primeiros cursos de Jornalismo no Brasil tem intrínseca relações com educar os jornalistas em função da democracia e eticamente para servir aos compromissos com a cidadania. Além disso, conforme o contexto brasileiro, o curso de Jornalismo também passou a ser ofertado segundo interesses políticos e classistas.

Criados para servir de degraus à ascensão destes profissionais, e só secundariamente para atender a uma demanda de mão de obra por parte de empresas ainda pré-capitalistas, que viam na sua atividade principalmente um papel político, estes cursos confirmam uma tendência *beletrista* (ou “clássico-humanista”, conforme a Abepec<sup>18</sup> classificava na época) que já havia sido ensaiada na abortada experiência na Universidade do Distrito Federal, de Anísio Teixeira, na década de 1930, e que havia morrido junto com esta Universidade (Meditsch, 2012, p. 50).

O modelo de ensino beletrista pode ser considerado como colaborador para a concepção do pensamento e da identidade do jornalista brasileiro enquanto um intelectual e também por direcionar esse perfil para os egressos dos cursos, o qual foi sustentado até os anos de 1960 (Meditsch, 2012). Jobim (1992), em seu livro escrito nos anos de 1950, comenta que havia uma

---

<sup>18</sup> ABEPEC – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação.

carência de material didático específico para a educação em Jornalismo no País, mesmo após o aumento no número de cursos em universidades com a criação dessa graduação no Brasil.

Quanto ao material didático, inclusive livros, é precisamente inexistente. Os professores levam eventualmente seus alunos a redações e oficinas de jornais, onde lhes mostram o material usado no trabalho de rotina. Como os regentes de disciplinas técnicas são jornalistas, lhes é fácil ler às aulas algum material, como papel padronizado para originais, papel centimetrado para espelhos, régua de medidas gráficas, fotografias e negativos, catálogos de tipos etc. Os alunos se servem de apostilas geralmente elaboradas por eles mesmos, com apanhado taquigráfico das aulas, porque é paupérrima, praticamente inexistente, a literatura do ensino jornalístico em português (Jobim, 1992, p. 218).

Essa carência de material didático para o ensino de Jornalismo no Brasil foi favorável para que os agentes do campo acadêmico buscassem conhecimentos advindos de outras áreas, por exemplo, da Literatura, a qual Rüdiger (2021, p. 27) considera como sendo a primeira perspectiva de teorização do Jornalismo no País, isto é: a ‘perspectiva filológica’, surgida nos anos de 1960. Ele explica essa corrente: “[...] as teorias filológicas, inicialmente inclinadas a lhe fornecerem poética própria, terminaram, com o tempo, definindo o jornalismo como um tipo de narrativa ou prática discursiva” (Rüdiger, 2021, p. 203-204).

Essa perspectiva filológica, classificada por Rüdiger (2021), é encontrada no início do século XX no jornalismo nacional. Dentro dessa linha, Rüdiger (2021) cita alguns autores brasileiros, como: Alceu Amoroso Lima, Barbosa Lima Sobrinho e Antonio Olinto, que não cederam à hegemonia da padronização técnica do jornalismo conforme os moldes norte-americanos. Segundo ele, “[...] de certo modo a ela reagiram, explorando criticamente o potencial e os limites do jornalismo como gênero literário que as gerações anteriores aparentemente aceitavam como dados, e eles, no entanto, tiveram de pôr em análise” (Rüdiger, 2021, p. 31). O pensamento jornalístico filológico reverberou também na formação do emergente ensino de Jornalismo no Brasil a partir dos anos de 1940, segundo Rüdiger (2021):

Neste contexto, surgiu uma reflexão mais específica e elaborada sobre o jornalismo, visando precisar-lhe a natureza que até então não se mostrara necessário. Ouviram-se vozes interessadas em doutrinar a respeito ou, pelo menos, esclarecer o estatuto do jornalismo desde o ponto de vista acadêmico. Seguindo o plano desenhado por Danton Jobim (1906-1979), criara-se, em 1948, curso de jornalismo na atual Universidade Federal do Rio Janeiro. Docente no mesmo, Antonio Olinto teorizou o assunto, referindo-se ao jornalismo como uma “espécie de literatura” (1955, p. 17), obra de arte de cunho funcional e efêmero, dado o modo pelo qual é produzida (no presente) e consumida (imediatamente) (Rüdiger, 2021, p. 32).

No entanto, essa perspectiva filológica do jornalismo perdeu o seu espaço predominante para uma segunda corrente teórica do jornalismo no Brasil, a saber, a “perspectiva publicística”

e a influência da escola liberal. Segundo Rüdiger (2001), essa perspectiva refere-se ao “[...] surgimento de tendência teórica focando essencialmente na informação jornalística” (Rüdiger, 2021, p. 37), que predominou a partir dos anos de 1960 no meio acadêmico do Jornalismo no Brasil.

Sobre esse contexto, esse autor acrescenta a mudança das teorizações da área no Brasil: “No lugar da imprensa literária e do jornalismo como vocação, que haviam marcado o passado, todavia avançaria a passos largos, após o Golpe Militar de 1964, o entendimento do jornalismo como atividade profissional posta a serviço de um negócio” (Rüdiger, 2021, p. 57). Essa perspectiva ampara-se na Publicística, ciência sobre os meios de comunicação que prevaleceu na Alemanha durante a 2ª Guerra Mundial e se sobrepôs aos estudos da Ciência dos Jornais. Por meio dela, estabeleceu-se um pensamento acadêmico sobre o Jornalismo segundo vínculos com a propaganda e a opinião pública.

À primeira vista, a ciência do jornal foi, pelo menos de início, prestigiada e manteve a sua identidade acadêmica, mas de fato seu foco deslocou da notícia para a propaganda, vista a subordinação da primeira à segunda promovida pelo regime. A crença de que a propaganda só poderia seguir avançando apoiada em um programa de ensino e pesquisa, todavia, favoreceu assim a acolhida da publicística no meio acadêmico (Rüdiger, 2017, p. 99-100).

No entanto, Rüdiger (2021) esclarece que há uma distinção quanto à apropriação do termo publicística, adotado e apresentado na obra do alemão Groth (2011), ao versar sobre essa tendência sobre o pensamento jornalístico brasileiro. Para ele, a perspectiva publicística no Brasil, de cunho liberal, deu ênfase à informação jornalística segundo a sua potencialidade de influenciar a opinião pública nas democracias.

Dizendo tudo isso, convém reforçar que, relativamente à perspectiva que chamamos aqui de publicística, obviamente, repetimos, não se está pretendendo recuperar a visão mais antiga, segundo a qual o jornalismo se reduziria à propaganda, em que os acontecimentos são entendidos como matéria aberta à manipulação ou servindo de simples pretexto para a apresentação de doutrinas. Nestes casos, não se deveria falar em jornalismo, conforme insinuou corretamente Amoroso Lima. Próprio da perspectiva em foco é, em vez disso, a postulação de que o jornalismo é prática profissional possuidora de alguma autonomia, que funda seus próprios princípios, a partir de exigências imanentes e organizadas que, todavia, não se resumem em viabilizar o acesso da sociedade informação, pelo fato de possuir conhecimento privilegiado dos acontecimento [*sic*] (Rüdiger, 2021, p. 61).

Apesar da regulamentação da oferta do ensino de Jornalismo no Brasil iniciar durante o Estado Novo, os cursos da área nas universidades brasileiras tiveram as suas primeiras turmas a partir de 1947, após a 2ª Guerra Mundial. No âmbito internacional, a concepção pragmática

das primeiras universidades de Jornalismo nos Estados Unidos influenciou na formação da educação de jornalistas direcionada ao treinamento desses profissionais, concernente à Publicística que se despontou por lá.

Nesse período, a influência da perspectiva publicística conferiu “[...] o entendimento do jornalismo como atividade informativa associada à intervenção (‘publicista’) dos sujeitos legitimamente identificados como tais, isto é: da classe jornalística, no espaço público” (Rüdiger, 2021, p. 60). Trata-se de uma perspectiva que aproxima o pensamento acadêmico do jornalismo brasileiro aos ideais de uma cidadania liberal. Se nos Estados Unidos, a criação das escolas de Jornalismo ocorreu segundo a compreensão das influências da imprensa e dos jornalistas sobre a opinião pública no início do século XX, também se observa uma correspondência dessa tendência liberal, a partir dos anos de 1960, nos cursos de Jornalismo no Brasil.

Rüdiger (2021) reúne, sob a perspectiva publicística no meio acadêmico jornalístico no Brasil, o que ele chama de ‘principais arautos desta tendência’, que se tratam dos seguintes autores que produziram obras bibliográficas e estudos segundo essa corrente, como: Luiz Beltrão e sua visão clássica de uma escola liberal; José Marques de Melo e seu pensamento desenvolvimentista do jornalismo brasileiro; e o português Manuel Chaparro, segundo uma ideia de profissionalismo.

A perspectiva publicística no pensamento jornalístico brasileiro prevaleceu até ser: “Atacada teoricamente pelas críticas marxista, estruturalista e fenomenológica, a perspectiva publicística, marcada entre nós pelo corte liberal, saiu dos anos de 1980 igualmente enfraquecida na sua interface com a vida cotidiana e a opinião pública” (Rüdiger, 2021, p. 123). Esse autor aloca, nesse período de enfraquecimento da publicística, a formação de uma perspectiva poética e holística das teorizações do Jornalismo no Brasil encontrada junto à obra da autora brasileira Cremilda Medina, que antecedeu a emergência de uma corrente marxista. “Cremilda Medina foi precursora na elaboração e desenvolvimento da ideia, através da qual se minimiza ou mesmo se ignora a preponderância da notícia como chave para a teorização do jornalismo” (Rüdiger, 2021, p. 83).

Os anos de 1980 demarcaram a efervescência do marxismo no meio acadêmico no Brasil. Essa corrente também refletiu na área acadêmica do Jornalismo no País.

Ocorrera nos meios artísticos e intelectuais o avanço de uma cultura de esquerda que, pelo menos nas humanidades, estabelecerá hegemonia acadêmica a partir dos anos 1980. Quer-se aqui reconstituir as principais estações teóricas deste movimento, conforme ele se deixa aprender nas reflexões sobre o jornalismo oriundas de autores

como Perseu Abramo, Ciro Marcondes Filho e Adelmo Genro Filho, mas também, na do pioneiro Nelson Werneck Sodré (Rüdiger, 2021, p. 91).

Esse pensamento teórico de esquerda no meio acadêmico foi basilar para estabelecer um ensino segundo uma ênfase mais crítica na formação de jornalistas brasileiros. Foi nessa fase que o jornalista e autor brasileiro Genro Filho (1989) lançou seu livro, fruto de sua dissertação de mestrado, em que elabora sua tese de uma teoria marxista do jornalismo brasileiro, que será analisada mais adiante neste estudo junto aos demais livros eleitos na pesquisa bibliográfica.

A partir de 1980, estabeleceu-se então um academicismo, especialmente na área de Comunicação no Brasil, encabeçado por teóricos engajados em criticar as práticas jornalísticas e o mercado de trabalho, imputando à imprensa o papel de aparelho ideológico do Estado e subserviente ao capitalismo.

Após o marxismo acadêmico, Rüdiger (2021) aponta que houve a emergência de uma nova onda de teorização sobre o jornalismo no meio acadêmico, segundo uma perspectiva de um revisionismo epistemológico no início dos anos 2000, que busca recuperar a especificidade do conhecimento jornalístico em relação à área de Comunicação. Além da configuração da área dentro das Ciências Sociais Aplicadas na universidade, “[...] através da criação de um campo teórico próprio para a produção e reprodução de um saber jornalístico” (Rüdiger, 2021, p. 125).

Nesse mesmo sentido, Marques de Melo (2012) versa sobre um amadurecimento do campo do Jornalismo no Brasil em seu itinerário histórico, a partir da formação de uma comunidade acadêmica nacional estruturada. “Desde a fundação da SBPJOR (2003), buscamos estabelecer sintonia com a comunidade acadêmica internacional da área, além de estimular o inventário crítico da nossa trajetória histórica” (Marques de Melo, 2012, p. 24).

Essa contemporânea onda de teorizações no campo acadêmico jornalístico brasileiro propõe a autonomia do Jornalismo e se alinha ao ideal de um profissionalismo crítico, bem como assume as contradições da área. Isso se materializa, por exemplo, nas novas DCNs do bacharelado em Jornalismo instituídas a partir de 2013 pelas IES públicas e privadas no Brasil, assunto que será discutido neste estudo mais adiante.

Diante do exposto anteriormente, atém-se que não apenas a história fundamenta os vínculos entre jornalismo, democracia e cidadania, assim como também a relação entre esses conceitos também é identificada nas reflexões teóricas presentes em obras bibliográficas e nas correntes de estudos sobre o Jornalismo no Brasil. Apreende-se que a educação em Jornalismo no Brasil, além de se amparar no acúmulo teórico internacional, também delineou suas especificidades acadêmicas.

Nesse sentido, deixaram-se apagar a memória das obras bibliográficas dos autores da primeira fase do pensamento acadêmico do jornalismo no Brasil de ênfase literário-humanística, nomeadas de ‘clássicos do jornalismo brasileiro’ (Marques de Melo, 2006), cujas reflexões teóricas centram-se nas discussões do jornalismo correlacionadas à democracia e ao papel da imprensa para a cidadania. Isso em virtude também de uma reorientação do pensamento acadêmico jornalístico no Brasil para a perspectiva publicística, que cunhou um ensino mais pragmático e tecnicista na área. Essa vertente foi posteriormente seguida pelo marxismo acadêmico. E que agora, na contemporaneidade, registram-se defesas por uma perspectiva acadêmica mais autônoma do Jornalismo no País.

A partir dos aspectos históricos e teóricos abordados anteriormente e segundo um olhar para o campo acadêmico, especificamente para o ensino de Jornalismo no Brasil, questiona-se se a cidadania e a democracia são elementos que se constituíram enquanto conceitos enunciados nos documentos normativos do ensino da área e na bibliografia da disciplina Teorias do Jornalismo. O intuito é apreender se esses dois conceitos fundamentam o curso de Jornalismo no Brasil, a partir dos atos regulatórios do ensino, e se refletem nas teorias da área. Para tanto, apresentam-se a seguir os procedimentos metodológicos desta pesquisa.

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Atendo-se ao campo acadêmico do Jornalismo no Brasil, especificamente da graduação, enquanto lugar de partida da investigação deste estudo, apresenta-se, neste capítulo, os procedimentos e abordagens metodológicos empreendidos e orientados à problematização do Jornalismo no âmbito do ensino. Para tanto, retoma-se a questão-problema, já exposta na Introdução, que consiste em: Como a cidadania e a democracia se estabelecem enquanto elementos de fundamentação do ensino de Jornalismo no Brasil, a partir dos documentos normativos do curso e das obras em comum indicadas na bibliografia da disciplina Teorias do Jornalismo ofertada pelos cursos de Jornalismo das universidades federais do Centro-Oeste?

A pesquisa desenvolvida pressupõe a imprescindibilidade de fundamentação teórica sobre cidadania, democracia e jornalismo enquanto variáveis independentes da questão-problema. Lakatos e Marconi (2010) explicam no que consiste a variável independente em uma pesquisa:

Variável independente (X) é aquela que influencia, determina ou afeta outra variável; é fator determinante, condição ou causa para determinado resultado, efeito ou consequência; é o fator manipulado (geralmente) pelo investigador, na sua tentativa de assegurar a relação do fator com um fenômeno observado ou a ser descoberto, para ver que influência exerce sobre um possível resultado (Lakatos; Marconi, 2010, p. 122).

Além da fundamentação histórica e teórica sobre cidadania, democracia e jornalismo apresentadas nos dois primeiros capítulos deste estudo, acrescenta-se a realização de pesquisas documental e bibliográfica para responder à questão-problema proposta. Antes de detalhar os procedimentos metodológicos adotados, torna-se necessário explicar o interesse pelo ensino de Jornalismo no Brasil e de suas teorias como tema de pesquisa.

A empreitada desta pesquisa surgiu a partir da observação do texto das novas DCNs do bacharelado em Jornalismo, instituídas em 2013, para a graduação da área no Brasil. Analisando as atuais diretrizes curriculares enquanto objeto de pesquisa, teve-se às evidentes menções de cidadania nesse recente documento normativo que passou a direcionar os atuais cursos de Jornalismo no País. Especialmente se registra que, por meio das atuais DCNs do curso, se institucionalizou dois aspectos que nos chamam atenção: a) o perfil do jornalista brasileiro egresso da graduação como um “agente da cidadania”; e b) a oferta da matéria Teorias do Jornalismo dentre os conteúdos do Eixo II, que versa sobre a fundamentação específica na formação do jornalista no País (Brasil, 2013b, p. 2).

O primeiro contato com esse tema de estudo ocorreu junto ao trabalho de conclusão da especialização em Docência Universitária, na então Faculdade Araguaia, atual UniAraguaia Centro Universitário, em Goiânia (GO), que derivou o artigo de título: Formação de jornalistas e ensino universitário: perspectivas de docentes de jornalismo sobre a implantação das novas DCNs (Temer; Santana Joffe, 2018), publicado no ano de 2018, em coautoria com a professora Ana Carolina Rocha Pessôa Temer, na REBEJ. O artigo apresenta, além da análise das novas DCNs do curso, entrevistas de abordagem qualitativa junto a coordenadores de cursos de Jornalismo de instituições de ensino em Goiânia (GO). Essa pesquisa motivou o ingresso posterior no Doutorado em Comunicação no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFG, o que ocorreu em 2020, com o intuito de dar prosseguimento a essa investigação.

A partir dessa pesquisa inicial, o interesse pelo tema se desdobrou no projeto de doutorado que busca problematizar se a relação entre cidadania, democracia e o jornalismo, que é basilar na justificação dos discursos de legitimação do papel social da profissão, também fundamenta o campo acadêmico jornalístico, especificamente no âmbito do ensino da área no Brasil. Para tanto, o que inicialmente consistia em uma visada apenas junto às novas DCNs do curso de Jornalismo, se ampliou durante o doutorado para uma investigação documental da legislação educacional do curso no País.

O intuito com esse percurso metodológico é o de, por meio do exercício arqueológico inicial (Foucault, 2009), compreender a episteme de saberes e valores que se vinculam primeiramente às práticas do jornalismo, especialmente nas sociedades ocidentais, e de que forma eles também são cristalizados na formação do curso de Jornalismo no Brasil a partir da inter-relação com a cidadania e a democracia. Para tanto, o objetivo principal consiste em investigar como a cidadania e a democracia se estabelecem enquanto fundamentos do curso de Jornalismo no Brasil e das teorias do campo.

Os objetivos específicos dessa pesquisa são: a) Identificar as enunciações manifestas de cidadania e de democracia e também de expressões derivadas desses dois conceitos como elementos de fundamentação do ensino na documentação normativa do curso de Jornalismo no Brasil, desde os primeiros currículos mínimos até as atuais DCNs do bacharelado único; b) Analisar como os livros em comum, indicados na bibliografia da disciplina Teorias do Jornalismo constante nos PPCs de Jornalismo das universidades federais do Centro-Oeste, abordam a cidadania e a democracia junto às teorizações. Os PPCs dos cursos de Jornalismo analisados são: da Universidade de Brasília (UNB, 2015); da Universidade Federal de Goiás (UFG, 2015); da Universidade Federal de Mato Grosso – Câmpus Universitário do Araguaia

(UFMT, 2017a) e do Câmpus Universitário de Cuiabá (UFMT, 2017b); e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS, 2014).

Justifica-se que a pesquisa junto aos documentos normativos contribui também para se identificar e analisar as intencionalidades formativas almeçadas para o curso de Jornalismo em diferentes períodos históricos no País e as relações de poder. A ancoragem histórica desses documentos normativos contribui na busca por uma episteme complementar já iniciada no Capítulo 2 deste trabalho, quando se apurou sobre a constituição do campo jornalístico a partir da prática profissional.

Moraes, Machado e Borges (2021) explica que olhar a história a partir da noção de episteme implica conhecer “[...] um conjunto de relações que liga tipos de discursos e que corresponde a um dado momento histórico” (Moraes; Machado; Borges, 2021, p. 139). Ademais, o percurso metodológico eleito caracteriza-se por uma arqueologia do saber, segundo o procedimento metodológico originário de Foucault (2009).

A arqueologia é uma investigação histórica que visa conhecer como diferentes saberes possibilitam a constituição de novos objetos e os enunciados sobre eles. O recorte é horizontal. Ela tem por propósito descrever a constituição do campo, entendendo-o como uma rede, formada na inter-relação dos diversos saberes ali presentes. E é exatamente nessa rede, pelas características que lhe são próprias, que se abre o espaço de possibilidade para a emergência de um discurso (Moraes; Machado; Borges., 2021, p. 141).

Nesse sentido, apreende-se que os enunciados manifestos nos documentos normativos do ensino de Jornalismo no Brasil formam um campo discursivo de saberes do jornalismo, conforme uma perspectiva teórica e metodológica baseada na noção de arqueologia enquanto uma forma de se olhar a história. Nesse sentido, a legislação educacional, atos regulatórios, também denominados aqui de documentação normativa do curso, pode ser entendida também como um espaço institucional discursivo e de relações de poderes que configuram a formação de uma modalidade enunciativa do campo acadêmico do Jornalismo no País.

Corroborar-se com a apreensão de Carvalho (2020) de que essas fontes documentais podem ser entendidas também como um lugar de arquivo, de memória institucional e de um discurso oficial do Estado sobre o ensino da área e que o delinea. Contudo, atém-se também à opinião de Meditsch (2012), para quem esses documentos apontam intencionalidades e tendências para o ensino de Jornalismo no Brasil, o que limita afirmações mais categóricas: “Uma ideia é sempre diferente de seu resultado na prática, e por isso uma análise histórica feita através dos currículos deve ser feita com cuidado, pois diz mais de intenções do que de resultados concretos” (Meditsch, 2012, p. 60).

Buscou-se, a partir de análise da documentação normativa do ensino de Jornalismo, observar como a cidadania e a democracia se constituíram enquanto elementos que fundamentam o ensino de Jornalismo no Brasil desde o início do curso, segundo os currículos mínimos até as atuais DCNs. É essa a questão norteadora da pesquisa e que motivou a investigação realizada junto à documentação da legislação educacional do curso de Jornalismo no Brasil, visando analisar uma processual formação discursiva de conceitos de democracia e de cidadania e suas derivações a partir desses documentos.

Ademais, como outro objetivo específico, analisou-se como os livros em comum, indicados na bibliografia da disciplina Teorias do Jornalismo constante nos PPCs dos cursos das universidades federais do Centro-Oeste, abordam a cidadania e a democracia junto às teorizações do Jornalismo.

Defende-se que o campo do ensino superior em Jornalismo no Brasil trata-se de um espaço privilegiado para a reflexividade jornalística que pressupõe o diálogo entre teoria e prática como alicerce do ensino e da aprendizagem. É no campo acadêmico, especialmente no âmbito da graduação em Jornalismo no Brasil, que são socializados os fundamentos da profissão, seus princípios e valores junto aos jornalistas brasileiros em formação, bem como os códigos deontológicos e também os saberes das práticas.

É na graduação em Jornalismo predominantemente que o estudante e futuro jornalista brasileiro tem os primeiros contatos e aprendizados sobre as teorizações da área, o fazer jornalístico e suas técnicas, a ética no jornalismo, além de aprender também conhecimentos humanísticos transversais a outros campos de conhecimento. A formação superior busca proporcionar ao graduando em Jornalismo, além do almejado profissionalismo e qualificação técnica, discussões críticas de o porquê as notícias são como são, definições de noticiabilidade enquanto conjunto que reúne os critérios de seleção dos acontecimentos, os valores-notícia, as rotinas produtivas e até a conferência final das narrativas jornalísticas etc. Esses saberes integram o que se enquadram como conhecimentos específicos e são frutos de reflexões teóricas sobre o Jornalismo enquanto prática social e profissão.

Segundo Marques de Melo (2006), o crescimento na oferta de cursos de Jornalismo, no contexto internacional e especialmente nos Estados Unidos no início do século XX, foi reflexo de um movimento em busca da profissionalização e “[...] restauração da dignidade no exercício do jornalismo e pelo combate ao sensacionalismo e à ‘fabricação’ de notícias” (Marques de Melo, 2006, p. 42). Conforme esse autor, esse movimento concretizou-se em dois mecanismos: “a) a elaboração de códigos de ética para a ação dos editores de jornais;” e a b) “expansão das

escolas de jornalismo como centros capazes de formar profissionais mais responsáveis” (Marques de Melo, 2006, p. 42).

Desse modo, se se propõe analisar a democracia e a cidadania como fundamentos do curso e das teorizações do Jornalismo, acredita-se que a presença da disciplina Teorias do Jornalismo nos currículos plenos da graduação é um aspecto relevante a se ater na formação atual dos jornalistas brasileiros. Especialmente devido às novas DCNs do bacharelado em Jornalismo, instituídas a partir de 2013, preconizarem uma formação que contemple a cidadania e a democracia enquanto elementos, por exemplo, no Eixo de fundamentação humanística:

I - Eixo de fundamentação humanística, cujo objetivo é capacitar o jornalista para exercer a sua função intelectual de produtor e difusor de informações e conhecimentos de interesse para a **cidadania**, privilegiando a realidade brasileira, como formação histórica, estrutura jurídica e instituições políticas contemporâneas; sua geografia humana e economia política; suas raízes étnicas, regiões ecológicas, cultura popular, crenças e tradições; arte, literatura, ciência, tecnologia, bem como os fatores essenciais para o fortalecimento da **democracia**, entre eles as relações internacionais, a diversidade cultural, os direitos individuais e coletivos; as políticas públicas, o desenvolvimento sustentável, as oportunidades de esportes, lazer e entretenimento e o acesso aos bens culturais da humanidade, sem se descuidar dos processos de globalização, regionalização e das singularidades locais, comunitárias e da vida cotidiana (Brasil, 2013b, p. 4-5, grifo nosso).

Com base nessa intencionalidade formativa em prol da cidadania e da democracia expressa no texto das atuais das DCNs do curso de Jornalismo, buscou-se investigar primeiramente se esses dois conceitos também são referenciados nos documentos normativos anteriores do ensino da área. Para posteriormente investigar se a cidadania e a democracia também são elementos encontrados junto às teorizações do Jornalismo, analisando os livros referenciados na disciplina Teorias do Jornalismo dos cursos de Jornalismo ofertados por universidades federais do Centro-Oeste do Brasil. Desse modo, buscou-se executar procedimentos metodológicos que efetivassem uma intersecção entre cidadania, democracia e o curso de Jornalismo no Brasil e as suas teorias enquanto uma disciplina.

Reconhece-se que a disciplina Teorias do Jornalismo não é o único espaço curricular em que se encontra o debate sobre as reflexões teóricas do campo, pois isso pode ocorrer em outras disciplinas vinculadas ao ensino, à pesquisa e à extensão e também em atividades extracurriculares do curso. Entretanto, a ênfase na análise das teorizações da área segundo uma visada para a curricularização da disciplina Teorias do Jornalismo, especialmente mediante as atuais DCNs do curso, é que se prevê encontrar nela os fundamentos do campo acadêmico jornalístico e possivelmente a cidadania e a democracia como seus elementos. Corrobora-se

com a opinião de Antonioli (2006, p. 12), para quem “[...] a organização curricular é fundamental, tendo em vista que é por meio dela que a formação do egresso é idealizada”.

A escolha de procedimento metodológico em não investigar as disciplinas que têm a cidadania e a democracia em suas nomenclaturas conforme os PPCs dos cursos de Jornalismo das universidades federais investigadas, deve-se ao fato de esta pesquisa pretender observar o núcleo central que dá especificidade teórica ao jornalismo, suas teorias. Evidentemente que a formação em Jornalismo é bastante ampla e contempla noções de democracia e de cidadania em várias disciplinas, todavia, as teorias do Jornalismo que, nos discursos ordinários, se apresentam como fundamentadas na teoria democrática, de fato oferecem essa fundamentação? Daí priorizarmos a investigação nessa direção.

Desse modo, além do objetivo de analisar as enunciações de cidadania e de democracia na documentação normativa do ensino de Jornalismo no Brasil, a análise desses documentos também permitiu identificar a curricularização da disciplina Teorias do Jornalismo, com intuito de verificar se sua oferta é observável desde o início do curso no País até a estruturação atual do ensino pelas novas DCNs do curso. É com vistas a apreender também esse aspecto que se justifica a investigação pela pesquisa documental.

#### 4.1 PESQUISA DOCUMENTAL JUNTO À DOCUMENTAÇÃO NORMATIVA DO ENSINO DE JORNALISMO NO BRASIL

A pesquisa documental efetivada no estudo consiste em “[...] tomar como fonte de coleta de dados apenas documentos, escritos ou não, que constituem o que se denomina de fontes primárias” (Lakatos; Marconi, 2010, p. 157). Os documentos normativos integrantes da legislação educacional tratam-se, portanto, de fontes primárias.

Buscou-se fontes primárias documentais sobre a legislação educacional do curso de Jornalismo, para que pudesse ser traçado um mapeamento diacrônico sobre a formação do curso de Jornalismo e os fundamentos de seus currículos e diretrizes, segundo a documentação normativa. A respeito desse *corpus* documental, esclarece-se que a documentação normativa do curso é instituída pelo governo federal desde a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), criada pela Lei n. 4024/61, que estabeleceu a fixação de currículos mínimos e a duração dos cursos superiores no Brasil. Conforme explica Moura (2002), a primeira LDB de 1961 definiu as distinções entre os currículos mínimos e os currículos plenos para a educação superior no Brasil.

Desse modo, a partir da LDB de 1961, os cursos superiores deveriam se estruturar com base nos currículos mínimos “[...] fixados pelos órgãos superiores do sistema federal de ensino, para cada tipo de profissão. Esse currículo mínimo é a espinha dorsal dos cursos superiores brasileiros” (Moura, 2002, p. 180-181). Os currículos mínimos eram promulgados pelo Conselho Federal de Educação (CFE) do então Ministério da Educação e Cultura, atual Ministério da Educação (MEC), a partir da LDB de 1961, atrelados às profissões regulamentadas pelo Ministério do Trabalho, que requeriam uma formação básica comum para os profissionais da mesma profissão, conforme esclarece Moura (2002).

Ainda segundo Moura (2002), com referência a Meirelles (1997), a legislação educacional atinente aos currículos mínimos do curso envolve pareceres e resoluções como atos normativos do Direito Administrativo, segundo características e atribuições diferenciadas.

*‘Resoluções são atos administrativos normativos expedidos pelas altas autoridades do Executivo (mas não pelo Chefe do Executivo, que só deve expedir decretos), ou pelos presidentes de tribunais, órgãos legislativos e colegiados administrativos, para disciplinar matéria de sua competência específica’. [...] ‘Pareceres administrativos são manifestações de órgãos técnicos sobre assuntos submetidos à sua consideração. O parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por ato subsequente. Já então, o que subsiste como ato administrativo, não é o parecer, mas sim o ato de sua aprovação, [...] O parecer, embora contenha um enunciado opinativo, pode ser de existência obrigatória no procedimento administrativo [...]’ (Meirelles, 1997 apud Moura, 2002, p. 81).*

São, portanto, os atos regulatórios, como pareceres, resoluções e o relatório da comissão de especialistas em Jornalismo de 2009, direcionados ao ensino de Jornalismo no Brasil, que constituem parte do *corpus* da pesquisa documental. Ainda sobre a documentação normativa, esclarece-se a distinção entre o currículo mínimo e os currículos plenos. “O currículo mínimo contém matérias e o currículo pleno de um curso é formado por disciplinas (desdobradas das matérias)” (Moura, 2002, p. 181). Essa autora também pontua a distinção entre matéria e disciplina de acordo com a legislação educacional, sendo que matéria se trata de um recorte dentro de um campo do saber. Já a disciplina, por sua vez, consiste em um conjunto específico de conhecimentos dentro do recorte de uma matéria.

Dessa forma, são objetos de análise da pesquisa documental deste estudo duas noções de currículos: a) os currículos mínimos do ensino de Jornalismo no Brasil; e b) os currículos plenos dos cursos de Jornalismo das universidades federais da região Centro-Oeste. Os primeiros foram utilizados na pesquisa documental com vistas a identificar expressões de cidadania e de democracia nos atos regulatórios do ensino de Jornalismo no Brasil. Já os currículos plenos, que integram os PPCs, foram utilizados na segunda etapa metodológica desta

pesquisa, para estabelecer o recorte do *corpus* da pesquisa bibliográfica junto aos livros indicados e que se repetem na disciplina Teorias do Jornalismo ofertada pelos cursos das universidades federais do Centro-Oeste.

O objetivo com a pesquisa documental é investigar a formação do campo acadêmico brasileiro do ensino de Jornalismo, segundo uma análise dos documentos normativos contextualizada historicamente. Os currículos mínimos foram responsáveis por padronizar e tornar comum a formação superior de jornalistas no País entre os anos de 1960 até o final dos anos 1990. Em seu livro, fruto de sua tese de doutorado sobre o ensino de Jornalismo e a legislação educacional, a autora Antonioli (2006) ressalta a importância da análise dessa documentação:

A leitura da legislação e de toda jurisprudência a partir dela produzida proporciona, não há dúvida, fonte de pesquisa a ser explorada da mais alta qualidade quer seja pelos textos normativos, quer seja pelos textos casuísticos, com ênfase naqueles publicados pelo Conselho Federal de Educação, que teve a oportunidade de externar considerações às vezes análogas, como também divergentes, de acordo com os pensamentos de seus conselheiros, mas que, sobretudo, deixou uma coletânea rica em jurisprudência, por meio de conceitos, orientações, decisões e interpretações de leis disponíveis para estudos na área educacional. Aqueles que têm a oportunidade de pesquisar os pareceres publicados, percebem, de imediato, como a rigidez da lei é sorvida em sua essência e transportada para textos inflamados em produtividade intelectual (Antonioli, 2006, p. 11).

Também são analisados, na pesquisa documental, os pareceres e as resoluções referentes às DCNs, que foram promulgadas em substituição ao último currículo mínimo fixado em 1984, a partir da vigência da LDB n. 9.394/96 pelo MEC (Brasil, 1984, 1996). Mediante essa lei, não houve mais a fixação de currículos mínimos para as graduações no Brasil pelo CFE, o qual foi substituído em suas competências em virtude da criação do Conselho Nacional de Educação (CNE) em 1995 pelo MEC.

O CNE e suas Câmaras, que são a Câmara de Educação Superior (CES) e a Câmara de Educação Básica (CEB), passaram, com a nova LDB de 1996, a homologar Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para as graduações no País. Desse modo, o ensino de Jornalismo contabiliza duas diretrizes curriculares nacionais, a saber: as DCNs do curso de Comunicação Social e suas habilitações, aprovadas em 2001; e as atuais DCNs do bacharelado em Jornalismo, que foram homologadas em 2013. Essas duas diretrizes curriculares nacionais também integram a pesquisa documental, além do relatório elaborado pela Comissão de Especialistas em Formação Superior de Jornalista (Marques de Melo *et al.*, 2009), que foi constituída mediante a Portaria MEC/SESu n. 203, de 12 de fevereiro de 2009. Esse relatório

serviu de base para a elaboração do parecer e do projeto de resolução das novas DCNs do curso de Jornalismo no Brasil.

Para tanto, foram consultados os pareceres e as resoluções concernentes aos cinco currículos mínimos encontrados na *Documenta*, publicação mensal que era editada pelo CFE. Moura (2002) explica a relevância dessa publicação para análise curricular proposta.

Com a Lei nº. 5.540/68 e o Decreto Lei nº 464/69, o CFE passou a ter novas atribuições. [...]. Conforme a legislação vigente, todas as decisões são homologadas formalmente pelo Ministério, através de sua publicação no Diário Oficial da União. Além disso, o Conselho de Educação 'dispõe de uma publicação mensal, a *Documenta*, onde se registram todos os atos e estudos produzidos pelo órgão, mês a mês. As *Documentas* são as mais ricas fontes, não apenas do direito educacional brasileiro, como também da política educacional e suas implicações administrativas e pedagógicas, desde 1962'<sup>19</sup>. Os pareceres e resoluções referentes aos currículos mínimos de Comunicação Social podem ser encontrados nas *Documentas* (Souza, 1991, p. 56 *apud* Moura, 2002, p. 77-78).

Além da consulta de algumas edições da *Documenta*, realizado no acervo da Biblioteca Seccional Câmpus Colemar Natal e Silva (BSCAN) da UFG, a carência de um volume dessa publicação foi suplantada pela colaboração do professor, jornalista e doutor, João Luís de Pinho Carvalho, que defendeu sua tese intitulada: *Vocação ou técnica? A formação jornalística em documentos acadêmicos-institucionais* (Carvalho, 2021). Esse pesquisador gentilmente cedeu os arquivos digitalizados dos pareceres e das resoluções dos currículos mínimos para esta pesquisa. Os cinco currículos mínimos do curso, o relatório elaborado pela Comissão de Especialistas em 2009 e as duas diretrizes curriculares nacionais compõem os objetos da pesquisa exploratória documental deste estudo com ênfase no ensino superior em Jornalismo no Brasil.

Dessa forma, foram investigados os seguintes documentos normativos quanto às enunciações dos termos cidadania e democracia diretamente abordados, assim como também foram destacados outros termos derivados desses dois conceitos a partir da análise documental, conforme Quadro 1.

---

19 SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. **Estrutura e funcionamento do ensino superior brasileiro**. São Paulo: Pioneira, 1991. p. 56.

**Quadro 1 - Relação dos documentos normativos referentes ao ensino de Jornalismo no Brasil analisados na pesquisa documental**

(continua)

Documento normativo	Assunto	Destaques
<b>a) Parecer CFE n. 323/62, aprovado em 16 de novembro de 1962</b>	Currículo mínimo para o curso de Jornalismo	Fixa o primeiro currículo mínimo do curso de Jornalismo no Brasil.
<b>b) Parecer CFE n. 984/65, aprovado em 19 de abril de 1966</b>	Reformula o currículo mínimo e a duração do curso de Jornalismo	Aprova o segundo currículo mínimo do curso de Jornalismo no Brasil.
<b>c) Resolução s/n, de 19 de abril de 1966</b>	Reformula o currículo mínimo e a duração do curso de Jornalismo – Fixados no Parecer n. 323/62	Fixa o segundo currículo mínimo do curso de Jornalismo no Brasil.
<b>d) Parecer CFE n° 631/69, aprovado em 2 de setembro de 1969</b>	Plano do Currículo de Comunicações (Revisão do currículo de Jornalismo)	Aprova a revisão curricular e apresenta a redação do terceiro currículo mínimo, com a proposição do curso de Comunicação Social e habilitações.
<b>e) Resolução CFE n. 11/69, de 6 de agosto de 1969</b>	Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de Comunicação Social	Fixa o terceiro currículo mínimo do curso de Comunicação Social e habilitações em: Polivalente, Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Editoração.
<b>f) Parecer CFE n. 1.203/77, aprovado em 5 de maio de 1977</b>	Currículo mínimo do curso de Comunicação Social	Aprova novo currículo mínimo do curso de Comunicação Social e habilitações em: Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Rádio e Teledifusão, Cinematografia.
<b>g) Parecer CFE n. 2/78, aprovado em 30 de janeiro de 1978</b>	Currículo mínimo do curso de Comunicação Social	Aprova revisões e alterações na redação do Parecer anterior CFE nº1.203/77. Estabelece a permanência da habilitação em Relações Públicas na área de Comunicação Social, em resposta ao ofício do Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas sobre a mudança do curso para a área de Administração.
<b>h) Resolução CFE n. 03, de 12 de abril de 1978</b>	Fixa o currículo mínimo para o curso de Comunicação Social	Fixa o quarto currículo mínimo do curso de Comunicação Social e habilitações em: Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Rádio e Televisão, Cinema.
<b>i) Parecer CFE n. 7.679/78, aprovado em 14 de dezembro de 1978</b>	Currículo mínimo – Resolução n. 3/78	Esse parecer apenas altera o texto disposto no caput do artigo 7º da Resolução anterior n. 03/78. Prorroga a entrada em vigor do quarto currículo mínimo para o ano letivo de 1980, em atenção aos apelos das coordenações de cursos sobre as dificuldades de implantarem os laboratórios especificados na Resolução n. 03/78.

(conclusão)

Documento normativo	Assunto	Destques
<b>j) Resolução n. 1, de 8 de janeiro de 1979</b>	Dá nova redação ao artigo 7º da Resolução 3/78, que fixa o currículo mínimo do curso de Comunicação Social	A resolução altera o ano letivo de entrada em vigor do novo currículo e demais informações dispostas nos §1º e §2º do art. 7, de 1979 para 1980.
<b>k) Parecer CFE n. 480/83, aprovado em 6 de outubro de 1983</b>	Aprovação de Currículo Mínimo do curso de Comunicação Social	O documento aprova o projeto de resolução do quinto currículo mínimo do curso de Comunicação Social e habilitações.
<b>l) Resolução n. 2, de 2 de janeiro de 1984</b>	Fixa o currículo mínimo do curso de Comunicação Social e dá outras providências	Fixa o quinto currículo mínimo do curso de Comunicação Social e habilitações em: Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Produção Editorial, Radialismo (Rádio e TV), Cinema.
<b>m) Parecer CNE/CES nº 492/2001, aprovado em 3 de abril de 2001</b>	Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia	Apresenta as propostas de Diretrizes Curriculares para o curso de Comunicação Social e habilitações: Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Produção Editorial, Radialismo (Rádio e TV), Cinema.
<b>n) Parecer CNE/CES n. 1363/2001, aprovado em 12 de dezembro de 2001</b>	Retificação do Parecer CNE/CES n. 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.	O documento apresenta o projeto de Resolução específica das Diretrizes Curriculares para os cursos que constam no Parecer CNE/CES n. 492/2001.
<b>o) Resolução CNE/CES n. 16, de 13 de março de 2002</b>	Estabelece as Diretrizes Curriculares para a área de Comunicação Social e suas habilitações.	O documento homologa o projeto pedagógico de formação profissional na área de Comunicação Social e suas habilitações.
<b>p) Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação - Portaria n. 203/2009, de 12 de fevereiro de 2009</b>	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo  Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação	O documento se refere aos trabalhos da comissão na elaboração das diretrizes curriculares do curso de Jornalismo e a proposta de diretrizes curriculares específicas.
<b>q) Parecer CNE/CES n. 39/2013, aprovado em 20 de fevereiro de 2013</b>	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo	Trata-se do parecer que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do bacharelado em Jornalismo e apresenta o projeto de Resolução das novas DCNs do curso.
<b>r) Resolução n. 1, de 27 de setembro de 2013</b>	Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências.	Homologa as novas DCNs do bacharelado em Jornalismo.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Nos referidos documentos normativos do curso, foram feitas as análises tanto das enunciações evidentes de cidadania e de democracia, isto é, diretamente. Também foram analisadas outras expressões indiretamente associadas a esses dois conceitos, tangenciando-os. O objetivo com a análise documental foi investigar se os conceitos de cidadania e de democracia fundamentam o curso de Jornalismo no Brasil.

Para ilustrar os resultados finais, foram realizadas análises de similitude dos enunciados que apresentam os vocábulos cidadania e democracia diretamente expressos nos documentos normativos analisados. Esse tipo de análise, de abordagem qualitativa, permite a distribuição visual para cada termo investigado ou palavra e sua coocorrência junto a outros léxicos presentes nas sequências de texto, por meio do *software IRaMuteQ*<sup>20</sup>, indicado para análise textual qualitativa. A análise de similitude, por meio do *software*, possibilitou identificar as ligações entre as palavras mais recorrentes nas sequências de enunciados extraídos da documentação normativa. Os resultados apontam identificações de maior conexão entre os léxicos, por meio de grafos, evidenciando a estrutura do conteúdo e os termos de maior relevância de um *corpus* textual.

Além disso, também foi observada na documentação normativa do curso de Jornalismo no Brasil se há a oferta da disciplina Teorias do Jornalismo em seus enunciados, desde os currículos mínimos até as atuais DCNs. Esse interesse surgiu a partir da apreensão de que era preciso identificar quando ocorreu a inclusão dessa disciplina na legislação educacional do curso, visando perscrutar, na documentação normativa, a origem de sua curricularização. Isso antes de se investigar os livros indicados nas referências bibliográficas da disciplina Teorias do Jornalismo dos cursos das universidades federais do Centro-Oeste, segundo objetivo específico desta pesquisa. Desse modo, na documentação normativa do curso referente aos currículos mínimos e às DCNs, buscou-se identificar a oferta da disciplina Teorias do Jornalismo nos documentos. A partir dessa investigação, tornou-se possível apreender a institucionalização dessa disciplina na legislação educacional do curso.

#### 4.2 PESQUISA DOCUMENTAL JUNTO AOS PPCS DOS CURSOS DE JORNALISMO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS NO BRASIL

Posteriormente, uma segunda etapa metodológica foi realizada mediante pesquisa documental junto aos PPCs dos cursos de Jornalismo de universidades federais no Brasil,

---

<sup>20</sup> Mais informações sobre o tutorial do *software IRaMuteQ* estão disponíveis em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais>. Acesso em: 3 abr. 2023.

partindo de uma abordagem macro antes de ingressar numa análise micro com ênfase nos cursos das universidades federais situadas na região Centro-Oeste. O objetivo foi o de identificar a adequação dos atuais cursos de Jornalismo das universidades brasileiras às novas DCNs do bacharelado em Jornalismo, bem como a curricularização da disciplina Teorias do Jornalismo em seus PPCs.

A eleição do *corpus* junto à graduação em Jornalismo ofertada por universidades federais do Brasil foi motivada graças ao acesso facilitado aos PPCs desses cursos nos *sites* das instituições e também por meio de solicitações junto às suas coordenações. A obtenção facilitada dos PPCs funda-se no princípio da publicidade que rege legalmente a administração pública no Brasil, por meio da qual as universidades federais, enquanto instituições públicas de ensino, devem também dar transparência e acesso público aos seus atos e documentos.

Ademais, a escolha pela pesquisa junto aos cursos de Jornalismo oferecidos por universidades federais no Brasil alinha-se ao propósito histórico-nacional que essas instituições possuem para o País. Conforme esclarece Trindade (2012), a universidade no Brasil foi institucionalizada apenas no século XX, apesar de que antes disso já havia escolas e faculdades profissionais. Segundo o autor, a “universidade temporã” (Trindade, 2012, p. 100) no Brasil surgiu na terceira década do século XX, com a criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1933. Para Sousa Junior (2012), o primeiro modelo de universidade no Brasil formou-se segundo uma matriz franco-alemã, mas “[...] notadamente pela Universidade de São Paulo, que até a década de 1960 foi a grande influência no País, mas a criação da Universidade de Brasília mudaria o eixo de referência” (Sousa Junior, 2012, p. 7-8).

Posteriormente, foi criada, em 1935, a Universidade do Distrito Federal (UDF), dentre o ciclo de universidades livres<sup>21</sup> no Brasil, ou seja, instituições de ensino superior empreendidas por iniciativas particulares e não dependentes do Estado.

Até 1932, havia no Brasil quatro universidades fundadas fora de qualquer vínculo estatal que estão na origem das atuais universidades públicas: a do Paraná (1912), do Rio de Janeiro (1920), de Minas Gerais (1927), a Técnica do Rio Grande do Sul (1932). A fundação das Universidades de São Paulo (1934) e do Distrito Federal (1935) fechou o ciclo das universidades livres que precederam o sistema estatal pós-1930. Com o advento da era Vargas, a tradição liberal da educação superior se interrompe com a promulgação do Estatuto das Universidades, submetidas, agora, a regras definidas pelo Estado. Desde então, ficou estabelecido o monopólio estatal no desenvolvimento das universidades públicas, ainda que não impedisse a presença de um setor privado (Trindade, 2012, p. 102).

---

<sup>21</sup> Trindade (2012, p. 102) explica que a USP foi constituída com o apoio do jornal O Estado de S. Paulo. A UDF, por sua vez, foi concebida por Anísio Teixeira. Por não ser uma instituição estatal, foi fechada pelo Ministério da Educação e também em virtude da pressão exercida pela Igreja Católica, devido ao caráter laico da UDF.

De acordo com Trindade (2012), foi a partir do governo de Getúlio Vargas que se constituiu o modelo estadista de universidades públicas no Brasil. Em 1960, a universidade pública brasileira é tomada dentro um projeto nacional político e educacional de cunho desenvolvimentista. Darcy Ribeiro, que criou a UnB, estreou no País um pensamento original de uma universidade necessária nos anos de 1960.

Para Darcy, seu fundador e primeiro reitor, não tinha o Brasil uma verdadeira tradição universitária a defender e preservar, porque a universidade brasileira, a rigor, diferentemente do que ocorrera em outros países das Américas, nos quais elas foram criadas desde o século XVI, somente em 1920, já no século XX, será instituída. Com a UnB, segundo ele, é que se dará mais propriamente, a instauração do que se poderia designar de universitário para conferir tal estatuto ao nosso ensino superior. Criar, pois, uma universidade em Brasília constitui-se numa dupla oportunidade. Primeiro, reconhecer que, sendo Brasília uma cidade criada no centro do País e nela instalado o governo da República, se tornaria inevitável nela instituir um núcleo cultural a que não poderia faltar uma universidade. Depois, atender à urgência de dotar o País, na etapa de desenvolvimento em que se lançava, de uma universidade que pudesse “pensar o Brasil como problema” (Sousa Junior, 2012, p. 8-9).

Entretanto, esse projeto inicial para a UnB foi interrompido pela Ditadura Militar, com “[...] a presença opressora da polícia que invadiu o *campus*, a perseguição política a estudantes e professores/as, o permanente controle ideológico representaram mais do que a própria perda da autonomia da comunidade acadêmica” (Sousa Junior, 2012, p. 9). Esse contexto nacional de institucionalização da universidade pública no Brasil é relevante para este estudo, especialmente porque também o *corpus* da pesquisa bibliográfica da disciplina Teorias do Jornalismo contempla o curso de Jornalismo ofertado pela UnB neste estudo.

A UnB é relevante dentro do contexto de ensino de Comunicação e do Jornalismo no País, conforme é destacado no relatório elaborado pela Comissão de Especialistas em Jornalismo a respeito das novas DCNs do curso (Marques de Melo *et al.*, 2009). A proposta, nos anos de 1960, era a criação de uma Faculdade de Comunicação de Massas, que reuniria cursos distintos e direcionados à formação de profissionais para o mercado de trabalho em veículos de comunicação.

Entretanto, esse projeto de faculdade na UnB foi desarticulado com o início da Ditadura Militar no País, em 1964. Durante o regime militar, o professor Luiz Beltrão assume a direção da Faculdade de Comunicação de Massas, em Brasília, porém “[...] a própria existência da Faculdade era considerada problemática pelas autoridades da UNB” (Marques de Melo, 1974, p. 48) e a mudança de nome foi sugerida ao dirigente da instituição à época. Beltrão, em busca de uma conciliação com o interesse do regime, sugeriu, em 1966, a denominação Faculdade de Comunicação Coletiva. Contudo, essa nomenclatura não agradou aos dirigentes da UnB e se

adotou a denominação Faculdade de Comunicação. Essa crise permaneceu e Beltrão foi afastado da direção da faculdade em 1967. Houve a demolição do projeto da faculdade de Comunicação em Brasília, com a redução a um departamento vinculado ao Instituto de Ciências Humanas (Marques de Melo, 1974).

A escolha por realizar este estudo junto aos cursos de Jornalismo das universidades federais no Brasil alia-se também ao reconhecimento do papel social que essas instituições públicas de ensino superior possuem para a política nacional. Desse modo, a reforma universitária de 1968, implantada durante a Ditadura Militar, com a Lei universitária n. 5540 de 28/11/1968, conferiu o modelo de universidade pública no País, segundo explica Trindade (2012, p. 104): “[...] de um lado, a universidade pública modernizou-se com a expansão da pós-graduação apoiada pelas agências de fomento, mas manteve-se congelada no seu acesso e burocratizou-se”.

Durante os anos de 1960 no Brasil, Celso Kelly, relator do segundo currículo mínimo do curso de Jornalismo no Brasil, defendia um vínculo entre a universidade e a formação de jornalistas no País, conforme discurso que fez enquanto paraninfo de uma turma de diplomados em Jornalismo em 1965 e exposto em seu livro:

49. A formação universitária do jornalista justifica-se pela conjugação da cultura geral, da cultura específica e da cultura técnica simultaneamente com a prática e a iniciação. [...] A Universidade e o Jornalismo se confundem no ideal comum da liberdade: naquela a *liberdade de cátedra*, sagrada e intocável, essencial ao desenvolvimento das pesquisas e à formulação e reformulação das teorias; neste, a *liberdade de imprensa*, indispensável à elaboração da notícia e à interpretação dos acontecimentos. O jornalista também é um pesquisador. Essa liberdade, porque tanto se batem os cientistas e os jornalistas, tem sua razão em outro ideal comum à Universidade e à Imprensa: o de servir à verdade, o de persegui-la, o de preservá-la de deformações e falsidades, o de poder falar em nome dela o fundamento da tranquilidade de sua consciência, o de viver e morrer por ela. As mais sérias considerações éticas constituem o fundo do grande painel que a Universidade oferece aos alunos de jornalismo. Os diplomados de 65 ingressam na imprensa com os dois mais importantes requisitos: o compromisso com a verdade e com a liberdade de expressão (Kelly, 1966, p. 84-85).

Kelly (1966) versou, em seu discurso, sobre a liberdade de cátedra da universidade brasileira, especificamente para a educação em Jornalismo, e também sobre a liberdade de imprensa como indispensáveis para o exercício da profissão de jornalistas no ano de 1965. Contraditoriamente, esse discurso foi proferido num contexto de cerceamento da autonomia universitária em virtude da Ditadura Militar vigente naquele ano.

Entretanto, a universidade federal no Brasil também é responsável por manter o ranço de um modelo educacional originário classicista e de elitização intelectual, atuando como uma

das instituições que também serviu para segregar as classes trabalhadoras do acesso ao ensino superior público federal para então destiná-las ao ensino profissionalizante. Contudo, a partir do início dos anos 2000, registrou-se um avanço em prol de uma democratização da universidade pública no Brasil, especialmente por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, instituído pelo governo federal em 2007 na gestão do então presidente Lula.

A universidade federal no Brasil é a instituição de referência de ensino e pesquisa no País que, mesmo mantendo a burocratização, o elitismo e a pouca extensão junto à sociedade, promove a educação superior pública segundo princípios ligados à inclusão, à qualificação da educação superior e ao desenvolvimento de conhecimentos científicos e tecnológicos.

No contexto das transformações das universidades públicas, merece referência sua importância crescente, reconhecida internacionalmente, em função do valor intrínseco da formação acadêmico-profissional, por sua contribuição ético-política a uma cidadania democrática e a importância das atividades de pesquisa científica e tecnológica para o desenvolvimento econômico e social (Trindade, 2012, p. 104).

Com base nessas apreensões sobre as universidades públicas no Brasil e seu papel histórico na política do País é que se elegeu a investigação junto às graduações em Jornalismo das universidades federais brasileiras, com objetivo de verificar, por meio de seus PPCs, a adequação dos atuais cursos às novas DCNs do bacharelado em Jornalismo no Brasil. Essas DCNs, promulgadas a partir de 2013, representam o interesse acadêmico em prol de uma retomada histórica do ensino de Jornalismo e de suas especificidades teóricas e práticas no início desse século XXI no Brasil.

Desse modo, foram compilados e analisados os PPCs vigentes dos cursos de Jornalismo das universidades federais no Brasil, com o objetivo de verificar se houve a reformulação do curso conforme as novas DCNs do bacharelado em Jornalismo. No total, foram contabilizadas 41 universidades federais que ofertam a graduação presencial na área. Nessas, buscou-se identificar a oferta da disciplina Teorias do Jornalismo, conforme disposto no Apêndice A.

Com os PPCs compilados, buscou-se identificar: a) quais cursos já atualizaram seus PPCs conforme as novas DCNs do bacharelado em Jornalismo a partir da identificação do curso; b) se oferecem o curso de Jornalismo em mais de um câmpus; e c) se é encontrada a oferta da disciplina Teorias do Jornalismo em suas grades curriculares.

A partir do mapeamento dos PPCs dos cursos de Jornalismo das universidades federais no Brasil, conforme Apêndice A, observou-se que há distinções nas denominações dos atuais cursos, com a maioria identificados enquanto bacharelado em Jornalismo, mais ainda há poucos

como Comunicação Social – Jornalismo. Também se observou que 34 cursos, ao todo, ofertam a disciplina Teoria(s) do Jornalismo, com algumas derivações de sua denominação, sendo que poucos oferecem essa matéria mais de uma vez em sua grade curricular. A partir dessa observação, tornou-se possível identificar uma parcial e atualizada institucionalização curricular da disciplina Teorias do Jornalismo enquanto um campo discursivo de conhecimento sobre o Jornalismo.

Posteriormente, realizou-se outro desdobramento da pesquisa exploratória documental realizada com os PPCs dos cursos para uma abordagem microrregional e qualitativa com foco nas graduações ofertadas no Centro-Oeste brasileiro. Para tanto, foram sistematizadas as obras bibliográficas indicadas na disciplina Teorias do Jornalismo dos cursos de Jornalismo das universidades federais localizadas na região Centro-Oeste do Brasil, atendo-se à questão-problema desta pesquisa.

#### 4.3 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA DOS LIVROS INDICADOS NA DISCIPLINA TEORIAS DO JORNALISMO DOS CURSOS DAS UFs DO CENTRO-OESTE

A partir da compilação dos PPCs dos cursos de Jornalismo das universidades federais, realizou-se o recorte pela investigação da disciplina Teorias do Jornalismo dos cursos das universidades federais do Centro-Oeste do Brasil. A escolha por esse *corpus* foi motivada por se identificar a presença dessa disciplina nos currículos das quatro universidades federais presentes na região central do Brasil e também com intuito de regionalizar o escopo dessa pesquisa para contribuir com os estudos de Jornalismo no Centro-Oeste, sendo a UFG o lugar institucional de onde parte este estudo e também de formação desta pesquisadora.

Também pesou na eleição dessa amostra o fato de, nos PPCs dos cursos eleitos, existir uma certa correspondência quanto à repetição de títulos dos livros indicados nas referências bibliográficas da disciplina Teorias do Jornalismo, conforme demonstrado no Apêndice B. Além disso, Teorias do Jornalismo trata-se de uma disciplina obrigatória conforme as matrizes curriculares dos cursos analisados.

A partir desse recorte, os livros foram compilados e foi realizada pesquisa bibliográfica como mais um método de pesquisa. Esse método consiste, segundo Stumpf (2009, p. 54), em: “[...] um conjunto de procedimentos para identificar, selecionar, localizar e obter documentos de interesse para a realização de trabalhos acadêmicos e de pesquisa, bem como técnicas de leitura e transcrição de dados que permitem recuperá-los quando necessário”. Ainda segundo essa autora, a pesquisa bibliográfica centra-se na apresentação da literatura examinada para a

pesquisa e que permite ao pesquisador “[...] evidenciar o entendimento do pensamento dos autores, acrescido de suas próprias idéias e opiniões” (Stumpf, 2009, p. 51).

Os livros indicados na bibliografia da disciplina Teorias do Jornalismo, constante nos PPCs dos cursos das universidades federais do Centro-Oeste, constituem-se enquanto bibliografias especializadas, ou seja, “[...] são publicações que contêm a relação de obras publicadas sobre determinado assunto, em um período específico” (Stumpf, 2009, p. 56).

Desse modo, foram levantadas as referências bibliográficas da disciplina Teorias do Jornalismo, apresentadas nos PPCs vigentes em 2022 dos cursos de Jornalismo das universidades federais do Centro-Oeste, de acordo com o Apêndice B. A partir desse levantamento, elegeu-se, para análise das obras bibliográficas indicadas nos PPCs, os livros de autores em comum, isto é, que se repetem dentre as bibliografias básica e complementar dos cursos selecionados, como padrão do recorte da abordagem qualitativa. Desse modo, o *corpus* preliminar totalizou nove livros.

No entanto, registrou-se que tanto o volume I quanto o volume II do livro de Nelson Traquina, Teorias do Jornalismo, são os títulos que mais se repetem nas referências da disciplina homônima dentre os cursos investigados. Além desses, outros livros desse autor também são referenciados, a saber: Jornalismo: questões, teorias e “estórias”, livro integrante da bibliografia básica da disciplina ofertada pelo curso da UnB, e O Estudo do Jornalismo no Século XX, que é referência da bibliografia complementar do curso da UFMT - Câmpus Cuiabá.

Contudo, com o objetivo de contemplar no *corpus* a obra de Nelson Traquina mais indicada na disciplina dos cursos pesquisados, realizou-se mais um recorte metodológico, sendo eleito para análise o segundo volume de título: Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística: uma comunidade interpretativa internacional (Traquina, 2008), pois ele consta das referências bibliográficas em comum da disciplina Teorias do Jornalismo dos cursos da UFG, da UFMS, da UnB, da UFMT- Câmpus Cuiabá e da UFMT - Câmpus Araguaia, conforme Apêndice B. O volume I desse livro de Traquina (2005), apesar de ser uma obra indicada amplamente na bibliografia utilizada pelos cursos de Jornalismo no Brasil, é referenciado apenas na bibliografia básica da disciplina nos cursos da UFG e da UFMT - Câmpus Araguaia.

Por fim, foi feito mais um recorte no *corpus* da pesquisa bibliográfica, com objetivo de analisar um livro em comum para cada um dos cursos de Jornalismo das universidades federais do Centro-Oeste pesquisados: UFG, UnB, UFMS, UFMT- Câmpus Cuiabá e UFMT - Câmpus Araguaia. Assim, do total de nove livros repetidos nas indicações bibliográficas, foram excluídos da análise as seguintes obras: Teoria do Jornalismo, de Felipe Pena, indicado nas bibliografias dos cursos da UFMT - Câmpus Cuiabá e da UFMT - Câmpus Araguaia;

Jornalismo, Fatos e Interesses: ensaios de uma teoria do jornalismo, de Wilson Gomes, que consta das referências bibliográficas dos cursos da UFG e da UFMS; e O Jornal: da forma ao sentido, de Maurice Mouillaud e organização de Sérgio Dayrell, referenciado nas bibliografias da UnB e um capítulo desse livro é indicado na bibliografia da disciplina ofertada pelo curso da UFMT - Câmpus Araguaia, conforme consta no Apêndice B. Desse modo, o *corpus* final da análise bibliográfica totalizou cinco livros, conforme disposto no Quadro 2.

**Quadro 2 - Livros em comum nas referências indicadas na disciplina Teorias do Jornalismo dos cursos das universidades federais do Centro-Oeste**

(continua)

Autor(es)	Livro(os) em comum referenciado(os)	Título indicado e repetido nas referências da disciplina	Cursos de jornalismo das UFs do Centro-Oeste que adotam o livro
1. Adelmo Genro Filho	GENRO FILHO, Adelmo. <b>O segredo da pirâmide:</b> para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.	1. <b>O segredo da pirâmide:</b> para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.	UFG – bibliografia básica UFMS – bibliografia complementar UFMT - Câmpus Araguaia – bibliografia básica
2. Nelson Traquina	<p>TRAQUINA, Nelson (org.). <b>Jornalismo:</b> questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1993</p> <p>TRAQUINA, Nelson. <b>Teorias do jornalismo:</b> a tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.</p> <p>TRAQUINA, Nelson. <b>Teorias do jornalismo:</b> a tribo jornalística: uma comunidade interpretativa internacional. 2. ed. Florianópolis (SC): Insular, 2008. v. 2.</p> <p>TRAQUINA, Nelson. <b>O estudo do jornalismo no século XX.</b> Porto Alegre: Unisinos, 2002.</p>	2. <b>Teorias do jornalismo:</b> a tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional. 2. ed. Florianópolis (SC): Insular, 2008. v. 2.	UFG – bibliografia básica UFMS – bibliografia básica UnB- bibliografia complementar UFMT - Câmpus Cuiabá – bibliografia complementar UFMT - Câmpus Araguaia – bibliografia complementar

(conclusão)

Autor(es)	Livro(os) em comum referenciado(os)	Título indicado e repetido nas referências da disciplina	Cursos de jornalismo das UFs do Centro-Oeste que adotam o livro
3. Muniz Sodré	SODRÉ, Muniz. <b>A narração do fato:</b> notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2009.	3. <b>A narração do fato:</b> notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2009.	UFMS – bibliografia básica UnB – bibliografia complementar
4. Mauro Wolf	WOLF, Mauro. <b>Teorias da comunicação:</b> mass media, contextos e paradigmas, novas tendências, efeitos de longo prazo, o newsmaking. Lisboa: Presença, 1995.	4. <b>Teorias da comunicação:</b> mass media, contextos e paradigmas, novas tendências, efeitos de longo prazo, o newsmaking. Lisboa: Presença, 1995.	UFMT - Câmpus Cuiabá – bibliografia complementar UFMT - Câmpus Araguaia – bibliografia complementar
5. Otto Groth	GROTH, Otto. <b>O poder cultural desconhecido:</b> fundamentos da ciência dos jornais. Petrópolis: Vozes, 2011.	5. <b>O poder cultural desconhecido:</b> fundamentos da ciência dos jornais. Petrópolis: Vozes, 2011.	UFG – bibliografia complementar UFMT - Câmpus Araguaia – bibliografia complementar

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A seleção pela investigação desses cinco livros foi baseada em uma abordagem qualitativa conforme os distintos referenciais teóricos apresentados em cada uma dessas obras bibliográficas e seus dados referenciais. Desse modo, a eleição pelo livro de Groth (2011) foi motivada por se tratar de uma obra traduzida sobre a Ciência dos Jornais na Alemanha, no final do século XIX e início do século XX. Já o livro de Wolf (2012) foi eleito por ter sido uma obra bibliográfica, também traduzida, que introduziu os primeiros estudos sistematizados sobre as notícias junto às Teorias da Comunicação. Essa antecedeu a disciplina Teorias do Jornalismo desde a criação dos cursos de Comunicação Social e suas habilitações no Brasil.

Dentre os autores estrangeiros da amostra, o segundo volume do livro do português Traquina (2008) foi eleito por ter sido a obra mais indicada na bibliografia da disciplina Teorias do Jornalismo dos cursos investigados neste estudo. Além disso, o segundo volume foi eleito por centrar-se no *newsmaking* como principal referencial teórico abordado na obra e em virtude da contribuição dos livros de Traquina para o estabelecimento da bibliografia da disciplina Teorias do Jornalismo no Brasil.

O livro de Genro Filho (1989) foi selecionado na amostra por se tratar de uma obra bibliográfica de um autor brasileiro fundamentada na perspectiva crítica e que propõe uma teoria do jornalismo no Brasil nos anos de 1980. Por fim, o livro de Sodré (2012), outro autor brasileiro, compõe a amostra da pesquisa bibliográfica por centrar-se em uma discussão mais

atualizada sobre o discurso jornalístico segundo a teoria construcionista e por incorporar em sua abordagem o jornalismo no Brasil.

Junto a esses livros, estabeleceu-se o seguinte padrão para análise bibliográfica: a) dados referenciais sobre o livro; b) apresentação sobre o autor e sua base teórico-ideológica; c) apresentação das teorias, abordagens ou hipóteses do Jornalismo mais identificadas no livro; d) compilação dos enunciados que versam diretamente sobre os conceitos de cidadania e de democracia; e) compilação de outras expressões que se associam indiretamente ou tangencialmente aos conceitos de cidadania e de democracia nas discussões teóricas ou contextos do jornalismo identificados em cada livro.

Por meio da leitura dos livros, foram estabelecidas as seguintes categorias de análise das obras bibliográficas: a) contempla uma abordagem direta e aprofundada dos conceitos de democracia e de cidadania; b) contempla parcialmente, indiretamente ou tangencialmente, isto é, a partir de outras expressões correlatas às noções de cidadania e de democracia, conferindo um tratamento superficial a esses dois conceitos; c) não contempla o tratamento dos conceitos de democracia e de cidadania.

A organização, a codificação e o tratamento da análise bibliográfica foram realizados com o auxílio do *software ATLAS. ti*, destinado às pesquisas qualitativas. O objetivo com a análise bibliográfica foi o de investigar como os livros em comum e referenciados na disciplina Teorias do Jornalismo dos cursos investigados, cujas teorizações buscam explicar o campo jornalístico, abordam a democracia e a cidadania. Especificamente, interessava a esta pesquisa não apenas ver mencionadas as expressões de democracia e de cidadania no texto dos livros, mas teorizações que aprofundassem esses conceitos, a fim de que eles não estivessem limitados apenas a um discurso legitimador do campo, mas alcançassem as definições de Jornalismo pressupostas e os métodos implicados no fazer jornalístico.

## **5 ENSINO DE JORNALISMO NO BRASIL: O CAMPO ACADÊMICO A PARTIR DOS DOCUMENTOS NORMATIVOS**

Os documentos normativos relacionados à legislação educacional do ensino de Jornalismo constituem-se como fontes primárias e referências para regular a elaboração dos PPCs e das matrizes curriculares da graduação em Jornalismo no Brasil, desde os currículos mínimos instituídos nos anos de 1960 até as atuais DCNs. Eles visam também normatizar oficialmente a educação superior, de competência do governo federal mediante o atual MEC.

A partir desses documentos normativos, é possível descrever e compreender as transformações acadêmicas e curriculares no ensino de Jornalismo no Brasil, que começou enquanto um curso superior único de Jornalismo e depois foi alterado para graduação em Comunicação Social e suas habilitações por meio do terceiro currículo mínimo, fixado em 1969. No início do século XXI, retomou-se a oferta específica do bacharelado em Jornalismo com a promulgação das atuais DCNs pelo MEC em 2013.

O curso superior de Jornalismo no Brasil e os documentos normativos do ensino da área são historicamente constituídos e constantemente influenciados e/ou modificados segundo interesses micropolíticos do campo jornalístico, mas também pelos contextos macropolíticos nacionais e internacionais, especialmente durante governos de controle e de restrição de direitos no País, conforme a história da área.

A análise documental desenvolvida neste capítulo é método, porque trata-se de um ângulo escolhido como cerne da investigação e também de técnica da pesquisa, pois ela “[...] compreende a identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim” (Moreira, 2009, p. 271). Além disso, a análise documental tem, segundo explica essa autora, a contextualização como necessária para a concretização de um projeto de pesquisa. Como consequência da organização e da apuração da documentação investigada, almeja-se desenvolver uma análise crítica dos documentos, “[...] que, com vínculos e desdobramentos, apresentam-se para avaliação” (Moreira, 2009, p. 276).

A mirada histórica sobre a documentação referente à legislação educacional do ensino de Jornalismo no Brasil realizada neste estudo se baseia nas noções de arqueologia e de arquivo nos moldes foucaultianos, como um procedimento metodológico. Na arqueologia, segundo a perspectiva de Foucault (2009), busca-se a episteme, isto é, o conjunto de saberes de um campo. Nesse sentido, a pesquisa documental realizada neste estudo visa entender, por meio de um exercício arqueológico, os discursos que transformaram a relação entre cidadania, democracia

e jornalismo em um documento, um arquivo, ou seja, fatos com efeitos de verdade para o ensino de Jornalismo no Brasil.

Esse exercício arqueológico contribui para se compreender como se formaram os discursos sobre determinados conceitos - cidadania e democracia - tidos como fundamentais para o jornalismo, especificamente no âmbito do ensino da área. Para tanto, descrever arqueologicamente a história do curso no Brasil, a partir de sua documentação normativa, trata-se de uma mirada para os estudos de Jornalismo.

Por meio da análise dos documentos oficiais da legislação educacional do ensino de Jornalismo no País, correlacionada aos percursos histórico e político nacional e internacional, almeja-se investigar como a democracia e a cidadania se constituíram enquanto conceitos enunciados nos documentos normativos do curso de Jornalismo no Brasil, ancorando os fundamentos do ensino da área. Visto que recorrentemente defende-se a profissão do jornalismo e o ensino da área a partir de discursos autolegitimadores de seu papel social para a promoção da cidadania e enquanto uma instituição relevante para as democracias.

## 5.1 O CURSO E SEUS CURRÍCULOS MÍNIMOS E DIRETRIZES: CONTEXTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS

As experiências com os cursos de Jornalismo em instituições estadunidenses no início dos anos de 1900 inspiraram o anseio pela criação da educação em Jornalismo no Brasil, ideia que foi cunhada junto à criação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), em 1908, por Gustavo de Lacerda, e também reiterada posteriormente pelo então presidente da ABI, João Guedes de Mello, durante o I Congresso Brasileiro de Jornalistas, realizado em abril de 1918 (Marques de Melo, 1974).

Victor de Sá (1955) comenta que a ideia de fundação de uma escola de Jornalismo para o preparo de jornalistas no Brasil surgiu na primeira fase da gestão de Raul Pederneiras, na ABI. “Sendo de opinião que a Escola era uma necessidade urgente para a maioria dos profissionais do jornalismo e para as novas camadas, que habilitadas especialmente, só fariam, em futuro próximo, jornais compatíveis com o refinamento da cultura geral” (Sá, 1955, p. 220). Postulava-se, junto à ABI, que a escola atenderia à necessidade de “[...] elevação da vida jornalística, no Brasil, [...] [em que, a despeito da] decadência moral e mental da profissão no Brasil [...] [a] missão é grande” da profissão (Sá, 1955, p. 222). Naquela época, atribuía-se como fator de decadência da profissão a ausência de profissionais graduados na área: “[...] a invasão da imprensa pelos que falidos em outras profissões, egressos das demais atividades

sociais, sem cultura, sem tirocínio, sem afinidade com ela, assaltam os jornais” (Sá, 1955, p. 222).

Foi durante o primeiro congresso da ABI, em 1918, que foram aprovadas as primeiras diretrizes de criação de uma escola de Jornalismo. Elas propunham uma formação profissional e humanística e previam a concepção de um jornal elaborado pelos alunos, que serviria para aplicação dos conhecimentos práticos da profissão. “A Escola de Jornalismo, que não queria ser oficial, que não faria doutores nem bacharéis, mas que se propunha unicamente a propinar a seus alunos o ensino das matérias julgadas essenciais à prática da profissão [...]” (Sá, 1955, p. 220).

Sá (1955) descreve também as matérias que iriam compor o currículo da primeira escola de Jornalismo projetada pela ABI:

Segundo o regulamento estabelecido para a Escola de Jornalismo, onde havia idéias colhidas nas organizações norte-americanas, o curso geral seria de três anos, além de um curso vestibular de dois anos, que são de preparo para a matrícula no instituto. As aulas do curso geral seriam de português, francês, inglês, espanhol, psicologia, moral, literatura, desenho, história das artes, higiene, medicina legal, enciclopédia do direito, economia política, finanças, história parlamentar e história do jornalismo. Ao ser iniciado esse curso, o aluno teria sido já aprovado nas seguintes matérias do curso vestibular: português, francês, inglês (disciplinas que no curso geral seriam ensinadas mais desenvolvidamente), aritmética, álgebra, geometria, geografia, história da América e do Brasil, corografia do Brasil, história natural, física, química, estenografia, escrituração mercantil e dactilografia. O acurado estudo das matérias desse programa e dos demais trabalhos planejados e executados nas oficinas deveriam habilitar o futuro jornalista a ser imprescindível na vida de imprensa, porque ele teria a idoneidade indispensável e a sua competência abrangeria todos os serviços do jornal (Sá, 1955, p. 221).

Essas disciplinas previam uma interdisciplinaridade a partir da oferta de matérias de distintas áreas do conhecimento, que, em tese, qualificariam o repertório cultural e intelectual dos jornalistas em formação. Entretanto, essa proposta de curso da ABI não chegou a ser implantada.

A primeira proposta de criação de um curso, feita no Congresso Brasileiro de Jornalistas de 1918, previa um programa predominantemente prático, montado a partir de um jornal-laboratório, conforme o modelo que surgia na mesma época nos Estados Unidos. Este modelo inspira também o projeto do empresário Cásper Líbero para a primeira escola paulista, e uma última tentativa de implementá-lo foi interrompida pela intervenção militar na Universidade de Brasília, em 1965 (Meditich, 2012, p. 51).

Houve também outra tentativa de criação de um primeiro curso superior de Jornalismo na UDF, no Rio de Janeiro, em 1935. Segundo Marques de Melo (1974), a ideia desse curso

era distinta do modelo idealizado pela ABI em 1918, pois visava oferecer conhecimentos de assuntos gerais e deontológicos da profissão, com uma ênfase que “[...] assemelhava-se muito mais às experiências européias, cujas diretrizes buscavam valorizar a formação humanística do profissional, inculcando-lhe também os valores éticos” (Marques de Melo, 1974, p. 17).

Porém, esse projeto de um curso de Jornalismo foi extinto junto com o fim da UDF: “[...] o Estado Novo liquidou a estrutura universitária criada por Anísio Teixeira e manteve apenas aqueles cursos que dispunham de similares na Universidade do Brasil, para onde foram transferidos os alunos inscritos, nos termos do Decreto-Lei 1.063, de 20 de janeiro de 1939” (Marques de Melo, 1974, p. 17).

Outra experiência de um pioneiro curso e que também não perdurou foi a oferta do Primeiro Curso Livre de Jornalismo, no ano de 1943 em São Paulo, sob o patrocínio da Associação dos Profissionais de Imprensa de São Paulo (APISP) e organizado por Vitorino Prata Castelo Branco (Marques de Melo, 1974). Porém, esse curso sofreu resistência em virtude do corporativismo de jornalistas paulistas e por desafiar o sistema oficial de cursos regulares de competência do Estado, sendo desativado. Na opinião do autor: “[...] é interessante destacar que essa significou a primeira reação dos setores profissionais e empresariais ao ensino de jornalismo, o que persistiria depois, também em relação aos cursos oficiais” (Marques de Melo, 1974, p. 18).

Apesar da extinção da primeira experiência de curso de Jornalismo no Brasil na UDF em 1935, foi durante o governo de Getúlio Vargas que ocorreu a regulamentação da profissão de jornalista e a proposição de criação de escolas de Jornalismo no País, em comum acordo entre o governo federal e os governos estaduais, por meio Decreto-Lei n. 910, de 30 de novembro de 1938. Contudo, ainda em 1938, o almejado curso de Jornalismo, proposto pela ABI, não tinha se concretizado: “Se o Decreto-lei 910 de 1938 serviu como marco inicial da regulamentação do exercício da profissão de jornalista entre nós; de nada valeu para o estabelecimento de cursos de Jornalismo” (Nuzzi, 1997, p. 21).

O anseio pela formação universitária em Jornalismo no Brasil nasceu a partir do acionamento de empresas e de sindicatos da área e como consequência da industrialização midiática no Brasil, segundo Marques de Melo (2012). No entanto, o curso de Jornalismo foi legalmente instituído na estrutura universitária do Brasil mediante o Decreto-Lei n. 5.480, de 13 de maio de 1943, sancionado por Getúlio Vargas durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945). Esse Decreto promulgou também que o curso fosse “[...] ministrado pela Faculdade Nacional de Filosofia com a cooperação da Associação Brasileira de Imprensa e dos sindicatos representativos das categorias de empregados e de empregadores das empresas jornalísticas”

(Brasil, 1943, art. 3). Esse decreto prescreveu também a organização e o funcionamento do curso de Jornalismo em IES federais de ensino.

Após 1943, a Presidência da República fixou a organização do curso de Jornalismo, por meio do Decreto n. 22.245, de 6 de dezembro de 1946 (Brasil, 1946). Essa lei estipulou que o curso compreenderia três seções: seção de formação, seção de aperfeiçoamento e seção cultural. O curso teria duração de três anos/séries, sendo o primeiro com a seguinte seriação de disciplinas: Português e Literatura; Francês ou Inglês; Geografia Humana; História da Civilização; Ética e legislação de Imprensa; Técnica de jornalismo. As disciplinas da segunda série eram: Português e Literatura; Sociologia; Política; História do Brasil; História da Imprensa; Técnica de jornalismo. Por fim, a terceira série do curso contaria com disciplinas de: Português e Literatura; Psicologia social; Econômica Política; Noções de Direito; Organização e Administração de Jornal; e Técnica de jornalismo (Brasil, 1946).

Cada série letiva era completada com disciplinas livres, também chamadas de optativas, como: Introdução à Filosofia; História Contemporânea; História da América; História das Artes; História da Música; Direito Constitucional; Direito Administrativo; Educação Comparada; e Estatística (Brasil, 1946). Observa-se que a matriz curricular da educação em Jornalismo no País, regulamentada pelo governo federal, privilegiava o ensino de disciplinas das Ciências Humanas e Sociais. Havia poucas matérias referentes às técnicas e às práticas jornalísticas, com ênfase no jornalismo impresso.

O primeiro curso de Jornalismo teve início em São Paulo a partir de 1947, com turma ofertada pela Faculdade Cásper Líbero e em convênio com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e o jornal A Gazeta. Esse pioneiro curso foi autorizado mediante o Decreto-Lei n. 23.087, de 19 de maio de 1947. “Só em 1947, depois que o Ministério da Educação fixou as diretrizes pedagógicas para os cursos de jornalismo, começou a funcionar a instituição idealizada por Cásper Líbero” (Marques de Melo, 1974, p. 21).

Posteriormente, foi criado outro curso na antiga Universidade do Brasil, atual UFRJ, em 1948. Segundo Marques de Melo (1974), o curso da Universidade do Brasil instalou-se mediante normas fixadas pelo Decreto n. 24.719, de 29 de março de 1948, que alterou a seriação de disciplinas fixadas pelo decreto anterior nº 22.245, de 6 de dezembro de 1946. Esse curso iniciou vinculado à Faculdade Nacional de Filosofia.

O curso da Universidade do Brasil “[...] adotou uma estrutura curricular seriada, onde havia nítida predominância das matérias culturais sobre as técnicas” (Marques de Melo, 1974, p. 30). Desse modo, a matriz curricular era composta pelas seguintes disciplinas: 1ª série – Português e Literatura; Francês; Inglês; Geografia Humana; História da Civilização; Ética,

História e Legislação da Imprensa; Técnica do Jornalismo. Já as disciplinas da 2ª série eram: Português e Literatura; Francês; Inglês; Sociologia; História do Brasil; Técnica do Jornalismo. E as matérias da 3ª série eram: Português e Literatura; Psicologia Social; Noções de Direito e Economia; Publicidade, Organização e Administração de Jornal; Técnica do Jornalismo; Radiodifusão (Brasil, 1948).

Em 1949, o curso da Universidade do Brasil passou por outra modificação na seriação das disciplinas. Na sequência, em 1º de dezembro de 1950, o Decreto n. 28.923 revogou a disposição anterior e fixou novas diretrizes curriculares para o curso. Para Marques de Melo (1974), essas sucessivas mudanças curriculares não acarretaram uma substancial transformação no curso, apenas limitaram-se a alterar a hierarquia de disciplinas na seriação, ora suprimindo algumas, outrora reabilitando-as. A graduação da Universidade do Brasil se tornou referência para os demais cursos de Jornalismo que viriam a ser criados nas universidades públicas no País. Marques de Melo (2007) analisou o modelo pedagógico de ensino de Jornalismo no Brasil ofertado pelos primeiros cursos, tanto o da Escola de Jornalismo Cásper Líbero (1947) quanto o da então Universidade do Brasil (1948):

Em ambos os casos, a carreira de jornalismo foi incluída como curso dependente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, instituição formadora de quadros para o magistério secundário. Essa subordinação causou evidentes distorções no plano curricular, pela prevalência das matérias humanísticas e pequena ênfase ao ensino profissional, frustrando as primeiras turmas (Marques de Melo, 2007, p. 12).

Carlos Rizzini, que foi professor no curso de Jornalismo na então Universidade do Brasil, avaliou e criticou o curso de Jornalismo predominantemente teórico ofertado pela instituição naquela época em comparação ao ensino da área no mundo e também em relação ao pioneiro curso da Faculdade Cásper Líbero, em São Paulo. Ele defendeu o treino profissional dos estudantes: “Acreditamos, todavia e dentro do senso das proporções, que o nosso Curso precisa equiparar-se, pelo menos, com o seguinte: laboratório fotográfico, oficina de gravura, modesta oficina gráfica, composta de um linotipo, material de caixa e de paginação” (Rizzini, 1953, p. 55).

Esses dois primeiros cursos de Jornalismo no País iniciaram sem parâmetros curriculares em comum, segundo Moura (2002). “Os primeiros cursos tiveram vários currículos, mas, após a instalação do Conselho Federal de Educação, coube a este fixar a duração e o currículo mínimo dos novos cursos” (Brasil, 1977, p. 44).

O ensino superior de Jornalismo no Brasil originou-se no País como uma graduação específica até o início dos anos de 1960. Entretanto, passou por uma significativa transformação

em 1969, com a promulgação do terceiro currículo mínimo (mediante o Parecer n. 631/69 e a Resolução n. 11/69), que criou e estabeleceu o curso de Comunicação Social no País. A partir desse documento normativo, a graduação em Jornalismo passou a ser uma das habilitações da Comunicação Social. Essa configuração perdurou até recentemente, retornando o curso para uma graduação específica mediante a homologação das atuais DCNs do bacharelado em Jornalismo, instituídas em 27 de setembro de 2013.

Na legislação educacional do curso de Jornalismo no Brasil, as interferências políticas nacional e internacional também se registram. No contexto internacional, o primeiro currículo mínimo do curso de Jornalismo no Brasil, instituído em 1962 por meio do Parecer n. 323/62 (Brasil, 1962), foi implantado em decorrência de um anseio pela modernização do sistema educacional no Brasil, sob a influência da política externa estadunidense e seu controle sobre os veículos de comunicação dos países chamados subdesenvolvidos no contexto da Guerra Fria (1947-1991).

Em 1961, sob o impacto da perda do controle sobre a revolução cubana, os Estados Unidos passam a ter uma política mais direta de contra-insurgência na América Latina. Na Conferência de Punta Del Este, realizada naquele ano, é traçado um programa de “modernização” dos sistemas educacionais do continente, que receita um controle centralizado, prioridade ao ensino técnico e profissional, tecnificação do ensino de humanidades e ciências sociais e despolitização das relações educacionais [...] (Meditsch, 2012, p. 53).

Na política nacional, o primeiro currículo do curso de Jornalismo foi estabelecido segundo o contexto de avanço da tecnologia e dos meios de comunicação no Brasil, além do desenvolvimento de pesquisas nas Ciências da Informação, o que levou “[...] a urgente reformulação da estrutura das escolas de jornalismo, a fim de que elas pudessem acompanhar essa evolução” (Nuzzi, 1997, p. 135). Em paralelo a isso, ocorria a discussão sobre a reformulação dos currículos da educação superior com a criação do CFE em 1961 (Moura, 2002), instância dentro do MEC responsável pela promulgação da primeira LDB 4024/61, que definiu e organizou o sistema de educação no Brasil.

A legislação educacional do curso de Jornalismo é composta por cinco currículos mínimos e duas diretrizes curriculares nacionais, sendo uma instituída para o curso de Comunicação Social e suas habilitações e as mais recentes DCNs do bacharelado em Jornalismo, instituídas em 2013. A partir da análise dos documentos normativos do ensino de Jornalismo no Brasil, registra-se que os primeiros foram fixados apenas por parecer, a saber: a) o Parecer n. 323/62, aprovado em 16 de novembro de 1962; e b) o Parecer n. 984/65, de 19 de

abril de 1966, respectivamente. Isso ocorreu diferentemente do disposto pelo ordenamento do Direito Administrativo que previa a fixação dos currículos mínimos mediante resoluções.

Neste capítulo, são analisados os pareceres e as resoluções referentes aos cinco currículos mínimos do ensino de Jornalismo no Brasil, além das duas DCNs que foram promulgadas, sendo as primeiras diretrizes instituídas para o curso de Comunicação Social e suas habilitações e as mais recentes diretrizes do bacharelado em Jornalismo. Além do relatório da Comissão de Especialistas em Jornalismo, que coordenou, em 2009, os trabalhos para a elaboração das atuais DCNs do curso.

O primeiro currículo mínimo foi estabelecido por meio do Parecer n. 323/62 e elaborado pelos relatores Celso Cunha e Josué Montello. Esse parecer foi aprovado em 16 de novembro de 1962 pelo CFE do MEC. Esse documento fixou disciplinas necessárias à formação profissional no curso de Jornalismo, que tinha duração de três anos. Propunha também uma formação generalista e, ao mesmo tempo, especializada, ressaltando uma dicotomia e o entendimento da generalização como característica específica da área. Além disso, visou preparar os profissionais para o trabalho em jornais impressos, assim como no rádio e na televisão, conforme exposto no seguinte trecho do referido parecer:

1. Inegável a importância da aprendizagem metódica e especializada do jornalismo, não é fácil, porém, fixar um currículo das disciplinas necessárias a essa formação profissional. Em outros cursos o problema não reveste a mesma complexidade, pois a especialização tem os seus limites mais ou menos definidos, e o currículo, no caso, é geralmente constituído pelas disciplinas específicas e as matérias afins. *Já ao jornalismo, em certo sentido, tudo interessa. Sua originalidade, sua especialidade está na própria generalidade.* [...] chega-se à conclusão de que a tendência geral é a de que o curso de jornalismo compreenda não só a formação dos profissionais da imprensa, mas também a dos que praticam a divulgação no rádio e na televisão. (Brasil, 1962, p. 76-77, grifo nosso).

Conforme análise de Antonioli (2006), o primeiro currículo do curso de Jornalismo no Brasil visou adequar o ensino da área para que a formação de jornalistas atendesse às demandas decorrentes do desenvolvimento dos meios de comunicação no Brasil:

Essa primeira reforma curricular foi fundamental para que as escolas pudessem complementar suas estruturas curriculares, de acordo com suas propostas de formação do egresso. Entretanto, os relatores chamaram a atenção para a dificuldade de se criar um currículo com disciplinas necessárias à formação do jornalista. Frisaram, ainda, que a tendência do curso não deveria compreender apenas a formação do profissional da imprensa, mas sim, dos profissionais de rádio e televisão. Nesse aspecto é interessante lembrar que, em 1962, a televisão no País já contava com doze anos de existência e o rádio com mais de quarenta, portanto, o jornalista dessas mídias deveria ser preparado, por meio do curso. No caso, foi incluída a disciplina de *Técnica de Rádio e Telejornal*, atestando que, naquele momento, o Conselho Federal de Educação foi sensível às mudanças ocorridas no mercado (Antonioli, 2006, p. 45-46).

Desse modo, o primeiro currículo mínimo do curso de Jornalismo dividiu as disciplinas em três categorias: gerais, especiais e técnicas. As disciplinas gerais eram: a) Cultura brasileira; b) História e Geografia do Brasil; c) Civilização contemporânea; d) Estudos sociais e econômicos; e) História da cultura artística e literária (Brasil, 1962). Essas disciplinas eram obrigatórias e os cursos de Jornalismo não precisavam ficar limitados apenas à oferta dessas matérias. O parecer de 1962 também sugeria que o estudante do curso tinha a autonomia de cursar outras disciplinas ministradas na faculdade ou na universidade, conforme seu interesse.

As disciplinas especiais constantes no primeiro currículo mínimo contemplavam: a) Português e Literatura de língua portuguesa; b) Língua Estrangeira Moderna (instrumental); c) Ética e Legislação da imprensa; d) História da Imprensa (compreendendo os demais meios de difusão). Nesse primeiro currículo mínimo, identificam-se duas disciplinas referentes aos saberes específicos do jornalismo, a saber: Ética e Legislação da Imprensa e História da Imprensa. A oferta dessas duas matérias indica a preocupação que havia na época com a formação ética dos jornalistas segundo uma deontologia profissional e histórica, desde o início do ensino da área. Por fim, o primeiro currículo mínimo do curso também contemplava as seguintes disciplinas técnicas: a) Técnica de jornal e periódico; b) Técnica de rádio e telejornal; c) Administração de jornal e publicidade (Brasil, 1962).

Posteriormente, esse primeiro currículo mínimo do curso de Jornalismo foi reformulado, bem como a duração do curso, mediante o Parecer n. 984/65, já tendo iniciado no Brasil a Ditadura Militar, a partir de 1964. No contexto internacional, a Unesco, influenciada por uma política tida como modernizante liderada pelos Estados Unidos e por países europeus sobre outras nações, criou centros de formação de professores de Jornalismo em algumas nações nos anos de 1960. Nesse contexto, grupo de docentes e de pesquisadores brasileiros da área passou por qualificações no Centro Internacional de Estudos Superiores de Jornalismo para a América Latina (CIESPAL), instalado em Quito, no Equador.

*O iceberg que se cocharia com nosso ensino de Jornalismo em meados dos anos 1960 começou a se formar numa conferência da UNESCO realizada em Paris, em 1948. Neste encontro, a entidade, na época amplamente dominada pelos Estados Unidos e pelo espírito da guerra fria, resolveu dar atenção à formação dos jornalistas no terceiro mundo (Meditsch, 2012, p. 53).*

Marques de Melo (1974) também discorre sobre o papel do CIESPAL no ensino de Jornalismo no Brasil: “Exerceu, assim, o CIESPAL uma influência muito grande para a renovação das Escolas de Jornalismo da América Latina, que passaram a orientar os seus programas de ensino em função das diretrizes emanadas daquele órgão” (Marques de Melo,

1974, p. 53). A respeito da influência do CIESPAL no ensino, Temer e Nery (2004) acrescentam:

Numerosos pesquisadores afluíram para o Centro de Quito, que realizou um verdadeiro “treinamento” de pesquisadores e professores na área de comunicação – e do jornalismo em particular-, além de editar manuais para serem usados como “livros-texto” na formação de novos profissionais. Uma atenção especial era dada também à área de pesquisa, em que estudos de morfologia e conteúdo da imprensa eram orientados pelo francês Jacques Kayser e estudos sobre o comportamento do público consumidor, inspirados nas técnicas americanas de análise de audiência. Área mais direta de influência de orientação norte americana, no entanto, foram os estudos sobre o modelo difusionista, ou a difusão de inovação na área da agricultura, as experiências de comunicação comunicativa e programas especiais de educação rural (Temer; Nery, 2004, p. 155).

Dentre esses pesquisadores formados pelo CIESPAL, estava o jornalista e professor Celso Kelly, que foi relator do parecer que precedeu a reformulação curricular e a fixação do segundo currículo mínimo do curso. Celso Kelly foi presidente da ABI, entre 1964 e 1966, e é considerado o mentor da inclusão do ensino de Comunicação no País.

No âmbito nacional, o contexto micropolítico do ensino de Jornalismo no Brasil também favoreceu uma reforma curricular: “A partir de 1965, o ambiente do ensino de jornalismo passou a viver um longo período de debates e inquietação, visando à reformulação do curso e a sua melhoria” (Nuzzi, 1997, p. 136). Este autor elenca alguns fatores que favoreceram as mudanças nos atos regulatórios do ensino de Jornalismo no Brasil:

I - A instalação e o funcionamento do CFE – Conselho Federal de Educação, previsto pela LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4024-61) como órgão colegiado máximo do ensino do país. O CFE, de saída, discutiu e aprovou dois pareceres - 323-62 e 984-65- alterando, parcialmente, o currículo dos cursos de jornalismo; II- A promoção, pelo CIESPAL (Centro Internacional de Estudos Superiores de Periodismo para a América Latina) de seminários em Medellín, Colômbia; Cidade do México, México; Buenos Aires, Argentina e Rio de Janeiro, em 1.965, para análise do ensino de Jornalismo; III - A criação e instalação da Faculdade de Comunicação de Massas na UnB- Universidade de Brasília; IV- O surgimento, em 1.966-7, da ECA-USP- Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, com onze habilitações (Nuzzi, 1997, p. 136).

Em 1965 o professor Luiz Beltrão proferiu discurso no Seminário do CIESPAL, realizado Rio de Janeiro, sobre o contexto político nacional que impactou na reformulação curricular do curso de Jornalismo no Brasil. À época, ele defendeu a necessidade de se investigar os meios de comunicação e seus efeitos para a mobilização da opinião pública, visando-os como estratégicos para o controle da sociedade brasileira no início da Ditadura Militar no País. Em parte de seu discurso, encontra-se uma defesa do uso dos meios de

comunicação brasileiros alinhado ao golpe efetivado contra o Estado democrático, então nomeado como Revolução de Março. Esse autor discorre como esse contexto incidu para a reformulação da área acadêmica do Jornalismo no Brasil.

Recentemente o Brasil se viu diante de uma situação que poderia ter sido fácil de superar e teria oferecido melhor e mais rápido resultado, se estivéssemos estado cientificamente preparados para enfrentá-la: precisamos explicar às nações livres e democráticas os motivos da Revolução de Março, a deposição de um governo constitucional e a implantação de outro, mediante um ato institucional. A tarefa se apresentou complexa porque os organismos políticos e administrativos do país se encontravam desprovidos para executá-la e um dos primeiros atos do Governo foi a criação do Serviço Nacional de Informações, seguida mais tarde, de outra medida que, pessoalmente, considero uma das mais relevantes que se adotaram esse ano, no campo específico das comunicações: o estabelecimento de um curso de Informação na Escola Superior de Guerra (Beltrão, 2006, p. 250, tradução nossa)<sup>22</sup>.

Beltrão (2006), em seu discurso, versou sobre integração nacional, defesa da paz e liberdade de informação. Anseios contraditórios ao contexto político de restrição de liberdades e de direitos no País. “Por isso, a tarefa urgente de uma sociedade democrática (isto é em uma sociedade acessível, uma sociedade dialogante, em que a informação seja livre) é trabalhar para que esse poder imenso não fique à mercê de forças irresponsáveis [...]” (Beltrão, 2006, p. 257, tradução nossa<sup>23</sup>). Ele não vislumbrou, naquele momento, a gravidade do regime militar para a democracia brasileira.

O grande tema militar de nossos dias se chama guerra psicológica. Em outros termos, guerra de convencimento, de persuasão, de propaganda. Guerra de ideias que se confrontam com a ânsia de obter adeptos, de efetuar trocas. Vencerá não aquele que possui a verdade, mas sim aquele que supõe dizer que possui a verdade, e que saiba transmitir aos outros com mais precisão a mensagem da Verdade (Beltrão, 2006, p. 257, tradução nossa)<sup>24</sup>.

---

<sup>22</sup> “Recientemente el Brasil se vio de pronto ante una situación que hubiera sido fácil de superar y hubiera ofrecido mejor y más rendimiento, si hubiéramos estado científicamente preparados para enfrentarla: necesitamos explicar a las naciones libres y democráticas los motivos de la Revolución de Marzo, de la deposición de un gobierno constitucional y la implantación de otro, mediante un acto institucional. La tarea se presentó tan compleja porque los organismos políticos y administrativos del país se encontraban desprovistos para ejecutarla y uno de los primeros actos del Gobierno fue la creación del Servicio Nacional de Informaciones, seguida más tarde, de otra medida que, personalmente, la considero una de las más relevantes que se adoptaran este año, en el campo específico de las comunicaciones: establecimiento de un curso de Información en la Escuela Superior de Guerra” (Beltrão, 2006, p. 250).

<sup>23</sup> “Por eso, la tarea urgente de una sociedad democrática (esto es una sociedad accesible, una sociedad dialogante, en que la información sea libre) es trabajar para que ese poder inmenso no quede a merced de fuerzas irresponsables [...]” (Beltrão, 2006, p. 257).

<sup>24</sup> “El gran tema militar de nuestros días se llama guerra psicológica. En otros términos, guerra de convencimiento, de persuasión, de propaganda. Guerra de ideas que se confrontan con el ansia de obtener adeptos, de efectuar cambios. Vencerá, no aquél que posee la verdad, sino aquél que sepa decir que posee la verdad, el que sepa transmitir a los otros con más precisión el mensaje de la Verdad” (Beltrão, 2006, p. 257).

Nesse cenário, foi aprovado o Parecer n. 984/65, referente ao segundo currículo mínimo do curso, que foi implantado mediante a Resolução s/n, de 19 de abril de 1966. Esse parecer expressa a influência do CIESPAL, à época, no processo de reformulação do curso de Jornalismo no Brasil, em que emerge um ensino centrado nos serviços da informação, conforme trechos do Parecer n. 984/65 exposto abaixo:

4. Convém esclarecer que o conceito de jornalismo ganhou maior ampliação, compreendendo todas as modalidades de transmissão de notícias: jornalismo diário, jornalismo periódico, jornalismo ilustrado, jornalismo radiofônico, jornalismo televisionado, jornalismo cinematográfico, jornalismo publicitário, e relações públicas. A todo êsses ramos são comuns os estudos do fenômeno jornalístico, bem como os conhecimentos gerais, variando a intensidade de cada técnica particular, decorrentes tôdas de uma teoria geral da informação. A profissão não comporta cursos diversificados, pois as ofertas de trabalho levam os jornalistas a freqüentar mais de um setor. Recomendável, pois, é a formação de *jornalista polivalente*, cuja especialização seria complementada mediante cursos pós-graduados (Brasil, 1966a, p. 69, grifo nosso).

Mediante essa reestruturação curricular, foi implantado um modelo de ensino de Jornalismo com ênfase tecnicista. Estreou também a formação do jornalista polivalente, conforme um perfil generalista para uma atuação multiprofissional, ou seja, uma figura precursora do comunicador social, conforme analisa Meditsch (2012).

O relator do parecer de 1965, Celso Kelly, lançou, no ano de promulgação do segundo currículo mínimo do curso, o livro: *As novas dimensões do jornalismo*. Nele, o autor defende o ensino de Jornalismo generalista, segundo uma preparação que deveria ser “[...] ampla no seu escopo, para familiarizar o futuro jornalista com os campos importantes do saber humano, e suficientemente prática para assegurar aplicação dos conhecimentos no exercício” (Kelly, 1966, p. 62). Esse autor elencou, em seu livro, quatro princípios fundamentais, em sua opinião, que serviram para justificar a reformulação do ensino de Jornalismo no Brasil a partir do segundo currículo mínimo do curso:

A adequada preparação, por isso mesmo, deve ser suficientemente ampla no seu escopo, para familiarizar o futuro jornalista com os campos importantes do saber humano, e suficientemente prática para assegurar aplicação dos conhecimentos no exercício do jornalismo. Consagra essa advertência quatro princípios fundamentais: a) o jornalismo exerce poderosa influência no bem-estar da sociedade, podendo contribuir muito para o seu progresso. Tanto agravará, se mal inspirado, os desajustamentos entre grupos, classes e partidos, quanto os atenuará, até o ponto de extingui-los, se baseado na boa compreensão dos fatos e na lúcida revelação dos mesmos; b) em maior escala, há de ser a sua tarefa no plano internacional, para estabelecer o entendimento e a concórdia entre as nações; c) é o jornalismo a profissão que requer mais ampla base de conhecimentos. Tal preceito se opõe fundamentalmente a conceitos errôneos em tórno da sua superficialidade ou da natureza apressada de seus comentários; d) a prática se recomenda como essencial à

boa aplicação dos conhecimentos gerais da técnica da informação, aumentando o espírito de comunicação, que, na análise de Alceu Amoroso Lima, deve orientar sempre a arte do jornalismo (Kelly, 1966, p. 62-63).

A defesa pela reformulação do currículo mínimo do ensino de Jornalismo em 1965, na visão de Kelly (1966), baseou-se em ideais funcionalistas, positivistas e nacionalistas com vínculos à promoção de uma cidadania nacional e global e, ao mesmo tempo, condizentes com o mote do golpe da Ditadura Militar. Nesse contexto, o jornalismo e seus efeitos foram tomados como influentes sobre os “desajustamentos entre grupos, classes e partidos” (Kelly, 1966, p. 62), exigindo, portanto, o seu controle desde o ensino da área, conforme apreende-se com o primeiro e o segundo princípios elencados pelo autor. O terceiro princípio funda-se no entendimento do jornalismo como uma atividade intelectual, o que requer uma formação qualificada dos jornalistas aliada à imprescindibilidade de saberes técnicos, de acordo com o exposto no quarto princípio.

Essa proposta de princípios para o curso de Jornalismo, feita por Kelly (1966), é contraditória ao contexto político nacional à época de aprovação do segundo currículo mínimo do curso, em plena Ditadura Militar no País. A reforma curricular do curso de Jornalismo ocorreu em meio à edição de Atos Institucionais, que cassaram e violaram direitos civis e políticos no País, e mais a perseguição de professores, pesquisadores, estudantes e jornalistas contrários ao regime, além de censura à imprensa.

Consiste em uma evidência histórica de uma proposta de um curso de Jornalismo no Brasil não efetivamente exequível, pois o cenário político nacional não garantia liberdades, autonomia e segurança para a implantação de um modelo curricular de ensino baseado em princípios de cidadania e de democracia. Isso é importante também, pois pode ser entendido como um dos aspectos que sedimentaram, no ensino da área, a dicotomia entre teoria e prática, pois essa proposta curricular demonstra que, desde a fase inicial do ensino da profissão, confirma-se a falácia do senso comum que: ‘na prática, o discurso é outro’.

O segundo currículo mínimo alterou a carga-horária e a duração do curso de Jornalismo, que passou para 2.700 horas-aulas e quatro anos letivos, em atenção também aos jornalistas em cargos públicos: “Para efeito de enquadramento no Serviço Público Federal [...]” (Brasil, 1966b, p. 24), de acordo com o texto da Resolução s/n, de 19 de abril de 1966. Conforme o Parecer n. 984/65, que antecedeu essa resolução, foram incluídas as seguintes disciplinas no segundo currículo mínimo do curso: a) Teoria da Informação, cujo texto dispõe que: “A disciplina Teoria da Informação tem sua extensão natural, como campo de pesquisa, na investigação científica dos meios de informação” (Brasil, 1966a p. 70). É interessante observar

a inclusão da disciplina Teoria da Informação a partir do segundo currículo mínimo do curso de Jornalismo, pois demarca a primeira curricularização das teorizações da área, precedendo a oferta, por exemplo, da matéria Teorias do Jornalismo, que é encontrada atualmente nos currículos do bacharelado em Jornalismo no País.

A disciplina Teoria da Informação enfatizava os estudos da Teoria Hipodérmica e dos efeitos imediatos e homogêneos dos meios de comunicação de massa sobre os receptores, que eram tidos como passivos. “As teorias da informação pressupõem que os conteúdos são transferíveis, como sinais codificados, de emissor para receptor” (Signates, 1997, p. 573). Signates (1997) explica que posteriormente as Teorias da Informação foram criticadas e refutadas pelos estudos da área de Comunicação, devido ao reducionismo técnico-instrumental dessa corrente teórica, especialmente para análise da notícia jornalística.

Outra disciplina também incluída no segundo currículo mínimo foi Jornalismo Comparado, segundo o Parecer n. 984/65. Essa matéria deveria contribuir para a formação em dois sentidos: a) “[...] a da visão geral do jornalismo em outros países, com o devido confronto de suas peculiaridades;” b) “[...] o da competição de processos nos diferentes ramos do jornalismo: diário, periódico, rádio-jornalismo, tele-jornalismo, revistas e outras modalidades, e suas influências recíprocas” (Brasil, 1966a, p. 70).

Ainda dentre o conjunto das disciplinas do segundo currículo mínimo do curso foi incluída: c) Redação de Jornalismo “[...] correspondente a todos os ramos do jornalismo, constituirá extensão das Técnicas e Práticas, como processo de complementação do estudo da Língua Portuguesa, dentro dos requisitos específicos de cada modalidade” (Brasil, 1966a, p. 70). Houve também, conforme o parecer referente ao segundo currículo mínimo, o desdobramento das disciplinas História e Geografia do Brasil, em duas matérias, diferentemente da oferta dessas matérias fixadas no primeiro currículo mínimo.

A homologação do segundo currículo mínimo do curso ocorreu mediante a Portaria nº 20, de 23 de agosto de 1966 (Moura, 2002). Esse currículo dividiu as matérias em: Disciplinas Gerais ou de cultura geral; Disciplinas Especiais ou instrumentais; Disciplinas Técnicas ou de especialização. Dentre as Disciplinas Gerais ou de cultura geral, eram ofertadas: a) Cultura brasileira; b) História do Brasil; c) Geografia do Brasil; d) Civilização contemporânea; e) Estudos sociais e econômicos; f) História da cultura artística e literária. Já dentre as Disciplinas Especiais ou instrumentais, enquadravam-se: a) Português e Literatura da Língua Portuguesa; b) Uma língua estrangeira moderna; c) Ética e Legislação de Imprensa; d) História da Imprensa (compreendendo os demais meios de difusão).

Nas Disciplinas técnicas ou de especialização, eram oferecidas: a) Técnica de Jornal e Periódico; b) Técnica de Rádio e Telejornal; c) Teoria da Informação; d) Jornalismo Comparado; e) Redação de Jornalismo; f) Administração de Jornal e Publicidade. Além dessas, a Resolução s/n, de 1966 (Brasil, 1966b) definiu que os estabelecimentos de ensino poderiam acrescentar outras disciplinas. “No segundo Currículo Mínimo o número de disciplinas ganhou um aumento substancial. Se no anterior eram doze, nesse eram dezesseis disciplinas” (Antonioli, 2006, p. 46).

Contudo, evidencia-se que, apesar da ênfase de um currículo pensado em sintonia aos anseios democráticos e de cidadania, conforme exposto por Kelly (1966) em seu livro, o segundo currículo mínimo do curso de Jornalismo no Brasil não incluiu como, parâmetro comum, a oferta, por exemplo, da disciplina de Política, em que o conceito de democracia é bastante discutido dentre as teorias dessa área de conhecimento.

Kelly (1966) discorre que, à época de aprovação do segundo currículo mínimo do curso, a área do Jornalismo era compreendida segundo um vínculo mais informacional, o que marcaria o seu ingresso na então emergente área das Ciências da Comunicação no Brasil. Além disso, a ênfase do curso seria reformada a favor de uma formação generalista de jornalistas brasileiros: “Levando em conta o conceito amplíssimo em que é tido o jornalismo, e a necessidade de uma formação polivalente do periodista, de modo que se habilite ao exercício da profissão em qualquer dos ramos, e ainda, no campo das investigações específicas” (Kelly, 1966, p. 75). Nesses termos, foi aprovado o projeto de reforma curricular que levou à diluição da formação específica do jornalista por meio do segundo currículo mínimo do curso.

Kelly (1966), enquanto relator do parecer referente ao segundo currículo mínimo do curso, apresenta, em seu livro, como a ênfase em uma visão instrumental e informacional do jornalismo fundamentou a oferta precursora da disciplina Teoria da Informação, antes mesmo da reformulação do curso de Jornalismo para uma habilitação da Comunicação Social, assim como a oferta da disciplina Teorias da Comunicação.

Embora do currículo mínimo atual conste a disciplina rádio-tele-jornalismo, a predominância no curso é endereçada ao jornalismo escrito e impresso. A primeira revisão se processará exatamente no sentido de dar maior cobertura aos demais ramos do jornalismo, e considerar os seus fundamentos na parte de cultura geral. A informação há de ser objeto de uma disciplina introdutória, que dê a justa visão do fenômeno psíco-social da comunicação coletiva, de suas causas e efeitos, dos recursos expressivos a seu dispor, da contribuição geral das artes e técnicas. Poder-se-ia chamar Teoria da Informação, ou Teoria e Prática da /Informação, ou Introdução às Técnicas da Informação, ou Ciências da Informação (Kelly, 1966, p. 71).

O registro de Kelly (1966) é relevante para a compreensão sobre como o ensino sobre as teorizações no curso de Jornalismo no Brasil se estruturou curricularmente segundo a configuração da disciplina Teoria da Informação antes mesmo de uma Teoria do Jornalismo. Essa declaração apresenta também como essa disciplina tinha por objetivo iniciar, nos cursos de Jornalismo no País ofertados até os anos de 1960, estudos de teorias sobre as notícias e também sobre a opinião pública. Essa mudança teve por objetivo atender às aspirações de criação de Institutos das Ciências da Informação vinculados aos cursos de Jornalismo no Brasil, conforme almejado pelo CIESPAL. O anseio era o de que esses institutos favorecessem o desenvolvimento de investigações científicas e acadêmicas de um estreante campo teórico da Comunicação no País.

A respeito desses institutos, Luiz Beltrão fundou, em 13 de dezembro de 1963, o Instituto das Ciências da Informação (INCIFORM) dentro do curso superior de Jornalismo na então Universidade Católica de Pernambuco, atual Pontifícia Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), onde ele atuou como docente a partir de 1961. O INCIFORM foi a primeira entidade acadêmica de pesquisa no campo da Comunicação no Brasil (Hohlfeldt, 2020). Ainda segundo esse autor, a adoção do termo Comunicação social nos cursos da área no Brasil teve origem junto à Igreja Católica, que o atribuiu aos meios de comunicação a partir de edição da encíclica *Inter Mirifica*, publicada pelo Concílio do Vaticano II em 1963.

Mediante esse documento, essa instituição religiosa assumiu oficialmente à época a sua aceitação e adesão aos meios de comunicação, especialmente àqueles criados e mantidos pela Igreja Católica para o trabalho pastoral, explica Hohlfeldt (2020), em nota de rodapé: “Com isso, a Igreja sublinhava a *função social* dos meios de comunicação, mais do que a *função capitalista* de promoção de lucro, que marcaria, por exemplo, a publicidade” (Hohlfeldt, 2020, p. 117). A expressão Comunicação Social passou a designar a nomenclatura das graduações do campo comunicacional no Brasil.

Outra disciplina que também foi incluída nos cursos superiores de Jornalismo no Brasil, mediante o segundo currículo mínimo, foi Jornalismo Comparado, que, segundo Kelly (1966), decorreu de uma proposta saída do Seminário promovido pelo CIESPAL no Rio de Janeiro, em julho de 1965. A oferta dessa disciplina, assim como de um setor de estudos e pesquisas, era vista como “[...] ponto de partida da renovação do jornalismo pelo conhecimento recíproco do que, de melhor, se pratica em tôdas as partes do mundo” (Kelly, 1966, p. 74-75). Observa-se, de modo subjacente a essa citação, uma colonização dos saberes do jornalismo brasileiro segundo sua comparação a modelos forâneos, mas isso era algo que, à época, era bem visto e almejado: “Embora tenha estreitas vinculações regionais, o jornalismo não se fecha em

fórmulas indígenas, mas, ao contrário, vai incorporando as grandes conquistas técnicas na arte da comunicação” (Kelly, 1966, p. 75).

O segundo currículo mínimo do curso demarcou um modelo tecnicista no ensino da área:

Com o golpe militar de 1964, esta política, que começara a ser aplicada com a criação do Conselho Federal de Educação e dos currículos obrigatórios, dois anos antes, vai ser plenamente posta em prática. O segundo currículo mínimo de Jornalismo, elaborado agora por um profissional já treinado no Ciespal, Celso Kelly, efetiva a tecnificação do ensino, marcando a transição de uma fase beletrista para uma fase positivista dos nossos currículos. Esta fase, também conhecida como “científico-técnica”, introduz uma visão funcional-empiricista da Comunicação, segundo a tradição teórica norte-americana, através de disciplinas como Teoria da Informação e Jornalismo Comparado (Meditsch, 2012, p. 53-54).

Esse modelo tecnicista no curso de Jornalismo no Brasil, impactado também pelo início da Ditadura Militar, alterou a forma de se ensinar o Jornalismo no País, que inicialmente prezava por uma formação literário-humanística. Nos cursos, passaram a ser ofertadas também disciplinas com viés funcionalista. “Foi a época das régua em sala de aula, da contagem de palavras e medição de colunas, processo a que se dava o nome pomposo de ‘Jornalismo Comparado’ e o *status* digno da mais exata das disciplinas científicas” (Meditsch, 1999, p. 2).

Em 1969, ocorreu outra revisão curricular que gerou o terceiro currículo mínimo do curso de Jornalismo no Brasil. Ele foi fixado durante o período mais severo da Ditadura Militar no Brasil. Nesse ano, houve o acirramento da perseguição e censura sobre os contrários ao regime, incidindo nas universidades e também nos cursos de Jornalismo. Até materiais didáticos e conteúdos programáticos de disciplinas do curso se tornaram alvos do regime, por exemplo, como ocorreu com o autor brasileiro José Marques de Melo. Em entrevista com esse autor, que foi reproduzida no livro de Laurindo (2014), José Marques de Melo discorre que, naquele período, ele teve o seu manual didático autoral, intitulado Técnica do lead, censurado pela Ditadura Militar quando docente na ECA/USP durante os anos de 1960.

JMM – Esse controle ideológico tornou-se crescente na ECA depois que a instituição passou a ser dirigida por Manuel Nunes Dias. Alguns colegas comentavam nos corredores que foram chamados à diretoria da escola, recebendo admoestação por incluírem autores marxistas em suas bibliografias. Eu mesmo fui vítima ostensiva desse tipo de controle, recebendo reprimenda do Dr. Nunes Dias, em minha defesa de doutorado, por haver citado autores como Nelson Werneck Sodré. Ele o fez publicamente, na presença de um auditório constituído por mais de uma centena de professores e alunos. Mais grave do que a censura oficial foi a autocensura a que se impuseram jovens docentes, eliminando dos seus cursos tópicos e autores que pudessem ser considerados perigosos (Laurindo, 2014, p. 57-58).

O terceiro currículo mínimo do curso foi elaborado mediante o Parecer n. 631/69 e promulgado pela Resolução n. 11/69. O Parecer n. 631/69 versa sobre o Plano do Currículo de Comunicações. Ele marcou oficialmente uma significativa transformação ocorrida no ensino de Jornalismo no Brasil com a institucionalização acadêmica da graduação em Comunicação Social e suas habilitações profissionais.

O parecer do terceiro currículo mínimo do curso também contou com a relatoria de Celso Kelly, que já havia participado do processo de revisão curricular anterior. Devido à influência desse relator, o terceiro currículo mínimo do curso foi apelidado de “currículo Celso Kelly” (Marques de Melo, 2006, p. 24). A participação de Kelly na relatoria do segundo e terceiro currículos mínimos do curso representou o início e a continuidade de um projeto que, “[...] em linha progressiva, foi se delineando em função de um perfil para o curso de Comunicação Social desejado e doutrinado pelo CIESPAL” (Antonioli, 2006, p. 58). Moura (2002) sintetiza o teor do parecer de 1969 que homologou o terceiro currículo mínimo do curso:

O Parecer nº 631/69 aborda um Plano do Currículo de Comunicações e uma revisão do currículo de Jornalismo, apresentando um histórico do ensino na área, citando os pareceres anteriores, e referendando o Relatório Final de quatro Seminários promovidos pelo CIESPAL (Centro Internacional de Estudos Superiores de Periodismo para a América Latina). Também define a expressão Jornalismo e a polivalência de seu diploma, faz considerações sobre o problema da Comunicação, as Ciências da Comunicação, a investigação científica e o Jornalismo Comparado como disciplina (Moura, 2002, p. 85).

Essa orientação político-educacional do ensino de Jornalismo no Brasil segundo interesses internacionais condizentes com os estudos sobre os meios de comunicação empreendidos pelos Estados Unidos foi importada de modo distinto da matriz norte-americana. Meditsch (2012) aponta que houve uma distinção entre o ensino registrado nas escolas de *Mass Communications* nos Estados Unidos, o projeto idealizado por Pompeu de Souza para uma Faculdade de Comunicação de Massas em Brasília e o modelo que efetivamente foi aplicado no campo universitário do Jornalismo no Brasil.

No ensino do Jornalismo, a implantação desta política resultaria em subordinar “a indústria da informação e opinião” à “indústria da sugestão”, o que não ocorria no modelo de Pompeu de Souza inspirado na experiência norte-americana. Esta alteração sutil é vendida aos cursos como uma forma de “modernização”. O conceito era quase unanimemente aceito na época (Meditsch, 2012, p. 55-56).

Conforme análise de Meditsch (2012), a efetiva aplicabilidade dessa modernização nacional, entretanto, enfrentou entraves em virtude de como a universidade brasileira se

estruturou, desde o seu início, burocraticamente. “A ‘modernização’ do currículo sob o parâmetro da Ciespal esbarrou, no entanto, na inércia e na falta de recursos de nossa Universidade” (Meditsch, 2012, p. 56).

Apesar disso, Marques de Melo (2007) considera que houve a conquista de uma autonomia didática no ensino de Jornalismo no Brasil entre os anos de 1960 e 1970. Sobre essa autonomia, esse autor a nomeia como um “modelo mestiço” de ensino de Jornalismo, pois hibridizou a ênfase administrativa norte-americana e o ensino teórico europeu.

A então recém-criada graduação em Comunicação Social no Brasil, a partir de 1969, equiparava o jornalista à figura do comunicador em relação às funções sociais partilhadas por ambos, conforme disposto no Parecer n. 631/69 (Brasil, 1969). Esse documento expõe a visão de que tanto o jornalista quanto o comunicador social compartilham os mesmos valores éticos e profissionais e também os mesmos conhecimentos sobre a seleção e a apuração dos fatos.

Desse modo, o ensino da disciplina Cultura Geral, como uma matéria comum do curso de Comunicação Social, beneficiaria a atuação dos profissionais diferenciados nas seguintes habilitações profissionais: Polivalente; Jornalismo; Relações Públicas; Publicidade e Propaganda; Editoração, conforme expresso no Parecer n. 631/69 (Brasil, 1969). A partir do terceiro currículo mínimo do curso, criou-se a formação Polivalente, como sendo o perfil de um profissional capaz de reunir as qualificações generalistas do curso de Comunicação Social.

Ademais, o Parecer n. 631/69, referente ao terceiro currículo mínimo do curso, instituiu também o enquadramento do curso de Jornalismo dentro da área de estudos da Comunicação. “O sentido *plural* de Jornalismo leva à polivalência dos diplomas de habilitação, e o problema social relevante – que é o da consciência dos efeitos da mensagem que emana do comunicador – seja especulado e investigado no quadro geral de seus efeitos [...]” (Brasil, 1969, p. 103-104).

A reforma curricular efetivada com o terceiro currículo mínimo de 1969 implantou a formação profissional de comunicadores sociais no Brasil, ao invés de apenas jornalistas como ocorria anteriormente, segundo uma ênfase sobre os efeitos dos meios de comunicação na sociedade brasileira. Nesse sentido, a formação de comunicadores sociais era de interesse da Ditadura Militar vigente em 1969 no Brasil, pois o direcionamento dessa formação aliava-se, à época, aos anseios por controle e censura desse regime sobre os meios de comunicação e os profissionais da imprensa.

A confluência entre Jornalismo e Comunicação se efetivou expressamente nas justificativas de se incluir na grade curricular a disciplina Ciência da Comunicação. Essa matéria se concretizou mediante a oferta sugerida da disciplina Fundamentos Científicos da Comunicação, conforme disposto na Resolução n. 11/69 (Brasil, 1975a), que homologou o

terceiro currículo mínimo do curso de Comunicação Social e habilitações. De acordo com o exposto no Parecer n. 631/69, a Ciência da Comunicação era compreendida como vinculada aos estudos sobre a linguagem: “Ciência da Comunicação tem por finalidade *descobrir como funciona a linguagem* e, quando e se possível, minorar os seus efeitos quando negativos e propugnar por seu aperfeiçoamento em geral” (Brasil, 1969, p. 105). Além disso, o parecer de 1969 apresenta a defesa de uma cientificidade para a área de Comunicação no País, segundo um viés interdisciplinar a partir da incorporação das Ciências da Comunicação às Ciências Sociais.

As distinções entre os bacharéis de Comunicação Social foram delineadas pelas habilitações profissionais, em que as disciplinas específicas deveriam conferir a formação prática. “E a teoria estudada e desenvolvida nas escolas, longe de atender às necessidades de formação dos profissionais das diversas habilitações, continuou voltada às supostas necessidades de um comunicador alternativo que vive à margem da mídia e a despreza” (Meditsch, 1999, p. 4). Desse modo, a teoria apartada das práticas das habilitações profissionais contribuiu para a formação do perfil do comunicólogo no Brasil.

A pirâmide do Ciespal colocou num pedestal a figura do comunicólogo, fixando num nível bem inferior de importância os profissionais da mídia, que não eram relevantes para os objetivos de atuação do Centro. Com base nela, o Centro desenvolveu uma experiência de produção teórica, pesquisa, planejamento e práticas alternativas - sociais, políticas, educativas e comunicativas- extremamente rica e interessante, que não deve ser desprezada. Para a finalidade de desenvolver a comunicação popular e alternativa, a pirâmide foi não só operacional como relativamente bem sucedida. No entanto, esta experiência de comunicação popular foi desenvolvida de costas para a mídia tradicional, a quem continuava se dirigindo a formação profissional em nossas escolas (Meditsch, 1999, p. 4-5).

De acordo com o terceiro currículo mínimo do curso, a formação das habilitações profissionais foi direcionada às atividades de jornalismo escrito, jornalismo radiofônico, jornalismo de televisão, jornalismo cinematográfico, relações públicas, publicidade e propaganda, editoração, documentação e divulgação oficial e de pesquisa em Comunicação Social. O terceiro currículo mínimo do curso foi estruturado, segundo análise feita por Moura (2002), em: disciplinas básicas, compostas por uma parte comum a todas as habilitações (sentido fenomenológico e cultural da estrutura modular do currículo). Ainda dentre as disciplinas obrigatórias da parte comum, a Resolução n. 11/69 indicou a complementação do currículo, com no mínimo duas disciplinas de livre escolha dentre as sugeridas no documento. Já as disciplinas de formação profissional agregavam as matérias diversificadas conforme as

habilitações profissionais do curso, conferindo um sentido instrumental e específico à estrutura modular do currículo.

A estrutura do curso foi modificada com a aprovação do terceiro currículo mínimo para a carga horária de 2.200 horas-aula e duração mínima do curso de três anos letivos e máxima de seis anos letivos, incluídas as horas destinadas às atividades de projetos experimentais, porém excluído o tempo dedicado à Educação Física e aos Estudos de Problemas Brasileiros (EPB). A respeito dessa última disciplina, observa-se que sua oferta materializava a interferência da Ditadura Militar no Brasil sobre o ensino da área, em favor da exaltação do nacionalismo, do patriotismo e também de uma visão desenvolvimentista no curso, a despeito da garantia dos direitos de cidadania e de democracia no País.

Com o terceiro currículo mínimo, passou a ser uma exigência que o curso tivesse também uma publicação periódica própria e programas em emissoras, sendo o estágio obrigatório (Moura, 2002). As disciplinas básicas, da parte comum da graduação em Comunicação Social, deveriam ser cursadas até a metade da duração mínima da graduação.

Meditsch (2012) explica que o terceiro currículo mínimo do curso de Jornalismo foi revisado em consonância com a reforma que acometeu todo o ensino superior no Brasil e também segundo a orientação de técnicos norte-americanos, que visavam incorporar a universidade brasileira ao modelo econômico estrangeiro, buscando enfraquecer a politização no ensino. Na visão desse autor, essa reforma tratou-se provavelmente da maior industrialização do País em relação às demais nações do continente americano: “[...] foi o que exigiu que, aqui, ao lado da ‘habilitação polivalente’, fossem mantidas as de Jornalismo, Editoração, Relações Públicas e Propaganda, conforme a realidade do mercado de trabalho” (Meditsch, 2012, p. 57).

No mesmo ano da reforma do currículo mínimo de 1969, foram decretadas, por meio Decreto-Lei n. 972/1969, disposições para a regulamentação do exercício da profissão de jornalista no País, aumentando assim o controle do regime sobre os registros profissionais de jornalistas brasileiros. Os registros de jornalistas deveriam ser feitos junto ao então Ministério do Trabalho e Previdência Social. Instituiu-se também a exigência de diploma de curso superior em Jornalismo para o exercício da profissão no Brasil. Entretanto, a existência da habilitação Polivalente no curso de Comunicação Social destoava da legislação trabalhista brasileira vigente, que regulamentava apenas as profissões de jornalistas, publicitários e relações públicas.

Quanto ao modelo pedagógico predominante nos cursos de Comunicação Social e suas habilitações em 1969, Marques de Melo (2006) explica que, nesse período, houve uma maior ênfase no ensino tecnicista na habilitação em Jornalismo, qualificando os jornalistas em atenção

às demandas do mercado de trabalho, fase que ele nomeia de ‘corrente técnico-editorial’ do pensamento jornalístico brasileiro. “A produção acadêmica reflete, assim, a conjuntura. Os trabalhos publicados pelos docentes dos cursos de jornalismo assumem o caráter de manuais técnicos ou de textos didáticos que pretendem oferecer suporte à profissionalização” (Marques de Melo, 2006, p. 25).

A autonomia didática foi conquistada a duras penas na década de 60, projetando-se até os anos 70, quando surgiram faculdades ou cursos de jornalismo. Esse foi um período de grande maturação, quando pontes duradouras foram estabelecidas com os sindicatos e as empresas. Mas, nos anos 80, essa questão da liberdade didática voltou a ser um obstáculo. Apesar de fazer parte integrante das novas Faculdades de Comunicação, essa carreira ficou atrelada como habilitação do novo Curso de Comunicação Social. Um ciclo básico geral tornou a travessia penosa para os estudantes, que reagiam dentro dos limites permitidos, inclusive desistindo da carreira jornalística (Marques de Melo, 2007, p. 12-13).

Em sua crítica, Marques de Melo (2009) considera que a modificação do curso de Jornalismo refletiu na identidade jornalística brasileira: “Como *habilitação* profissional de uma carreira desenhada academicamente, o jornalismo perdeu sua identidade. Confundi-se e entrou em conflito com as fronteiriças profissões midiáticas” (Marques de Melo, 2009, p. 88).

Meditsch (2012) também analisa que o terceiro currículo mínimo do curso de Jornalismo no Brasil efetivou uma ênfase tecnicista-profissionalizante para o ensino da área a partir de 1969, segundo uma perspectiva positivista sobre os campos científicos e acadêmicos. Esse currículo mínimo priorizava a necessidade de uma formação mais prática a ser oferecida aos estudantes de Jornalismo por meio de laboratórios que deveriam ser implantados na graduação. Entretanto, segundo o autor, isso não se cumpriu de modo equânime entre os cursos. “O currículo de 1969 faz nova tentativa de implantar o ensino técnico-profissionalizante, determinando a necessidade da existência de laboratórios nos cursos, mas a determinação mais uma vez só é cumprida ‘para efeito de...’” (Meditsch, 2012, p. 58).

O processo de institucionalização da graduação em Comunicação Social no Brasil prosseguiu na legislação educacional da área com outra revisão curricular nos anos de 1970. “A década de sessenta no ensino superior brasileiro se caracterizou por uma grande pressão dos jovens por mais vagas nas universidades” (Amorim, 1974, p. 77). Conforme trabalho desse autor apresentado, em 1974, no II Congresso Brasileiro de Ensino e Pesquisa em Comunicação, em Fortaleza, houve uma expansão descontrolada dos cursos de Comunicação Social no País. “A Comunicação entrou na moda justamente no período mais crítico das pressões por vagas nas universidades. A par disso, alguns estímulos oficiais, tais como o estabelecimento do currículo mínimo para jornalismo e relações públicas” (Amorim, 1974, p. 77).

Amorim (1974) criticou, à época, a expansão desenfreada de cursos de Comunicação no País nos anos de 1970, como decorrente também da política permissiva de autorização de funcionamento das IES. Esse autor apontava a preocupação com uma ênfase tecnicista e seus impactos no ensino da área. “Exceto nas matérias dos cursos de jornalismo que se aproximam mais das ciências sociais, pouco lugar terão os livros, já que uma grande parte da instrução será dada mediante trabalhos práticos de laboratório, e [...] elementos audiovisuais” (Amorim, 1974, p. 83).

Desse modo, ele, previu, portanto, o apagamento da bibliografia orientada para a formação teórica em virtude da preferência por um ensino tecnicista do Jornalismo. Esse autor também pontuou, nos anos de 1970, que havia uma carência de programas de qualificação de professores da área. Ele alertou ainda sobre a necessidade de retomada de um ensino de Jornalismo orientado à cidadania.

Retomemos a função essencial que cabe à universidade: a de formar cidadãos que saibam pensar. Em que medida as escolas de comunicação estão formando jornalistas capazes de refletir e dar soluções originais – e não simplesmente imitativos – aos problemas de comunicação? No meu modo de entender, isto não sendo feito na escala e intensidade desejáveis. A queixa não é só minha, mas também dos próprios donos dos meios de comunicação (Amorim, 1974, p. 83-84).

Nesse contexto, ocorreu mais uma reforma curricular com a elaboração do quarto currículo mínimo do curso, por meio do Parecer n. 1.203/77. Essa reforma curricular foi realizada “[...] depois de um longo processo de discussão, resultado do descontentamento generalizado com os cursos de Comunicação, cujas falhas foram atribuídas à lista de disciplinas obrigatórias em vigor” (Meditich, 2012, p. 58).

A proposta original, elaborada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Comunicação, teve uma série de contradições apontadas por outra entidade acadêmica influente à época, a União Cristã Brasileira de Comunicação Social. Na versão final do Conselho Nacional de Educação, estas contradições foram “resolvidas” da maneira mais simples: com uma borracha. Apagou-se as frases em que elas tinham sido apontadas, e quem fez isso não percebeu que elas não estavam no texto, mas na concepção do currículo. A falta de seriedade não parou aí. A criticada proposta da ABEPEC foi submetida, em segunda instância, a uma comissão nomeada de especialistas, e, em terceira instância, ao relator do processo no Conselho Federal de Educação. Ao final desta tramitação, só restava da proposta original a sua justificativa (Meditich, 2012, p. 59).

O Parecer n. 1.203/77 apresenta uma introdução dos antecedentes da regulamentação do ensino de Comunicação Social no Brasil. Esse documento dispõe que o ensino superior de Comunicação Social no Brasil começou em 1943, o que, de fato, foi o curso único em

Jornalismo que teve início nesse ano. Ele aborda também o crescimento da área no País, que, no ano de redação do documento, contabilizava 56 cursos de Comunicação Social ativos no País, conforme levantamento realizado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação (ABEPEC). A ABEPEC foi criada em 1972 como um órgão sem fins lucrativos que visava ser uma entidade nacional que reunisse pessoas e instituições do ensino e da pesquisa em Comunicação (Marques de Melo, 1974).

O Parecer n. 1.203/77 (Brasil, 1977) apresenta uma avaliação evolutiva e retoma os antecedentes do ensino da área no País, dividindo-o em três fases: a) fase clássico-humanística, que contempla o início dos cursos até a segunda metade dos anos de 1960, de orientação europeia e beletista; b) fase científico-técnica, inspirada no modelo norte-americano de Comunicação Social, que ocorreu entre a primeira metade e o final dos anos de 1960 com a implantação do terceiro currículo mínimo em 1969; e a c) fase crítico-reflexiva, no final dos anos de 1970.

A terceira fase do ensino da área no Brasil corresponde ao período em que foi elaborada a quarta revisão curricular do ensino da área. Trecho desse parecer de 1977 expõe uma análise: “Tendo a Comunicação Social perdido o caráter de novidade, ou de moda, pode-se, [...] graças à experiência adquirida pelas escolas e pelo surgimento dos primeiros cursos de pós-graduação em nível de mestrado, avaliar o seu correto significado e importância dentro da sociedade” (Brasil, 1977, p. 45).

A reforma para a fixação do quarto currículo mínimo do curso de Comunicação Social e habilitações pretendeu a formação profissional do egresso do curso que, “[...] além de habilitado ao desempenho eficiente de suas funções, pudesse intervir no processo social como *agente de transformações*” (Brasil, 1977, p. 46, grifo nosso). Esse destaque no perfil profissional do comunicador social idealizado nos anos de 1970 tem correspondência com a atual formação do jornalista brasileiro como um ‘agente da cidadania’ (Brasil, 2013b), exposto nas atuais DCNs do bacharelado em Jornalismo de 2013.

Ao apresentar diretrizes para o curso de Comunicação Social segundo uma necessidade de intervenção social e como instrumento de uma educação permanente em idêntica correspondência à perspectiva da Unesco<sup>25</sup> à época, a reformulação do currículo mínimo do curso de Comunicação Social, em 1977, aliou-se ao início de uma corrente caracterizada pelo marxismo acadêmico, que se tornaria predominante nas Humanidades a partir de 1980, no Brasil (Rüdiger, 2021).

---

<sup>25</sup> O Parecer n. 1.203/77 cita o informe da Unesco sobre Política e Planejamento da Comunicação, publicado em Paris em julho de 1972.

Marques de Melo (2006), nesse mesmo sentido, denomina esse período como “corrente político-ideológica” do pensamento jornalístico brasileiro, com base nas reflexões sobre a indústria cultural a partir da Escola de Frankfurt. No início dos anos de 1980, paradoxalmente ao contexto de restrições de direitos civis e políticos durante a Ditadura Militar no Brasil, essa corrente reverberou nos meios profissionais e universitários e cresceu em contraponto ao regime autoritário. Marques de Melo (2006) explica como essa corrente influenciou o meio acadêmico. “As reflexões sobre a indústria cultural, quase sempre pautando-se pelos equívocos frankfurtianos, geraram uma verdadeira obsessão nos ambientes intelectuais e, por certo, contaminaram ou encontraram clima favorável nos cursos de jornalismo” (Marques de Melo, 2006, p. 28).

O Parecer n. 1.203/77 referente ao quarto currículo mínimo do curso marcou o início de uma criticidade no ensino de Comunicação Social e acrescentou um papel político-social para o profissional graduado na área, como “[...] agente de transformação”, conforme uma “[...] visão histórico-crítica” (Brasil, 1977, p. 47). Esse documento expressa também diretrizes para o ensino de Comunicação Social segundo um papel idealizado para as universidades brasileiras. “No ensino da Comunicação Social, a universidade brasileira deverá, portanto, considerar ‘o respeito às diferenciações da Cultura Brasileira, oriundas da formação histórica e social do País, procurando relacioná-las no seu próprio contexto’” (Brasil, 1977, p. 48). Ademais, esse parecer também faz referências ao então projeto de um Plano Nacional de Cultura<sup>26</sup>.

Desse modo, o Parecer n. 1.203/77 apresentou o projeto de resolução do quarto currículo mínimo, que alterou o curso de Comunicação Social para cinco habilitações: a) Jornalismo; b) Publicidade e Propaganda; c) Relações Públicas; d) Rádio e Teledifusão; e) Cinematografia. A habilitação Polivalente deixou de ser ofertada a partir da fixação do quarto currículo mínimo do curso, por não atender ao mercado de trabalho, de acordo com Moura (2002): “As entidades de classe recusaram os ‘diplomas polivalentes’, já que habilitavam o graduado para qualquer área da comunicação, contrariando a legislação profissional. O bacharel polivalente não atendia às determinações para a concessão do registro profissional” (Moura, 2002, p. 59).

---

<sup>26</sup> Durante a Ditadura Militar foi criado o Conselho Federal de Cultura (CFC), em 24 de novembro de 1966, por meio do Decreto-Lei n. 74, no então Ministério de Educação e Cultura (MEC). O órgão tinha competência de elaborar um Plano Nacional de Cultura. De acordo com Calabre (2007), o CFC tentou aprovar, entre o ano de sua criação até o final dos anos 1980, um Plano Nacional de Cultura, dentre outras propostas. O plano, previsto no artigo 215 da Constituição Federal, foi criado pela Lei n. 12.343, de 2 de dezembro de 2010, com objetivo de orientar o desenvolvimento de programas, projetos e ações culturais que garantam a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural existente no Brasil. Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/entenda-o-plano/>. Acesso em: 19 dez. 2022.

A grade curricular do quarto currículo mínimo foi modificada, então, para a seguinte organização disciplinar:

- a) Matérias de Fundamentação Geral Humanística, em que foram inseridas as seguintes disciplinas: 1. Problemas socioculturais e econômicos contemporâneos; 2. Sociologia; 3. Psicologia; 4. Antropologia Cultural; 5. Cultura Brasileira; 6. Língua Portuguesa;
- b) Matérias de Fundamentação Específica, que englobavam: 1. Teoria da Comunicação; 2. Comunicação Comparada; 3. Sistemas de Comunicação Social no Brasil; 4. Estética e Comunicação de Massa;
- c) Matérias de Natureza Profissional, nas quais foram incluídas: 1. Técnicas de Codificação; 2. Técnicas de Produção e Difusão; 3. Deontologia dos Meios de Comunicação; 4. Legislação dos Meios de Comunicação; 5. Técnicas de Administração; 6. Técnicas de Mercadologia.

Nesse currículo mínimo, também não se observa a oferta de uma disciplina relacionada ao campo da política, o que seria recomendável para fomentar uma formação alinhada aos conceitos de democracia e de cidadania.

Desse modo, formou-se uma estrutura curricular chamada de Tronco Comum a todas as habilitações do Curso de Comunicação Social, compostas pelas: Matérias de Fundamentação Geral Humanística e Matérias de Fundamentação Específica, além das Matérias de Natureza Profissional, essas últimas voltadas para o ensino dos conhecimentos específicos das habilitações profissionais.

O Parecer n. 1.203/77 dispôs que deveria haver uma distribuição sequencial na oferta das disciplinas integrantes dos grupos das Matérias de Fundamentação Geral Humanística e das Matérias de Fundamentação Específica até a primeira metade de duração do curso. Na outra metade da duração do curso, deveriam ser cursadas, pelos estudantes de Comunicação Social, as Matérias de Natureza Profissional. Esse parecer também abriu a possibilidade de que as coordenações dos cursos desdobrassem as matérias do currículo mínimo, bem como acrescentassem outras, desde que atendessem às características socioculturais e ocupacionais da região. Isso era um aspecto que salientava o interesse em um ensino que incluísse as regionalidades dos cursos. Contudo, essa oferta deveria se ater às possibilidades das escolas de Comunicação e o interesse dos alunos.

O Parecer n. 1.203/77 também estabeleceu que o último semestre do curso deveria ser reservado exclusivamente para atividades profissionais supervisionadas sob a forma de projetos

experimentais nas próprias instituições ou por meio de treinamento em empresas ou órgãos públicos como estágios supervisionados. Os projetos experimentais deveriam corresponder às atividades específicas da habilitação que o estudante cursava e que fossem adaptados às condições dos mercados de trabalho local e regional.

A graduação, conforme o Parecer n. 1.203/77 referente ao quarto currículo mínimo, passou a ter a duração mínima de três anos e no máximo seis anos letivos, com carga-horária de 2.200 horas-aulas, incluído o estágio supervisionado. As universidades que ofertavam a habilitação em Editoração poderiam continuar a mantê-la ou adaptá-la. No documento contém também um anteprojeto de resolução do quarto currículo mínimo no Anexo I, com as ementas das matérias e o conteúdo programático. Há também o Anexo II, que se trata de um aditamento ao currículo mínimo disposto ao parecer, em que são pormenorizadas as exigências de instalações e de equipamentos para as habilitações profissionais do curso de Comunicação Social.

No entanto, o Parecer n. 1.203/77, não foi homologado pelo então ministro da Educação e Cultura, o que levou a elaboração do Parecer n. 02/78, aprovado em 30 de janeiro de 1978, devido à necessidade de reexame de algumas matérias (Antonioli, 2006) a partir de provocação dos pares acadêmicos. O Parecer n. 02/78 antecedeu à Resolução n. 03/78, de 12 de abril de 1978, a qual fixou o quarto currículo mínimo do curso (Brasil, 1978a, 1978c).

Mediante o Parecer n. 02/78, foi decidida a manutenção da habilitação em Relações Públicas no curso de Comunicação Social, e não foi autorizada a sua transferência para a graduação em Administração. O quarto currículo mínimo do curso de Comunicação Social e habilitações foi fixado pela Resolução n. 03/78, contemplando as aprovações dos Pareceres n. 1.203/77 e n. 02/78. A partir da Resolução n. 03/78, a graduação em Comunicação Social passou a ofertar as seguintes habilitações: a) Jornalismo; b) Publicidade e Propaganda; c) Relações Públicas; d) Rádio e Televisão; e) Cinema (Brasil, 1978c).

O quarto currículo mínimo foi implantado em 1979 e inaugurou uma fase “[...] crítica reflexiva no ensino de Comunicação” (Meditich, 2012, p. 58). Isso significou o início de um movimento de distanciamento das influências do Ciespal orientado pela Unesco sobre a área acadêmica no Brasil. Contudo, de acordo com Meditsch (2012), registrou-se uma falta de seriedade na elaboração do documento em que se baseou o quarto currículo mínimo do curso, “[...] caracterizando este como o mais burocrático de todos os currículos” (Meditich, 2012, p. 59).

Um ano após a promulgação do quarto currículo, em 1979, o Decreto n. 83.824, de 1979 (Brasil, 1979), deu nova regulamentação ao anterior Decreto-Lei n. 972, de 17 de outubro de

1969, estabelecendo a exigência do diploma para o registro profissional de jornalista. “Decretado numa fase de abertura política e intensa mobilização universitária, o currículo de 1979 foi muito mal recebido nas escolas de Comunicação” (Meditsch, 2012, p. 59).

Apesar da fixação do quarto currículo mínimo do curso em 1979, Moura (2002) relata que, em 1980, começou um movimento por outra reformulação do currículo aprovado. Segundo essa autora: “Isto dificultou a aceitação da Resolução n. 03/78 pelas escolas, pois já era público que um novo currículo iria ser implantado em breve, o que ocorreu em 1984” (Moura, 2002, p. 92).

Nos anos de 1980, foi constituída uma comissão especial, nomeada pela Portaria n. 179/80 do CFE, para revisão e elaboração de um projeto de novo currículo mínimo do curso de Comunicação Social. Os anos de 1980, no entanto, foram marcados por um recuo no ensino superior no Brasil. “A década de 80 foi caracterizada pela retração da oferta dos cursos superiores de todo o País e o curso de Comunicação Social também sofreu consequências dessa nova política educacional” (Antonioli, 2006, p. 64). Segundo essa autora, não foi autorizada a abertura de novos cursos de Comunicação Social em alguns estados. As justificativas baseavam-se no “[...] alto índice de desemprego que ocorria na imprensa escrita, falada e televisionada” (Antonioli, 2006, p. 64).

O Parecer n. 480/83 versa que, nos anos de 1980, se iniciou um movimento crítico nos estudos da área de Comunicação em relação à importação de modelos teóricos de outros países. Essa quarta fase foi demarcada por mais críticas em relação ao ensino e à busca pela retomada de uma formação mais pragmática como uma solução. Tratou-se de um período marcado pela acentuação das críticas ao ensino de Comunicação Social no Brasil por parte de setores empresariais, que foram seguidos por órgãos oficiais. Esses passaram a defender até mesmo a extinção dos cursos de Comunicação Social no País.

Sobre isso, Marques de Melo (2006) narra que, em meados de 1981, ocorreu um movimento que tentou desqualificar os cursos de Comunicação Social no País. Essa perspectiva encontrou respaldo junto aos trabalhos da comissão instituída pelo CFE, que ficou incumbida de elaborar um novo currículo mínimo da área naquele período. Contrários à extinção dos cursos, setores acadêmicos e profissionais reagiram.

Essa campanha pela extinção dos cursos de Comunicação Social nos anos de 1980 provocou um outro efeito, levando à movimentação da comunidade acadêmica do Jornalismo. Desse modo, “[...] emerge uma busca rigorosa da identidade que corresponde ao jornalismo enquanto campo de estudos universitários” (Marques de Melo, 2006, p. 32). Essa conjectura estreou o que esse autor nomeia de “corrente crítico-profissional” do pensamento jornalístico

no Brasil. “Com isso, abandonam conscientemente aquela postura subalterna de tentar enfocar o jornalismo sempre a partir dos parâmetros construídos por outras ciências e disciplinas que nem sempre lhe dizem respeito” (Marques de Melo, 2006, p. 32)

Contudo, apesar de um inicial anseio pela identidade acadêmica do Jornalismo, o Parecer n. 480/83 manteve a habilitação em Jornalismo vinculada à graduação em Comunicação Social e foi aprovado o quinto currículo mínimo. Trechos desse currículo apresentam que a área de Comunicação Social, assim como a do Jornalismo, carecia de um objeto científico próprio e havia o distanciamento entre teoria e prática. “Daí a Comunicação não ter encontrado ainda seu objeto específico, o que só será possível através da prática. Seria, portanto, uma crise de identidade” (Brasil, 1983, p. 83).

Nos anos de 1980, observa-se que já havia um descontentamento com o distanciamento entre teoria e prática no curso, aspecto que se tornou uma queixa recorrente e até mesmo um lugar-comum dentre as críticas em relação ao campo acadêmico da Comunicação no Brasil. Ademais, o parecer de 1983 aponta, de maneira reducionista e simplória, que a dicotomia entre teoria e prática no curso estava no fato de o campo não delinear o seu objeto científico específico. Aspecto que ainda, no início do século XXI, continua um desafio epistemológico para os campos acadêmico e científico da Comunicação no Brasil e também do Jornalismo.

Propunha-se, no Parecer n. 480/83, como solução para esse dilema uma ênfase sobre as práticas: “[...] 2.3.2.3 ampliar, fortalecer e especificar as matérias técnico-laboratoriais, com objetivo de reforçar as atividades de caráter prático, entendendo-se como tal não a prática meramente imitativa, mas a prática acompanhada da reflexão crítica sobre seu significado;” (Brasil, 1983, p. 86). Essa intencionalidade expressa no parecer concretizou-se na Resolução n. 02/84, que fixou o quinto currículo mínimo do curso de Comunicação Social e habilitações, especialmente prescrevendo que os cursos deveriam possuir instalações e laboratórios, cujas especificações foram descritas no parecer para cada uma das habilitações ofertadas. No Parecer n. 480/83, também foram explicitadas as diretrizes curriculares orientadoras do anteprojeto de resolução do quinto currículo mínimo, com referência ao projeto da Unesco sobre a formação do comunicador.

Dentre essas diretrizes, ficou definido que o ensino deveria incorporar um conjunto de conhecimentos agrupados em três áreas: Ciências Sociais; Ciências da Comunicação e da Linguagem; Filosofia e Arte. O Parecer n. 480/83 expõe que a comissão constituída para a elaboração do quinto currículo mínimo não trataria da extinção de habilitações no curso, mas recomendou a implantação da habilitação em Radialismo (Rádio e TV) em substituição à

anterior de Rádio e Televisão, bem como aprovou a manutenção da habilitação em Editoração, mas que fosse alterada a sua denominação para Produção Editorial.

Esse documento também apresenta propostas feitas pela comissão para a melhoria do ensino, em que são recomendadas sugestões para as condições acadêmicas, o corpo docente, fiscalização e acompanhamento, o corpo discente, o corpo administrativo, vagas para profissionais, biblioteca e hemeroteca, instalações e laboratórios e o currículo de Cinema. A partir do Parecer n. 480/83, foi aprovada a Resolução n. 02/84, em 2 de janeiro de 1984, que instituiu o quinto currículo mínimo do curso de curso de Comunicação Social.

Em 1983, a graduação em Comunicação Social reunia as seguintes habilitações: a) Jornalismo; b) Relações Públicas; c) Publicidade e Propaganda; d) Produção Editorial; e) Radialismo (Rádio e TV); f) Cinema. O quinto currículo mínimo do curso ficou estruturado por um tronco comum compartilhado por todas as habilitações e também por uma parte de matérias ou disciplinas diversificadas em função das habilitações e projetos experimentais.

A Resolução n. 02/84 fixou que as matérias ou disciplinas técnico-profissionais, que eram integrantes da parte diversificada, corresponderem a 50% da carga horária total do curso, com exceção da carga horária destinada a projetos experimentais (Brasil, 1984). Estabeleceu também a carga horária total do curso de 2.700 horas-aula, excluído o tempo destinado a Estudos de Problemas Brasileiros e Educação Física. O curso ficou assim com duração mínima de quatro anos letivos e duração máxima de sete anos letivos. O quinto currículo mínimo conseguiu aplacar as discussões em torno da extinção dos cursos de Comunicação Social, mas não pôs fim à ideia de separar o curso de Jornalismo, mas “[...] outras se iniciaram em função de um novo Currículo Mínimo, proposto pelo Conselho Federal de Educação” (Antonioli, 2006, p. 69).

O quinto currículo mínimo também organizou a estrutura da grade curricular em: I – Tronco Comum, que era composto por matérias e disciplinas obrigatórias às habilitações. Essas deveriam ser distribuídas na grade curricular ao longo do curso ou serem concentradas nos dois primeiros semestres letivos. Ainda dentre o Tronco Comum, além das disciplinas obrigatórias, deveriam ser cursadas outras três matérias eletivas. Dentre essas, a Resolução n. 02/84 elenca algumas relacionadas ao campo da Política, como: Realidade Sócio-Econômica e Política Regional; Teoria Política; Política de Comunicação (Brasil, 1984). A outra parte da grade curricular era composta pela II – Parte Específica, que se refere à relação de matérias e disciplinas obrigatórias para cada uma das habilitações profissionais do curso de Comunicação Social.

Por fim, o quinto currículo mínimo do curso também estabeleceu a obrigatoriedade do desenvolvimento de projetos experimentais pelos graduandos no último semestre letivo da graduação. Desse modo, o concluinte do curso de Comunicação Social deveria realizar um trabalho relacionado à habilitação específica cursada, que poderia ser um estudo monográfico ou no modelo fita gravada de som ou de imagem, filme cinematográfico sonoro, publicação impressa, campanha publicitária, plano de editoração, ou planejamento de programas de relações públicas. Os projetos experimentais deveriam ser realizados nos laboratórios do curso. O estudante ingressante no curso de Comunicação Social deveria escolher a habilitação profissional no ato da inscrição do vestibular, na matrícula ou até o início do terceiro semestre do curso (Brasil, 1984).

O quinto currículo mínimo do curso de Comunicação Social e suas habilitações foi o último instituído dentro a legislação educacional da área, pois posteriormente a fixação desses currículos foi descontinuada pelo MEC. Antonioli (2006, p. 74) analisa que o último currículo mínimo do curso de Comunicação Social significou a “[...] implementação de disciplinas profissionalizantes a partir da 1ª série em paralelo às disciplinas denominadas ‘básicas’, o que veio proporcionar um melhor nível de qualidade dos cursos”.

Contudo, a minuciosa relação de laboratórios e equipamentos descritos no Parecer n. 480/83, que homologou a quinta revisão curricular, não foi capaz de resolver os déficits estruturais dos cursos. “É necessário ressaltar que a celeuma, no que tange à precariedade, defasagem, e/ou falta dos laboratórios existe desde o desenvolvimento do antigo curso de Jornalismo. Tal problema nunca foi bem resolvido e persiste em diversos cursos atuais” (Antonioli, 2006, p. 74).

O quinto currículo mínimo do curso, fixado no início de 1984, ocorreu no mesmo ano em que se despontaram as discussões sobre o papel dos meios de comunicação na redemocratização do Brasil e críticas às empresas de comunicação que foram tendenciosas na cobertura das Diretas Já, no final daquele ano. “Acompanhando as manifestações por diretas havia um sentimento de revolta contra uma rede de televisão por sua cobertura distorcida dos acontecimentos. A reação contra a cobertura da televisão foi excepcional” (Amorim, 1987, p. 57).

A partir de 1987, a questão da comunicação integrou as discussões de redemocratização concernentes à instalação da Assembleia Nacional Constituinte no Brasil, segundo o cunho de que os meios de comunicação atendessem aos anseios democráticos. “A importância da comunicação hoje exige que ela seja incluído na nova Constituição o princípio do direito à comunicação, [...] no mesmo nível que o direito à saúde, ao trabalho, à terra e à educação”,

defende Amorim (1987, p. 59), em seu artigo O desafio de democratizar a comunicação, escrito naquele período, sobre a Comunicação e a Constituinte.

A partir da análise documental exposta anteriormente, observa-se que os currículos mínimos do ensino de Jornalismo no Brasil não expressavam claramente a incorporação de disciplinas com denominações orientadas a cidadania, direitos, política e democracia. Como a maioria desses currículos mínimos do curso foi fixada durante a Ditadura Militar no Brasil, com exceção do primeiro currículo de 1962, isso pode ter colaborado para o apagamento desses temas nos enunciados dos documentos normativos. Contudo, não é possível afirmar que as discussões sobre esses assuntos não tenham sido realizadas. Pelo contrário, supõe-se que ocorreram em virtude da iniciativa dos próprios professores e estudantes do curso, a despeito da ausência de um legal direcionamento curricular.

### **5.1.1 A implantação das DCNs do curso e uma maior autonomia pedagógica**

O fim dos currículos mínimos no ensino superior brasileiro foi decorrente da substituição do CFE pelo CNE, integrado pela CEB e pela CES. O CNE passou a ser a instância, junto ao MEC, responsável pela deliberação de DCNs para as graduações no Brasil.

Moura (2002) explica que as DCNs foram instituídas no lugar dos currículos em decorrência da LDB, promulgada pela Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996<sup>27</sup>. Com ela, foi assegurada uma maior autonomia às universidades brasileiras na elaboração de seus currículos plenos. Dessa forma, no final dos anos de 1990 e ainda durante a vigência do quinto currículo mínimo da graduação em Comunicação Social e suas habilitações, iniciaram movimentações junto às entidades do campo para a elaboração das primeiras DCNs do curso de Comunicação Social.

No início dos anos de 1990, ainda vigorava o quinto currículo mínimo do curso de Comunicação Social. Sobre esse, Amorim (1994) relata os questionamentos que havia à época quanto à qualidade na formação de jornalistas no Brasil e a necessidade de novas mudanças nos cursos:

O currículo em vigor é de 1984. De lá para cá, o campo do Jornalismo e da Comunicação vem passando por grandes mudanças com repercussões de ordem teórica e prática. O currículo em vigor precisa, portanto, ser revisto, mas não apenas ele. Também o conjunto de procedimentos pedagógicos adotados nas escolas precisa

---

27 BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 28 mar. 2022.

ser revisto tendo em vista a superação de práticas simplistas e fragmentadoras por outras integradoras e problematizadoras (Amorim, 1994, p. 82).

Amorim (1994, p. 82) também escreve que, no início dos anos de 1900, o ensino de Jornalismo observou uma “[...] progressiva perda de hegemonia e de identidade do Jornalismo nas escolas”, dentre outros problemas no ensino da área. Como encaminhamentos e proposições de melhorias, esse autor elenca: a continuação da defesa do curso e da obrigatoriedade do diploma; estudos para se conhecer a situação dos cursos e do mercado de trabalho; a elaboração de uma política e de um programa de ação para área de Jornalismo; a criação de um conselho ou assessoria junto ao MEC sobre assuntos de ensino de Jornalismo, com a participação do setores interessados; apoio ao trabalho da Comissão Especial constituída pela SESu do MEC para avaliação dos cursos de Comunicação, dentre outras ações (Amorim, 1994).

No final dos anos de 1980, iniciaram-se as discussões para a elaboração de DCNs dos cursos de Comunicação Social no País e também sobre a retomada de uma especificidade do ensino de Jornalismo. Inicialmente, para a organização das DCNs dos cursos de Comunicação Social, “[...] a Comissão se ateve às propostas sugeridas por intermédio do Edital nº 4/97, que foram encaminhadas por instituições universitárias, entidades associativas de escolas, professores, estudantes e profissionais” (Antonioli, 2006, p. 75).

Antonioli (2006) acrescenta o papel das seguintes entidades profissionais que contribuíram para a elaboração das DCNs do curso de Comunicação Social durante seminário realizado em Brasília. Essas entidades foram: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS); Conselho Federal de Relações Públicas (CONFERP); Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (ENECOS); Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ); Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM); Associação Paulista dos Bacharéis de Relações Públicas (APBRP) e União Cristã Brasileira (UCB).

Antes da homologação das DCNs do curso de Comunicação Social pelo Parecer CNE/CES n. 492/2001, Moura (2002) discorre que houve três versões do documento oficial que antecederam à homologação das diretrizes curriculares. Essa autora analisa que a primeira versão do documento da Comissão de Especialistas de Ensino de Comunicação Social (CEE/COM) não definia as formulações de perfil, competências e habilidades específicas para cada uma das habilitações da graduação.

Paralelamente aos trabalhos da CEE/COM para a elaboração das DCNs do curso de Comunicação Social e habilitações crescia o interesse pela separação do curso de Jornalismo. A movimentação por DCNs específicas para a habilitação em Jornalismo teve seu ápice durante

o Seminário Nacional de Diretrizes Curriculares do Ensino de Jornalismo, realizado de 24 a 25 de abril de 1999, na cidade de Campinas, em São Paulo. Segundo Moura (2002), nesse seminário foi elaborado o Documento de Campinas, o qual “[...] apresenta como possibilidade a existência de um Curso Superior de Jornalismo, não se constituindo mais em uma habilitação de Curso de Comunicação” (Moura, 2002, p. 201). Quanto ao documento resultante do evento, parte de suas contribuições foi considerada no relatório final da CEE/COM, exceto a desvinculação do curso de Jornalismo da Comunicação Social.

Novas diretrizes curriculares para o Curso de Comunicação Social foram propostas no documento oficial da CEE/COM, que contou com três versões e a influência do Seminário de Campinas, realizado pela entidade nacional dos jornalistas, que teve uma atuação importante quanto à movimentação pela qualidade de ensino. No entanto, a área de Jornalismo pressionou para não se configurar mais como uma habilitação do Curso de Comunicação Social, e sim um Curso Superior de Jornalismo, totalmente desvinculado da situação anterior. Esta modificação não foi incorporada ao documento oficial, porém os jornalistas estão divididos a respeito desta questão e têm se manifestado sobre o fato em periódicos e via *e-mail* (Moura, 2002, p. 243-244).

Moura (2002) cita também três outros documentos que colaboraram para a elaboração das DCNs do curso de Comunicação Social e habilitações, a saber: a) o Estudo preliminar das Diretrizes Curriculares; b) as Bases de um Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação em Jornalismo, elaborado por diversas entidades; e c) itens de avaliação do Exame Nacional de Cursos aplicados aos Cursos de Jornalismo. Houve uma segunda versão do documento das DCNs do curso de Comunicação Social, com algumas modificações em relação à primeira versão. No entanto, a CEE/COM não acatou, no relatório final, o mérito da questão sobre diretrizes curriculares específicas para o curso de Jornalismo, justificando a natureza interdisciplinar e multidisciplinar da Comunicação (Oliveira, 2020), na qual se inseria o campo do Jornalismo.

Mesmo com a aprovação dessas DCNs, prosseguiu a busca pela autonomia do Jornalismo: “Já existe uma Comissão de Jornalismo para o Provão e, como consequência da referida discussão, foi encaminhado ao Conselho Nacional de Educação, para apreciação, uma proposta de criação de uma Comissão de Especialistas de Ensino de Jornalismo” (Moura, 2002, p. 200). Além do papel político da FENAJ, da SBPJor e do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ) na defesa pela autonomia da área acadêmica do Jornalismo, essa movimentação foi encabeçada, principalmente, por pesquisadores e docentes vinculados à UFSC, segundo Oliveira (2020, p. 7): “As sementes da proposta de diretrizes específicas, segundo o que podemos entrever, estavam sendo gestadas no final da década de 90, mas encontrariam condições mais favoráveis para sua afirmação dez anos depois”.

Em 2001, ficou pronta a versão final do documento das DCNs do curso de Comunicação Social e habilitações pela CEE/COM. “Quase dois anos depois, no dia 03 de abril de 2001, através do Parecer nº 492, a Câmara de Educação Superior aprovou com alterações documento final da CEE/COM, enviado pela SESu para avaliação do CNE” (Moura, 2002, p. 222). A homologação do Parecer CNE/CES n. 492/2001 foi realizada em 4 de julho de 2001 e publicada no Diário para Oficial da União em 9 de julho daquele ano.

Diferentemente dos currículos mínimos, as DCNs do Curso de Comunicação Social e suas habilitações, estabelecidas mediante o Parecer CNE/CES n. 492/2001, não fixam matérias e/ou disciplinas assim como ocorria com os currículos mínimos, mas sim estruturam os conteúdos curriculares, distinguindo-os entre: a) conteúdos básicos, com vistas à formação geral da área de Comunicação a partir da oferta de conhecimentos, sendo subdivididos em teórico-conceituais; analíticos e informativos sobre a atualidade; de linguagens, técnicas e tecnologias midiáticas; e ético-políticos. Essas diretrizes apresentam também: b) conhecimentos específicos, que deveriam ser definidos pelo colegiado do curso e incentivarem reflexões e práticas da habilitação específica. O parecer das DCNs do curso de Comunicação Social e suas habilitações também não indica a carga horária mínima e nem a duração do curso.

O Parecer CNE/CES n. 492/2001 definiu as DCNs do curso de Comunicação Social e habilitações em: Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Editoração, Radialismo (Rádio e TV), Cinema (ou Cinema e Vídeo), bem como a possibilidade de criação de novas habilitações vinculadas à área. Posteriormente à homologação desse documento, ele foi retificado pelo Parecer CNE/CES n. 1.363/2001, aprovado em 12 de dezembro de 2001 e homologado em 25 de janeiro de 2002, com objetivo de cumprir o disposto no Inciso III do Artigo 18 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Educação (CNE)<sup>28</sup>. Conforme esse regimento, as DCNs de cada um dos cursos de graduação devem ser definidas mediante Resolução, que se trata de ato decorrente de parecer, em que o CNE ou qualquer das Câmaras se pronuncia em relação às matérias de suas competências.

Faltava então o anteprojeto de resolução no Parecer CNE/CES n. 492/2001. Essa ausência foi corrigida posteriormente pelo Parecer CNE/CES n. 1.363/2001, que apresenta a projeto de Resolução das DCNs de cada um dos cursos de graduação tratados no documento, a saber: Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

---

<sup>28</sup> BRASIL. Ministério da Educação. **Regimento do Conselho Nacional de Educação**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=1529-regimento-interno-cne-1&category\\_slug=documentos-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1529-regimento-interno-cne-1&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 29 mar. 2022.

Após os Pareceres CNE/CES n. 492/2001 e CNE/CES n. 1.363/2001, foi aprovada finalmente a Resolução CNE/CES 16, de 13 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União em 9 de abril de 2002 (Brasil, 2002). Essa resolução estabeleceu as DCNs do curso de Comunicação Social e suas habilitações. No mesmo período da aprovação dessas DCNs, a área do Jornalismo passou por um segundo momento de vulnerabilidade em mais uma campanha pela extinção do diploma, ocorrida em outubro de 2001, segundo Antonioli (2006), sendo que a primeira ação contra o curso ocorreu nos anos de 1980: “O segundo, mais recentemente, isto é, no final de 2001, quando foi concedida liminar suspendendo provisoriamente a obrigatoriedade de exigência do diploma de jornalismo para a obtenção do registro profissional” (Antonioli, 2006, p. 14).

Após essa decisão, a Federação Nacional de Jornalistas (2002) elaborou a publicação de título: Formação superior em jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade, em defesa da formação na área e da especificidade da profissão e sua relação com a cidadania. Em consonância a isso, avultou o anseio pela elaboração de DCNs específicas para o curso de Jornalismo no início dos anos 2000, o que resultou na nomeação de uma Comissão de Especialistas em Formação Superior de Jornalista<sup>29</sup>, mediante a Portaria MEC/SESu n. 203, de 12 de fevereiro de 2009.

A autorização para instituir, junto ao MEC, a Comissão de Especialistas, incumbida de discutir as diretrizes do curso de Jornalismo, não foi espontânea, como explica Lopes (2014), mas sim ocorreu motivada também pela perda da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão e “[...] em resposta às pressões de um grupo de docentes e profissionais que buscavam apoio e visibilidade para a campanha pró-obrigatoriedade” (Lopes, 2014, p. 103-104). Ainda segunda essa autora, a FENAJ, o FNPJ e a SBPJor foram as entidades representativas do campo do Jornalismo que tiveram um papel de destaque no movimento pela autonomia do curso.

Oliveira (2020) analisou os posicionamentos políticos das entidades acadêmicas favoráveis à elaboração de DCNs do curso de Jornalismo no Brasil, a partir de documentos emitidos pelo FNPJ e pela SBPJor em 2009, ano em que foi instituída a Comissão de Especialistas em Jornalismo. Essa autora analisou também o documento contrário à separação do Jornalismo do curso da Comunicação Social, que foi publicado pela COMPÓS. Em síntese,

---

<sup>29</sup> Integraram a Comissão de Especialista em Jornalismo os professores: José Marques de Melo (presidente da comissão), Alfredo Eurico Vizeu Pereira Junior, Eduardo Barreto Vianna Meditsch, Lucia Maria Araújo, Luiz Gonzaga Motta, Manuel Carlos da Conceição Chaparro, Sergio Augusto Soares Mattos e Sonia Virgínia Moreira. A comissão foi constituída para subsidiar a revisão das diretrizes curriculares nacionais para o curso de Jornalismo, no prazo de 180 dias.

essa autora afirma que as divergências entre os pares acadêmicos do Jornalismo e da Comunicação, naquele período, demonstraram que: “[...] o campo de disputas que conforma as reformas curriculares evidencia a posição dos agentes envolvidos e coloca em cena as conexões entre saber e poder, que fazem com que determinada definição de currículo seja contemplada” (Oliveira, 2020, p. 13). Assim como essas disputas também definem os conhecimentos tidos como legítimos, acrescenta Oliveira (2020).

A partir dos trabalhos de pesquisadores e docentes em Jornalismo iniciados em 19 de fevereiro de 2009, foi publicado, em 18 de setembro do mesmo ano, o Relatório da Comissão de Especialistas - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo (Marques de Melo *et al.*, 2009), que claramente defende a separação do Jornalismo do curso de Comunicação Social. No relatório da comissão, assevera-se, dentre a fundamentação e as justificativas, o cenário de um estado de crise do Jornalismo no início do século XXI. Os relatores do documento refletem que houve transformações no que se entendia por jornalismo antes de um atual “estado de crise” (Marques de Melo *et al.*, 2009, p. 5).

Esse relatório vislumbra um cenário positivo para as sociedades do século XXI marcada pelo “[...] crescimento acelerado de experiências e práticas de democracia participativa, cuja natureza é essencialmente discursiva. E a democracia participativa avança sobre os modelos tradicionais da democracia representativa, questionando-os” (Marques de Melo *et al.*, 2009, p. 6). Em consonância a uma visão democrática, a Comissão de Especialistas em Jornalismo instituída em 2009 expressou no relatório a necessidade de desenvolvimento de novas competências entre os jornalistas brasileiros para o início do século XXI.

Do Jornalismo que hoje está nas expectativas da Sociedade, exige-se tanto o domínio das técnicas e artes da narração quanto o domínio da lógica e das teorias da argumentação. Exige-se também o manejo competente das habilidades pedagógicas na prestação de serviço público, para que os cidadãos possam tomar decisões conscientes e responsáveis. Da mesma forma, persiste o desafio de questionar, refletir e interagir com a multiplicidade de fontes, ou seja, como o jornalista pode entender o mundo que o cerca e como pode compreender as motivações, os interesses, as demandas, os códigos do público que ele pretende atingir. Não é demais acentuar que a nova fisionomia da atualidade coloca ao Jornalismo problemas novos e inesperados. Talvez o mais complexo e desafiador, resida nos novos papéis que o mundo globalizado e informacional atribui ao Jornalismo, em geral, e às redações convencionais, em particular. Para reforçar a dignidade do Jornalismo e da profissão, é indispensável uma noção de Ética vinculada às razões da Vida e da Cidadania (Marques de Melo *et al.*, 2009, p. 6-7).

Desse modo, antevendo novas exigências e desafios para o Jornalismo e aos seus profissionais no século XXI, expressas nos trechos do relatório reproduzidos acima, esse documento assevera a defesa por uma especificidade do curso direcionada à formação atual de

jornalistas no Brasil. No relatório, observa-se também a desaprovação das DCNs do curso de Comunicação Social e habilitações instituídas em 2001 (Marques de Melo *et al.*, 2009). A comissão argumenta, no relatório, que o equívoco histórico no ensino da área não se originou com as DCNs do curso de Comunicação Social, mas sim desde a substituição dos currículos mínimos de Jornalismo pelos de Comunicação Social, a partir de 1969.

Além disso, no relatório de 2009 é exposto outros fatores que se somaram ao movimento em prol das DCNs do curso de Jornalismo no Brasil, como: a) o 9º Encontro do Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo, realizado em abril de 2006, no qual foi aprovada uma resolução recomendando ao MEC a constituição dos cursos de Jornalismo no País como uma graduação específica; b) o 32º Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado em Ouro Preto, em julho de 2006, que aprovou uma resolução com mesmo teor; c) o Modelo curricular da Unesco para o ensino do jornalismo, que apresentou um novo modelo de currículo durante o I Congresso Mundial sobre o Ensino de Jornalismo, realizado pela Unesco no ano de 2007 em Cingapura, para a promoção do ensino da área em países em desenvolvimento e democracias emergentes.

Esse documento da Unesco reconhece, no plano internacional, o equívoco histórico da organização em relação à “[...] importância do Jornalismo para o desenvolvimento das nações e a consolidação das democracias, ao recomendar curso com foco específico e não mais atrelado a outras áreas da comunicação” (Marques de Melo *et al.*, 2009, p. 13). Além desse, outro fator foi: d) a atualização do Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação em Jornalismo realizada pela FENAJ em 2008, o qual teve sua primeira edição publicada em 1997.

O relatório da Comissão de Especialistas em Jornalismo (Marques de Melo *et al.*, 2009) cita também, como referência para a autonomia acadêmica da área, a edição de publicações científicas sobre os estudos de Jornalismo no Brasil, como as revistas: *Brazilian Journalism Research*; a *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo*; a *PJ:BR – Jornalismo Brasileiro*; os *Estudos em Jornalismo e Mídia*; a *Pauta Geral* etc. O relatório acrescenta também a oferta de cursos de pós-graduação, com grupos e linhas de pesquisas específicas sobre os estudos de Jornalismo, bem como a criação de programas *stricto sensu* em Jornalismo, como o da UFSC.

O relatório final da Comissão de Especialistas expõe também uma comparação entre a movimentação do curso de Jornalismo em se tornar um bacharelado único, assim como ocorreu com a habilitação em Cinema e Audiovisual. A área de Cinema já tinha sido desmembrada das DCNs do curso de Comunicação Social e habilitações, por meio da Resolução CNE n. 10, de 27 de junho de 2006, antes mesmo da aprovação das DCNs do curso de Jornalismo, em 2013.

No entanto, o contexto profissional brasileiro para os jornalistas não foi favorável à qualificação do ensino de Jornalismo. Em 2009, no mesmo ano em que foi constituída a

Comissão de Especialistas em Jornalismo, a área perdeu judicialmente a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista no Brasil, por meio de decisão proferida em junho de 2009 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), sendo, portanto, o terceiro momento de vulnerabilidade do curso no País.

De acordo com a decisão do STF, o artigo 4º, inciso V, do Decreto-Lei n. 972/1969, o qual dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista no Brasil, fere o princípio da liberdade de expressão (Nascimento, 2011). Porém, atendendo às manifestações de entidades representativas de jornalistas no País, foi elaborada, em 2012, Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 386/2009, que foi apensada à PEC 206/2012, que busca restabelecer a exigência do diploma para o exercício da profissão de jornalista no Brasil. A PEC 206/2012 está em trâmite no Congresso Nacional, já foi aprovada pelo Senado e até o momento, em junho de 2023, aguarda votação na Câmara dos Deputados.

Em paralelo ao relatório da Comissão de Especialistas em Jornalismo, houve também movimentos de oposição à aprovação das DCNs do curso de Jornalismo. Alguns professores, pesquisadores e entidades acadêmicas da área, como a COMPÓS e a ENECOS, se manifestaram contrários à proposta, conforme exposto no Parecer CNE/CES n. 39/2013 (Brasil, 2013a). Os antagonismos entre os pares acadêmicos reverberam também em um Fórum de Debates realizado na ECA/USP em fevereiro de 2015; em *e-mails* que circularam na lista da COMPÓS após a realização do referido fórum; e também repercutiu na edição n. 188 (março/2014) da revista *Cult*, que publicou um dossiê com artigos de opinião sobre esse assunto (Lopes, 2014).

Os posicionamentos divergentes entre agentes e algumas entidades acadêmicas foram discutidos por Meditsch (2015). Apropriando-se do conceito kantiano de ‘conflito de faculdades’, ele discorre sobre as causas das posições díspares entre os pares quanto às novas DCNs do curso de Jornalismo. Em sua opinião, as divergências são consequências de problemas de legitimação internos ao próprio campo acadêmico do Jornalismo decorrente de um processo histórico conflituoso de institucionalização social e cognitiva da Comunicação no mundo e no Brasil (Meditsch, 2015).

Nesse artigo, Meditsch (2015) comenta que, antes da área do Jornalismo, foram aprovadas as novas DCNs dos cursos de Cinema e Audiovisual e outras diretrizes para o curso de Relações Públicas, em 2006. Entretanto, sobre as DCNs do curso de Jornalismo incidiu uma maior resistência, avalia esse autor. Para ele, a separação desses cursos foi decorrente de processos em prol de uma maior autonomia acadêmica. Ele acrescenta que as DCNs dos cursos de Cinema e Audiovisual, de Relações Públicas e de Jornalismo foram resultantes também de

uma incomunicabilidade sustentada pela subárea da Teoria da Comunicação, que perpassa, até mesmo, pelo não diálogo com as reconhecidas bibliografias das então outras subáreas do campo comunicacional.

Apesar de sua notória expansão e vocação para interdisciplinaridade, vários representantes da subárea de Teoria da Comunicação presentes no encontro manifestaram seu desinteresse em conhecer e dialogar com a bibliografia considerada imprescindível para as subáreas e com tradições fortemente estabelecidas internacionalmente, como as Teorias do Cinema, do Jornalismo e das Relações Públicas. Por outro lado, os representantes dessas subáreas manifestaram que uma Teoria da Comunicação que não responde às perguntas suscitadas por suas práticas específicas (artísticas e profissionais) tem sua relevância diminuída numa área de ciência aplicada (Meditsch, 2015, p. 25).

Além da aprovação das DCNs desses cursos, Meditsch (2015) inclui, dentre o conflito, a proposição, feita em 2005, de retirar o campo da Comunicação das Ciências Sociais Aplicadas, para enquadrá-la nas Ciências Humanas junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). De acordo com esse autor, a busca por alocar a Comunicação nas Ciências Humanas baseou-se na estruturação inicial das disciplinas teóricas do campo, com a importação de professores de outras áreas, como das Ciências Sociais, das Ciências da Linguagem, da Filosofia e do Direito, o que contribuiu inicialmente para a elevação científica da Comunicação.

Mesmo sem o consenso entre acadêmicos de Jornalismo e da Comunicação, a SESu do MEC foi favorável pela aprovação das novas DCNs do curso de Jornalismo, de acordo com o Parecer CNE/CES n. 39/2013, mas fez a ressalva de que isso não representava uma segregação: “[...] sem abdicar de que essas integrem a área de comunicação social” (Brasil, 2013a, p. 1). Esse parecer cita o relatório elaborado pela Comissão de Especialistas (Marques de Melo *et al.*, 2009) e afirma que houve perdas no ensino de Jornalismo com as transformações curriculares decorrentes da modificação de um curso específico para se tornar uma habilitação da Comunicação Social, apontando, dentre os apagamentos da área, o esquecimento das teorias.

No relatório da Comissão de Especialistas, instituída pelo MEC, pode-se ler que: ‘A imposição do Curso de Comunicação Social de modelo único, em substituição ao Curso de Jornalismo, teve conseqüências prejudiciais para a formação universitária da profissão. Ocorre o desaparecimento de conteúdos fundamentais, como Teoria, Ética, Deontologia e História do Jornalismo, ou sua dissolução em conteúdos gerais da Comunicação, que não respondem às questões particulares suscitadas pela prática profissional’. E mais adiante, afirma-se que as discussões teóricas ganharam ‘crescente autonomia em relação às práticas da comunicação, na direção de se tornar uma disciplina estritamente crítica, da área das Ciências Humanas, e não mais da área das Ciências Aplicadas. Em conseqüência, passou a não [se] reconhecer legitimidade no estudo voltado ao exercício profissional, desprestigiando a prática, ridicularizando os seus valores e se isolando do mundo do jornalismo’ (Brasil, 2013a, p. 3-4).

As novas DCNs do bacharelado em Jornalismo foram homologadas pela Resolução CNE/CES nº 1, de 27 de setembro de 2013 (Brasil, 2013b). Elas organizam o currículo do curso em seis eixos de formação: 1- Eixo de fundamentação humanística; 2 - Eixo de fundamentação específica; 3 - Eixo de fundamentação contextual; 4 - Eixo de formação profissional; 5- Eixo de aplicação processual; e 6 - Eixo de prática laboratorial. Esses eixos passaram a orientar as IES que oferecem o curso de Jornalismo no Brasil na elaboração de seus PPCs a partir de 2013. As IES possuem certa autonomia na construção de seus currículos, desde que em observação às novas DCNs.

As novas DCNs do curso de Jornalismo estabeleceram uma série de mudanças na graduação, por exemplo: o estágio supervisionado em Jornalismo de modo obrigatório; a definição de que o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deve ser realizado individualmente; o aumento da carga horária mínima do curso, que passou de 2.700 para 3.000 horas-aula; dentre outros aspectos. Essas diretrizes foram instituídas em 2013 segundo expectativas de proporcionarem uma oportunidade histórica de retomada do ensino de Jornalismo no Brasil como um campo acadêmico específico. A opinião de Alfredo Vizeu, exposta no prefácio do livro de *O ensino de jornalismo sob as novas diretrizes: miradas sobre projetos em implantação* (Meditich *et al.*, 2018) defende a intencionalidade por uma autonomia da área. “As novas Diretrizes agregam aos currículos reivindicações históricas da categoria e da sociedade no sentido de garantir a formação de profissionais preocupados com um Jornalismo ético e com a qualidade da informação. Não que isso não existisse antes [...]” (Meditich *et al.*, 2018, p. 11).

Atendo-se às transformações curriculares do curso de Jornalismo no Brasil, ao longo do percurso histórico da área, atesta-se que ele é sim um campo de disputas não somente acadêmicas, mas também de interesses políticos e ideológicos, tanto nacional quanto internacional sobre os meios de comunicação, a imprensa e conseqüentemente a formação de jornalistas. A análise dos documentos normativos contextualizada historicamente reflete as disputas extracampo acadêmico. Além disso, incidem também relações e estruturas de poder corporativas existentes tanto na área da Comunicação quanto na do Jornalismo no Brasil, que, por vezes, são manifestas, noutras invisibilizadas e/ou ocultadas.

O meio acadêmico não é neutro, nem pacífico e nem sempre constituído somente de intencionalidades que visam exclusivamente a qualificação do corpo estudantil, apesar que essa última função deveria ser a essencial. O campo acadêmico é também uma estrutura micropolítica de disputas de poder, em nome de uma hierarquização de conhecimentos mais ou menos validados e também de egos e corporativismo entre seus pares. E o curso de Jornalismo no Brasil não se subtrai a isso, nas quais não se limitam apenas a distinção de conhecimentos,

mas englobam também disputas por recursos e fomentos aos cursos, suas pesquisas, suas atividades e seu reconhecimento junto aos órgãos oficiais da Educação, da Ciência e da Tecnologia no País.

Nesse sentido, as atuais DCNs do bacharelado em Jornalismo não se tratam apenas de uma retomada de uma singularidade do campo jornalístico na academia, bem como de suas epistemologias, mas também integram um contínuo pleito discursivo e retórico cujas distintas ênfases ideológicas se sobrepõem em determinados períodos históricos segundo relações políticas e de forças interna e externa ao campo. Apesar das influências, os interesses da história política da Comunicação no Brasil divergem da autonomia universitária e da regulação dos cursos da área.

Conforme uma análise macropolítica do curso de Jornalismo, esse também foi e é alvo de interesses políticos nacional e internacional, conforme se analisa a partir dos documentos normativos do ensino. Por meio da contextualização da documentação normativa, apreende-se que a institucionalização da formação superior em Jornalismo no País sofreu influências de governos, assim como ocorreu em outros países. Também se observa o quanto o contexto político nacional influenciou a configuração da área acadêmica jornalística a partir da promulgação de documentos normativos pelo MEC, desde o primeiro currículo mínimo em 1962 até as atuais DCNs do bacharelado em Jornalismo de 2013.

Em síntese, o primeiro currículo mínimo somente foi instituído em 1962 por meio do Parecer n. 323/62, após a promulgação da primeira LDB Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961 pelo governo federal. O ensino de Jornalismo no Brasil, nos anos de 1960, foi influenciado pela política externa estadunidense no sistema educacional, por meio da Unesco e a criação do CIESPAL, e pelos controles dos veículos de comunicação dos países chamados subdesenvolvidos durante o contexto da Guerra Fria (1947-1991). Posteriormente, foi durante a Ditadura Militar (1964-1985) que a oferta do curso perpassou pela mais impactante revisão curricular, dando início ao curso de Comunicação Social no País.

Mediante a implantação do terceiro currículo mínimo do curso de Jornalismo no Brasil, se constituíram heranças dicotômicas, como analisa Oliveira (2020), entre os campos da Comunicação e do Jornalismo no País que se expressam nos mais variados escopos:

Generalismo e especificidade, teoria e prática, humanismo e tecnicismo, cultura geral e especialização, fundo teórico humanístico e fundamentos da comunicação são algumas das heranças dicotômicas que marcaram o pano de fundo das discussões e reformas dos cursos de comunicação/jornalismo – coexistindo com acentos diferenciados nos currículos mínimos e expressando o posicionamento de correntes que defendiam orientações formativas distintas, as quais alcançaram maior ou menor

representação segundo as relações de força em jogo em cada reforma. De forma subjacente a elas, a oposição entre “práticos” e “acadêmicos” ou entre jornalistas e “comunicólogos” também foram estratégias de classificação (algumas das quais, enunciações denunciadoras mobilizadas como estigma) que ganharam ressonância nos debates da área, situando as diferenças de perfis, posições de fala e princípios de legitimação dos docentes envolvidos no projeto formativo (Oliveira, 2020, p. 5).

Se durante a Ditadura Militar foi homologado o terceiro currículo mínimo do curso e que deu início ao emergente e relevante campo da Comunicação no Brasil, contudo, a perversidade desse regime político não foi benéfica para as universidades brasileiras e nem para intelectuais e pesquisadores contrários ao regime. A redemocratização do País a partir de 1988 e a nova LDB de 1996 possibilitaram a expansão dos cursos nas universidades e faculdades brasileiras públicas e privadas no final do século XX.

No âmbito do ensino de Jornalismo, o curso permaneceu sendo uma das habilitações da Comunicação Social até o início dos anos 2000. Apesar disso, a movimentação em prol de uma melhoria na formação de jornalistas iniciou com um programa de autoria da FENAJ, em 1997, e foi intensificada nos anos seguintes, entre 2006 e 2008, conforme exposto anteriormente. Esses movimentos culminaram na formação, em 2009, de uma Comissão de Especialistas para elaborar as novas DCNs do curso de Jornalismo, o que levou à promulgação das atuais diretrizes curriculares em 2013.

As expectativas com as novas DCNs do curso, em sintonia com os atuais desafios do Jornalismo para o início do século XXI, são de uma formação que contemplates aspectos da cidadania e da democracia, conforme se observa no discurso de Eduardo Meditsch proferido na conferência virtual do Seminário Permanente na Formação Humana e Profissional em Jornalismo, que ocorreu virtualmente em 5 de agosto de 2021. O jornalista, professor e pesquisador brasileiro foi um dos integrantes da Comissão de Especialistas constituída para elaboração das novas DCNs do curso de Jornalismo, em 2009, e analisa a mudança de contexto político no Brasil de quando se aprovou as diretrizes do curso:

Tenho refletido bastante sobre a questão do ensino de Jornalismo, assim como o professor José Geraldo foi da Comissão de Especialistas da área de Direito, eu fui da área de Jornalismo. E vejo que naquele momento em que fizemos as atuais Diretrizes Curriculares não demos a devida atenção para uma questão que só foi me chamar a atenção muito mais recentemente. Particularmente acho que um momento muito simbólico para mim foi o momento da votação do impeachment da presidente Dilma. Quando nos demos conta da existência de um outro Brasil que ficava fora do foco da cobertura política tradicional e ficava fora do foco, então, tanto da imprensa quanto da universidade, dos cursos de Jornalismo. E esse outro Brasil é um outro Brasil que nós, seja como jornalistas, seja como professores de jornalismo, não conseguimos cobrir, não conseguimos acompanhar, não conseguimos enxergar da maneira como isso precisa ter a nossa atenção. E aí pensando no ensino de Jornalismo, me dei conta da nossa grande falha que é a de não pensar no jornalismo que atinja a maioria da

população brasileira. Acho que essa é a grande tarefa para repensarmos o ensino de Jornalismo e repensarmos o jornalismo brasileiro. [...]. Creio que nós precisamos redimensionar os nossos esforços, redimensionar, redirecionar as nossas preocupações de formação no sentido de discutirmos e de construirmos essa imprensa necessária. O jornalismo que o Brasil precisa para sustentar uma democracia [...] (SEMPHJOR..., 2021).

Dez anos após a homologação das novas DCNs do bacharelado em Jornalismo em 2013, Eduardo Meditsch (SEMPHJOR...,2021) faz uma reflexão de que essas diretrizes não captaram, à época das discussões da elaboração desse documento, o bastidor nacional que insurgia e descortinava o crescimento de um posicionamento político de extrema-direita que se implantaria no Brasil, especialmente com as eleições para a presidência da república em 2018.

A centralidade dessa preocupação com um jornalismo necessário para o Brasil, apontada na citação anterior, perpassa também pela atual apreensão sobre a necessidade de se defender o Jornalismo e seus fundamentos, como os direitos de cidadania nas sociedades democráticas, a liberdade de imprensa, o pluralismo e combater a desinformação intensamente propagada pelas redes sociais digitais.

Ademais, já se registram, apenas dez anos após a instituições das atuais DCNs do curso de Jornalismo no Brasil, embrionárias discussões defendidas por alguns agentes do campo sobre uma nova reforma curricular. Motivada não apenas pela necessidade de que o meio acadêmico se atualize em atenção à atual crise do modelo de negócio do jornalismo, mas que também confira as condições formativas para que os egressos do curso enfrentem problemas contemporâneos diversos, que envolvem desde: desinformação; crise democrática; deslegitimação do jornalismo; ataques aos veículos de comunicação e aos jornalistas; dissonância cognitiva; a propagação de teorias conspiratórias pelas redes sociais digitais etc.

Nesse atual contexto no País, incidem sobre a graduação em Jornalismo no Brasil fenômenos que o mobilizam a reformar-se curricularmente após 14 anos de elaboração das atuais DCNs do curso. Quantidade de anos essa que para outras áreas acadêmicas pode ser considerada como pouco tempo para uma nova reforma curricular, mas que para o curso de Jornalismo no Brasil já se pontua como uma certa obsolescência das DCNs diante da rapidez dos fenômenos que interpelem primeiramente a profissão e conseqüentemente o ensino acadêmico da área.

A partir de observação não participante de alguns encontros acadêmicos sobre o ensino de Jornalismo realizados *on-line*, registram-se alguns pontuais discursos em defesa de uma atualização curricular, como a palestra em ambiente virtual do professor Eduardo Meditsch no dia 18 de novembro de 2022, na abertura V Encontro Regional Sul de Ensino de Jornalismo

(EREJOR SUL), em que ele provoca questionamentos sobre um balanço das atuais DCNs do curso e levanta questões se essas atendem ao que profissão está passando neste momento. Em sua análise, ele apontou algumas falhas no conteúdo das atuais DCNs do curso, como não terem referenciado o fotojornalismo e nem questões sobre gênero e raciais.

O pesquisador, que integrou a Comissão de Especialistas em 2009, reavalia que: “Hoje relendo as diretrizes e as pastas que têm aqui de arquivos para a sua elaboração, me dei conta que elas foram feitas em apenas quatro meses, foram quatro meses de trabalho para delimitar, para definir o que seria o ensino de Jornalismo nos próximos quatorze anos e mais” (V ENCONTRO..., 2022). Ele também falou sobre os dilemas atuais na área acadêmica durante palestra virtual no Café ENSICOM – Seminário sobre o Ensino de Comunicação, promovido pela Intercom em seu canal no YouTube, em 23 de novembro de 2022 (CAFÉ ENSICOM, 2022).

Nesse mesmo sentido, os professores de Jornalismo e pesquisadores, Flavia Delgado e Felipe Pena, palestrantes na mesa de abertura de tema: (in) Formação essencial para a democracia, no Encontro Regional Sudeste de Ensino de Jornalismo (EREJOR SUDESTE), no dia 24 de novembro de 2022 (ABERTURA..., 2022), discutiram assuntos pertinentes à formação de jornalistas no Brasil. Na mesa, dentre várias provocações sobre a atual formação de jornalistas brasileiros diante dos ataques ao jornalismo profissional que foram institucionalizados pela extrema-direita no País, os palestrantes fizeram sugestões de disciplinas que consideram necessárias segundo uma proposta de uma nova reforma curricular para os cursos de Jornalismo no Brasil. Entre as disciplinas, os palestrantes sugeriram Checagem ou *Fact-Checking*, Direito Penal, Direito Constitucional, Psicanálise e Semiótica.

Enfim, os desafios são complexos para a atual formação de jornalistas no Brasil e múltiplas proposições para o enfrentamento e soluções têm sido sugeridas. Ao investigar os documentos normativos do curso, pode-se questionar: Para quê? Em que servem? Ou como coloca Eduardo Meditsch, no prefácio do livro de Groth (2011, p. 20): “[...] que moda é esta de buscar respostas sobre o presente em textos do passado?”; ou “Qual o sentido de discutir o futuro do jornalismo no século XXI dialogando com ideias forjadas quando o mundo era outro, há mais de meio século?”. Ele mesmo responde que em qualquer outra disciplina científica, essas questões nem seriam cogitadas, mas: “Apenas em relação ao Jornalismo, o desprezo e a soberba ignorância dos clássicos parecem ser uma atitude reverenciada, e talvez por isso a Comunicação ainda não tenha adquirido reconhecimento como ciência” (Groth, 2011, p. 20).

É segundo essa apreensão que se mira para os documentos normativos do curso de Jornalismo enquanto arquivos que cristalizam ideias sobre uma almejada formação de

jornalistas no Brasil. Outros pesquisadores se detiveram a investigar a legislação educacional do curso segundo diferentes perspectivas (Moura, 2002; Antonioli, 2006; Lopes, 2012; Pereira, 2019; Oliveira, 2020; Carvalho, 2021).

No entanto, nosso escopo difere-se do que já foi feito ao se buscar evidenciar se a cidadania e a democracia e expressões derivadas desses dois conceitos constituíram o ensino de Jornalismo no Brasil, a partir da análise documental da legislação educacional do curso. Nesse mesmo sentido, se propõe observar se há uma analogia sobre a adoção de conceitos de cidadania e de democracia no curso de Jornalismo no Brasil, que fundamentam e justificam o ensino da área, dentre os documentos normativos do curso, como também possíveis ideias fora do lugar?

## 5.2 A CIDADANIA E A DEMOCRACIA NOS DOCUMENTOS NORMATIVOS DO CURSO DE JORNALISMO NO BRASIL

Com o objetivo de verificar se os conceitos de cidadania e de democracia são enunciados nos documentos normativos pertencentes à legislação educacional do curso de Jornalismo no Brasil, foi realizada análise documental. Conforme apresentado anteriormente, o curso de Jornalismo no Brasil contabiliza cinco currículos mínimos e duas DCNs, sendo uma instituída para o curso de Comunicação Social e suas habilitações e as mais recentes do bacharelado em Jornalismo.

Ao se investigar esses documentos, acredita-se que eles apresentam evidências a respeito de trajetórias e idealizações de ensino de Jornalismo conforme interesses expressos oficialmente pelo governo federal do Brasil e também por comissões de especialistas e relatores constituídos pelo MEC. Os documentos normativos apresentam direcionamentos educacionais que devem ser compartilhados pelos cursos superiores de Jornalismo no País, com o objetivo de conferir uma certa correspondência na formação de jornalistas.

Com a pesquisa documental, visa-se analisar, nos documentos normativos, se de fato a recorrente associação entre jornalismo, cidadania e democracia também é encontrada na legislação educacional do ensino de Jornalismo, desde os primeiros currículos mínimos até as novas DCNs. A partir da compilação desses documentos, foram analisados todos e destacados nos quadros apenas aqueles em foram encontradas menções evidentes de cidadania e de democracia e outros vocábulos derivados, ou seja, termos presentes nos textos que mantêm os afixos de cidadania e de democracia em seu cerne, por exemplo: cidadão, cidadã, democrático(a), democracias. Além das menções explícitas a esses conceitos, foram analisadas

também outras expressões que se relacionam com apreensões de cidadania e de democracia na documentação normativa, por exemplo: esfera pública, opinião pública, interesse público etc.

Não foram considerados na análise os documentos normativos em que não foram encontradas menções evidentes de conceitos de cidadania, democracia e suas derivações. Também foram excluídos da análise trechos que mencionam as nomenclaturas de matérias, disciplinas e suas ementas que constam nos projetos de resolução presentes nos pareceres. Desse modo, o Parecer n. 323/62, que fixou o primeiro currículo mínimo do curso; o Parecer n. 984/65 e a Resolução s/n de 1966, que se referem ao segundo currículo mínimo, foram compilados, porém, não foram considerados na análise documental, por não apresentarem menções explícitas de cidadania e de democracia e nem expressões derivadas desses dois conceitos em seus textos, conforme os critérios analíticos expostos acima.

O primeiro documento normativo que apresenta enunciados que claramente manifestam as palavras cidadania e democracia e suas derivações é o Parecer n. 631/69, que versa sobre o Plano do Currículo de Comunicações. Ele marcou a transformação ocorrida no ensino de Jornalismo para uma habilitação da graduação em Comunicação Social. Esse parecer deu base para a posterior aprovação da Resolução n. 11/69, que fixou o terceiro currículo mínimo do curso. Desse modo, foram destacados, os seguintes trechos do Parecer n. 631/69 no Quadro 3.

**Quadro 3 - Análise do Parecer n. 631/69 do curso de Comunicação Social no Brasil quanto às menções evidentes de cidadania e de democracia**

Assunto do documento normativo	Menções de cidadania e derivações	Menções de democracia e derivações
Plano do Currículo de Comunicações (Revisão do Currículo de Jornalismo)  (Parecer n. 631/1969, Comissão Central de Revisão de Currículos, aprovado em 2 de setembro de 1969).	De outro lado, a curiosidade do leitor ou ouvinte, ou espectador, é cada vez maior. Qualquer pessoa, hoje em dia, se transforma em <b>cidadão</b> do mundo, com os olhos presos aos acontecimentos políticos mais distantes e às proezas mais audaciosas da aeronavegação (Brasil, 1969, p. 108, grifo nosso)	A tendência, tanto no Brasil como no estrangeiro, tanto nas <b>democracias</b> como nos regimes de partido único, é no sentido de preparar os jornalistas em virtude da projeção de suas tarefas sobre a opinião pública, e, ao lado do preparo do profissional de imprensa, situa, por igual, a formação de quantos militam no exercício das comunicações coletivas, identificando uns e outros na comum missão de transmitir notícias e influenciar as comunidades (Brasil, 1969, p. 100-101, grifo nosso).

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Conforme se observa no Parecer n. 631/69, esse documento normativo enuncia menções sobre o leitor, o ouvinte e o espectador dos meios de comunicação enquanto um ‘cidadão do

mundo' (Brasil, 1969). É relevante observar as categorias de leitor, ouvinte e espectador postas como sinônimas de cidadão do mundo, pois isso demonstra que os veículos de comunicação não apenas transformaram as comunicações humanas, como acrescentaram às sociedades novos status sociais equivalentes ao cidadão segundo os usos dos meios de comunicação.

Esses status são referenciados e individualizados em conformidade a cada veículo: o ouvinte do rádio, o leitor do jornal e o telespectador da televisão, e na contemporaneidade com a internet, os internautas. A imprensa e os meios de comunicação estreiam essas categorias de identificação de sujeitos sociais e midiáticos.

No documento, ao invés de um ideal cosmopolita e neoliberal de um cidadão do mundo condizente com a contemporaneidade (Cortina, 2005), compreende-se que a noção de cidadania expressa no documento normativo de 1969 alicerça-se no amplo alcance que os indivíduos passaram a ter com o uso dos meios de comunicação mundialmente. Naquela época, era do interesse do governo federal e da Unesco a formação de comunicadores sociais que contribuíssem, segundo uma visão funcionalista, para um ideal político modernizante, a partir da orientação do interesse público e do controle social e da opinião pública.

Por meio do enunciado do Parecer n. 631/69 em que se registra o conceito de democracia, entendia-se que o ensino da área, tanto nas sociedades democráticas quanto em regimes de partido único, visava à formação de profissionais de Comunicação Social direcionados à intervenção sobre a opinião pública, segundo interesses do regime político ditatorial vigente naquele ano no Brasil, com intuito de influenciar as comunidades. Esse trecho do parecer apresenta também referências ao contexto geopolítico daquele período, em que havia uma polarização política mundial devido à Guerra Fria e à Ditadura Militar no Brasil. Esse cenário repercute nos enunciados desse documento e incide sobre a formação de comunicadores sociais idealizada com a reforma curricular do terceiro currículo mínimo do curso.

Atendo-se às poucas menções dos conceitos de cidadania e de democracia e termos derivados no Parecer n. 631/69, buscou-se então investigar outros enunciados vinculados às noções de cidadania e de democracia. Desse modo, foram encontradas outras expressões que se associam às noções de cidadania e de democracia, conforme se vê no Quadro 4.

**Quadro 4 - Enunciados do Parecer n. 631/69 do curso de Comunicação Social no Brasil que apresentam expressões relacionadas à cidadania e à democracia**

(continua)

Enunciados destacados no texto do parecer do terceiro currículo mínimo
<p>a) 6. <b>“Por jornalismo se entende a transmissão regular de notícias a uma comunidade, em termos de influir na formação de correntes de opinião pública;”</b> êsse conceito, já tive ocasião de externar em <i>As Novas Dimensões do Jornalismo</i> (pág. 70) e ganha aceitação entre quantos estudam o fenômeno da comunicação social, ou simplesmente da comunicação informativa para as coletividades. A definição, das mais simples, encerra três características: a) a transmissão regular, em caráter sistemático, presumindo continuidade; b) <b>a natureza da notícia, que consistirá em fatos de interesse público ou grupal, e não de acontecimentos privados que morrem no estreito meio em que ocorrem;</b> c) a receptividade que o fato alcançará por parte de parcelas de público, quer por sua natureza (a natureza do fato), quer pela maneira por que é transmitido (o estilo e a motivação), quer pela natural curiosidade do público a seu respeito (Brasil, 1969, p. 102, grifo nosso).</p>
<p>b) <b>O sentido plural de Jornalismo leva à polivalência dos diplomas de habilitação, e o problema social relevante – que é o da consciência dos efeitos da mensagem que emana do comunicador – seja especulado e investigado no quadro geral de seus efeitos, como fenômeno global, do mais profundo interesse na civilização contemporânea</b> (Brasil, 1969, p. 103-104, grifo nosso).</p>
<p>c) Juan Beneyto, da Universidade de Madri e subdiretor da Escola de Jornalismo, aponta três aspectos fundamentais em relação à informação: a) a configuração individual da imprensa no século XIX cedeu lugar a uma configuração social nos meios de comunicação; b) <b>conseqüência disso é o reconhecimento da competência do Estado como gestor do bem comum da sociedade;</b> c) a aplicação e o exercício dessa competência toma matizes diferentes em cada lugar, de acôrdo com circunstâncias políticas e sociais particulares, porém sempre resulta como uma dedução de que o rádio, a imprensa, o cinema, o teatro, o turismo, a publicação, o livro e a televisão constituem unitariamente o que expressivamente se diz em inglês: <i>“mass communications”</i> (Brasil, 1969, p. 104, grifo nosso).</p>
<p>d) Em <i>Social Problems of an Industrial Civilization</i>, Elon Mayo entende que o estudo social deve começar com a cuidadosa observação da <i>comunicação</i>: <b>“a maior falha com a qual a civilização se está defrontando é a comunicação.” Até mesmo as dificuldades internacionais são “indubitavelmente devidas ao fato de a comunicação eficaz entre diferentes grupos nacionais não se realizar”</b> (Brasil, 1969, p. 105, grifo nosso).</p>
<p>e) O estudo atual das ciências ligadas à comunicação (e como são numerosas nas particularidades dos seus setores!) esboça, quando muito, o imenso território que a nova disciplina ocupará. Não delimita as fronteiras nem lhe proclama a autonomia. Está entre os estudos que são <i>interdisciplinares</i>. Ainda na fase de especulação das comunicações entre reações humanas e animais, dos primórdios da automação estende-se à Teoria da Informação e aos processos de Comunicação aos caminhos quase inéditos da Cibernética e da Cinésia, à contribuição específica à Neurologia e da Fisiologia, à caprichosa Teoria da Percepção, às paralelas Psicologia Animal e Psicologia Infantil, à incipiente Sociologia da Audiência, à Lingüística e à Semântica, às impressionantes descobertas da Física Moderna e às concepções estruturais da Cultura. <b>Tudo isso é Ciência da Comunicação, não a soma de tantos e tão variados domínios, mas a circunscrição às relações mútuas e às implicações com o processo comum do entendimento: a mensagem a serviço da sociedade.</b> O jornalismo informativo, o jornalismo interpretativo e o jornalismo opinativo constituem linhas paralelas do mesmo fenômeno, na variação apenas de seus efeitos (Brasil, 1969, p. 106, grifo nosso).</p>
<p>f) 9. <b>Necessário se torna, retirar aos meios de comunicação sua condição de processos empíricos, improvisados, espontâneos, nascidos da inspiração e motivados por circunstâncias eventuais. A informação é um fato social que gera conseqüências sérias. Não só deve ser considerada em si como na projeção sôbre a comunidade. Não se trata de contribuir para fazer a notícia, mas de avaliar a sua projeção, de criar a responsabilidade pelo fato divulgado, de basear a profissão no bem comum, de aperfeiçoar e prestigiar a ética</b> (Brasil, 1969, p. 106, grifo nosso).</p>

(conclusão)

Enunciados destacados no texto do parecer do terceiro currículo mínimo
<p>g) Proclamam os Seminários do CIESPAL nas reiteradas recomendações do México e do Rio de Janeiro: <b>“Promovam-se o estudo e a investigação de meios de informação coletiva, mediante a realização de um trabalho profundo a propósito das reações produzidas na opinião pública pela mensagem e por suas conseqüências sociológicas”</b> (Enseñanza, pág. 44). A investigação tem diante de si um largo campo. <b>Pretende analisar e conhecer “a forma como chegam as mensagens ao público preceptor, como utilizar da melhor maneira os veículos, quais as solicitações da sociedade em torno dos problemas de maior transcendência, como se forma e age a opinião pública, e o grau de influência da informação na fenomenologia sócio-econômica e cultural dos povos”</b> (Enseñanza, p. 51). Quais as tarefas que se propõe? a) a investigação científica dos meios de informação coletiva, compreensiva das mensagens, dos meios e do público; b) a investigação histórica dos meios de informação coletiva; c) <b>a organização de um serviço de informação universitária, projetado para servir à comunidade, em diversos níveis</b> (Enseñanza, pág. 52). <b>A sua transcendência decorre de que a investigação conduz ao conhecimento “indispensável para atender à necessidade cultural e ao desenvolvimento social das comunidades, à defesa da paz e do entendimento dos povos, a fim de alcançar a prosperidade geral”</b> (Enseñanza, pág. 52) (Brasil, 1969, p. 107, grifo nosso).</p>
<p>h) O Prof. Angel Fernando Solano, da Universidade do México, esboçou, em tese para o II Seminário, a área a cobrir com a investigação: “1. Os <i>meios</i>, sua organização e funcionamento administrativo, seu conteúdo, a natureza da mensagem, o estilo, sua acessibilidade, a correlação dos meios, e a probabilidade de seus alcances. [...] 4. Os <i>públicos</i> em si, o público atual, o público em potencial, sua situação econômica, social e política, suas idéias e atitudes, a vinculação entre a <i>investigação jornalística</i> e as ciências sociais em geral na análise do público ou da comunidade” (Brasil, 1969, p. 107, grifo nosso).</p>
<p>i) <b>Nada mais se precisa acrescentar para atribuir à investigação científica nos domínios da comunicação a importância a que faz jus, não só pelas luzes que projeta no estudo das técnicas de jornalismo como pela interpretação de seus efeitos na vida social</b> (Brasil, 1969, p. 108, grifo nosso).</p>
<p>j) <b>A comunicação passou a ser considerada em bloco: ao pretender atingir correntes de público ou de opinião, acodem ao comunicador todos os meios para que proceda à escolha dos mais adequados – por vezes o mais humilde alcançando maior eficiência</b> (Brasil, 1969, p. 108, grifo nosso).</p>
<p>k) <b>De outro lado, a curiosidade do leitor ou ouvinte, ou espectador, é cada vez maior. Qualquer pessoa, hoje em dia, se transforma em cidadão do mundo, com os olhos presos aos acontecimentos políticos mais distantes e às proezas mais audaciosas da aeronavegação.</b> A concorrência entre os veículos apresenta-se como nunca, não só entre veículos como o jornal e o rádio, como entre veículos da mesma categoria, a exemplo os jornais. Daí, a necessidade que os <i>meios</i> de comunicação experimentam de oferecer, ao lado da verdade, e sem quebra da verdade, fatos originais estranhos, para os quais convoca a imaginação de seus escritores e artistas. <b>Um acontecimento não se inventa, no sentido da deformação e da mentira, mas muitos acontecimentos se promovem para corresponder aos interesses do público, especialmente à sua excitada curiosidade</b> (Brasil, 1969, p. 108, grifo nosso).</p>
<p>l) <b>O jornalista, ou comunicador, parte de uma condição: é a de saber encontrar os fatos, selecioná-los e, de modo particular, vê-los. Ele não seleciona para si, ao capricho de seu gosto (embora o gosto individual se reflita em qualquer escolha): seleciona para o seu público. Ele não vê apenas o que estimaria para satisfação sua, mas tudo quanto responderá às solicitações do público, a que serve, na integridade de sua missão de informante</b> (Brasil, 1969, p. 109, grifo nosso).</p>
<p>m) <b>Outros aspectos se juntarão: o da ética, o da liberdade e responsabilidade,</b> o da organização de empresas, o da legislação específica em setores correlatos, o da psicologia social, o da sociologia da comunidade, o das pesquisas em comunicação, - tudo isso filtrado na problemática do Jornalismo Comparado, abrindo horizontes novos à tão ambiciosa comunicação de nossos dias (Brasil, 1969, p. 110, grifo nosso).</p>
<p>n) Em conclusão, a formação de comunicadores (jornalistas, repórteres de tevê e rádio, relações públicas e outras atividades similares) terá como ponto de partida o estudo do fenômeno da comunicação, insistirá na aquisição da melhor técnica e contará com os subsídios da cultura geral. <b>Assim, preparado, habilitado ao exercício plural das comunicações, robustecido pela ética resultante dos efeitos da profissão, pôsto a serviço do legítimo interesse público, o comunicador ou jornalista se encontrará em condições de assumir as responsabilidades de sua profissão, com a consciência dos seus deveres de contribuir para o progresso da sociedade</b> (Brasil, 1969, p. 112, grifo nosso).</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Apesar de não haver muitas menções dos conceitos de cidadania e de democracia no texto do Parecer n. 631/69, foram encontradas outras expressões relacionadas ao que se

intencionava para o então originário curso de Comunicação Social e habilitações no Brasil. Observa-se que, dentre os termos destacados, encontra-se opinião pública, que se trata de um conceito fundamental para a democracia, especialmente a representativa, e também para a cidadania, como uma vontade e expressão legítima de uma maioria de cidadãos. Os conceitos de opinião pública e de interesse público também são fundamentos do jornalismo enquanto prática social e motivador da criação dos primeiros cursos da área no final do século XIX, especialmente nos Estados Unidos no início do século XX.

As expressões encontradas nos enunciados do Parecer n. 631/69 se alinhavam ao projeto direcionado aos meios de comunicação em meados do século XX, entendidos como massivos e proporcionadores de efeitos diretos e homogêneos sobre os públicos. Naquele período, os destinatários dos meios de comunicação eram chamados também de comunidades, massas, audiências, grupos nacionais ou coletividades. Esse documento evidencia o uso desses termos correlacionados a noções de cidadania ou de cidadãos para versar sobre o jornalismo e a comunicação. A menção a povos encontrada no texto se refere à apropriação de citações da publicação *Enseñanza de periodismo y medios de información colectiva*, publicado pelo CIESPAL em 1965.

Ao se investigar as expressões associadas à cidadania, registram-se também menções à civilização, às sociedades, à liberdade e conceituações sobre a vida social. O parecer referente ao currículo mínimo de 1969 menciona também humanidades, povos, pessoas, mas não especifica sobre quem esses termos versam, isto é, se eles contemplam grupos minoritários ou pessoas proeminentes na sociedade. Porém, o único trecho do parecer em que se encontram enunciados de estratificações sociais trata-se de uma citação direta apropriada de outra obra, *Introdução às Ciências Sociais*, a qual embasa que a competência dos meios de comunicação perpassa por problemas da vida pública e ao foro íntimo.

No rol dos problemas que serão seriamente afetados pelas falhas de comunicação, aquele ensaísta arrola além dos de ordem política (como a semântica política é capciosa...), os de relações internacionais, os conflitos entre patrões e empregados, as distorções de fundo publicitário, as dificuldades entre marido e mulher, entre pais e filhos, entre professor e alunos – enfim, situações desde o âmbito das nações até a intimidade do lar e do trabalho (conf. *Introdução às Ciências Sociais*, págs. 294 e 295) (Brasil, 1969, p. 105).

Registra-se que a função social do curso de Comunicação Social e habilitações, iniciado a partir de 1969, intencionava, dentre as suas funções sociais vinculadas à cidadania e à democracia, o interesse público, o interesse do público e ao Estado como gestor do bem comum. O objetivo principal compartilhado pelas distintas habilitações da então criada graduação em

Comunicação Social, em 1969, baseava-se em uma visão funcionalista e instrumental dos meios de comunicação expressa pela ideia: “[...] a mensagem a serviço da sociedade” (Brasil, 1969, p. 106).

A partir dessa análise, constata-se que o primeiro documento normativo do ensino de Jornalismo no Brasil no qual se evidenciam menções de funções cidadãs e democráticas, ainda que poucas, é no Parecer n. 631/69, referente ao terceiro currículo mínimo do curso. Foi esse documento que aprovou a alteração do curso de Jornalismo para a Comunicação Social. É uma constatação um tanto contraditória, pois evidencia um projeto de curso que faz referência o cidadão do mundo e as democracias durante o contexto político nacional da mais severa restrição de direitos e de crise democrática durante a Ditadura Militar no Brasil, no ano de 1969, que foi um ano após o Ato Institucional n. 5 (AI-5), tido como o instrumento mais autoritário e coercitivo do regime, ter sido decretado em 1968.

Essa constatação permite uma analogia ao que Schwarz (2014) denomina de ‘as ideias fora do lugar’ na prosa literária do século XIX no Brasil. Apropria-se da tese do crítico Roberto Schwarz (2014) sobre “as ideias fora do lugar”, que, em seu ensaio, fez uma crítica sobre a dissonância da adoção de ideias liberais de raízes europeias pelo Brasil escravocrata e socialmente atrasado, a partir da prosa literária de romances nacionais oitocentistas. Segundo a observação desse autor, “[...] no Brasil as ideias estavam fora de centro, em relação ao seu uso europeu” (Schwarz, 2014, p. 63). Descontextualizadas, essas ideias serviram para justificar os campos dos argumentos sobre uma identidade brasileira, porém enviesadas, antagônicas e desvantajosas para a realidade nacional, pois contraditoriamente sedimentaram o arbítrio do favor. Essas ideologias liberais apropriadas no Brasil “[...] não descrevem sequer falsamente a realidade, e não gravitam segundo uma lei que lhes seja própria” (Schwarz, 2014, p. 53).

De modo análogo, registramos conceituações de cidadania e de democracia foras do lugar no parecer do terceiro currículo mínimo do curso de Comunicação Social e habilitações, dentre essas Jornalismo. Termos que se relacionam com ideias democráticas e cidadãs são enunciados também no texto como valores de justificação de uma normatividade para o ensino da área, mas que antagonicamente falseiam a realidade do contexto político nacional, a qual não corresponde aos significados dessas expressões correlatas à cidadania e à democracia.

Sem prejuízos de serem expressos fora de suas semânticas originárias, acabam por dizerem outra coisa. É desse modo que a Ditadura Militar contraditoriamente se torna sinônima de Revolução de Março, assim como uso dos termos cidadão do mundo, democracias e liberdade são arbitrariamente apropriados pelo regime político ditatorial e deturpados de seus significados.

Após o Parecer n. 631/69, foi fixado o terceiro currículo mínimo do curso de Comunicação Social e habilitações por meio da Resolução n. 11, de 6 de agosto de 1969. Essa resolução, contudo, não gera outro quadro de análise, pois não foram identificadas menções evidentes de cidadania e de democracia e nem expressões indiretamente relacionadas a esses conceitos nesse documento.

Outro documento normativo do ensino da área que expressa claramente menções à cidadania é o Parecer n. 1.203/77, que homologou a reforma que antecedeu a fixação do quarto currículo mínimo do curso de Comunicação Social. Porém, ele não enuncia a democracia e nem outros termos derivados desse conceito, conforme se apresenta no Quadro 5.

**Quadro 5 - Análise do Parecer n. 1.203/77 do curso de Comunicação Social no Brasil quanto às menções evidentes de cidadania e de democracia**

Assunto do documento normativo	Menções de cidadania e derivações	Menções de democracia e derivações
Currículo Mínimo do curso de Comunicação Social	Na atualidade, os encargos da política e os <b>cidadãos</b> desses países hão de prestar a mais alta atenção ao papel que a comunicação desempenha hoje na sociedade, e estudar como pode ela oferecer melhor contribuição, em todos os aspectos do desenvolvimento nacional (Brasil, 1977, p. 47, grifo nosso).	-

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O Parecer n. 1.203/77, que aprovou o projeto de resolução do quarto currículo mínimo do curso de Comunicação Social e habilitações, evidencia um enunciado que contém a palavra cidadãos como integrantes da sociedade e também enquanto públicos estratégicos dos meios de comunicação em nome de uma eficiência e desenvolvimento nacional. Apesar desse parecer não apresentar menções diretas de democracia, nele foram encontradas outras expressões relacionadas às noções que tangenciam os conceitos de cidadania e de democracia, conforme se apresenta no Quadro 6.

**Quadro 6 - Enunciados do Parecer n. 1.203/77 do curso de Comunicação Social no Brasil que apresentam expressões relacionadas à cidadania e à democracia**

(continua)

Enunciados destacados no texto do parecer do quarto currículo mínimo
a) <b>Tendo a Comunicação Social perdido o caráter de novidade, ou de moda, pode-se, agora, graças à experiência adquirida pelas escolas e pelo surgimento dos primeiros cursos de pós-graduação em nível de mestrado, avaliar o seu correto significado e importância dentro da sociedade</b> (Brasil, 1977, p. 45, grifo nosso).
b) Justificativa – <b>A Comunicação Social estabelece o relacionamento entre o homem e homem, família e família, cidade e cidade, Nação e Nação; mantém a paz e constrói o mundo, ou excita os povos, levando-os à guerra e à destruição</b> (Brasil, 1977, p. 45, grifo nosso).
c) <b>Daí a eminência do ensino de Comunicação Social e o cuidado que se deve ter ao propor-se um currículo base, no preparo do homem que será o instrumento gerador da paz ou da guerra, através de seus veículos próprios de comunicação</b> (Brasil, 1977, p. 45, grifo nosso).
d) <b>Pretende-se a formação de profissional habilitado a utilizar e modificar as técnicas de Comunicação Social e, com elas, a partir de uma visão histórico-crítica, não apenas atuar, mas atuar como agente de transformação e desenvolvimento da sociedade em que está inserido, sem perda de uma visão humanística e universal e sem o que, a universidade carece de sentido</b> (Brasil, 1977, p. 47, grifo nosso).
e) <b>Pretende-se o rompimento com a tendência à formação de profissionais que, embora capacitados à manipulação tecnológica, têm-se revelado despreparados para intervir no quadro de realidade política e cultural de seu País. Em uma via de rigorosa coerência, entende-se a Comunicação Social em uma sociedade em desenvolvimento como uma das formas mais eficazes de intervenção social para o desenvolvimento, sem prejuízo do papel que o comunicador social desempenha nas relações de Estado</b> (Brasil, 1977, p. 47, grifo nosso).
f) A Unesco, aliás, projeta idêntica perspectiva (*) <i>in verbis</i> :(*) informe da Unesco sobre Política e Planejamento da Comunicação – Paris, Julho de 1972. <b>“A comunicação é indispensável para esforço do Homem no sentido de melhorar a qualidade de vida”. Afeta a sua produtividade, a sua expressão pessoal e as suas necessidades de vínculos sociais</b> (Brasil, 1977, p. 47, grifo nosso).
g) <b>Nos países menos industrializados, a principal tarefa está em aumentar a participação da população, nos assuntos econômicos e nacionais, melhorar seus conhecimentos teóricos e práticos, fundi-los num sentimento nacional e permitir-lhes encontrar sua identidade cultural e pessoal no esforço dirigido para o desenvolvimento nacional. Sem a comunicação, sem o pleno emprego dos modernos meios de comunicação, ao lado das formas mais tradicionais de comunicação social, há poucas esperanças de se alcançar objetivos urgentes em curto tempo, especialmente, quando nesses esforços participam milhões de pessoas</b> (Brasil, 1977, p. 47, grifo nosso).
h) Instrumento de educação permanente, a Comunicação Social tem as funções de: 1. <b>transmitir conhecimentos e veicular valores, de modo a assegurar ao homem da cidade e do campo o direito que tem, de acesso à informação;</b> 2. <b>refletir as manifestações culturais, nacionais e regionais.</b> 3. <b>difundir as nossas tradições culturais, asseguradoras da identidade nacional, veiculando, também, outras formas de expressão que fazem parte do patrimônio cultural da humanidade;</b> 4. <b>contribuir para a elevação dos padrões de bem-estar econômico e social de todo o povo;</b> 5. <b>ampliar e difundir formas coletivas e individuais de lazer e entretenimento;</b> 6. <b>reforçar e preservar o nosso patrimônio artístico, favorecendo seu crescimento mediante o estímulo à inovação e à criatividade;</b> 7. <b>apresentar e discutir amplamente os problemas da sociedade;</b> 8. <b>promover a participação na sociedade nacional, das populações marginalizadas, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Cultura, especialmente, no item 6 do capítulo “Diretrizes”</b> (Brasil, 1977, p. 47, grifo nosso).
i) <b>Para oferecer viabilidade a essas funções, deverão desenvolver conhecimentos específicos necessários à identificação e à superação dos problemas de comunicação da sociedade brasileira contemporânea, habilitando o comunicador social, de posse de um conjunto de profissões, estruturalmente interligadas, mas funcionalmente diversificadas, ao desempenho do papel que lhe cabe. Esse objetivo poderá ser alcançado mediante:</b> a) <b>assimilação do Instrumental indispensável à avaliação histórico-crítica da sociedade brasileira, mediante o estudo de formação econômica, política, social e cultural do País;</b> b) <b>desenvolvimento do conhecimento científico necessário à compreensão dos fenômenos da comunicação;</b> c) <b>estudo e desenvolvimento dos processos de produção e dos usos coletivos dos meios de comunicação;</b> d) <b>pesquisa, desenvolvimento e controle das tecnologias próprias da comunicação;</b> e) <b>proposição de problemáticas e desenvolvimento da pesquisa básica e aplicada, adequadas às necessidades de condições do País e da escola;</b> f) <b>estímulo ao desenvolvimento de práticas baseadas na criatividade;</b> g) <b>desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades relativos à Comunicação Social em sua dimensão artística ou estética</b> (Brasil, 1977, p. 47-48, grifo nosso).

(conclusão)

<b>Enunciados destacados no texto do parecer do quarto currículo mínimo</b>
j) <b>No ensino da Comunicação Social, a universidade brasileira deverá, portanto, considerar “o respeito às diferenciações da Cultura Brasileira, oriundas da formação histórica e social do País, procurando relacioná-las no seu próprio contexto”, na forma, aliás, do Plano Nacional de Cultura.</b> (Brasil, 1977, p. 48, grifo nosso).
k) PROJETO DE RESOLUÇÃO §2º - <b>Para organização do programa de cada disciplina, deverão ser observados os conteúdos mínimos fixados nas ementas do anexo I, que [integram] a comunidade latino-americana</b> (Brasil, 1977, p. 49-50, grifo nosso).
l) Art. 3º - <b>Na elaboração do currículo pleno do curso, poderão os estabelecimentos de ensino desdobrar as matérias do currículo mínimo, bem como acrescentar outras que julguem indispensáveis, atendendo sempre às características sócio-culturais e ocupacionais da região,</b> as possibilidades da escola e o interesse dos alunos (Brasil, 1977, p. 50, grifo nosso).
m) §2.º - O Estágio Supervisionado, desenvolvido pelos alunos sob a orientação dos professores e monitores, deve estar voltado para a realização de uma prática profissional intensiva, sendo indispensável, também, a avaliação crítica dos trabalhos realizados, <b>como ponto de apoio para gerar uma tecnologia nacional de Comunicação Social</b> (Brasil, 1977, p. 50, grifo nosso).

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Verifica-se que o parecer de 1977 do curso de Comunicação Social apresenta algumas mudanças se comparado ao documento anteriormente analisado. Enquanto no parecer de 1969 encontravam-se menções recorrentes a públicos, o Parecer n. 1.203/77 – aprovado ainda durante a Ditadura Militar, mas que já se encaminhava para uma primeira fase de uma processual, lenta e gradual transição para uma democratização na política nacional<sup>30</sup> (Kinzo, 2001) –, versa mais sobre uma intencionalidade desenvolvimentista direcionada à sociedade por meio da atuação dos profissionais graduados no curso de Comunicação Social e habilitações. Constatam-se no Parecer n. 1.203/77 mais menções ao termo sociedade, social, especificamente adjetivadas dos termos nacional e brasileira, que se conferem o status tanto de cidadania quanto de referências à democracia.

Encontram-se as dimensões de coletividade, humanística e universal, vinculadas à atuação dos comunicadores sociais, tanto no parecer de 1969 quanto no de 1977. Entretanto, no parecer elaborado em 1977, não se registram mais enunciados com referências a públicos, massas, audiências, grupos, leitor, ouvinte e espectador, diferentemente do que foi identificado no parecer anterior de 1969.

Foram encontrados em ambos os documentos, os pareceres de 1969 e o de 1977, expressões associadas à cidadania e à democracia, como: sociedade; povos; comunidade;

<sup>30</sup> De acordo com Kinzo (2001), a transição democrática brasileira divide-se em três fases, sendo a primeira fase de 1974 a 1982, na qual começa a despontar o anseio por uma abertura do regime. No entanto, a nação ainda estava sob total controle dos militares. Essa fase caracteriza-se mais por uma tentativa de uma reforma do regime do que de fato uma efetiva redemocratização. Foi nesta fase em que se elaborou o parecer referente ao quarto currículo mínimo do curso de Jornalismo.

humanidades; coletividade; coletivo; nação, país, países; nacional. Não se registram menções à opinião pública, ao interesse público e ao interesse do público no Parecer n. 1.203/77, diferentemente do documento anterior.

Além disso, a expressão ‘bem comum’ (Brasil, 1969), encontrada no parecer de 1969, dá lugar a ‘bem-estar econômico e social de todo o povo’ no documento de 1977 (Brasil, 1977), como uma função da Comunicação. Essa evidência correlaciona-se ao contexto macropolítico em que foi elaborado o quarto currículo mínimo do curso, em que havia a predominância de ideias vinculadas à social-democracia, conforme explica Meditsch (2012). “Por isso, pretendia inaugurar uma fase ‘crítico reflexiva’ no ensino da Comunicação, conforme sua justificativa e as mais novas influências da UNESCO e da Ciespal, que já então começavam a sair da órbita do alinhamento original da guerra fria [...]” (Meditsch, 2012, p. 58). Essa orientação crítica e reflexiva na formação do comunicador também é expressa no parecer:

Pretende-se a formação de profissional habilitado a utilizar e modificar as técnicas de Comunicação Social e, com elas, a partir de uma visão histórico-crítica, não apenas atuar, mas atuar como agente de transformação e desenvolvimento da sociedade em que está inserido, sem perda de uma visão humanística e universal e sem o que, a universidade carece de sentido (Brasil, 1977, p. 47).

O Parecer n. 1.203/77 aponta um perfil almejado de comunicador social, habilitado nas profissões então vigentes, enquanto “agente de transformações” (Brasil, 1977, p. 46), isto é, promotor de intervenções em favor do desenvolvimento nacional, do País, do Estado, da nação ou da comunidade latino-americana. Ao mesmo tempo em que incorpora algumas orientações, ainda que poucas, que o curso de Comunicação Social deveria, além de ser direcionado ao projeto desenvolvimentista nacional, também atender às manifestações regionais, especialmente culturais, assim como os trabalhos dos estágios supervisionados deveriam ser “[...] um ponto de apoio para gerar uma tecnologia nacional de Comunicação Social” (Brasil, 1977, p. 50).

Essas expressões sintonizam-se com os discursos de cunho desenvolvimentista e nacionalista condizentes com a Ditadura Militar no Brasil. No referido Parecer de 1977, há menção de uma almejada atuação do comunicador social em prol de uma cultura de paz, que também se relaciona com os discursos propagados pelo regime ditatorial vigente no País naquele período, como no trecho: “Daí a eminência do ensino de Comunicação Social e o cuidado que se deve ter ao propor-se um currículo base, no preparo do homem que será o instrumento gerador da paz ou da guerra, através de seus veículos próprios de comunicação” (Brasil, 1977, p. 45).

O conceito de paz é usado como retórica para sustentar o ideário de garantia de segurança nacional contra uma pretensa intentona comunista desde o final dos anos de 1950 no Brasil. Além disso, a incidência do contexto da Guerra Fria também se soma ao cenário em que foi elaborado o quarto currículo mínimo do curso de Comunicação Social no Brasil mediante a aprovação do Parecer n. 1.203/77. É segundo esses contextos que a Ditadura Militar no Brasil propôs a atuação estratégica dos veículos nacionais de comunicação e de seus profissionais em prol da propaganda oficial do regime e apropriando-se de discursos e valores, a exemplo da manutenção da paz como justificativa para o autoritarismo.

Também se correlaciona aos contextos da Ditadura Militar e da Guerra Fria a menção sequencial e, por demais pretensiosa, na justificativa do parecer, na qual a Comunicação Social é tida como capaz de estabelecer o relacionamento entre “[...] homem e homem, família e família, cidade e cidade, Estado e Estado, nação e nação” (Brasil, 1977, p. 45). Essa enunciação guarda relações com as características de base ideológica de origem fascista da Ditadura Militar no Brasil, caracterizada pela valorização do nacionalismo, pela exaltação do militarismo, pela infração aos direitos humanos, por perseguições a intelectuais e opositores ao regime, pelo controle e censura da mídia e pela defesa de preceitos familiares.

O Parecer n. 1.203/77 (Brasil, 1977, p. 47) cita a Política Nacional de Cultura (PNC), criada pela primeira vez em 1975, como um documento de referência para a quarta reforma curricular do curso de Comunicação Social. Especialmente, o texto desse parecer menciona os vínculos entre a idealização da formação de comunicadores sociais naquele período em sintonia ao que preconizava o item 6, da seção Diretrizes da PNC (Brasil, 1975b), que se trata de:

6. o incentivo aos instrumentos materiais, atuantes ou em potencial, para imprimir maior desenvolvimento à criação e à difusão das diferentes manifestações da cultura, tendo sempre em vista a salvaguarda dos nossos valores culturais, ameaçados pela imposição maciça, através dos novos meios de comunicação, dos valores estrangeiros; (Brasil, 1975b, p. 35).

Conforme se apreende do texto do item 6 da PNC, havia uma retórica de valores culturais nacionais ameaçados em virtude de estrangeirismos propagados pelos novos meios de comunicação. A PNC propunha estratégias nacionalistas junto à cultura e à comunicação. “Amparada no ideário da segurança e do desenvolvimento, a PNC foi estruturada para guiar as ações do governo militar na consolidação da indústria cultural, promovendo [...] um expressivo investimento em telecomunicações e na difusão da produção cultural” (Azevedo, 2016, p. 319).

Com a PNC, foram estabelecidos investimentos na infraestrutura do sistema de telecomunicações do Brasil, que visavam ao desenvolvimento do mercado cultural (Azevedo, 2016), principalmente o apoio à produção cinematográfica nacional.

A PNC fez parte da estratégia do MEC de adotar políticas específicas para cada setor de sua competência, revelando, assim, uma das premissas do Regime Militar de organização e planejamento das suas ações, mecanismo primordial para o processo de racionalização que alcançou a sociedade moderna, e que se efetivou nos projetos culturais implementados no período ditatorial. Assim, à tentativa de legitimidade e reconhecimento, os militares buscaram montar um discurso pautado em princípios democráticos e de liberdade, cuja função seria a de humanizar o próprio Regime Militar. Com o expressivo investimento nas políticas culturais e nos meios de comunicação, houve a difusão da PNC, e mais ainda, a difusão de uma cultura mercantilizada, que em si carregava valores culturais norte-americanos. Estas políticas ao mesmo tempo em que contribuía para a manutenção do Estado Militar, também refletiam um novo processo centrado na institucionalização e profissionalização cultural (Azevedo, 2016, p. 336).

A influência da PNC reverberou no quarto currículo mínimo do curso de Comunicação Social, fixado pela Resolução CFE nº 03, de 12 de abril de 1978. Mesmo tendo sido aplicado em poucas escolas, em virtude da campanha de descontentamento quanto à formação de comunicadores sociais e apelos para o fechamento dos cursos da área, o quarto currículo mínimo: “Intensificou a tendência à especialização, extinguindo o comunicador polivalente, criando a habilitação em Rádio e TV e enquadrando os já existentes cursos de Cinema também como habilitação” (Meditsch, 2012, p. 59). Para esse autor, o quarto currículo mínimo demarcou uma maior abstratificação no ensino, não recuperando a base humanista das fases anteriores, e ainda reforçou um teorismo em sobreposição ao pragmatismo. “O mesmo teorismo vai prevalecer nas disciplinas classificadas como de natureza técnico-profissional, com a transferência da responsabilidade do ensino das práticas aos estágios nas empresas” (Meditsch, 2012, p. 60).

Mesmo com a aprovação do Parecer n. 1.203/77, ainda sob o controle da Ditadura Militar, a partir de 1970 recrudescer uma vertente crítica nas universidades e no ensino, com grande influência do marxismo sobre os cursos de Comunicação Social no Brasil (Rüdiger, 2021). Esse viés crítico é observável na redação do referido Parecer de 1977, no trecho do texto que incorpora a menção da “[...] participação na sociedade nacional, das populações marginalizadas” (Brasil, 1977, p. 47), introduzindo uma perspectiva que assume a existência de grupos sociais subalternos, periféricos, ou seja, excluídos de direitos de cidadania.

O Parecer de 1977 apresenta também a menção ao direito de acesso à informação no trecho: “[...] assegurar ao homem da cidade e do campo o direito que tem, de acesso à

informação;” (Brasil, 1997, p. 47). Contudo, pontua-se que o sentido dessa expressão no documento refere-se ao reconhecimento do direito de que os públicos recebam informações, mas não no papel de produtores e nem no sentido de democratização dos meios de comunicação, exatamente porque nesse período havia um intenso controle das liberdades devido à Ditadura Militar.

Conforme já mencionado, o Parecer n. 1.203/77 aprovou o projeto de Resolução n. 03, de 12 de abril de 1978, que fixou o quarto currículo mínimo do curso de Comunicação Social e suas habilitações. No texto dessa resolução, encontra-se basicamente a descrição do currículo mínimo da Comunicação Social e habilitações, com as matérias e as ementas. Esse conteúdo é apresentado primeiramente no Parecer n. 1.203/77 enquanto um projeto de resolução. Portanto, a Resolução n. 03, de 12 de abril de 1978 acaba sendo um documento mais sucinto do que o parecer anterior, não gerando, portanto, outro quadro de análise da pesquisa documental, pois os termos e expressões que ele apresenta já foram considerados no Parecer n. 1.203/77.

Na sequência, o Parecer n. 7.679/78 (Brasil, 1978b) também não ganha destaque na nossa análise documental, pois em seus enunciados não se encontram menções evidentes de cidadania e nem de democracia ou mesmo de outras expressões relacionadas a esses dois conceitos, por se tratar de um documento que apenas revisou o artigo 7º da Resolução n. 03, de 12 de abril de 1978.

Outro documento normativo do ensino da área em que foram encontradas menções evidentes de cidadania e de democracia é o Parecer n. 480/83, que aprovou a reforma que homologou o quinto currículo mínimo do curso de Comunicação Social e habilitações. Esse parecer versa sobre questões preliminares do trabalho da comissão constituída para a revisão curricular, os antecedentes do ensino de Comunicação no Brasil, as diretrizes curriculares, as habilitações e propostas para melhorias do ensino, devido ao movimento que insurgiu à época pela extinção dos cursos, no início dos anos de 1980.

O Parecer de 1983 descreve minuciosamente as instalações e os equipamentos para composição dos laboratórios do curso de Comunicação Social destinados às atividades práticas para cada uma das habilitações: Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Produção Editorial, Radialismo (Rádio e TV) e Cinema. Sobre esse último aspecto, foi excluída da análise documental a descrição dos materiais dos laboratórios citados no parecer, por não acrescentarem. Para tanto, no Quadro 7 estão destacados os trechos do texto do Parecer n. 480/83 quanto às menções diretas de cidadania e de democracia e outros termos que derivam desses dois conceitos.

**Quadro 7 - Análise do Parecer n. 480/83 do curso de Comunicação Social no Brasil quanto às menções evidentes de cidadania e de democracia**

Assunto do documento normativo	Menções de cidadania e derivações	Menções de democracia e derivações
<p>Aprovação de Currículo Mínimo do curso de Comunicação Social.</p> <p>CCC – Par. n. 480/83, aprovado em 6/10/83 (Proc. n..1623/80).</p>	<p>-</p>	<p>1.4. A Comissão Especial, sob a presidência do Conselheiro Júlio Gregório Garcia Morejón, desincumbiu-se de forma primorosa da tarefa que lhe foi confiada, apresentando, na conclusão de suas atividades, documento-síntese, nascido do consenso de seus integrantes, contendo itens e sugestões demorada e <b>democraticamente</b> debatidos e votados em suas reuniões (Brasil, 1983, p. 81, grifo nosso).</p> <p>Assim, a comunicação social poderá desempenhar “<i>um papel de dinamização ou esclerotização do desenvolvimento integral, de promoção ou impedimento da mudança social, de respeito à identidade cultural dos povos ou de alienação, de racionalização ou distorção do progresso científico e técnico, de democratização econômica e política ou de elitização e concentração da riqueza e do poder, do equilíbrio nas relações internacionais ou de hegemonização-satelização, conforme quem a use, como a use e para que a use</i>” (Brasil, 1983, p. 84-85, grifo nosso).</p> <p>Essas circunstâncias conferem responsabilidade especial aos profissionais da área de Comunicação, cujas tarefas prioritárias na sociedade brasileira são de contribuir através das atividades que lhe são próprias, para criar e aperfeiçoar os fundamentos <b>democráticos</b> da sociedade; [...] (Brasil, 1983, p. 85, grifo nosso).</p> <p>Aperfeiçoar práticas <b>democráticas</b> nas relações de produção de mensagens e nas relações entre os produtores de mensagens com as fontes de informação e o público usuário; [...] (Brasil, 1983, p. 85, grifo nosso).</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O Parecer n. 480/83, que aprovou o projeto do quinto currículo mínimo do curso de Comunicação Social e habilitações, apresenta menções à democracia e derivações desse conceito em seus enunciados. Porém, não foram identificados enunciados sobre cidadania ou de termos derivados desse conceito.

Analisa-se, a partir dos trechos destacados do Parecer n. 480/83 no quadro acima, que o documento se referenciava em procedimentos, fundamentos e práticas que fossem considerados democráticos. No contexto nacional, à época de elaboração desse parecer, havia o anseio coletivo por uma redemocratização no Brasil, que somente viria a se concretizar com a promulgação da Constituição Federal em 1988.

Em trechos do Parecer n. 480/83, fica evidente o desejo de que as tarefas dos profissionais da Comunicação Social no Brasil e que a formação no curso atendessem aos princípios da democracia, como nos trechos: a) “[...] criar e aperfeiçoar os **fundamentos democráticos** da sociedade;” (Brasil, 1983, p. 85, grifo nosso); e b) “Aperfeiçoar **práticas democráticas** nas relações de produção de mensagens e nas relações entre os produtores de mensagens com as fontes de informação e o público usuário; [...]” (Brasil, 1983, p. 85, grifo nosso). Daí se observa que a revisão curricular do curso de Comunicação Social e habilitações, aprovada pelo Parecer n. 480/83, claramente disputou o conceito de democracia como alicerce do ensino de Comunicação Social e das habilitações equivalentes, entre essas o Jornalismo, a despeito do contexto antidemocrático da Ditadura Militar no País vigente naquele ano. No entanto, nesse período já havia movimentações em favor da redemocratização.

Apesar de não mencionar explicitamente a cidadania e termos derivados desse conceito em seus enunciados, o Parecer n. 480/83 apresenta outras expressões correlacionadas, conforme apresentado no Quadro 8.

O Parecer n. 480/83, referente ao quarto currículo mínimo do curso, foi aprovado no contexto político de uma segunda fase de transição democrática no País. De acordo com Kinzo (2001), a segunda fase referente à transição democrática no Brasil corresponde aos anos entre 1982 e 1985. Essa autora versa que se prosseguiu para uma liberalização do regime militar, “[...] apesar de os militares continuarem em sua posição inquestionável de jogador principal, outros atores passariam, a partir de 1982, a influenciar o jogo, atrapalhando os planos do governo de manter o controle total sobre o processo político” (Kinzo, 2001, p. 6).

**Quadro 8 - Enunciados do Parecer n. 480/83 do curso de Comunicação Social no Brasil que apresentam expressões relacionadas à cidadania e à democracia**

Enunciados destacados no texto do parecer do quinto currículo mínimo
a) Acompanhando a tendência geral do ensino superior, sensível às pressões por vagas na universidade, ampliou-se consideravelmente o número de cursos de Comunicação. <b>Uma terceira fase se inaugura nos primeiros anos da década de 70, marcada pela preocupação com os aspectos teóricos da Comunicação e com a superação e crítica dos modelos teóricos importados nas etapas anteriores, considerados insuficientes para explicar a realidade da comunicação em países em desenvolvimento</b> (Brasil, 1983, p. 82, grifo nosso).
b) 2.1.1. Desde o final da década de 70, acentuaram-se as críticas de setores empresariais, secundadas por setores oficiais, ao ensino de Comunicação. Alguns defendiam a extinção pura e simples dos cursos de Comunicação, por não considerarem necessária a formação de profissionais em cursos específicos de Comunicação. <b>Esse ponto de vista chegou a sensibilizar certas áreas, preocupadas com o fechamento do mercado de trabalho em geral para profissionais de formação superior, devido às dificuldades econômicas do País. Argumentava-se que o requisito essencial para o desempenho da profissão de comunicador era o bom conhecimento da realidade social em seus múltiplos aspectos: político, cultural, econômico, científico etc.</b> (Brasil, 1983, p. 82, grifo nosso).
c) <b>Concordavam que o profissional da Comunicação precisa conhecer a realidade social em que vai intervir</b> e também as técnicas e linguagens de sua profissão, mas – e era a primeira observação – este conhecimento não se deve limitar às técnicas consagradas pelo uso (Brasil, 1983, p. 82-83, grifo nosso).
d) É também dentro dos cursos de Comunicação que se poderá dedicar um esforço substantivo a um terceiro aspecto necessário à formação do Comunicador, negligenciado pelos críticos dos cursos: <b>trata-se de aprofundar o conhecimento sistemático dos meios de comunicação social (rádio, televisão, jornais, revistas) e as atividades de comunicação (publicidade e relações públicas), que assumiram importância fundamental na sociedade</b> , tornando-se em decorrência indispensável conhecer e investigar a maneira como se organizam, funcionam, se articulam com as demais instituições e influem nos comportamentos individuais e coletivos. <b>O Comunicador necessita compreender o significado de seu trabalho e o significado do trabalho das instituições de comunicação dentro da sociedade</b> (Brasil, 1983, p. 83, grifo nosso).
e) 2.1.3. A essas críticas, somou-se uma terceira ordem de restrições de caráter conceitual, propostas por professores. <b>Reexaminando a fase anterior de preocupação com os aspectos teóricos da Comunicação, considerou-se que ela permitiu lançar os fundamentos para a elaboração de uma teoria da Comunicação adequada à realidade brasileira e latino-americana</b> , mas levou a um distanciamento indesejável na prática que, em certa medida, passou a ser considerada “ <i>atividade menor</i> ” (Brasil, 1983, p. 83, grifo nosso).
f) 2.3.1. <b>A Comunicação é um recurso econômico, cultural e político fundamental na sociedade moderna, devendo sua utilização ser objeto de planejamento racional, levando em conta os interesses dos diversos setores da sociedade.</b> As evidências dessa importância são demonstradas pela magnitude dos sistemas de comunicação social instalados, que condicionam e determinam os comportamentos individuais e coletivos. Nesse sentido, observa-se existirem três áreas cognoscitivas, através das quais se adquirem as percepções e valores que orientam os comportamentos: a) a vivência direta da realidade; b) <b>a experiência intermediada pela ação de grupos como a família, a escola e as comunidades</b> ; c) a experiência proporcionada pelos meios e atividades de comunicação social (Brasil, 1983, p. 84, grifo nosso).
g) Para exercer estas tarefas, é necessário dominar um conjunto de conhecimentos que podem ser agrupados em três áreas: - de <i>Ciências Sociais</i> , englobando um conjunto de matérias que permitam ao estudante o conhecimento da realidade social em que vai operar e, ao mesmo tempo, <b>lhes forneçam modelos teóricos e metodológicos para analisar o sistema da produção e os processos de mudança social</b> ; - de <i>Ciências da Comunicação e da Linguagem</i> , que <b>lhes permitam conhecer os sistemas de comunicação existentes ou necessários à sociedade</b> , os métodos e modelos teóricos para sua interpretação e as técnicas e linguagem para operá-las; - de <i>Filosofia e Arte</i> , reunindo matérias que permitam ao estudante compreender os aspectos existenciais e estéticos dos fenômenos, <b>além de levá-lo a uma reflexão ética sobre os problemas de ação humana diante dos valores sócio-culturais</b> (Brasil, 1983, p. 85, grifo nosso).
h) Para possibilitar aos estudantes a aquisição destes conhecimentos, o sistema de ensino de Comunicação deve contar com meios materiais e humanos mínimos na forma de equipamentos, instalações, bibliotecas e recursos humanos. <b>Deve, por outro lado, organizar adequadamente as relações pedagógicas e institucionais internas dos cursos; destes com os demais organismos na hierarquia educacional e com a comunidade</b> (Brasil, 1983, p. 85, grifo nosso).

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Portanto, observa-se no Parecer n. 480/83, além da evidente menção aos fundamentos democráticos da sociedade brasileira, se encontram outras expressões sintonizadas com o conceito de democracia, a exemplo de justiça social, igualdade e liberdade.

Essas circunstâncias conferem responsabilidade especial aos profissionais da área da Comunicação, cujas tarefas prioritárias na sociedade brasileira são de contribuir através das atividades que lhe são próprias, para criar e aperfeiçoar os fundamentos democráticos da sociedade; criar e aperfeiçoar relações sociais fundadas nos critérios de **justiça social**, mediante, entre outras práticas, a distribuição equitativa dos bens materiais e culturais; ampliar as possibilidades de participação de todas as camadas da sociedade nas decisões que lhes digam respeito; fortalecer o desenvolvimento integral do País, visto este não apenas nos aspectos físicos e econômicos, mas também sociais, políticos e culturais; fortalecer a identidade cultural das diversas camadas da sociedade; fortalecer a autonomia e independência nas relações com as demais Nações, relações estas que devem ser fundadas nos **princípios de igualdade e liberdade** (Brasil, 1983, p. 85, grifo nosso).

Encontram-se ainda referências à sociedade, ao social, ao coletivo, à comunidade e aos grupos. Sobre o termo grupos, ele vem acompanhado por especificações, como: “[...] a família, a escola e as comunidades” (Brasil, 1983, p. 84), o que incorpora uma perspectiva conversadora, bem condizente com o discurso da Ditadura Militar vigente à época da redação do Parecer de 1983.

Naquele período, o objetivo com a formação dos comunicadores sociais era de que intervissem na realidade social dos países em desenvolvimento para atender aos interesses de diversos setores da sociedade, especialmente no Brasil e na América Latina, conforme se apreende a partir dos enunciados do Parecer n. 480/83. “O Comunicador necessita compreender o significado de seu trabalho e o significado do trabalho das instituições de comunicação dentro da sociedade” (Brasil, 1983, p. 83). Nesse sentido, registra-se uma orientação dos discursos desse parecer em atenção às necessidades sociais, tangenciando uma apreensão de cidadania.

Esse parecer aprovou o teor da Resolução n. 2, de 2/1/84, que fixou o quinto currículo mínimo do curso de Comunicação Social e habilitações. Essa resolução foi analisada também neste estudo, porém em seus enunciados não se encontram menções de cidadania e de democracia ou expressões derivadas desses conceitos.

O Parecer n. 480/83 foi aprovado no período que corresponde ao último da fase regimental dos currículos mínimos, que normatizaram os cursos superiores no Brasil até a promulgação da nova LDB, em 1996. Em uma revisão de literatura sobre o posicionamento dos agentes acadêmicos quanto aos currículos mínimos do curso de Comunicação Social, Antonioli (2006) aponta que a maioria dos comentários críticos se deteve sobre o quinto currículo mínimo quanto à insatisfação sobre a imposição e à fragmentação do ensino; a defesa para que fossem

introduzidas disciplinas básicas, como: Formação Histórica do Brasil, Formação Cultural, Formação Política e Formação Econômica. Além disso, foram feitas críticas à divisão do curso em formação básica/profissional e incentivou-se a qualificação de professores da área em cursos de pós-graduação.

Dentre os documentos normativos referentes aos cinco currículos mínimos fixados para a área acadêmica de Jornalismo no Brasil, constatou-se que os pareceres apresentam mais informações do que as resoluções que fixaram os currículos mínimos, pois a redação dessas é mais sucinta e descritiva de ementas de matérias/disciplinas e sobre a estrutura dos cursos. Com o fim dos currículos mínimos e a implantação de DCNs para as graduações no País mediante a LDB de 1996, as primeiras DCNs foram estabelecidas para os cursos de Comunicação Social e suas habilitações.

Diferentemente dos pareceres dos currículos mínimos, o Parecer CNE/CES n. 492/2001, referente às primeiras DCNs do curso de Comunicação Social e habilitações, apresenta outra estrutura textual. O documento contém uma introdução em que pontuam os dois objetivos fundamentais das diretrizes. Na seção sobre as diretrizes curriculares, delinea-se o perfil comum para os formandos de Comunicação Social e os perfis específicos para cada habilitação do curso. No tópico perfis específicos por habilitação, encontram-se as descrições das características para os estudantes de Jornalismo, Relações Públicas, Radialismo, Publicidade e Propaganda, Editoração e Cinema. O parecer define também as competências e habilidades gerais e específicas por habilitação.

No Parecer CNE/CES n. 492/2001, não há a descrição de matérias, assim como ocorria nos currículos mínimos do curso. Segundo esse documento, as DCNs de Comunicação Social deveriam ser constituídas por um conjunto de conteúdos divididos em: teórico-conceituais, analíticos e informativos sobre a atualidade, linguagens, técnicas e tecnologias midiáticas, e conteúdos ético-políticos. Já em relação aos conteúdos específicos para as habilitações, o parecer dessas diretrizes prescreve que esses deveriam ser definidos pelo colegiado do curso.

Na análise do Parecer CNE/CES n. 492/2001, que fundamentou a homologação das DCNs do curso de Comunicação Social e suas habilitações, os enunciados correspondentes à habilitação em Jornalismo mencionam explicitamente a cidadania dentre as competências e habilidades específicas da área, por exemplo, no trecho: “- buscar a verdade jornalística, com postura ética e compromisso com a **cidadania**; [...]” (Brasil, 2001a, p. 20, grifo nosso). Também, nesse parecer, é citada a derivação do conceito de democracia, isto é, democratização, no enunciado que se refere às competências e habilidades específicas da habilitação em

Editoração, no sentido de que o profissional habilitado nessa profissão atue para a democratização da leitura, conforme demonstrado no Quadro 9.

**Quadro 9 - Análise do Parecer n. 492/2001 do curso de Comunicação Social e habilitações no Brasil quanto às menções evidentes de cidadania e de democracia**

Assunto do documento normativo	Menções de cidadania e derivações	Menções de democracia e derivações
Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.	2 – Competências e Habilidades B) Específicas por Habilitação Jornalismo - buscar a verdade jornalística, com postura ética e compromisso com a <b>cidadania</b> ; (Brasil, 2001a, p. 20, grifo nosso).	2 – Competências e Habilidades B) Específicas por Habilitação Editoração - agir no sentido de <b>democratização</b> da leitura e do acesso às informações e aos bens culturais (Brasil, 2001a, p. 23, grifo nosso).

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Além dos enunciados que citam cidadania e democratização expostos no quadro anterior, o Parecer CNE/CES n. 492/2001 também apresenta outras expressões relacionadas principalmente à noção de cidadania, sobressaindo trechos que citam a sociedade e o social, conforme Quadro 10.

**Quadro 10 - Enunciados do Parecer CNE/CES n. 492/2001 das DCNs do curso de Comunicação Social no Brasil que apresentam expressões relacionadas à cidadania e à democracia**

(continua)

Destaques no texto do parecer das DCNs do curso de Comunicação Social
a) Estas Diretrizes Curriculares da Área de Comunicação foram elaboradas procurando atender dois objetivos fundamentais: a) <b>flexibilizar a estruturação dos cursos, tanto para atender a variedades de circunstâncias geográficas, político-sociais e acadêmicas</b> , como para ajustar-se ao dinamismo da área, e para viabilizar o surgimento de propostas pedagógicas inovadoras e eficientes; b) <i>estabelecer</i> orientações para obtenção de padrão de qualidade na formação oferecida (Brasil, 2001a, p. 16, grifo nosso).
b) O egresso de Curso de Graduação em Comunicação, em qualquer de suas habilitações, caracteriza-se por: 1. <b>sua capacidade de criação, produção, distribuição, recepção, e análise crítica referentes às mídias, às práticas profissionais e sociais relacionadas com estas, e a suas inserções culturais, políticas e econômicas;</b> 2. <b>sua habilidade em refletir a variedade e mutabilidade de demandas sociais e profissionais na área, adequando-se à complexidade e velocidade do mundo contemporâneo;</b> [...] 4. utilizar criticamente o instrumental teórico-prático oferecido em seu curso, sendo portanto competente para posicionar-se de um ponto de vista ético-político sobre o exercício do poder na comunicação, sobre os constrangimentos a que a comunicação pode ser submetida, sobre as repercussões sociais que enseja e ainda sobre <b>as necessidades da sociedade contemporânea em relação à comunicação social</b> (Brasil, 2001a, p. 16-17, grifo nosso).

(conclusão)

<b>Destaques no texto do parecer das DCNs do curso de Comunicação Social</b>
<p>c) Para as habilitações já estabelecidas, além do perfil comum relacionado no item anterior, devem se objetivar os perfis a seguir explicitados: <i>Jornalismo</i>. O perfil do egresso em Jornalismo se caracteriza: 1. pela produção de informações relacionadas a fatos, circunstâncias e contextos do momento presente; 2. pelo exercício da objetividade na apuração, interpretação, registro e divulgação dos fatos sociais; 3. <b>pelo exercício da tradução e disseminação de informações de modo a qualificar o senso comum</b>; 4. <b>pelo exercício de relações com outras áreas sociais, culturais e econômicas com as quais o jornalismo faz interface</b>. <i>Relações Públicas</i>. 1. pela administração do relacionamento das organizações com seus <b>diversos públicos</b>, tanto externos como internos; 2. pela elaboração de diagnósticos, prognósticos, estratégias e políticas voltadas para o aperfeiçoamento das relações entre instituições, <b>grupos humanos organizados, setores de atividades públicas</b> ou privadas, e a <b>sociedade em geral</b>; <i>Radialismo</i>. O perfil do egresso em Radialismo se caracteriza: 1. <b>pela percepção, interpretação, recriação e registro da realidade social, cultural e da natural através de som e imagem</b>; [...] <i>Cinema</i>. O perfil do egresso da habilitação em Cinema (com esta denominação ou na denominação alternativa Cinema e Vídeo) se caracteriza: 1. <b>pela produção audiovisual nas bitolas e formatos cinematográficos, videográficos, cinevideográficos ou digitais</b>, incluindo-se nessa produção direção geral, direção de arte, direção de fotografia, elaboração de argumentos e roteiros, montagem/edição, animação, continuidade, sonorização, finalização e demais atividades relacionadas; e <b>ainda pela preservação e fomento da memória audiovisual da nação</b>; 2. <b>pela percepção, interpretação, recriação e registro cinematográfico de aspectos da realidade social, cultural, natural de modo a torná-las disponíveis à sociedade por intermédio de estruturas narrativas, documentárias, artísticas, ou experimentais</b>; 3. <b>pela iniciativa e pela participação na discussão pública sobre a criação cinematográfica e videográfica no País e no mundo, através de estudos críticos e interpretativos sobre produtos cinematográficos, sobre a história das artes cinematográficas, e sobre as teorias de cinema</b>; [...] (Brasil, 2001a, p. 17-19, grifo nosso).</p>
<p>d) Assim como os perfis dos egressos, organizados em uma parte geral comum e uma parte específica por habilitação, as competências e habilidades também comportam dois níveis, um geral para todas as profissões e formações do campo da Comunicação e um especializado por habilitação. [...] As competências e habilidades gerais para os diferentes perfis são as seguintes: 1. assimilar criticamente conceitos que permitam a apreensão de teorias; 2. usar tais conceitos e teorias em análises críticas da realidade; 3. <b>posicionar-se de modo ético-político</b>; 4. dominar as linguagens habitualmente usadas nos processos de comunicação, nas dimensões de criação, de produção, de interpretação e da técnica; 5. experimentar e inovar no uso destas linguagens; 6. refletir criticamente sobre as práticas profissionais no campo da Comunicação; 7. <b>ter competência no uso da língua nacional para escrita e interpretação de textos gerais e especializados na área</b> (Brasil, 2001a, p. 19-20, grifo nosso).</p>
<p>e) [...] <i>Jornalismo</i>- <b>compreender os processos envolvidos na recepção de mensagens jornalísticas e seus impactos sobre os diversos setores da sociedade</b>; - <b>buscar a verdade jornalística, com postura ética e compromisso com a cidadania</b>; - <b>dominar a língua nacional e as estruturas narrativas e expositivas aplicáveis às mensagens jornalísticas, abrangendo-se leitura, compreensão, interpretação e redação</b>; [...] (Brasil, 2001a, p. 20, grifo nosso).</p>
<p>f) [...] <i>Relações Públicas</i>- <b>estabelecer programas de comunicação estratégica para criação e manutenção do relacionamento das instituições com seus públicos de interesse</b>; - <b>identificar a responsabilidade social da profissão, mantendo os compromissos éticos estabelecidos</b>; (Brasil, 2001a, p. 21, grifo nosso).</p>
<p>g) [...] <i>Radialismo</i>- <b>compreender as incidências culturais, éticas, educacionais e emocionais da produção audiovisual mediatizada em uma sociedade de comunicação</b>; (Brasil, 2001a, p. 21, grifo nosso).</p>
<p>h) [...] <i>Cinema (ou Cinema e Vídeo)</i>- <b>avaliar, quantificar, formar e influenciar o gosto público no que diz respeito ao consumo de produtos audiovisuais</b>; - compreender os processos cognitivos envolvidos na produção, emissão e recepção da mensagem cinematográfica e seus impactos sobre a cultura e a sociedade; - <b>articular as práticas cinematográficas, em seus aspectos técnicos e conceituais, à produção científica, artística e tecnológica que caracteriza nossa cultura, e ao exercício do pensamento em seus aspectos estéticos, éticos e políticos</b>; [...] (Brasil, 2001a, p. 21-22, grifo nosso).</p>
<p>i) [...] <i>Publicidade e Propaganda</i> - ordenar as informações conhecidas e fazer diagnóstico da situação dos clientes; [...] - <b>identificar e analisar as rápidas mudanças econômicas e sociais em escala global e nacional que influem no ambiente empresarial</b>; - <b>identificar a responsabilidade social da profissão, mantendo os compromissos éticos estabelecidos</b>; (Brasil, 2001a, p. 22, grifo nosso).</p>
<p>j) [...] <i>Editoração</i>- <b>dominar a língua nacional e as estruturas de linguagem aplicáveis a obras literárias, científicas, instrumentais, culturais e de divulgação em suas diferentes formas: leitura, redação, interpretação, avaliação e crítica</b>; - <b>atentar para os diferentes níveis de proficiência dos públicos a que se destinam as produções editoriais</b>; (Brasil, 2001a, p. 23, grifo nosso).</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Conforme se apreende do texto do Parecer CNE/CES n. 492/2001, um dos objetivos das DCNs da graduação em Comunicação Social era atender à diversidade regional, o que tangencia concepções de cidadania e intenções democráticas, como no trecho: “a) *flexibilizar* a estruturação dos cursos, tanto para atender a variedades de circunstâncias geográficas, político-sociais e acadêmicas, como para ajustar-se ao dinamismo da área, [...]” (Brasil, 2001a, p. 16). O conteúdo do Parecer CNE/CES n. 492/2001 se pontua como muito conciso em comparação aos pareceres dos currículos mínimos. O Parecer CNE/CES n. 492/2001 não apresenta uma contextualização da área acadêmica da Comunicação Social e nem justificativas para uma reforma curricular.

Por meio da análise do Parecer CNE/CES n. 492/2001, observam alguns termos marcadores de uma intencionalidade da formação de comunicadores sociais habilitados nas profissões específicas em atenção à sociedade de comunicação, ao social, aos grupos humanos e ao nacional. Também se nota, a partir do documento, uma distinção entre os diversos públicos-alvo de cada habilitação. Ao habilitandos em Jornalismo, o discurso direciona a atuação do jornalista para a sociedade. Para o estudante do curso de Relações Públicas, predomina a menção a públicos de interesse. Para os habilitandos em Cinema, observa-se a menção tanto a públicos quanto à sociedade. E para os graduandos em Editoração, atém-se aos níveis de proficiência de leitura dos públicos. Por fim, para os estudantes de Publicidade e Propaganda, por sua vez, registra-se a menção a clientes, o que inclui uma categoria de sujeitos sociais até então não registrada nos documentos normativos anteriores do curso, que associa a formação de publicitários vinculada ao consumo.

Observa-se, portanto, que o Parecer CNE/CES n. 492/2001 delinea apreensões distintas e específicas de perfis de públicos conforme as habilitações do curso de Comunicação Social. Aspecto relevante porque demonstra que as DCNs de Comunicação Social, apesar de compartilharem conteúdos básicos comuns, assumem que há especificidades a serem consideradas na formação dos comunicadores sociais segundo as habilitações profissionais. Por exemplo, a menção a clientes para os habilitandos em Jornalismo não é encontrada como ocorre na habilitação em Publicidade e Propaganda, porque a noção de clientes para o Jornalismo destoa dos fundamentos e princípios ético-profissionais da área.

Quanto ao perfil dos estudantes da habilitação em Jornalismo, o Parecer CNE/CES n. 492/2001 prescreve algumas características que enfatizam: a produção de informações; a objetividade, a apuração e a divulgação de fatos sociais; a atuação do jornalista enquanto um tradutor e disseminador de informação para qualificar o senso comum; e a capacidade de relacionar com outras áreas sociais, culturais, econômicas as quais o jornalismo possui interface

(Brasil, 2001a, p. 17). São características para o perfil do egresso da habilitação em Jornalismo que não explicitam diretamente a relação entre o jornalista, a cidadania e a democracia, ficando indiretamente subentendida.

Posteriormente ao Parecer CNE/CES n. 492/2001, foi aprovado outro Parecer CNE/CES n. 1363/2001 (Brasil, 2001b) que complementou o anterior no sentido de formular o projeto de resolução específico para Diretrizes Curriculares de cada um dos cursos de graduação, conforme determina o Regimento Interno do CNE. Desse modo, o Parecer CNE/CES n. 1.363/2001 apresenta o modelo de projeto de resolução das DCNs. Após esse documento, a Resolução CNE/CES 16, de 13 de março de 2002, homologou as DCNs do curso de Comunicação Social e habilitações. Contudo, para análise deste estudo, o Parecer CNE/CES n. 1.363/2001 e a Resolução CNE/CES 16, de 13 de março de 2002 não apresentam conceituações sobre cidadania e democracia e nem derivações desses termos.

Mesmo após a homologação das DCNs do curso de Comunicação Social e suas habilitações em 2002, prosseguiu uma movimentação por diretrizes curriculares específicas para as habilitações. O primeiro curso a se separar da área foi o de Cinema, com suas DCNs específicas aprovadas em 2006, por meio da Resolução CNE/CES n. 10 de 27 de junho de 2006. Nesse mesmo caminho, seguiu a área de Jornalismo. No ano de 2009, o MEC constituiu uma Comissão de Especialistas em Jornalismo para repensar o ensino da área mediante a Portaria n. 2003/2009, de 12 de fevereiro de 2009. Essa comissão elaborou o relatório para proposição de DCNs do curso de Jornalismo.

O relatório da Comissão de Especialistas em Jornalismo apresenta importantes elementos para a compreensão do parecer e da resolução posteriores que homologaram as atuais DCNs do curso de Jornalismo. No documento, são expressas associações entre cidadania, democracia e o ensino de Jornalismo no Brasil, segundo uma compreensão de que o papel do jornalismo em uma democracia é o de informar os cidadãos, bem como referencia direitos de cidadania e dos cidadãos como uma construção histórica. Além disso, propõe o perfil do jornalista como um agente da cidadania, conforme enunciados apresentados no Quadro 11.

**Quadro 11 – Análise do Relatório da Comissão de Especialistas (2009) quanto às menções evidentes de cidadania e de democracia**

(continua)

Assunto do documento normativo	Menções de cidadania e derivações	Menções de democracia e derivações
<p>Relatório da Comissão de Especialistas para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo</p>	<p>Trata-se de fenômeno decorrente do fortalecimento da democracia, no qual o Jornalismo, assim como outras áreas do conhecimento, desempenha papel decisivo, informando os <b>cidadãos</b> e formando as correntes de opinião pública (Marques de Melo <i>et al.</i>, 2009, p. 1, grifo nosso).</p> <p>Da mesma forma, os <b>cidadãos</b> interessados na questão tiveram oportunidade de encaminhar recomendações. Isso foi possível por meio de uma consulta pública, realizada pelo portal do MEC, na internet, o que permitiu o recebimento de uma centena de sugestões de todos os quadrantes do território nacional (Marques de Melo <i>et al.</i>, 2009, p. 2, grifo nosso).</p> <p>I – Fundamentação e justificativas Temos aí o diagnóstico de um mundo caracterizado pela capacidade discursiva das organizações e dos <b>cidadãos</b> (Marques de Melo <i>et al.</i>, 2009, p. 3, grifo nosso).</p> <p>Do Jornalismo que hoje está nas expectativas da Sociedade, exige-se tanto o domínio das técnicas e artes da narração quanto o domínio da lógica e das teorias da argumentação. Exige-se também o manejo competente das habilidades pedagógicas na prestação de serviço público, para que os <b>cidadãos</b> possam tomar decisões conscientes e responsáveis (Marques de Melo <i>et al.</i>, 2009, p. 6, grifo nosso).</p> <p>Para reforçar a dignidade do Jornalismo e da profissão, é indispensável uma noção de Ética vinculada às razões da Vida e da <b>Cidadania</b> (Marques de Melo <i>et al.</i>, 2009, p. 7, grifo nosso).</p>	<p>Trata-se de fenômeno decorrente do fortalecimento da <b>democracia</b>, no qual o Jornalismo, assim como outras áreas do conhecimento, desempenha papel decisivo, informando os cidadãos e formando as correntes de opinião pública (Marques de Melo <i>et al.</i>, 2009, p. 1, grifo nosso).</p> <p>Com as armas da linguagem, os suportes da tecnologia e os valores da <b>democracia</b>, os novos atores públicos, entes institucionais, apropriaram-se dos meios para agirem no mundo (Marques de Melo <i>et al.</i>, 2009, p. 4, grifo nosso).</p> <p>E a mais importante decorrência da vertiginosa evolução tecnológica é, sem dúvida, a irreversível expansão de práticas e estruturas de <b>democracia participativa</b>, com sujeitos sociais dotados de alta capacidade de intervenção na vida real de nações e pessoas (Marques de Melo <i>et al.</i>, 2009, p. 5-6, grifo nosso).</p> <p>Trata-se de um cenário marcado, também, pelo crescimento acelerado de experiências e práticas de <b>democracia participativa</b>, cuja natureza é essencialmente discursiva. E a <b>democracia participativa</b> avança sobre os modelos tradicionais da <b>democracia representativa</b>, questionando-os (Marques de Melo <i>et al.</i>, 2009, p. 6, grifo nosso).</p> <p>No plano internacional, a Unesco revisou o seu equívoco histórico reconhecendo a importância do jornalismo para o desenvolvimento das nações e a consolidação das <b>democracias</b>, ao recomendar curso com foco específico e não mais atrelado a outras áreas da comunicação (Marques de Melo <i>et al.</i>, 2009, p. 13, grifo nosso).</p>

(continuação)

Assunto do documento normativo	Menções de cidadania e derivações	Menções de democracia e derivações
<p>Relatório da Comissão de Especialistas para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo</p>	<p>II – Proposta de Diretrizes Curriculares            2. Projeto Pedagógico            VIII – incentivo à pesquisa e à extensão, como necessários prolongamentos das atividades de ensino e como instrumentos para a iniciação científica e <b>cidadã</b>; (Marques de Melo <i>et al.</i>, 2009, p. 15, grifo nosso)</p> <p>3. Perfil do Formando/do Egresso            O egresso do Curso de Jornalismo é o jornalista profissional diplomado, com formação universitária ao mesmo tempo generalista, humanista, crítica e reflexiva. Esta o capacita a atuar como produtor intelectual e <b>agente da cidadania</b> dando conta, por um lado, da complexidade e do pluralismo característicos da sociedade e da cultura contemporâneas e, por outro, dos fundamentos teóricos e técnicos especializados (Marques de Melo <i>et al.</i>, 2009, p. 16-17, grifo nosso).</p> <p>4. Competências: Conhecimentos, Habilidades, Atitudes e Valores a serem desenvolvidos            -Compreender e valorizar como conquistas históricas da <b>cidadania</b> e indicadores de um estágio avançado de civilização, em processo constante de riscos e aperfeiçoamento: o regime democrático, o pluralismo de idéias e de opiniões, a cultura da paz, os direitos humanos, as liberdades públicas, a justiça social e o desenvolvimento sustentável; (Marques de Melo <i>et al.</i>, 2009, p. 17, grifo nosso).</p>	<p>4. Competências: Conhecimentos, Habilidades, Atitudes e Valores a serem desenvolvidos            -Compreender e valorizar como conquistas históricas da cidadania e indicadores de um estágio avançado de civilização, em processo constante de riscos e aperfeiçoamento: o <b>regime democrático</b>, o pluralismo de idéias e de opiniões, a cultura da paz, os direitos humanos, as liberdades públicas, a justiça social e o desenvolvimento sustentável; (Marques de Melo <i>et al.</i>, 2009, p. 17, grifo nosso).</p> <p>4.2. Competências Específicas            Competências cognitivas – Conhecer a história, os fundamentos e os cânones profissionais do jornalismo; Conhecer a construção histórica e os fundamentos da Cidadania; Compreender e valorizar o papel do jornalismo na <b>democracia</b> e no exercício da cidadania; Compreender as especificidades éticas, técnicas e estéticas do jornalismo, em suas complexidades de linguagem e como forma diferenciada de produção e socialização de informação e conhecimento sobre a realidade; Discernir os objetivos e as lógicas de funcionamento das instituições privadas, estatais, públicas, partidárias, religiosas ou de outra natureza em que o jornalismo é exercido, assim como as influências do contexto neste exercício (Marques de Melo <i>et al.</i>, 2009, p. 18, grifo nosso).</p>

(conclusão)

Assunto do documento normativo	Menções de cidadania e derivações	Menções de democracia e derivações
<p>Relatório da Comissão de Especialistas para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo</p>	<p>4.2. Competências Específicas Competências cognitivas – Conhecer a história, os fundamentos e os cânones profissionais do jornalismo; Conhecer a construção histórica e os fundamentos da <b>Cidadania</b>; Compreender e valorizar o papel do jornalismo na democracia e no exercício da <b>cidadania</b>; Compreender as especificidades éticas, técnicas e estéticas do jornalismo, em suas complexidades de linguagem e como forma diferenciada de produção e socialização de informação e conhecimento sobre a realidade; Discernir os objetivos e as lógicas de funcionamento das instituições privadas, estatais, públicas, partidárias, religiosas ou de outra natureza em que o jornalismo é exercido, assim como as influências do contexto neste exercício (Marques de Melo <i>et al.</i>, 2009, p. 18, grifo nosso).</p> <p>Competências comportamentais – [...] Exercer, sobre os poderes constituídos, fiscalização comprometida com a verdade dos fatos, o direito dos <b>cidadãos</b> à informação e o livre trânsito das idéias e das mais diversas opiniões (Marques de Melo <i>et al.</i>, 2009, p. 19, grifo nosso).</p> <p>I – Eixo de fundamentação humanística, que tem por objetivo capacitar o jornalista a exercer a sua função intelectual de produtor e difusor de informações e conhecimentos de interesse para a <b>cidadania</b>, [...] (Marques de Melo <i>et al.</i>, 2009, p. 19, grifo nosso).</p> <p>6. Acompanhamento e Avaliação * a contribuição do curso para o desenvolvimento local social e de <b>cidadania</b> nos contextos em que a IES está inserida; (Marques de Melo <i>et al.</i>, 2009, p. 24, grifo nosso).</p>	<p>I – Eixo de fundamentação humanística, que tem por objetivo capacitar o jornalista a exercer a sua função intelectual de produtor e difusor de informações e conhecimentos de interesse para a cidadania, [...] bem como aqueles fatores essenciais para o fortalecimento da <b>democracia</b>, entre eles as relações internacionais, a diversidade cultural, os direitos individuais e coletivos, [...] (Marques de Melo <i>et al.</i>, 2009, p. 19, grifo nosso).</p> <p>Da mesma forma, recomenda-se que os projetos de pesquisa financiados pelas agências públicas de fomento, sem prejuízo da pesquisa básica na área específica, tenham entre os objetivos precisos de aplicação a melhoria da qualidade do jornalismo brasileiro, [...] Sua meta deve ser o fortalecimento dos processos jornalísticos <b>democráticos</b>, interativos, [...] (Marques de Melo <i>et al.</i>, 2009, p. 25, grifo nosso).</p> <p>Finalmente, a Comissão de Especialistas abaixo assinada manifesta sua crença na formação superior específica para o exercício da profissão de jornalista. A responsabilidade social do jornalismo, seu papel essencial na <b>democracia</b> [...] (Marques de Melo <i>et al.</i>, 2009, p. 25, grifo nosso).</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

No relatório da Comissão de Especialistas em Jornalismo, elaborado em 2009, há explícitas menções diretas de cidadania e de democracia. É observável que esse documento expressa uma noção de evolução nas concepções de democracia no Brasil no início do século XXI, especialmente frisando a democracia participativa como um avanço em relação à democracia representativa.

Evidencia-se, portanto, que a cidadania e a democracia são conceitos que justificam e atribuem valores ao ensino de Jornalismo, conforme relatório que homologou às atuais DCNs do curso. Além das menções de democracia e cidadania diretamente apresentadas no texto do relatório da Comissão de Especialistas em Jornalismo, também são encontradas outras expressões que se associam indiretamente a esses conceitos, conforme destaques no Quadro 12.

**Quadro 12 - Enunciados do Relatório da Comissão de Especialistas em Jornalismo (2009) que se referem indiretamente à cidadania e à democracia**

(continua)

<b>Destaques no texto do relatório da comissão de especialistas em Jornalismo</b>
a) <b>A Comissão de Especialistas nomeada pela Portaria MEC-SESU 203/2009 recebeu do Ministro Fernando Haddad a missão de repensar o ensino de Jornalismo no contexto de uma sociedade em processo de transformação.</b> Trata-se de fenômeno decorrente do fortalecimento da democracia, no qual o <b>Jornalismo, assim como outras áreas do conhecimento, desempenha papel decisivo, informando os cidadãos e formando as correntes de opinião pública</b> (Marques de Melo <i>et al.</i> , 2009, p. 1, grifo nosso).
b) <b>Nas décadas seguintes, porém, o acelerado potencial difusor das tecnologias de informação produziu novos ordenamentos sociais, novos comportamentos culturais e novas relações de poder, fortalecendo os movimentos periféricos. A metafórica “tribo” da “Aldeia Global”, que para McLuhan era de pessoas, passou a ser formada por sujeitos institucionalizados, estrategicamente falantes.</b> E a institucionalização do mundo informacional sepultou a idéia de que o “o meio é a mensagem” (Marques de Melo <i>et al.</i> , 2009, p. 4, grifo nosso).
c) <b>Com as armas da linguagem, os suportes da tecnologia e os valores da democracia, os novos atores públicos, entes institucionais, apropriaram-se dos meios para agirem no mundo. Como sujeitos competentes da atualidade, no uso pragmático de um poder em expansão, os agentes do embate discursivo se fortaleceram para a negociação, a mediação e a solução dos conflitos reorganizadores das relações sociais</b> (Marques de Melo <i>et al.</i> , 2009, p. 4, grifo nosso).
d) <b>Em tal cenário, urge clarear conceitos plurais - éticos, técnicos, estéticos - para uma nova compreensão do Jornalismo, que terá de assumir uma linguagem narrativa e uma eficácia argumentativa, no espaço público.</b> Na medida em que esteja à altura das complexidades do mundo em que vivemos, o Jornalismo torna-se confiável para a expressão, a viabilização e a elucidação dos confrontos discursivos das ações humanas, na nova dinâmica da atualidade (Marques de Melo <i>et al.</i> , 2009, p. 4-5, grifo nosso).
e) O estado de crise resulta da superação de tais conceitos pela realidade nova, moldada no ambiente criado pelas modernas tecnologias de difusão. <b>E a mais importante decorrência da vertiginosa evolução tecnológica é, sem dúvida, a irreversível expansão de práticas e estruturas de democracia participativa, com sujeitos sociais dotados de alta capacidade de intervenção na vida real de nações e pessoas</b> (Marques de Melo <i>et al.</i> , 2009, p. 5-6, grifo nosso).
f) <b>Do Jornalismo que hoje está nas expectativas da Sociedade, exige-se tanto o domínio das técnicas e artes da narração quanto o domínio da lógica e das teorias da argumentação. Exige-se também o manejo competente das habilidades pedagógicas na prestação de serviço público, para que os cidadãos possam tomar decisões conscientes e responsáveis.</b> Da mesma forma, persiste o desafio de questionar, refletir e interagir com a multiplicidade de fontes, ou seja, como o jornalista pode entender o mundo que o cerca e como pode compreender as motivações, os interesses, as demandas, os códigos do público que ele pretende atingir (Marques de Melo <i>et al.</i> , 2009, p. 6-7, grifo nosso).

(continuação)

<b>Destques no texto do relatório da comissão de especialistas em Jornalismo</b>
g) <b>Numa profissão em que a liberdade de informar constitui requisito essencial e numa atividade em que a independência editorial representa fundamento basilar, e em que os valores do interesse público se tornam vetores determinantes das decisões cotidianas, as razões das escolhas têm de resultar evidentemente da consciência cívico-social</b> (Marques de Melo <i>et al.</i> , 2009, p. 7, grifo nosso).
h) A educação dos jornalistas desafia a sociedade brasileira há mais de um século. A demanda floresceu no caldo de cultura gerado pela industrialização da imprensa. Os jornais deixavam de ser correias de transmissão dos partidos políticos para se converter em empresas auto-sustentáveis. <b>A sociedade requeria profissionais competentes para produzir notícias de interesse coletivo e comentários sintonizados com as aspirações do público leitor</b> (Marques de Melo <i>et al.</i> , 2009, p. 7-8, grifo nosso).
i) <b>O aniquilamento das profissões consolidadas no campo era então justificado com o argumento do Terceiro Mundo “não necessitar do jornalismo tal qual o existente nas sociedades desenvolvidas”,</b> mas sim de uma outra forma de Comunicação Social, voltada ao desenvolvimento econômico e educacional. Conforme o mesmo raciocínio, só uma vez alcançado este desenvolvimento, é que então se justificaria a existência do Jornalismo nas <b>sociedades antes subdesenvolvidas</b> (Marques de Melo <i>et al.</i> , 2009, p. 10, grifo nosso).
j) <b>Tal formulação teórica foi evidentemente forjada no contexto da Guerra Fria, quando a maior parte das nações ao Sul do Equador se encontrava sob controle ditatorial e não podia admitir a existência de uma prática profissional da Comunicação baseada na liberdade de expressão, no direito à informação e na fiscalização do poder</b> (Marques de Melo <i>et al.</i> , 2009, p. 10, grifo nosso).
k) A elaboração do Projeto Pedagógico do curso de graduação em Jornalismo deverá observar os seguintes indicativos: [...]b) Dar ênfase ao espírito empreendedor e ao domínio científico que gerem pesquisas ao conceber, executar e avaliar projetos inovadores capazes de dar conta das exigências contemporâneas e de ampliar a atuação profissional a novos campos, <b>projetando a função social da profissão em contextos ainda não delineados no presente.</b> c) <b>Estar focado teórica e tecnicamente na especificidade do jornalismo, com grande atenção à prática profissional, dentro de padrões internacionalmente reconhecidos, comprometidos com a liberdade de expressão, o direito à informação, a dignidade do seu exercício e o interesse público;</b> [...] (Marques de Melo <i>et al.</i> , 2009, p. 16, grifo nosso).
l) O egresso do Curso de Jornalismo é o jornalista profissional diplomado, com formação universitária ao mesmo tempo generalista, humanista, crítica e reflexiva. <b>Esta o capacita a atuar como produtor intelectual e agente da cidadania dando conta, por um lado, da complexidade e do pluralismo característicos da sociedade e da cultura contemporâneas e, por outro, dos fundamentos teóricos e técnicos especializados.</b> Dessa forma terá clareza e segurança para o exercício de sua função social específica no contexto de sua identidade profissional singular e diferenciada dentro do campo maior da Comunicação (Marques de Melo <i>et al.</i> , 2009, p. 16-17, grifo nosso).
m) [...] - <b>Compreender e valorizar como conquistas históricas da cidadania e indicadores de um estágio avançado de civilização, em processo constante de riscos e aperfeiçoamento: o regime democrático, o pluralismo de idéias e de opiniões, a cultura da paz, os direitos humanos, as liberdades públicas, a justiça social e o desenvolvimento sustentável;- Conhecer, em sua unicidade e complexidade intrínsecas, a história, a cultura e a realidade social, econômica e política brasileira, considerando especialmente a diversidade regional, os contextos latino-americano e ibero americano, o eixo sul-sul e o processo de internacionalização da produção jornalística;- Identificar e reconhecer a relevância e o interesse público entre os temas da atualidade; [...]- Interagir com pessoas e grupos sociais de formações e culturas diversas e diferentes níveis de escolaridade;</b> [...] (Marques de Melo <i>et al.</i> , 2009, p. 17, grifo nosso)
n) <b>Competências comportamentais</b> – Perceber a importância e os mecanismos da regulamentação político-jurídica da profissão e da área de comunicação social; Identificar, estudar e analisar questões éticas e deontológicas no jornalismo; Conhecer e respeitar os princípios éticos e as normas deontológicas da profissão; Avaliar, à luz de valores éticos, as razões e os efeitos das ações jornalísticas; <b>Atentar para os processos que envolvem a recepção de mensagens jornalísticas e o seu impacto sobre os diversos setores da sociedade; Impor aos critérios, às decisões e às escolhas da atividade profissional as razões do interesse público; Exercer, sobre os poderes constituídos, fiscalização comprometida com a verdade dos fatos, o direito dos cidadãos à informação e o livre trânsito das idéias e das mais diversas opiniões</b> (Marques de Melo <i>et al.</i> , 2009, p. 19, grifo nosso).

(conclusão)

<b>Destques no texto do relatório da comissão de especialistas em Jornalismo</b>
o) <i>I – Eixo de fundamentação humanística</i> , que tem por objetivo capacitar o jornalista a exercer a sua função intelectual de produtor e difusor de informações e conhecimentos de interesse para a cidadania, privilegiando a realidade brasileira, como formação histórica, estrutura jurídica e instituições políticas contemporâneas; sua geografia humana e economia política, suas raízes étnicas, regiões ecológicas, cultura popular, crenças e tradições, arte, literatura, ciência, tecnologia, <b>bem como aqueles fatores essenciais para o fortalecimento da democracia, entre eles as relações internacionais, a diversidade cultural, os direitos individuais e coletivos, as políticas públicas, o desenvolvimento sustentável, as oportunidades de esportes, lazer e entretenimento; o acesso aos bens culturais da humanidade, sem descuidar dos processos de globalização, regionalização e das singularidades peculiares ao local, ao comunitário e à vida cotidiana</b> (Marques de Melo <i>et al.</i> , 2009, p. 19-20, grifo nosso).
p) <i>II – Eixo de fundamentação específica</i> , que tem por objetivo <b>proporcionar ao jornalista clareza conceitual e visão crítica sobre a especificidade de sua profissão, tais como: fundamentos históricos, taxonômicos, éticos, epistemológicos; ordenamento jurídico e deontológico; instituições, pensadores e obras canônicas; manifestações públicas, industriais e comunitárias</b> ; os instrumentos de auto-regulação; observação crítica; análise comparada; revisão da pesquisa científica sobre os paradigmas hegemônicos e as tendências emergentes (Marques de Melo <i>et al.</i> , 2009, p. 20, grifo nosso).
q) <b>As IES têm ampla liberdade, para consoante seus projetos pedagógicos, selecionar, propor, denominar e ordenar as disciplinas no currículo a partir dos conteúdos, do perfil do egresso e das competências apontados anteriormente.</b> (Marques de Melo <i>et al.</i> , 2009, p. 21, grifo nosso).
r) São consideradas Atividades Complementares: Atividades Acadêmicas – apresentação de relatos de iniciação científica, pesquisa experimental, <b>extensão comunitária</b> ou monitoria didática em congressos acadêmicos e profissionais (Marques de Melo <i>et al.</i> , 2009, p. 23, grifo nosso).
s) [...] <b>* a contribuição do curso para o desenvolvimento local social e de cidadania nos contextos em que a IES está inserida;</b> [...] (Marques de Melo <i>et al.</i> , 2009, p. 24, grifo nosso).
t) Da mesma forma, recomenda-se que os projetos de pesquisa financiados pelas agências públicas de fomento, sem prejuízo da pesquisa básica na área específica, tenham entre os objetivos precisos de aplicação <b>a melhoria da qualidade do jornalismo brasileiro, nas diversas regiões sócio-culturais, tornando-o uma efetiva forma de produção intelectual e conhecimento. Sua meta deve ser o fortalecimento dos processos jornalísticos democráticos, interativos, inclusivos, valorizando nossa identidade cultural e disseminando valores universais como solidariedade, diversidade, paz, dignidade, justiça, liberdade e prosperidade</b> (Marques de Melo <i>et al.</i> , 2009, p. 25, grifo nosso).
u) Finalmente, a Comissão de Especialistas abaixo assinada manifesta sua crença na formação superior específica para o exercício da profissão de jornalista. <b>A responsabilidade social do jornalismo, seu papel essencial na democracia e a competência específica exigida para exercê-las, lidando com as novas tecnologias, aspectos enfatizados ao longo deste documento, recomendam uma formação fundamentada na ética, na competência técnica, no discernimento social e na capacidade crítica, habilidades que só podem ser adquiridas em uma sólida formação superior própria</b> (Marques de Melo <i>et al.</i> , 2009, p. 25-26, grifo nosso).

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Apreende-se, a partir da análise do relatório desenvolvido, em 2009, pela Comissão de Especialistas em Jornalismo para a constituição das DCNs do curso, que ele apresenta termos e expressões associados à cidadania e à democracia também encontrados em documentos anteriores, como: a função social do jornalismo na formação de correntes de opinião pública e a sua influência no espaço público e no interesse público. Assim como menções às sociedades, aos públicos, às nações e aos países (Marques de Melo *et al.*, 2009). Ademais, também correlaciona a importância do curso para o desenvolvimento local, social e de cidadania

Além desses termos, esse relatório acrescenta outras expressões associadas à cidadania e à democracia que agregam ao ensino da área, como: consciência cívico-social; sujeitos

institucionalizados; atores sociais; direitos humanos; liberdade de expressão; independência editorial; prestação de serviço público; interesse público; direito à informação; direitos individuais e coletivos; fiscalização dos poderes constituídos comprometida com a verdade dos fatos; pluralismo de ideias e opiniões; justiça social; diversidade regional e cultural; favorecimento do debate; solidariedade; cultura de paz; dignidade; prosperidade; desenvolvimento sustentável e extensão comunitária (Marques de Melo *et al.*, 2009). Tratam-se de termos que cunham novas significações para o ensino de Jornalismo em estreita relação com os fundamentos da profissão e da formação de jornalistas, além de associações com os avanços e a complexificação nos significados dos conceitos de cidadania e de democracia na contemporaneidade.

O contexto político nacional do Brasil, em 2009, era auspicioso também para o campo discursivo quanto à ampliação dos valores de democracia e de cidadania, em virtude da vigência do então governo federal de ideologia de esquerda e de orientação política progressista durante a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva. A partir do relatório da Comissão de Especialistas (Marques de Melo *et al.*, 2009), afere-se que a cidadania e a democracia são pensadas para serem alocadas dentro do que se compreende como conteúdos concernentes ao primeiro eixo de formação, a saber, o Eixo I- Fundamentação Humanística, conforme as atuais DCNs do curso de Jornalismo (Brasil, 2013b).

As teorizações e as epistemologias do Jornalismo foram enquadradas no Eixo de Fundamentação Específica das DCNs de Jornalismo, demarcando um espaço curricular destinado à especificidade teórica. Diferentemente da formação que ocorria antes das atuais DCNs, em que os conteúdos curriculares específicos eram mais orientados para a prática profissional quando o curso de Jornalismo era uma habilitação da Comunicação Social.

As Teorias da Comunicação, por sua vez, passaram a integrar o Eixo de Fundamentação Contextual da formação de jornalistas, permanecendo os vínculos entre o curso de Jornalismo e o campo da Comunicação. Essa delimitação do curso, segundo seis eixos de fundamentação, é pedagógica, pois observa-se no relatório das atuais DCNs do curso uma tipificação de eixos formativos que buscam superar a dicotomia entre teoria e prática profissional.

Os seis eixos formativos presentes na proposta das atuais DCNs do curso de Jornalismo delineiam a alocação de conteúdos curriculares congêneres, mas nem por isso elas impedem a interdisciplinaridade. Isso posto, os eixos de formação não segregam. Desse modo, com as DCNs, a cidadania e a democracia, enquanto conceitos integrantes dos conteúdos curriculares, são mais pertinentes ao Eixo de Fundamentação Humanística. No entanto, é possível encontrar esses conceitos também entre os conteúdos concernentes aos eixos de fundamentação

específica, de fundamentação contextual, de formação profissional, de aplicação processual ou de prática laboratorial (Brasil, 2013b).

Posteriormente à homologação do relatório da Comissão de Especialistas pela CNE/CES do MEC em 2013, foi aprovado o Parecer CNE/CES n. 39/2013 (Brasil, 2013a), que apresenta trechos do relatório da Comissão de Especialistas e o projeto de resolução das novas DCNs do curso de Jornalismo. Desse modo, analisando o referido parecer, foram encontrados os seguintes enunciados com explícitas menções de cidadania e de democracia, além de expressões relacionadas a esses dois conceitos.

**Quadro 13 – Análise do Parecer CNE/CES n. 39/2013 quanto às menções evidentes de cidadania e de democracia**

(continua)

Assunto do documento normativo	Menções de cidadania e derivações	Menções de democracia e derivações
Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo	<p>Projeto de Resolução</p> <p>Art. 3º O Projeto Pedagógico do curso de graduação em jornalismo, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais: [...] VIII – incentivo à pesquisa e à extensão, como necessários prolongamentos das atividades de ensino e como instrumentos para a iniciação científica e <b>cidadã</b>; (Brasil, 2013a, p. 8, grifo nosso).</p> <p>Art. 5º O concluinte do curso de jornalismo deve estar apto para o desempenho profissional de jornalista, com formação acadêmica generalista, humanista, crítica, ética e reflexiva, capacitando-o, dessa forma, a atuar como produtor intelectual e <b>agente da cidadania</b>, [...] (Brasil, 2013a, p. 9, grifo nosso).</p> <p>I – Competências gerais - <i>Compreender e valorizar</i>, como conquistas históricas da <b>cidadania</b> e indicadores de um estágio avançado de civilização, [...] (Brasil, 2013a, p. 9, grifo nosso).</p>	<p>2. Possibilitar que o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tenha caráter teórico (monográfico) – O TCC, segundo a proposta da Comissão de Especialistas, deve “envolver a concepção, o planejamento e a execução de um Projeto Experimental constituído por um trabalho prático de cunho jornalístico”. Isso exclui, por exemplo, a possibilidade de que o aluno realize trabalho de caráter reflexivo ou científico sobre o papel do jornalismo nas modernas <b>sociedades democráticas</b> (Brasil, 2013a, p. 5, grifo nosso).</p> <p>I – Competências gerais - <i>Compreender e valorizar</i>, como conquistas históricas da cidadania e indicadores de um estágio avançado de civilização, em processo constante de riscos e aperfeiçoamento: <b>o regime democrático</b>, [...] (Brasil, 2013a, p. 9, grifo nosso).</p> <p>II – <i>Competências cognitivas</i> – Conhecer a história, os fundamentos e os cânones profissionais do jornalismo; conhecer a construção histórica e os fundamentos da cidadania; compreender e valorizar o papel do jornalismo na <b>democracia</b> e no exercício da cidadania; [...] (Brasil, 2013a, p. 10, grifo nosso).</p>

(conclusão)

Assunto do documento normativo	Menções de cidadania e derivações	Menções de democracia e derivações
Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo	<p>II – <i>Competências cognitivas</i> – Conhecer a história, os fundamentos e os cânones profissionais do jornalismo; conhecer a construção histórica e os fundamentos da <b>cidadania</b>; compreender e valorizar o papel do jornalismo na democracia e no exercício da <b>cidadania</b>; [...] (Brasil, 2013a, p. 10, grifo nosso).</p> <p>I.V - <i>Competências comportamentais</i> – [...] exercer, sobre os poderes constituídos, fiscalização comprometida com a verdade dos fatos, o <b>direito dos cidadãos</b> à informação e o livre trânsito das ideias e das mais diversas opiniões (Brasil, 2013a, p. 11, grifo nosso).</p> <p>I – <i>Eixo de fundamentação humanística</i>, cujo objetivo é capacitar o jornalista para exercer a sua função intelectual de produtor e difusor de informações e conhecimentos de interesse para a <b>cidadania</b>, privilegiando a realidade brasileira, como formação histórica, [...] (Brasil, 2013a, p. 11, grifo nosso).</p> <p>Art. 16 O sistema de avaliação institucional dos cursos de jornalismo deve contemplar, dentre outros critérios:[...] III – a contribuição do curso para o desenvolvimento local social e de <b>cidadania</b> nos contextos em que a Instituição de Ensino Superior está inserida; (Brasil, 2013a, p. 14, grifo nosso).</p>	<p>I – <i>Eixo de fundamentação humanística</i>, cujo objetivo é capacitar o jornalista para exercer a sua função intelectual de produtor e difusor de informações e conhecimentos de interesse para a cidadania, [...] bem como os fatores essenciais para o fortalecimento da <b>democracia</b>, entre eles as relações internacionais, [...] (Brasil, 2013a, p. 10, grifo nosso).</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

As menções à cidadania e à democracia no texto do Parecer CNE/CES n. 39/2013 (Brasil, 2013a), que aprovou a resolução das atuais DCNs do bacharelado em Jornalismo (Brasil, 2013b), demonstram que se tratam de conceitos extremamente disputados discursivamente para o atual ensino do curso. São dois conceitos polissêmicos, pois os significados e sentidos sobre cidadania e democracia na contemporaneidade não são os mesmos

encontrados desde o início da Modernidade, quando se originaram noções de cidadania liberal e de democracia representativa.

A relevância desses conceitos também está na apreensão de que eles conferem juízos de valor ao modelo almejado de formação de jornalistas brasileiros para o século XXI. Esses conceitos acrescentam valores significativos para o ensino da área, pois agregam sentidos morais, éticos e fundamentam teoricamente o campo acadêmico segundo uma interdisciplinaridade com base nas teorias democráticas e nos princípios de cidadania. Além disso, a importância desses conceitos sobressai à exclusividade do meio acadêmico, porque influenciam tanto as epistemologias quanto as práticas do jornalismo e também modelam percepções sobre a realidade social.

Nesse sentido, a cidadania e a democracia servem como conceitos guarda-chuva na documentação normativa das atuais DCNs do curso de Jornalismo, pois acrescentam ao ensino do curso outras expressões decorrentes desses com significações distintas. Na análise do Parecer CNE/CES n. 39/2013, foram encontrados outros termos e expressões que se correlacionam indiretamente às conceituações de cidadania e de democracia, conforme se apresenta no Quadro 14.

**Quadro 14 - Enunciados do Parecer CNE/CES n. 39/2013 que se referem indiretamente à cidadania e à democracia**

(continua)

<b>Destques no texto do parecer das atuais DCNs do curso de Jornalismo</b>
a) 9. Para a COMPÓS, a proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo fragmenta e limita a formação jornalística, pois reflete “pensamento tecnicista e disciplinar, enquanto no resto do mundo centros de pesquisa e pesquisadores tornam-se cada vez menos apegados a rótulos disciplinares e a objetos nitidamente recortados”. De acordo com a COMPÓS, a “relação entre Jornalismo, Comunicação e Ciências Sociais Aplicadas e o contexto contemporâneo prevê ou favorece o comunicador polivalente: tecnologias, ampliação dos mercados, relação entre desigualdade social e diversidade cultural, <b>o que demandaria um jornalista com capacidade de olhar mais amplamente a sociedade</b> ” (Brasil, 2013a, p. 2, grifo nosso).
b) A Comissão do CNE/CES recebeu diversas sugestões para aprimoramento da proposta elaborada pela Comissão de Especialistas. <b>As sugestões versam sobre aspectos muito distintos, como o de se enfatizar o aprendizado em línguas estrangeiras, dar mais destaque à pesquisa e à extensão na formação do jornalista, considerar a questão da igualdade étnico-racial etc.</b> Aqui destacamos cinco dessas sugestões, em virtude de sua importância e/ou por sua recorrência nas manifestações recebidas (Brasil, 2013a, p. 4, grifo nosso).
c) Art. 2º A estrutura do curso de bacharelado em jornalismo deve: I - <b>ter como eixo de desenvolvimento curricular as necessidades de informação e de expressão dialógica dos indivíduos e da sociedade;</b> II - utilizar metodologias que privilegiem a participação ativa do aluno na construção do conhecimento e a integração entre os conteúdos, além de estimular a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, <b>propiciando suas articulações com diferentes segmentos da sociedade;</b> [...]VI - <b>propiciar a interação permanente do aluno com fontes, profissionais e públicos do jornalismo,</b> desde o início de sua formação, estimulando, desse modo, o aluno a lidar com problemas reais, assumindo responsabilidades crescentes, compatíveis com seu grau de autonomia (Brasil, 2013a, p. 8, grifo nosso).

(continuação)

<b>Destaques no texto do parecer das atuais DCNs do curso de Jornalismo</b>
<p>d) Art. 4º A elaboração do Projeto Pedagógico do curso de bacharelado em jornalismo deverá observar os seguintes indicativos: [...] b) enfatizar, em sua formação, o espírito empreendedor e o domínio científico, de forma que sejam capazes de produzir pesquisa, conceber, executar e avaliar projetos inovadores que respondam às exigências contemporâneas e ampliem a atuação profissional em novos campos, <b>projetando a função social da profissão em contextos ainda não delineados no presente.</b> c) <b>orientar a formação teórica e técnica para as especificidades do jornalismo, com grande atenção à prática profissional, dentro de padrões internacionalmente reconhecidos, comprometidos com a liberdade de expressão, o direito à informação, a dignidade do exercício profissional e o interesse público;</b> (Brasil, 2013a, p. 9, grifo nosso).</p>
<p>e) Art. 5º O concluinte do curso de jornalismo deve estar apto para o desempenho profissional de jornalista, com <b>formação acadêmica generalista, humanista, crítica, ética e reflexiva</b>, capacitando-o, dessa forma, <b>a atuar como produtor intelectual e agente da cidadania, capaz de responder, por um lado, à complexidade e ao pluralismo característicos da sociedade e da cultura contemporâneas, e, por outro, possuindo os fundamentos teóricos e técnicos especializados, o que lhe proporcionará clareza e segurança para o exercício de sua função social específica, de identidade profissional singular e diferenciada em relação ao campo maior da comunicação social</b> (Brasil, 2013a, p. 9, grifo nosso).</p>
<p>f) I - <i>Competências Gerais - Compreender e valorizar</i>, como conquistas históricas da cidadania e indicadores de um <b>estágio avançado de civilização</b>, em processo constante de riscos e aperfeiçoamento: o regime democrático, o <b>pluralismo de ideias e de opiniões</b>, a <b>cultura da paz</b>, os <b>direitos humanos</b>, as <b>liberdades públicas</b>, a <b>justiça social</b> e o <b>desenvolvimento sustentável</b>;- <i>Conhecer</i>, em sua unicidade e complexidade intrínsecas, a história, a cultura e a <b>realidade social, econômica e política brasileira</b>, considerando especialmente a <b>diversidade regional</b>, os contextos latino-americano e ibero-americano, o eixo sul-sul e o processo de internacionalização da produção jornalística;- <i>Identificar e reconhecer</i> a relevância e o <b>interesse público</b> entre os temas da atualidade;[...] - <i>Interagir com pessoas e grupos sociais de formações e culturas diversas e diferentes níveis de escolaridade</i>;[...] - <i>Saber conviver com o poder, a fama e a celebridade, mantendo a independência e o distanciamento necessários em relação a eles</i>; [...] (Brasil, 2013a, p. 9-10, grifo nosso).</p>
<p>g) II - <i>Competências cognitivas</i> - Conhecer a história, os fundamentos e os cânones profissionais do jornalismo; conhecer a construção histórica e os fundamentos da cidadania; compreender e valorizar o papel do jornalismo na democracia e no exercício da cidadania; compreender as especificidades éticas, técnicas e estéticas do jornalismo, em sua complexidade de linguagem e como forma diferenciada de produção e socialização de informação e conhecimento sobre a realidade; <b>discernir os objetivos e as lógicas de funcionamento das instituições privadas, estatais, públicas, partidárias, religiosas ou de outra natureza em que o jornalismo é exercido, assim como as influências do contexto sobre esse exercício</b> (Brasil, 2013a, p. 10, grifo nosso).</p>
<p>h) III - <i>Competências pragmáticas</i> - Contextualizar, interpretar e explicar informações relevantes da atualidade, agregando-lhes elementos de elucidação necessários à compreensão da realidade; perseguir elevado grau de precisão no registro e na interpretação dos fatos noticiáveis; propor, planejar, executar e avaliar projetos na área de jornalismo; organizar pautas e planejar coberturas jornalísticas; formular questões e conduzir entrevistas; <b>adotar critérios de rigor e independência na seleção das fontes e no relacionamento profissional com elas, tendo em vista o princípio da pluralidade, o favorecimento do debate, o aprofundamento da investigação e a garantia social da veracidade</b>; dominar metodologias jornalísticas de apuração, depuração, aferição, além das de produzir, editar e difundir; conhecer conceitos e dominar técnicas dos gêneros jornalísticos; produzir enunciados jornalísticos com clareza, rigor e correção e ser capaz de editá-los em espaços e períodos de tempo limitados; traduzir em linguagem jornalística, preservando-os, conteúdos originalmente formulados em linguagens técnico-científicas, mas cuja relevância social justifique e/ou exija disseminação não especializada; <b>elaborar, coordenar e executar projetos editoriais de cunho jornalístico para diferentes tipos de instituições e públicos; elaborar, coordenar e executar projetos de assessoria jornalística a instituições legalmente constituídas de qualquer natureza, assim como projetos de jornalismo em comunicação comunitária</b>, [...] (Brasil, 2013a, p. 10-11, grifo nosso).</p>
<p>i) I.V - <i>Competências comportamentais</i> - Perceber a importância e os mecanismos da regulamentação político-jurídica da profissão e da área de comunicação social; identificar, estudar e analisar questões éticas e deontológicas no jornalismo; conhecer e respeitar os princípios éticos e as normas deontológicas da profissão; avaliar, à luz de valores éticos, as razões e os efeitos das ações jornalísticas; <b>atentar para os processos que envolvam a recepção de mensagens jornalísticas e o seu impacto sobre os diversos setores da sociedade; impor aos critérios, às decisões e às escolhas da atividade profissional as razões do interesse público; exercer, sobre os poderes constituídos, fiscalização comprometida com a verdade dos fatos, o direito dos cidadãos à informação e o livre trânsito das ideias e das mais diversas opiniões</b> (Brasil, 2013a, p. 11, grifo nosso).</p>

(conclusão)

<b>Destaques no texto do parecer das atuais DCNs do curso de Jornalismo</b>
j) Art. 6º A Em função do perfil do egresso e de suas competências, a organização do currículo deve contemplar, no Projeto Pedagógico, conteúdos que atendam a seis eixos de formação: <i>I - Eixo de fundamentação humanística</i> , cujo objetivo é capacitar o jornalista para exercer a sua função intelectual de produtor e difusor de informações e conhecimentos de interesse para a cidadania, privilegiando a realidade brasileira, como formação histórica, estrutura jurídica e <b>instituições políticas contemporâneas</b> ; sua geografia humana e economia política; suas raízes étnicas, regiões ecológicas, cultura popular, crenças e tradições; arte, literatura, ciência, tecnologia, bem como os fatores essenciais para o fortalecimento da democracia, entre eles <b>as relações internacionais, a diversidade cultural, os direitos individuais e coletivos; as políticas públicas, o desenvolvimento sustentável</b> , as oportunidades de esportes, lazer e entretenimento e <b>o acesso aos bens culturais da humanidade</b> , sem se descuidar dos <b>processos de globalização, regionalização e das singularidades locais, comunitárias</b> e da vida cotidiana (Brasil, 2013a, p. 11, grifo nosso).
k) <i>II - Eixo de fundamentação específica</i> , cuja função é proporcionar ao jornalista clareza conceitual e visão crítica sobre a especificidade de sua profissão, tais como: fundamentos históricos, taxonômicos, éticos, epistemológicos; ordenamento jurídico e deontológico; instituições, pensadores e obras canônicas; <b>manifestações públicas, industriais e comunitárias</b> ; os instrumentos de auto-regulação; observação crítica; análise comparada; revisão da pesquisa científica sobre os paradigmas hegemônicos e as tendências emergentes (BRASIL, 2013a, p. 11, grifo nosso).
l) <i>III – Eixo de fundamentação contextual</i> , que tem por escopo embasar o conhecimento das teorias da comunicação, informação e cibercultura, em suas <b>dimensões</b> filosóficas, <b>políticas</b> , psicológicas e <b>socioculturais</b> , o que deve incluir as rotinas de produção e os processos de recepção, bem como a regulamentação dos sistemas midiáticos, em função do mercado potencial, além dos princípios que regem as áreas conexas. (BRASIL, 2013a, p. 11, grifo nosso).
m) Art. 8º <b>As Instituições de Educação Superior têm ampla liberdade</b> para, consoante seus projetos pedagógicos, selecionar, propor, denominar e ordenar as disciplinas do currículo a partir dos conteúdos, do perfil do egresso e das competências apontados anteriormente. É valorizada a equidade entre as cargas horárias destinadas a cada um dos eixos de formação (Brasil, 2013a, p. 12, grifo nosso).
n) § 3º - São consideradas Atividades Complementares:[...] <i>Atividades Acadêmicas</i> – apresentação de relatos de iniciação científica, pesquisa experimental, <b>extensão comunitária</b> ou monitoria didática em congressos acadêmicos e profissionais (Brasil, 2013a, p. 13, grifo nosso).
o) Art. 16 O sistema de avaliação institucional dos cursos de jornalismo deve contemplar, dentre outros critérios: [...] <i>III - a contribuição do curso para o desenvolvimento local social</i> e de cidadania nos contextos em que a Instituição de Ensino Superior está inserida; [...] (Brasil, 2013a, p. 14, grifo nosso).

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

As expressões correlatas à cidadania e à democracia identificadas nos enunciados do Parecer CNE/CES n. 39/2013 correspondem a algumas também encontradas no relatório da Comissão de Especialistas, elaborado em 2009, que antecedeu esse documento. O Parecer CNE/CES n. 39/2013 reafirma competências específicas para a formação em Jornalismo que tangenciam expressões que ampliam os significados dos conceitos de cidadania e de democracia para o ensino de Jornalismo, porque se além às demandas pela ampliação de direitos e pela necessidade de qualificação das democracia, como: a consideração às questões da igualdade étnico-racial; o pluralismo de ideias e de opiniões; os direitos humanos; as liberdades públicas; a justiça social; o desenvolvimento sustentável; a diversidade regional; o interesse público e a independência dos poderes (Brasil, 2013a).

A partir do Parecer CNE/CES n. 39/2013 foi aprovado o projeto de resolução das atuais DCNs do bacharelado em Jornalismo no Brasil. As diretrizes foram efetivamente instituídas

pela Resolução n. 1, de 27 de setembro de 2013. Desse modo, essa resolução trata-se do documento mais recente que direciona o atual ensino de Jornalismo no Brasil, que retomou, a partir de 2013, a oferta da graduação na área enquanto um bacharelado único.

As atuais DCNs foram ovacionadas pelos seus defensores como uma recuperação histórica da especificidade acadêmica do Jornalismo, de suas teorias, de sua história e dos códigos deontológicos da profissão. No entanto, essa mudança no curso não significou uma ruptura com o campo da Comunicação. Desse modo, são expostos, no Quadro 15, os enunciados das novas DCNs do curso de Jornalismo (Brasil, 2013b) que citam diretamente a cidadania e democracia.

**Quadro 15 - Menções diretas de cidadania e de democracia nas atuais DCNs do curso de Jornalismo na Resolução n. 1, de 27 de setembro de 2013**

(continua)

Assunto do documento normativo	Menções de cidadania e derivações	Menções de democracia e derivações
<p>Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências.</p>	<p>Art. 3º O projeto pedagógico do curso de graduação em Jornalismo, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais: [...] VIII – incentivo à pesquisa e à extensão, como necessários prolongamentos das atividades de ensino e como instrumentos para a iniciação científica e <b>cidadã</b>; (Brasil, 2013b, p. 1-2, grifo nosso).</p> <p>Art. 5º O concluinte do curso de Jornalismo deve estar apto para o desempenho profissional de jornalista, com formação acadêmica generalista, humanista, crítica, ética e reflexiva, capacitando-o, dessa forma, a atuar como produtor intelectual e <b>agente da cidadania</b>, [...] (Brasil, 2013b, p. 2, grifo nosso).</p> <p>I – Competências Gerais a) compreender e valorizar, como <b>conquistas históricas da cidadania</b> e indicadores de um estágio avançado de civilização [...] (Brasil, 2013b, p. 3, grifo nosso).</p>	<p>I – Competências gerais: a) compreender e valorizar, como conquistas históricas da cidadania e indicadores de um estágio avançado de civilização, em processo constante de riscos e aperfeiçoamento: <b>o regime democrático</b>, [...] (Brasil, 2013b, p. 3, grifo nosso).</p> <p>II – Competências Cognitivas [...] c) compreender e valorizar o papel do jornalismo na <b>democracia</b> e no exercício da cidadania; (Brasil, 2013b, p. 3, grifo nosso).</p> <p>I – Eixo de fundamentação humanística, cujo objetivo é capacitar o jornalista para exercer a sua função intelectual de produtor e difusor de informações e conhecimentos de interesse para a cidadania, privilegiando a realidade brasileira, como formação histórica, estrutura jurídica e instituições políticas contemporâneas; sua geografia humana e economia política; suas raízes étnicas, regiões ecológicas, cultura popular, crenças e tradições; arte, literatura, ciência, tecnologia, bem como os fatores essenciais para o fortalecimento da <b>democracia</b>, [...] (Brasil, 2013b, p. 4-5, grifo nosso).</p>

(conclusão)

Assunto do documento normativo	Menções de cidadania e derivações	Menções de democracia e derivações
<p>Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências.</p>	<p>II – Competências Cognitivas [...] b) conhecer a construção histórica e os fundamentos da <b>cidadania</b>; c) compreender e valorizar o papel do jornalismo na democracia e no exercício da <b>cidadania</b>; [...] (Brasil, 2013b, p. 3, grifo nosso).</p> <p>V – Competências comportamentais: [...] g) exercer, sobre os poderes constituídos, fiscalização comprometida com a verdade dos fatos, o direito dos <b>cidadãos</b> à informação e o livre trânsito das ideias e das mais diversas opiniões. (Brasil, 2013b, p. 4, grifo nosso).</p> <p>I – Eixo de fundamentação humanística, cujo objetivo é capacitar o jornalista para exercer a sua função intelectual de produtor e difusor de informações e conhecimentos de interesse para a <b>cidadania</b> [...] (Brasil, 2013b, p. 4-5, grifo nosso).</p> <p>Art. 16. – O sistema de avaliação institucional dos cursos de jornalismo deve contemplar, dentre outros critérios: [...] III – a contribuição do curso para o desenvolvimento local social e de <b>cidadania</b> [...] (Brasil, 2013b, p. 7, grifo nosso).</p>	

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

No relatório da Comissão de Especialistas em Jornalismo, no Parecer CNE/CES n. 39/2013 e na Resolução n. 1, de 27 de setembro de 2013 das novas DCNs do curso de Jornalismo, os cidadãos são os públicos para quem o jornalista brasileiro deve orientar as suas práticas e fundamentar os seus princípios deontológicos visando à promoção da cidadania. Ainda nesses três documentos, conceituações sobre democracia também são enunciadas numa intrínseca relação de que o fortalecimento da democracia proporcionou ao jornalismo uma atuação cívica e uma responsabilidade social. Na Resolução n. 1, de 27 de setembro de 2013 (Brasil, 2013b), foram identificadas as mesmas expressões relacionadas à cidadania e à democracia que foram encontradas no Parecer CNE/CES n. 39/2013 (Brasil, 2013a).

Além disso, os valores democráticos somam-se à linguagem e aos aparatos tecnológicos como fatores que contribuíram para que os cidadãos se apropriassem dos meios de comunicação para também se comunicarem na atualidade. Algumas conceituações que sobressaem dos documentos relacionados às novas DCNs do curso de Jornalismo quanto à democracia são: uma conquista sócio-histórica, regime político e especialmente destaca-se a noção de democracia participativa, em que se exalta a relevância da atuação ativa dos cidadãos no regime democrático. Além da defesa de que os processos jornalísticos brasileiros devem ser baseados em valores e princípios democráticos.

A análise das atuais DCNs do curso de Jornalismo no Brasil, instituídas em 2013, possibilitou também a apreensão de uma certa correspondência observável entre essa e o propósito expresso no perfil do egresso do Parecer n. 1203/77, que aprovou o projeto de resolução do quarto currículo mínimo do curso de Comunicação Social e suas habilitações. Enquanto nas atuais DCNs do curso de Jornalismo é almejada a formação do jornalista enquanto um agente da cidadania (Brasil, 2013b); já no parecer elaborado em 1977, o perfil era de um agente de transformações (Brasil, 1977) para intervenção orientada ao desenvolvimento da sociedade em que está inserido.

No entanto, a efetiva possibilidade de formação de jornalistas enquanto agentes esbarra em contextos políticos completamente distintos, sendo que na contemporaneidade a democracia possibilita a atuação cidadã desse profissional conforme postulam as atuais DCNs do curso. Já no ano de implantação do quarto currículo mínimo do curso de Comunicação Social e habilitações em 1977, por sua vez, a Ditadura Militar não viabilizava a liberdade de imprensa, dentre outros direitos, para o efetivo exercício da cidadania como uma missão da formação de jornalistas naquele período.

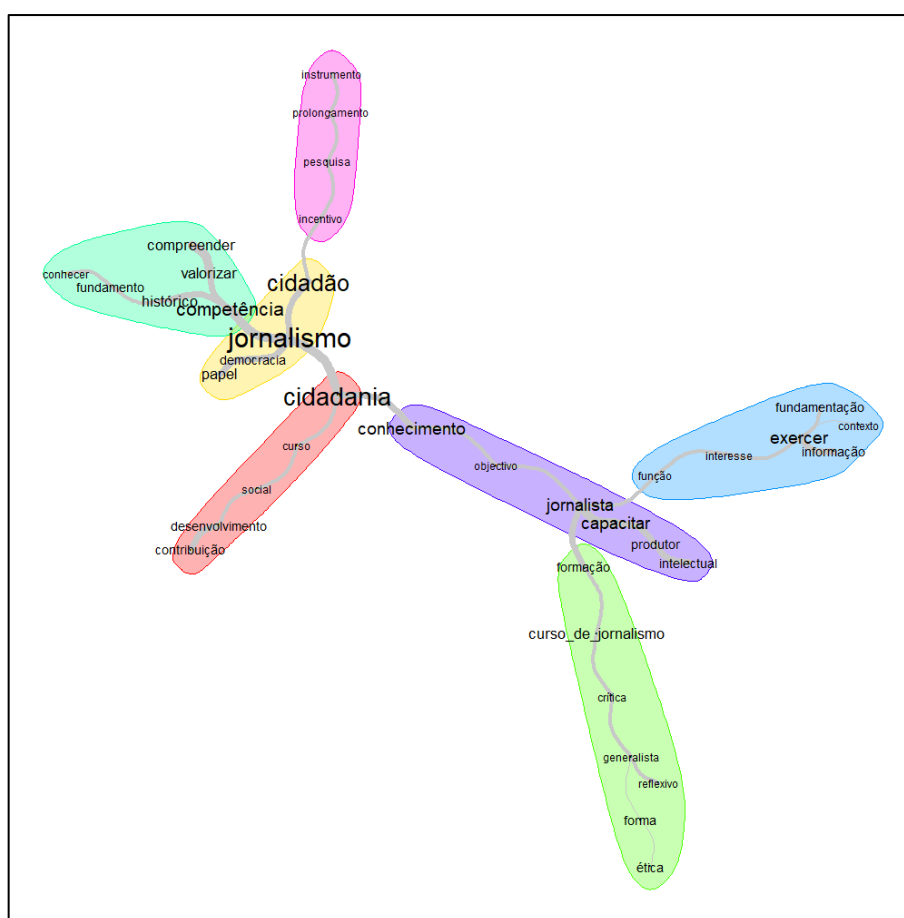
Por meio da análise dos documentos normativos do ensino de Jornalismo no Brasil, afere-se que, após a Ditadura Militar, o processo de redemocratização e o avanço da democracia no Brasil, a partir dos anos de 1980 até o início do século XXI, promoveram uma maior enunciação da cidadania e da democracia como conceitos claramente manifestos em alguns documentos normativos e que orientam o atual ensino de Jornalismo no País. As enunciações manifestas diretamente de cidadania e de democracia foram encontradas em sete documentos normativos da legislação educacional relacionada ao curso no Brasil, sendo que esses dois conceitos são mais expressos na Resolução nº 1, de 27 de setembro de 2013, que implantou as atuais DCNs do curso.

Atendo-se aos enunciados que expressam diretamente os conceitos de cidadania e de democracia no *corpus* textual dos documentos normativos, foram realizadas análises de

similitude por meio do *software IRaMuteQ*. O objetivo foi registrar as coocorrências entre esses dois conceitos e os temas de maior relevância na estrutura textual dos documentos normativos que apresentam a cidadania e a democracia diretamente enunciados na documentação. Isso permite a análise temática em um *corpus* textual.

Conforme orientações do tutorial do *software IRaMuteQ*, a análise de similitude deve ser monotemática, ou seja, uma análise para cada conceito, léxico ou tema investigado. Quanto maior for o calibre dos ramos que ligam os núcleos entre os vocábulos destacados, isso indica uma maior correlação entre esses e dá uma ideia do contexto semântico do *corpus* textual. Desse modo, foram desenvolvidas duas análises automatizadas pelo *software IRaMuteQ*, que ilustram grafos, sendo um para análise de similitude do conceito de cidadania, e outro, para democracia. Na Figura 1 apresenta-se a análise de similitude do termo cidadania feita a partir de sequências dos textos dos documentos normativos.

**Figura 1 - Análise de similitude do conceito de cidadania**



Fonte: Elaborado pela autora com *IRaMuteQ* (2023).

A árvore de similitude acima é composta por dois núcleos centrais: jornalismo e cidadania, que são igualmente relevantes na estrutura textual e possuem a maior conexão entre

os vocábulos registrados nas sequências de texto analisadas. A partir desses núcleos, surgem outras ramificações lexicais que descendem. O núcleo/grafos de cidadania apresenta maior ligação com os ramos de jornalismo e conhecimento. Já o núcleo central de jornalismo apresenta ligações com ramos de cidadania, cidadão, competência e democracia.

O grafo ilustra uma síntese da análise documental, em que o termo cidadania se liga ao jornalismo para orientar o cidadão como um instrumento, um prolongamento, um incentivo e também pela pesquisa. A cidadania ligada ao jornalismo atribui também uma competência, que busca compreender, valorizar e conhecer o fundamento histórico da cidadania. O núcleo de jornalismo se liga, além de cidadão, também o seu papel na democracia.

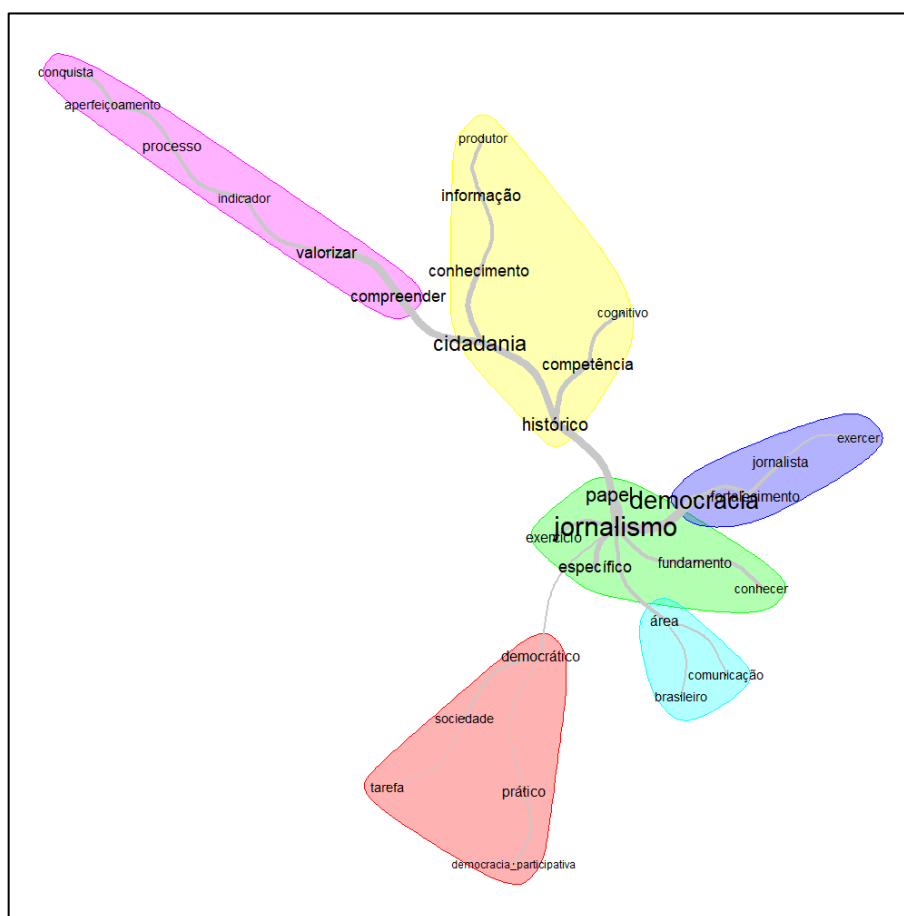
O núcleo de cidadania também se ramifica na estrutura textual para contribuições ao curso e também ao desenvolvimento social. Além disso, o núcleo de cidadania se liga ao de conhecimento, correlacionando esses dois léxicos ao objetivo de capacitar o jornalista como um produtor intelectual. Essa capacitação do jornalista diversifica-se em dois núcleos, sendo que um ramo se refere à fundamentação do exercício do jornalista, a função, o contexto e o interesse para a informação. E o segundo núcleo/grafos é voltado à formação no curso de Jornalismo de forma crítica, generalista, reflexiva e ética.

Também foi realizada a análise de similitude do conceito de democracia. Para tanto, foram analisados, com o apoio do *software IRaMuteQ*, sequências de textos dos documentos normativos do curso que apresentam o termo democracia e expressões correlatas a esse conceito nos enunciados. Desse modo, foi formada a Figura 2, que ilustra interpretações entre os vocábulos e suas correspondências nos textos.

No grafo de similitude do conceito de democracia, o núcleo central jornalismo apresenta estreita e maior relação com o núcleo democracia, no sentido de que o jornalismo desempenha um papel democrático. O núcleo jornalismo agrupa também as palavras: exercício, fundamento, conhecer e específico. No núcleo democracia, os vocábulos conferem o significado de que o jornalista atua para o exercício e o fortalecimento da democracia, conforme o agrupamento de palavras.

Na figura, o núcleo jornalismo tem ligação também com o de cidadania. O núcleo de cidadania se ramifica em: competência de ordem histórica e cognitiva; conhecimento para produção da informação; refere-se à conquista e ao aperfeiçoamento do processo indicador de valorização e a compreensão da cidadania. Ademais, o núcleo jornalismo se liga a outro núcleo que se refere aos enunciados que mencionam a área brasileira do curso de Comunicação. Assim como também o núcleo de jornalismo se associa, com menor coocorrência, ao núcleo de léxicos sobre a tarefa na sociedade democrática e também à prática da democracia participativa.

**Figura 2 - Análise de similitude do conceito de democracia**



Fonte: Elaborado pela autora com *IRaMuteQ* (2023).

Em suma, infere-se, pelas Figuras 1 e 2 expostas, que a cidadania e a democracia se constituem como coocorrências nos documentos normativos do curso de Jornalismo no Brasil. Foram observadas também outras expressões derivadas de noções de cidadania e de democracia nos documentos normativos do ensino da área, especialmente a partir do relatório elaborado, em 2009, pela Comissão de Especialistas em Jornalismo.

Em paralelo a essa interface, encontra-se o conceito de democracia que é um elemento que referenda o jornalismo e suas práticas sociais segundo ideais iluministas de um serviço público, bem como defende-se também que se trata de um conceito que ancora os fundamentos do atual ensino de Jornalismo no País. Ou seja, a cidadania e a democracia são conceitos disputados dentre as atuais DCNs e que direcionam normativamente o ensino de Jornalismo no País na contemporaneidade.

Considera-se que a cidadania e as derivações desse conceito são também elementares para a formação de jornalistas brasileiros na atualidade. A respeito desses ideais de cidadania e

de democracia, espera-se que sejam repercutidos nos atuais currículos plenos dos cursos de Jornalismo, o que não necessariamente implica que está resolvida a formação do jornalista, pois essa vai além dos atos regulatórios do ensino e se materializa também mediante o conteúdo programático, no cotidiano da sala de aula entre professores, alunos, instituições de ensino, na extensão e também nas práticas jornalísticas.

A partir da análise dos documentos normativos referentes aos currículos mínimos e às DCNs, foram também evidenciadas outras expressões que se referem à cidadania e à democracia e que auxiliam na compreensão de como o curso no Brasil delineou diferentes significados a esses dois conceitos. Desse modo, os documentos normativos deixam pistas sobre a singularidade do conhecimento desse campo acadêmico ao eleger e elencar determinadas expressões como horizontes teóricos, pragmáticos e éticos de cidadania e de democracia para o curso de Jornalismo no Brasil.

Apreende-se que a institucionalização do curso de Jornalismo no Brasil é extremamente regulamentada pelo Estado desde a sua concepção, sendo uma especificidade do modelo de ensino da área que se instituiu no Brasil. Mesmo sendo profundamente afetado por fatores externos ao campo acadêmico, o percurso brasileiro de institucionalização do curso decorreu dos cruzamentos entre a regulamentação educacional efetivada pelo Estado brasileiro e as disputas micropolíticas de agentes acadêmicos dos campos da Comunicação e do Jornalismo sobre os atos regulatórios a serem instituídos. Além disso, incluem-se também as influências das organizações sindicais brasileiras da área, a exemplo da FENAJ, e as entidades acadêmicas representativas, como a SBPJo e a Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo (ABEJ).

Nesse sentido, corrobora-se com a opinião de Eduardo Meditsch, exposta em entrevista, para quem:

O Estado regulamenta de uma maneira muito forte o ensino superior no Brasil. Isso determina como vai ser esse ensino. Então, muitas vezes, as disputas políticas internas, dentro da área acadêmica, acabam se transformando em disputas pela conquista do Estado. Ou seja, se a gente conseguir convencer o Ministério da Educação do que deve ser o curso de comunicação ou de jornalismo, a gente vai ter sucesso e implementar. Não é simplesmente um debate interno, é um debate que se passa pela conquista do Estado (Meditsch; Adghimi; Pereira, 2022, p. 130).

Desse modo, o Estado brasileiro e os agentes acadêmicos que conquistam seus lugares de fala nos atos regulatórios do ensino da área junto ao MEC, conforme análise realizada nos documentos normativos do curso de Jornalismo no Brasil, conferem uma polissemia para as expressões que se relacionam aos conceitos de democracia e de cidadania. Esses documentos refletem os discursos oficiais do Estado sobre a área acadêmica em distintos períodos e

contextos políticos no Brasil. Sobretudo, as análises desses documentos evidenciam que, no Brasil, quando a democracia é ameaçada ou entra em crise, a área acadêmica de Jornalismo também é afetada.

Especialmente a partir do terceiro currículo mínimo do curso fixado em 1969, esses dois conceitos são instrumentalizados e até deturpados de seus significados legitimados historicamente pelos ideais iluministas, para justificar a formação de comunicadores sociais, dentre esses jornalistas, durante contextos políticos em que não havia a garantia de democracia e nem de cidadania durante a Ditadura Militar. Portanto, trata-se de uma contradição discursiva efetivada por uma disputa retórica que se manifesta a partir da análise dos conceitos de democracia e de cidadania nos documentos normativos do ensino de Jornalismo no Brasil.

A cada mudança curricular na área acadêmica de Jornalismo no Brasil regulamentada pelos documentos normativos do ensino, desde uma primeira fase mais literário-humanista suplantada posteriormente por uma ênfase tecnicista, apagou-se a memória de teorizações da área e de discursos sobre uma formação de jornalistas brasileiros centrada na teoria democrática e nos valores da cidadania.

No início do século XXI, com o retorno de uma especificidade acadêmica do curso de Jornalismo por meio das novas DCNs implantadas em 2013, mira-se os atos regulatórios do ensino, tanto do passado quanto da atualidade, como arquivos que expõem discursivamente essas interferências que a área recebeu ao longo de sua institucionalização. Além da investigação sobre a cidadania e a democracia nos documentos normativos do ensino de Jornalismo no Brasil, indaga-se também como esses elementos podem ser identificados dentre as teorizações do campo.

Especialmente, porque as novas DCNs do bacharelado em Jornalismo contribuíram para a curricularização dos conhecimentos específicos da área, dentre esses, suas teorias. É segundo uma provocação de interface entre as atuais DCNs do bacharelado em Jornalismo e os PPCs atualizados dos cursos de Jornalismo das universidades federais que se visou analisar outro objetivo específico deste estudo, a saber: Analisar como os livros em comum, indicados na bibliografia da disciplina Teorias do Jornalismo constante nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de Jornalismo das universidades federais do Centro-Oeste, abordam a cidadania e a democracia junto às teorizações.

## 6 ENSINO DAS TEORIAS DO JORNALISMO COMO DISCIPLINA NO CURSO

A partir da análise documental dos pareceres e resoluções referentes aos cinco currículos mínimos curso de Jornalismo e das DCNs da área, realizada no capítulo anterior, observou-se que a disciplina Teorias do Jornalismo não integrava o conjunto de matérias constantes nos currículos mínimos entre 1962 e 1984. Em seu lugar, identificou-se a oferta precursora da disciplina Teoria da Informação. Além dessa, a disciplina Jornalismo Comparado, que se refere mais aos métodos de estudos de Jornalismo, cuja oferta teve início no segundo currículo mínimo do curso e também antecedeu à curricularização de Teorias do Jornalismo.

Moura (2002) discorre também que o ensino inicial de teorizações referentes ao Jornalismo ocorreu pela oferta da disciplina Teoria da Informação, que foi oferecida a partir do segundo currículo mínimo. “Teoria da Informação surgiu com o Parecer n. 984/65, transformando-se em Fundamentos Científicos da Comunicação, em 69, para originar Teoria da Comunicação, em 78, que foi conservada em 84” (Moura, 2002, p. 106).

O percurso metodológico de investigação dos documentos normativos do ensino de Jornalismo no Brasil, além de servir ao propósito de analisar os discursos sobre noções e expressões de cidadania e de democracia, também contribuiu para se observar como as modificações no curso de Jornalismo incidiram não somente no ensino de conteúdos/disciplinas, como também na identidade acadêmica da área no Brasil (Marques de Melo, 2009).

A análise dos cinco currículos mínimos mostrou que a disciplina Teorias do Jornalismo não foi curricularizada no ensino do País entre 1962 e 1984, pelo menos, a sua menção não é encontrada nos documentos normativos dos currículos comuns para o curso ao longo desses anos. Então, quando se deu a oferta da disciplina Teorias do Jornalismo nos cursos da área no País?

A respeito dessa questão, há divergências sobre o registro inicial da disciplina Teorias do Jornalismo. Machado (2004) discorre sobre a distinção entre os estudos de Jornalismo no Brasil, que surgiram a partir de pesquisas desenvolvidas em uma primeira fase por profissionais de outras áreas. Já uma segunda fase envolveu tanto pesquisadores de outras áreas quanto do campo do Jornalismo. Por fim, na atualidade, esse autor aponta que a área vivencia uma terceira fase, caracterizada por redes de pesquisadores em trabalhos multidisciplinares efetivados por profissionais do campo jornalístico e também de outros campos.

Segundo Machado (2004), as Teorias do Jornalismo surgiram como uma das principais linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação em Comunicação criados entre 1970 e 1990 no Brasil. Sobre a linha de pesquisa Teorias do Jornalismo, esse autor descreve suas matrizes:

2) *Teorias do Jornalismo*: com os trabalhos pioneiros de Barbosa Lima Sobrinho, Carlos Rizzini, Antonio Olinto, Alceu de Amoroso Lima, Danton Jobim e Luiz Beltrão. Numa segunda etapa, destacam-se os pesquisadores oriundos de cursos de pós-graduação como José Marques de Melo, Muniz Sodré, Nilson Lage, Ciro Marcondes Filho, Cremilda Medina e Adelmo Genro Filho. Hoje os estudos mais consistentes de Teorias do Jornalismo estão vinculados aos pesquisadores da USP, UFBa, UnB e UFSC; [...] (Machado, 2004, p. 4).

Gadini (2016), em seu artigo sobre o ensino de Jornalismo em instituições universitárias no Sul do Brasil, afirma que a análise das grades curriculares dos primeiros cursos da área no País, ainda disponíveis, indica que o pioneirismo na oferta de teorias do campo jornalístico seja do “[...] projeto da Católica de Pernambuco, muito provavelmente por iniciativa de seu fundador (Luiz Beltrão), era um dos que mais abria espaço para disciplinas conceituais voltadas ao Jornalismo (como ética e teorias, paralelamente ao ensino técnico na área)” (Gadini, 2016, p. 149). Essa apreensão sobre a introdução de uma ideia de uma Teoria do Jornalismo no Brasil com o professor Luiz Beltrão é corroborada também por Eduardo Meditsch no prefácio da obra traduzida de Otto Groth (Groth, 2011).

No entanto, a primeira defesa de uma disciplina Teorias do Jornalismo no curso é atribuída ao lançamento do livro do professor e jornalista Adelmo Genro Filho, considerado como fundador de uma teoria do jornalismo no País.

A necessidade de uma teoria geral do jornalismo, que explique melhor o fenômeno historicamente, que o reconheça enquanto estrutura específica de comunicação, situando nessa totalidade uma série de conceitos que hoje são operacionalizados, parece uma proposição estritamente válida. Isto implicaria numa redefinição de conceitos como “notícia”, “reportagem”, “editorial”, etc. e no questionamento de seus aspectos estruturais e do próprio conteúdo. Desde os chamados “atributos da notícia”, como atualidade, veracidade, curiosidade, proximidade e outros, até as questões estruturais do “lead” precisariam ser discutidos em função de uma compreensão globalizante (Genro Filho, 2004, p. 162).

Pontes (2015), em sua tese, afirma que, à época do lançamento do livro de Adelmo Genro Filho, nos anos de 1980, não havia bibliografia nacional especializada em Teorias do Jornalismo e nem mesmo a oferta dessa matéria nos currículos dos cursos. Para esse autor, grande parte das teorizações da área era mais investigada segundo a História do Jornalismo.

Podemos dizer que as chamadas teorias do jornalismo, no Brasil, são tratadas mais por livros e artigos de história do jornalismo do que, necessariamente por esforços para a proposição teórica. Mesmo que seja possível indicar textos como os de Danton Jobim (1992) e Amoroso Lima (2003) publicados nos anos 1950 como contribuições para os estudos do jornalismo, nenhum deles se oferece como uma teoria sistemática para pensar o jornalismo. Podemos afirmar que “Introdução à Filosofia do Jornalismo”, de 1960, do professor pernambucano Luiz Beltrão (1992), seja um dos primeiros esforços sistemáticos nesse sentido. Vários outros livros podem ser citados como contribuições, tais como os de Alberto Dines (1986), Ciro Marcondes Filho (1986), o de Cremilda Medina (1978), de Nilson Lage (1979) e alguns dos de Marques de Melo (1972; 1973), todavia, esses livros não se colocam como teorias do jornalismo (Pontes, 2015, p. 245-246).

Gadini (2016) considera que foi lenta a inserção disciplinar das Teorias do Jornalismo no curso, especialmente, porque seus conteúdos eram inseridos como tópicos em outras disciplinas afins, como: Teorias da Comunicação, Estudos Culturais ou Semiótica. Entretanto, a partir daí, surgiu o reconhecimento de uma necessidade de um espaço disciplinar para o ensino das teorias específicas do Jornalismo.

Dentre os currículos das universidades, a professora Rosa Nívea Pedroso foi a primeira a incluir a disciplina no programa do curso de Comunicação Social da UFRGS antes da UFSC, “[...] (onde, por algum tempo, seu conteúdo foi ministrado por Genro Filho com o rótulo de Teoria da Comunicação II)” (Meditsch, 2004). Esse autor acrescenta também que a primeira aplicação do Exame Nacional de Cursos do MEC, a partir de 1998, o antigo Provão, foi um fator decisivo para a curricularização da disciplina Teorias do Jornalismo. Dentre os conteúdos gerais avaliados no Provão de 1999 estavam os fundamentos teóricos, estéticos e sociológicos da comunicação aplicados ao jornalismo<sup>31</sup>, que antecederam a disciplina Teorias do Jornalismo.

Sobre os desafios da oferta inicial dessa matéria, Pontes (2015) discorre sobre as dificuldades enfrentadas pela professora Rosa Nívea Pedroso no curso de Jornalismo da UFRGS:

O surgimento da disciplina no país ocorreu, portanto, sem uma articulação didático-pedagógica ou de referências para sua necessária consolidação. Como relata a professora, foi necessário estruturar uma bibliografia para justificar a existência da disciplina. Muito dessa literatura era estrangeira, muitas versões em espanhol (Pontes, 2015, p. 246-247).

Marques de Melo (2006), por sua vez, considera que a criação da disciplina Teorias do Jornalismo nos cursos ocorreu em virtude da autonomia curricular conferida às graduações e às IES no País decorrente da promulgação da LDB de 1996 (Marques de Melo, 2006). Esse autor

---

<sup>31</sup> Vide informativo do Provão para os cursos de Jornalismo aplicado em 1999. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/download/enc/1999/informativos/Jornalismo\\_99.pdf](https://download.inep.gov.br/download/enc/1999/informativos/Jornalismo_99.pdf). Acesso em: 1º jun. 2023.

discorre que ministrou aulas de uma disciplina precursora das Teorias do Jornalismo, porém com outra denominação<sup>32</sup>, a saber, Introdução ao Jornalismo, quando lecionou na USP no final dos anos de 1960.

Anuniação (2019) contextualiza em sua tese os arranjos históricos-institucionais sobre as Teorias do Jornalismo no Brasil e acrescenta que, após o curso da UFRGS, foi o então curso de Comunicação Social – habilitação em Jornalismo da UFSC que secundariamente ofertou um programa disciplinar de Teoria do Jornalismo. Na UFSC, a disciplina foi ministrada por Adelmo Genro Filho, quando lecionou nessa universidade entre 1983 e 1986. Nesse período, a disciplina era denominada de Teoria da Comunicação II.

Sobre uma gênese da disciplina Teorias do Jornalismo nos cursos do Brasil, Anuniação (2019, p. 20) considera que as teorias do jornalismo são “[...] uma particularidade das teorias da comunicação”, ao ter como base as experiências de institucionalização curricular da disciplina nos cursos da UFRGS e da UFSC. Para ele, “[...] podemos dizer que, para firmar-se pertinente e relevante na grade curricular desses cursos, a novata disciplina Teoria do jornalismo sustentou-se no desenho teórico-conceitual da veterana Teoria da comunicação” (Anuniação, 2019, p. 44).

Anuniação (2019) justifica a ideia de intrínseco vínculo entre a disciplina Teorias do Jornalismo e as Teorias da Comunicação no ensino da área no Brasil, até mesmo a partir da bibliografia utilizada inicialmente na disciplina. Isso devido à carência de obras bibliográficas especializadas em Teorias do Jornalismo de escritores brasileiros. Ele acrescenta a contribuição do livro Teorias da comunicação, do pesquisador italiano Mauro Wolf, como uma obra traduzida e que colaborou como referência bibliográfica inicial para os estudos sobre o jornalismo aliado às teorizações sobre a Comunicação.

Em sua tese, Anuniação (2019, p. 20) defende também a UFSC como o “[...] epicentro do que designamos de ‘geografia institucional do jornalismo’” no Brasil. Isso porque, além de ter sido a universidade onde Adelmo Genro Filho escreveu o seu livro, que demarca uma pioneira obra de uma teoria brasileira do jornalismo, também é a instituição que primeiramente

---

<sup>32</sup> José Marques de Melo (2006) narra, em seu livro, que lecionou a disciplina durante a docência na Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), que era inicialmente denominada Introdução ao Jornalismo. Posteriormente foi renomeada para Conceitos e Gêneros Jornalísticos, e, por fim, passou a ser ofertada como Pensamento Jornalístico Brasileiro. O autor ingressou, no final dos anos de 1960, como professor instrutor na então Escola de Comunicações Culturais, atual ECA-USP, por meio do primeiro concurso público da instituição. Participou desde o início da reforma do curso de Jornalismo na USP, sendo que o departamento de Jornalismo na universidade foi criado em 1968. Informações disponíveis em: [http://www.mac.usp.br/mac/templates/exposicoes/exposicao\\_artejornalismo/expo\\_virtual/virtual13.htm](http://www.mac.usp.br/mac/templates/exposicoes/exposicao_artejornalismo/expo_virtual/virtual13.htm). Acesso em: 29 abr. 2022.

ofertou um programa *stricto sensu* em Jornalismo, com abertura do mestrado em 2007 e do doutorado em 2014.

Ainda sobre os arranjos institucionais que foram consolidando curricularmente as Teorias do Jornalismo no ensino, observam-se avanços não apenas na graduação, assim como em outros espaços acadêmicos e também em microcomunidades científicas, conforme nomeia Marques de Melo (2006), a saber: a) a constituição da COMPÓS, em 1991, a qual possui o Grupo de Trabalho (GT) de Estudos de Jornalismo desde 2000; b) a fundação do antigo FNPJ, em 1994, cuja denominação foi atualizada recentemente para Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo (ABEJ). Essa entidade realiza o Encontro Nacional de Professores de Jornalismo. O evento foi renomeado, em 2022, para Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo (ENEJor); c) a criação da SBPJor, fundada em novembro de 2003, que é responsável pela publicação da revista científica *Brazilian Journalism Research*; d) a criação do Grupo de Pesquisa (GP) de Teoria do Jornalismo, fundado em 2008 e que iniciou efetivamente os trabalhos em 2009, no XXXII Congresso da INTERCOM de 2009, realizado em Curitiba. O GP teve sua denominação de Teoria do Jornalismo atualizada recentemente, em 2022, para Teorias do Jornalismo<sup>33</sup>.

A recente institucionalização curricular dos saberes referentes às teorizações específicas do Jornalismo na graduação no Brasil enfrenta o impasse de que a disciplina Teorias do Jornalismo não possui tradição nos cursos da área. A oferta inicial dessa matéria nos cursos de Jornalismo no País teve início principalmente graças ao interesse de professores e pesquisadores brasileiros e desamparada de bibliografias nacionais especializadas, demarcando um isolamento como um dos aspectos constitutivos de sua institucionalização disciplinar. As obras de referência, em sua maioria, são de autores estrangeiros e a tradução dessas foi um fator essencial para que os livros fossem adotados como referências bibliográficas nos cursos de Jornalismo no Brasil.

Atualmente grande parte das produções acadêmicas nacionais sobre as Teorias do Jornalismo é resultante especialmente de pesquisas desenvolvidas nas pós-graduações em Comunicação e mais recentemente nos programas *stricto sensu* de Jornalismo no Brasil, a partir de dissertações e teses elaboradas no final do século XX e início do século XXI. Entretanto, a inicial formação acadêmica de jornalistas brasileiros, que ocorre principalmente na graduação, é bastante ancorada no ensino e na aprendizagem a partir de obras bibliográficas. Desse modo, justifica-se que é relevante se ater aos livros indicados na bibliografia da disciplina Teorias do Jornalismo, pois, a partir desse acervo, é que são inicialmente socializados e compartilhados

---

<sup>33</sup> Informações obtidas a partir do documento compartilhado, por e-mail, junto a pesquisadores pelo professor e atual coordenador do GP Teorias do Jornalismo da Intercom, Leonel Aguiar, em 2021.

também os fundamentos epistemológicos e teóricos entre os jornalistas brasileiros em formação.

Ademais, o ensino e a aprendizagem sobre as teorizações do Jornalismo no curso superior brasileiro não foram decorrentes da incorporação dessa disciplina específica. O próprio Marques de Melo (2006), primeiro doutor na área no Brasil, narra em seu livro que, ao ingressar no curso de Jornalismo nos anos de 1960, teve um contato inicial com a essência informativa do Jornalismo por meio da disciplina Introdução ao Jornalismo, posteriormente aprofundado com a disciplina Ética Jornalística. Segundo esse autor, a geração de jornalistas brasileiros de sua época foi educada no sentido de uma relação harmônica entre teoria e prática. Contudo, ele analisa que, a partir dos anos de 1970, houve uma redução compulsória do curso de Jornalismo à Comunicação Social (Marques de Melo, 2006). Em sua opinião, esse fator promoveu uma relação conflituosa entre teoria e prática no ensino de Jornalismo.

A análise feita por Marques de Melo (2006) acrescenta um aspecto sobre as dificuldades empreendidas no ensino das Teorias do Jornalismo no curso no Brasil, segundo uma ênfase na lacuna de bibliografias nacionais especializadas. Além disso, pontua que, dentre as dificuldades de adoção de livros estrangeiros sobre o assunto no curso superior, também pesa a conjectura da educação básica nacional, na qual a maioria dos estudantes do curso não domina outros idiomas em virtude de um déficit no ensino e na aprendizagem de línguas estrangeiras, principalmente na educação básica da rede pública de ensino.

Marques de Melo (2006) sinaliza também a relevância dos livros de autoria do professor e jornalista português, Nelson Traquina, para o ensino das Teorias do Jornalismo no Brasil e a importância que ele possui por sua contribuição ao traduzir, sistematizar e comentar estudos de Jornalismo de autores estrangeiros. Contudo, esse autor considera que os livros de autoria de Traquina apresentam teorizações construídas fora do Brasil. Em contraponto a isso, ele defende uma apropriação bibliográfica das teorias da área mais decolonial, ou seja, que apresente uma epistemologia centrada na realidade do jornalismo brasileiro.

Nesse sentido, buscou-se investigar se, com a implantação das novas DCNs do bacharelado em Jornalismo, as universidades federais no Brasil incorporaram em seus currículos o ensino da disciplina Teorias do Jornalismo. O intuito disso corresponde ao que defende Gadini (2016) que a inserção disciplinar das Teorias do Jornalismo nas grades curriculares dos atuais cursos pode ser entendida como “[...] um dos pressupostos da legitimidade social de um campo profissional a oferta de espaços ao ensino das principais teorias que orientam a existência e fortalecimento do referido campo (jornalístico)” (Gadini, 2016, p. 153).

Para tanto, foi realizada pesquisa exploratória documental junto aos sites dos atuais cursos de Jornalismo das universidades federais brasileiras ou mediante solicitações por *e-mail* para as coordenações dessas graduações, visando obter os documentos que não estavam disponíveis nos *sites*. Desse modo, foram obtidos os atuais PPCs e matrizes curriculares, com o objetivo de verificar se houve a reformulação dos cursos de Jornalismo de universidades federais brasileiras conforme as novas DCNs do bacharelado da área.

Mediante a pesquisa exploratória documental, foram identificadas 41 universidades federais que ofertam o curso de Jornalismo no Brasil atualmente, conforme exposto no Apêndice A. Em relação à observação dos PPCs, identificou-se que, dentre as 41 universidades federais, 34 cursos de Jornalismo ofertam a disciplina Teoria(as) do Jornalismo em seus currículos, tanto como matéria obrigatória quanto eletiva.

Com base no mapeamento dos PPCs e dos currículos dos cursos de Jornalismo das universidades federais brasileiras, conforme Apêndice A, observa-se a adequação da maioria dos cursos às novas DCNs do bacharelado em Jornalismo. No entanto, há distinções entre aqueles que optaram por identificar o curso enquanto um bacharelado em Jornalismo e outros que ofertam o bacharelado em Comunicação Social – Jornalismo.

A respeito da oferta de Teoria(as) do Jornalismo, observou-se no levantamento que a maioria dos cursos de Jornalismo das universidades federais do Brasil oferece essa disciplina nos atuais currículos plenos. Analisa-se que isso representa um significativo ganho para a formação de jornalistas brasileiros na atualidade, pois se trata de um aspecto curricular de reconhecimento das especificidades das teorizações do Jornalismo e de suas epistemologias, indo além dos estudos das Teorias da Comunicação.

O curso de Jornalismo foi configurado enquanto uma habilitação da Comunicação Social desde 1969 até o início dos anos 2000, cuja alteração foi legalmente motivada devido à implantação das novas DCNs em 2013. Nesse período, a disciplina Teorias do Jornalismo não era legalmente curricularizada pelos atos regulatórios do curso, e o ensino das teorizações da área, na graduação, mesclava-se aos estudos e pesquisas das Teorias da Comunicação. Entretanto, antes das DCNs de 2013, alguns cursos já ofereciam a disciplina Teorias do Jornalismo no final dos anos de 1900. Entretanto, isso não era indicado normativamente como um parâmetro comum nas grades curriculares dos cursos da área no País.

Atém-se também que, mesmo nos cursos de Jornalismo das universidades federais que não ofertam a disciplina Teoria(as) do Jornalismo, os estudos sobre as epistemologias podem também ser encontrados em outras disciplinas denominadas como: Introdução ao Jornalismo, Fundamentos do Jornalismo, Epistemologia do Jornalismo e outras.

Corroborar-se com o pensamento de Meditsch e de Sponholz (2011), que, para propor novas teorizações do jornalismo na atualidade, é preciso compreender os fundamentos epistemológicos da área. Esses autores criticam que houve uma terceirização dos conhecimentos produzidos por autores clássicos dos estudos de jornalismo pelas Ciências da Comunicação.

Desse modo, corrobora-se com a opinião desses autores e defende-se que a oferta da disciplina Teorias do Jornalismo no ensino do curso como um aspecto importante na contribuição de se repensar as epistemologias da área. Torna-se indispensável no ensino de Jornalismo no País uma formação não somente prática quanto também teórica que corresponda à complexidade e contribua para o enfrentamento da crise de institucionalidade, de legitimidade social e também do modelo de negócio do jornalismo de referência no Brasil que a área perpassa no início do século XXI.

A partir de mapeamento disciplinar de Teorias do Jornalismo nos cursos da área ofertados pelas universidades federais no Brasil, busca-se realizar outro desdobramento da pesquisa apresentada anteriormente, contudo, a partir de uma abordagem microrregional e qualitativa. Nesse sentido, apresenta-se a continuidade da pesquisa realizada junto às obras em comum indicadas nas referências bibliográficas da disciplina Teorias do Jornalismo dos cursos de Jornalismo das universidades federais localizadas na região Centro-oeste, conforme disposto no anteriormente, no Quadro 2 (p. 133-134).

Atém-se também que a bibliografia é um dos componentes curriculares prescritos pelas atuais DCNs do bacharelado em Jornalismo para os planos de disciplinas, segundo Artigo 15: “[...] devem ser fornecidos aos alunos antes do início de cada período letivo e devem conter, além dos conteúdos e das atividades, a metodologia das aulas, os critérios de avaliação e a bibliografia fundamental, necessariamente disponível na biblioteca da instituição” (Brasil, 2013b, p. 7). Portanto, a análise dos livros indicados nos PPCs dos cursos para a disciplina Teorias do Jornalismo é também um dos aspectos que compõem a normatividade do ensino direcionada pelas atuais DCNs do curso de Jornalismo no Brasil.

## 6.1 ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA DA DISCIPLINA TEORIAS DO JORNALISMO DOS CURSOS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO CENTRO-OESTE

Neste capítulo, que se detém na pesquisa bibliográfica dos livros adotados nas referências bibliográficas de Teorias do Jornalismo dos cursos de universidades federais da região Centro-Oeste, apresenta-se primeiramente uma breve história sobre a constituição da

disciplina no Brasil. Posteriormente, aborda-se a análise bibliográfica do *corpus* eleito para este estudo, conforme apresentado no capítulo sobre os procedimentos metodológicos.

Ao escolher o recorte do *corpus* para a bibliografia referenciada na disciplina Teorias do Jornalismo dos cursos ofertados pelas universidades federais localizadas no Centro-Oeste do Brasil, questiona-se: a) As reflexões teóricas sobre democracia e cidadania dialogam com as teorias do Jornalismo de modo a justificar o discurso legitimador?; b) Como os livros em comum abordam a cidadania e a democracia, diretamente ou indiretamente, junto às teorizações ou contextos discutidos em cada livro analisado?

Primeiramente, a escolha por esse *corpus* aponta uma certa correspondência bibliográfica que se evidencia a partir das indicações de mesmos autores e seus respectivos livros dentre as bibliografias básica e complementar da disciplina Teorias do Jornalismo nos cursos investigados, conforme apresentado no Quadro 2 (p. 133-134) deste estudo.

Observa-se que há uma miscelânea de livros de Teorias do Jornalismo indicados tanto de autores brasileiros quanto de estrangeiros com diferentes vertentes teóricas, cujas abordagens europeias, brasileiras e americanas já foram discutidas por Pena (2006). Não se registra nas indicações desses cursos, por exemplo, os livros do autor brasileiro Nilson Lage, que também integram a bibliografia nacional sobre as teorias da área. Ademais, foram poucas as identificações de obras bibliográficas de autores atuantes na região Centro-Oeste. Com exceção do curso de Jornalismo da UFMS, que, na bibliografia básica da disciplina, indica o seguinte livro: Critérios de Noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações, cuja autoria reúne, dentre os organizadores, os professores do curso de Jornalismo da UFMS: Marcos Paulo da Silva e Mario Luiz Fernandes, e mais a professora da UFSC, Gislene Silva.

Outra exceção observável foi no curso de Jornalismo da UnB, que indica, dentre a bibliografia básica, o livro: O Jornal: da forma ao sentido, organizado pelo docente da UnB, Sergio Dayrell Porto, e também pelo falecido professor francês Maurice Mouillaud. Outro livro indicado também na bibliografia básica do curso da UnB, Mudanças e Permanências do Jornalismo, foi organizado pelos seguintes atuais docentes dessa instituição: Dione Oliveira Moura e Fábio Henrique Pereira, e também pela professora emérita da UnB, Zélia Leal Adghimi. No entanto, esses dois livros não entram nos critérios previamente estabelecidos para nossa análise, pois não se tratam de obras bibliográficas em comum nas indicações entre os cursos pesquisados.

Entretanto, a inclusão desses livros organizados por autores regionais aponta que, nas referências bibliográficas da disciplina Teorias do Jornalismo dos cursos da UFMS e da UnB, houve uma preocupação curricular em integrar obras de professores da casa dentre os livros

indicados, o que contribui para uma regionalização e atualização da bibliografia dessa matéria. Algo que pode ser repetido nos demais cursos e que contribui para a formação de jornalistas segundo uma perspectiva mais regional, pois referencia estudos e produções acadêmicas desenvolvidos pelos docentes-pesquisadores dessas instituições.

Em relação à apreensão sobre cidadania e democracia a partir dos livros de Teorias do Jornalismo investigados, buscou-se identificar dentre o *corpus* eleito: a) como esses conceitos aparecem nos enunciados, se direta ou indiretamente/tangencialmente abordados; b) em qual referencial teórico principal se registram as discussões de cidadania e de democracia na obra; c) se há uma definição de cidadania e de democracia nos livros.

### **6.1.1 Livro O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo, de Adelmo Genro Filho**

O primeiro livro que integra o *corpus* bibliográfico de nossa análise é O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo, do autor brasileiro Adelmo Genro Filho (1989) (FIGURA 3). O livro é indicado na bibliografia básica da disciplina Teorias do Jornalismo dos cursos de Jornalismo da UFG e da UFMT - Câmpus Araguaia e também na bibliografia complementar do curso da UFMS, conforme disposto no Quadro 2 (p. 133-134).

**Figura 3 - Capa do livro O Segredo da Pirâmide, de Adelmo Genro Filho**



Fonte: Foto elaborada pela autora (2023).

A obra foi publicada pela primeira vez em 1987 e é resultante da dissertação de mestrado defendida pelo autor no programa de Ciências Sociais da UFSC. Para nossa análise, foi utilizada a segunda edição do livro, da Editora Ortiz, de 230 páginas, publicada em 1989. O próprio autor apresenta, na obra, qual foi o seu objetivo com a publicação:

Trata-se, a rigor, de um ensaio que pretende fornecer elementos para uma teoria do jornalismo, entendido este como uma *forma social de conhecimento*, historicamente condicionada pelo desenvolvimento do capitalismo, mas dotada de potencialidades que ultrapassam a mera funcionalidade a esse modo de produção (Genro Filho, 1989, p. 14).

Conforme citação anterior, o autor formula uma teoria do jornalismo brasileira como uma forma social de conhecimento cristalizada no singular, que é uma categoria central de seu argumento teórico (Genro Filho, 1989). A autoria do livro é de Adelmo Genro Filho (1951-1988), nascido em São Borja, no Rio Grande do Sul. Ele foi jornalista, político e professor no curso de Jornalismo na UFSC. Renomado autor brasileiro, seu nome intitula a premiação criada pela SBPJor, que busca valorizar pesquisadores de iniciação científica e de pós-graduação e seus estudos que visam contribuir para o campo da pesquisa em Jornalismo no Brasil.

Ele é considerado como o primeiro autor a defender uma teoria do jornalismo no Brasil segundo uma abordagem teórica marxista (Pontes, 2015). No livro, o próprio Genro Filho explica o seu enfoque teórico:

O enfoque teórico, situado na perspectiva da dialética marxista, está alicerçado nas categorias do “singular”, “particular” e “universal” – noções de larga tradição no pensamento filosófico, especialmente na filosofia clássica alemã – que atingiram sua plena riqueza de determinações lógicas no pensamento de Hegel, apesar de inseridas dentro de seu sistema idealista. Sob a inspiração da estética de Lukács, que definiu a arte como uma forma de conhecimento centrada no “singular”. Uma forma de conhecimento que surge, objetivamente, com base na indústria moderna, mas se torna indispensável ao aprofundamento da relação entre o indivíduo e o gênero humano nas condições da sociedade futura. Assim, a proposta de um “jornalismo informativo”, ideologicamente antiburguês, transforma-se numa possibilidade política efetiva (Genro Filho, 1989, p. 14).

O livro possui dez capítulos e, ao longo desses, Genro Filho discute, comenta obras de outros autores estrangeiros e brasileiros e até mesmo refuta aqueles cujos embasamentos teóricos sedimentam-se no funcionalismo e/ou no pragmatismo. Na obra, ele realiza críticas ao paradigma funcionalista norte-americano, à Teoria Geral dos Sistemas e a alguns autores da Escola de Frankfurt e do pós-marxismo, como sendo uma “[...] espécie de concepção sobre o jornalismo que se autoproclama marxista, que será chamada de ‘*reducionismo ideológico*’” sobre os meios de comunicação (Genro Filho, 1989, p. 24).

No livro, esse autor se detém a discutir o jornalismo segundo uma perspectiva marxista, isto é, fazendo uma crítica ao capitalismo e sua influência ideológica sobre a imprensa desde a emergência da burguesia, do liberalismo e da Modernidade. A publicação do livro data do período de efervescência da perspectiva marxista no meio acadêmico brasileiro, especialmente nas áreas de Comunicação e de Jornalismo, principalmente, nos anos de 1980 (Rüdiger, 2021).

No entanto, ele não se limita a circunscrever o jornalismo a apenas um fenômeno da indústria cultural destinado à manipulação e à alienação das massas, conforme orientação ideológica tradicional da Escola de Frankfurt. Mas sim, ele segue um enfoque materialista em que a *práxis* é uma categoria fundamental para entender o jornalismo como forma social de conhecimento, que possui “potencial desalienante e humanizador” (Genro Filho, 1989, p. 62).

Em última análise, as possibilidades de manipulação, proporcionadas pelos meios de comunicação de massa, são tão significativas quanto as potencialidades de desalienação e de autoconstrução consciente se tais meios forem pensados numa perspectiva revolucionária e efetivamente socialista (Genro Filho, 1989, p. 89).

Quanto à busca por explicar o jornalismo e suas teorizações, o livro de Genro Filho se destaca pela discussão epistemológica e por definir e explicar conceitos e categorias tidas como essenciais para uma teoria do jornalismo.

O que faremos nas reflexões subseqüentes é discutir o jornalismo como produto histórico da sociedade burguesa, mas um produto cuja potencialidade a ultrapassa e se expressa desde agora de forma contraditória, à medida que se constituiu como *uma nova modalidade social de conhecimento cuja categoria central é o singular*. Porém, o conceito de *conhecimento* não deve ser entendido na acepção vulgar do positivismo, e sim como momento da *práxis*, vale dizer, como dimensão simbólica da apropriação social do homem sobre a realidade (Genro Filho, 1989, p. 27).

A partir de análise bibliográfica do livro de Genro Filho, esta pesquisa não se deteve em analisar as dimensões explicativas da teoria desse autor sobre o que é o jornalismo, conforme já realizaram outros autores, como: Meditsch (1998), Pontes (2015), Rüdiger (2021), dentre outros. Mas sim, buscou-se verificar, dentre a teorização do jornalismo exposta no livro de Genro Filho (1989), se há discussões sobre cidadania e democracia fundamentando a sua teoria.

Em relação à apreensão dos conceitos ou expressões de cidadania e de democracia, esses são sim possíveis de serem encontrados nos enunciados do livro de Genro Filho. Especialmente a cidadania, a qual o autor dedica uma seção intitulada: “*A cidadania real e a imaginária*”, no oitavo capítulo do livro. Nesta seção, ele apresenta uma explicação autoral sobre esse conceito enquanto “condições imaginárias de cidadania” (Genro Filho, 1989, p. 173) ideologicamente reforçadas pelo jornalismo existente no capitalismo.

A partir da análise desse livro de Genro Filho (1989), foram destacados enunciados que abordam a cidadania e a democracia, bem como outras expressões correlatas, que ajudam na compreensão desses dois conceitos conforme a teoria crítica, que consiste na principal perspectiva teórica em que esse autor se detém para conceber sua teorização do jornalismo.

No livro, esse autor se coloca como crítico tanto das perspectivas funcionalistas quanto dos frankfurtianos radicais, pontuando a ambivalência existente nas teorizações do jornalismo polarizado em correntes teóricas divergentes, conforme citação abaixo:

No entanto, o jornalismo, que é o filho mais legítimo desse casamento entre o novo tecido universal das relações sociais produzido pelo advento do capitalismo e os meios industriais de difundir informações, isto é, o produto mais típico desse consórcio histórico, não é reconhecido em sua relativa autonomia e indiscutível grandeza. **De um lado, ele é visto apenas como instrumento particular da dominação burguesa, como linguagem do engodo, da manipulação e da consciência alienada. Ou simplesmente como correia de transmissão dos “aparelhos ideológicos de Estado”, como mediação servil e anódina do poder de uma classe, sem qualquer potencial para uma autêntica apropriação simbólica da realidade. De outro lado, estão as visões meramente descritivas ou mesmo apologéticas – tipicamente funcionalistas – em geral suavemente coloridas com as tintas do liberalismo: a atividade jornalística como “crítica responsável” baseada na simples divulgação objetiva dos fatos, uma “função social” voltada para “o aperfeiçoamento das instituições democráticas”** (Genro Filho, 1989, p. 37, grifo nosso).

Conforme essa citação, apreende-se que o livro de Genro Filho não se enquadra em uma vertente teórica normativa, principal abordagem nos estudos da área sobre a relação entre jornalismo, cidadania e democracia. Isso porque o autor não se detém em teorizar sobre o que o jornalismo deveria ser, seus valores, sua ética e sua deontologia (Hallin; Giles, 2005).

Além disso, a obra também não se classifica na vertente teórica descritiva sistematizada por Löffelholz e Rothenberger (2011). Segundo essa corrente, o jornalismo é estudado e teorizado com ênfase em suas práticas, isto é, no real ou descritivo (Christians *et al.*, 2009), em que as reflexões teóricas sobre jornalismo, cidadania e democracia concentram-se na descrição das práticas.

O livro de Genro Filho se situa na terceira fase dos estudos de Jornalismo, que se afastaram das teorias normativas e descritivas e se reorientaram, a partir dos anos de 1970 mundialmente, para as análises críticas sobre os fundamentos e práticas jornalísticos, sob a influência de teorias e métodos das Ciências Sociais e Humanas (Correia, 2011). Além de ser uma obra fundamentada na teoria crítica, o livro de Genro Filho discute o jornalismo como uma forma social de conhecimento, ideia que antecipa compreensões que serão posteriormente classificadas na teoria construcionista.

No livro de Genro Filho (1989), podemos distinguir e sistematizar os enunciados que apresentam discussões sobre cidadania e democracia em três temáticas: a) críticas aos autores que teorizam o jornalismo segundo uma perspectiva funcionalista e pragmatista; b) críticas aos autores da teoria geral dos sistemas, frankfurtianos radicais e aos pós-marxistas; c) as contribuições autorais de Genro Filho (1989) para a formulação de uma teoria do jornalismo.

Os seis primeiros capítulos do livro de Genro Filho tratam-se de um compêndio, isto é, uma síntese de teorias do jornalismo a partir de referências e análises de obras de diversos autores. Os quatro capítulos finais da obra são dedicados à apresentação da teoria do jornalismo desse autor e suas categorias fundamentais. Assim, com intuito de organizar uma melhor apresentação dos vários enunciados identificados no livro de Genro Filho, foram reunidos, no quadro abaixo, aqueles que abordam a cidadania e a democracia nas críticas que o autor realiza ao funcionalismo e ao pragmatismo.

**Quadro 16 - Relação de enunciados do livro de Adelmo Genro Filho que abordam a cidadania e a democracia nas críticas ao funcionalismo e ao pragmatismo**

(continua)

Enunciados do livro de Adelmo Genro Filho correlacionados aos conceitos de democracia e de cidadania
<p>a) O desenvolvimento da imprensa aparece, aqui, articulado com o crescente interesse pelos livros a partir do Renascimento e, de outra parte, com as demandas burocráticas e institucionais da burguesia em ascensão. Mas com relação aos “periódicos”, que foram os precursores do jornalismo contemporâneo, as necessidades sociais apontadas são mais difusas: <i>“Além das necessidades institucionais, havia a necessidade popular de obter informações e manter-se em dia com os acontecimentos da época, fenômeno que geraria a imprensa periódica, cujas primeiras manifestações são as relações e as folhas volantes. Madeleine D’Ainvelle sintetiza com muita clareza esse tipo de necessidade que ‘se faz sentir nos diversos meios sociais: o cidadão que deseja conhecer a vida do grande corpo social ao qual ele pertence e que ultrapassa suas relações primárias; o comerciante burguês e banqueiro que não pode ter sucesso em seus negócios se não estiver bem informado dos preços das mercadorias e da sua acessibilidade, que depende da conjuntura política; os cidadãos, ansiosos por sua participação no exército da Itália, que têm sede de informações precisas; o Rei, para defender sua política, que procura atingir a opinião’.</i> E conclui: <i>‘a atualidade tornou-se o objeto de curiosidade com um fim prático, a comunicação converteu-se em uma necessidade da vida urbana, profissional, política e religiosa’</i> (Marques de Melo, 1973, p. 36-37 <i>apud</i> Genro Filho, 1989, p. 35, grifo nosso)</p>
<p>b) De outro lado, estão as visões meramente descritivas ou mesmo apologéticas – tipicamente funcionalistas – em geral suavemente coloridas com as tintas do liberalismo: <b>a atividade jornalística como “crítica responsável” baseada na simples divulgação objetiva dos fatos, uma “função social” voltada para “o aperfeiçoamento das instituições democráticas”</b>. Na linguagem mais direta do mestre (Dürkheim), uma atividade voltada para a denúncia e correção das patologias sociais”, portanto, para a coesão e a reprodução do estado “normal” da sociedade, ou seja, o capitalismo (Genro Filho, 1989, p. 37, grifo nosso).</p>

(continuação)

**Enunciados do livro de Adelmo Genro Filho correlacionados aos conceitos de democracia e de cidadania**

c) Naturalmente, ao omitir essa discussão, ele adota as acepções correntes que a ideologia dominante atribui a essas palavras. *Independência e imparcialidade* significam, no fundo, ter como pressuposto que o capitalismo desenvolvido norte-americano e sua hegemonia imperialista é um tipo de sociedade “normal”, e deve ser preservada contra todas as “patologias” políticas, sociais e econômicas. A *exatidão* quer dizer, quase sempre, a submissão do jornalista às fontes oficiais, oficiosas ou institucionais. **A honradez não é outra coisa senão uma boa reputação entre as instituições da “sociedade civil”, no sentido atribuído por Gramsci a essa expressão, isto é, entre aquelas entidades que reproduzem a hegemonia burguesa.** A *responsabilidade* é o respeito às leis e preceitos gerais da ordem estabelecida. A *decência* significa, como diz o próprio autor, “la censura del buen gusto”, ou seja, o reconhecimento da hipocrisia que fundamenta a moral burguesa como um valor digno de ser reverenciado e acatado. Não é por casualidade que ele define as funções principais do jornalismo nos seguintes termos: informar, interpretar, guiar e divertir. Ora, o jornalismo deve ser “imparcial”, mas deve “interpretar” os fatos e “guiar” seus leitores. Fica evidente que há uma interpretação e um sentido que devem brotar naturalmente dos próprios fatos, com base, portanto, nos preconceitos e concepções dominantes na sociedade, que se manifestam no chamado “bom senso”, expressão individual da ideologia hegemônica (Bond, 1978, p. 19-21 *apud* Genro Filho, 1989, p. 43, grifo nosso).

d) Seguindo outra sistematização, com o mesmo conteúdo ideológico, Luiz Amaral indica as “funções do jornalismo”: política, econômica, educativa e de entretenimento seriam as quatro principais. Vale a pena citar duas delas: “Por função política, entendem-se os meios de informação, em sua ação crescente, como instrumento de direção dos negócios públicos, e como órgãos de expressão e de controle da opinião”. Sobre a “função econômica e social” ele afirma: “*Não é de agora que os meios de informação se tornaram instrumentos do desenvolvimento econômico e social. Difundindo diariamente uma enorme massa de informações sobre assuntos os mais variados e de interesse permanente da sociedade, o Jornalismo tem contribuído para o desenvolvimento da indústria e do comércio, como para melhorar as relações sociais, de um modo geral [...]*” (Amaral, 1969 p. 17-19 *apud* Genro Filho, 1989, p. 44, grifo nosso).

e) O caráter de classe das “funções” indicadas por Luiz Amaral é tão óbvio quanto as classificações de Hohenberg e Fraser Bond. Cabe ao jornalismo uma tarefa orgânica, quer dizer, solidária com o modo de produção capitalista e suas instituições políticas e econômicas. **Quanto aos “atributos” da notícia, Luiz Amaral apresenta também sua própria classificação:** atualidade, veracidade, **interesse humano**, raio de influência, raridade, curiosidade e proximidade (Genro Filho, 1989, p. 45, grifo nosso).

f) É preciso asseverar, no entanto, que o exposto não exclui o fato de que **jornais analíticos e polêmicos ou abertamente ideológicos possam cumprir papéis relevantes na luta política** e sejam, até, indispensáveis nesse sentido. **A tese de Lênin sobre a necessidade do jornal partidário enquanto “organizador coletivo”, com funções de análise crítica, luta ideológica, propaganda e agitação é, ainda presentemente, insuperada em seus fundamentos** (Genro Filho, 1989, p. 46, grifo nosso).

g) O problema central da concepção de Clóvis Rossi sobre a objetividade jornalística está alicerçada em dois pressupostos de natureza “espontaneamente funcionalista”. O primeiro, é que **ele considera as necessidades de informação do organismo social do ponto de vista de uma democracia liberal, isto é, parece tomar o capitalismo como modo “normal” e aceitável de sociedade. Isso vai implícito em toda sua argumentação:** “Parece claro que a questão da **liberdade de informação**, entendida em seu sentido lato, só poderá ser resolvido no quadro das **liberdades democráticas em geral. Isto é, só haverá realmente liberdade de informação quando houver ampla prática das liberdades democráticas, coisa que, no Brasil, tem acontecido apenas rara e episodicamente**” (Rossi, 1984, p. 63 *apud* Genro Filho, 1989, p. 48, grifo nosso).

h) Assim, o complemento lógico dessa visão ingênua e empirista da objetividade, **para dar vazão ao liberalismo, não poderia ser muito diferente: “a teoria dos filtros”.** Depois da “lei dos dois lados” como critério justo, pelo menos “teoricamente”, temos então outros elementos que dificultam a honorável postura da imparcialidade jornalística: [...] **O problema, neste caso, é apenas de uma possível disfunção entre liberdades individuais que se entrecrocaram. Assim, a liberdade do jornalista, enquanto indivíduo, de expressar suas próprias idéias ou relatar o fato objetivo tal como ele presenciou encontra obstáculos nas individualidades situadas hierarquicamente acima dele na empresa jornalística.** Mas a questão fica no ar, pois Rossi admite, com ilusão pueril, que as decisões tomadas por editores e pelos chefes de Redação, “na maior parte dos casos” estão embasadas pelo “critério jornalístico”. Ressalvando apenas que, “quando o assunto é de grande relevância, entra em ação um segundo critério, que se sobrepõe ao primeiro: o julgamento político, em função das posições que cada jornal adota” (Rossi, 1984, p. 42, 45 *apud* Genro Filho, 1989, p. 50, grifo nosso).

(conclusão)

<b>Enunciados do livro de Adelmo Genro Filho correlacionados aos conceitos de democracia e de cidadania</b>
i) Não obstante, a alegação dos empresários de que os comitês de redação seriam, na prática, “soviets” de jornalistas, que se apossariam, aos poucos, do jornal, revista ou TV em que se instalassem, mudando as posições editoriais que seus donos defendem, Rossi acha que “até certo ponto” tem fundamento. Embora considere essa possibilidade um risco “mínimo”, <b>Rossi teme as suas conseqüências: “sempre há o risco de que, em redações nas quais há grande número de elementos de uma mesma corrente partidária ou ideológica, esse grupo monopolizasse os comitês de redação e passasse a impor seus pontos de vista, frustrando os objetivos democratizantes da proposta original”</b> . Quer dizer, a propriedade privada dos jornais, emissoras de rádio, TV, seu caráter comercial, não compromete necessariamente a imparcialidade. Mas os comitês de redação, estes sim, segundo Rossi, trazem o risco da imposição ideológica (Rossi, 1984, p. 65 <i>apud</i> Genro Filho, 1989, p. 51, grifo nosso).
j) Ao não compreender essa questão, Robert E. Park acaba definindo o conhecimento produzido pelo jornalismo com um mero reflexo empírico e necessariamente acrítico, cuja função é somente integrar os indivíduos no “status quo”, situá-lo e adaptá-lo na organicidade social vigente. <b>O jornalismo teria, assim, uma função estritamente “positiva” em relação à sociedade civil burguesa, tomada esta como referência universal</b> (Genro Filho, 1989, p. 59, grifo nosso).
k) Por outro lado, a <b>tese de Rousseau sobre a origem da sociedade em termos de um “contrato social” – mesmo entendido como um pressuposto estritamente lógico, como ele advertiu no <i>Contrato Social</i> – parece hoje bastante pueril para qualquer cidadão medianamente intelectualizado</b> . Isso ocorre pela evidência do complexo objetivo de mediações que não apenas se interpõe entre os indivíduos, mas constitui as premissas da própria existência individual (Genro Filho, 1989, p. 129-130, grifo nosso).

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Dentre as análises críticas de Genro Filho ao funcionalismo e ao pragmatismo, ele cita a obra do brasileiro José Marques de Melo e sua concepção desenvolvimentista do jornalismo atrelada às necessidades sociais. Trazendo citações do livro de Marques de Melo, em que esse autor justifica a função social da imprensa atrelada às necessidades sociais do “cidadino” ou “cidadão” (Genro Filho, 1989, p. 35), registram-se menções de termos correlacionados à cidadania. A respeito da perspectiva funcionalista presente na obra de Marques de Melo, Genro Filho critica como o funcionalismo e “[...] suas visões meramente descritivas e apologéticas” vislumbram o jornalismo “[...] como uma ‘função social’ voltada para o ‘aperfeiçoamento das instituições democráticas’” (Genro Filho, 1989, p. 37).

Desse modo, Genro Filho (1989) aborda parcialmente sobre cidadania e democracia quando realiza críticas ao funcionalismo, a partir das discussões sobre a função social da imprensa e das necessidades sociais difusas. Além disso, ele associa a perspectiva funcionalista do jornalismo ao positivismo postulado por Durkheim sobre a imprensa como: “[...] uma atividade voltada para a denúncia e correção das ‘patologias sociais’, portanto, para a coesão e a reprodução do estado ‘normal’ da sociedade, ou seja, o capitalismo” (Genro Filho, 1989, p. 37).

Dentre os enunciados destacados do livro de Genro Filho (1989) também se encontram abordagens parciais de cidadania quando o autor critica o pragmatismo, a partir de referências aos livros de John Hohenberg e de Fraser F. Bond, que ele define como obras clássicas norte-

americanos que contribuíram para a formação de jornalistas nos Estados Unidos e na América Latina. Genro Filho apresenta uma citação do livro de Fraser Bond sobre a honradez como um dos deveres da imprensa que confere uma “[...] boa reputação entre as instituições da ‘sociedade civil’, no sentido atribuído por Gramsci a essa expressão, isto é, entre aquelas entidades que reproduzem a hegemonia burguesa” (Genro Filho, 1989, p. 43), o que denota uma crítica ao conceito de sociedade civil burguesa segundo uma perspectiva marxista.

Ele também faz críticas à sistematização das funções do jornalismo elaborada pelo autor brasileiro Luiz Amaral, que se alinha ideologicamente ao funcionalismo e ao pragmatismo. Desse modo, registra-se uma discussão tangencial sobre cidadania quando Genro Filho apresenta a citação do livro de Luiz Amaral sobre a função econômica e social do jornalismo como orientada para “[...] o interesse permanente da sociedade” (Genro Filho, 1989, p. 44). Ele também discute os atributos da notícia categorizados por Luiz Amaral, a saber: “[...] interesse humano, a atualidade, a veracidade, o raio de influência, a raridade, curiosidade e a proximidade” (Genro Filho, 1989, p. 45), que se referem ao *newsmaking* e sua relação com concepções de valores-notícia associadas às funções do jornalismo nas sociedades.

Ao discorrer sobre a divisão pragmática entre relato e opinião no jornalismo como um falso problema, Genro Filho considera que os jornais partidários e claramente ideológicos desempenham uma função relevante na luta política segundo uma orientação marxista. Nesse sentido, ele considera o jornal partidário como “[...] ‘organizador coletivo’, com funções de análise crítica, luta ideológica, propaganda e agitação” (Genro Filho, 1989, p. 46), com base na tese de Lênin. Trata-se de uma perspectiva marxista desse autor que se relaciona com o papel do jornalismo para uma revolução contra o capitalismo, conseqüentemente transformando as funções jornalísticas em prol da cidadania.

Nos enunciados em que Genro Filho critica o pragmatismo no jornalismo a partir de citações do livro do brasileiro Clóvis Rossi, evidenciam-se claramente críticas à democracia liberal na discussão sobre a objetividade jornalística. “O primeiro, é que ele considera as necessidades de informação do organismo social do ponto de vista de uma democracia liberal, isto é, parece tomar o capitalismo como modo ‘normal’ e aceitável de sociedade” (Genro Filho, 1989, p. 48).

Também se registra uma abordagem indireta de cidadania no livro a partir das citações e das análises que Genro Filho faz da obra de Clóvis Rossi. Ele problematiza a imparcialidade jornalística a partir da apreensão sobre as liberdades individuais e a autonomia do jornalista em correlação à teoria dos filtros, que é um dos aportes teóricos sobre os processos e rotinas jornalísticos: “[...] a liberdade do jornalista, enquanto indivíduo, de expressar suas próprias

idéias ou relatar o fato objetivo tal como ele presenciou encontra obstáculos nas individualidades situadas hierarquicamente acima dele na empresa jornalística” (Genro Filho, 1989, p. 50).

Outra abordagem tangencial dos valores democráticos é identificada no enunciado em que Genro Filho critica o pensamento de Clóvis Rossi sobre o perigo do partidarismo ideológico dos jornalistas para “os objetivos democratizantes” (Genro Filho, 1989, p. 51) das redações jornalísticas. Ele critica que Rossi não questiona que a imparcialidade jornalística também corre risco mediante a propriedade privada dos meios de comunicação.

Genro Filho também critica o pensamento funcionalista do jornalista e sociólogo norte-americano Robert Park cujo ensaio ele considera “[...] como uma das abordagens funcionalistas mais interessantes” (Genro Filho, 1989, p. 55) para suas reflexões sobre o jornalismo como forma de conhecimento. Mesmo reconhecendo a relevância da obra de Park, ele desaprova a perspectiva funcionalista do autor norte-americano por enfeixar o conhecimento do jornalismo segunda uma corrente positivista. “O jornalismo teria, assim, uma função estritamente ‘positiva’ em relação à sociedade civil burguesa, tomada esta como referência universal” (Genro Filho, 1989, p. 59). Na crítica de Genro Filho à obra de Park, observa-se uma discussão superficial de cidadania liberal a partir da menção à sociedade civil burguesa.

Genro Filho critica duramente a permanência da ideia do contratualismo de Rousseau, importante filósofo do liberalismo, refutando a tese de contrato social como explicação para as relações sociais no capitalismo. Em sua opinião, o contratualismo deve ser desconsiderado por “qualquer cidadão medianamente intelectualizado” (Genro Filho, 1989, p. 130). Assim, ele cita a condição de cidadão para argumentar que são complexas as mediações que interpelam os indivíduos nas sociedades, superando a lógica do contratualismo da cidadania liberal originada no século XVIII.

Além das críticas feitas às correntes teóricas do funcionalismo e do pragmatismo no campo do Jornalismo, Genro Filho (1989) também “[...] combateu o teorismo das críticas doutrinárias de extração materialista” (Rüdiger, 2021, p. 107), que concerne à base teórico-filosófica marxista desse autor. No compêndio teórico de críticas aos autores frankfurtianos radicais e aos pós-marxistas apresentado no livro de Genro Filho, se identificam enunciados que abordam discussões de cidadania e de democracia, além de refutar a teoria geral dos sistemas, conforme disposto no Quadro 17.

**Quadro 17 – Relação de enunciados do livro de Adelman Genro Filho que abordam a cidadania e a democracia nas críticas às teorias marxistas e à teoria geral dos sistemas**

(continua)

Enunciados do livro de Adelman Genro Filho correlacionados aos conceitos de democracia e de cidadania
<p>a) Quando as chamadas tendências “pós-marxistas” do pensamento contemporâneo caem na tentação de fazer a apologia das “pequenas comunidades” como único meio dos indivíduos reencontrarem sua “autonomia”, essas correntes estão supondo que a liberdade individual em atribuir significação aos fenômenos, que emana da participação imediata na singularidade do mundo vivido, não pode encontrar sucedâneo. A idéia básica é que o indivíduo não pode ser sujeito efetivo e integral através das mediações criadas pelo aparato técnico-científico a que dão o nome, em alguns casos, de “heteronomia” em oposição à “autonomia”, que seria realizável através da vivência imediata. Tais concepções esbarram, em primeiro lugar, nas evidências de um mundo humano já universalmente constituído, cujo complexo de mediações não parece passível de regressão. Em segundo lugar, como indicou Marx, a humanidade só se coloca problemas quando, potencialmente, já existem as condições para equacioná-los. A imprensa, e mais intensamente os meios eletrônicos de comunicação de massa, representam os termos dessa equação (Genro Filho, 1989, p. 63, grifo nosso).</p>
<p>b) O significado social de uma informação jornalística está intimamente relacionado tanto ao aspecto quantitativo quanto ao qualitativo. Um evento com probabilidade próxima de zero é jornalisticamente importante mesmo que não esteja vinculado às contradições fundamentais da sociedade. Por exemplo, um homem que conseguisse voar sem qualquer tipo de aparelho ou instrumento. Um evento de elevada probabilidade, como novas prisões políticas no Chile de Pinochet, é significativo e importante em virtude de seu enraizamento amplo e radical num processo que expressa tendências reais do desenvolvimento social.[...]. <b>As novas prisões no Chile de Pinochet, para os jornais do governo chileno, podem significar que o regime está disposto a “manter a ordem e a segurança dos cidadãos”. Para um jornal liberal podem representar “mais um ato de arbítrio de um governo sem legitimidade”. Nas páginas de um jornal de esquerda podem significar que “está se ampliando a resistência revolucionária do povo chileno”</b> (Genro Filho, 1989, p. 68, grifo nosso).</p>
<p>c) Ora, a questão fundamental, que está no cerne da hegemonia cultural e ideológica das classes dominantes, não é a retroalimentação em termos cibernéticos, isto é, a questão do retorno alto ou baixo, mas da qualidade da informação produzida pelos meios de comunicação de massa e, ao mesmo tempo, a qualidade da relação do “emissor” com o “receptor”, ou seja, dos meios com as massas, através de seus órgãos de poder político e de suas fontes de criação cultural. <b>Os meios de comunicação modernos, a TV, o rádio, o cinema, a imprensa em geral, os jornais, etc. são formas centralizadas de emissão de informações e produção cultural. Sempre terão uma “saída” incomparavelmente maior do que a “entrada”. Caso contrário, eles perderiam exatamente a vantagem que possuem em relação aos meios artesanais de comunicação. Não é isso que os torna antidemocráticos ou instrumentos de controle e manipulação a serviço das classes dominantes.</b> O domínio da linguagem, o controle da escrita, o monopólio da técnica de oratória e outras tantas prerrogativas das classes dominantes sempre foram, igualmente, instrumentos de persuasão, controle e opressão. <b>A questão essencial é o domínio político dos meios de comunicação pelas organizações das massas revolucionárias, como condição para que a qualidade das informações produzidas pelos centros emissores, em termos políticos, ideológicos e culturais sejam coincidentes com determinadas metas históricas definidas coletivamente. Não se trata, neste caso, de objetivos [sic] específicos, táticos ou mesmo estratégicos – que podem constituir aspectos do problema -, mas de objetivos históricos, definidos em termos de possibilidades concretas e valores revolucionários e humanistas</b> (Genro Filho, 1989, p. 88-89, grifo nosso).</p>
<p>d) A unidade do Espírito com o mundo, do sujeito com o objeto, pensada por Hegel como tendência inexorável do real à totalização, perceptível ao nível dos fenômenos do mundo, é assumida por Adorno como necessária e impossível. Quer dizer, como horizonte abstrato e nostálgico da crítica e superação permanentes. <b>O apregoado “saudosismo” e “elitismo” de Adorno em não perceber as potencialidades democráticas e a realidade contraditória, geradas pelos meios de comunicação de massa do capitalismo moderno, encontra suas premissas filosóficas nessa idéia de uma Totalidade que jamais existiu e, não obstante, assumida como uma perda.</b> A idéia de cultura como manipulação e do jornalismo como fenômeno redutível a sua forma mercantil, dotado de conteúdo essencialmente alienado e alienador, é uma das conseqüências teóricas dessa suposta unidade em processo de fragmentação radical e irresistível (Genro Filho, 1989, p. 95, grifo nosso).</p>

(continuação)

Enunciados do livro de Adelman Genro Filho correlacionados aos conceitos de democracia e de cidadania
e) O “pessimismo” que emana das idéias de Adorno (e Horkheimer) não pode ser atribuído apenas a uma expectativa pessoal diante do curso da história. A posição de Adorno/Horkheimer sobre a cultura e a arte no capitalismo avançado envolve um “pessimismo” crítico e humanista, cujos pressupostos estão contidos naquela idéia de uma Totalidade cindida, que deve ser pensada sob a forma de uma totalização aberta e essencialmente negativa. <b>Uma de suas conseqüências aparece no conceito de “indústria cultural”, sugerido por eles para caracterizar a cultura do capitalismo moderno. Esse conceito pretende evitar a falsa impressão de que se trata de uma cultura democrática, feita pelas próprias massas, como poderia induzir a expressão “cultura de massa”</b> (Genro Filho, 1989, p. 97, grifo nosso).
f) A propósito dessa caracterização da “indústria cultural”, alguns problemas apontados pelos críticos merecem ser referidos: 1) <b>As potencialidades sociais da tecnologia são apenas vagamente admitidas, mas não consideradas efetivamente na análise. A universalização real da cultura, a ampliação gigantesca do acesso à arte e às informações, as possibilidades de uma democratização radical do processo cultural e as novas alternativas estéticas que nascem dessa base técnica, tudo isso não é levado na devida conta na teorização de Adorno e Horkheimer</b> (Genro Filho, 1989, p. 100, grifo nosso).
g) Uma das críticas mais frontais ao conceito de “indústria cultural” (ou “cultura de massa”) foi feita por Alan Swingewood: “Escrevendo numa época (os anos trinta) em que parecia iminente <b>o colapso final da democracia capitalista liberal, não como Marx havia previsto, mas com base nas forças combinadas da política totalitarista (o fascismo) e da economia totalitarista (o crescimento de monopólios e cartéis gigantesco e a fusão do capital bancário e industrial), os teóricos de Frankfurt convenceram-se de que a evolução do capitalismo precisava da destruição daquelas instituições sociais – econômicas, políticas e legais – que, agindo como mediadores entre o Estado e a ‘sociedade civil’, tinham continuado independentes, dando alguma proteção, se bem que parcial, contra a dominação política arbitrária</b> ” (Swingewood, 1978, p. 14-15 <i>apud</i> Genro Filho, 1989, p. 101, grifo nosso).
h) Para Swingewood, não existe uma “indústria cultural” ou uma “cultura de massa”, no sentido de uma manipulação orquestrada racionalmente de cima para baixo, mas uma hegemonia burguesa na cultura e uma “ideologia da cultura de massa” – da qual a própria idéia da manipulação absoluta, sugerida pela Escola de Frankfurt, é um aspecto. <b>Grandes potencialidades culturais e democráticas foram produzidas pelo capitalismo moderno e, especialmente, pelos meios de comunicação de massa. Mas o capitalismo não pode cumprir a sua promessa cultural embora forneça as condições objetivas para que seja implementada. “O ideal de uma cultura democrática universal baseada na participação ativa de todos os estratos sociais é incompatível com o capitalismo, uma vez que, como uma forma de dominação, ele se assenta na crença no governo de elites cuja sabedoria superior subjuga as ‘massas passivas’. O mito da massa é um alicerce tão necessário para a legitimação do capitalismo moderno quanto o mito de uma cultura de massa universal, igualitária e socialmente integradora</b> ” (Swingewood, 1978, p. 18 <i>apud</i> Genro Filho, 1989, p. 101, grifo nosso).
i) A cultura, diz Swingewood, deve ser entendida sempre como uma <i>práxis</i> coletiva que envolve o conjunto de atividades pelas quais o homem humaniza o mundo natural e social. A cultura admite, por isso, uma hegemonia de classe, mas nunca pode ser subjugada a ponto de tornar-se apenas um <i>instrumento</i> nas mãos de uma minoria. Isso seria a abolição da própria cultura, portanto, a abolição da história e do homem. A limitação da crítica de Swingewood é que ela parece cair no extremo oposto da Escola de Frankfurt. <b>Ao invés da manipulação total, a democratização e desenvolvimento da cultura genuína parecem ser a tendência natural do capitalismo, embora faça a ressalva que essa tendência não pode se realizar integralmente na sociedade burguesa</b> (Genro Filho, 1989, p. 102, grifo nosso).
j) <b>Os teóricos de Frankfurt não perceberam as “forças produtivas” democratizantes e humanizadoras que estavam surgindo no campo da comunicação</b> (Genro Filho, 1989, p. 103, grifo nosso).
k) A base objetiva das contradições geradas especificamente no plano da cultura pode ser indicada por dois fenômenos. <b>Primeiro, pelo potencial cada vez mais socializante e democrático desenvolvido pelas novas tecnologias da comunicação.</b> Em segundo lugar, em virtude da própria lógica mercantil que, embora secundariamente, tende a reproduzir também as obras com potencial crítico e transformador. Além disso, é necessário referir que as contradições estruturais da sociedade também aparecem e tendem a se reproduzir no terreno cultural (Genro Filho, 1989, p. 104, grifo nosso).

(conclusão)

Enunciados do livro de Adelmo Genro Filho correlacionados aos conceitos de democracia e de cidadania
l) <i>“Só com o estabelecimento do Estado burguês de Direito e com a legalização de uma esfera pública politicamente ativa é que a imprensa crítica se alivia das pressões sobre a liberdade de opinião; agora ela pode abandonar a sua posição polêmica e assumir as chances de lucro de uma empresa comercial. Na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, uma tal evolução da imprensa politizante para uma imprensa comercializada ocorre mais ou menos à mesma época durante os anos 30 do século XIX”.</i> Para Habermas, essa terceira etapa significa uma espécie de negação das potencialidades desenvolvidas e realizadas na segunda fase, ou seja, na etapa de partidarismo político da imprensa, quando ela representava, efetivamente, a constituição de uma “opinião pública” das pessoas privadas como cidadãos. Na terceira etapa, a imprensa será a expressão pública de <i>proprietários privados</i> (Habermas, 1984, p. 216 <i>apud</i> Genro Filho, 1989, p. 106-107, grifo nosso).
m) Habermas quer demonstrar que, através do “estabelecimento do estado de Direito burguês”, foi possível à imprensa abandonar sua posição polêmica, pois a “esfera pública” já era uma conquista legitimada. Além disso, é incontestável que o caminho natural – dentro da evolução das relações capitalistas – seria o das empresas artesanais de jornalismo transformarem-se em empresas de vulto, submetidas completamente pelo capital em sua funcionalidade (Genro Filho, 1989, p. 108, grifo nosso).
n) O grande mérito de Mattelart, que aparece nitidamente em seus escritos, é um sólido compromisso político com os explorados e oprimidos, ou seja, uma preocupação permanente com as vinculações entre uma visão crítica da comunicação e da cultura, como formas de dominação, e as práticas políticas de enfrentamento e busca de alternativas populares e democráticas (Genro Filho, 1989, p. 115, grifo nosso).
o) <i>“Que tipo de aparelho ideológico acompanha o fenômeno da multinacionalização? A cada fase do processo de acumulação do capital corresponde um cidadão sob medida que viverá, no conjunto de suas práticas sociais, o caráter legítimo e natural dessa acumulação. A cada fase, correspondem mecanismos de condicionamento que garantirão o que os estrategistas da guerra do Vietnã denominavam sem inúteis precauções oratórias ‘a conquista dos corações e das mentes’”</i> (Mattelart, 1977 <i>apud</i> Genro Filho, 1989, p. 115, grifo nosso).
p) Assim, mais importante que a “comunicação alternativa”, limitada em seu potencial técnico, é a luta pelos espaços no sistema de comunicação de massa e a conquista de veículos tecnicamente avançados. O problema é que Mattelart entende os meios de comunicação apenas como <i>meios</i> , ou seja, mediações usurpadas pelas classes dominantes, impedindo que o povo fale diretamente a si mesmo (Genro Filho, 1989, p. 125, grifo nosso).
q) Cremilda reconhece o jornalismo, bem como a indústria cultural no seu conjunto, na qual ele está inserido, não apenas como instrumento de dominação ideológica, mas como um aspecto da “moderna sociedade industrial” inaugurada pelo capitalismo. O jornalismo é entendido como produto de uma nova dinâmica social, liberando potenciais democratizantes. No entanto, os limites ideológicos e teóricos de sua divergência com o pessimismo da Escola de Frankfurt é que ela pensa o desenvolvimento de tais potenciais em termos “evolucionistas” e não numa perspectiva revolucionária. Embora recorra a Benjamin e Enzensberger, sua filiação teórica está mais próxima do funcionalismo do que do marxismo (Genro Filho, 1989, p. 126-127, grifo nosso).
r) A separação feita pelos veículos de comunicação de massa entre a parte referente ao jornalismo, a parte referente à opinião (editorial ou não) e aquela referente à publicidade, por si só, simboliza as três fases históricas do jornalismo e sua articulação na nova totalidade que caracteriza o jornalismo informativo. A própria ideologia do jornalismo burguês, que destaca a missão informativa como prioritária em relação às outras duas, demonstra que esse mito é necessário para a respeitabilidade do veículo e, em consequência, para sua valorização publicitária. As informações, obviamente, não são puramente objetivas, sequer imparciais ou neutras. Mas é a necessidade universal e efetiva de informações de natureza jornalística que condiciona a possibilidade e a funcionalidade desse mito, quando, a partir da segunda metade do século XIX, as relações sociais se globalizam e os indivíduos de todos os recantos se tornam indivíduos inseridos numa única Humanidade (Genro Filho 1989, p. 145-146, grifo nosso).

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Nos enunciados expostos no Quadro 17, há abordagens parciais de cidadania e de democracia nas críticas feitas por Genro Filho aos autores ligados à doutrina marxista. Por

exemplo, quando Genro Filho critica a apologia das tendências pós-marxistas de retorno às “pequenas comunidades” (Genro Filho, 1989, p. 63). Sua crítica se baseia na proposição de uma ideia de regresso ao ideal de uma cidadania comunitária que era vivenciada pela experimentação imediata do sujeito no mundo e com os outros, sem a interferência das diversas mediações decorrentes da modernização das sociedades.

Genro Filho discute o significado social da informação jornalística correlacionado às diferenças ideológicas e políticas de cada veículo noticioso. Assim, esse autor exemplifica o tratamento diferenciado conferido por um jornal favorável a regimes ditatoriais, citando como exemplo o contexto ditatorial de Pinochet no Chile, nos anos de 1973 a 1990. “As novas prisões no Chile de Pinochet, para os jornais do governo chileno, podem significar que o regime está disposto a ‘manter a ordem e a segurança dos cidadãos’” (Genro Filho, 1989, p. 68), tangenciando nesse enunciado um aspecto sobre cidadania.

Ainda sobre o exemplo da ditadura de Pinochet no Chile, ele analisa as diferenças de abordagem de uma mesma informação jornalística entre um jornal liberal e outro de esquerda. “Para um jornal liberal podem representar ‘mais um ato de arbítrio de um governo sem legitimidade’. Nas páginas de um jornal de esquerda podem significar que ‘está se ampliando a resistência revolucionária do povo chileno’” (Genro Filho, 1989, p. 68). Desse modo, Genro Filho, sem mencionar diretamente a teoria da ação política do jornalismo, exemplifica aspectos de supressão de direitos de cidadania com referências à ditadura no Chile, então vigente no ano de publicação desse livro, pontuando como esse regime ditatorial reflete em distorções sistemáticas nos jornais orientados por ideologias distintas.

Em outro enunciado, ele exemplifica e contextualiza a violação de direitos humanos a partir da ditadura militar em El Salvador, ocorrida entre 1931 e 1979, para fazer uma crítica à teoria geral dos sistemas e à teoria da informação. Para tanto, desaprova a explicação dessas teorias que sedimentam a relevância da informação jornalística na dimensão quantitativa e segundo eventos de baixa probabilidade.

Tendo o insólito como valor-notícia implícito na sua crítica, ele se refere à explicação clichê de notícia como sendo o “homem que morde o cão” para criticar as teorizações do jornalismo que definem a noticiabilidade aos eventos de baixa probabilidade: “Realmente, a probabilidade de que um homem avance a dentadas contra um cão é bem menor, por exemplo, do que a probabilidade de novas violações dos direitos humanos pelo exército salvadorenho” (Genro Filho, 1989, p. 80). Nesse trecho, ele exemplifica um caso para abordar de modo subjacente uma discussão sobre os direitos humanos, dentre a hierarquia dos critérios de noticiabilidade, em contraponto à relevância do insólito, que também é outro valor-notícia.

Ao comentar a propriedade privada das mídias, Genro Filho, em outro enunciado, apresenta uma abordagem parcial sobre a relação desigual entre emissores e receptores dos conteúdos noticiosos. Assim, ele rejeita as explicações da teoria cibernética que postula as limitações de participação do público como decorrente do funcionamento técnico dos meios: “[...] não é a retroalimentação em termos cibernéticos, isto é, a questão do retorno alto ou baixo, mas da qualidade da informação produzida pelos meios de comunicação de massa e, ao mesmo tempo, a qualidade da relação do ‘emissor’ com o ‘receptor’ [...]” (Genro Filho, 1989, p. 88). Para ele, o problema na democratização dos meios não está na centralidade da produção de informações pelos emissores: “Os meios de comunicação modernos [...] são formas centralizadas de emissão de informações e produção cultural. [...] Não é isso que os torna antidemocráticos ou instrumentos de controle e manipulação a serviço das classes dominantes” (Genro Filho, 1989, p. 88), mas sim no domínio político dos meios de comunicação pelas elites.

Ele propõe que a democratização dos meios de comunicação perpassa pelo acesso das camadas revolucionárias às mídias, como “[...] condição para que a qualidade das informações produzidas pelos centros emissores, em termos políticos, ideológicos e culturais sejam coincidentes com determinadas metas históricas definidas coletivamente” (Genro Filho, 1989, p. 89). Essa defesa do autor enquadra-se em uma perspectiva marxista de democratização das mídias, que se trata de um dos princípios de qualificação das democracias.

Dentre as críticas ao teorismo marxista, Genro Filho aborda aspectos que se relacionam ao conceito de democracia ao discordar do pensamento de Adorno. “O apregoador ‘saudosismo’ e ‘elitismo’ de Adorno em não perceber as potencialidades democráticas e a realidade contraditória, geradas pelos meios de comunicação de massa [...]” (Genro Filho, 1989, p. 95).

Nos enunciados destacados, ele prossegue com críticas ao pessimismo de Adorno e de Horkheimer tangenciando discussões sobre democracia, a partir da argumentação sobre o conceito de indústria cultural como uma falsa apreensão de que se trata de um termo associado a uma ideia democrática de cultura originada pela massa. Ele aponta que a teorização da indústria cultural de Adorno e Horkheimer desconsidera “[...] as possibilidades de uma democratização radical do processo cultural e as novas alternativas estéticas que nascem dessa base técnica [...]” (Genro Filho, 1989, p. 100), por meio das potencialidades das tecnologias e dos meios de comunicação.

Genro Filho realiza uma crítica ao teorismo marxista ao analisar a obra de Swingewood. No enunciado, ele cita Swingewood, o qual referencia o pensamento de Marx

sobre o colapso da “democracia capitalista liberal” nos anos de 1930. Desse modo, ele desaprova o pessimismo dos teóricos frankfurtianos.

A partir de referência ao pensamento de Swingewood, Genro Filho também discorre sobre o mito da cultura democrática proporcionada pelos meios de comunicação na democracia capitalista: “Grandes potencialidades culturais e democráticas foram produzidas pelo capitalismo moderno e, especialmente, pelos meios de comunicação de massa. Mas o capitalismo não pode cumprir a sua promessa cultural” (Genro Filho, 1989, p. 101). Ele reconhece a contribuição marxista de Swingewood sobre a cultura como uma “práxis coletiva” (Genro Filho, 1989, p. 102). Contudo, analisa que o pensamento de Swingewood acaba caindo no extremo oposto do marxismo: “Ao invés da manipulação total, a democratização e desenvolvimento da cultura genuína parecem ser a tendência natural do capitalismo, embora faça a ressalva que essa tendência não pode se realizar integralmente na sociedade burguesa” (Genro Filho, 1989, p. 102).

Dentre os autores ligados à teoria crítica, Genro Filho se diferencia por, apesar de sua perspectiva marxista, considerar as contradições dos meios de comunicação, mas também suas potencialidades democráticas. “Os teóricos de Frankfurt não perceberam as ‘forças produtivas’ democratizantes e humanizadoras que estavam surgindo no campo da comunicação” (Genro Filho, 1989, p. 103). Para ele, os meios de comunicação têm o potencial de socialização, que é uma dimensão de cidadania. “A base objetiva das contradições geradas especificamente no plano da cultura pode ser indicada por dois fenômenos. Primeiro, pelo potencial cada vez mais socializante e democrático desenvolvido pelas novas tecnologias da comunicação” (Genro Filho, 1989, p. 104).

No livro, Genro Filho analisa a obra de Habermas, outro autor marxista, e sua teoria sobre a esfera pública e as três fases da imprensa. Ele cita a ideia de Habermas sobre a transformação da imprensa partidária para o modelo comercial com a formação do Estado liberal burguês: “Só com o estabelecimento do Estado burguês de Direito e com a legalização de uma esfera pública politicamente ativa é que a imprensa crítica se alivia das pressões sobre a liberdade de opinião; [...] e assumir as chances de lucro de uma empresa comercial” (Genro Filho, 1989, p. 106). Desse modo, ele correlaciona a transformação do jornalismo à formação dos Estados e da esfera pública, conceitos fundamentais para se compreender a cidadania e a democracia a partir da Modernidade.

Conforme a teoria de Habermas, a segunda fase da imprensa foi marcada pela proeminência do jornalismo partidário e opinativo, momento em que ela “[...] representava, efetivamente, a constituição de uma ‘opinião pública’ das pessoas privadas como cidadãos”

(Genro Filho, 1989, p. 106-107). Assim, Genro Filho contextualiza a formação da cidadania liberal, mesmo não a mencionando, em relação à teoria habermasiana.

Além disso, o pensamento de Habermas alia a formação do Estado de Direito e da opinião pública, que são conceitos que atravessam as concepções de democracia e de cidadania junto à evolução da imprensa. Trazendo uma citação do pensamento de Habermas sobre a evolução do jornalismo para a fase comercial, “[...] a imprensa será a expressão pública de proprietários privados” (Genro Filho, 1989, p. 107). Desse modo, esse autor repercute a concentração da imprensa nas mãos das classes dirigentes.

Também se registram enunciados que discutem parcialmente a democracia e a cidadania no livro de Genro Filho quando ele analisa a obra de Mattelart e o pensamento desse autor marxista sobre a inclusão das classes exploradas e oprimidas, por meio de “[...] uma visão crítica da comunicação e da cultura, como formas de dominação, e as práticas políticas de enfrentamento e busca de alternativas populares e democráticas” (Genro Filho, 1989, p. 115). Nesse trecho do enunciado sobre a obra de Mattelart, Genro Filho toca, de modo subjacente, no tema da inclusão social.

Em outro enunciado, que também se refere ao pensamento de Mattelart, Genro Filho apresenta uma contribuição desse autor que, ao discutir os aparelhos ideológicos do Estado capitalista, reflete criticamente sobre uma concepção de cidadania segundo uma ideia de multinacionalização e das experiências do cidadão do ponto de vista da acumulação do capital. “Que tipo de aparelho ideológico acompanha o fenômeno da multinacionalização? A cada fase do processo de acumulação do capital corresponde um cidadão sob medida que viverá, no conjunto de suas práticas sociais, o caráter legítimo e natural dessa acumulação” (Genro Filho, 1989, p. 115).

Ainda sobre o pensamento de Mattelart, Genro Filho critica o viés populista desse autor em sua tese de que o povo deve ser o maior produtor das mensagens nos grandes meios de comunicação. “Essa tese de que ‘o povo mesmo’ deve ser o gerador das mensagens, se não for tomada como uma frase de efeito – o que seria um populismo ainda pior -, é de uma pobreza teórica evidente” (Genro Filho, 1989, p. 123). Não se trata de uma rejeição de Genro Filho da ideia de comunicação alternativa de Mattelart, pelo contrário, ele critica o uso da expressão do direito do povo falar apenas como uma frase de efeito. “Assim, mais importante que a ‘comunicação alternativa’, limitada em seu potencial técnico, é a luta pelos espaços no sistema de comunicação de massa e a conquista de veículos tecnicamente avançados” (Genro Filho, 1989, p. 125). Além da crítica, Genro Filho postula a sua ideia de uma comunicação popular:

Assim, dar realmente a palavra ao povo significa, de fato, como diz Mattelart, muito mais do que oferecer o microfone ou a máquina de escrever aos populares, pois isso já é feito hoje, em certa medida, pelos jornais (cartas à redação), rádios e TVs (entrevistas, pesquisas, etc.). Trata-se, fundamentalmente, de criar as mediações e os canais adequados para que os conteúdos sociais (o plural aqui é indispensável) que, antes eram desprezados na comunicação, passem a ter hegemonia no processo. O que é diferente de manipular o meio de comunicação diretamente (Genro Filho, 1989, p. 122).

Para Genro Filho, Mattelart não vislumbra a comunicação alternativa como espaço de luta das classes oprimidas também nos grandes veículos de comunicação. “O problema é que Mattelart entende os meios de comunicação apenas como meios, ou seja, mediações usurpadas pelas classes dominantes, impedindo que o povo fale diretamente a si mesmo” (Genro Filho, 1989, p. 125).

No livro, a abordagem sobre a comunicação alternativa, a partir do pensamento de Mattelart, colabora subjacentemente para a apreensão do contexto de reivindicação por ampliação dos direitos de cidadania e a necessidade da comunicação comunitária. Além disso, a comunicação alternativa também se refere às discussões sobre a emergência do direito à comunicação, a democratização das mídias e o princípio da pluralidade e, conseqüentemente, da representatividade e da diversidade dos públicos nos meios de comunicação de referência. Entretanto, esses temas não são explicitamente mencionados nos enunciados destacados do livro, carecendo de uma contextualização e interpretação para além do que está escrito no texto. Essa interpretação é o que evidencia as proximidades entre as discussões teóricas e suas relações com a cidadania e a democracia.

Dentre os autores associados à teoria crítica citados no livro, Genro Filho analisa a obra da autora brasileira Cremilda Medina, que, segunda uma perspectiva marxista, abordou a notícia como um produto à venda. Na opinião desse autor, a obra de Medina não se detém a alocar o jornalismo na perspectiva da dominação ideológica condizente com a teoria da indústria cultural.

Ele reconhece que Cremilda Medina, assim como ele, admite os potenciais democratizantes do jornalismo: “O jornalismo é entendido como produto de uma nova dinâmica social, liberando potenciais democratizantes” (Genro Filho, 1989, p. 126). Porém, ele também critica a perspectiva dela em postular essa potencialidade democrática em termos evolucionistas, e não segundo uma proposta revolucionária. Desse modo, ele considera o livro de Medina mais relacionado ao funcionalismo que uma obra marxista. Trata-se de uma análise do autor que apresenta uma discussão superficial de quais são os potenciais democratizantes do jornalismo.

Em outra análise sobre o jornalismo do ponto de vista da ideologia, Genro Filho comenta a obra de Vladimir Hudec, que versou sobre esse objeto a partir de uma “tentativa de análise científica” (Genro Filho, 1989, p. 141). Segundo esse autor, Hudec considera que há uma dimensão humanizadora na necessidade pela informação jornalística. A partir de citação da obra de Hudec, registra-se no livro uma discussão tangencial sobre a natureza do jornalismo contextualizada segundo dimensões de uma cidadania global e dos direitos humanos, no trecho: “[...] a partir da segunda metade do século XIX, as relações sociais se globalizam e os indivíduos de todos os recantos se tornam indivíduos inseridos numa única Humanidade” (Genro Filho, 1989, p. 145-146).

Além das análises críticas a outros autores, Genro Filho desenvolve seus argumentos sobre sua teoria do jornalismo que abordam discussões sobre cidadania e democracia, conforme enunciados apresentados no Quadro 18.

**Quadro 18 - Relação de enunciados do livro de Adelmo Genro Filho que abordam a cidadania e a democracia na teorização elaborada pelo autor**

(continua)

Enunciados do livro de Adelmo Genro Filho correlacionados aos conceitos de democracia e de cidadania
a) Podemos exemplificar isso da seguinte forma: em cada homem singularmente considerado estão presentes aspectos universais do gênero humano que dão conta da sua identidade com todos os demais; na idéia universal de <i>gênero humano</i> , por outro lado, estão presentes – como se “dissolvidos” – todos os indivíduos singulares que o constituem; o particular, então, pode ser a família, um grupo, uma classe social ou a nação à qual o indivíduo pertença. O particular é mais amplo que o singular, mas não chega ao universal. Podemos dizer que ele mantém algo dos extremos, mas fica situado logicamente a meio caminho entre eles (Genro Filho, 1989, p. 162-163, grifo nosso).
b) Na verdade, o processo de expansão imperialista dos Estados Unidos e a conseqüente subordinação econômica, política e cultural da América Latina coincide, em linhas gerais, com o processo de urbanização e industrialização dos países mais adiantados do continente. <b>Para esses países – entre os quais se inclui o Brasil – a subordinação ao imperialismo correspondeu a uma forma de integração no contexto mundial do capitalismo e da civilização que ele patrocinou. Por isso, em função também de condições internas e não apenas externas, o “conceito objetivo de notícia” acabaria se impondo – ainda que mais tarde -, por derivar de <i>necessidades sociais</i> geradas pelo desenvolvimento capitalista</b> (Genro Filho, 1989, p. 169, grifo nosso).
c) Somente mais tarde, a partir da segunda metade do século XIX, é que as relações sociais vão implantar uma nova dinâmica na complexa rede de determinações entre os indivíduos e a sociedade, condicionando uma série de obrigações e direitos que tensionam no sentido da igualdade formal como garantia da desigualdade real. <b>“O sentido individual da leitura jornalística se situa, assim, ao nível da cidadania: condição imaginária do indivíduo na sociedade, o qual através desse procedimento se inteira daquilo que diz respeito ao meio de que é “sócio”. Pode-se, aqui, apenas corrigir a afirmação de que a cidadania patrocinada pela sociedade burguesa é uma “condição imaginária”. Ao contrário, a cidadania no capitalismo desenvolvido é, via de regra, uma relação histórica real e efetiva. O que é imaginário ou, mais precisamente, jurídico-formal é a igualdade que ela implica. A cidadania burguesa é constituída por relações efetivas entre os indivíduos, cuja base são as necessidades do capital de assalariar e submeter trabalhadores “livres”</b> (Serra, 1989, p. 25 <i>apud</i> Genro Filho, 1989, p. 171, grifo nosso).

(continuação)

<b>Enunciados do livro de Adelmo Genro Filho correlacionados aos conceitos de democracia e de cidadania</b>
<p>d) Na perspectiva marxista, essa cidadania apresenta, então, aspectos formais (relativos à igualdade) que devem ser concretizados e, de outro lado, aspectos concretos (exploração e opressão) que devem ser erradicados. Portanto, essa relação social envolve dimensões objetivas de universalidade que transcendem a sociedade burguesa e se projetam como exigência política revolucionária, situada historicamente na perspectiva da explicitação e autoprodução do gênero humano. E envolve, igualmente, aspectos particulares referentes à dominação de classe, que situam a estrutura social como politicamente antagônica às próprias possibilidades da totalidade. É o fenômeno que Lukács chamou de “centralidade ontológica do presente” (Genro Filho, 1989, p. 171-172, grifo nosso).</p>
<p>e) Assim, a universalidade referida aqui nada tem a ver com a tese da “democracia como valor universal”, defendida pelos eurocomunistas e outros que pretendem apenas reformar as instituições burguesas para transitar de modo ordeiro e pacífico ao reino do socialismo. As dimensões concretas da cidadania burguesa que apontam para o futuro, no sentido da verdadeira igualdade, estão assentadas nas relações de trabalho cada vez mais socializadas e na própria igualdade formal. Mas tanto uma como a outra estão inseridas numa totalidade cujas relações sociais são de exploração e opressão da grande maioria da sociedade pelos detentores do capital (Genro Filho, 1989, p. 172, grifo nosso).</p>
<p>f) A necessidade do jornalismo informativo envolve, portanto, essa contradição entre a cidadania real e, digamos, a “cidadania potencial” que é constituída pelo capitalismo. A cidadania burguesa implica uma situação prática e efetiva de universalidade dos indivíduos. Uma universalidade que, em graus variáveis, vai atingir a todos. Mas essa cidadania está comprometida com a desigualdade econômica, social e política. O jornalismo informativo encarna essa ambivalência, cuja explicação está na relação dialética entre a particularidade e universalidade do próprio modo de produção capitalista. Por um lado, o jornalismo vem suprir necessidades profundas dos indivíduos e da sociedade que, teoricamente, independem das relações mercantis e capitalistas, embora tenham sido necessidades nascidas de tais relações e determinadas por elas. Não se trata, então, de carências meramente subjetivas ou ideológicas dos indivíduos que, através do jornalismo, teriam reforçada sua “condição imaginária” de cidadania. Por outro lado, em virtude do caráter de classe da sociedade burguesa, o jornalismo cumpre uma tarefa que corresponde aos interesses de reprodução objetiva e subjetiva da ordem social (Genro Filho, 1989, p. 172, grifo nosso).</p>
<p>g) Nesse sentido, a jornalismo desempenha seu papel ideológico de reforçar também determinadas condições imaginárias de cidadania, preparando os indivíduos e as classes para a adesão ao sistema. Isso ocorre, tanto através da produção de um conhecimento que coincide com a percepção positivista que emana espontaneamente das relações reificadas do capitalismo, como pela reprodução e ampliação dessa percepção, a fim de garantir que a universalidade conquistada pelo capital continue sob a égide particular dos interesses capitalistas. É essa contradição que forma a base histórica para que o jornalismo seja um fenômeno ambivalente, já que esse conflito atravessa a lógica jornalística. É esse fenômeno que autoriza pensar num jornalismo informativo feito sob uma ótica de classe oposta e antagônica à ótica burguesa, assim como abre brechas para certas posturas críticas à ordem burguesa nos veículos controlados pelas classes dominantes. Esse último aspecto depende, não apenas da capacidade teórica e técnica do jornalismo, da sua ideologia e talento, mas também de uma dupla relação de forças: a luta política interna na redação e a luta mais ampla – e fundamental – pela influência e o controle sobre os meios de comunicação. São batalhas que se travam na [sic] redações e sindicatos das categorias, mas basicamente fazendo com que o movimento operário e popular assimile e adote bandeiras políticas vinculadas a essa questão (Genro Filho, 1989, p. 172-173, grifo nosso).</p>
<p>h) Falseando essa necessidade estrutural elementar, o <i>sensacionalismo</i> é, inevitavelmente, conservador e até profundamente reacionário, mesmo quando se tenta instrumentalizá-lo com intenções democráticas ou socialistas. Porém, mesmo quando a notícia atinge essa relativa harmonia entre o singular e o particular (representada pelo triângulo equilátero), ela pode ainda situar-se na perspectiva da ideologia dominante, como é o caso da maioria das notícias produzidas pelos jornais “sérios” da grande imprensa (Genro Filho, 1989, p. 192-193, grifo nosso).</p>

(conclusão)

<b>Enunciados do livro de Adelmo Genro Filho correlacionados aos conceitos de democracia e de cidadania</b>
<p>i) <b>Em primeiro lugar, no jornalismo moderno, em virtude da produção coletiva e industrial da informação, não é realmente um sujeito individual que fala. Trata-se, de fato, de um sujeito social que pode ser identificado no âmbito das contradições de classe e interesses de grupos.</b> Em segundo lugar, à medida que o público vai compreendendo essas contradições e a lógica dos interesses, os veículos são progressivamente identificados em sua postura ideológica e política, especialmente de parte dos setores mais participantes e politizados. O sujeito é “desvendado” tal qual sua natureza social, ou seja, como sujeito que corresponde a classes sociais ou grupos econômicos e políticos. A personalização dos indivíduos que elaboram diretamente as informações é secundária, pois não corresponde na verdade aos sujeitos que concretamente estão se expressando pelos meios de comunicação. <b>Em síntese, a impessoalidade das informações jornalísticas não constitui empecilho para a descoberta dos verdadeiros sujeitos. Ao contrário, até facilita a identificação dos interesses mais amplos das classes e grupos sociais</b> (Genro Filho, 1989, p. 214, grifo nosso).</p>
<p>j) b) <b>Através da diversidade ou pluralidade [sic] que sempre existe, pelo menos minimamente, é possível confrontar e comparar as abordagens dos meios para que revelem os sujeitos políticos e sociais que estão por trás da suposta imparcialidade. Assinale-se que essa diversidade é, em certa medida, criada conscientemente pelos setores antiburgueses ou de oposição ao <i>status quo</i>, seja através de veículos sob o controle desses segmentos ou das informações que “passam” nos meios de propriedade burguesa</b> (Genro Filho, 1989, p. 215, grifo nosso).</p>
<p>k) <b>Quando ainda jovem, Marx observou: “A imprensa em geral é a consumação da liberdade humana”. Todos sabemos que as reflexões do jovem Marx nesses escritos sobre a imprensa estão marcadas pelo idealismo hegeliano. Democrata-revolucionário, ele parte de uma essência humana pressuposta racionalmente para denunciar a autocracia. A “verdadeira lei”, a “liberdade” e o “Estado” são as categorias prioritárias para sua crítica das leis reais, da falsa liberdade e do Estado autocrático.</b> Porém, há nessas reflexões uma sugestiva preocupação ontológica. Se invertermos a sentença citada teremos uma tese que aponta claramente o sentido que percorreu este trabalho: <b>“A consumação da liberdade humana exige o desenvolvimento da imprensa em geral”.</b> Vale acrescentar: <i>em especial, do jornalismo</i> (Marx, 1989, p. 34 <i>apud</i> Genro Filho, 1989, p. 220-221, grifo nosso).</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

No desenvolvimento de uma teoria do jornalismo, Genro Filho explica os conceitos de singular, particular e universal, com base no pensamento de Hegel. No enunciado em que busca explicar a relação dialética entre esses três conceitos, esse autor exemplifica a partir de referências ao gênero humano, que também contém dimensões de singular, particular e universal. “[...] na idéia universal de *gênero humano*, por outro lado, estão presentes – como se ‘dissolvidos’ – todos os indivíduos singulares que o constituem; o particular, então, pode ser a família, um grupo, uma classe social ou a nação à qual o indivíduo pertença” (Genro Filho, 1989, p. 162). De modo análogo, observam-se indiretamente noções de cidadania ao versar sobre o que é particular em cada indivíduo, isto é, seu pertencimento a um grupo, nação ou família e, simultaneamente, a característica singular da identidade de cada sujeito imbricada à espécie humana, que é uma condição universal entre os homens.

Ao discutir a imposição do conceito de objetividade da notícia, Genro Filho analisa essa hegemonia segundo uma crítica ao colonialismo dos Estados Unidos sobre os países latino-americanos. “Para esses países – entre os quais se inclui o Brasil – a subordinação ao

imperialismo correspondeu a uma forma de integração no contexto mundial do capitalismo e da civilização que ele patrocinou” (Genro Filho, 1989, p. 169). Ele critica esse imperialismo norte-americano e como ele influenciou também a cidadania das nações do sul global e refletiu no jornalismo. “Por isso, em função também de condições internas e não apenas externas, o ‘conceito objetivo de notícia’ acabaria se impondo – ainda que mais tarde –, por derivar de *necessidades sociais* geradas pelo desenvolvimento capitalista” (Genro Filho, 1989, p. 169).

Em suma, o livro de Genro Filho contribui para um pensamento crítico e autoral das teorizações do Jornalismo, pois discorre sobre as contradições existentes no capitalismo em relação à condição imaginária de igualdade de cidadania entre os cidadãos nas democracias e como o jornalismo colabora para forjar e manter essa ambivalência: “Nesse sentido, o jornalismo desempenha seu papel ideológico de reforçar também determinadas condições imaginárias de cidadania, preparando os indivíduos e as classes para a adesão ao sistema” (Genro Filho, 1989, p. 172).

Para Genro Filho, a cidadania no capitalismo é uma relação contraditória entre uma condição real e outra imaginária. “A cidadania burguesa implica uma situação prática e efetiva de universalidade dos indivíduos. Uma universalidade que, em graus variáveis, vai atingir a todos. Mas essa cidadania está comprometida com a desigualdade econômica, social e política” (Genro Filho, 1989, p. 172). Ele define a cidadania segundo a perspectiva marxista que considera as contradições e desigualdades: “Na perspectiva marxista, essa cidadania apresenta, então, aspectos formais (relativos à igualdade) que devem ser concretizados e, de outro lado, aspectos concretos (exploração e opressão) que devem ser erradicados” (Genro Filho, 1989, p. 172).

Quanto à democracia, ele esclarece a distinção entre a universalidade apregoada como um valor democrático no capitalismo e a dimensão universalizante de sua concepção marxista: “[...] a universalidade referida aqui nada tem a ver com a tese da ‘democracia como valor universal’, defendida pelos eurocomunistas e outros que pretendem apenas reformar as instituições burguesas para transitar de modo ordeiro e pacífico ao reino do socialismo” (Genro Filho, 1989, p. 170).

Na opinião desse autor, a contradição nas condições de cidadania no capitalismo constitui também a ambivalência do jornalismo. Mesmo tendo essa base histórica ambivalente de ser fruto da ideologia burguesa, ele acredita na potencialidade do jornalismo em romper com essa lógica pela práxis. “É esse fenômeno que autoriza pensar num jornalismo informativo feito sob uma ótica de classe oposta e antagônica à ótica burguesa, assim como abre brechas para

certas posturas críticas à ordem burguesa nos veículos controlados pelas classes dominantes” (Genro Filho, 1989, p. 173).

Em sua tese de uma relação harmônica entre as dimensões do singular, do particular e do universal, a notícia pode apresentar uma apreensão crítica da realidade. Nesse sentido, Genro Filho critica o sensacionalismo como um gênero jornalístico conservador e reacionário. “Falseando essa necessidade estrutural elementar, o sensacionalismo é, inevitavelmente, conservador e até profundamente reacionário, mesmo quando se tenta instrumentalizá-lo com intenções democráticas ou socialistas” (Genro Filho, 1989, p. 192).

Em outro enunciado em que discute a imparcialidade jornalística, ele defende que esse princípio do jornalismo não impede a descoberta dos sujeitos representados nos discursos jornalísticos. Do contrário, ele considera que essa suposta imparcialidade do jornalismo pode até mesmo auxiliar na identificação dos interesses de classes e grupos sociais representados nas notícias. Desse modo, indiretamente ele discorre sobre representatividade dos públicos, conceito que se relaciona à cidadania: “Em síntese, a impessoalidade das informações jornalísticas não constitui empecilho para a descoberta dos verdadeiros sujeitos. Ao contrário, até facilita a identificação dos interesses mais amplos das classes e grupos sociais” (Genro Filho, 1989, p. 214).

Na opinião desse autor, a imparcialidade jornalística pode servir para identificar os grupos sociais representados nas notícias, ocorrendo assim “[...] o desvendamento desse sujeito social e político que está por trás de cada veículo, ou mesmo de cada informação, [...]” (Genro Filho, 1989, p. 214). Para tanto, ele elenca algumas possibilidades e menciona a diversidade e a pluralidade no jornalismo, que são conceitos que compõem os valores democráticos e de cidadania. “Através da diversidade ou pluralidade [*sic*] que sempre existe, pelo menos minimamente, é possível confrontar e comparar as abordagens dos meios para que revelem os sujeitos políticos e sociais que estão por trás da suposta imparcialidade” (Genro Filho, 1989, p. 215).

Ao citar o pensamento de Marx, Genro Filho defende o potencial revolucionário e o sentido humanizador como possibilidades do jornalismo e alguns valores fundantes da democracia. “Democrata-revolucionário, ele parte de uma essência humana pressuposta racionalmente para denunciar a autocracia. A ‘verdadeira lei’, a ‘liberdade’ e o ‘Estado’ são as categorias prioritárias para sua crítica das leis reais, da falsa liberdade e do Estado autocrático” (Genro Filho, 1989, p. 221). Desse modo, subjacentemente ele versa sobre a potencialidade do jornalismo para a cidadania e a democracia na vertente marxista. Parafraseando uma ideia de Marx, ele adiciona que a consumação das liberdades humanas necessita do desenvolvimento do

jornalismo. “Se invertermos a sentença citada teremos uma tese que aponta claramente o sentido que percorreu este trabalho: A consumação da liberdade humana exige o desenvolvimento da imprensa em geral. Vale acrescentar: *em especial, do jornalismo*” (Genro Filho, 1989, p. 221).

Conforme se apreende dos enunciados extraídos do livro de Genro Filho (1989), trata-se de uma obra em que os conceitos de cidadania e a democracia são abordados parcialmente junto à fundamentação teórica crítica, pois esse autor não apresenta integralmente as diversas teorias democráticas e as distintas conceituações de cidadania no livro. Contudo, concernente à base ideológica marxista de Genro Filho, esse livro apresenta críticas à cidadania burguesa e à democracia liberal. Essa abordagem ajuda na compreensão da inter-relação desses dois conceitos e o jornalismo segundo a perspectiva da teoria marxista. No livro, ele realiza uma definição autoral de cidadania na sociedade capitalista que pressupõe a igualdade, que, em sua visão, trata-se de uma condição imaginária no capitalismo e para qual o jornalismo contribui ideologicamente, segundo Genro Filho (1989).

No livro, além da tese desse autor sobre o jornalismo como uma forma social de conhecimento, também são encontradas críticas que concernem às discussões quanto à ineficiência das democracias capitalistas na efetivação da igualdade de direitos sociais e direitos humanos. Ele aponta as contradições de classes na cidadania burguesa e o mito de um ideal universalizante de democracia liberal. Assim, as reflexões teóricas contrárias ao liberalismo, como as que se registram na obra de Genro Filho, configuram o marxismo acadêmico, que também integra a literatura da área do Jornalismo enquanto uma contracorrente à perspectiva liberal. Essa corrente teórica marxista na academia é decorrente também dos contextos históricos dos movimentos proletários iniciados no século XVIII, assim como a formação das doutrinas políticas que derivaram a social-democracia e o socialismo.

Esse livro de Genro Filho trata-se de uma importante obra bibliográfica nacional do campo do Jornalismo que enfatiza a teoria crítica. A perspectiva marxista de explicar o jornalismo é o que torna singular a teorização desse autor, pois ele vai na contramão da defesa de valores universais preconizados pela ideologia do liberalismo, a qual historicamente gestou os princípios e fundamentos do jornalismo moderno. Dentre esses valores, ele desmistifica a noção de uma igualdade geral como pressuposto da cidadania e da democracia no capitalismo, que também são ideais do jornalismo. Contudo, ainda recai sobre a obra questionamentos sobre como aplicar a teoria marxista do jornalismo, questão que fica sem solução em virtude do precoce falecimento do autor e conseqüentemente da impossibilidade de uma resposta.

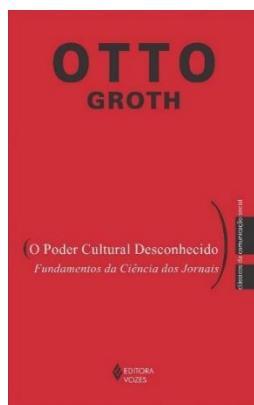
Por meio do livro de Genro Filho, é possível apreender não apenas a teoria desse autor sobre o jornalismo como uma forma social de conhecimento segundo uma perspectiva marxista,

assim como também a sua teorização contribui para a compreensão de cidadania e de democracia a partir da teoria crítica e de uma ideia de reinvenção do jornalismo pela práxis marxista. É um processo inverso de constituição epistemológica do campo jornalístico. Se o jornalismo se apropriou de teorias e métodos advindos de outros campos do conhecimento, como a Sociologia, a Ciência Política etc., o seu acúmulo teórico também se tornou capaz de conceber conceituações outras sobre a cidadania, por exemplo, assim como Genro Filho faz a respeito das condições imaginárias de cidadania.

### 6.1.2 Livro **O Poder Cultural Desconhecido: fundamentos da Ciência dos Jornais**, de Otto Groth

O livro *O poder cultural desconhecido: fundamentos da ciência dos jornais*, de Otto Groth (2011) (FIGURA 4), é adotado como indicação comum da bibliografia complementar na disciplina Teorias do Jornalismo dos cursos da UFG e da UFMT - Câmpus Araguaia, conforme disposto no Quadro 2 (p. 133-134). Trata-se de uma recente publicação traduzida para a língua portuguesa da Editora Vozes, cuja primeira edição foi lançada em 2011, com 460 páginas.

**Figura 4 - Capa do livro *O Poder Cultural Desconhecido*, de Otto Groth**



Fonte: Foto elaborada pela autora (2023).

O livro passou a integrar a bibliografia de alguns cursos de Jornalismo no Brasil graças à tradução da obra original escrita na língua alemã. A versão original reúne dez tomos, que posteriormente foi reduzida pelo próprio autor. Já a publicação brasileira do livro, cuja tradução foi realizada pela professora Liriam Sponholz, consiste em três partes que foram selecionadas a partir do sumário da obra original. A versão traduzida sintetiza o pensamento deste autor alemão, conforme apresentação exposta na tradução da obra (Groth, 2011).

A versão traduzida é dividida em: Parte I - A ciência dos jornais, na qual o autor realiza uma discussão epistemológica e defesas sobre o Jornalismo como uma disciplina científico-acadêmica autônoma; a Parte II - As características centrais, trata-se da seção em que o autor discute as quatro características essenciais dos jornais, que são os elementos de sua teoria, a saber: a periodicidade, a universalidade, a atualidade e a publicidade; e por fim, a Parte III - O jornalismo, última seção do livro em que o autor versa sobre o jornalismo como profissão; a tarefa de relatar e a reportagem; o prestígio e a reputação social do jornalismo; as críticas à profissão; o anonimato e sobre as organizações e associações profissionais jornalísticas.

Otto Groth (1875-1965), jornalista e pesquisador alemão, foi orientando do renomado sociólogo alemão, Max Weber, ao realizar seu doutorado em Sociologia. No prefácio da versão traduzida do livro por Liriam Sponhoz, o autor Eduardo Meditsch apresenta uma breve biografia sobre Otto Groth.

Embora tenha sido marginalizado no campo institucional, Otto Groth foi o teórico mais importante da Ciência dos Jornais. Nascido em 1875, estudou ciência do Estado (*Staatswissenschaft*), a precursora da ciência política, na Universidade de Munique. Mas foi o jornalismo que se tornou a missão e a profissão de Groth, um acadêmico que começou no jornalismo em 1899 com 22 anos e só tirou os pés da redação em 1934, quando foi proibido pelo regime nazista de trabalhar por ser judeu. A história também poderia ser contada de outra forma: Otto Groth, o jornalista que se tornou aluno de Max Weber e terminou seu doutorado em 1915 em Tuebingen, que escreveu a obra mais importante da Ciência dos Jornais, mas nunca pôde colocar os pés em uma universidade como professor efetivo por sua descendência judaica. Groth passou a sua vida acadêmica trabalhando como *Privatdozent*, ou seja, sem ter uma relação de trabalho permanente com uma instituição de ensino superior. Suas obras são parte constituinte da sua “missão”. “O jornal” (*Die Zeitung*), uma enciclopédia de quatro volumes publicada nos anos 20 e 30, foi escrito em 15 anos e “O Poder Cultural Desconhecido” (*Die unerkannte Kulturmacht*) exigiu 30 anos, sendo o último dos sete volumes publicado depois da sua morte, aos 90 anos, em 1965 (Groth, 2011, p. 12-13).

A influência da teoria de Max Weber sobre o autor transparece no livro de Groth na apropriação que ele faz da análise sociológica de tipos ideais, formulada primeiramente por Max Weber. Os tipos ideais fundamentam a tese de Groth sobre as quatro características essenciais ou fundamentos da Ciência dos Jornais. Essa fundamentação teórica weberiana do pensamento de Groth reflete na classificação de sua tese sobre os fundamentos da Ciência dos Jornais enquanto uma teoria normativa do jornalismo, pois se detém a analisar o que o jornalismo deveria ser, seus princípios, valores e suas funções sociais (Hallin; Giles, 2005).

No livro de Groth, além da identificação de uma base teórica sociológica do autor conforme uma visão dos jornais enquanto um sistema social, a sua formulação teórica também se enquadra na ideia do jornalismo como um produtor, intérprete e construtor de cultura,

segundo a sistematização teórica de Ahva e Steensen (2019). Por exemplo, quando ele afirma que: “Jornais e revistas são obras culturais. [...] Assim a Ciência dos Jornais é a ciência de obras culturais, é uma ‘ciência da cultura’” (Groth, 2011, p. 33). Uma perspectiva culturoológica (Temer; Nery, 2004) da Ciência dos Jornais também é evidente em outro trecho do livro: “No caso do periódico, trata-se de uma *obra cultural muito complicada*. No caso do jornalismo, de uma profissão excepcionalmente diferenciada, [...]” (Groth, 2011, p. 420).

O impeditivo da carreira docente de Groth nos institutos universitários alemães e a menção a esse contexto, que ele realiza em alguns trechos do livro, exemplificam os impactos negativos da ditadura nazista para o desenvolvimento da Ciência dos Jornais, que foi preterida pela Publicística, ciência orientada para o controle da opinião pública pelo regime totalitarista. Groth (2011) defende, em seu livro, a Ciência dos jornais, também chamada, na tradução, de Jornalística. Essa corrente de estudos tem como objeto a imprensa de massa, que surgiu no final do século XIX e início do século XX na Alemanha. Os institutos universitários alemães detêm o pioneirismo nos estudos fundadores da Ciência dos Jornais.

A tese de Groth é original no campo jornalístico e, conforme é apontado na apresentação da versão traduzida do livro, trata-se de um dos “textos fundadores” da disciplina Teorias do Jornalismo (Groth, 2011, p. 8). Esse autor alemão discute os fundamentos da Ciência dos jornais segundo o paradigma do jornalismo impresso, principal modelo existente à época da escrita de seu livro. Também se encontram na obra discussões sobre a radiodifusão no começo do século XX. No entanto, apesar de sua tese centrar-se no jornalismo impresso, as características essenciais dos jornais postuladas por ele continuam relevantes para a compreensão do jornalismo atual, mesmo no contexto da convergência midiática, conforme exposto no prefácio da versão traduzida do livro (Groth, 2011).

As discussões sobre jornalismo, cidadania e democracia também são encontradas em alguns enunciados do livro de Groth, ora contextualizando histórico e politicamente a Ciência dos Jornais, outrora tangenciando os argumentos do autor, especialmente nas discussões sobre as quatro características dessa Ciência. Devido à grande extensão do livro e os diversos enunciados identificados, são apresentados somente aqueles que pontuam distintas abordagens sobre o jornalismo realizadas pelo autor. Além disso, analisou-se como esses enunciados também se referem às questões sobre cidadania e democracia.

Na análise dos enunciados, foram identificadas conceituações que se associam às concepções de cidadania e de democracia parcialmente, isto é, tangenciando os argumentos do autor. Para uma melhor apresentação da análise, os quadros com os enunciados foram divididos em conformidade com as três partes da versão traduzida da obra. Desse modo, no Quadro 19

estão apresentados os enunciados destacados do livro de Groth (2011) que abordam a cidadania e a democracia na Parte I – A ciência dos jornais.

**Quadro 19 - Relação dos enunciados da Parte I – A ciência dos jornais do livro de Otto Groth que abordam a cidadania e a democracia**

Enunciados do livro de Otto Groth correlacionados aos conceitos de democracia e de cidadania
<p>a) A <i>Ciência dos Jornais</i> também teve que conquistar passo a passo um espaço entre as ciências e carrega até hoje marcas nítidas da luta pelo seu reconhecimento. Pelo menos na Alemanha, o país onde se mostraram as primeiras aspirações sérias de investigação de jornais e de revistas, ela não teve um destino acadêmico infeliz. Já havia cursos de Ciência dos Jornais aqui ocasionalmente – assim como na Suíça – na virada do século nos currículos de algumas escolas superiores, enquanto outras áreas da pesquisa cultural e social ainda tinham o seu acesso negado. Mas, indiferente do quanto os esforços científicos da época de alguns práticos e teóricos foram importantes e produtivos, <b>ela deve esta preferência basicamente ao significado da imprensa periódica na sociedade e no Estado de hoje, às necessidades de saber despertadas por este significado nos circuitos interessados na imprensa periódica e menos às reivindicações de formação da profissão jornalística, e ainda menos aos resultados já obtidos pela pesquisa científica</b> (Groth, 2011, p. 30-31, grifo nosso).</p>
<p>b) Não foi sem razão que a nossa época foi chamada de “jornalística”. A mente do homem de hoje é comodelada e preenchida em boa parte pelo jornalismo. <b>O jornalismo determina principalmente a direção do pensar e do querer de amplas camadas sociais. E não somente destas: dele depende em grande parte o saber e com isso a capacidade de discernimento do povo como um todo. A influência jornalística se espalha por todas as áreas da vida. Sobretudo a imprensa periódica é um fator econômico importante para diversos grupos, apesar da concorrência crescente, e ela ainda é dominante na vida pública</b> (Groth, 2011, p. 31, grifo nosso).</p>
<p>c) <b>A informação pode e deve servir à sociedade, aos indivíduos bem como às suas coletividades para inúmeros fins instintivos de preservação e promoção, elevação e ampliação, que então dão à mediação do jornalismo o seu valor</b> (Groth, 2011, p. 51, grifo nosso).</p>
<p>d) Mas há também formações culturais que se abstraem como um todo da percepção sensorial, mas que existem realmente como “ideia” na psique das pessoas. Estas formações produzem suas materializações isoladas nestas suas “ideias”, mas sempre permanecem como “ideias” e governam invisivelmente como tal. <b>Ninguém viu um “Estado” como todo, ele só é representado pelo seu governo e pela sua burocracia, pelas suas obras e organizações, pelo seu território e pelos seus cidadãos etc. e ainda assim ele é bem real</b> (Groth, 2011, p. 97, grifo nosso).</p>
<p>e) <b>A imprensa periódica está presa à “sociedade” no seu sentido e na sua produção, nas suas finalidades e nas suas influências como raramente um outro sistema cultural qualquer o é. Nem mesmo a economia. Na Idade Moderna, ela se tornou um dos meios mais fortes, mais preparados, mais adaptáveis e mais apropriados para opor-se à atomização da sociedade e para servir a todas as necessidades sociais.</b> No caso dela, nós nos deparamos em todos os lugares com influências ativas e passivas de massas e grupos. De longe, a imprensa periódica aparece como uma criação grupal anônima, na qual os fatores individuais só se instituem secundariamente, quando não podem ser ignorados completamente (Groth, 2011, p. 127, grifo nosso).</p>
<p>f) Das ciências específicas da cultura, depois das ciências econômicas e da economia de transporte, as <i>ciências políticas</i>, principalmente a <i>ciência política sistemática</i> (“Política”), são importantes para a pesquisa científica dos jornais. <b>Qualquer Estado, o absolutista, o constitucional, o democrático, o totalitário, tem a sua relação própria, jurídica e administrativa, de acordo com a sua essência, com a imprensa periódica. As suas lideranças geram órgãos de imprensa de caráter bem distinto, condizente com a forma de Estado, para influenciar a opinião pública e, onde a constituição formal e material provoca uma grande dependência dos governantes da opinião pública, para a sua própria informação. A partir das formas de Estado nós obtemos conhecimentos históricos, teóricos e tecnológicos sobre as regras legais e as relações de fato entre Estado e imprensa.</b> Os efeitos da política de imprensa se esticam em determinadas condições por todo o material, pela sua composição e seu estilo (Exemplo: estilo de censura na era de Metternich), pelo compasso da periodicidade, universalidade, atualidade e publicidade. <b>Esta influência direta do Estado sobre a imprensa é tão mais abrangente e incisiva quanto mais absolutista a forma de Estado o é. Por outro lado, quanto mais democrática for a constituição formal e material, mais frequente e mais forte a influência direta se infiltra no aparato do Estado como um todo, do ápice até os órgãos mais baixos</b> (Groth, 2011, p. 128, grifo nosso).</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Na parte I do livro, em que Groth explica a Ciência dos Jornais na Alemanha, esse autor justifica a relevância desse campo científico segundo o “[...] significado da imprensa periódica na sociedade e no Estado de hoje [...]” (Groth, 2011, p. 30). Assim, como coloca que o jornalismo “[...] determina principalmente a direção do pensar e do querer de amplas camadas sociais” (Groth, 2011, p. 31).

Além disso, defende as “necessidades sociais” (Groth, 2011, p. 127) da informação jornalística: “A informação pode e deve servir à sociedade, aos indivíduos bem como às suas coletividades para inúmeros fins instintivos de preservação e promoção, elevação e ampliação, que então dão à mediação do jornalismo o seu valor” (Groth, 2011, p. 51). Nesses enunciados, apesar de não mencionar a cidadania e a democracia explicitamente, o autor tangencia esses conceitos a partir da defesa das funções sociais da imprensa para a sociedade, o povo, o Estado e a coletividade, que são termos que indiretamente se referem às questões democráticas e de cidadania.

Em contraponto, uma citação mais explícita de termo correlato à cidadania registra-se quando esse autor discute as realidades materiais ou imateriais das mediações culturais. “Ninguém viu um ‘Estado’ como um todo, ele só é representado pelo seu governo e pela sua burocracia, pelas suas obras e organizações, pelo seu território e pelos seus cidadãos etc. e ainda assim ele é bem real” (Groth, 2011, p. 97). Para tanto, ele utiliza os termos Estado, cidadãos e organizações para exemplificar que a mediação também ocorre com outras realidades imateriais, assim como também são os jornais, tangenciando uma discussão sobre democracia nesse enunciado.

No livro, há uma menção evidente de regime democrático quando esse autor discute as Ciências Políticas como auxiliar da Ciência dos Jornais. Ele menciona os regimes de governo e suas influências sobre a imprensa: “Qualquer Estado, o absolutista, o constitucional, o democrático, o totalitário, tem a sua relação própria, jurídica e administrativa, de acordo com a sua essência, com a imprensa periódica” (Groth, 2011, p. 128).

Já nos enunciados que concernem à Parte II – As características centrais, encontra-se a maioria das abordagens de cidadania e de democracia nas explicações sobre a periodicidade, a universalidade, a atualidade e a publicidade. A partir da análise dessa segunda parte do livro, identificou-se que os enunciados sobre a publicidade concentram a maior discussão sobre conceitos correlacionados à democracia e à cidadania em comparação a outros trechos do livro em que o autor explica os outros três fundamentos: a periodicidade, a universalidade e a atualidade. Desse modo, foram sistematizados no Quadro 20 apenas os enunciados que concernem aos argumentos de Groth sobre a publicidade.

Mas também se registra uma discussão sobre a cidadania e a democracia na apresentação da periodicidade segundo a *Ciência dos Jornais*. Ele discute os efeitos sociais da periodicidade sobre o leitor enquanto uma característica dos jornais e das revistas periódicas que incide não apenas sobre a forma e nas rotinas produtivas, assim como também serve à instrução do leitor, conseqüentemente gerando uma dependência cognitiva dos públicos da mediação realizada pela imprensa. “A periodicidade torna possível instruir o público continuamente e na verdade em qualquer medida e momento do tempo, que tanto são exigidos pelos acontecimentos como também correspondem às necessidades e aos costumes do leitor” (Groth, 2011, p. 165).

A periodicidade carrega, de modo intrínseco, o elemento do retorno como uma das estratégias das rotinas produtivas. Além disso, ela orienta a cognição do leitor e o agendamento do debate público. “Com o seu retorno periódico, jornais e revistas incitam e coagem os leitores à leitura, os acostumam a eles, ao seu pensar e querer e alcançam por fim uma dependência uns dos outros, uma ligação recíproca, que se intensifica até o tornar-se imprescindível [...]” (Groth, 2011, p. 166). Desse modo, Groth aborda a periodicidade dos jornais segundo uma função pedagógica e cognitiva dos públicos.

Ao versar sobre a universalidade dentro a *Ciência dos Jornais*, ele contextualiza essa característica explicando que o ser humano pertence ao mundo objetivo, onde se encontram as comunidades, a coletividade. “Cada um pertence a alguma coletividade, nasce dentro de uma família, de uma comunidade, de um povo, está sob proteção e cuidado do Estado do nascimento até a morte, mas também está sujeito às suas leis, desfruta das instituições da comunidade [...]” (Groth, 2011, p. 169). Sem mencionar explicitamente a cidadania, esse enunciado tangencia significados sobre esse conceito.

Groth considera que cada indivíduo ou coletivo tem o seu mundo, mas que vivenciam apenas recortes. Nesse sentido, ele considera que, graças à universalidade, os jornais apresentam o “mundo diante de si” (Groth 2011, p. 171). O autor utiliza essa expressão em várias passagens do livro, especialmente para discutir a universalidade. É uma perspectiva que se enquadra na teoria construtivista, pois considera que os jornais oferecem construções da realidade, isto é, de mundos.

Ele contextualiza historicamente a universalidade como uma característica dos jornais decorrente da emergência da burguesia na Modernidade e as necessidades dessa classe social, assim como também ao desenvolvimento da cidadania liberal e a formação dos Estados modernos. “A burguesia é universal e precisa de meios de orientação e informação universal para a profissão e para a instrução em medidas e extensões muito maiores, mais intensiva e extensivamente do que qualquer outra classe” (Groth, 2011, p. 171). Tomando a burguesia

como a classe que representa a universalidade, Groth defende que: “Por isso a imprensa pôde alcançar um desenvolvimento grandioso na era da burguesia, começando nas camadas sociais mais altas e de lá infiltrando-se em camadas cada vez mais baixas e amplas” (Groth, 2011, p. 171). Nesses enunciados, o autor aborda as discussões sobre as demandas sociais advindas do desenvolvimento da cidadania e dos Estados Modernos a partir de uma perspectiva liberal.

Ainda sobre a universalidade nos jornais, ele explica que é uma característica da Ciência dos Jornais que deve considerar as diferenças entre o interesse do público e o interesse público. “Se o jornal está mergulhado no mundo diante do homem civilizado moderno como um todo, então as definições que limitam o seu conteúdo às coisas de interesse do público em geral ou a coisas que são de ‘interesse público’, que servem ao bem público ou não os contraria [...]” (Groth, 2011, p. 174). Desse modo, ele aborda indiretamente a cidadania ao discutir o interesse público, um dos princípios do jornalismo que se relaciona com as teorias da imprensa como um serviço público e a teoria da responsabilidade social dos jornalistas (Traquina, 2005).

Groth explica que a universalidade do jornal é diretamente relacionada ao avanço civilizatório das sociedades e ao estabelecimento das democracias, fatores que exigiram a complexificação da mediação dos jornais anteriormente realizada sob o domínio do Estado absolutista. “Para entender a universalidade do jornal corretamente, os teóricos e historiadores do jornal devem ter claro que cada época carrega em si sua própria universalidade [...] os seus vínculos sociais, suas tendências democráticas, precisa de uma mediação do jornal [...]” (Groth, 2011, p. 195-196).

Para ele, o jornal “[...] foi feito e utilizado no começo para as finalidades óbvias, imediatas, trazidas pelo público, ou seja, que de maneira geral se impuseram para finalidades que até ali não podiam ou só podiam ser alcançadas insuficientemente por outros meios” (Groth, 2011, p. 196). Posteriormente, os jornais foram assumindo outras funções sociais, que concernem à complexificação dos direitos de cidadania e conseqüentemente a ampliação das funções sociais do jornalismo conforme a ideia da imprensa com um serviço público.

Na visão desse autor, a universalidade do jornal se relaciona ao contexto histórico e aos limites das nações. “Com estas considerações nós mostramos que a universalidade do jornal como determinada historicamente também é moldada de forma *nacionalmente diferente*” (Groth, 2011, p. 206). Ao discorrer sobre a universalidade, Groth refuta a teoria do espelho como explicação do jornalismo. Para tanto, ele explica que a universalidade do jornalismo é limitada:

A universalidade como característica essencial do jornal não é destruída pelos seus limites e suas lacunas de fato. Por causa desta limitação e omissão necessária do conteúdo do jornal, a metáfora popular do jornal como um “*espelho*” do *existir e acontecer na atualidade* também só pode ser utilizada com grande cautela. [...] Longe do periódico, tanta coisa é também calada ou reprimida e tantas coisas só são consideradas por ele quando chegam à superfície e os olhares se impõem, que não se deveria vacilar em rejeitar a tese do espelho (Groth, 2011, p. 211).

Essa apreensão do autor sobre os limites da universalidade do jornal se relaciona com a teoria construcionista, que postula o jornalismo como uma construção da realidade. Ademais, Groth critica, além da teoria do espelho, as metáforas do jornal como um monólogo aberto de uma época consigo mesma ou de um diário que registra o presente fielmente. Ele refuta essas metáforas referentes aos jornais por se basearem nas expectativas da ideologia liberal otimista e no “romantismo democrático” (Groth, 2011, p. 213), que não se sustentam mais no início do século XX, época de publicação de seu livro.

Na opinião dele, a universalidade, enquanto impulso universal, confere ao jornal uma função social pedagógica e de instrução, que se refere à cidadania, ao direito à informação e à teoria do jornalismo como serviço público. “Com a universalidade, o jornal oferece a cada um a possibilidade de escolher o que é desejado e necessário para os seus interesses e objetivos” (Groth, 2011, p. 218). Ele considera também uma dimensão pedagógica dos jornais: “O jornal é hoje o maior educandário, a ‘escola dos adultos’, com o qual nenhum outro pode se comparar nem de longe com relação à quantidade e à diversidade dos fatos e ideias mediados [...]” (Groth, 2011, p. 218).

Para Groth, a universalidade do jornal possibilita ao indivíduo aguçar a tomar conhecimento daquilo que desconhece, é estranho ou está distante. Assim, atribui a essa característica o papel de socialização, que se refere à cidadania. Nesse sentido, ele defende: “Com isto dada a conexão mais estreita com um segundo significado amplo de universalidade do jornal: o jornal se torna um *instrumento socializador* extraordinário, o mais efetivo, apesar de algumas invenções posteriores, em integrar o ser humano em sua totalidade e mantê-lo [...]” (Groth, 2011, p. 220). Em sua opinião, o jornal informa não apenas sobre o mundo físico/natural, mas primeiramente a respeito do mundo social.

Groth discute a atualidade como uma característica dos jornais atrelada à necessidade do indivíduo de estar informado sobre o presente e de modo rápido, ou seja, uma cidadania informada: “[...] tem-se que pensar, querer, aspirar, agir no presente e aquele que estiver bem e rapidamente informado sobre o seu mundo social e físico/natural está em vantagem. O jornal cuida disto ao informar sobre o presente na amplitude mais completa possível do mundo [...]” (Groth, 2011, p. 236). Ele também correlaciona a atualidade dos jornais à teoria da imprensa

livre decorrente da formação dos Estados de Direito, o que possibilitou a liberdade de imprensa como um dos fundamentos das democracias no Ocidente.

O Estado libertou a imprensa das suas ligações (privilégio, concessões, cauções, censura etc.), gerou organizações patrocinadoras e privilégios concedidos e assim o desenvolvimento do jornal estabeleceu-se também no nível de cumprir as reivindicações crescentes por atualidade que a vida tumultuada da sociedade moderna, a sua velocidade e a sua agitação provocam na mente e nos feitos (Groth, 2011, p. 241-242).

Groth defende a intrínseca relação entre as características da universalidade e da atualidade como indispensáveis para que o jornal cumpra as suas tarefas de mediação, de atuar como um serviço público e de promover a cidadania pela informação. “Para o jornal, *ambas* as tendências, para a universalidade e para a atualidade, são indispensáveis para o cumprimento da sua tarefa de mediar tudo o que o homem civilizado deseja saber do mundo diante do si” (Groth, 2011, p. 250).

Com relação às características centrais da Ciência dos Jornais expostas na segunda parte do livro, registrou-se uma maior abordagem tangencial da cidadania e da democracia nos argumentos sobre a publicidade. Desse modo, são apresentados, no Quadro 20, esses enunciados destacados.

**Quadro 20 - Relação dos enunciados da Parte II - As características centrais do livro de Otto Groth que abordam tangencialmente a cidadania e a democracia nas discussões sobre a publicidade**

(continua)

Enunciados do livro de Otto Groth correlacionados aos conceitos de democracia e de cidadania
a) O caminho que estes precursores dos jornais de massa mostram foi seguido no nosso século por empresas fortemente capitalizadas, especulativas e compelidas por expansão. <b>No que diz respeito ao material, este caminho foi seguido com a complacência desenfreada diante dos desejos e dos maus instintos das massas, com a consideração mais atenciosa possível dos interesses femininos, com o cotejar também dos jovens e até mesmo das crianças em suplementos próprios, adiante com a introdução de novos métodos de publicidade para as camadas sociais amplas, por fim com a utilização de medidas técnico-organizatórias para a ampliação dos limites da publicidade</b> (Groth, 2011, p. 287-288, grifo nosso).
b) Como o princípio da publicidade ( <i>Oeffentlichkeit</i> ) entende-se a máxima de que organizações e recintos, métodos e processos, catálogos (registros) e documentos sejam abertos. <b>Neste sentido, o princípio tornou-se o primeiro ponto programático do liberalismo contra o Estado absolutista não público</b> (Groth, 2011, p. 263, grifo nosso).
c) <b>O significado duplo da publicidade mencionado até agora, tanto de propagação e conhecimento do tema (publicidade atual) quanto a de acessibilidade geral (publicidade potencial) abriga em si uma alusão tão forte ao <i>sujeito</i>, que esta nos facilita entender a transformação do significado deste conceito. A expressão publicidade também é aplicada na prática e na ciência à <i>coletividade de pessoas</i> para quem o tema – possível ou realmente – é conhecido, acessível. Nós também falamos de “esfera pública” (<i>Oeffentlichkeit</i>) ou de “publicidade” (<i>publicity</i>) como um conjunto indeterminado, não fechado desde o começo, de pessoas inúmeras, não diretamente ligadas umas às outras, que estão diante de um objeto, por exemplo, da imprensa periódica, dos seus produtos e das suas ofertas peculiares, que tomam uma atitude com relação a ele, que comportam ativa ou passivamente</b> (Groth, 2011, p. 265, grifo nosso).

(continuação)

Enunciados do livro de Otto Groth correlacionados aos conceitos de democracia e de cidadania
<p>d) Do ponto de vista do seu significado subjetivo, a denominação esfera pública (<i>Oeffentlichkeit</i>), publicidade abrange tanto a opinião do público, a “opinião pública” como também os meios de influência sobre esta, os meios de propaganda, os objetos “publicísticos”. Daí vêm os nomes “esfera pública” (<i>Oeffentlichkeit</i>) e publicidade para a imprensa periódica como o meio de influenciar o público na sua opinião, bem como o de representar esta, e o jornal e o seu pessoal em especial se tornam a “publicidade” por excelência. O caminho do conceito de “publicidade” do significado subjetivo “publicidade” = “coletividade” em direção ao objeto vai além (Groth, 2011, p. 266, grifo nosso).</p>
<p>e) Os motivos que levaram ao regulamento da responsabilidade redacional perante o Estado e ao público ou às exigências de publicidade quanto à propriedade dos jornais ou de proibição de formas de associações “anônimas” na imprensa encontram-se na dimensão imaterial. Estado e público querem clareza sobre os poderes e as personalidades que influenciam o conteúdo dos jornais e com isso a mentalidade geral. Mas em nenhuma destas reivindicações e medidas fala-se de uma “publicidade” no sentido de uma colaboração geral no jornal (Groth, 2011, p. 268, grifo nosso).</p>
<p>f) O <i>liberalismo</i> nunca proclamou em lugar nenhum tal ideal de colaboração geral nas seções de texto e de anúncios de jornais a partir da sua visão de mundo liberal. Do seu princípio da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa não se pode deduzir um direito geral de colaboração do público na imprensa periódica. Um direito como tal contradiria os direitos básicos individuais do liberalismo e traria uma obrigação insuportável para as editoras e para as redações, uma desorientação da responsabilidade redacional e um desnorreamento desastroso do leitor. As editoras e as redações têm que reservar para si a admissão de contribuições para seções de textos como de anúncios e a escolha dos seus colaboradores exatamente em nome do interesse do público, [...] (Groth, 2011, p. 269, grifo nosso).</p>
<p>g) A publicidade também é coletividade mundial. Ela busca a coletividade do homem civilizado, busca alcançar todos os possíveis consumidores na terra, assim como a universalidade busca alcançar a totalidade dos objetos (Groth, 2011, p. 273-274, grifo nosso).</p>
<p>h) Quais e quantos leitores são acessíveis dentro dos limites traçados pela universalidade e atualidade, isto depende das situações temporais e locais, sobretudo das situações estatais, constituição, legislação e administração, da distribuição e da densidade populacional, da estrutura social, da ordem econômica, da distribuição econômica e de renda, do número, da expansão e da frequência funcional das relações sociais, do tipo e quantidade das vias de comunicação, do desenvolvimento das técnicas de produção e transporte, do espírito do tempo, do caráter, da religião, do nível de instrução de um povo, das suas visões políticas, da sua participação nos acontecimentos públicos e destes próprios acontecimentos. São fatores que de forma mais ou menos geral, em parte direta, em parte indiretamente – sobretudo pela sua influência na medida da atualidade e da universalidade – também determinam a intensidade da difusão (Groth, 2011, p. 282, grifo nosso).</p>
<p>i) Em todos os lugares onde as relações sociais se multiplicam, expandem-se e se tornam mediáveis, a publicidade do jornal também cresce. Um povo com um baixo grau de instrução, no qual grande parte não pode nem sequer ler, com espírito inerte e horizonte estreito, passivo-acomodado perante a coisa pública, propicia ao jornal um terreno ruim, infértil (Groth, 2011, p. 283, grifo nosso).</p>
<p>j) Com certeza, os processos socioculturais em geral promoveram e possibilitaram a infiltração do jornal nas camadas sociais amplas: [...] a formação do grande Estado moderno e a ampliação de suas tarefas legislativas e administrativas; a democratização das constituições e o desenvolvimento da autogestão; a elevação do nível de instrução das massas e o aumento do seu interesse na vida pública; a eliminação dos bloqueamentos estatais, como dos privilégios, das concessões, das fianças, dos impostos do selo, do imposto sobre anúncios e outros fardos que impediam a redução dos preços de venda e de anúncios (Groth, 2011, p. 284 - 285, grifo nosso).</p>

(continuação)

Enunciados do livro de Otto Groth correlacionados aos conceitos de democracia e de cidadania
<p>k) <i>A intensificação da publicidade para baixo tem que limitar a publicidade – extensiva – na largura.</i> Para os jornais mais antigos, cuja propagação se limitava no seu âmbito sobretudo às camadas sociais mais altas, este problema ainda não era tão urgente. <b>Eles só conheciam a publicidade extensiva; eles podiam satisfazer sem dificuldades as pretensões dos seus leitores, uniformes quanto à sua formação, cuja leitura, ainda que em parte forçadamente, tinha essencialmente um objetivo em comum, ou seja, de informar-se e instruir-se sobre os acontecimentos e as situações políticas e econômicas internacionais, de satisfazer a necessidade por sensação.</b> Assim permaneceu por dois séculos inteiros. Toda expansão e enriquecimento do material do jornal – isto vale até para os diários oficiais, que desde o começo eram destinados a camadas sociais mais amplas da burguesia -, inclusive a inclusão do comentário político, administrativo, artístico, literário, seguia o desenvolvimento dos interesses de um público relativamente exigente. Isto mudou no século XIX, quando os jornais se infiltraram nas camadas sociais baixas e por fim mais baixas possíveis. <b>Quanto mais um jornal tenta abranger-las com os seus interesses regularmente limitados, voltados para o próximo, para o prático, para o recreativo e diferenciados local e regionalmente, tanto menos ele pode abranger outras áreas.</b> Ou nós poderíamos formular esta lei assim: <i>Quanto mais a publicidade (social) vertical vai a fundo, tanto mais a publicidade (regional) horizontal se contrai. A publicidade de profundidade se comporta de maneira indiretamente proporcional à publicidade de latitude</i> (Groth, 2011, p. 289-290, grifo nosso).</p>
<p>l) <b>Esta estrutura triplicada da imprensa dos grandes Estados com imprensas completamente desenvolvidas irá formar-se da forma mais clara possível nos Estados liberais.</b> Mas ela não falta nos Estados de ditaduras. Ela se manteve na Alemanha nacional - socialista e até mesmo depois da destruição completa da imprensa alemã logo mostraram-se princípios desta na nova imprensa diária que surgiria apesar da obrigação de licença e hoje – com determinadas modificações – foi completamente edificada de novo no território alemão (Groth, 2011, p. 295, grifo nosso).</p>
<p>m) <b>A diversidade do público, que resulta da acessibilidade geral, possibilita ao jornal a sua efetividade em formar um povo.</b> [...] Cada jornal oferece sobretudo para as camadas baixas do seu público muito em bens intelectuais no seu material altamente qualificado que ele tem que transmitir igualmente para as camadas mais altas, que de outra maneira permaneceriam fechadas para aquelas (Groth, 2011, p. 315 -316, grifo nosso).</p>
<p>n) “Aqui o valor unificador, instrutor e formador do jornal se torna claro. <b>Exatamente ao vincular um público diferenciado, uma pluralidade de pessoas com saberes e vontades diferentes, que de outra forma raramente encontram em um contato intelectual mais próximo, o jornal traz conhecimentos e ideias a círculos que ainda não participavam e eleva assim gradualmente também o saber das camadas baixas e mais baixas</b>” (Groth). Este efeito da publicidade do jornal pode ser constatado tanto no conteúdo consciente como também no modo de falar, tanto nos objetos do pensamento como também na sequência das apresentações, sobretudo em coisas que não vêm do ambiente imediato de cada um, mas são mediadas pelo jornal (Groth, 2011, p. 316, grifo nosso).</p>
<p>o) Pode protestar-se que o jornal nivela, portanto uniformiza a sociedade, mas o medo de uma homogeneidade total é realmente injustificado; junto à unificação permanece ainda um espaço muito amplo para a individualização, para a diferenciação do especial, sobretudo porque o que é mediado pelo jornal é absorvido e trabalhado em grande parte por cada um de uma maneira própria. <b>A influência do jornal não é, pelo menos de maneira geral, de maneira alguma prejudicial. Pelo contrário: traz um enriquecimento constante ao espírito social, vincula as partes umas às outras em uma sociedade que se diferencia e se especializa cada vez mais,</b> na qual os pessimistas temem até mesmo uma atomização, fortalece a compreensão recíproca daquelas, mantém o processo geral do espírito social ininterruptamente em movimento e promove assim a sua ascensão social-intelectual (Groth, 2011, p. 316-317, grifo nosso).</p>
<p>p) <b>O Estado pode evitar, por meio da legislação, pelo menos os piores inconvenientes que prejudicam o bem público.</b> A força e a disciplina das organizações jornalísticas e editoriais podem contrapor-se às infrações crassas (Groth, 2011, p. 317, grifo nosso).</p>
<p>q) Neste caso, os jornalistas e o editor têm que estar conscientes de que o seu público também depende deles e podem tirar daí o fortalecimento da sua vontade de independência e da sua responsabilidade própria. <b>Pois o público precisa da informação e da condução do jornal do ponto de vista mais diverso, ele é regularmente desorganizado e ligado ao jornal pelos seus interesses e pelas suas necessidades</b> (Groth, 2011, p. 318, grifo nosso).</p>

(conclusão)

Enunciados do livro de Otto Groth correlacionados aos conceitos de democracia e de cidadania
--

<p>r) <b>Em aliança com o público, a sua publicidade permite à esfera pública participar do ser e acontecer na economia, nos Estados, na Igreja, na ciência e na arte, em tudo que interessa à esfera pública, em tudo o que toca o interesse público. São frequentemente “vozes do público”</b> – tomadas em um sentido amplo – que informam, por exemplo, as administrações do Estado ou das comunidades sobre as experiências que a esfera pública fez com as suas medidas, que apoiam as administrações com propostas de renovação ou melhoramento, que expressam desejos e intimam para a eliminação de inconvenientes. <b>“Vozes do público” são as que regularmente apelam à esfera pública por meio dos jornais quando uma questão ocupa o pensamento geral, exige uma decisão, quando são cometidos erros em uma área do âmago geral, quando defeitos se tornam perceptíveis. Elas apelam com a ajuda do jornal para que se alivie a necessidade e a miséria. Aqueles que se sentem oprimidos, perseguidos, prejudicados injustamente na sua reputação, posição ou posses abrigam-se na esfera pública por meio do jornal, e assim o jornal se torna o juiz, perante a cadeira inúmeros acusadores se empilham. Com esta ligação recíproca, ininterrupta, diversa e animada do público com o jornal, que só é possível por meio da sua publicidade, o jornal pôde tornar-se um órgão de controle importante, pode dizer-se tranquilamente o mais importante, da sociedade moderna de hoje em todas as áreas da vida e da produção</b> (Groth, 2011, p. 319, grifo nosso).</p>
--

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Ao discutir a publicidade dos jornais ao longo do desenvolvimento da imprensa, esse autor aponta a orientação em atender ao maior número de leitores e “[...] com a consideração mais atenciosa possível dos interesses femininos, com o cotejar também dos jovens e até mesmo das crianças [...]” (Groth, 2011, p. 288). Desse modo, ele correlaciona a inclusão de mulheres e de crianças dentre os públicos dos jornais para o consumo de conteúdos de entretenimento, especialmente a partir da publicação de cadernos e suplementos específicos para esses leitores. Assim, esse autor toca na discussão sobre a inclusão e a diversidade dos públicos dos jornais, fazendo um recorte para o gênero feminino e o nicho infantil, como consequências e estratégias de ampliação dos limites da publicidade.

Groth explica o conceito de publicidade que primeiramente se refere à administração pública nos Estados liberais, antes de se constituir uma característica dos jornais. “Neste sentido, o princípio tornou-se o primeiro ponto programático do liberalismo contra o Estado absolutista não público” (Groth, 2011, p. 263). Ele também realiza uma discussão da transformação conceitual de publicidade na Ciência dos Jornais, distinguindo-a entre seus significados duplos: “[...] tanto o de propagação e conhecimento do tema (publicidade atual) quanto a de acessibilidade geral (publicidade potencial) abriga em si uma alusão tão forte ao *sujeito* [...]” (Groth, 2011, p. 265).

Esse autor exemplifica que o conceito de publicidade também se aplica, na prática e na ciência, à “[...] *coletividade de pessoas* para quem o tema – possível ou realmente – é conhecido, acessível. Nós também falamos de ‘esfera pública’ (*Oeffentlichkeit*) ou de ‘publicidade’ (*publicity*) como um conjunto indeterminado [...] de pessoas” (Groth, 2011, p. 265). Desse modo, ele discorre sobre os significados objetivo e subjetivo do conceito de publicidade que se

relacionam com outros termos também associados ao debate sobre democracia e cidadania, como “esfera pública” e “opinião pública” (Groth, 2011, p. 266).

Groth esclarece a distinção entre a publicidade e a ideia de uma acessibilidade geral dos públicos na produção dos conteúdos dos jornais. Ele explica a publicidade também como uma exigência do Estado e dos públicos por transparência pública. “Estado e público querem clareza sobre os poderes e as personalidades que influenciam o conteúdo dos jornais e com isso a mentalidade geral” (Groth, 2011, p. 268).

Contudo, Groth cita a ideia formulada por Everth da publicidade como sinônimo de uma acessibilidade geral dos públicos e se coloca como contrário à tese desse autor sobre os jornais. “O *liberalismo* nunca proclamou em lugar nenhum tal ideal de colaboração geral [...] Do seu princípio da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa não se pode deduzir um direito geral de colaboração do público na imprensa periódica” (Groth, 2011, p. 269). Desse modo, ele se refere às liberdades de expressão e de imprensa, que são princípios democráticos, para contextualizar o significado da publicidade na Ciência dos Jornais. Ademais, ele discorda da associação entre o conceito de publicidade e a ideia de acessibilidade geral dos públicos, o que tangencia uma discussão sobre a participação dos cidadãos nos conteúdos dos jornais.

Ele também define a publicidade como uma característica orientada para a coletividade mundial e que tem como alvo a universalidade. “A publicidade também é coletividade mundial. Ela busca a coletividade do homem civilizado, busca alcançar todos os possíveis consumidores na terra, assim como a universalidade busca alcançar a totalidade dos objetos” (Groth, 2011, p. 273-274). Porém, Groth considera a publicidade dos jornais como uma universalidade limitada, que depende da descentralização da imprensa para a efetivação de um alcance mais universal dos públicos.

Groth discute os limites da universalidade e da atualidade como diretamente relacionados às condições sociais, econômicas, culturais, demográficas das sociedades e os tipos de comunicação etc., isto é, dependem: “[...] das situações temporais e locais, sobretudo das situações estatais, constituição, legislação e administração [...] da distribuição econômica e de renda, do número, da expansão e da frequência funcional das relações sociais [...]” (Groth, 2011, p. 282), referindo-se assim a aspectos de cidadania e de formação dos Estados.

São diversos os aspectos impeditivos de uma publicidade total, segundo esse autor, que refletem também na exclusão comunicacional de alguns sujeitos em virtude da carência educacional. “Um povo com um baixo grau de instrução, no qual grande parte não pode nem sequer ler, com espírito inerte e horizonte estreito, passivo-acomodado perante a coisa pública, propicia ao jornal um terreno ruim, infértil” (Groth, 2011, p. 283). Assim, ele reconhece que:

“[...] os processos socioculturais em geral promoveram e possibilitaram a infiltração do jornal nas camadas sociais amplas [...] a formação do grande Estado moderno e a ampliação de suas tarefas legislativas e administrativas; a democratização das constituições [...]” (Groth, 2011, p. 284). Aspectos que se relacionam com as discussões de cidadania e de democracia na perspectiva liberal.

Groth elabora uma tipificação sobre a publicidade dos jornais estratificada em camadas sociais mais altas e baixas. Ele define o aumento da publicidade para baixo (vertical), de cunho social, como sendo inversamente proporcional à publicidade extensiva, voltada para as camadas sociais mais altas. “*Quanto mais a publicidade (social) vertical vai a fundo, tanto mais a publicidade (regional) horizontal se contrai. A publicidade de profundidade se comporta de maneira indiretamente proporcional à publicidade de latitude*” (Groth, 2011, p. 290). Assim, ele correlaciona a publicidade dos jornais à diversidade de leitores segundo classes socioeconômicas, abordando tangencialmente uma discussão de diferenças de status de cidadania.

Para Groth, a publicidade reflete também na criação de uma “[...] *estrutura triplificada da imprensa* dos grandes Estados com imprensas completamente desenvolvidas irá formar-se da forma mais clara possível nos Estados liberais” (Groth, 2011, p. 295). Desse modo, são criados jornais segmentados em: “[...] *jornal nacional político, um jornal estadual político e uma folha local de uma grande cidade* [...]” (Groth, 2011, p. 293). Essa estruturação dos jornais em decorrência também da efetivação da publicidade se associa às noções de cidadania segundo dimensões territoriais.

Ainda sobre a publicidade, Groth contextualiza essa característica dos jornais à teoria democrática e aos avanços nos direitos de cidadania. Indiretamente, ele versa sobre a ideia do jornalismo como um quarto poder, apesar de não a mencionar explicitamente, ao discutir a função da imprensa na vigilância dos poderes em nome da sociedade. Ideia que se vincula à teoria democrática liberal.

Nos terrenos da liberação cultural, econômica, política e social a publicidade do jornal, que se expandiu para todas as camadas do povo e classes, tornou-se o meio mais importante de ideias, sentimentos e aspirações comuns e iguais. O jornal se tornou o portador da “democracia” para o conjunto da estratificação social, desenvolveu-se como um “órgão de apoio” imprescindível da sociedade moderna (Groth, 2011, p. 315).

Segundo perspectivas cidadãs e democráticas, Groth vislumbra que: “A diversidade do público, que resulta da acessibilidade geral, possibilita ao jornal a sua *efetividade em formar*

*um povo*” (Groth, 2011, p. 315). Desse modo, ele exalta valores democráticos e de cidadania, segundo uma visão instrumental, quanto a diversidade e a acessibilidade das camadas sociais mais baixas às informações, o que, de outra maneira, somente seriam de acesso às camadas sociais intelectualizadas. “Cada jornal oferece sobretudo para as camadas baixas do seu público muito em bens intelectuais no seu material altamente qualificado que ele tem que transmitir igualmente para as camadas mais altas [...]” (Groth, 2011, p. 316).

Como efeito da publicidade do jornal, Groth versa sobre a influência do conteúdo do jornal na consciência dos públicos, no modo de falar, no pensamento: ““Aqui o *valor unificador, instrutor e formador do jornal* se torna claro. Exatamente ao vincular um público diferenciado, uma pluralidade de pessoas com saberes e vontades diferentes [...]” (Groth, 2011, p. 316). Esse enunciado consiste em uma defesa do autor sobre a mediação realizada pelo jornal em prol do pluralismo, o que representa o reconhecimento de uma diversidade do público.

Groth contrapõe-se a ideia de nivelamento, uniformização e homogeneização total da sociedade pelo jornal, condizente com a teoria crítica. Do contrário, ele defende que a influência dos jornais: “[...] traz um enriquecimento constante ao espírito social, vincula as partes umas às outras em uma sociedade que se diferencia e se especializa cada vez mais, na qual os pessimistas temem até mesmo uma atomização, fortalece a compreensão recíproca daquelas [...]” (Groth, 2011, p. 316-317). Para esse autor, a influência dos jornais promove a socialização das pessoas em sociedade, o que indiretamente dialoga com noções de cidadania, segundo uma perspectiva funcionalista.

Mesmo defendendo a influência do jornal e a dependência que esse possui de seu público, Groth comenta os erros e a corrupção da imprensa e mais a importância da regulação dos veículos noticiosos pelo Estado em favor do bem comum. “O Estado pode evitar, por meio da legislação, pelo menos os piores inconvenientes que prejudicam o bem público. A força e a disciplina das organizações jornalísticas e editoriais podem contrapor-se às infrações crassas” (Groth, 2011, p. 317). Ele discute também a autonomia dos jornalistas e a independência do jornal, pressupostos da liberdade de imprensa: “Neste caso, os jornalistas e o editor têm que estar conscientes de que o seu público também depende deles e podem tirar daí o fortalecimento da sua vontade de independência e da sua responsabilidade própria” (Groth, 2011, p. 318).

Em outro enunciado, Groth discute que a publicidade, em “aliança com o público” (Groth, 2011, p. 319), permite à esfera pública a participação naquilo que é do interesse público, conceitos que são relevantes para as noções de democracia e de cidadania. Ademais, ele acrescenta a expressão “vozes do público” (Groth, 2011, p. 319) para versar sobre indivíduos que recorrem aos jornais para ter voz, uma maneira de garantir o exercício da cidadania. Assim,

ele pontua que os jornais acabam mediando os interesses daqueles “[...] que se sentem oprimidos, perseguidos, prejudicados injustamente na sua reputação, posição ou posses abrigam-se na esfera pública por meio do jornal [...]” (Groth, 2011, p. 319). Além da defesa do interesse das minorias, o autor confere ao jornal os papéis de fiscalização e de cobrança dos poderes constituídos nas democracias.

Ao correlacionar a publicidade ao direito à informação, Groth defende a obrigação de informar a sociedade como uma função valiosa do jornal. Essa perspectiva do autor se alinha à teoria do jornalismo como um serviço público e à teoria da responsabilidade social dos jornalistas:

Desde que o jornal recebeu o direito e a obrigação de informar tudo sobre cada agir socialmente efetivo por meio de notícias e opiniões, de forma acolhedora e retribuidora, na ligação mais estreita com o seu público, a publicidade se tornou um corretivo poderoso deste agir, e o medo dela previne muitos danos que em outros casos a acomodação, a levandade, a arrogância, a falta de experiência, a tolice ou a má vontade teriam causado. Assim deve atribuir-se imprescindibilidade e utilidade à publicidade do jornal, ainda que possa fazer-se mau uso dela, bem como às demais tendências características do jornal. Tem que estimar-se o comprometimento com as massas não como uma escravidão indigna, mas sim como uma função valiosa (Groth, 2011, p. 320).

Na terceira parte do livro, são apresentados os argumentos de Groth sobre o jornalismo enquanto uma profissão e suas práticas. Nesse capítulo final da versão traduzida do livro de Groth (2011), também são encontrados enunciados que abordam tangencialmente discussões sobre cidadania e democracia, conforme Quadro 21.

**Quadro 21 – Relação dos enunciados da Parte III – O jornalismo do livro de Otto Groth que abordam tangencialmente a cidadania e a democracia**

(continua)

<b>Enunciados do livro de Otto Groth correlacionados aos conceitos de democracia e de cidadania</b>
a) Além disso, o jornalista está <i>permanentemente compromissado com um público</i> por causa da publicação contínua do periódico, que tem um empreendimento econômico como pressuposto, tem que levar em consideração constantemente as suas necessidades e os seus desejos. Para o publicista, pelo contrário, não é essencial se voltar a um grande público, ele não tem necessariamente a ver com uma coletividade, com uma “pluralidade”. [...] Por outro lado, para o jornalista, o vínculo permanente a um público é essencial, e na verdade a um público que é muito mais desmembrado intelectual e socialmente do que o público para o qual o publicista geralmente escreve (Groth, 2011, p. 346-347, grifo nosso).
b) Se for para formular a relação entre os dois de forma bem acentuada, pode-se dizer que o publicista – contanto que este se dirija a uma “pluralidade” – quer colocar o público ao seu serviço, o jornalista se coloca a serviço do público para desta forma conquistá-lo, para conduzi-lo às suas convicções (Groth, 2011, p. 347, grifo nosso).
c) O repórter persegue tudo o que agita os sentimentos universais das pessoas, o que afaga o orgulho do cidadão norte-americano, mas também aquilo que pode provocar a crítica pública (Groth, 2011, p. 368, grifo nosso).

(conclusão)

<b>Enunciados do livro de Otto Groth correlacionados aos conceitos de democracia e de cidadania</b>
d) Por fim, deve lembrar-se que a atenção da sociedade não se distribui igualmente sobre todos os membros do jornalismo. Isto se mostra de maneira clara na avaliação da reportagem e do comentário. Em um país no qual se vê a verdadeira tarefa do jornal na mediação de fatos, como por exemplo nos Estados Unidos da América do Norte, o repórter será tratado com todo respeito, desfruta de maneira geral de um prestígio indiscutível, enquanto na França ou na Alemanha, onde o primeiro lugar está reservado para o comentário, o repórter ocupa uma posição atrás do editorialista, do folhetinista, do crítico também quanto ao reconhecimento social. <b>Nós vemos aí conexões muito estreitas entre a preferência intelectual por diferentes produtos jornalísticos, como ela se desenvolveu a partir do caráter e da vivência de um povo e da sua imprensa, e a classificação social dos autores jornalísticos</b> (Groth, 2011, p. 433, grifo nosso).
e) <b>“O jornal, ao contrário dos serviços públicos de todo tipo, encontra todos os dias os poderes econômicos, científicos, artísticos, sociais. Ele não pergunta se pode escrever isto ou aquilo. Ele se infiltra aqui em um segredo preservado cuidadosamente, constata lá um descuido, uma injustiça, meramente um erro, ele reivindica a sua própria opinião e sabe divulgá-la.</b> Ele produz dificuldades e inconveniências, cruza os planos de alguém influente e ajuda no sucesso dos planos de um subordinado. E para tudo isto a vingança é um tratamento depreciativo” (Groth) (Groth, 2011, p. 414, grifo nosso).
f) <b>Deve dizer-se ainda que, com certeza, a nomeação de excelentes jornalistas para os postos de ministros ou embaixadores é um ganho para o Estado e para o povo, desde que eles também tragam consigo a capacidade para executar tais funções e não só para o jornalismo.</b> Mas se isso também é ganho para o jornalismo e para o seu prestígio social, isto é pelo menos discutível. <b>O jornalismo desenvolve características intelectuais e de caráter nos seus membros que podem ser muito úteis em posições diretivas no Estado e de fato aconselha-se à direção do Estado utilizar-se delas mais frequente e intensivamente do que é feito hoje nos países democráticos.</b> Mas a expectativa, grande demais, de que a profissão jornalística poderia alcançar desta maneira uma posição social maior e mais estável, não deveria vincular-se com a inserção de alguns colegas em cargos estatais (Groth, 2011, p. 434, grifo nosso).
g) <b>A reputação geral do jornalismo também se fortalece lá onde jornalistas em grande parte não se dão por satisfeitos com as suas obrigações profissionais mais estritas, mas sim colocam-se à disposição do público já por causa do seu ofício público, sempre que possível e quanto o tempo permite. Ou seja, quando tratam as questões da coletividade como parte das suas obrigações profissionais, quando dão atenção e apoio a todos os esforços de utilidade pública fora do jornal e da revista e se engajam por suas ideias e convicções de forma instrutiva e promotora por meio de palestras e eventos em assembleias e associações</b> (Groth, 2011, p. 458, grifo nosso).
h) Assim, a elevação do prestígio social do jornalismo, de um lado, é uma tarefa de educação e formação, e, de outro, uma questão de poder. <b>Ela está ligada diretamente à melhoria e à consolidação do jornalismo e com a independência da sua formação profissional, com a liberdade de imprensa em sentido mais amplo. [...] O editor, o chefe da redação tem que ser reconhecido como representante do periódico na esfera pública. Influências e intervenções de poderes sociais, principalmente econômicos, devem ser evitado por meio de leis e contratos coletivos, e a liberdade de imprensa perante o poder do Estado deve ser ancorada na Constituição e ser regulamentada perante a administração</b> (Groth, 2011, p. 459, grifo nosso).
i) <b>A liberdade de imprensa obriga à citação do nome dos autores como corretivo contra degenerações e excessos da palavra livre. A falta de liberdade de imprensa justifica o anonimato, como proteção contra perseguição e como uma porta aberta para uma crítica sem medo e imprescindível. [...]. Mas também aquele que defende que a liberdade de imprensa obriga à citação do nome dos autores admitirá exceções sob o domínio da liberdade de imprensa: os casos em que o interesse geral exige a proteção pessoal do autor. Não são somente perseguições judiciais e regulamentos administrativos, mas também aviltamentos sociais e danos financeiros que podem ameaçar o autor de uma publicação urgentemente desejável para o bem geral</b> (Groth, 2011, p. 436-437, grifo nosso).

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Na terceira parte do livro de Groth, ele distingue o jornalista do publicista e conseqüentemente a Ciências dos Jornais da Publicística, postulando que são diferentes em suas essências. Em seus argumentos, ele aponta o estreito vínculo do jornalista com os objetivos públicos, com os acontecimentos diários, o que remete implicitamente à cidadania. Enquanto o

publicista, em sua opinião, trata do controle da opinião pública e se atém a grandes temas nacionais, e não estritamente a acontecimentos diários, ele pontua que o jornalista está a serviço do público, o que concerne à teoria da responsabilidade social da profissão. “Além disso, o jornalista está *permanentemente compromissado com um público* [...]” (Groth, 2011, p. 346). Já o publicista, em sua visão, quer colocar o público ao seu serviço.

Ao se deter na explicação da tarefa de relatar, Groth discute a figura do repórter para o jornalismo e sobre a reportagem. Ele exemplifica o jornalismo norte-americano como sendo o modelo de reportagem que mais concretiza a missão de agir em favor do cidadão. “O repórter persegue tudo o que agita os sentimentos universais das pessoas, o que afaga o orgulho do cidadão norte-americano, mas também aquilo que pode provocar a crítica pública” (Groth, 2011, p. 368).

Esse autor também faz uma distinção entre o prestígio do repórter nos Estados Unidos e na Alemanha, segundo a preferência intelectual dos cidadãos desses países pelos conteúdos jornalísticos. “Nós vemos aí conexões muito estreitas entre a preferência intelectual por diferentes produtos jornalísticos, como ela se desenvolveu a partir do caráter e da vivência de um povo e da sua imprensa, e a classificação social dos autores jornalísticos” (Groth, 2011, p. 433).

Groth apresenta uma citação de sua autoria em que explica o jornalismo como um serviço público diferente de outros serviços, com base em sua missão de fiscalização dos poderes. “O jornal, ao contrário dos serviços públicos de todo tipo, encontra todos os dias os poderes econômicos, científicos, artísticos, sociais. Ele não pergunta se pode escrever isto ou aquilo. Ele se infiltra aqui [...] reivindica a sua própria opinião e sabe divulgá-la [...]” (Groth, 2011, p. 414). Essa prerrogativa da liberdade de imprensa, abordada pelo autor, é cerne da teoria do jornalismo como um quarto poder decorrente também do desenvolvimento das sociedades democráticas.

Quanto à profissão de jornalismo, esse autor discute a reputação social dos jornalistas como decorrente também dessa missão de fiscalização dos poderes. Ainda sobre o prestígio social da profissão, ele comenta sobre a nomeação de jornalistas em funções diretivas nos governos e em cargos de diplomacia. Em sua opinião, isso é um aspecto positivo, pois os jornalistas, em tese, possuem valores e condutas que podem ser agregados às funções públicas em países democráticos. “O jornalismo desenvolve características intelectuais e de caráter nos seus membros que podem ser muito úteis em posições diretivas no Estado e de fato aconselha-se à direção do Estado utilizar-se delas mais frequente [...]” (Groth, 2011, p. 434). Contudo, ele considera que a eventual nomeação de jornalistas em funções públicas ou diplomáticas “[...]”

não tem absolutamente nenhuma importância geral para a reputação da profissão” (Groth, 2011, p. 457).

Ainda sobre a reputação da profissão, Groth defende que ela perpassa pela atuação dos jornalistas para além de suas atividades profissionais, “[...] mas sim colocam-se à disposição do público já por causa do seu ofício público, sempre que possível e quanto o tempo permite. Ou seja, quando tratam as questões da coletividade como parte das suas obrigações [...]” (Groth, 2011, p. 458). Desse modo, ele vislumbra os jornalistas como ativistas ou agentes do público também fora do jornal, por meio da participação desses profissionais em assembleias e associações direcionadas à coletividade. Nesse sentido, ele discute a atuação de jornalistas como agentes sociais em associações e organizações profissionais no contexto da Alemanha do início século XX, onde o associativismo era bastante expressivo, segundo o autor.

Em geral, o livro de Groth (2011) é uma obra sobre os fundamentos do jornalismo de matriz principalmente alemã, na qual não se encontra uma discussão do jornalismo no Brasil, por exemplo. Mas ainda sim, é uma obra relevante, porque consiste em um livro que contextualiza e explicita o impacto negativo da ditadura nazista na Alemanha sobre o desenvolvimento da Ciência do Jornais.

Fazendo uma analogia com a institucionalização acadêmica do Jornalismo no Brasil, observa-se uma certa correspondência entre o que ocorreu com a Ciência dos Jornais na Alemanha, durante a 2ª Guerra Mundial, e a mudança acadêmica do curso de Jornalismo no Brasil a partir de 1969, no contexto da Ditadura Militar. São exemplos que revelam que os regimes ditatoriais de direita, isto é, as ditaduras prejudicam não apenas as democracias, assim como também a autonomia do campo jornalístico tanto em suas práticas quanto academicamente.

Além das discussões tangenciais de cidadania e de democracia registradas nos enunciados compilados, também foram identificadas algumas passagens em que os cidadãos e a democracia são citados diretamente no livro de Groth (2011), isto é, explicitamente. Entretanto, foram poucos os enunciados com expressões diretas desses termos.

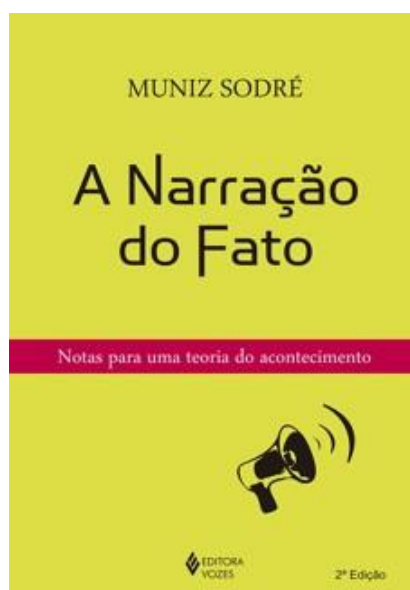
Em suma, o livro de Groth (2011) não se trata de uma obra que menciona todas as teorias de referência do jornalismo, por centrar-se em discutir a Ciência dos Jornais. Contudo, é um importante livro para a consolidação de um *corpus* de conhecimento da disciplina Teorias do Jornalismo na graduação, mas que somente passou a ser de conhecimento da bibliografia do curso de Jornalismo no Brasil no início do século XXI, graças à tradução da obra original desse autor alemão, mesmo sendo um livro cuja leitura não é fácil, especialmente pela profundidade teórica.

O livro de Groth (2011) não consiste em um manual de jornalismo e nem uma coletânea de estudos desenvolvidos por autores estrangeiros e suas teorizações, assim como são os livros de Wolf (2012) e Traquina (2005, 2008) que abordam as teorias do jornalismo. No entanto, a obra desse autor se distingue pela ênfase na Ciência dos Jornais, se detendo na cientificidade do campo acadêmico do Jornalismo, que é tão multidisciplinar e ainda busca legitimar suas teorias e paradigmas unificadores.

### 6.1.3 Livro A Narração do Fato: notas para uma teoria do acontecimento, de Muniz Sodré

A terceira obra bibliográfica analisada trata-se do livro A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento, do autor brasileiro Muniz Sodré (2012) (FIGURA 5). A publicação integra as bibliografias básica da disciplina Teorias do Jornalismo do curso da UFMS e a complementar do curso da UnB, conforme Quadro 2 (p. 133-134). Muniz Sodré é natural da Bahia e trata-se de um renomado jornalista, sociólogo e pesquisador da área de Comunicação no Brasil. É professor-titular da UFRJ e, como consta em seu livro, já escreveu dezenas de outras obras que tratam de mídia e comunicação, cultura nacional, técnica do texto jornalístico e ficção, com alguns de seus trabalhos traduzidos na Itália, Espanha, Argentina e Cuba (Sodré, 2012).

Figura 5 - Capa do livro A Narração do Fato, de Muniz Sodré



Fonte: Foto elaborada pela autora (2023).

O livro de Sodré analisado neste estudo foi lançado em 2009, pela Editora Vozes, e a nossa análise foi realizada junto à segunda edição da obra, que foi reimpressa em 2012, cuja versão contém 287 páginas. Na introdução do livro, esse autor apresenta o objetivo da obra:

O presente trabalho visa a discutir a especificidade da notícia enquanto estratégia de construção e comunicação do acontecimento, posta em prática nos últimos dois séculos por um grupo profissional – a corporação jornalística – que vem desfilando na história com o estandarte de defesa dos direitos civis, com foco na liberdade de expressão e na ideologia do esclarecimento, sempre escudado em estratégias discursivas de captação da escuta das massas (Sodré, 2012, p. 15).

No livro, Muniz Sodré apresenta discussões teóricas sobre a notícia a partir da apreensão dos significados dos conceitos de acontecimento e de fato para a constituição do discurso jornalístico, vinculando a corporação jornalística e suas práticas à defesa de direitos e aos valores associados à cidadania e à democracia segundo uma base ideológica liberal que legitima a profissão. Ao discutir a pauta jornalística, ele aborda os vínculos dessa prática jornalística com o liberalismo: “A realidade, porém, é que a pauta pertence ao arbítrio do jornal e que, a partir daí, se constituem um saber-fazer e uma doutrina de legitimação dessa prática (de espírito liberal, com raízes fincadas no enciclopedismo francês e no publicismo norte-americano) [...]” (Sodré, 2012, p. 99).

Sodré faz referências aos laços históricos entre o jornalismo e a corrente teórica do positivismo, que legitima o jornalismo desde a Modernidade. Entretanto, ele não se ocupa em fazer uma crítica a essa corrente filosófica no livro (Sodré, 2012), mas sim aponta como o positivismo incidiu fortemente, por exemplo, na construção teórica do jornalismo como um espelho da realidade.

O jornalismo incorpora o senso comum sobre os fatos, mas principalmente um senso moldado pelo positivismo, doutrina cujo auge coincide com a ascensão prestigiosa da imprensa burguesa. A elaboração histórica da ideia de “objetividade jornalística” – segundo a qual o jornalismo informativo deveria funcionar como uma espécie de espelho do mundo real – é também uma doutrina, de caráter profissional-industrial, apenas sem garantias acadêmicas, como é o caso do positivismo (Sodré, 2012, p. 31).

A compreensão de Sodré sobre o jornalismo, exposta em seu livro, baseia-se na teoria construcionista, compreendendo o jornalismo como uma construção de narrativas sobre as práticas humanas centradas no discurso informativo, no qual a notícia é tomada enquanto “[...] estratégia de construção e comunicação do acontecimento [...]” (Sodré, 2012, p. 15). Esse livro de Sodré (2012), sistematicamente, centra-se na compreensão do jornalismo como um produtor,

intérprete e construtor de cultura, conforme a sistematização teórica do jornalismo de Ahva e Steensen (2019).

Ao se deter nas dificuldades de conceituação de notícia e sobre a natureza do jornalismo, esse autor empreende uma análise de discurso, considerando também as contribuições teóricas de outros pesquisadores e seus respectivos livros, mencionando, por exemplo, os autores Adelmo Genro Filho (1989) e Mauro Wolf (2012), cujas obras bibliográficas também são analisadas nesta nossa pesquisa. O diferencial dos argumentos de Sodré para uma definição de notícia centra-se na busca pela compreensão do acontecimento jornalístico segundo a abordagem da Semiótica, que é bastante explorada principalmente no primeiro capítulo do livro, conforme ele esclarece no início da primeira seção: “*Propõem-se aqui a marcação semiótica e a pontuação rítmica como critérios para a resolução das dificuldades práticas e teóricas na definição de notícia*” (Sodré, 2012, p. 19).

No livro, Muniz Sodré concentra o primeiro capítulo para a discussão da imprecisão do conceito de notícia e, para tanto, perpassa por explicações conceituais dos termos acontecimento e fato, para esmiuçar a especificidade do discurso jornalístico e sua relação com o paradigma informativo. Ele discute também o modelo do *newsmaking* e aborda o enquadramento jornalístico como uma reinterpretação comunicacional dessa abordagem de origem sociológica, discutida primeiramente por Tuchman e depois por Goffman (Sodré, 2012) junto à teoria construcionista do jornalismo.

A contribuição de Sodré para uma perspectiva construcionista do jornalismo é evidente no livro, especialmente por meio da análise semiótica enquanto um método que ainda não tinha sido acrescentado na bibliografia sobre as teorias da área. Esse autor inclui as categorias semióticas de marcação temporal, percepção e dimensão do sensível para desenvolver uma explicação autoral sobre o acontecimento jornalístico, conforme exposto no enunciado a seguir:

No caso do acontecimento, o que se sugere aqui é que ele deve ser compreendido (hoje mais do que nunca, na era das imagens e dos dígitos), para além do registro simbólico, no *registro afetivo do mundo*. Quer dizer, não se põe em jogo apenas a lógica argumentativa das causas, mas principalmente o *sensível* de uma situação, com sua irradiação junto aos sujeitos e a revelação intuitiva do real que daí poderá advir. Assim, em vez da mera transmissão de um conteúdo factual, se trata da conformação socialmente estética de uma *atitude*. Por um lado se pode aventar a hipótese de que a comunicação do acontecimento pelo sistema informativo visa mais a *influenciar* ou controlar por recursos tecnoperceptivos do que propriamente *informar*. Por outro, sugerir que a vida acontece também, para além da dimensão discursiva, na movimentação dos corpos, nos embates coletivos e em signos indiciais, em que mais vigora a potência afetiva dos grupos do que a razão esclarecedora dos argumentos (Sodré, 2012, p. 68).

É no primeiro capítulo do livro de Sodré onde mais se identifica a exploração teórica do autor sobre o discurso do jornalismo associada às abordagens sobre cidadania e democracia. No entanto, também se identificam enunciados que se correlacionam a esses dois conceitos no segundo capítulo do livro, no qual ele discorre sobre as coincidências e as diferenças entre as narrativas do jornalismo e da literatura.

No segundo capítulo, o autor se detém a “*afirmar a especificidade do discurso informativo*”, diferenciando-o da ficção literária (Sodré, 2012, p. 137). Trata-se de um capítulo relevante e didático também para o estudo do jornalismo literário, pois ele discute o movimento jornalístico-literário norte-americano do *New Journalism*, que teve seu apogeu nos anos de 1960 a 1970 nos Estados Unidos. Discorre sobre a crônica como um gênero jornalístico e sua repercussão no jornalismo brasileiro, assim como também discute os contos e os livros-reportagens enquanto gêneros discursivos.

No terceiro capítulo do livro, Sodré relata a sua experiência enquanto um leitor do gênero folhetim. Segundo uma abordagem explicativa e utilizando exemplos extraídos de outros livros e de textos jornalísticos de diversos autores estrangeiros e nacionais, ele argumenta sua defesa de que: “[...] a forma noticiosa do *fait-divers* aproxima jornal e literatura policial [...]” (Sodré, 2012, p. 256). Além disso, ele formula sua tese do folhetim como “[...] uma ficção propriamente comunicacional, com propriedades *transmidiáticas*, isto é, *perfeitamente adaptável a diferentes suportes*” (Sodré, 2012, p. 269).

A partir da leitura do livro de Sodré, os enunciados que versam sobre cidadania e democracia foram identificados e compilados. Observou-se que os enunciados se referem a três principais temáticas discutidas na obra: 1) o discurso do acontecimento jornalístico, tema discutido no primeiro capítulo do livro; 2) as narrativas jornalísticas e a ficção literária, que são os assuntos tratados no segundo capítulo da obra; 3) o folhetim policial, os *fait-divers*, a crônica e a ideia do autor de uma literatura comunicacional, temas abordados no terceiro capítulo do livro.

No livro, foram encontrados enunciados que apresentam as reflexões teóricas do autor junto às concepções de cidadania e de democracia, que são mencionadas diretamente a partir de explícitas menções desses conceitos. Assim como também se encontram outros enunciados que abordam a cidadania e a democracia indiretamente, isto é, a partir de outros termos ou expressões que tangenciam esses conceitos.

Com o objetivo de organizar e sintetizar a análise do livro, elegeu-se apresentar, nos quadros, não todos os enunciados identificados, mas sim alguns que abordam a cidadania e a democracia segundo diferentes temáticas discutidas pelo autor. Desse modo, os enunciados

foram divididos em dois quadros, sendo o primeiro reservado àqueles que mencionam a cidadania e a democracia diretamente no texto e também por vocábulos sinônimos, como: cidadãos, democraticamente, cívico etc. Já o segundo quadro de análise, apresentam alguns enunciados que não mencionam a cidadania e a democracia diretamente, mas sim tangenciam, isto é, abordam indiretamente esses conceitos a partir de outras expressões.

Quanto às evidências de enunciados presentes no livro que se relacionam com questões sobre cidadania e democracia, identificou-se que a maioria dos enunciados compilados se referem às discussões sobre o discurso do acontecimento jornalístico, encontradas tanto na introdução quanto no primeiro capítulo do livro. Desse modo, apresenta-se, no Quadro 22, um compilado desses enunciados.

**Quadro 22 - Relação de enunciados do livro de Muniz Sodré que abordam diretamente conceituações de cidadania e de democracia**

(continua)

Enunciados do livro de Muniz Sodré correlacionados aos conceitos de democracia e de cidadania
a) O conceito europeu de “esfera pública” diz respeito ao espaço em que a ideologia ou a racionalidade burguesa se materializava em instituições (café, clubes, revistas, jornais) capazes de gerar um discurso político crítico e democrático. [...] O jornalismo é apenas uma das atividades no interior dessa esfera (Sodré, 2012, p. 11, grifo nosso).
b) É que até mesmo em seus instantes panfletários ou em seus manifestos típicos do <i>publicismo</i> (o jornal artesanalmente produzido, mas politicamente definido como <i>tribune aggrandie</i> , na formulação de Benjamin Constant), a imprensa queria de algum modo esclarecer um público, ora trazendo à luz o que se ocultava nos desvãos do poder como “segredos de Estado”, ora tentando fazer passar uma ideia ou uma causa como indutoras de modernização e progresso. Emergindo historicamente na passagem do Estado absoluto ao Estado de direito, como porta-voz dos direitos (civis) que inauguram a modernidade da cidadania, a imprensa traz consigo a novidade ideológica da liberdade de expressão, mas sem abandonar por inteiro a garantia de alguns velhos recursos mitológicos, a exemplo da construção de uma narrativa sobre si mesma como entidade mítica que administra a verdade dos fatos sociais, e mais, a retórica encantatória na narração fragmentária sobre a atualidade (Sodré, 2012, p. 11-12, grifo nosso).
c) Perpassada pelo compromisso histórico para com a ética do liberalismo, essa narrativa autoconfirmativa nos repete que cabe à imprensa, desde os começos do regime republicano europeu, assegurar ao cidadão a representatividade de sua palavra, de seus pensamentos particulares, garantindo assim a sua liberdade civil de exprimir-se ou manifestar-se publicamente. Esta função, que é a virtude intrínseca do jornalismo, lastreia eticamente o pacto implícito na relação entre os meios de comunicação e a sua comunidade receptora (Sodré, 2012, p. 12, grifo nosso).
d) Essa virtude, decorrente do preceito das liberdades civis instituídas pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, resulta da definição e do empenho de liberais, a exemplo de Benjamin Constant, para quem a única de todas as liberdades que não pode ser suspensa é a de imprensa, por funcionar como uma efetiva condição das outras. Foi assim que a imprensa livre pôde ser reconhecida como obra do espírito objetivo moderno e, deste modo, constituir um pano de fundo ético-político que tornaria escandaloso para a consciência liberal, em qualquer parte do mundo, o fenômeno do jornalismo sensacionalista, ou tornaria condenável pela consciência moral do jornalista o falseamento ou o encobrimento da verdade factual (Sodré, 2012, p. 12-13, grifo nosso).
e) Uma vez ultrapassada a fase artesanal e publicista, a imprensa passou a oscilar continuamente entre os seus interesses empresariais – dificilmente isentos das tentações da manipulação e da corrupção política – e os fatos relativos à realidade sociopolítica de seu público, sempre cercada pela mística de defesa incondicional dos direitos da cidadania regional ou mundial. A busca de uma transparência discursiva ou ideológica, mas apoiada nas opacidades de seu próprio mito, é a ambivalência constitutiva do jornalismo (Sodré, 2012, p. 13, grifo nosso).

(continuação)

Enunciados do livro de Muniz Sodré correlacionados aos conceitos de democracia e de cidadania
<p>f) Dewey, em particular, respondia no seu livro <i>The Public and its Problems</i> (1927) à argumentação do famoso jornalista Walter Lippmann <b>no sentido de que à democracia não interessaria essencialmente o debate público, enquanto espaço de circulação de meras opiniões, e sim o conhecimento metódico e especializado a ser transmitido por um jornalismo de qualidade, guiado pelo ideal de objetividade profissional. Preocupado com a vinculação comunitária, Dewey via, entretanto, a imprensa como “agente promotor de discussões da cultura” e não como mera transmissora de informações que espelhassem a verdade como uma cópia da realidade. “O conhecimento necessário a qualquer comunidade – seja de pesquisadores científicos ou políticos – emerge apenas do ‘diálogo’ e do ato de ‘dar e receber’”.</b> Esse tipo de imprensa foi deixado de lado pela imprensa moderna – ao se organizar em fins do século XIX <b>como um campo de produção industrial-capitalista da cultura -, que se pôs em primeiro plano a tarefa de apenas informar o público,</b> assim privilegiando a objetividade profissional das técnicas de texto e o desenvolvimento dos processos mecânicos e eletrônicos de reprodução de mensagens (Sodré, 2012, p. 55, grifo nosso).</p>
<p>g) Mas a predicação de Dewey é atual para a imprensa que se intitula “comunitária”, ainda que o produto jornalístico, em termos concretos, possa ser materialmente precário, devido à escassez técnica e econômica. <b>Neste caso, entretanto, ganham hoje espaço acadêmico e prático a ideia de “comunicação comunitária” ou de “jornalismo cidadão”, que põe em segundo plano a informação periodizada em favor de recortes factuais afinados com os interesses de grupos humanos diferenciados, em geral segmentos de classe economicamente subalterna, no interior da sociedade global.</b> A pauta editorial orienta-se, assim, na direção de temas mais diretamente antenados com o “comum” daqueles que se reconhecem como membros de um grupo específico e que eventualmente se autointitulam “comunidade” (Sodré, 2012, p. 56, grifo nosso).</p>
<p>h) Num horizonte editorial menos precário, <b>pode-se conceber essa “comunicação cívica”</b> – jornais e revistas hebdomadários ou mensais, programas de rádio ou televisão diários, sites na internet, etc. – <b>como um jornalismo voltado mais para o fato do que para o acontecimento.</b> Isto significa: mais uma sequência contextualizada de eventos, capaz de revelar uma dada configuração de forças (hegemônica ou contra-hegemônica) na sociedade, e menos a irrupção, temporalmente demarcada, de uma ocorrência (Sodré, 2012, p. 56, grifo nosso).</p>
<p>i) Na redefinição da temporalidade se encontram efetivamente as chaves para o entendimento de toda mutação cultural. [...] <b>Na contemporaneidade, multiplicam-se e misturam-se os grandes e pequenos acontecimentos, sempre em busca de algum esclarecimento ou de uma unidade social explicativa no cotidiano da cidadania,</b> daí o prestígio dessa pretensa unidade dos microaspectos singularizados do fato, denominado “notícia” (Sodré, 2012, p. 61, grifo nosso).</p>
<p>j) Há algo em comum entre o <i>pitbull</i> dos jornais e o tubarão nos filmes de Hollywood. A narrativa jornalística sobre essa espécie canina é semioticamente análoga àquela sobre a fera marinha, cuja primeira função seria a <i>agressão</i>, com as consequentes reações humanas, a saber, exposição e fuga ao perigo. Daí se deduzem outras funções dramáticas. <b>Uma análise mais acurada dessas notícias pode mostrar que não se trata tanto de informar, isto é, de apenas comunicar um o quê sobre o animal, e sim de inseri-lo numa narrativa autocentrada, tornando-o personagem de uma história de medo, sob as aparências da virtude jornalística de proteger, por meio da apuração acurada, a integridade dos cidadãos</b> (Sodré, 2012, p. 78, grifo nosso).</p>
<p>k) Por outro lado, o enquadramento midiático do fato social, ao mesmo tempo em que exclui um certo número de possibilidades, projeta um sentido que organiza as experiências em torno da ocorrência. O “quadro” – na prática, o <i>marcador</i> – implicado na notícia pode abrir-se para muito possíveis se houver condições retóricas e narratológicas de desdobramento do fato. <b>Mas se mantém sempre a perspectiva de uma unidade factual, necessária à manutenção de uma fala coletiva – promotora de organização social, pertencimento comunitário e recreação – capaz de produzir a continuidade concreta do discurso dos cidadãos republicanos sobre seu mundo,</b> ameaçado pela multiplicidade e fragmentação dos fatos brutos. Essa fala corresponde a uma consciência (tal como Bergson a entende) definida por <i>memória e antecipação</i> (Sodré, 2012, p. 95, grifo nosso).</p>
<p>l) No caso da informação pública, essa sensação “terapêutica” pode também ter uma função “recreativa”, como sugere Stoetzel, observando que a distração tem como efeito tanto o repouso quanto a “purgação” das tensões latentes. <b>As tensões comunitárias (relativas às relações cara-a-cara ou “primárias”, sempre presentes nos diversos modos de socialização dos indivíduos) potencialmente agravam-se na sociedade moderna, com sua rede de relações secundárias, onde os cidadãos são anônimos e impossibilitados de manter contato direto com os governantes, cujas decisões, entretanto, repercutem sobre as suas condições práticas de existência.</b> O acontecimento jornalístico reaviva em cada indivíduo o sentimento de <i>mundo</i>, quando não (nos acontecimentos catastróficos) uma reacomodação sensível do cotidiano, amenizando, senão neutralizando, a impotência terapêutica coletiva (Sodré, 2012, p. 97, grifo nosso).</p>

(continuação)

**Enunciados do livro de Muniz Sodré correlacionados aos conceitos de democracia e de cidadania**

m) Evidentemente, **o fluxo noticioso decorre de um sistema interpretativo**, que pode ser visto como um conjunto hegemônico de regras inerente à construção do acontecimento, logo, como uma articulação ideológica, ao mesmo tempo técnica e valorativa, **capaz de destilar estereótipos sobre o diverso ou sobre o que a normalização da vida social considera como padrão de saúde para a cidadania** (Sodré, 2012, p. 98, grifo nosso).

n) Tudo isso tende a mudar, entretanto, sob as pressões das novas práticas informativas correntes na internet, dita “mídia instantânea”, mas também “mídia pessoal”, onde o antigo “público-receptor” constitui-se agora como fonte emissora ou “homem-mídia”, devido às possibilidades técnicas de que se investe todo e qualquer indivíduo munido de um computador, *modem*, linha telefônica ou banda larga. [...] **Em outras palavras, o leitor se investe de chances de determinar a notícia, intervindo diretamente na competência logotécnica do especialista (o jornalista profissional) para dar maior relevância ao logotécnico amador, ou, na opinião de muitos, ao “jornalista cidadão”** (Sodré, 2012, p. 100, grifo nosso).

o) Na verdade, por trás de todas essas mutações técnicas e sociais se acham as grandes transformações econômicas e ideológicas promovidas pelo capitalismo avançado – privatização de indústrias essenciais, desregulamentação financeira, deflação, quebra do poder sindical, fim das políticas de pleno emprego, encolhimento do Estado de bem-estar social, etc. – que favorecem os mercados de câmbio e a especulação financeira em detrimento da produção real de mercadorias. **A tudo isso corresponde uma formação ideológica amplamente conhecida como “neoliberalismo”, cuja crescente hegemonia se empenha em disfarçar as desigualdades sociais por meio da circulação acelerada, e pretensamente democrática, de objetos de consumo.** A informação pública é um desses objetos. E uma nova forma de individualismo (um “neoindividualismo”) reveste a propalada autonomia do consumidor (Sodré, 2012, p. 105, grifo nosso).

p) **Entretanto, esse panorama tem outras conotações nas tecnodemocracias ocidentais, onde a mídia goza de liberdade política e mercadológica.** Posta nesse novo tempo – temporalidade condensada no presente, eterno presente –, a informação tende a ser pontuada por sua própria operatividade técnica (a velocidade de transmissão) e pelas características de instantaneidade, espaço ilimitado e baixo custo da rede cibernética. **Ou seja, desde a velha técnica política de funcionamento da linguagem (a retórica de que se vale o jornalismo desde o começo) chegou-se a uma tecnologia de representação do mundo aparentemente mais comprometida com os valores de seu próprio funcionamento técnico (velocidade e mercado) do que com os valores da Polis humanista** (Sodré, 2012, p. 107, grifo nosso).

q) Na rede cibernética, de um modo geral, não basta escrever bem ou ser rigoroso na apuração dos fatos, se não se consegue engendrar uma espécie de “comunidade discursiva”, alimentada pelos interesses, ainda que flutuantes ou instáveis, dos leitores. **Não se pode, assim, deixar de considerar que “uma outra forma pensar” e “novos tipos de público”** (prescrições, aliás, frequentes nos “observatórios de imprensa”, que vêm se impondo na América Latina desde os anos de 1990) **sejam diretivas em potencial para a constituição de um jornalismo “de qualidade” – analítico, capaz de agendar os temas vitais para a cidadania** –, alternativo à informação imediata ou meramente “declaratória”, frequente na televisão ou na internet (Sodré, 2012, p. 108, grifo nosso).

r) O aprofundamento da informação no espaço das redes ainda é sensivelmente deficiente, mas não há quaisquer impedimentos técnicos para que um novo tipo de profissional utilize algoritmos computacionais destinados a encadear fontes informativas relevantes, requalificando o material informativo. **Nesta direção caminham as experiências de jornalismo cidadão, jornalismo colaborativo ou ainda jornalismo participativo, que têm em comum a produção de conteúdo pelos usuários, variando apenas os métodos técnicos de realização – em alguns, a submissão do material ao crivo de editores; noutros, a total ausência de censura, garantida pela intervenção instantânea do leitor nas redações em rede, seja complementando, criticando ou até mesmo coletando a informação.** Sucodem-se os mecanismos ditos de agregação de conteúdo e distribuição automática de notícias, que ajudam a transformar o leitor em editor. De um modo geral, portanto, desloca-se para o consumidor o poder de pautar os acontecimentos, logo, o arbítrio quanto à noticiabilidade dos fatos, ou definição do que será ou não notícia (Sodré, 2012, p. 109, grifo nosso).

s) Mesmo quando muito conservador, um órgão de imprensa não deixa de refletir questões públicas, geralmente decisivas quanto aos rumos da nação. **Por exemplo, o jornal *O Diário de S. Paulo* (que passou a se chamar *Estado de S. Paulo* em 1889), apesar de ter na época a menor circulação do País, teve a participação política ativa e importante nas causas abolicionista, republicana, etc.** A imprensa mais independente ou combativa originava-se de agrupamentos político-partidários, em muitos casos com objetivos reformistas e até mesmo revolucionários. **Em ambos os casos, porém, o jornalismo era ideologicamente conotado como uma instituição “quase-pública”, geradora da informação necessária ao cidadão para o pleno funcionamento da democracia** (Sodré, 2012, p. 113, grifo nosso).

(continuação)

Enunciados do livro de Muniz Sodré correlacionados aos conceitos de democracia e de cidadania
<p>t) A generalidade da fase atual caracteriza-se pelo que John Carroll, ex-editor do <i>Los Angeles Times</i>, chamou de “propriedade pós-corporações”, isto é, a substituição do capital patrimonialista pelo capitalismo de livre mercado em sua plenitude financeira. Trata-se de um fenômeno registrado desde a década de 1960 nos Estados Unidos, quando empresas jornalísticas começaram a abrir o seu capital. <b>Surge daí a atual fase de finalidades estreitas e de ausência de laços com a cidadania, portanto, de falta de vínculos com a comunidade politicamente enraizada</b>, uma vez que passam a predominar os interesses estritamente financeiros de acionistas (Sodré, 2012, p. 115, grifo nosso).</p>
<p>u) Essa é a realidade da informação pública sob o influxo dos tempos neoliberais. <b>Esvai-se a ideia clássica de imprensa como “agente promotor de cultura”. Claro, o jornal pode ser sempre categorizado como “objeto cultural” ao lado de tantos outros (softwares, canções, filmes, livros, etc.) que se multiplicam na contemporânea “sociedade da informação” e que concorrem para a mitologia de um novo tipo de democracia</b>, definida pelo acesso de todos a esses objetos culturais, sob o signo da proteção e da difusão patrimoniais (Sodré, 2012, p. 115-116, grifo nosso).</p>
<p>v) <b>O pensamento político de Habermas apoia-se num modelo deliberativo de democracia, que se distingue do modelo liberal, voltado para agregação de cidadãos privados, e do modelo republicano, definido pela autodeterminação coletiva de uma nação. A imprensa correspondente a esses modelos, ainda que orientada pela ideologia progressista do liberalismo e da cidadania republicana</b>, exercia uma evidente homogeneização, modernamente traduzida na submissão da diversidade expressiva ao imperativo de comunicabilidade introduzido pela linguagem jornalística. Do ponto de vista técnico, o texto comunicativo é uma homologação (por <i>rewriting</i> ou <i>copydesk</i>) da multiplicidade retórica. <b>O modelo deliberativo, por outro lado, implica a busca de soluções para os problemas políticos por meio de um esforço cooperativo na cidadania, em que certamente deveriam desempenhar um papel muito importante as tecnologias da comunicação. As críticas que têm sido dirigidas a esta concepção convergem para a insistência de Habermas na universalização radical do discurso, guiada pelo ideal de uma comunicação livre e garantida exclusivamente por aquela “razão racionante” dos especialistas, que produziria um “cidadão do mundo” e não o “cidadão de uma cultura” específica. Cingido ao mero campo do discurso e dos argumentos silogísticos, Habermas passa ao largo dos impedimentos expressivos das minorias, de sua impossibilidade material e política de se fazerem ouvidas no espaço público</b> (Sodré, 2012, p. 121, grifo nosso).</p>
<p>w) Em seu sentido não físico, <b>espaço público se entende como um modelo formal ou uma esfera que funciona por meio de instituições e relações, com vistas à comunicação democrática entre os cidadãos.</b> (Sodré, 2012, p. 124, grifo nosso).</p>
<p>x) <b>O problema de hoje é que a ampliação tecnológica e mercadológica da esfera pública pela mídia não significa o aumento de sua exterioridade social ou de sua capacidade circulatória das forças de representação na política, isto é, das forças que tradicionalmente constituem a cidadania.</b> A pura e simples manifestação de opiniões (normalmente, captadas e quantificadas por pesquisas ou sondagens) não configura uma verdadeira esfera pública, porque não implica exterioridade, isto é, mudança de perspectiva cultural. Significa, sim, o incremento desmesurado dos signos, das imagens das informações, que tem mais a ver com um “jornalismo de serviço” (<i>servisse journalism</i>, nos Estados Unidos) do que com o clássico jornalismo de notícias. [...] <b>Pode-se especular, sugerindo que a informação do fato é própria da cidadania de natureza política (atinentes à tradicional democracia representativa), enquanto a informação de serviço predomina na contemporânea democracia social</b> (Sodré, 2012, p. 126, grifo nosso).</p>
<p>y) <b>Nas chamadas tecnodemocracias ocidentais, entretanto, ao se arguir a temática da liberdade de expressão nas ruas ou praças públicas, é frequente que a chamada “opinião pública” esteja basicamente preocupada com a grade de entretenimento, cujos carros-chefes variam das telenovelas aos <i>sitcoms</i> norte-americanos.</b> Nos termos de Kerckove, a emoção sensomotora, e não a consciência liberal dos direitos civis, estaria agora dando a impulsão neuromuscular para que os corpos do protesto ganhem as ruas em caso de ameaça estatal ao meio de comunicação eletrônico (Sodré, 2012, p. 129, grifo nosso).</p>
<p>z) A mídia, por sua vez, não é mais ventríloqua da comunidade nacional, e sim intérprete de si mesma enquanto boca orgânica do mercado. Ao mesmo tempo, imaginário e real interpenetram-se como sempre, só que agora com um grau mais elevado de indistinção. Daí decorre a crise da <i>credibilidade</i>, que hoje afeta o discurso jornalístico em todas as latitudes e da qual não está nem um pouco isenta a imprensa anglo-saxônica, em geral tida como profissionalmente modelar. <b>Abala-se pouco a pouco a seriedade do modelo informativo que classicamente contribuiu para a formação do espaço público nas sociedades liberal-democráticas. Abalam-se também as pretensões a um discurso universalista (na verdade, limitado ao espaço nacional) por parte das grandes organizações de imprensa, voltadas para o que se poderia chamar de “interesse geral”</b> (Sodré, 2012, p. 132, grifo nosso).</p>

(conclusão)

<b>Enunciados do livro de Muniz Sodré correlacionados aos conceitos de democracia e de cidadania</b>
--

<p>aa) <b>Num gênero sociodiscursivo, por outro lado, não há hierarquia temática, nem dignidades diferenciadas dos leitores, todos se nivelam democraticamente no ato da leitura.</b> Assim, para a narrativa jornalística, importa primeiramente o <i>contexto retórico</i>, entendido como o conjunto de convenções linguísticas ou textuais que preside à descrição do fato. Em seguida, o <i>contexto sociossemiótico</i> ou o conjunto das variáveis sócio-históricas (hábitos, cultura corporativa, etc.) que fazem do texto uma prática social, portanto uma intervenção capaz de influenciar e modificar relações sociais concretas (Sodré, 2012, p. 170-171, grifo nosso).</p>
---

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

No livro, Sodré discute historicamente a relação entre o conceito de esfera pública e os primeiros espaços públicos burgueses na Europa para a circulação do “discurso político crítico e democrático” (Sodré, 2012, p. 11). Ele acrescenta que o jornalismo é uma das atividades que se iniciou nessa esfera pública burguesa e define o espaço público segundo sua relação com a cidadania, a comunicação e a democracia: “Em seu sentido não físico, espaço público se entende como um modelo formal ou uma esfera que funciona por meio de instituições e relações, com vistas à comunicação democrática entre os cidadãos” (Sodré, 2012, p. 124).

Ainda segundo uma perspectiva histórica, esse autor explica as funções da imprensa no papel de esclarecimento do público, atuando como um pretense serviço público. Ele também aborda a relação entre a imprensa e a ideia de um quarto poder, isto é, na função de vigilância dos poderes constitucionais. Em sua opinião, os direitos civis inauguram “a modernidade da cidadania” (Sodré, 2012, p. 12), e, nesse contexto, a imprensa “[...] traz consigo a novidade ideológica da liberdade de expressão [...]” (Sodré, 2012, p. 12).

Sodré discorre sobre a existência entre um pacto implícito lastreado entre imprensa e a sua “comunidade receptora”, que perpassa pelo papel de “[...] assegurar ao cidadão a representatividade de sua palavra, de seus pensamentos particulares, garantindo assim a sua liberdade civil de exprimir-se ou manifestar-se publicamente” (Sodré, 2012, p. 12). Para ele, essa função de representar os cidadãos é uma das virtudes do jornalismo e decorre de uma relação histórica com a ética do liberalismo e a emergência do regime democrático republicano europeu.

Além disso, Sodré contextualiza essa virtude como resultante também da promulgação dos “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” (Sodré, 2012, p. 12). Esse documento legitima a teoria da imprensa livre como imprescindível para as democracias, a partir da Europa. Ele explica que esse contexto “[...] ancora uma já antiga ideologia comunicacional, segundo a qual a atividade jornalística decorreria de princípios éticos inscritos na Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, [...]” (Sodré, 2012, p. 113-114), especialmente quanto ao direito civil de liberdade de expressão.

Contudo, em outro enunciado, esse autor problematiza a permanência do discurso legitimador do jornalismo baseado nos princípios da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e a justificação da existência da imprensa livre para a constituição política da democracia e da cidadania na contemporaneidade no Ocidente.

Como pensar à luz dessas reflexões a liberdade de imprensa? Para começar, o velho e belo argumento das liberdades civis (universalizado na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão) corresponde à fase histórica dita da “alienação”, em que a cidadania era violentamente oprimida e em que a conscientização libertária tentava reverter a situação por meio da luta argumentativa no espaço público ou, em última análise, pela ação revolucionária de massa. A imprensa livre sempre foi fundamental diante de toda ameaça de retrocesso constitucional, para manter público o espaço em que se constitui politicamente a cidadania na sociedade ocidentalizada. Decorre deste tipo de tensão a constante incompatibilidade, sempre apontada pelos observadores, entre governos e jornais, o que suscita temores e ações reais de censura (Sodré, 2012, p. 122).

Em sua opinião, a imprensa oscila entre uma ambivalência constitutiva em se pontuar enquanto um negócio empresarial e, ao mesmo tempo, por promover funções sociais, “[...] sempre cercada pela mística de defesa incondicional dos direitos da cidadania regional ou mundial” (Sodré, 2012, p. 13). Essa ideia de ambivalência constitutiva do jornalismo, conforme nomeia Sodré (2012), se aproxima da concepção dos polos do jornalismo, sendo um econômico e outro ideológico, abordados por Traquina (2005) em seu livro. Também observa essa ideia de um ambivalência do jornalismo na obra de Genro Filho (1989).

Ao referenciar os pensamentos de dois autores norte-americanos John Dewey e Walter Lippmann, que foram defensores da relação entre jornalismo e democracia nos Estados Unidos no início do século XX, Sodré (2012) claramente discute o papel do jornalismo nas democracias e suas funções como agente de promoção da cultura e na tarefa de informar o cidadão. Ele comenta que a ideia de “comunicação comunitária” ou de “jornalismo cidadão” (Sodré, 2012, p. 56) ganhou espaço na academia e nas práticas do jornalismo como modelos que privilegiam recortes factuais que sejam de interesses de segmentos da população marginalizados, visando à promoção da cidadania.

Na opinião desse autor, a comunicação cívica reorienta o discurso jornalístico, conferindo mais destaque ao fato social do que uma preocupação com a temporalidade do acontecimento. Trata-se de um modelo de jornalismo “[...] capaz de revelar uma dada configuração de forças (hegemônica ou contra-hegemônica) na sociedade, e menos a irrupção, temporalmente demarcada, de uma ocorrência” (Sodré, 2012, p. 56). Com base na ideia de redefinição da temporalidade do discurso jornalístico na contemporaneidade, ele define o prestígio social da notícia como a materialização de uma “pretensa unidade dos microaspectos

singularizados do fato”, que busca esclarecer e serve como uma “unidade social explicativa no cotidiano da cidadania” (Sodré, 2012, p. 61).

Ao se deter na explicação do conceito de notícia, Sodré exemplifica a emblemática definição centrada no valor-notícia do insólito do “homem que morde o cão” para analisar semioticamente os *fait-divers* no jornalismo como uma narrativa que não apenas informa, mas também modula uma percepção social, por exemplo, do cão da raça *pitbull*, “[...] tornando-o personagem de uma história de medo, sob as aparências da virtude jornalística de proteger, por meio da apuração acurada, a integridade dos cidadãos” (Sodré, 2012, p. 78).

No livro, ao apresentar uma abordagem semiótica das narrativas do jornalismo, Sodré discute o enquadramento midiático do fato social na contemporaneidade como necessário para uma organização da notícia, com intuito de que ela represente uma unidade factual e uma fala coletiva, “[...] capaz de produzir a continuidade concreta do discurso dos cidadãos republicanos sobre seu mundo, ameaçado pela multiplicidade e fragmentação dos fatos brutos” (Sodré, 2012, p. 95). Desse modo, ele insere a discussão sobre o enquadramento jornalístico da notícia segundo o ponto de vista de sua função para a cidadania.

A respeito do acontecimento jornalístico segundo uma análise semiótica, Sodré comenta como a informação pública é capaz de conferir sensações terapêutica, recreativa ou de purgação das tensões sociais. Ele versa sobre a necessidade de as narrativas jornalísticas também atenderem a essas funções em decorrência das transformações no exercício da cidadania na sociedade moderna, “[...] onde os cidadãos são anônimos e impossibilitados de manter contato direto com os governantes, cujas decisões, entretanto, repercutem sobre as suas condições práticas de existência” (Sodré, 2012, p. 97).

Nesse contexto, ele faz uma análise crítica sobre o fluxo noticioso da mídia tradicional como um sistema interpretativo hegemônico que incide na construção dos acontecimentos sociais, estabelecendo estereótipos “[...] sobre o *diverso* ou sobre o que a normalização da vida social considera como padrão de saúde para a cidadania” (Sodré, 2012, p. 98). No entanto, ele considera que, por meio da internet e das novas mídias, há uma tendência em mudar essa hegemonia a partir da ideia do “jornalista cidadão” (Sodré, 2012, p. 100), termo que redefine o protagonismo na produção noticiosa segundo uma perspectiva mais cidadã em virtude da descentralização da produção noticiosa e da democratização das mídias.

Apesar de apontar as potencialidades cidadãs resultantes das mutações técnicas e sociais, Sodré também analisa que pesa sobre a informação pública na contemporaneidade uma lógica neoliberal e sua ideologia “pretensamente democrática” (Sodré, 2012, p. 105) sobre objetos de consumo. Na opinião do autor, o neoliberalismo transforma a informação pública

em mais um objeto a partir da ideologia de que a autonomia do cidadão também perpassa pelo consumo.

No livro, Sodré discute a democracia contemporânea a partir da descentralização das redes informativas, formando o neologismo de “tecnodemocracias ocidentais” (Sodré, 2012, p. 107), que gozam de liberdades política e mercadológica segundo à lógica neoliberal. No entanto, ele critica que, nessas tecnodemocracias, os valores humanistas do jornalismo deram lugar à valorização do funcionamento técnico e do interesse do mercado nos meios noticiosos.

Ainda sobre as tecnodemocracias, Sodré, em outro enunciado, discute a teoria de Derrick Kerchove centrada nas novas tecnologias e seus impactos sensomotores nos indivíduos e na sociedade. Nesse sentido, Sodré acrescenta a emergência de outro tipo de expressão “tecnoperceptiva” (Sodré, 2012, p. 128) nas denominadas tecnodemocracias ocidentais. Com base na teoria de Kerchove, Sodré coloca que: “[...] a emoção sensomotora, e não a consciência liberal dos direitos civis, estaria agora dando a impulsão neuromuscular para que os corpos do protesto ganhem as ruas em caso de ameaça estatal ao meio de comunicação eletrônico” (Sodré, 2012, p. 129). Em sua visão, o exercício da cidadania reorienta-se para a consideração de outras dimensões, como o sensível, as emoções e a tecnopercepção.

Em contraponto à lógica neoliberal, esse autor defende o jornalismo de qualidade, especialmente na América Latina, isto é, que ele deva ser “[...] analítico, capaz de agendar os temas vitais para a cidadania -, alternativo à informação imediata ou meramente ‘declaratória’, frequente na televisão ou na internet” (Sodré, 2012, p. 108). Ao discutir a necessidade de qualificação do material informativo, Sodré aborda as experiências do jornalismo cidadão, do jornalismo colaborativo ou também chamado jornalismo participativo como resultantes da participação ativa dos públicos na produção noticiosa como expressões de promoção da cidadania segundo modelos do jornalismo.

No livro de Sodré, também se encontram alguns enunciados que se referem brevemente ao jornalismo no Brasil desde o início da nação. Ele comenta o papel que a imprensa brasileira, tanto a conservadora quanto a mais independente e combativa, teve nos processos abolicionista e republicano. Apesar das distinções ideológicas dos veículos noticiosos no País, o discurso legitimador do jornalismo como um serviço público, um fundamento da democracia e colaborador da cidadania sempre esteve presente na imprensa nacional: “[...] o jornalismo era ideologicamente conotado como uma instituição ‘quase-pública’, geradora da informação necessária ao cidadão para o pleno funcionamento da democracia” (Sodré, 2012, p. 113).

Na discussão sobre o jornalismo contemporâneo, Sodré analisa que a incidência do neoliberalismo na atual fase é marcada pela “[...] ausência de laços com a cidadania, portanto,

de falta de vínculos com a comunidade politicamente enraizada, uma vez que passaram a predominar os interesses estritamente financeiros de acionistas” (Sodré, 2012, p. 115). Além disso, ele aponta que, nesse cenário, se esgota a ideia do jornalismo como “agente promotor da cultura”, apesar dele também se pontuar enquanto um objeto cultural, assim como tantos outros na sociedade de informação, “[...] que concorrem para a mitologia de um novo tipo de democracia, definida pelo acesso de todos a esses objetos culturais, sob o signo da proteção e da difusão patrimoniais” (Sodré, 2012, p. 115-116).

Ao abordar sobre democracia, esse autor inclui, em seu livro, citações da teoria de Habermas, em que menciona as diferenças entre a democracia deliberativa, o modelo liberal “[...] voltado para agregação de cidadãos privados, e do modelo republicano, definido pela autodeterminação coletiva de uma nação” (Sodré, 2012, p. 121). Trata-se de um enunciado no livro de Sodré que faz referência à obra de Habermas e apresenta de modo explícito uma breve síntese das distinções entre regimes democráticos e a definição de cidadania.

Sodré análise que a expansão tecnológica e mercadológica da esfera pública midiática não aumentou a capacidade de circulação das forças de representação na política, “[...] que tradicionalmente constituem a cidadania” (Sodré, 2012, p. 126). Para ele, a simples manifestação de opiniões registradas por pesquisas e sondagens não representa uma esfera pública de fato, pois não gera uma mudança de perspectiva cultural, mas sim se alinha mais ao jornalismo de serviço. Em sua opinião, o jornalismo de serviço, originado nos Estados Unidos, gera uma mudança nos valores clássicos do jornalismo para uma maior atenção às necessidades de consumo e à lógica do mercado na democracia social contemporânea.

Pode-se especular, sugerindo que a informação do fato é própria da cidadania de natureza política (atinentes à tradicional democracia representativa), enquanto a informação de serviço predomina na contemporânea democracia social. Neste caso, os critérios temporais de marcação das informações podem continuar atuantes, embora referidos predominantemente ao ritmo do mercado ou de suas ofertas (Sodré, 2012, p. 126).

Ao versar sobre os desafios contemporâneos, esse autor também discorre sobre uma crise de credibilidade das instituições, dentre essas o jornalismo, correlacionada às discussões sobre democracia e cidadania. Para ele, há um progressivo abalo no jornalismo na “[...] seriedade do modelo informativo que classicamente contribuiu para a formação do espaço público nas sociedades liberal-democráticas” (Sodré, 2012, p. 132). Assim como também há um impacto nas “[...] pretensões a um discurso universalista (na verdade, limitado ao espaço

nacional) por parte das grandes organizações de imprensa, voltadas para o que se poderia chamar de ‘interesse geral’” (Sodré, 2012, p. 132).

No livro, quando se detém a abordar as aproximações e diferenças entre as narrativas do jornalismo e da literatura, Sodré analisa o discurso do jornalismo como um “gênero sociodiscursivo” (Sodré, 2012, p. 170), que diferentemente da literatura, não distingue categorias de leitores, mas atua para um nivelamento democrático de seus públicos por meio da leitura das notícias.

Além dos enunciados que mencionam a cidadania e a democracia diretamente expressas no livro de Sodré, conforme exposto no quadro anterior, também são encontrados outros trechos que abordam indiretamente esses dois conceitos por meio de outros termos e expressões correlatos. Sobre esses últimos, não são apresentados no quadro a seguir todos os enunciados encontrados no livro, com o objetivo de sintetizar a análise, mas sim aqueles que destacam diferentes temáticas junto às discussões que tangenciam concepções de cidadania e de democracia. Desse modo, no Quadro 23, apresenta-se a compilação de alguns enunciados do livro de Sodré (2012) que tangenciam noções sobre cidadania e democracia.

**Quadro 23 - Relação de enunciados do livro de Muniz Sodré que abordam indiretamente a cidadania e a democracia**

(continua)

Enunciados do livro de Muniz Sodré correlacionados aos conceitos de democracia e de cidadania
a) Ao fincar pé na história como o meio de comunicação preferencial da burguesia, a imprensa mostra-se ideológica em mais de um sentido. [...] <b>Desde então, a imprensa ocidental alimenta-se, em seus melhores momentos, de uma ideologia da transparência pública</b> (Sodré, 2012, p. 10-11, grifo nosso).
b) <b>A notícia-mercadoria desenvolve-se de forma modelar na imprensa norte-americana, cuja liberdade é publicamente proclamada pelo poder político como garantia do direito civil de livre expressão e de representação da realidade cotidiana</b> (Sodré, 2012, p. 25, grifo nosso).
c) A reflexão de Goffman não visa especificamente a imprensa. Ela está centrada no problema da passagem de uma situação social a outra em função de ocorrências imprevistas, capazes de colocar os indivíduos diante do imperativo coletivo de determinação do ocorrido. A “situação” de que ele fala pode estar inserida no âmbito de um partido político, de um sindicato, de uma associação civil qualquer, sem se configurar como um acontecimento midiático. <b>Mas quando se trata de sua inscrição no espaço público, a mídia aparece como o dispositivo de conversão do social ao público, já que a midiaticização é hoje o processo central de visibilização e produção dos fatos sociais na esfera pública.</b> Por isto, o enquadramento midiático é a operação principal pela qual se seleciona, enfatiza e apresenta (logo, <i>se constrói</i> ) o acontecimento (Sodré, 2012, p. 38, grifo nosso).

(continuação)

**Enunciados do livro de Muniz Sodré correlacionados aos conceitos de democracia e de cidadania**

d) Mas tudo isso é possibilitado pelo envolvimento de um campo “extrajornalístico” no processo. Em outras palavras, a construção do acontecimento não se efetua apenas no campo jornalístico, como bem ressalva Arquembourg: “Os acontecimentos são certamente fruto de um trabalho de constituição coletiva, mas eles imbricam também a participação de atores e de um público que não é apenas uma massa de consumidores de informações”. Ou seja, os jornalistas são apenas uma das várias categorias de atores mobilizadas para a determinação dos fatos e sua posterior transformação em acontecimento público. **Além deles e de suas audiências, há principalmente um público, que pode ser entendido como uma “ideosfera”, em que indivíduos particularmente atentos ao que se torna visível na cena de um espaço público, tomam posição ou se comprometem com uma causa coletiva qualquer. Diferentemente de uma audiência, portanto, o público constitui-se, ainda que provisoriamente, como um sujeito coletivo e pode difratar-se ou diversificar-se em torno de experiências variadas.** São vários, portanto, os públicos (Sodré, 2012, p. 39-40, grifo nosso).

e) **O poder do jornalismo, por mais frágil que possa parecer frente ao Estado e por menos que esconda a subjetividade do jornalista no embate hegemônico, consiste em sua exposição do fato social, ou seja, de uma unidade onde se entrecruzam outras táticas de poder típicas da sociedade civil em sua luta pela hegemonia das representações** (Sodré, 2012, p. 41, grifo nosso).

f) A credibilidade – pedra de toque das relações de confiança entre o público e o jornal e, portanto, o principal capital simbólico do jornalista – decorre de um pacto implícito entre o profissional da informação e o leitor. É um pacto induzido pela bandeira da objetividade, fincada na cultura jornalística desde meados do século XIX, quando se começa a fazer uma distinção entre texto opinativo e notícia, certamente como um rescaldo da fé iluminista no conhecimento objetivo garantido pela razão. Mas evidentemente ninguém de bom-senso atribui, hoje, motivações gnoseológicas ao jornalismo, que tem sido sem dúvida até agora uma prática industrial com implicações ético-políticas. **Estas foram debatidas por jornalistas em organismos internacionais, em várias ocasiões, ao longo de todo o século XX, o que contribuiu para o direcionamento da ideia de objetividade no sentido de um direito humano, ou seja, direito que teriam os indivíduos de “receber uma imagem objetiva da realidade”.** Mas, para Colombo, a objetividade (e, naturalmente, a garantia de verdade do fato) só é crível ou possível se o jornalista tem “uma identidade forte, ligada à definição nacional”. **Isto não se entende como uma identificação política com o governo do País a que pertence o jornalista, mas como um sentimento de responsabilidade social que ultrapassa a esfera puramente técnica da informação para vincular-se à totalidade do grupo nacional de onde ele provém** (Sodré, 2012, p. 42-43, grifo nosso).

g) Mesmo a notícia pode ser ampliada em termos reflexivos. Vinte e cinco anos atrás, a Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação, instituída no âmbito da Unesco, já recomendava em seu famoso Relatório MacBride que “nos países em desenvolvimento, considera-se necessário ampliar o conceito de notícia, com objetivo que engloba não só os ‘acontecimentos’, mas também os processos inteiros”. **Para o grupo de intelectuais responsável pelo texto, uma Nova Ordem Informativa Mundial – com uma concepção não estritamente comercial do produto informativo, capaz de eliminar as desigualdades nos fluxos internacionais da informação, de suprimir os efeitos negativos dos monopólios e concentrações excessivas, entre outros feitos – daria margem à produção de uma “imagem mais completa e mais equitativa do mundo”, política e culturalmente benéfica aos países em desenvolvimento** (Sodré, 2012, p. 54, grifo nosso).

h) A sugestão de um pacto simbólico entre o “jornal de papel” e a elite (uma espécie de retorno ao modelo jornalístico oitocentista, quando os diários eram mais caros e lidos por uma camada social mais instruída), remonta a um momento da história da imprensa em que os jornais se viam como dispositivos de educação das massas ou de desenvolvimento do pensamento político, por exemplo, no sentido de prepará-las para o regime liberal que se prenunciava desde fins do século XVIII. Vale lembrar Hipólito da Costa, fundador do Correio Braziliense (primeiro jornal brasileiro, 1808), **para quem a educação do espaço público pela imprensa garantiria o bom funcionamento dos governos** (Sodré, 2012, p. 57, grifo nosso).

(continuação)

**Enunciados do livro de Muniz Sodré correlacionados aos conceitos de democracia e de cidadania**

i) **Em princípio, é difícil associar essa argumentação ao jornalismo, porque habituados que estamos a consumir o discurso informativo como uma objetivação dos fatos da atualidade cotidiana, deixamos de perceber que ali se constitui igualmente uma narrativa das práticas humanas, cuja função maior é chamar a atenção da coletividade para o modo como tais práticas se organizam ou devem organizar-se dentro de uma delimitação temporal, de uma periodização.** Assim, pode muito bem acontecer que a midiáticação de aspectos críticos de uma determinada realidade social deixe o público em geral pouco informado sobre o que realmente está ocorrendo ( e isto é cada vez mais frequente em virtude das flutuações da atenção e da memória coletivas sob o influxo da mídia), **mas ainda assim essa precária memória midiática é capaz de fazer emergirem novos atores sociais no espaço público, sejam eles os imigrantes ou os favelados nas periferias das megalópoles ocidentais. Ou seja, o que avulta como socialmente crítico não é o conteúdo racional e argumentativo dos textos sobre a realidade em questão, mas o “sensível” de vozes antes silenciadas** (Sodré, 2012, p. 69-70, grifo nosso).

j) **A informação pública, sempre a meio caminho entre a produção e o lazer, insere-se na lógica moderna de estruturação do tempo social.** A temporalização operada pelo jornalismo realiza uma síntese das continuidades, mudanças e passagens que, de modo disperso ou caótico, definem o cotidiano. **A periodização, que orienta a sequencialidade temporal de jornais e revistas (afim à linearidade e sequencialidade do livro) é um exemplo de vinculação da experiência do tempo com os fatos da comunidade.** Se o tempo cronológico já implica em si mesmo uma homogeneização da duração, o discurso informativo, acionado pelo tempo, constrói uma imagem de unidade de funcionamento do cotidiano. **O acontecimento, que movimenta a vida pública na sociedade moderna, é, assim o aspecto temporal do fato social** (Sodré, 2012, p. 87, grifo nosso).

k) Na mídia tradicional (imprensa escrita, rádio e televisão), a afinidade é regida predominantemente, em última instância, pelo mercado (em sua mediação publicitária, acionada pela curiosidade e pela novidade), **mas entra também em cena um sem-número de variáveis, que obrigam a levar em conta uma difusa demanda simbólica das classes econômicas subalternas e que ensejam estratégias de contato (pode-se mesmo falar em “negociações” discursivas) entre os dispositivos de informação e seu público. Pelo controle dos fluxos da informação, esses dispositivos, empresas de mídia, formam os seus públicos** (Sodré, 2012, p. 88, grifo nosso).

l) **Com a internet, entretanto, emerge uma outra lógica – e aqui está a diferença significativa -, que desloca para o receptor grande parte do poder de pautar os acontecimentos. Na verdade, o novo *médium* transforma o antigo receptor passivo (assim como já também antigo receptor ativo) em *usuário ativo*, ao pôr à sua disposição uma caixa de “ferramentas” editoriais, que inclui páginas, portais, correio eletrônico, listas de discussão (na terminologia corrente: blogs, podcasts, softwares sociais, wikis, etc.), possibilitando a programação de conteúdos que, até agora, tem sido a transmissão audiovisual e conversas em tempo real por meio de canais específicos, além de mensageiros instantâneos. É verdade que, no funcionamento dos portais de acesso – ao desempenharem um papel crescente na hierarquização da informação, à maneira do que a análise comunicacional norte-americana chama de *gatekeepers*, isto é, os “porteiros” que selecionam e filtram os acontecimentos – vislumbram-se indícios da manutenção do *newsmaking* tradicional em um novo *medium*. Mas com a descentralização acelerada das fontes informativas, a participação ativa do usuário é uma abertura incontestável** (Sodré, 2012, p. 101, grifo nosso).

m) **O usuário redefine-se, assim, como mídia individualizada – “a mídia sou eu”. Se este fenômeno é um mero diletantismo em algumas regiões do mundo, noutras se torna uma oportunidade historicamente inédita para que individualidades cerceadas por regimes ditatoriais ou por estados de guerra relatem em seus blogs: tragédias, pessoais ou coletivas, que dificilmente ocupam o espaço da mídia corporativa** (Sodré, 2012, p. 106-107, grifo nosso).

n) **Hoje se multiplicam as avaliações acadêmicas sobre a erosão dos poderes estatais enquanto mecanismos de equilíbrio e garantia da comunidade nacional, em favor de uma posição gerencial dos conglomerados transnacionais, os grandes instrumentos da abertura neoliberal da economia. Nesse transe histórico, em que o privado exerce uma hegemonia inédita sobre o público, as tecnologias da informação e da comunicação convertem-se em dispositivos estratégicos para a redefinição do Estado** (Sodré, 2012, p. 111, grifo nosso).

(conclusão)

**Enunciados do livro de Muniz Sodré correlacionados aos conceitos de democracia e de cidadania**

o) Para nós, a mídia, enquanto rede que se estabelece entre os discursos heterogêneos da vida pública, é um dispositivo emergente no cruzamento das relações de poder e de saber, com tal potência de criação virtual de mundos que pode ser descrito como um *bios*, no sentido aristotélico do termo, isto é, como uma esfera existencial agregada a outras no real-histórico. No interior desse dispositivo, não se pratica exatamente o jornalismo capaz de influenciar a agenda pública, ou seja, não mais se trata da mesma prática informativa que despontou nos séculos XVIII e XIX como reflexo histórico-social das transformações econômicas, políticas e socioculturais na realidade europeia. **Trata-se agora, sim, da produção de realidades sociais, no nível de comportamentos e costumes orientados para o consumo** (Sodré, 2012, p. 112, grifo nosso).

p) Desse quadro ético genérico se deduzem as características pertinentes à definição daquilo que os ideólogos do jornalismo chamam de “**imprensa de qualidade**”, ou seja, **a ênfase na relevância social das informações, a visão própria do fato social (o que implica independência em relação ao Estado) e a capacidade de influir na agenda pública** (Sodré, 2012, p. 114, grifo nosso).

q) Sob o regime de uma temporalidade totalmente identificada com o capital, o principal objetivo da mídia e apropriar-se dessa matéria rentável que é o tempo do outro. **Desaparece o papel de agente de cultura, que a imprensa implicitamente sempre pretendeu desempenhar na articulação simbólica entre os sujeitos.** Vive-se uma nova conjuntura, em que se descreve a imprensa como “coisa do passado, uma charrete puxada por um cavalo numa via expressa de oito pistas”, como algo a ser superado por um novo tipo de mídia (a cibernética), **que não é primordialmente informativa, e sim conectiva, ou seja, dispositivos em rede voltados para a conexão generalizada dos sujeitos.** Neste novo sistema, a velha imprensa se redefine como parte do que se tem chamado de “indústria de conteúdos”, portanto, uma produção desterritorializada de programas para as redes telemáticas (Sodré, 2012, p. 118, grifo nosso).

r) Nessa hipertrofia, esvaem-se as operações simbólicas constitutivas daquilo que se vinha chamando de cultura. O evanescimento começa quando, na expressão “sociedade da informação”, se entende a palavra “informação” apenas como “dado” (o conhecimento fracionado e especializado), portanto, como uma unidade a ser quantificada e estocada, o que poderia resultar no sinônimo “a sociedade dos dados”. O contrário disto seria articular informação e cultura, como sugere Abril: [...]. Trata-se de uma sugestão interpretável, como o delineamento de um novo tipo de intelectual, agora não mais o clássico representante do saber universal, e sim uma consciência capaz de combinar as funções do especialista técnico (voltado para a mera performance finalística com a crítica, seja esta construtiva ou destrutiva). **A unidade intelectual informação/cultura se poria, assim, a serviço da escuta das vozes silenciadas na história e da compreensão do Outro, isto é, da diversidade simbólica** (Sodré, 2012, p. 117, grifo nosso).

s) Para Simmel, *esse desenvolvimento social é o mesmo que a formação do espírito público*. Inere-se daí que o espaço público moderno deve coincidir com a presença concreta de uma diversidade de formas circulatorias capazes de socializar uma personalidade de modo diversificado. **O que conta não é a pura e simples “democratização dos conteúdos culturais”, nem a disseminação dos meios técnicos de acesso a um patrimônio cultural já constituído, mas a diversidade simbólica dos lugares (círculos, grupos) de onde se fala, com possibilidades de entrecruzamento e exteriorização das subjetividades autocentradas.** Na perspectiva político-social, a moderna liberdade de imprensa não significa apenas o arbítrio individual da expressão garantido por um direito civil, mas a possibilidade de uma *heterotopia discursiva*, que se entenderia como pluralismo dos meios de informação. **E não apenas quantitativo ou técnico: o pluralismo capaz de descentrar os lugares simbólicos de onde se fala** (Sodré, 2012, p. 125-126, grifo nosso).

t) Não mais se trata, porém, de atribuir cores depreciativas a um jornalismo presumidamente opositivo a outro, “sério”. **Hoje, o sensível, abertamente espetacular ou não, impõe-se à mídia como uma espécie de solo cultural, em virtude da afetação da esfera pública pelo mercado de bens e serviços, além das redefinições progressivas de cultura como entretenimento e de política como gestão eficaz do capital humano. O jornalismo daí decorrente é predominantemente indicial.** Quer dizer, a lógica da argumentação dá lugar à lógica do *índice*, explicado por Pierce [...] (Sodré, 2012, p. 129, grifo nosso).

u) **O entretenimento e os serviços de consumo ganham o primeiro plano das atenções, de maneira que, seja nos Estados Unidos ou tendencialmente em outros países, dá-se o fenômeno da propagação de uma forma de notícia “que se relaciona mais com frivolidade e parques temáticos do que a ideia vetusta de público e vida cívica”** (Sodré, 2012, p. 131, grifo nosso).

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Dentre os enunciados que abordam a cidadania e a democracia indiretamente ou tangencialmente no livro, Sodré versava que a imprensa ocidental se baseia na “*ideologia da transparência pública*” (Sodré, 2012, p. 11), que também   um dos princípios das democracias ocidentais. Em outro enunciado, ele discute a notícia-mercadoria como uma tipifica o da informa o jornalística decorrente do jornalismo norte-americano e seus valores democráticos, “[...] cuja liberdade   publicamente proclamada pelo poder político como garantia do direito civil de livre expressão e de representa o da realidade cotidiana” (Sodré, 2012, p. 25).

Ao discutir o enquadramento midiático a partir do pensamento de Goffman, Sodré considera a média como um dispositivo de transforma o do social para o público e como a media o   na atualidade “[...] o processo central de visibiliza o e produ o dos fatos sociais na esfera pública” (Sodré, 2012, p. 38). Desse modo, ele correlaciona os conceitos de espaço público e esfera pública, que também se referem   cidadania e   democracia, para discutir a media o.

O autor tangencia uma abordagem sobre cidadania ao diferenciar os públicos, versando sobre aquele tipo de público que não   apenas uma massa de consumidores de informa es. Outros que são as audiências do jornalismo e o conceito de “ideosfera”, que se refere aos: “[...] indivíduos particularmente atentos ao que se torna visível na *cena* de um *espaço público*, tomam posi o ou se comprometem com uma causa coletiva qualquer” (Sodré, 2012, p. 40). Esse conceito de ideosfera abordado por Sodré possui um significado que se aproxima de uma no o de público mais associada   cidadania contemporânea, pois se refere a “[...] um sujeito coletivo e pode difratar-se ou diversificar-se em torno de experiências variadas. São vários, portanto, os públicos” (Sodré, 2012, p. 40).

Apreende-se também uma abordagem tangencial de cidadania no enunciado em que Sodré versa sobre o poder do jornalismo em estabelecer um discurso hegemônico a respeito da exposi o de fatos sociais em contraponto às táticas de poder da sociedade civil na luta pela “hegemonia das representa es” (Sodré, 2012, p. 41). Em outro enunciado, o autor se refere   objetividade jornalística no sentido de um “*direito humano*” (Sodré, 2012, p. 43) do cidadão de ser informado objetivamente sobre a realidade e o cotidiano.

Sodré cita o Relatório MacBride, da Unesco, para embasar a discussão sobre a ideia de democratiza o da comunica o em países em desenvolvimento. Nos termos desse documento, a notícia não teria apenas uma concep o reduzida   fun o informativa, mas sim seria “[...] capaz de eliminar as desigualdades nos fluxos internacionais da informa o, de suprimir os efeitos negativos dos monopólios e concentra es excessivas [...]” (Sodré, 2012, p. 54), em

favor da produção de uma imagem mais equitativa da realidade e mais política e culturalmente benéfica para os países em desenvolvimento

Em outro enunciado, Sodré comentado a fase da imprensa no século XIX, em que os jornais eram mais orientados para “educa o das massas ou de desenvolvimento do pensamento político” (Sodré, 2012, p. 57). Essas fun es vincularam o jornalismo   democracia liberal e   promo o da cidadania. Ele conceitua o jornalismo como uma “[...]narrativa das práticas humanas cuja fun o maior   chamar a aten o da coletividade [...]” (Sodré, 2012, p. 69). Na visão do autor, o jornalismo consegue, por meio de uma dimensão do sensível, conferir representatividade a novos atores sociais, anteriormente marginalizados nas sociedades ocidentais. Trata-se de uma concep o de inclusão cidadã mediante o jornalismo.

Esse autor também discute a informa o pública segundo uma concep o de cidadania ao versar sobre a periodiza o do jornalismo como “[...] exemplo de vincula o da experiência do tempo com os fatos da comunidade” (Sodré, 2012, p. 87). Trata-se de uma apreensão do papel do jornalismo na organiza o da vida pública. Ele também discute tangencialmente a necessidade de haver uma representatividade na imprensa tradicional, que   obrigada a atender uma “[...] difusa demanda simbólica das classes econômicas subalternas e que ensejam estratégias de contato (pode-se mesmo falar em ‘negocia es’ discursivas) entre os dispositivos de informa o e seu público” (Sodré, 2012, p. 88), para obter o controle do fluxo de informa es e a forma o de seus públicos.

Sodré discute que a internet possibilitou outra lógica de produ o de informa es diferente das postuladas pela teoria do *gatekeeper* e do *newsmaking* tradicional, a partir da descentraliza o das fontes informativas e a maior participa o de um “usuário ativo” (Sodré, 2012, p. 101), o que conferiu potencialidades comunicacionais mais democráticas e cidadãs. Essa participa o ativa do usuário transforma o lugar dos receptores: “O usuário redefine-se, assim, como m dia individualizada – ‘a m dia sou eu’” (Sodré, 2012, p. 106).

Além das potencialidades benéficas dessas transforma es, Sodré também comenta que novas tecnologias de informa o e de comunica o têm sido acusadas de serem responsáveis pela “erosão dos poderes estatais” e “redefini o do Estado” (Sodré, 2012, p. 111), segundo o neoliberalismo. Nesse sentido, essas m dias ressignificaram as concep es de cidadania e de democracia na contemporaneidade.

Esse autor acrescenta   discussão sobre a média o conceito de “*bios*” midiático (Sodré, 2012, p. 112) para explicar o jornalismo contemporâneo segundo uma rede capaz de criar virtualmente o mundo. Nesse panorama, o jornalismo não   mais praticado com intuito de

influenciar politicamente a agenda pública por meio do discurso informativo, mas sim para a produção de realidades orientadas ao consumo, na visão desse autor.

Ao versar sobre a imprensa de qualidade, Sodré discute essa definição como um jornalismo centrado nas informações que tenham relevância social, isto é, em fatos sociais que guardam “independência em relação ao Estado” e capazes de “influir na agenda pública” (Sodré, 2012, p. 114). A partir dessas expressões, que também se associam às discussões sobre democracia e cidadania, ele aborda as características da imprensa de qualidade.

O livro de Sodré acrescenta às discussões do jornalismo questões sobre as transformações ocasionadas pelo desenvolvimento da internet e das novas tecnologias de informação e de comunicação em virtude da globalização. Nesse contexto, a imprensa tradicional e sua função primordialmente informativa é vista como algo a ser superado pela cibernética “[...] *conectiva*, ou seja, dispositivos em rede voltados para a conexão generalizada dos sujeitos” (Sodré, 2012, p. 118). Ele argumenta que a tradicional imprensa se torna na atualidade uma “indústria de conteúdos”, isto é, “[...] uma produção desterritorializada de programas para as redes telemáticas” (Sodré, 2012, p. 118). Assim, esse autor correlaciona a transformação na imprensa tradicional às relações sociais baseadas na conectividade e na desterritorialização da produção jornalística em decorrência das novas mídias.

Ao discutir formas de se enfrentar o esvaziamento das dimensões da cultura na sociedade atual, que confunde dado com informação, Sodré propõe que haja uma nova unidade intelectual que articule informação e cultura “a serviço da escuta das vozes silenciadas na história e da compreensão do Outro” e da promoção da “diversidade simbólica” (Sodré, 2012, p. 117), abordando indiretamente expressões que se referem também à promoção da cidadania.

Sodré cita Simmel para versar que, além da democratização dos conteúdos culturais, a liberdade de imprensa advinda da Modernidade não se reduz apenas ao arbítrio individual da liberdade de expressão como um direito civil, mas a possibilidade de uma “*heterotopia discursiva*” (Sodré, 2012, p. 125), que permita o pluralismo dos meios de informação. Não se trata apenas de um pluralismo quantitativo ou técnico dos meios noticiosos segundo o ponto de vista desse autor, mas que essa heterotopia seja discursiva, isto é, possibilite descentralizar os lugares de fala e abranger outras representatividades sociais nos meios de comunicação.

Em sua abordagem do jornalismo pela Semiótica, Sodré considera que a dimensão do sensível, “[...] impõe-se à mídia como uma espécie de solo cultural, em virtude da afetação da esfera pública pelo mercado de bens e serviços, além das redefinições progressivas de cultura como entretenimento e de política como gestão eficaz do capital humano” (Sodré, 2012, p. 129). Essa mudança na esfera pública leva à tese desse autor sobre um jornalismo

“*predominantemente indicial*” (Sodré, 2012, p. 129), em que a lógica da argumentação jornalística reorienta-se para a categoria semiótica do índice.

Sodré também discute a influência do entretenimento e dos serviços para o consumo dos públicos por meio do jornalismo. O interesse geral pelos bens e serviços de consumo conquista mais espaço noticioso do que a velha ideia da necessidade de informações que colaborem para à “vida cívica” (Sodré, 2012, p. 131), segundo o ponto de vista desse autor.

Em síntese, esses são alguns dos enunciados que foram destacados do livro de Sodré (2012) que contribuem para uma compreensão da teoria do jornalismo correlacionada às discussões sobre cidadania e democracia. A partir da análise desse livro de Sodré, registram-se que se encontram tanto uma abordagem direta quanto indireta de conceitos de cidadania e de democracia nas reflexões teóricas sobre o jornalismo que esse autor realiza.

Além de embasar historicamente a relação entre o jornalismo e a cidadania e a democracia desde o liberalismo burguês, Sodré também discute as modificações nesses conceitos a partir das transformações sociais e da emergência das novas tecnologias da informação e da comunicação. Desse modo, encontram-se desde referências às distinções entre as democracias liberal e representativa a partir da citação que ele faz da teoria de Habermas. Assim como ele também acrescenta neologismos para apreensão desses conceitos, como: tecnodemocracias, ideosfera, bios e heterotopia discursiva (Sodré, 2012), que se referem também às modificações nas concepções de democracia, de cidadania e do jornalismo no processo de midiatização sob a lógica do neoliberalismo.

Esse livro de Sodré (2012) apresenta uma teorização autoral sobre o jornalismo, incluindo exemplos de imprensas internacional e brasileira, abordando concepções de cidadania e de democracia, principalmente a partir da Análise de Discurso e da Semiótica. No entanto, essa obra se aproxima mais de uma teoria normativa, ao discutir também como o jornalismo contemporâneo e suas funções deveriam ser, especialmente quando ele discute o jornalismo de qualidade e o comunitário. O livro, no então, não se configura enquanto uma teoria descritiva, por não se centrar no pragmatismo e na descrição (Christians *et al.*, 2009) nas reflexões teóricas do jornalismo. O livro de Sodré (2012), dentre as obras analisadas neste estudo, é o que mais apresenta enunciados que inter-relacionam o jornalismo, a democracia e a cidadania, especialmente considerando o contexto brasileiro.

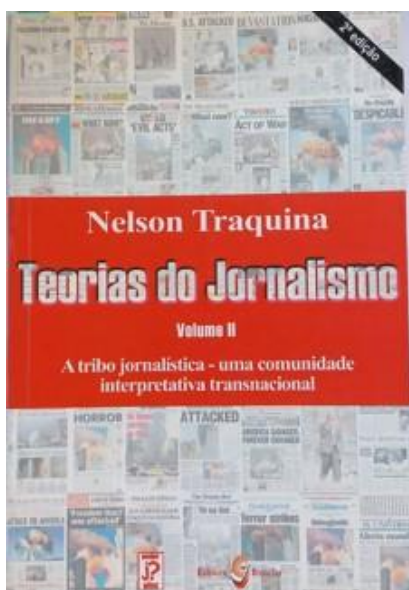
#### 6.1.4 Livro Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional, volume 2, de Nelson Traquina

O quarto livro analisado é Teorias do jornalismo: a tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional, do autor português Nelson Traquina (FIGURA 6). A obra é indicada tanto na bibliografia básica quanto na complementar das graduações em Jornalismo da UFG, da UFMS, da UnB e na UFMT em seus dois câmpus, isto é, em todos os cursos analisados neste estudo, conforme Quadro 2 (p. 133-134).

A partir da compilação dos livros da bibliografia da disciplina Teorias do Jornalismo desses cursos, identificou-se que o autor mais referenciado dentre o *corpus* é Nelson Traquina, com suas obras: Teorias do Jornalismo, tanto o volume I quanto o Volume II, e o livro: Jornalismo: questões, teorias e “estórias”. Essa constatação confirma a análise de Marques de Melo (2006) que, em seu livro, ressalta a relevância das obras desse autor para o curso e para a disciplina Teorias do Jornalismo no Brasil. Essa evidência também se alia à apreensão de Meditsch e Guerreiro Neto (2020) que, por meio de estudo bibliométrico de artigos publicados em anais de eventos científicos no Brasil, constataram o alto impacto das obras de Traquina nas pesquisas em Jornalismo no País.

A análise neste estudo foi realizada junto ao segundo volume do livro de Nelson Traquina, publicado em 2008, sendo que o primeiro é homônimo e apresenta, como subtítulo: porque as notícias são como são (Traquina, 2005).

Figura 6 - Capa do livro Teorias do Jornalismo – volume 2, de Nelson Traquina



Fonte: Foto elaborada pela autora (2023).

O segundo volume do livro possui 216 páginas e foi publicado no Brasil pela editora Insular. Nele, Traquina faz suas contribuições teóricas autorais em relação à consolidação e à exploração das teorias do jornalismo, que foram apresentadas no primeiro volume de sua obra:

Nos primeiros capítulos do Volume 1 deste livro, foi seguido o conselho do filósofo e político romano Cícero que escreveu há mais de dois mil anos estas palavras sábias: “Desconhecer a história é permanecer criança para sempre”. Assim, tivemos a oportunidade de apresentar a trajetória histórica do jornalismo nas sociedades democráticas: a sua constituição num “campo” com os dois pólos econômico e ideológico, a emergência de um recurso social – as notícias – que foi definido simultaneamente como um negócio e um serviço público, a formação de um grupo profissional que reivindicam um monopólio de saber – precisamente o que é e como são construídas as notícias (Traquina, 2008, p. 33).

Conforme a citação anterior, esse autor claramente fundamenta a trajetória histórica do jornalismo e de suas teorias em consonância às sociedades democráticas no primeiro volume desse livro (Traquina, 2005). Já no segundo volume dessa obra, ele apresenta a sua hipótese dos jornalistas como uma comunidade interpretativa ou tribo jornalística transnacional. Para tanto, ele desenvolve uma análise de conteúdo sobre a problemática da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) em cinco jornais publicados em quatro países – Estados Unidos, Brasil, Portugal e Espanha -, durante três meses no ano de 1993.

Outro procedimento metodológico realizado pelo autor no segundo volume da obra foi um inquérito representativo de cinco comunidades jornalísticas em cinco países – Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, Itália e Suécia – para investigar os valores democráticos dos jornalistas dessas nações (Traquina, 2008). Conforme explicita o autor, ele fundamenta sua base teórica em uma abordagem sociológica: “Este livro é uma sociologia dos jornalistas” (Traquina, 2008, p. 188).

Nelson Traquina (1948-2019) foi jornalista e professor. Nasceu nos Estados Unidos e filho de pais portugueses. Mudou-se para Portugal em 1974, como jornalista a serviço da agência norte-americana de notícias, United Press International. Depois, ingressou na carreira acadêmica na universidade em 1977 e realizou doutorado em Sociologia, na Universidade de Sorbonne, em Paris. Foi professor do primeiro curso de Comunicação Social de Portugal, em 1979, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

No segundo volume do livro, Traquina explicita que seu objetivo foi o de testar sua hipótese teórica dos jornalistas enquanto uma “comunidade interpretativa” transnacional, termo que ele pega emprestado de Zelizer (Zelizer, 1993 *apud* Traquina, 2008, p. 14) para conceituar a categoria como uma tribo jornalística, a partir da consolidação e exploração da literatura do

*newsmaking*. Para tanto, esse autor tem como pressuposto que “[...] não é possível compreender porque é que as notícias são como são sem uma compreensão dos profissionais [...]” (Traquina, 2008, p. 14).

Em suma, o segundo volume do livro de Traquina (2008) apresenta, na introdução, conceitos centrais para a compreensão das notícias, em que ele versa majoritariamente sobre as teorizações concentradas no *newsmaking*. Além disso, ele explica a notícia como uma construção, que se vincula à teoria construcionista. Também discute sobre a resistência da maioria dos jornalistas em considerar a notícia como uma narrativa construída, isto é, estórias. Ele discorre sobre o campo jornalístico, se apropriando desse conceito sociológico advindo de Bourdieu, para apresentar e testar a sua hipótese de uma tribo jornalística transnacional (Traquina, 2008).

Na primeira parte do segundo volume do livro, Traquina (2008) explica a cultura profissional dos jornalistas e seus valores, dentre esses os ideais da teoria do quarto poder. No segundo capítulo, ele apresenta uma análise acadêmica dos valores-notícia e referencia estudos de diversos autores estrangeiros que discutem os critérios de noticiabilidade. Baseado na sistematização dos valores-notícia de seleção e os de construção, realizada anteriormente por Wolf (2012), Traquina (2008) desenvolve sua tipificação dos critérios de noticiabilidade, a saber: os valores-notícia de seleção, que foram subdivididos por ele em critérios substantivos e critérios contextuais e os valores-notícia de construção.

Na segunda parte do livro, esse autor apresenta um estudo de caso sobre a cobertura jornalística do tema da AIDS, a partir do jornalismo comparado e por meio da análise de conteúdo de jornais de quatro países diferentes, a saber: Estados Unidos, Brasil, Portugal e Espanha. Ele realiza também uma investigação, de abordagem sociológica, de cinco comunidades jornalísticas dos Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, Itália e Suécia (Traquina, 2008).

Esse autor, em diversos parágrafos de seu livro, apresenta as suas discussões contextualizadas à democracia e à cidadania. Na nossa análise, constatou-se que, no segundo volume do livro de Traquina, a ênfase recai na exploração teórica do *newsmaking* segundo a tese desse autor sobre os jornalistas como uma comunidade interpretativa transnacional (Traquina, 2008).

Nos enunciados do segundo volume do livro de Traquina (2008), foram encontradas abordagens diretas dos conceitos de cidadania e de democracia. Desse modo, no Quadro 24 apresentam-se esses enunciados.

**Quadro 24 - Relação de enunciados do livro de Nelson Traquina que abordam diretamente a democracia e os cidadãos**

(continua)

Enunciados do livro de Nelson Traquina correlacionados aos conceitos de democracia e de cidadania
a) Neste estudo, o nosso objetivo é o de atingir uma melhor compreensão teórica das notícias. Num livro seminal sobre o jornalismo, <b>a socióloga norte-americana Gaye Tuchman alertou-nos que o objetivo declarado de qualquer órgão de informação – fornecer relatos dos acontecimentos julgados significativos e interessantes, segundo a ideologia jornalística dominante nos países democráticos – é, como muitos outros fenômenos aparentemente simples, inextricavelmente complexo</b> (Traquina, 2008, p. 13, grifo nosso).
b) O “campo jornalístico” começou a ganhar forma nas sociedades ocidentais, durante o séc. XIX, com o desenvolvimento do capitalismo e, concomitantemente, de outros processos que incluem a industrialização, a urbanização, a educação em massa, o progresso tecnológico e a emergência da imprensa como “mass media”. As notícias tornaram-se simultaneamente um gênero e um serviço; <b>o jornalismo tornou-se um negócio e um elo vital na teoria democrática; [...]</b> (Traquina, 2008, p. 20, grifo nosso).
c) Inevitavelmente, <b>as notícias refletem o ethos especializado da comunidade jornalística e são modeladas pelas suas estruturas e processos, mesmo que a intenção das notícias seja falar sobre, e englobar, as preocupações gerais do cidadão comum.</b> ” (Traquina, 2008, p. 23, grifo nosso).
d) <b>Assim, tivemos a oportunidade de apresentar a trajetória histórica do jornalismo nas sociedades democráticas:</b> a sua constituição num “campo” com os dois pólos econômico e ideológico, a emergência de um recurso social – as notícias – que foi definido simultaneamente como um negócio e um serviço público, a formação de um grupo profissional que reivindicam um monopólio de saber – precisamente o que é e como são construídas as notícias. <b>O jornalismo que conhecemos hoje nas sociedades democráticas tem as suas raízes no século XIX.</b> Foi durante o século XIX que se verificou o desenvolvimento do primeiro “mass media”, a imprensa (Traquina, 2008, p. 33, grifo nosso).
e) <b>A teoria democrática reconhece certamente que os jornalistas têm uma competência específica que é identificada em primeiro lugar com o fornecimento de informação à sociedade, isto é, das notícias. [...]</b> Como sublinha Ruellan (1997: 155), <b>existe um reconhecimento coletivo das responsabilidades específicas que os jornalistas têm no “espaço público”, responsabilidades julgadas essenciais ao funcionamento de todo o sistema democrático,</b> responsabilidades que constituem elementos importantes de toda uma cultura profissional, responsabilidades que estão associadas a toda uma mitologia que foi construída ao longo dos últimos séculos (Traquina, 2008, p. 35, grifo nosso).
f) Os jornalistas lutaram para ganhar um estatuto social comparado ao das profissões liberais, e nos mais de 150 anos de luta (ainda em continuação) constituíram-se uma “comunidade interpretativa” em que os novos “agentes especializados” <b>encontram uma legitimidade social num processo circular entre os jornalistas e a sociedade, na aura da teoria democrática</b> (Traquina, 2008, p. 36-37, grifo nosso).
g) No filme <i>O Homem que Matou Liberty Valance</i> temos, como já foi dito, a oportunidade de ver uma expressão vibrante desta mitologia em que <b>o jornalista é representado como guardião da democracia e aliado dos cidadãos na luta contra o poder arbitrário e tirânico.</b> Vemos neste filme, como em outros, nomeadamente <i>Deadline U.S.A. (A Última Ameaça)</i> , <b>que a ideologia jornalística e a teoria democrática são indissociáveis. Com o desenvolvimento do “direito à informação” como norma numa democracia,</b> o jornalista foi reconhecido como sendo o agente social que tem como missão “informar o público”. <b>Com essa legitimidade social, o jornalista é apresentado como guardião da democracia. [...] Na narrativa mitológica, o jornalista não tem partido político; é uma figura que serve, acima de tudo, a verdade, e que está ao lado dos cidadãos</b> contra o tirano, apresentado no filme na figura do pistoleiro Liberty Valance (Traquina, 2008, p. 52, grifo nosso).
h) Sobre a crosta de cinismo e de um ar de indiferença, a cultura jornalística coloca a profissão de jornalista num pedestal como a melhor profissão e o jornalista num lugar reservado aos heróis, não-assumido, com certeza, como o herói deve ser, mas para todos os efeitos o herói. Ungaro (1992: 39) escreve que: <b>“tornado indispensável, o jornalista impôs-se como figura dominante do desenvolvimento democrático da sociedade no seu todo”</b> (Traquina, 2008, p. 58, grifo nosso).
i) A arbitrariedade no exercício de qualquer cargo público constitui um importante critério de noticiabilidade. Funcionários públicos em burocracias estatais, <b>especialmente os mais diretamente envolvidos na prestação de serviços aos cidadãos, são regularmente investigados,</b> exemplificando aquilo que Habermas (1975) identificou como uma figura central da cultura contemporânea, a ênfase na forma processual (Traquina, 2008, p. 76, grifo nosso).

(conclusão)

Enunciados do livro de Nelson Traquina correlacionados aos conceitos de democracia e de cidadania
j) Para Ericson, Baranek e Chan, <b>o valor-notícia da infração, e o subsequente policiamento da sociedade, implica também a tomada em consideração do “homenzinho contra a burocracia” em que os media noticiosos tomam em mãos a causa do cidadão ofendido</b> (Traquina, 2008, p. 76, grifo nosso).
k) Como já foi exposto na discussão da lista dos valores-notícia de Ericson, Baranek e Chan, é o valor-notícia da infração que está associado a um tipo de acontecimento que é fulcro para a comunidade jornalística: o “escândalo”, como o caso “ <i>Watergate</i> ”. <b>Este tipo de acontecimento corresponde à situação mítica do jornalística como “cão de guarda” das instituições democráticas</b> (Traquina, 2008, p. 85, grifo nosso).
l) Embora o jornalismo inclua muita rotina, o inesperado é o momento mágico incontornável de qualquer filme de Hollywood sobre os jornalistas; os jornalistas entram em ação, num ritmo frenético de luta heróica contra o tempo e em dedicação ao <b>imperativo de informar os cidadãos</b> (Traquina, 2008, p. 96-97, grifo nosso).
m) <b>Argumenta-se que os chamados jornais de qualidade tentam dar aos cidadãos a informação</b> que deveriam ter enquanto opostos à chamada imprensa popular, que tenta dar às audiências o que elas querem. (Traquina, 2008, p. 113-114, grifo nosso).
n) Com base num inquérito representativo de cinco comunidades jornalísticas, é notável a partilha do mesmo <i>ethos</i> e conjunto de valores que fornecem um retrato claro da identidade jornalística. As cinco comunidades jornalísticas concordam na definição do papel do seu objeto central de esforço – as notícias – e as <b>funções associadas às notícias numa democracia</b> (Traquina, 2008, p. 178, grifo nosso).
o) <b>O apelo dos ideais associados ao “Quarto Poder”, como o “guardião da democracia”, “contra-poder”, “voz dos desfavorecidos”, a relação simbiótica entre o jornalismo e a democracia</b> , explica talvez como os membros da tribo jornalística se situam a si próprios na esquerda (Traquina, 2008, p. 178, grifo nosso).
p) [...] os jornalistas são uma comunidade interpretativa transnacional, com um sistema de valores e definição do <i>ethos</i> jornalístico como referência que delinea um esboço bem claro da <b>identidade jornalística nas democracias contemporâneas</b> (Traquina, 2008, p. 185, grifo nosso).

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Conforme quadro acima, registra-se uma maior menção direta de democracia nos enunciados compilados do livro de Traquina (2008) e também se identificam citações do termo cidadãos. O autor, ao desenvolver sua contribuição teórica que a “tribo jornalística é transnacional” (Traquina, 2008, p. 190), também define relevantes apreensões de democracia, como: “o jornalismo tornou-se um negócio e um elo vital na teoria democrática [...]” (Traquina, 2008, p. 20).

Por vezes, ele cita a teoria democrática para fundamentar o jornalismo e seu papel de “fornecer relatos dos acontecimentos julgados significativos e interessantes, segundo a ideologia jornalística dominante nos países democráticos [...]” (Traquina, 2008, p. 13). Ademais, ele cita um estudo que evidencia que o grupo profissional de jornalistas compartilha a visão de “guardião da democracia” (Traquina, 2008, p. 23).

Ele contextualiza historicamente o jornalismo às democracias: “O jornalismo que conhecemos hoje nas sociedades democráticas tem as suas raízes no século XIX. Foi durante o século XIX que se verificou o desenvolvimento do primeiro ‘*mass media*’, a imprensa” (Traquina, 2008, p. 33). Além disso, argumenta que a teoria democrática justifica as competências dos jornalistas. “A teoria democrática reconhece certamente que os jornalistas

têm uma competência específica que é identificada em primeiro lugar com o fornecimento de informação à sociedade, isto é, das notícias” (Traquina, 2008, p. 35).

Traquina também exemplifica, através da citação da figura do jornalista retratada em filmes, que “[...] a ideologia jornalística e a teoria democrática são indissociáveis” (Traquina, 2008, p. 52). No entanto, a indissociabilidade entre democracia e jornalismo discutida pelo autor em seu livro ancora-se no modelo democrático dos Estados Unidos, que foi a primeira nação a constitucionalizar a imprensa como uma instituição democrática. Essa apreensão baseia-se nas referências que ele faz principalmente de autores norte-americanos e suas obras para fundamentar seus argumentos sobre o enquadramento jornalístico e os valores-notícia.

Na opinião desse autor, a luta dos jornalistas pela conquista do estatuto social do jornalismo enquanto uma profissão, status profissional que não é uma realidade compartilhada em todos os países conforme Kunczik (2002), constituiu uma comunidade interpretativa, “[...] em que os novos ‘agentes especializados’ encontram uma legitimidade social num processo circular entre os jornalistas e a sociedade, na aura da teoria democrática” (Traquina, 2008, p. 36-37).

Ademais, Traquina, em seu livro, discute o quarto poder do Jornalismo, a teoria da imprensa livre, o contrapoder e a função de vigilância (*watchdog*) e sobre a indispensabilidade da figura do jornalista para o desenvolvimento democrático. Em suma, essas ideias sobre o jornalismo estritamente relacionadas à democracia e à cidadania são bem exemplificadas no seguinte enunciado do livro, que relaciona esses dois conceitos como legitimadores da mitologia da profissão:

A mitologia jornalística coloca os membros desta comunidade profissional no papel de servidores do público que procuram saber o que aconteceu, no papel de “cães de guarda” que protegem os cidadãos contra os abusos do poder, no papel de “Quarto Poder” que vigia os outros poderes, atuando do a quem doer, no papel mesmo de herói do sistema democrático (Ungaro, 1992), tão bem projetado e, por diversas formas, no imaginário coletivo no espaço público democrático, e sobretudo em diversos filmes em que a magia do cinema oferece uma constelação de símbolos e representações da mitologia jornalística (Traquina, 2008, p. 51).

Já em relação à cidadania diretamente abordada nos enunciados compilados do livro de Traquina, não se encontra uma explícita menção ou definição desse conceito. Contudo, menções aos cidadãos são identificadas nos enunciados do segundo volume do livro de Traquina. Por exemplo, no enunciado em que ele discute a definição de notícia: “Inevitavelmente, as notícias refletem o *ethos* especializado da comunidade jornalística e são modeladas pelas suas estruturas e processos, mesmo que a intenção das notícias seja falar sobre,

e englobar, as preocupações gerais do cidadão comum” (Traquina, 2008, p. 23). Além do vínculo com a cidadania, a notícia também é correlacionada à democracia pelo seu valor compartilhado entre a comunidade de jornalistas, na visão desse autor.

Quer se prefira o termo “prisma”, ou “óculos”, ou, como nós preferimos, “uma forma de ver”, o argumento consiste no fato das notícias serem marcadas em diferentes sociedades democráticas por similitudes significativas devido aos valores-notícias partilhados que são uma parte importante da cultura jornalística (Traquina, 2008, p. 25-26).

Além das menções diretas de democracia e de cidadãos registradas no livro, também foram identificados outros enunciados que mencionam termos e expressões que tangenciam os significados desses dois conceitos. Desse modo, apresentam-se, no Quadro 25, alguns enunciados que discutem indiretamente os conceitos de cidadania e de democracia no livro de Traquina (2008) segundo temáticas diversas.

**Quadro 25 - Relação de enunciados do livro de Nelson Traquina que abordam indiretamente a cidadania e a democracia**

(continua)

Enunciados do livro de Nelson Traquina correlacionados aos conceitos de democracia e de cidadania
a) A vasta literatura sobre o jornalismo <b>reconhece o poder do jornalismo não apenas na projeção social dos tópicos mas também no seu poder de enquadrar esses tópicos como um recurso de discussão pública.</b> (Molotch and Lester, 1974) (Traquina, 2008, p. 16, grifo nosso).
b) A vertiginosa expansão dos jornais no século XIX permitiu a criação de novos empregos nos jornais; um número crescente de pessoas passou a dedicar-se a tempo inteiro a uma atividade que, durante as décadas do século XIX, ganhou um novo objetivo – fornecer informação e não propaganda. Este novo paradigma será a luz que viu nascer valores que ainda hoje são identificados com o jornalismo: as notícias, a procura da verdade, a independência dos jornalistas, a exatidão, e a noção do <b>jornalismo como um serviço ao público</b> – uma constelação de idéias que dão forma ao emergente “pólo ideológico” do campo jornalístico (Traquina, 2008, p. 33-34, grifo nosso).
c) Para Greenwood, a existência de uma cultura profissional é o atributo mais importante de uma profissão, e, neste ponto, o jornalismo tem uma das culturas profissionais mais ricas, se não a mais rica, identificado como é com os valores mais nobres na história da Humanidade, como é, por exemplo, o <b>valor da liberdade</b> (Traquina, 2008, p. 35, grifo nosso).
d) Uma das características principais desta fala, desta escrita, é a sua qualidade de ser compreensível. <b>Os jornalistas precisam comunicar através das fronteiras de classe, étnicas, políticas e sociais existentes numa sociedade. Para atingir este público heterogêneo, a linguagem jornalística deve possuir certos traços que vão no sentido de ser compreensível:</b> a) frases curtas; b) parágrafos curtos; c) palavras simples (evitar palavras polissilábicas); d) uma sintaxe direta e econômica; e) a concisão; e f) a utilização de metáforas para incrementar a compreensão do texto (Traquina, 2008, p. 46, grifo nosso).
e) Nos Estados Unidos, onde Benjamin H. Day lança o <i>New York Sun</i> , e na França, onde Emile de Girardin lança <i>La Presse</i> , começa um novo jornalismo. O <i>New York Sun</i> dava ênfase às notícias locais, às histórias de <b>interesse humano</b> , e apresentava reportagens sensacionalistas de fatos surpreendentes. Day contratou um repórter para escrever artigos em estilo humorístico sobre os casos que surgiam diariamente na delegacia local da polícia. <b>Conseguiu assim redefinir a notícia de maneira a satisfazer os gostos, os interesses e a capacidade de compreensão das camadas menos instruídas da sociedade</b> (Traquina, 2008, p. 67, grifo nosso).

(continuação)

Enunciados do livro de Nelson Traquina correlacionados aos conceitos de democracia e de cidadania
<p>f) [...] estudo de Herbert Gans (1979) sobre os telejornais de três principais cadeias televisivas norte-americanas (CBS, ABC, e NBC) no ano de 1967 e as revistas de informação <i>Newsweek</i> e <i>Time</i> em três diferentes anos da década de 70. Em primeiro lugar, o estudo demonstra a importância do <b>valor-notícia “notoriedade” do ator principal do acontecimento, isto é, a proeminência do ator</b>. Segundo o estudo de Gans, entre 70% e 85% das notícias sobre assuntos nacionais são acerca de pessoas conhecidas: a) <b>o Presidente dos Estados Unidos é sempre notícia</b>; b) outras figuras nacionais como os ministros e a família Kennedy, bem como os governadores e os Presidentes de câmaras locais, também são notícia; e c) pessoas conhecidas envolvidas em escândalos são notícia. <b>As pessoas não conhecidas só são notícias quando: a) são manifestantes, grevistas ou amotinados – indivíduos que fazem barulho ou provocam tumultos; b) são vítimas de desastres, naturais ou sociais; em particular na televisão, quando há imagens [sic] fortes; c) são transgressores das leis e da moral; e d) são praticantes de atividades invulgares</b> (Traquina, 2008, p. 67-68, grifo nosso).</p>
<p>g) O que é notícia? <b>Os dados do estudo de Gans demonstram [sic] que a soma de três diferentes categorias de notícias, todas ligadas à atividade do governo; nomeadamente: a) conflitos e desacordos dentro do governo; b) decisões e propostas governamentais e cerimônias; e c) mudanças de pessoas exercendo funções governamentais, representa entre 45% e 56% dos acontecimentos noticiáveis nos anos estudados</b> (Traquina, 2008, p. 68, grifo nosso).</p>
<p>h) Em resposta à pergunta “como é que os acontecimentos se tornam notícia”, Galtung e Ruge enumeram doze valores-notícia: 1) a frequência, ou seja, a duração do acontecimento; 2) a amplitude do evento; 3) a clareza ou falta de ambigüidade; 4) a significância; 5) a consonância, isto é, a facilidade de inserir o “novo” numa “velha” idéia que corresponda ao que se espera que aconteça; 6) o inesperado; 7) a continuidade, isto é, a continuação como notícia do que já ganhou noticiabilidade; <b>8) a composição, isto é a necessidade de manter um equilíbrio nas notícias com uma diversidade de assuntos abordados; 9) a referência a nações de elite; 10) a referência a pessoas de elite, isto é, o valor-notícia da proeminência do ator do acontecimento; 11) a personalização, isto é, a referência às pessoas envolvidas;</b> e 12) a negatividade, ou seja, segundo a máxima “<i>bad news is good news</i>” (Traquina, 2008, p. 69-70, grifo nosso).</p>
<p>i) Tal como Galtung e Ruge, e Ericson, Baranek e Chan, um valor-notícia de construção que é fundamental devido à natureza do discurso jornalístico é a <i>personalização</i>. [...] <b>Por personalizar, entendemos valorizar as pessoas envolvidas no acontecimento: acentuar o fator pessoa</b>. [...] Inúmeros estudos sobre o discurso jornalístico apontam para a importância da personalização como estratégia para agarrar o leitor porque as pessoas se interessam por outras pessoas (Traquina, 2008, p. 92, grifo nosso).</p>
<p>j) <b>Que as notícias sejam centradas na elite</b>, em termos de nações ou em termos de pessoas, não é muito estranho, segundo Galtung e Ruge. As ações da elite são, pelo menos geralmente e na perspectiva a curto prazo, mais importantes do que as atividades dos outros: <b>isso se aplica tanto às nações de elite como às pessoas de elite</b>. Segundo Galtung e Ruge, <b>a tese é a de que as notícias têm uma tendência para apresentar os acontecimentos como frases em que existem um sujeito, uma determinada pessoa ou coletividade composta por algumas pessoas</b>, e o acontecimento é então visto como uma consequência das ações desta pessoa ou destas pessoas. Para Galtung e Ruge é o valor-notícia da personalização (Traquina, 2008, p. 72, grifo nosso).</p>
<p>k) Finalmente, outro valor-notícia identificado pelos investigadores canadenses é a infração. A infração das leis, a má gestão, o mau comportamento por parte de um funcionário ou qualquer autoridade responsável, e mesmo uma sugestão de impropriedade, tem noticiabilidade. Assim, <b>os autores atribuem ao jornalismo uma função de policiamento da sociedade, com particular atenção ao governo, em que o desvio e o crime mobilizam a atenção dos membros dessa comunidade interpretativa. O policiamento da sociedade assume diversas formas. Leva a comunidade jornalística a focar a sua atenção sobre a corrupção, os procedimentos legais, os direitos humanos</b>. Envolve os jornalistas numa política de “policiamento informativo” através da obtenção de revelações de informação que contribuem para a credibilidade pública. É focado de uma forma mais rotineira em questões de eficiência, nomeadamente, a eficácia dos custos; são empreendidas regularmente ‘estórias’ sobre a eficiência das operações governamentais (Traquina, 2008, p. 75-76, grifo nosso).</p>
<p>l) <b>Outro valor-notícia fundamental da cultura jornalística é a proximidade, sobretudo em termos geográficos, mas também em termos culturais</b>. Um acidente de viação com duas vítimas mortais em Cascais poderá ser notícia num jornal de Lisboa, e possivelmente, mas com maior dificuldade num país estrangeiro. No caso dos desastres, a chamada Lei McLurg estabelece uma relação entre o número de mortos e a distância geográfica para avaliar a sua noticiabilidade (Traquina, 2008, p. 80, grifo nosso).</p>
<p>m) Poder-se-ia talvez dizer que a proximidade se tornou importante no jornalismo com o aparecimento da imprensa popular no século XIX, nomeadamente devido à importância dada à “<b>história de interesse humano local</b>” (Allan, 1999:16) (Traquina, 2008, p. 118-119, grifo nosso).</p>

(conclusão)

Enunciados do livro de Nelson Traquina correlacionados aos conceitos de democracia e de cidadania
n) Tal como foi identificado por Galtung e Ruge, a <b>relevância é outro valor-notícia da comunidade jornalística. Este valor-notícia responde à preocupação de informar o público dos acontecimentos porque têm um impacto sobre a vida das pessoas. Este valor-notícia determina que a noticiabilidade tem a ver com a capacidade do acontecimento incidir ou ter [impacto] sobre as pessoas, sobre o país, sobre a nação</b> (Traquina, 2008, p. 80, grifo nosso).
o) <b>Outro valor-notícia de construção é a relevância.</b> A lógica é a seguinte: quanto mais “sentido” a notícia dá ao acontecimento, mais hipóteses a notícia tem de ser notada. <b>Compete ao jornalista tornar o acontecimento relevante para as pessoas, demonstrar que tem significado para elas</b> (Traquina, 2008, p. 91-92, grifo nosso).
p) A esfera de consenso é a região em que encontramos os valores consensuais da sociedade, como a pátria, a maternidade, a <b>liberdade</b> . Nos seus limites estão esses objetos sociais que não são vistos pelos jornalistas e pela maioria da sociedade como controversos. Dentro desta esfera, <b>os jornalistas não se sentem compelidos a apresentar pontos de vista opostos, e, na verdade, sentem freqüentemente como sua responsabilidade agir como advogados ou protetores cerimoniais de valores de consenso.</b> Dentro desta esfera, os media noticiosos têm um papel essencialmente conservador e legitimador (Traquina, 2008, p. 87, grifo nosso).
q) Segundo Hallin, uma segunda região do mundo jornalístico é a <b>esfera de controvérsia</b> – para além da esfera de consenso fica aquilo a que se pode chamar a esfera de controvérsia legítima. <b>Esta é a região onde a objetividade reina soberanamente na prática jornalística. Aqui, a neutralidade e o equilíbrio são as principais virtudes jornalísticas.</b> Os jornalistas apresentam os dois lados da questão sem tomar partido, seguindo os procedimentos que estão identificados com a objetividade, o que Tuchman apelidou como os “rituais estratégicos” (Traquina, 2008, p. 87, grifo nosso).
r) Para Hallin, há uma terceira esfera – a <b>esfera de desvio</b> . Para além da esfera de legítima controvérsia estão os atores e pontos de vista políticos que os jornalistas e os valores dominantes rejeitam como marginais. Nesta esfera, <b>a neutralidade entra de novo em declínio e os media noticiosos tornam-se, parafraseando Parsons, um “mecanismo de manutenção de fronteiras”: desempenham o papel de expor, condenar ou excluir da agenda pública os que violam ou desafiam os valores de consenso, e apoiam a distinção consensual entre atividade política legítima e ilegítima</b> (Traquina, 2008, p. 87-88, grifo nosso).
s) O jornalismo enquanto atividade remunerada desenvolveu-se durante o século XIX, na seqüência de um processo complexo de industrialização da sociedade, escolarização, urbanização, avanços tecnológicos e a <b>implantação de regimes políticos em que o princípio da liberdade de imprensa se tornou sagrado</b> (O’Boyle, 1968; Schudson, 1978; Schiller, 1979; Ferenczi, 1993) (Traquina, 2008, p. 105, grifo nosso).
t) Três comentários mais necessitam ser feitos acerca de quem é notícia na cobertura da AIDS. <b>Primeiro, apesar do papel predominante das fontes oficiais, as organizações não-governamentais estão presentes na cobertura noticiosa, embora secundárias</b> (Traquina, 2008, p. 139, grifo nosso).
u) Pouco existiu na cobertura noticiosa da doença no que respeita à informação sobre como evitar a infecção. Mais uma vez, <b>o nosso estudo defende a conclusão de Cook de que os jornalistas são cautelosos acerca do papel educativos dos medias noticiosos.</b> Escreve Cook (1991, 11): “Para cumprir esta função educativa, as assunções tradicionais acerca do que são notícias velhas devem mudar. [...]” (Traquina, 2008, p. 145, grifo nosso).
v) O núcleo ideológico existe em torno de três funções: 94.9 por cento concordam que é extremamente importante ou muito importante a função de <b>“investigar as reivindicações e declarações do governo”</b> , 86.2 por cento concordam que é extremamente importante ou muito importante a função de <b>“fornecer análise e interpretação dos problemas complexos”</b> ; e 85.7 por cento concordam que é extremamente importante ou muito importante a função de “dar a informação logo que possível”. A acrescentar que 82 por cento concordam que é extremamente importante ou muito importante a função de <b>“discutir a política nacional enquanto está a ser discutida”</b> . A função de <b>“fornecer entretenimento e recreio”</b> é menos consensual: 44.7 por cento concordam que é extremamente importante ou muito importante, enquanto 13.3 por cento são da opinião de que não é importante (Traquina, 2008, p. 159, grifo nosso).
w) Mas sobretudo, o “bom jornalismo” é identificado em todas as cinco comunidades com a obtenção de mais fatos para além das afirmações dos dois lados de uma disputa, outra vez <b>o apelo do jornalismo como “Quarto Poder”</b> (Traquina, 2008, p. 173, grifo nosso).
x) E, de novo, o <b>encanto da função de “watchdog” e “contrapoder” seduz todas as cinco comunidades jornalísticas.</b> Entre ter uma postura crítica em relação aos líderes políticos e uma postura construtiva, as comunidades jornalísticas privilegiam a postura crítica do jornalista [...] (Traquina, 2008, p. 175, grifo nosso).
y) Para os profissionais das notícias, <b>o jornalismo é sobretudo um serviço público em que os valores da autonomia e da liberdade estão no centro da sua profissão</b> (Traquina, 2008, p. 185, grifo nosso).

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Conforme se observa no quadro anterior, a cidadania e a democracia são mais abordadas indiretamente a partir de outras temáticas ou expressões que tangenciam os significados desses dois conceitos no livro de Traquina (2008). Por exemplo, no enunciado em que ele cita os autores Molotch e Lester para afirmar que o poder do jornalismo não está apenas na projeção social que confere aos acontecimentos, mas também no enquadramento como um “recurso de discussão pública” (Traquina, 2008, p. 16), isto é, no agendamento dos temas na esfera pública.

Em outro enunciado, esse autor contextualiza a profissionalização do jornalismo, ao citar o pensamento de Walter Lippmann, segundo a “função de uma imprensa livre” (Traquina, 2008, p. 21), cuja origem decorre da formação das democracias liberais. Além disso, ele explica a emergência do paradigma informativo na imprensa associada à legitimação de outros valores fundamentais da profissão, como, por exemplo, a noção do “jornalismo como um serviço ao público” (Traquina, 2008, p. 34), “o valor da liberdade” (Traquina, 2008, p. 35). Em síntese, ele defende que: “Para os profissionais das notícias, o jornalismo é sobretudo um serviço público em que os valores da autonomia e da liberdade estão no centro da sua profissão” (Traquina, 2008, p. 185).

Traquina explica o jornalismo como uma prática discursiva que elabora uma linguagem própria para ser compreensível a um vasto público. Nesse sentido, ele comenta as peculiaridades da comunicação jornalística em atenção à heterogeneidade de públicos e territórios. “Os jornalistas precisam comunicar através das fronteiras de classe, étnicas, políticas e sociais existentes numa sociedade. Para atingir este público heterogêneo, a linguagem jornalística deve possuir certos traços que vão no sentido de ser compreensível [...]” (Traquina, 2008, p. 46).

As funções e os valores do jornalismo discutidos pelo autor também tangenciam concepções de cidadania e de democracia, por exemplo, a partir do apelo do jornalismo enquanto um “Quarto Poder” (Traquina, 2008, p. 173) que reflete na “função de *‘watchdog’* e de “contrapoder” (Traquina, 2008, p. 175). Essas são algumas das expressões que esse autor utiliza para justificar a relevância do jornalismo para as democracias e os cidadãos.

Nesse livro de Traquina, também se apreende que a noticiabilidade do jornalismo e os valores-notícia se aproximam de noções de cidadania e de democracia. Por exemplo, no enunciado em que ele cita os estudos sobre os valores-notícia referenciando a primeira investigação acadêmica sobre esse tema realizada por Galtung e Ruge. Esses autores classificam dozes tipos de valores-notícia, dentre esses, a composição como sendo a busca pela diversidade no conteúdo jornalístico; a referência a nações de elite; a proeminência da fonte e

a personalização dos acontecimentos (Traquina, 2008). São alguns dos valores-notícia que tangenciam discussões sobre cidadania e democracia abordadas no livro.

Outro exemplo são as “estórias de interesse humano” (Traquina, 2008, p. 49), que são narrativas jornalísticas centradas em valores-notícia que enfatizam elementos universalizantes da humanidade a partir de relatos sobre uma pessoa ou cidadãos. Na visão de Traquina, o interesse humano se alinha ao seguinte valor-notícia de construção: a personalização. Segundo ele: [...] Por personalizar, entendemos valorizar as pessoas envolvidas no acontecimento: acentuar o fator pessoa” (Traquina, 2008, p. 92).

Outro valor-notícia é a “notoriedade” (Traquina, 2008, p. 68), tipificação decorrente do estudo do autor norte-americano Hebert Gans. A notoriedade centra a noticiabilidade do fato na proeminência dos sujeitos envolvidos. Em conformidade com esse valor-notícia, o presidente da república sempre é notícia numa democracia republicana, por ser a maior “figura pública” (Traquina, 2008, p. 74) de um país. Desse modo, o status de figura pública também é outro valor-notícia correlacionado à notoriedade das fontes jornalísticas.

A notoriedade também concerne “às pessoas e às nações de elite” (Traquina, 2008, p. 69), segundo a classificação de Hebert Gans, que são critérios de noticiabilidade que hierarquizam e estratificam países e pessoas conforme diferentes status. Segundo esse contexto, outro valor-notícia, o de “proximidade” (Traquina, 2008, p. 80), incide também na noticiabilidade a partir das distintas dimensões entre local, nacional e internacional, por exemplo, hierarquizando-as. A proximidade associa-se à ideia de que a regionalização dos acontecimentos é um dos critérios jornalísticos que confere maior importância aos fatos, pois também é uma das funções do jornalismo informar os cidadãos sobre o cotidiano e sua realidade imediata.

Outro valor-notícia abordado no livro de Traquina e sistematizado como de construção é a “relevância” (Traquina, 2008, p. 91), que destaca os efeitos das notícias sobre as pessoas ou nações. Traquina explica a ideia da relevância como critério jornalístico: “Este valor-notícia responde à preocupação de informar o público dos acontecimentos porque têm um impacto [*sic*] sobre a vida das pessoas” (Traquina, 2008, p. 80). Trata-se, portanto, de um valor-notícia ancorado no direito à informação do cidadão e no dever do jornalismo, segundo a ideia de um serviço público.

Traquina, ao citar estudo de Hallin, discute que os valores-notícia se sedimentam na ideia de “esfera de consenso” (Traquina, 2008, p. 87) nas sociedades, que se baseia no papel dos jornalistas para a manutenção de um ideal de sociedade sem contravenções. Essa noção de

esfera de consenso corresponde a uma visão positivista e funcionalista do jornalismo, segundo moldes conservadores.

No entanto, o jornalismo não é marcado somente por uma ideia de consensualidade, mas também pela “esfera de controvérsia” (Traquina, 2008, p. 87), conforme pensamento de Hallin citado por Traquina. Na esfera de controvérsia, Traquina discute que a teoria da objetividade reina a partir da busca por uma neutralidade e equilíbrio como princípios da vigilância jornalística. “Os jornalistas apresentam os dois lados da questão sem tomar partido, seguindo os procedimentos que estão identificados com a objetividade, o que Tuchman apelidou como os ‘rituais estratégicos’” (Traquina, 2008, p. 87).

De acordo com o estudo de Hallin, Traquina discorre sobre a “esfera de desvio” (Traquina, 2008, p. 87) que também incide no jornalismo. “Nesta esfera, a neutralidade entra de novo em declínio e os media noticiosos [...] desempenham o papel de expor, condenar ou excluir da agenda pública os que violam ou desafiam os valores de consenso [...]” (Traquina, 2008, p. 87-88). O *modus operandi* jornalístico nessa esfera se associa muito a uma proposta de exclusão comunicacional de temas, pessoas ou acontecimentos que representam desvios de um ideal de sociedade harmônica, segundo uma perspectiva teórica funcionalista e positivista. Essa esfera de desvio no jornalismo pode atuar para o enviesamento do debate público e as possibilidades de discussões cidadãs e democráticas.

A partir desses enunciados do livro de Traquina (2008), analisa-se que não apenas as teorias normativas versam sobre o jornalismo e suas relações com a cidadania e a democracia, assim como também algumas reflexões teóricas integrantes do *newsmaking*. Os enunciados sobre os valores-notícia encontrados no livro, apesar de teorizarem o jornalismo segundo uma ênfase na descrição das rotinas e dos produtos jornalísticos, também tangenciam indiretamente apreensões de cidadania e de democracia.

Esse livro de Traquina (2008), do ponto de vista sobre a abordagem da democracia, contribui para a justificação desse conceito como um elemento fundamental das teorizações do jornalismo realizado pelos grandes meios de comunicação, mas não sobre uma imprensa alternativa, a qual ele não discute nesta obra. A democracia e a cidadania mencionadas no livro são localizadas na teoria democrática norte-americana, principalmente tendo como base ideológica o funcionalismo e uma visão consensual de sociedades, o que não é uma realidade entre todas as democracias mundialmente.

A abordagem do *newsmaking* nesse livro de Traquina (2008) concentra as reflexões sobre as rotinas jornalísticas tendo como pressupostos ideais de sociedades democráticas funcionalistas. No entanto, a incidência desses ideais nos valores-notícia compartilhados pela

tese de uma comunidade jornalística transnacional nem sempre é exequível e igualmente significativa. Por exemplo, postular que o valor-notícia de proeminência das nações de elite seja tão significativo para as avançadas democracias assim como também para os países em desenvolvimento é desconsiderar que há distinções entre modelos democráticos e de exercício de cidadania.

Nesse sentido, não são factíveis que os critérios de noticiabilidade e de enquadramento jornalístico sejam os mesmos para todas as democracias, isto é, se coloquem como universalizantes e tenham significados igualmente partilhados entre os jornalistas de todos os países. Essas contradições não são aprofundadas no livro. No entanto, essa obra se configura como um importante livro-texto que é amplamente adotado para o ensino das Teorias do Jornalismo no Brasil pela sistematização das teorias que apresenta.

Esse livro de Traquina (2008), ao discorrer sobre fundamentos, valores e a ética do jornalismo pode ser classificado enquanto uma obra integrante das teorias normativas do jornalismo. Porém, ele se destaca mais junto às teorias descritivas por discutir como os saberes das práticas jornalísticas podem indiretamente se referir às noções de cidadania e de democracia.

### **6.1.5 Livro Teorias das Comunicações de Massa, de Mauro Wolf**

Por fim, o último livro da análise desse estudo trata-se de Teorias das comunicações de massa, do autor italiano Mauro Wolf (FIGURA 7). A obra, publicada originalmente na língua italiana em 1985 com o título *Teorie delle comunicazioni di massa*, teve sua primeira versão traduzida para a língua portuguesa pela Editorial Presença, em Lisboa/Portugal, em 1987. A obra é indicada nas bibliografias complementares dos cursos de Jornalismo da UFMT, nos câmpus Cuiabá e Araguaia, cujas edições datam de 1995 e 2001, respectivamente, conforme Quadro 2 (p. 133-134).

A edição desse livro utilizada para nossa análise é da Editora WMF Martins Fontes Ltda., sexta edição e publicada em 2012, com o total de 295 páginas. Essa sexta edição atualizada da Editora WMF Martins Ltda. mantém o teor do conteúdo das edições anteriores publicadas pelo Editorial Presença.

**Figura 7 - Capa do livro Teorias das Comunicações de Massa, de Mauro Wolf**



Fonte: Foto elaborada pela autora (2023).

Sobre o autor do livro, Mauro Wolf (1947-1996) foi um semiólogo e sociólogo italiano. Professor de técnica da linguagem radiotelevisiva no Instituto de Ciências da Comunicação de Bolonha, na Itália, onde também foi contemporâneo acadêmico do renomado semiólogo italiano Umberto Eco. Dedicou-se às linhas de pesquisa em Comunicações de Massa e à Sociologia.

Seu livro, considerado como um dos clássicos da bibliografia da área de Comunicação no Brasil, possui o mérito de ter colaborado na introdução e apresentação de pesquisas de comunicações de massa desenvolvidas no exterior e que passaram a ser de conhecimento de pesquisadores brasileiros em virtude da tradução da obra para a língua portuguesa. O livro de Wolf (2012) reúne análises críticas sobre as principais teorias das comunicações de massa desenvolvidas mundialmente segundo linhas de pesquisa de vertentes funcionalistas e pragmáticas que tiveram proeminência especialmente a partir da *Communication Research* nos Estados Unidos no início do século XX (Temer; Nery, 2004). Encontram-se também explicações sobre a teoria crítica e uma abordagem semiótica da Comunicação. A obra de Mauro Wolf é reconhecida como uma das contribuições da Itália para o campo mundial da Comunicação, segundo análise de Marques de Melo (2014):

Na verdade, a Itália só ganhou visibilidade comunicacional por intermédio da circulação dos textos de autoria de Umberto Eco, que se tornou o ícone mundial dos estudos semióticos, e de Mauro Wolf, professor da Universidade de Bolonha, autor de manuais de teoria da comunicação, contendo visões críticas muito instigantes, além de Giuseppe Richeri, também de Bolonha, dedicado ao estudo da comunicação internacional (Marques de Melo, 2014, p. 59).

A base teórica de Wolf concentra-se na Sociologia segundo uma abordagem para a Comunicação, tendo defendido tese no âmbito da Sociologia das Comunicações. Em seu livro, Wolf não formula uma teoria própria, destacando-se mais como um sistematizador e analista de distintos modelos teóricos das pesquisas então chamadas de Comunicações de Massa. Na atualidade, esse termo encontra-se em desuso, pois sua matriz relaciona-se ao paradigma funcionalista e à corrente filosófica positivista dos estudos de Comunicação. A ideia de massa considera o público como amorfo, disperso e influenciado direta e imediatamente pelos efeitos dos meios de comunicação, conforme postulado pelas primeiras correntes teóricas da *Communication Research*.

Além do livro versar sobre teorias do campo da Comunicação, especialmente a sua segunda parte da obra reúne teorias relevantes para o campo do Jornalismo, as quais o autor discorre, na introdução do livro, como resultantes “[...] do desenvolvimento da pesquisa da comunicação por meio de análises das mais significativas teorias das mídias” (Wolf, 2012, p. XIV). O segundo e terceiro capítulos do livro de Wolf concentram-se em apresentar teorizações e análises quanto aos emissores, às rotinas das organizações da imprensa e aos critérios de noticiabilidade.

Em virtude da sistemática compilação e análise das correntes teóricas da Comunicação realizadas por Wolf em seu livro, sua obra se consolidou no Brasil como um relevante livro-texto para o campo acadêmico da Comunicação e para o ensino do curso de Comunicação Social no País. Apesar de trazer como título as *Teorias da Comunicação*, o autor incluiu, ainda nos anos de 1980, tendências de pesquisas que passaram a constituir o arcabouço teórico da emergente disciplina Teorias do Jornalismo no final dos anos de 1990, como analisa Pena (2021):

Wolf, então, opta por renunciar às correntes de pesquisa e expor apenas o que ele chama de tendências mais difundidas e consolidadas. E, embora o título de seu livro seja *Teorias da comunicação*, muitos dos conceitos estudados estão incluídos nas abordagens da *teoria do jornalismo*, como é o caso, por exemplo, do agendamento, do *gatekeeper*, e do *newsmaking*, que está inserido em uma perspectiva de construção da realidade (Pena, 2021, p. 17).

Na primeira parte do livro, Wolf apresenta os contextos e paradigmas das pesquisas sobre os meios de comunicação de massa, sistematizando e também analisando criticamente “oito ‘momentos’ dos estudos da mídia” (Wolf, 2012, p. 4) em um capítulo, a saber: a teoria hipodérmica; a teoria empírico-experimental; a teoria derivada da pesquisa empírica em campo;

a teoria estrutural-funcionalista; a teoria crítica dos meios de comunicação de massa; a teoria culturológica; os *cultural studies*; as teorias da comunicação.

Já na segunda parte do livro, o autor sistematiza o que ele nomeia de novas tendências de pesquisas nos meios de comunicação de massa e a construção da realidade, alocando, em dois capítulos, as seguintes teorizações: a hipótese da *agenda-setting* ou teoria da *agenda-setting*/ teoria do agendamento; a teoria do *gatekeeper* ou também interpretada como teoria da ação pessoal (Traquina, 2005); a teoria organizacional; a teoria sociológica dos emissores ou também nomeada de *newsmaking*; a noticiabilidade e os critérios relativos aos valores-notícia. São nesses dois últimos capítulos do livro de Wolf que se apresentam os modelos teóricos que compõem atualmente as Teorias do Jornalismo. Portanto, são nesses capítulos referentes a essas teorizações que concentramos a análise deste estudo, visto que, no primeiro capítulo da obra, o autor se detém a “[...] descrever, de modo geral, o desenvolvimento da *communication research*, seguindo os caminhos que se cruzaram, se consolidaram, se atenuaram e se recuperaram [...]” (Wolf, 2012, p. 131).

O livro de Wolf se destaca pelo teor explicativo e analítico quanto às teorias apresentadas. As teorizações se atêm ao jornalismo como um sistema social, correspondente à classificação elaborada Ahva e Steensen (2019). Segundo essa abordagem, o jornalismo é tido como um sistema social que cumpre determinados papéis e práticas sociais.

Nos capítulos do livro de Wolf (2012) que foram analisados nesta pesquisa, não foram encontradas menções diretas de cidadania e de democracia nos enunciados. No entanto, foram identificados alguns enunciados que apresentam termos e expressões que se correlacionam indiretamente com noções de cidadania e de democracia. Desse modo, são apresentados, no Quadro 26, alguns desses enunciados.

**Quadro 26 - Relação de enunciados do livro de Mauro Wolf que abordam indiretamente a cidadania e a democracia**

(continua)

<b>Enunciados do livro de Mauro Wolf correlacionados aos conceitos de democracia e de cidadania</b>
a) <b>Ao voltar sua atenção para a importância e para a função dos processos simbólicos e de comunicação como pressupostos da sociabilidade</b> , a sociologia do conhecimento torna-se progressivamente uma das temáticas-guia na fase atual da pesquisa: sendo assim, não é por acaso que, de modo paralelo, a temática dos efeitos se identifica na perspectiva dos processos de construção da realidade (Wolf, 2012, p. 140, grifo nosso).
b) <b>Nas sociedades industriais de capitalismo maduro, seja por causa da diferenciação e da globalização social, seja também devido à função central dos meios de comunicação de massa, tem ocorrido um aumento da presença de fatias e ‘pacotes’ de realidade que os indivíduos não provam diretamente nem definem interativamente na vida cotidiana, mas que ‘vivem’ exclusivamente em função ou por meio da mediação simbólica dos meios de comunicação de massa</b> (Grossi, 1983, p. 225) (Wolf, 2012, p. 145, grifo nosso).

(continuação)

**Enunciados do livro de Mauro Wolf correlacionados aos conceitos de democracia e de cidadania**

c) Salientando essa crescente *dependência cognitiva da mídia*, a hipótese da *agenda-setting* postula um **impacto direto – ainda que não imediato – sobre os destinatários**, que se configura segundo dois níveis: *a. a ‘ordem do dia’ dos temas, argumentos, problemas, presentes na agenda da mídia; b. a hierarquia de importância e de prioridade com que esses elementos estão dispostos na ‘ordem do dia’*. **‘A maneira de hierarquizar os acontecimentos ou os temas públicos importantes, por parte de um indivíduo, assemelha-se à avaliação dos mesmos problemas praticada pela mídia**, mas apenas se a agenda dos meios de comunicação de massa for medida em relação a um período longo, como um efeito cumulativo’ (Shaw, 1979, p. 102) (Wolf, 2012, p. 145-146, grifo nosso).

d) A diferente eficácia de *agenda-setting* entre informação televisiva e impressa também é confirmada por um trabalho mais amplo e detalhado, realizado por Patterson-McClure (1976), acerca do **impacto da televisão sobre os conhecimentos dos eleitores. Os temas substanciais do confronto político são sistematicamente prejudicados em favor dos elementos de competição, do ‘folclore’ político, da adaptação da campanha dos candidatos em liça. ‘As redes televisivas subestimam, minimizam os temas eleitorais**. Muitas das opiniões dos candidatos sobre os temas principais são inteiramente ignoradas. (Patterson-McClure, 1976, p. 36) [...]’ A informação televisiva cotidiana fornece, portanto, uma situação de aprendizado impossível: **o público é assediado por informações fragmentárias, totalmente incapazes de formar um quadro cognitivo adequado para as escolhas que o eleitor é chamado a fazer** (Wolf, 2012, p. 148-149, grifo nosso).

e) Em outras palavras, a **incapacidade da informação televisiva cotidiana de fornecer instrumentos cognitivos adequados para uma escolha política racional não cancela o fato de que a televisão, com sua informação fragmentada, fornece, de maneira geral, uma representação da política** [...] (Wolf, 2012, p. 150, grifo nosso).

f) Desse modo, a **análise da agenda do meio televisivo leva-nos a constatar, de um lado, sua inadequação para estabelecer no público um conjunto de conhecimentos precisos (rendimento alto de agenda), mas, de outro, salienta a imagem política global que esse meio fornece: trata-se sempre de um efeito de agenda-setting**, centrado menos em noções específicas, articuladas e definidas na sua relevância do que em âmbitos simbólicos mais vastos e genéricos. O estudo sobre a capacidade diferencial de agenda dos diversos meios de comunicação de massa permite também articular diversas *qualidades* de influência (Wolf, 2012, p. 151, grifo nosso).

g) No entanto, no que se refere a essa indicação metodológica, torna-se importante também a escolha dos temas, cujo efeito de agenda e, conseqüentemente, do *frame* temporal (ver 2.4.3) deve ser verificado. **Por exemplo, a oportunidade de usar dados agregados para a agenda da mídia varia muito conforme se queira verificar o efeito de agenda-setting durante uma campanha eleitoral ou sobre a cobertura em períodos normais de algumas grandes tematizações (droga, poluição, emergência moral, terrorismo etc.)** (Wolf, 2012, p. 162, grifo nosso).

h) **Os jornais são os primeiros promotores a organizar a agenda do público. Eles definem amplamente o âmbito do interesse público, mas os noticiários televisivos não são totalmente desprovidos de influência. A televisão possui um certo impacto a curto prazo na composição da agenda do público** [...] (Mccombs, 1976, p. 6) (Wolf, 2012, p. 163, grifo nosso).

i) A tematização é um procedimento informativo que faz parte da hipótese da *agenda-setting*, representando uma modalidade que lhe é particular: **tematizar um problema significa, na realidade, colocá-lo na ordem do dia da atenção do público**, dar-lhe a importância adequada, salientar sua centralidade e sua significatividade em relação ao fluxo normal da informação não-tematizada. **Sua função é ‘selecionar ulteriormente [...] os grandes temas nos quais se deve concentrar a atenção pública e mobilizá-la para as decisões** [...]’ (Rositi, 1982, p. 139) (Wolf, 2012, p. 165, grifo nosso).

j) Mas no **processo da tematização também parece implícita outra dimensão, que está ligada não apenas à quantidade de informações e ao tipo de conhecimentos que produzem tematização sobre um acontecimento: é a natureza pública do tema, sua relevância social** (Wolf, 2012, p. 166, grifo nosso).

(continuação)

**Enunciados do livro de Mauro Wolf correlacionados aos conceitos de democracia e de cidadania**

k) Podem-se distinguir três níveis de agenda do público ou como afirmam McLeod-Becker-Byrnes (1974), três tipos de saliência: *a.* a agenda intrapessoal (ou saliência individual), que corresponde ao que o indivíduo considera como os temas mais importantes: trata-se de uma relevância pessoal, atribuída a um problema pela pessoa, nos termos do próprio conjunto de prioridades; *b.* **a agenda interpessoal (saliência comunitária), ou seja, os temas dos quais e sobre os quais os indivíduos fala e discute com outros: ela define, portanto, uma relevância intersubjetiva, isto é, a quantidade atual de importância atribuída a um tema, dentro de uma rede de relações e de comunicação interpessoal;** *c.* **o terceiro tipo de agenda é relativo à percepção que um indivíduo possui da situação da opinião pública** (*perceived community salience*; De George, 1981): é a saliência percebida, ou seja, a importância que o indivíduo pensa que os outros atribuem ao tema, corresponde a um ‘clima de opinião’ e pode fazer parte das chamadas tematizações (Wolf, 2012, p. 176-177, grifo nosso).

l) Entre as críticas construtivas, movidas pelos Langs (1981) para a hipótese de *agenda-setting*, está a de atribuir à mídia e muita pouca influência ao mesmo tempo. Toda a questão de como se originam as *issues* é negligenciada, e também não há nenhum reconhecimento do processo de construção das agendas **ou do processo através do qual um objeto, que atraiu a opinião pública pelo fato de ser uma notícia importante, dá lugar a um tema político**” (Lang-Lang, 1981, p. 448). [...] Também a esse propósito, a pesquisa existente revela desníveis e desomogeneidade. De fato, vez por outra, os temas foram conceituados como: *a.* ‘preocupações’ (*concerns*), ou seja, as coisas com que as pessoas se preocupam individualmente; *b.* ‘percepção de problemas-chave’, ou seja, **as questões que o governo deveria enfrentar e resolver;** *c.* **‘existência de alternativas políticas’, dentre as quais as pessoas devem escolher;** *d.* ‘controvérsias públicas’; *e.* ‘razões ou motivos subjacentes a uma abertura política’ (Lang-Lang, 1981) (Wolf, 2012, p. 178, grifo nosso).

m) Sobre esse tema, as pesquisas coincidentemente esclarecem que, na seleção, **as referências implícitas no grupo de colegas e no sistema das fontes prevalecem sobre as implícitas no próprio público. Enquanto este último é pouco conhecido pelos jornalistas,** o contexto profissional-organizacional-burocrático circunstante exerce uma influência decisiva nas escolhas dos *gatekeepers*: [...] **A principal fonte de expectativas, orientações e valores profissionais não é o público, mas o grupo de referência, constituído pelos colegas ou superiores** (Wolf, 2012, p. 186-187, grifo nosso).

n) A noticiabilidade é constituída pelo complexo de requisitos que se exigem para os eventos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos aparatos informativos e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas, para adquirir a existência pública de notícia. Tudo o que não responde a esses requisitos é “selecionado”, uma vez que não se mostra adequado às rotinas de produção e aos cânones da cultura profissional: **não conquistando o estatuto público de notícia, permanece simplesmente um evento que se perde na “matéria-prima” que o aparato informativo não consegue transformar e que, portanto, não deverá fazer parte dos conhecimentos de mundo, adquiridos pelo público por meio da comunicação de massa** (Wolf, 2012, p. 195-196, grifo nosso).

o) Outro exemplo é a cobertura informativa que os meios de comunicação de massa reservam aos chamados *single issue movements*, ou seja, **os movimentos de opinião que se solidificam na sociedade civil, em torno de problemas isolados, ultrapassando as divisões e as estratificações ideológicas-partidárias tradicionais (por exemplo, os “verdes”). Esses movimentos começam a fazer a notícia, a superar o limiar da noticiabilidade, quando se considera que se tornaram significativos e relevantes o bastante para encontrar o interesse do público,** ou quando dão lugar a eventos estudados propositadamente, para ir ao encontro das exigências da mídia. Determina-se, portanto, uma integração entre as estratégias de noticiabilidade, adotadas pelos *single issue movements*, e os valores/notícia, aplicados pelos aparatos de informação: no âmbito da comunicação, esses movimentos produzem tudo aquilo de que a mídia “se nutre” (documentação que pode ser objeto de controvérsia, materiais informativos a serem utilizados, figuras de líderes, manifestações de massa, às vezes conflitos em praça pública e, portanto, material visual a ser empregado etc.) (Wolf, 2012, p. 205-206, grifo nosso).

p) 1. *Grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável*, seja no que concerne às instituições governamentais, seja quanto aos outros organismos e hierarquias sociais. Esta acepção do valor/notícia como ‘importância do acontecimento’ cobre os dois fatores definidos por Galtung-Ruge (‘**quanto mais o acontecimento interessar às nações de elite, maior será sua probabilidade de se tornar notícia;** ‘**quanto mais o acontecimento interessar a pessoas de elite, maior será sua probabilidade de se tornar notícia;** 1965, p. 119) [...] (Wolf, 2012, p. 208, grifo nosso).

(conclusão)

Enunciados do livro de Mauro Wolf correlacionados aos conceitos de democracia e de cidadania
q) 2. <i>Impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional</i> . <b>O segundo fator que operativamente determina a importância de um acontecimento é a sua potencialidade de influir ou de incidir sobre os interesses do País.</b> [...] Relacionado a esse fator está também o valor/notícia da <i>proximidade</i> , seja como vizinhança geográfica, seja como vizinhança cultural. <b>‘As notícias são culturalmente próximas se se referem a eventos que pertencem à esfera normal de experiência dos jornalistas e do seu público [...]’</b> (Wolf, 2012, p. 210 grifo nosso).
r) <b>O interesse da história está diretamente ligado às imagens que os jornalistas fazem do público e também ao valor/notícia que Golding – Elliott definem como ‘capacidade de entretenimento’.</b> Interessantes são as notícias que buscam dar ao evento uma interpretação baseada no lado do ‘interesse humano’, do ponto de vista insólito, das pequenas curiosidades que atraem a atenção. Destinado a manter aceso o interesse do público em relação ao noticiário [...] (Wolf, 2012, p. 213, grifo nosso).
s) O balanceamento pode referir-se tanto ao jornal ou ao telejornal em seu conjunto, quanto a elementos específicos, como a <b>cobertura geográfica (tenta-se obter notícias que cubram, nos limites do possível, todo o território nacional)</b> , as faixas etárias (notícias que possam interessar tendencialmente todos os estratos da população), e assim por diante. Obviamente, a forma mais explícita, recorrente e formalizada de equilíbrio diz respeito à <b>cobertura informativa das forças políticas e partidárias</b> : sobre esse argumento, muito foi escrito e dito; sendo assim, é suficiente observar apenas um ponto. <b>No que concerne às rotinas reais de produção, a tensão ideal em relação a uma informação pluralista transforma-se exatamente na prática do equilíbrio, razão pela qual à cobertura informativa sobre o partido X deve corresponder a sobre o partido Y e assim por diante</b> (Wolf, 2012, p. 218-219, grifo nosso).
t) Uma primeira definição de <i>fonte</i> identifica com esse termo todas as ‘pessoas que o jornalista observa ou entrevista [...] e as que fornecem apenas as informações de base ou as ocasiões para uma notícia [...]. <b>A característica mais saliente das fontes é que elas fornecem informações enquanto membros ou representantes de grupos (organizados ou não) de interesse ou de outros setores da sociedade’</b> (Gans, 1979, p. 80) (Wolf, 2012, p. 234, grifo nosso).
u) Os estudos sobre o <i>newsmaking</i> tornaram esse ponto suficientemente claro e incontrovertível: a rede de fontes que os aparatos de informação estabilizam como instrumento essencial para o seu funcionamento reflete, de um lado, a estrutura social e de poder existente e, de outro, organiza-se na base das exigências colocadas pelos procedimentos de produção. <b>As fontes que se encontram às margens dessas duas determinações muito dificilmente podem influir de maneira eficaz na cobertura informativa</b> (Wolf, 2012, p. 235, grifo nosso).
v) <b>Outro aspecto interessante na apresentação das notícias concerne ao público, ou melhor, ao papel e à função que desempenha a imagem do público, elaborada pelos jornalistas</b> (ver também Gans, 1957). Se é verdade que ‘a apresentação das notícias consiste na habilidade de traduzir valores/notícia previstos em regras de produção’ (Golding-Elliott, 1979, p. 113), <b>então os critérios da importância e do interesse também encontram espaço na fase de apresentação e evocam quem deve estar interessado nas notícias, ou seja, o público.</b> Os jornalistas têm à disposição dados e pesquisas sobre a composição, os hábitos e as capacidades do público a que se dirigem, mas o conjunto desses conhecimentos realmente não parece incidir muito sobre os procedimentos de produção nem ser muito apreciado. Provavelmente, os dados considerados mais significativos dizem respeito à compreensão, à capacidade do público de enfrentar as dificuldades de entender os termos usados nos noticiários: isso realmente reforça não apenas a necessidade de clareza e simplicidade, mas também <b>a imagem pedagogizante e tutorial da profissão (trata-se, portanto, de uma reafirmação da sua utilidade social)</b> (Wolf, 2012, p. 261-262, grifo nosso).
w) Mas, para além desses limites (um tanto restritos), a questão torna-se problemática: com efeito, qualquer outro conhecimento sobre o público passa a ser potencialmente uma fonte de restrição à autonomia profissional do jornalista e acaba se transformando num fator de perturbação. <b>A solução para essas duas exigências contrastantes (estar a serviço do próprio público, mas, ao mesmo tempo, não se deixar condicionar por ele)</b> [...] (Wolf, 2012, p. 262, grifo nosso).
x) ‘[...] Desse modo, <i>não saber</i> realmente o que o público conhece não apresenta problemas: basta basear-se em asserções, possivelmente plausíveis, sobre o estado dos seus conhecimentos’ (Schlesinger, 1978a, p. 122). <b>As asserções (indemonstradas) sobre o público passam a fazer parte das próprias rotinas de produção padronizadas e incidem, às vezes de maneira relevante, não apenas sobre a seleção das notícias, mas também na fase de apresentação</b> (Wolf, 2012, p. 263, grifo nosso).
y) Em primeiro lugar, a existência contemporânea de elementos divergentes e convergentes, que devem ser amalgamados (por exemplo, <b>a função do público ao confrontar valores/notícia</b> e a autonomia da profissão jornalística; ou alguns critérios de relevância contrapostos entre si, que encontram uma harmonização em relação a outros elementos das rotinas de produção; ou ainda as relações de reciprocidade entre alguns tipos de fontes e os jornalistas especializados) (Wolf, 2012, p. 266, grifo nosso).

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A partir da leitura e análise do livro de Mauro Wolf, identificou-se que a hipótese da *agenda-setting* é o referencial teórico em que mais se encontram as discussões sobre cidadania e democracia tangencialmente abordadas nos enunciados compilados. O contexto em que essas discussões aparecem concernem principalmente aos efeitos dos meios de comunicação em eleições e campanhas eleitorais, o que aponta o processo eleitoral democrático subentendido à contextualização.

Esse autor explica o fundamento da hipótese da *agenda-setting* e seu vínculo com a Sociologia do Conhecimento, que tem como pressupostos a importância dos processos simbólicos e de comunicação para a sociabilidade (Wolf, 2012), isto é, o jornalismo como um sistema social. Essa apreensão se relaciona à cidadania, pois se refere aos modos, comportamentos e condutas de quem vive em sociedade e como essas relações sociais também produzem conhecimento.

Wolf (2012), ao citar Grossi, contextualiza a hipótese da *agenda-setting* ao avanço das sociedades industriais para o capitalismo maduro e à globalização social. Fatores que propiciaram novas formas de exercício da cidadania, dentre essas, por meio da mediação simbólica dos meios noticiosos que desempenham a função social de agendar a realidade.

Wolf explica que a hipótese da *agenda-setting* salienta uma “*dependência cognitiva*” (Wolf, 2012, p. 145) dos públicos em relação aos meios de comunicação quanto à formação de uma agenda pública, na definição do interesse público, na percepção de mundo junto ao eleitor e em relação à tematização de assuntos tidos como de “relevância social” e “relevância ‘institucional’” (Wolf, 2012, p. 166).

Ao pontuar outras questões sobre a agenda, Mauro Wolf cita o estudo de McLeod-Becker Byrnes sobre três tipos de saliência da agenda do público. De modo subjacente a essa sistematização, correlacionam-se as noções de “agenda intrapessoal” e o interesse individual enquanto um direito civil, o interesse do público e “agenda interpessoal”, e a terceira agenda como representativa da “opinião pública”, que também é um conceito relevante para a democracia e a cidadania (Wolf, 2012, p. 176-177).

Em distintos enunciados em que apresenta estudos de diversos autores sobre os meios noticiosos, Wolf discute a hipótese da *agenda-setting* articulada às análises sobre o sistema político eleitoral e as situações de campanhas eleitorais. São diversos os resultados de pesquisas sobre o agendamento midiático no campo político discutidos pelo autor em seu livro.

Tratam-se de pesquisas que correlacionam o modelo explicativo da *agenda-setting* sobre os efeitos dos meios de comunicação nos processos eleitorais em regimes democráticos. Essa hipótese considera a distinta influência exercida pelos meios de comunicação sobre os

eleitores em virtude das possibilidades e limitações existentes no aparato midiático, por exemplo, entre os meios de comunicação impressos e televisivos. A hipótese da *agenda-setting* é abordada no livro especialmente quanto à interferência dos meios de comunicação, especialmente os jornais e a televisão, em campanhas eleitorais e na tematização do debate político.

A hipótese da *agenda-setting*, diferentemente dos modelos teóricos anteriores dos efeitos diretos e imediatos dos meios de comunicação, considera o “[...] efeito de agenda em públicos qualitativa e institucionalmente diferenciados” (Wolf, 2012, p. 158). Desse modo, esse referencial teórico tangencia uma discussão sobre os efeitos da agenda dos meios noticiosos considerando a diversidade dos públicos.

Além da hipótese da *agenda-setting*, Wolf, na explicação sobre o *newsmaking*, discorre sobre a cobertura informativa feita pelos meios de comunicação sobre os movimentos nomeados como “*single issue movements*” (Wolf, 2012, p. 205), que se referem ao contra-agendamento executado pela sociedade civil sobre os veículos informativos. Trata-se de um movimento que se refere ao exercício da cidadania sobre o direito à comunicação, apesar de não ser exposto nestes termos pelo autor no livro.

Ele também explica as fontes jornalísticas como representantes da sociedade que diferem-se quanto à estrutura social e de poder a que se vinculam e a potencialidade informativa que elas detém de atender às expectativas das rotinas de produção jornalística. Isso confere um status de representação de cidadania que persegue a pluralidade de fontes. No entanto, Wolf acrescenta que o *newsmaking* opera também deixando à margem fontes de determinados grupos sociais que “[...] *difícilmente podem influir de maneira eficaz na cobertura informativa*” (Wolf, 2012, p. 235). Algo que se contrapõe aos princípios de igualdade e representatividade de cidadania e de democracia.

Nas discussões sobre os valores-notícia identificadas no livro, também se encontram referências à cidadania e à democracia tangencialmente abordadas nos enunciados analisados. Isso ocorre quando ele busca explicar a noticiabilidade, as fontes e os graus de hierarquia dos indivíduos e das nações de elite como critérios jornalísticos. Também ocorre quando o autor discute o valor-notícia proximidade e seus impactos sobre a nação e o interesse nacional, o interesse humano como um critério de noticiabilidade, a apresentação das notícias, isto é, o balanceamento como estratégia dos meios de comunicação para captar a atenção do público.

Quanto à teoria do *gatekeeper*, o autor comenta o desdobramento dessa teorização para as pesquisas do *newsmaking* e como isso reordenou as influências do jornalista, do público e das fontes de informação sobre a noticiabilidade. As teorias do *gatekeeper* e do *newsmaking*

reorientaram as pesquisas sobre a teoria da imprensa, ao adicionarem o peso da ação pessoal do jornalista e das normas e rotinas existentes nos veículos de comunicação na configuração de uma cultura profissional dos jornalistas. Essa cultura, que privilegia as normas e rotinas organizacionais dos emissores, pouco se atém a quem são os receptores dos conteúdos informativos, que, em sua maioria, são presumidos pelos emissores.

No livro de Wolf (2012) foram identificados alguns correlacionamentos contextuais e exemplificativos concernentes à teoria descritiva do Jornalismo, porém, sem grandes aprofundamentos sobre os conceitos de cidadania e de democracia. Na análise desse livro, também não se registrou menções diretas a esses dois conceitos nos enunciados destacados.

Por se tratarem de enunciados que apresentam e comentam novas perspectivas da *Communication Research* a partir de estudos desenvolvidos por diversos autores estrangeiros no século XX, as discussões no livro de Wolf versam sobre modelos de comunicação e consequentemente de cidadania e de democracia forâneos, por não incluírem estudos de autores brasileiros.

## 6.2 A CIDADANIA E A DEMOCRACIA: DOIS FUNDAMENTOS OBLITERADOS NOS LIVROS DE TEORIAS DO JORNALISMO

Para sistematizar a análise dos cinco livros de Teorias do Jornalismo investigados neste estudo, buscamos identificar enunciados que abordam cidadania e democracia de forma direta ou indireta/tangencial ou não são discutidos nas obras. Por tangencial foi considerado o enunciado com expressões em que se inferem um tratamento de maneira superficial, de modo implícito, isto é, sem o aprofundamento conceitual sobre a cidadania e a democracia, por exemplo, por meio de outros termos que se correlacionam a esses dois conceitos, como: esfera pública, sociedade civil, opinião pública etc. Também se analisou o referencial teórico principal em que esses dois conceitos são mais discutidos e se eles são definidos nos livros. A síntese das análises realizadas nos livros pode ser visualizada no Quadro 27.

**Quadro 27 - Quadro analítico sobre a discussão da cidadania e da democracia nos livros de Teorias do Jornalismo**

Livro/Autor	Discussão	Referencial teórico principal	Define o conceito	Discussão	Referencial teórico principal	Define o conceito
	<b>CIDADANIA</b>			<b>DEMOCRACIA</b>		
<b>O Segredo da Pirâmide, de Genro Filho</b>	Direta	Teoria crítica	Sim	Tangencial	Teoria crítica	Não
<b>O Poder Cultural Desconhecido, de Groth</b>	Tangencial	Ciência dos Jornais: Publicidade	Não	Tangencial	Ciência dos Jornais: Publicidade	Não
<b>A Narração do Fato, de Sodré</b>	Direta	Teoria construcionista	Não	Direta	Teoria construcionista	Sim
<b>Teorias do Jornalismo: volume 2, de Traquina</b>	Tangencial	<i>Newsmaking</i>	Não	Direta	<i>Newsmaking</i>	Sim
<b>Teorias das Comunica�es de Massa, de Wolf</b>	Tangencial	<i>Agenda-setting</i>	Não	Tangencial	<i>Agenda-setting</i>	Não

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Conforme observa-se a partir do quadro, a maioria dos livros indicados na disciplina Teorias do Jornalismo e que são comuns entre os cursos de Jornalismo tangencia as discussões sobre cidadania e democracia. No entanto, no livro de Genro Filho (1989) se encontra uma abordagem direta de cidadania, com uma seção dedicada   discussão desse conceito segundo uma perspectiva marxista no oitavo capítulo da obra. No livro de Sodré (2012), encontramos uma menção direta de cidadania e de democracia. Desse modo, registrou-se uma maior discussão desses dois conceitos no livro de Sodré (2012) em comparação aos outros quatro livros. Já no livro de Traquina (2008), a democracia   enunciada diretamente como fundamento da teoria democrática de origem estadunidense, mas não se registra uma discussão direta de cidadania, e sim menções aos cidadãos nessa obra.

Além disso, os cinco livros eleitos apresentam distintas abordagens teóricas sobre o jornalismo. Nesse sentido, o livro de Groth (2011) se refere mais   epistemologia do jornalismo com foco na Ciência dos Jornais. Já o livro de Sodré (2012) possui uma ênfase na teoria construcionista. O livro de Traquina (2008) discute tanto a teoria construcionista quanto o *newsmaking*. A obra bibliográfica de Wolf (2012), por sua vez, alinha-se a uma abordagem integralmente pragmática do jornalismo. Apenas o livro de Genro Filho (1989) se det m majoritariamente na teoria crítica.

A bibliografia comum à disciplina Teorias do Jornalismo entre os cursos investigados refere-se majoritariamente ao jornalismo de referência. Os livros de Traquina (2008) e de Wolf (2012) abordam o jornalismo a partir de modelos de sociedades democráticas capitalistas que pressupõem o funcionalismo e uma ideia de consensualidade social, isto é, a partir da esfera de consenso discutida por Traquina (2008), “[...] em que encontramos os valores consensuais da sociedade, como a pátria, a maternidade, a liberdade [...] Dentro desta esfera, os media noticiosos têm um papel essencialmente conservador e legitimador” (Traquina, 2008, p. 87). Já os livros de Genro Filho (1989), de Sodré (2012) e de Groth (2011) se referem também ao jornalismo de referência na estrutura das sociedades democráticas capitalistas, no entanto, não se esquivam de fazer críticas às contradições e às desigualdades dos regimes democráticos e de expressões de cidadania.

Essa discrepância de abordagens teóricas nesses livros, com uma ênfase ainda muito sedimentada no jornalismo de referência, não colabora para a compreensão sobre quais os tipos de democracia e de cidadania fundamentam o jornalismo. Se a teoria da área não evidencia esses conceitos, a legitimação da tri de jornalismo-democracia-cidadania acaba por se sustentar nos argumentos históricos e do *ethos* jornalístico, mas fica aquém nos aportes teóricos, especialmente para explicar e justificar o jornalismo contemporâneo e suas funções democráticas e cidadãs. Em analogia   ideia de Miguel (2000) sobre os meios de comunicação como um ponto cego nas teorias democráticas, no campo acadêmico do Jornalismo, por sua vez, a cidadania e a democracia são um ponto cego nas Teorias do Jornalismo.

Outro aspecto   que, entre os livros comuns analisados, apenas dois são de autores brasileiros, a saber: Genro Filho (1989) e Sodré (2012), cujas abordagens teóricas são distintas. Além disso, os fenômenos do jornalismo discutidos nesses dois livros são datados diferentemente, pois a obra de Genro Filho foi escrita nos anos de 1980, quando ainda se iniciavam no Brasil as redes sociais digitais, o uso da internet e não havia a emergência da inteligência artificial como há na contemporaneidade. Já o livro de Sodré (2012) se pontua como mais atual, abordando modelos contemporâneos de jornalismo, como o digital, o jornalismo cidadão, o jornalismo de serviço e a comunicação comunitária.

Os outros três livros referenciados são de autores estrangeiros de origem europeia e datam de distintas fases do jornalismo. Groth (2011) tem como referência a Alemanha, antes e após o Nazismo no início do século XX, e discute a Ciência dos Jornais, a qual não reverberou em outras nações em virtude do apagamento dessa ciência pela 2  Guerra Mundial. Já a obra de Wolf (2012) versa sobre o ápice dos estudos sobre os efeitos dos meios de comunicação e o controle da opinião pública, principalmente nos Estados Unidos em meados do século XX. E o

livro de Traquina (2008), que aborda as pesquisas dos meios de comunicação, especificamente na imprensa. Esses estudos prosseguiram após a *Communication Research* e iniciaram especificamente os estudos de Jornalismo no final do século XX e início do XXI.

Esses apontamentos sobre a origem dos autores e a data de suas obras bibliográficas indicam distintas inferências, pois, assim como é produtora que a formação teórica dos jornalistas graduandos os ensina sobre as obras e autores tomados na atualidade como referências das Teorias do Jornalismo; noutra prisma, também mostra uma indicação bibliográfica na disciplina ainda muito centrada em produções feitas no exterior. Essa apreensão sobre a bibliografia da disciplina Teorias do Jornalismo reflete também nas discussões sobre a cidadania e a democracia encontradas nos livros. Em virtude de uma maior bibliografia de autores estrangeiros, a cidadania e a democracia implícitas às teorizações nesses livros conseqüentemente se referem a modelos distintos do que há no Brasil.

Dentre as obras bibliográficas, apenas no livro de Wolf (2012), nos capítulos analisados e que se referem às teorizações sobre o jornalismo, não foram identificadas menções diretas, isto é, explícitas, de democracia e de cidadania. Diferentemente, já na obra bibliográfica de Genro Filho (1989) registrou-se uma discussão mais direta sobre a cidadania. Esse autor faz uma crítica ao pressuposto de igualdade inerente à cidadania liberal enquanto uma “condição imaginária” (Genro Filho, 1989, p. 171) e acrescenta o papel do jornalismo em reforçar essa noção: “Nesse sentido, o jornalismo desempenha seu papel ideológico de reforçar também *determinadas condições* imaginárias de cidadania, preparando os indivíduos e as classes para a adesão ao sistema” (Genro Filho, 1989, p. 172-173).

Outro livro em que se registram menções diretas de cidadania foi na obra de Sodré (2012). Em vários trechos, ele menciona a cidadania associada a aspectos históricos e à função social do jornalismo, como no exemplo: “Emergindo historicamente na passagem do Estado absoluto ao Estado de direito, como porta-voz dos direitos (civis) que inauguram a modernidade da cidadania, a imprensa traz consigo a novidade ideológica da liberdade de expressão [...]” (Sodré, 2012, p. 12). Em outro enunciado sobre a ambivalência constitutiva do jornalismo, ele aborda a polarização da imprensa entre se colocar a favor dos interesses comerciais e, ao mesmo tempo, “[...] sempre cercada pela mística de defesa incondicional dos direitos da cidadania regional ou mundial” (Sodré, 2012, p. 13). Esse autor também define a notícia associada ao conceito de cidadania:

Na contemporaneidade, multiplicam-se e misturam-se os grandes e pequenos acontecimentos, sempre em busca de algum esclarecimento **ou de uma unidade social explicativa no cotidiano da cidadania**, daí o prestígio dessa pretensa unidade

dos microaspectos singularizados do fato, denominado “notícia” (Sodré, 2012, p. 61, grifo nosso).

A maioria dos livros apresenta enunciações de democracia relacionadas ao jornalismo, como nas obras de Genro Filho (1989), Groth (2011), Sodré (2012) e Traquina (2008). No livro de Genro Filho (1989), o que se encontra predominantemente é uma crítica à democracia liberal: “Assim, a universalidade referida aqui nada tem a ver com a tese da ‘democracia como valor universal’, defendida pelos eurocomunistas e outros que pretendem apenas reformar as instituições burguesas para transitar de modo ordeiro e pacífico ao reino do socialismo” (Genro Filho, 1989, p. 172).

Já no livro de Groth (2011), encontra-se uma menção do termo democracia junto à definição do papel do jornal, que se coaduna à ideologia liberal e à visão funcionalista. “O jornal se tornou o portador da ‘democracia’ para o conjunto da estratificação social, desenvolveu-se como um ‘órgão de apoio’ imprescindível da sociedade moderna” (Groth, 2011, p. 315).

Em Sodré (2012), por sua vez, encontramos o conceito de democracia liberal quando ele faz referência aos pensamentos democráticos de John Dewey e de Walter Lippmann. Além disso, Sodré (2012) também aborda a democracia representativa e a contemporânea democracia social e participativa: “Pode-se especular, sugerindo que a informação do fato é própria da cidadania de natureza política (atinente à tradicional democracia representativa), enquanto a informação de serviço predomina na contemporânea democracia social” (Sodré, 2012, p. 126). Esse autor cita um neologismo para definir o conceito de democracia - “tecnodemocracias ocidentais” (Sodré, 2012, p. 107) -, que se correlaciona ao neoliberalismo contemporâneo e à expansão das tecnologias da informação e comunicação. Ele também distingue o valor informativo do fato para a cidadania de natureza política e a democracia representativa e, em contraponto, considera a “informação de serviço” como majoritária na democracia social contemporânea (Sodré, 2012, p. 126).

Por fim, o livro de Traquina (2008) é o que mais apresenta enunciados que associam diretamente o jornalismo à democracia. Segundo uma visão bastante funcionalista e atinente à ideologia liberal, Traquina (2008), em síntese, exalta o jornalismo junto à democracia ao explicar a função social das notícias: “As notícias tornaram-se simultaneamente um gênero e um serviço; o jornalismo tornou-se um negócio e um elo vital na teoria democrática [...]” (Traquina, 2008, p. 20).

Analisa-se, portanto, que as Teorias do Jornalismo, encontradas nos livros investigados, pouco aprofundam teórico e conceitualmente as discussões sobre os conceitos de democracia e

de cidadania, que são historicamente relacionados à profissão e conferem legitimação social e valores éticos ao campo do Jornalismo. Essa apreensão, um tanto pessimista, soma-se à crítica feita por Eduardo Meditsch em entrevista, que diz: “Acho que a teoria do jornalismo ainda é um projeto. Ainda estamos longe da criação de uma disciplina no Brasil [...]” (Meditsch; Adghirni; Pereira; 2022, p. 130). Segundo ele, conseguiu-se praticamente tornar as Teorias do Jornalismo obrigatórias nos currículos do curso no Brasil com as novas DCNs, aprovadas em 2013, porém, essa disciplina ainda não conseguiu conquistar sua autonomia (Meditsch; Adghirni; Pereira; 2022). Ao se referir à história da área acadêmica do Jornalismo no Brasil, Eduardo Meditsch defende a necessidade de uma postura mais crítica também nas pesquisas do campo.

Minha análise sobre a construção do campo no Brasil é pessimista no sentido de que é uma tentativa de a gente ter uma visão mais crítica sobre a história da área. Como alguns historiadores pautaram a história da nossa área acadêmica, ela é muito mais uma história escrita de dentro da área. Tem como objetivo enaltecer as figuras, enaltecer as instituições. Todo um esforço de enaltecer a área. Mas é preciso ter esse ponto de vista crítico no sentido de detectar os problemas da área têm e de onde eles surgiram. Acho que essa é a função também do estudo da história do nosso campo. Isso é uma coisa que tem sido um tanto negligenciado em nosso esforço de construir uma história da área (Meditsch; Adghirni; Pereira; 2022, p. 127).

Sobre a busca por uma autonomia disciplinar das Teorias do Jornalismo no Brasil, Pena (2021) defende essa matéria segundo uma proposta de uma teoria da área que seja unificada, mas que também reconheça uma interdisciplinaridade.

Ao defender uma teoria unificada como um campo de conhecimento específico, o objetivo é também refutar a ideia de que os procedimentos jornalísticos constituem um saber autônomo e autossuficiente. A efetivação de uma disciplina busca a interdisciplinaridade balizada. Ou seja, reconhece a multiplicidade de interpretações, mas aponta referências para as diversas análises. A Teoria do Jornalismo deve assumir sua cientificidade, o que significa investigar evidências, produzir dados e construir enunciados passíveis de revisão e refutação (Pena, 2021, p. 218).

Além de um olhar mais crítico para a história da área acadêmica do Jornalismo no Brasil, considera-se que uma almejada autonomia da disciplina Teorias do Jornalismo perpassa também, pelo delineamento aprofundado de conceitos interdisciplinares que são caros ao campo, como a cidadania e a democracia, dentre outros aspectos. Esses dois conceitos estão sendo obliterados, isto é, tornados esquecidos, suprimidos ou apagados nas teorizações encontradas na bibliografia especializada da disciplina Teorias do Jornalismo.

Sobre os motivos que levaram à obliteração dos conceitos de cidadania e de democracia nos livros que compõem a bibliografia da disciplina Teorias do Jornalismo analisados, esta

pesquisadora faz algumas inferências. A história da cidadania e da democracia no Brasil é feita de altos e baixos, não tendo se consolidado na cultura de nosso País. Recuperando a história do jornalismo em terras brasileiras, esta foi marcada pela censura, pelo consumo elitista e, por diversas vezes, conivente com estados autocráticos.

Do ponto de vista acadêmico, há que se considerar que os cursos de Jornalismo no Brasil também demoram a se estruturarem no País. As teorias do Jornalismo foram parcamente assimiladas pelas teorias da Comunicação e apenas curricularizaram-se a partir das novas DCNs do bacharelado em Jornalismo aprovadas em 2013. Ainda assim, extremamente dependentes de traduções de estudos e de livros sobre o campo elaborados por autores estrangeiros.

Essas teorizações do Jornalismo foram desenvolvidas em parte na Europa e em sua maioria nos Estados Unidos, dentro de contextos políticos e históricos em que as discussões sobre a democracia e a cidadania se centram na liberdade de expressão, na primeira geração dos direitos de cidadania, na ideia de um quarto poder, e segundo uma visão mais funcionalista que crítica do jornalismo nas sociedades democráticas. Desse modo, essas teorias têm a democracia e a cidadania como pressupostos mencionados, mas não exaustivamente fundamentados. Datando-se, em sua maioria, do início e pouco mais da metade do século XX, as teorias não se atualizaram em relação aos novos desafios do campo jornalístico presentes no século XXI.

Além disso, as teorizações do campo centralizam seus estudos no jornalismo de referência, de base industrial-comercial, desconsiderando reflexões teóricas sobre outros modelos jornalísticos cujos discursos avançam e enfatizam os direitos sociais e os direitos humanos, como: o jornalismo cívico, o jornalismo cidadão e o jornalismo alternativo, dos quais essas teorias não se ocupam.

Isso posto, esta pesquisa considera, de suma importância, que os intelectuais brasileiros se debruçam na elaboração de novas teorias, em que os conceitos de democracia e de cidadania sejam melhor apropriados e ampliados e com foco nas práticas brasileiras contemporâneas. Assumindo que esses dois princípios ainda são essenciais para o fortalecimento do discurso legitimador do jornalismo, lança-se esse desafio em perspectiva, a fim de que a formação dos futuros profissionais jornalistas vislumbre novos distintivos no mercado da informação enquanto bem simbólico importante para a consolidação da democracia e da cidadania.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino e a aprendizagem são contínuos e demarcar a finitude dos processos que envolvem a construção do conhecimento, como é esta pesquisa de doutoramento, é tarefa árdua, pois a finalização de um estudo simboliza um encerramento, mas também um ponto de partida. A curiosidade em saber mais sobre o jornalismo e de alguma forma contribuir para aquilo que me afeta levou à ação de aliar o papel ocupado enquanto estudante de doutorado ao de pesquisadora em formação e também ao de jornalista em exercício, para se deter à investigação do campo acadêmico do Jornalismo no Brasil, espaço privilegiado da docência e vislumbrado como outro horizonte profissional. O interesse por esse tema de pesquisa reflete também uma profunda consideração com os professores e as instituições públicas de ensino, especialmente as universidades federais, como entes formadores de jornalistas profissionais e de cidadãos no Brasil.

Conferir centralidade ao ensino de Jornalismo no Brasil é parte do processo de atribuir à formação de jornalistas e à educação da área a relevância que merecem, especialmente em um momento tão crítico em que se registram o descrédito e a deslegitimação dos campos educacional, científico e jornalístico na contemporaneidade. Voltar a atenção para o curso de Jornalismo no Brasil e o ensino de suas teorias e problematizá-los em intersecção à cidadania e à democracia é ir contracorrente que busca a resolutividade dos problemas reduzida às soluções práticas, mas sem realizar o autoexame de onde se formam os saberes e os seus profissionais e pesquisadores.

É sobre o campo acadêmico da área de Jornalismo que se deteve o objetivo geral desta pesquisa que foi investigar como a cidadania e a democracia se estabelecem enquanto elementos de fundamentação do ensino de Jornalismo no Brasil, a partir da documentação normativa do ensino da área e também das referências bibliográficas indicadas na disciplina Teorias do Jornalismo dos cursos ofertados por universidades federais da região Centro-Oeste. Esse interesse geral foi desdobrado nos seguintes objetivos específicos: a) Identificar as enunciações manifestas de cidadania e de democracia e também de expressões derivadas desses dois conceitos como elementos de fundamentação do ensino na documentação normativa do curso de Jornalismo no Brasil, desde os primeiros currículos mínimos até as atuais DCNs do bacharelado único; b) Analisar como os livros em comum, indicados na bibliografia da disciplina Teorias do Jornalismo constante nos PPCs dos cursos de Jornalismo das universidades federais do Centro-Oeste, abordam a cidadania e a democracia junto às teorizações.

O percurso investigativo empreendido neste estudo perpassou primeiramente pela discussão histórica das relações entre cidadania, democracia e jornalismo até que se pudesse chegar, posteriormente, ao campo acadêmico do Jornalismo e o ensino de suas teorias no Brasil, cerne deste estudo. Conforme exposto no Capítulo 2, os primeiros modelos e experiências de cidadania e de democracia datam da Antiguidade e foram se transformando ao longo do percurso civilizatório no Ocidente. Originariamente os vínculos históricos entre o trio - cidadania, democracia e jornalismo - registram-se e justificam-se a partir da Modernidade, especialmente com a emergência da cidadania e da democracia liberais resultantes das Revoluções Burguesas. Contudo, os significados desses três entes modificaram-se com a emergência da social-democracia e a ampliação de direitos de cidadania e dos direitos humanos a partir de meados do século XVIII nas sociedades ocidentais. Além disso, a formação da democracia, da cidadania e também do jornalismo no Brasil é caudatária das trajetórias históricas ocidentais na Europa e nos Estados Unidos, mas assumiu peculiaridades de significados conforme a história e política brasileiras.

Na era neoliberal no século XXI, mais uma vez, registram-se transformações nas noções de cidadania, de democracia e de jornalismo, especialmente junto às discussões sobre as novas tecnologias de informação e comunicação e seus impactos também sobre esses conceitos. Entretanto, não se pontua aqui uma visão de que essas transformações conceituais, segundo uma perspectiva histórica, foram evolucionistas e positivas. Do contrário, assiste-se, na contemporaneidade, aos ataques às instituições democráticas mundialmente, à ineficiência da garantia e efetivação dos direitos de cidadania em vários países e também à crise do jornalismo enquanto profissão e área acadêmica, especialmente no Brasil, onde até hoje prevalece a inexigibilidade do diploma de bacharel em Jornalismo para o exercício da profissão desde 2009 e a atual luta pela retomada da diplomação.

Conforme discutido no Capítulo 3, a cidadania e a democracia são elementos de justificação que foram apropriados do campo profissional jornalístico e passaram também a validar os fundamentos do campo acadêmico do Jornalismo, institucionalizado com o advento dos primeiros cursos da área no final do século XIX e no início do século XX mundialmente. Nesse mesmo contexto, a teoria democrática dos Estados Unidos foi a primeira a constitucionalizar a liberdade de imprensa e a postular o jornalismo como uma de suas instituições democráticas.

Além disso, o modelo profissionalizante de ensino de Jornalismo estadunidense reverberou mundialmente. Essas influências estadunidenses refletiram sobre a inicial área acadêmica do Jornalismo no Brasil. Apesar dessas influências, autores e pesquisadores

brasileiros cunharam reflexões sobre o jornalismo no Brasil, que constituíram o pensamento jornalístico brasileiro, como denominou Marques de Melo (2006). O pensamento sobre o jornalismo nacional, de autores brasileiros, gestou não apenas uma literatura da área, assim como também influenciou modelos de ensino e os currículos dos cursos de Jornalismo no País criados a partir de 1947.

Buscando responder ao primeiro objetivo específico foi apresentada uma contextualização histórica e política dos currículos mínimos e das DCNs do curso de Jornalismo, analisando como esses contextos macropolíticos acabaram por incidir nos enunciados manifestos nos documentos normativos do curso. Esses enunciados também representam discursivamente as disputas micropolíticas entre os agentes do campo acadêmico do Jornalismo e da Comunicação no País.

Nas análises dos termos cidadania e democracia nos documentos normativos do curso, identificou-se que eles aparecem pela primeira vez no terceiro currículo mínimo do curso, fixado em 1969. No entanto, essas primeiras expressões de cidadania e de democracia registradas apontam uma contradição discursiva em relação ao então cenário macropolítico, pois elas foram enunciadas em um contexto político nacional que não favorecia a sua plena efetivação. Em virtude disso, nomeou-se essa incoerência discursiva presente no documento normativo como “as ideias fora do lugar”, inspirada em Schwarz (2014). Em todos os currículos mínimos seguintes, termos associados à cidadania e à democracia são encontrados e servem como elementos de justificação do curso no Brasil.

Para o desenvolvimento do segundo objetivo específico, discutiu-se a curricularização da disciplina Teorias do Jornalismo, após constatar, na análise documental realizada no Capítulo 5, que não havia essa matéria nos primeiros currículos mínimos desde o início dos cursos de Jornalismo no Brasil a partir de 1947. A disciplina Teorias do Jornalismo passou a ser curricularizada recentemente a partir da aprovação, em 2013, das novas DCNs do bacharelado em Jornalismo, pelo MEC.

Na atualidade, essa disciplina é encontrada na maioria dos cursos de Jornalismo das universidades federais brasileiras, conforme observou-se nos PPCs vigentes das graduações dessas IES, de acordo com o Apêndice A. No entanto, a fundamentação teórica expôs que, ainda no final dos anos de 1990, já havia o ensino da disciplina Teorias do Jornalismo, com o pioneirismo dos cursos da UFRGS e da UFSC por iniciativa de docentes, acrescida também da precursora defesa por uma Teoria do Jornalismo no Brasil realizada pelo professor e pesquisador brasileiro Adelmo Genro Filho, nos anos de 1980 (Genro Filho, 2004).

Por meio de seleção da amostra de cursos de Jornalismo das universidades federais do Brasil, investigou-se a bibliografia indicada na disciplina Teorias do Jornalismo nas graduações da área, com recorte para as universidades localizadas na região Centro-Oeste do Brasil. Investigou-se, portanto, a bibliografia em comum da disciplina Teorias do Jornalismo dos cursos das seguintes instituições de ensino superior: UnB, UFG, UFMT e UFMS. Nessas IES, a disciplina Teorias do Jornalismo é ofertada para os estudantes da graduação da área segundo seus PPCs vigentes. A eleição das graduações em Jornalismo dessa região foi motivada por se observar que havia uma bibliografia em comum referenciada na disciplina Teorias do Jornalismo dentre os cursos de Jornalismo dessas instituições. Com essa amostra, almejou-se também realizar uma pesquisa sobre o ensino de Jornalismo no Brasil que fosse regional e atinente ao espaço de desenvolvimento desta pesquisa de doutoramento.

Analisou-se então como a cidadania e a democracia são elementos que fundamentam as teorizações do campo do Jornalismo, a partir dos livros em comum referenciados na bibliografia da disciplina Teorias do Jornalismo ofertada pelos cursos de Jornalismo das universidades federais do Centro-Oeste do Brasil. Como resultado, evidenciou-se que a cidadania e a democracia são conceitos abordados de forma mais tangencial nos livros, isto é, são enunciados nas teorizações sobre o jornalismo, em sua maioria, de modo superficial, com pouca ênfase e sem uma clara conceituação ou definição. Entretanto, os termos que se associam às ideias de cidadania e de democracia são muito mais inferidos indiretamente nas discussões teóricas a partir de outras expressões e temas, como: esfera pública, as funções sociais do jornalismo, os aspectos históricos da imprensa, isto é, adjetivam os diferentes papéis do jornalismo segundo as teorias funcionalista, crítica, do *newsmaking* e a construcionista.

A bibliografia em comum analisada no Capítulo 6 referencia três livros de autores estrangeiros: Groth (2011), Traquina (2008) e Wolf (2012). E mais dois livros de brasileiros: Genro Filho (1989) e Sodré (2012). Esse aspecto aponta uma maior indicação de obras bibliográficas estrangeiras. Em outras palavras, livros que aprofundam o jornalismo desenvolvido fora do Brasil.

Além disso, não se registram indicações nas referências bibliográficas dos livros de uma primeira fase do pensamento jornalístico brasileiro, os chamados por Marques de Melo (2006) como Clássicos do Jornalismo, de autoria, por exemplo, de Barbosa Lima Sobrinho, Alceu Amoroso Lima, Carlos Lacerda, Danton Jobim. Esses autores brasileiros refletiram profundamente o jornalismo nacional relacionado à democracia e à cidadania na literatura, cujas ideias foram apresentadas brevemente na fundamentação teórica no Capítulo 3 na seção sobre o pensamento jornalístico brasileiro.

Registra-se, portanto, uma obliteração, ou seja, um esquecimento, um atual apagamento da memória de alguns livros clássicos que compõem o conhecimento do Jornalismo no Brasil. Conjectura-se que a obliteração dessa bibliografia com ênfase no jornalismo nacional e sua relação com a democracia e a cidadania seja um dos aspectos resultantes também dos “choques externos no processo de institucionalização do nosso campo” do Jornalismo, conforme defende Eduardo Meditsch em entrevista (Meditsch; Adghirni; Pereira, 2022, p. 127). Para esse autor, a área acadêmica do Jornalismo no Brasil sofreu a perda de seus conhecimentos específicos em virtude das transformações ocasionadas também pela história política do campo da Comunicação.

A desconsideração desses livros clássicos do jornalismo na atual bibliografia da disciplina Teorias do Jornalismo e também o registro de uma maior abordagem tangencial e indireta da cidadania e da democracia nos livros analisados conseqüentemente corroboram para que os conceitos de cidadania e de democracia sejam obliterados e se apresentem enquanto um ponto cego dentre os fundamentos que compõem as reflexões teóricas do campo. A cidadania e a democracia tratam-se de dois termos que são mais enunciados nos livros analisados de modo tangencial, ou seja, não se registra uma preocupação, uma ênfase em conceituá-los ou defini-los, com exceções do livro de Genro Filho (1989), que dedica uma seção da obra para criticar o princípio da igualdade na cidadania burguesa enquanto uma condição imaginária, e também o livro de Sodré (2012).

Já o conceito de democracia é encontrado no livro de Genro Filho (1989), que faz uma crítica à democracia liberal e ao neoliberalismo capitalista. Nos livros de Groth (2011) e de Traquina (2008), a democracia enunciada se refere aos ideais liberais, que justificam uma perspectiva funcionalista do jornalismo nas democracias. Por fim, a democracia abordada no livro de Sodré (2012) aparece em referências à democracia liberal, à democracia social, à democracia representativa, à democracia participativa e à atualização desse conceito para o neologismo tecnodemocracias.

Desse modo, cada capítulo desta pesquisa buscou desenvolver argumentos para responder a seguinte questão-problema: Como a cidadania e a democracia se estabelecem enquanto elementos de fundamentação do ensino de Jornalismo no Brasil, a partir dos documentos normativos do curso e das obras indicadas na bibliografia da disciplina Teorias do Jornalismo ofertada pelos cursos de Jornalismo das universidades federais do Centro-Oeste?

Em síntese, concluiu-se que a cidadania e a democracia foram institucionalizadas como elementos de fundamentação do ensino da área no Brasil por meio dos documentos normativos do curso de Jornalismo inicialmente como “as ideias fora do lugar”, fazendo uma analogia ao

termo cunhado pelo crítico Schwarz (2014). Essa apreensão decorre em virtude das primeiras enunciações dos termos cidadão e democracias terem sido registradas no currículo mínimo homologado em 1960, durante a Ditadura Militar no Brasil, em um contexto político de extremo autoritarismo do regime ditatorial e infértil para a efetivação da democracia e da cidadania tanto no País quanto no curso. Na atualidade, as atuais DCNs do bacharelado em Jornalismo no Brasil, aprovadas em 2013, além de retomarem a especificidade dessa área acadêmica, que se expressa também na curricularização da disciplina Teorias do Jornalismo, ancoram a cidadania e a democracia, por meio de seus enunciados, como elementos de fundamentação da atual graduação da área e de uma almejada formação de jornalistas brasileiros no início do século XXI.

No entanto, as teorizações constantes na bibliografia especializada da disciplina Teorias do Jornalismo dos cursos de Jornalismo das universidades federais do Centro-Oeste analisados neste estudo, em sua maioria, não aprofundam as reflexões conceituais sobre cidadania e democracia enquanto elementos de fundamentação teórica do campo jornalístico. Os enunciados dos livros pesquisados mais tangenciam e abordam indiretamente a cidadania e a democracia nas reflexões teóricas que buscam explicar o campo do Jornalismo. Tangenciam porque não aprofundam, ou seja, não se encontra na maioria dos enunciados dos livros analisados neste estudo conceituações manifestas de cidadania e de democracia, isto é, expressas diretamente nos conteúdos textuais dos livros ou mesmo definições desses dois conceitos. Esse aspecto reflete negativamente na almejada interdisciplinaridade do campo acadêmico do Jornalismo, que, como aponta este estudo, pouco se detém a teorizar conceitos que lhe são transversais, como cidadania e democracia, e são tão caros para a legitimação social da profissão e da formação de jornalistas.

A pesquisa bibliográfica revelou que a bibliografia especializada da primeira fase do pensamento jornalístico no Brasil, que reúne alguns livros clássicos do jornalismo brasileiro realizado no passado e que se detinham profundamente a versar sobre a cidadania e a democracia, foi obliterada com as transformações nos modelos de ensino e nos currículos do curso de Jornalismo no País ao longo da história. Seja por não ser mais possível obter o acesso facilitado a essas obras bibliográficas do passado, ou pela não reimpressão na atualidade desses livros clássicos do jornalismo brasileiro ou então por encontrá-los apenas em edições usadas em sebos, eles não têm sido referenciados na bibliografia especializada da disciplina Teorias de Jornalismo ofertada pelos cursos da área na contemporaneidade. Esse fator reflete prejudicialmente na constituição de um arcabouço teórico de cunho mais nacional, pois a disciplina Teorias do Jornalismo se institucionaliza nos atuais currículos do curso sem

referências às obras bibliográficas nacionais tidas como clássicas sobre o jornalismo brasileiro do passado, o que poderia contribuir para uma fundamentação mais decolonial dessa matéria.

Nesse sentido, observa-se que a disciplina Teorias do Jornalismo se curriculariza nos atuais cursos sem referências aos pensamentos e reflexões sobre o jornalismo feito por autores brasileiros pioneiros, com a concomitante preponderância de uma maior indicação de livros de autores estrangeiros dentre os cursos investigados. Se houvesse uma maior referência e estudo dessas obras bibliográficas clássicas no campo acadêmico do Jornalismo no Brasil, quiçá poderia se (re)construir um aporte teórico mais brasileiro sobre o jornalismo, a cidadania e a democracia a partir da disciplina Teorias do Jornalismo, que tardiamente se curriculariza no campo acadêmico jornalístico no País. Vislumbra-se que a consolidação de um arcabouço teórico específico do campo do Jornalismo no Brasil demanda também um olhar para suas bases epistemológicas com referências ao passado, seja por meio de documentos, livros etc.

Nesse sentido, faz-se necessário não apenas retomar a literatura bibliográfica dos clássicos do jornalismo nacional, mas também incluir a indicação de artigos de periódicos, teses e dissertações, onde se mais encontram as atualizações teóricas da área, na bibliografia referenciada da disciplina Teorias do Jornalismo. Assim consequentemente essas produções científico-acadêmicas mais atuais possam ser conhecidas e também adotadas nas reformas curriculares dos PPCs e no conteúdo programático das disciplinas dos cursos de Jornalismo no Brasil, atualizando assim as discussões teóricas do campo.

Consciente das limitações desta pesquisa que se ateve às análises da documentação normativa do ensino de Jornalismo no Brasil e dos livros em comum referenciados na disciplina Teorias do Jornalismo dos cursos de Jornalismo das universidades federais do Centro-Oeste, reconhece-se que se trata de uma microabordagem da educação em Jornalismo no País, cuja amostra é pequena. Sugere-se, portanto, o desenvolvimento de mais pesquisas com intuito de se observar se esses mesmos apontamentos são comuns a outras graduações em Jornalismo de IES públicas e privadas no Brasil. Além disso, outros estudos podem ser feitos quanto às reflexões dos professores que lecionam a disciplina Teorias do Jornalismo e suas impressões em relação à elaboração dos PPCs e do conteúdo programático e as dificuldades quanto à seleção do referencial bibliográfico dessa matéria. Pode-se também investigar as impressões dos estudantes dos cursos de Jornalismo quanto ao aprendizado das teorizações do campo a partir da disciplina Teorias do Jornalismo.

Já em relação aos atos regulatórios do curso de Jornalismo, seria interessante compreender os posicionamentos dos pares acadêmicos quanto à vigência e à aplicabilidade das atuais DCNs do bacharelado em Jornalismo e se se observa o desejo desses agentes em

retomar o curso para uma habilitação da graduação em Comunicação Social ou se já há o interesse por uma nova reforma curricular das atuais DCNs aprovadas em 2013. São algumas problematizações que vão além do escopo desta pesquisa. Essas análises críticas buscam apontar reflexões sobre o ensino de Jornalismo no Brasil na contemporaneidade, de modo que possamos, docentes e pesquisadores do campo e estudantes do curso, contribuir para melhorar a formação de jornalistas brasileiros nesse início do século XXI.

A complexificação do social gerou mudanças nas noções de ser cidadão e também nos modelos de democracia. Essas transformações consequentemente refletiram no jornalismo e abalaram as certezas sobre uma irrefutável legitimidade e reconhecimento social do trinômio: cidadania - democracia - jornalismo.

O escopo que reforçamos neste estudo é que o caminho para a qualificação do jornalismo no Brasil perpassa especialmente pela formação acadêmica dos profissionais e pesquisadores do campo com ênfase não apenas nas práticas profissionais, mas também nas teorias. Para tanto, é preciso que as teorias do Jornalismo, institucionalizadas e curricularizadas em uma disciplina específica, (re)constituam um referencial bibliográfico teórico mais sintonizado com as atuais conceituações e discussões sobre cidadania e democracia no Brasil, pois são conceitos que contribuem para a conferência de um significado social do jornalismo, assim como para justificar a existência e a permanência da profissão e também de uma formação mais humanística dos jornalistas brasileiros.

## REFERÊNCIAS

- ABERTURA e mesa Jornalismo: (in) Formação essencial para a Democracia. Mesa de abertura do Encontro Regional Sudeste de Ensino de Jornalismo (EREJOR ABEJ Sudeste). Publicado pelo canal Núcleo de Jornalismo e Audiovisual. Juiz de Fora: UFJF, 2022. 1 vídeo (2h31min09s). Disponível em: <https://youtu.be/UBGE45qDQTE>. Acesso em: 14 dez. 2022.
- AHVA, Laura; STEENSEN, Steen. Journalism theory. *In*: WAHL-JORGENSEN, Karin; HANITZSCH, Thomas (ed.). **The handbook of journalism studies**. Abingdon: Routledge, 2019. Disponível em: <https://www.routledgehandbooks.com/doi/10.4324/9781315167497-3>. Acesso em: 27 de mar. 2023.
- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- AMORIM, José Salomão David. A formação dos jornalistas para assumirem as suas responsabilidades diante do desenvolvimento da democracia? *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL “A MIDIA E O DESENVOLVIMENTO DA DEMOCRACIA”, 1. ed, 1994, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 1994.
- AMORIM, José Salomão David. Ensino e pesquisa da comunicação no Brasil. **Revista de Comunicação Social**, Fortaleza, v. 4, n. 2, p. 76-88, 1974.
- AMORIM, José Salomão David. O desafio de democratizar a comunicação. **Humanidades**, Brasília, v. 4, n. 13, 1987.
- ANTONIOLI, Maria Elisabete. **Ensino de jornalismo e legislação educacional**. São Paulo: L'Editora, 2006.
- ANUNCIACÃO, Cristiano Pinto. **Dos estudos sobre jornalismo às teorias do jornalismo: reflexões epistemológicas**. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35540>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- AZEVEDO, Sônia Cristina Santos de. Ditadura militar brasileira e política nacional de cultura (PNC): algumas reflexões acerca das políticas culturais. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 317-340, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5896090>. Acesso em: 19 dez. 2022.
- BARBOSA, Rui. **A imprensa e o dever da verdade**. São Paulo: Com-Arte, Editora da Universidade de São Paulo, 1990.
- BELTRÃO, Luiz. Enseñanza de periodismo y medios de información colectiva: informe final. **Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional**, São Paulo, v. 10, n. 10, p. 247-264, 2006.
- BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo interpretativo: filosofia e técnica**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BERNARDO, Cristiane Hengler Corrêa. **Educação jornalística: entre a cruz da academia e a espada do mercado.** 2010. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2010. Disponível em: <https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalho-arquivos/download/481>. Acesso em: 30 maio 2023.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 7. reimpr. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia.** Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional.** 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **Além dos meios e mensagens: introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência.** 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Bertrand, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico.** Tradução Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão.** Tradução Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BRASIL. **Decreto 24.719, de 29 de março de 1948.** Altera o Decreto nº 22.245, de 6 de dezembro de 1946, que deu organização ao Curso de Jornalismo. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, 1948. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-24719-29-marco-1948-454081-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 22.245, de 6 de dezembro de 1946.** Dá organização ao Curso de Jornalismo. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-22245-6-dezembro-1946-341023-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.480, de 13 de maio de 1943.** Institui o curso de jornalismo no sistema de ensino superior do país, e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, 1943. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5480-13-maio-1943-415541-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. Parecer nº 323/62. Currículo mínimo para o curso de jornalismo. **Documenta**, Rio de Janeiro, n. 10, 1962.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. Parecer nº 984/65. Reformula o currículo mínimo e a duração do curso de jornalismo. **Documenta**, Rio de Janeiro, n. 50, 1966a.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. Parecer nº 631/69. Plano do currículo de comunicações (Revisão do currículo de jornalismo). **Documenta**, Rio de Janeiro, n. 105, 1969.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. Parecer nº 1.203/77. Currículo mínimo do curso de Comunicação Social (Par. nº 1.203/77). **Documenta** Brasília, n. 198, 1977.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. Parecer nº 2/78. Currículo Mínimo do curso de Comunicação Social (Parecer nº 2/78). **Documenta** Brasília, n. 206, 1978a.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. Parecer nº 7679/78. Currículo Mínimo - Resolução nº 3/78. Alteração no Caput, do art. 7.º da Resolução nº 3/78, que estabeleceu novo currículo mínimo do curso de Comunicação Social. **Documenta**, Brasília, n. 217, 1978b.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. Parecer nº 480/83. Aprovação de Currículo Mínimo do Curso de Comunicação Social. **Documenta**, Brasília, n. 274, 1983.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. Resolução s/n, de 19 de abril de 1966. Reformula o currículo mínimo e a duração do curso de jornalismo – Fixados no Par. 323/62. **Documenta**, Rio de Janeiro, n. 59, 1966b.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. Resolução nº 11, de 06 de agosto de 1969. Fixa os currículos mínimos de conteúdo e duração do curso de Comunicação Social. Currículos Mínimos dos Cursos de Nível Superior. *In*: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Currículos mínimos dos cursos de nível superior**. 2 ed. Brasília, MEC/DDD, 1975a. p. 136-138.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. Resolução nº 03, de 12 de abril de 1978. Fixa o currículo mínimo do Curso de Comunicação Social. **Documenta**, Brasília, n. 210, 1978c.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. Resolução nº 1, de 8/1/79. Dá nova redação ao artigo 7º da Resolução 3/78, que fixa o currículo mínimo do curso de Comunicação Social. **Documenta**, Brasília, n. 223, 1979.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. Resolução nº 2, de 2/1/84. Fixa o Currículo Mínimo do Curso de Comunicação Social e dá outras providências. **Documenta**, Brasília n. 278, 1984.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Política nacional de cultura**. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1975b. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001728.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação/Câmara Superior de Educação. **Resolução CNE/CES 16, de 13 de março de 2002**. Estabelece as Diretrizes

Curriculares para a área de Comunicação Social e suas habilitações. Brasília: Ministério da Educação, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES162002.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação/Câmara Superior de Educação. **Parecer CNE/CES nº 492/2001, aprovado em 3 de abril de 2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Brasília: Ministério da Educação, 2001a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação/Câmara Superior de Educação. **Parecer CNE/CES nº 1363/2001, aprovado em 12 de dezembro de 2001**. Retificação do Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Brasília: Ministério da Educação, 2001b. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1363\\_01.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1363_01.pdf). Acesso em: 14 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação/Câmara de Educação Superior. **Parecer CNE/CES nº 39/2013, aprovado em 20 de fevereiro de 2013**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo. Brasília: Ministério da Educação, 2013a. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=14111-pces039-13&category\\_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14111-pces039-13&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 14 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação/Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº 1, de 27 de setembro de 2013**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação, 2013b. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=14242-rces001-13&category\\_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14242-rces001-13&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 14 abr. 2022.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CAFÉ ENSICOM. Publicado pelo canal Intercom. São Paulo: Intercom, 2022. 1 vídeo (1h35min47s). Disponível: <https://youtu.be/InNHxWtUko8>. Acesso em: 12 dez. 2022.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 2007, Salvador. **Anais eletrônicos** [...]. Salvador: EDUFBA, 2007. v. 1. p. 87-108. Disponível em: <https://www.cult.ufba.br/enecult2007/LiaCalabre.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2023.

CAMPONEZ, Carlos. Novas responsabilidades do jornalismo face à liquidificação da profissão: Fundamentos normativos, valores, formação. **Media & Jornalismo**, Lisboa, v. 18, n. 32, p. 19-30, abr. 2018. Disponível em: [http://scielo.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2183-54622018000100003&lng=pt&nrm=iso](http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2183-54622018000100003&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 24 fev. 2022.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Tradução de Maurício Santana Dias. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

CANÊDO, Leticia Bicalho. Aprendendo a votar. *In*: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 517-543.

CARLONI, Paola Regina. **Narração, ideologia e experiência: os desafios da formação no Jornalismo**. São Paulo: Benjamin Editorial, 2020.

CARVALHO, João Luís de Pinho. **Vocação ou técnica? A formação jornalística em documentos acadêmicos-institucionais**. 2021. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/50255>. Acesso em: 30 maio 2023.

CARVALHO, João. As diretrizes jornalísticas sob o olhar da memória. *In*: MEDEIROS, Ettore; FONSECA, Gregório de Almeida (org.). **Experiências culturais do tempo: mídia, memória, nostalgia e tradição**. Belo Horizonte, MG: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2020. p. 13-31. *E-book*. Disponível em: <https://seloppgcom.fafich.ufmg.br/novo/publicacao/experiencias-culturais-do-tempo/>. Acesso: 3 jun. 2022.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania: tipos e percursos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 337-360, 1996. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2029>. Acesso em: 9 dez. 2021

CHALABY, Jean. O jornalismo como invenção anglo-americana: comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano. **Media e Jornalismo**, Lisboa, v. 2, n. 3, p. 29-50, 2003. Disponível em: <https://fabricadesites.fesh.unl.pt/polocicdigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/02/n3-03-Jean-Chalaby.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2022.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**. 3. ed. rev. São Paulo: Summus, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. **A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas**. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CHRISTIANS, Clifford G. *et al.* **Normative theories of the media: journalism in democratic societies**. Urbana e Chicago: University of Illinois Press, 2009. *E-book*.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Comissões de ética dos jornalistas: atuação, visibilidade e efetividade. **E-Compós**, [s. l.], v. 18, n. 3, 2015. DOI: 10.30962/ec.1197. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1197>. Acesso em: 5 ago. 2022.

CHRISTOFOLETTI, Rogério; DE OLIVEIRA, Cândida; NICOLETI, Janara. Liberdade de expressão em redes sociais: casos do jornalismo brasileiro. **Revista de Investigación del**

**Departamento de Humanidades y Ciencias Sociales**, La Matanza, ano 1, v. 1, n. 2, p. 13-29, 2012. Disponível em: <http://repositoriocyt.unlam.edu.ar/handle/123456789/597>. Acesso em: 3 jun. 2022.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. 9. ed. São Paulo: Ática, 1995.

CORREIA, João Carlos. **O admirável mundo das notícias: teorias e métodos**. Covilhã: LabCom, 2011. *E-book*. Disponível em: <http://labcom.ubi.pt/livro/26>. Acesso: 19 maio 2022.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. Tradução de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da filosofia: história e grandes temas**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

DOMINGUES-DA-SILVA, Juliano Mendonça; BARROS, Chalini Torquato Gonçalves de. O que significa “democratização da comunicação”? Limites e possibilidades de enquadramentos teóricos a partir de modelos de democracia. **Revista Política Hoje**, [s. l.], v. 22, n. 1, jan. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3774>. Acesso em: 8 jun. 2023.

V ENCONTRO Regional Sul de Ensino de Jornalismo (Erejor Sul). Publicado pelo canal Escola de Belas Artes PUCPR. [Curitiba]: PUCPR, 2022. 1 vídeo (1h26min44s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ln3OQOMRbNQ>. Acesso em: 12 dez. 2022.

EKSTRÖM, Mats; WESTLUND, Oscar. Epistemology and journalism. In: **OXFORD Research Encyclopedias of Communication**. New York: Oxford University Press, 2019. p. 1-28. DOI 10.1093/acrefore/9780190228613.013.806. Disponível em: <https://oxfordre.com/communication/display/10.1093/acrefore/9780190228613.001.0001/acrefore-9780190228613-e-806>. Acesso em: 28 fev. 2022.

FARIA, Armando Medeiros. Imprensa e interesse público. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 174-179.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Código de ética dos jornalistas brasileiros**. Brasília: FENAJ, 2007. Disponível em: [https://fenaj.org.br/legislacao-profissional/04-codigo\\_de\\_etica\\_dos\\_jornalistas\\_brasileiros/](https://fenaj.org.br/legislacao-profissional/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros/). Acesso em: 31 maio 2023.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (org.). **Formação superior em jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade**. 2. ed. Florianópolis: Imprensa da UFSC, 2002. *E-book*. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/03/livro11.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2022.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FRANCISCATO, Carlos. Novas perspectivas para uma sistematização das teorias do jornalismo. **Intexto**, Porto Alegre, n. 34, p. 658-676, 2015. DOI 10.19132/1807-

8583201534.658-676. Disponível em:  
<https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/58516>. Acesso em: 29 nov. 2022.

FUNARI, Pedro Paulo. A cidadania entre os romanos. *In*: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 49-79.

GADINI, Sérgio Luiz. O ensino jornalístico nas instituições universitárias do Sul do Brasil: presença de teorias do jornalismo na grade curricular. **Animus: Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, [s. l.], v. 15, n. 29, 2016. DOI 10.5902/2175497717653. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/17653>. Acesso em: 18 abr. 2022.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. 2. ed. Porto Alegre: Ortiz, 1989.

GENRO FILHO, Adelmo. Sobre a necessidade de uma teoria do jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 160-163, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2233>. Acesso em: 5 jan. 2023.

GENTILLI, Victor. **Democracia de massas**: jornalismo e cidadania: estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

GOMES, Mércio Pereira. O caminho brasileiro para a cidadania indígena. *In*: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 419-445.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses**: ensaios de teoria do jornalismo. Série Jornalismo a Rigor. Florianópolis: Insular, 2009. v. 1.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido**: fundamento da ciência dos jornais. Tradução de Liriam Sponholz. Petrópolis: Vozes, 2011.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Cidades-estado na antigüidade clássica. *In*: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 29-47.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HALLIN, Daniel C.; GILES, Robert. Presses and democracies. *In*: OVERHOLSER, Geneva; JAMIESON, Kathleen Hall. **The press**: institutions of american democracy. *E-book*. New York: Oxford University Press, 2005. p. 4-16.

HARDT, Hanno. Introdução. *In*: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa (org.). **A era glacial do jornalismo**: teorias sociais da imprensa: pensamento crítico sobre os jornais. Porto Alegre: Sulina, 2006. p. 17-22.

HOHLFELDT, Antonio. Arqueologia de 50 anos de publicações no campo da comunicação social. *In*: DEL BIANCO, Nelia R.; LOPES, Ruy Sardinha (org.). **O campo da**

**comunicação:** epistemologias e contribuições científicas. *E-book*. São Paulo: Socicom Livros, 2020. p. 117-147. Disponível em:

[https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/17752/2/Arqueologia\\_de\\_50\\_anos\\_de\\_publicacoes\\_no\\_campo\\_da\\_Comunicacao\\_Social.pdf](https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/17752/2/Arqueologia_de_50_anos_de_publicacoes_no_campo_da_Comunicacao_Social.pdf). Acesso em: 25 maio. 2022.

JOBIM, Danton. **Espírito do jornalismo**. São Paulo: Edusp; Com-Arte, 1992.

KARNAL, Leandro. Estados Unidos, liberdade e cidadania. *In*: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 135-157.

KELLY, Celso. **As novas dimensões do jornalismo**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1966.

KINZO, Maria D.'Alva G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 3-12, 2001.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/spp/a/3NSCRgSjxx9mz3FCMNYFfQn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 abr. 2022.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**. Tradução de Wladir Dupont. 2. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo: norte e sul: manual de comunicação**. Tradução de Rafael Varela Jr. 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

LACERDA, Carlos. **A missão da imprensa**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed., São Paulo: Atlas, 2010.

LAURINDO, Roseméri. **AI-5 na academia: o manual do lead usado pelos golpistas de 1964 para punir o ensino de jornalismo**. Blumenau: Edifurb, 2014.

LIMA, Venício A. de. **Liberdade de expressão x liberdade de imprensa: direito à comunicação e democracia**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

LINS, Rodrigo. O que é democracia? Uma visão exploratória na ciência política. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 17, n. 195, p. 9-22, 2017. Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/35468>. Acesso em 20 nov. 2020.

LISBOA, Sílvia; BENETTI, Marcia. O jornalismo como crença verdadeira justificada.

**Brazilian Journalism Research**, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 10-29, 2015. DOI

10.25200/BJR.v11n2.2015.664. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/664>. Acesso em: 1º mar. 2022.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

LÖFFELHOLZ, Martin; ROTHENBERGER, Liane. Continuum eclético, disciplina distinta ou subdomínio dos estudos de comunicação? Considerações teóricas e conclusões empíricas a respeito da disciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade dos estudos de jornalismo. **Brazilian Journalism Research**, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 7-31, 2011. DOI 10.25200/BJR.v7n1.2011.283. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/283>. Acesso em: 30 nov. 2022.

LOPES, Fernanda Lima. **Jornalista por canudo**: o diploma e o curso superior na construção da identidade jornalística. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: [https://minerva.ufrj.br/F/?func=direct&doc\\_number=000783246&local\\_base=UFR01](https://minerva.ufrj.br/F/?func=direct&doc_number=000783246&local_base=UFR01). Acesso em: 30 maio 2023.

LOPES, Fernanda Lima. Política e epistemologia no debate sobre implantação das primeiras diretrizes curriculares para o curso de jornalismo no Brasil. **Parágrafo**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 98-116, 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/224>. Acesso em: 3 abr. 2023.

LÜCKMAN, Ana Paula. **Jornalismo, conhecimento e contexto**: pensamento complexo para uma atividade em transformação. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2020.

MACHADO, Elias. Dos estudos sobre o jornalismo às teorias do jornalismo (Três pressupostos para a consolidação do jornalismo como campo de conhecimento). **E-Compós**, [s. l.], v. 1, p. 1-15, 2004. DOI 10.30962/ec.2. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2>. Acesso em: 14 abr. 2022.

MACHADO, Elias. O pioneirismo de Robert Park na pesquisa em jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 23-34, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2086>. Acesso em: 15 maio 2021.

MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa (org.). **A era glacial do jornalismo**: teorias sociais da imprensa: pensamento crítico sobre os jornais. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MARQUES DE MELO, José *et al.* Diretrizes curriculares nacionais para o curso de jornalismo. **Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação**. Brasília: MEC, 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento\\_final\\_cursos\\_jornalismo.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_cursos_jornalismo.pdf). Acesso em: 22 mar. 2023.

MARQUES DE MELO, José. **Contribuições para uma pedagogia da comunicação**. São Paulo: Paulinas, 1974.

MARQUES DE MELO, José. **História do jornalismo**: itinerário crítico, mosaico contextual. São Paulo: Paulus, 2012.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo opinativo**. São Paulo: Mantiqueira, 2003.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo**: compreensão e reinvenção. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARQUES DE MELO, José. Maldição de Sísifo: retrato sem retoque de uma instituição sexagenária, periodicamente desafiada a se reinventar. **Comunicação & Informação**, Goiânia, Goiás, v. 10, n. 2, p. 11-20, 2007. DOI 10.5216/c&i.v10i2.10788. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/ci/article/view/10788>. Acesso em: 3 jun. 2022.

MARQUES DE MELO, José. Os primórdios do ensino de jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 73-83, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2074>. Acesso em: 22 fev.2020.

MARQUES DE MELO, José. **Teoria do jornalismo**: identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006.

MARQUES DE MELO, José. **Teoria e metodologia da comunicação**: tendências do século XXI. São Paulo: Paulus, 2014.

MARQUES DE MELO, José; TOSTA, Sandra Pereira. **Mídia & educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

MARSHALL, Thomas H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MATTOS, Sérgio. **Mídia controlada**: a história da censura no Brasil e no mundo. São Paulo: Paulus, 2005.

MBAYA, Etienne-Richard. Gênese, evolução e universalidade dos direitos humanos frente à diversidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 30, p. 17-41, 1997. DOI 10.1590/S0103-40141997000200003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/T6MDmtWgwvr5Mk9HcJJXmHL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 dez. 2021.

MCLUHAN, Marshall. **A galáxia de Gutenberg**: a formação do homem tipográfico. Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho e Anísio Teixeira. São Paulo: Editora Nacional; Editora da USP, 1972.

MEDITSCH, Eduardo Barreto Vianna; ADGHIRNI, Zélia Leal; PEREIRA, Fábio Henrique. Entrevista com Eduardo Meditsch: “A teoria do jornalismo ainda é um projeto”. **Sur le journalisme**, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 124-133, 2022. DOI 10.25200/SLJ.v11.n2.2022.498. Disponível em: <https://revue.surlejournalisme.com/slj/article/view/498>. Acesso em: 22 de mar. 2023.

MEDITSCH, Eduardo *et al.* (org.). **O ensino de jornalismo sob as novas diretrizes**: miradas sobre projetos em implantação. Florianópolis: Insular, 2018.

MEDITSCH, Eduardo. As diretrizes críticas e a crítica das diretrizes: o “conflito das faculdades” na área acadêmica de comunicação. **Questões Transversais**, São Leopoldo, Brasil, v. 3, n. 5, p. 22-26, 2015. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/article/view/10649>. Acesso em: 22 jun. 2022.

MEDITSCH, Eduardo. Crescer para os lados ou crescer para cima: o dilema histórico do campo acadêmico do jornalismo. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**, [s. l.], p. 1-8, 1999. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-dilema-historico-jornalismo.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2022.

MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo como forma de conhecimento. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 21, n. 1, 1998. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/download/956/859>. Acesso em: 10 maio 2023.

MEDITSCH, Eduardo. **Pedagogia e pesquisa para o jornalismo que está por vir**: a função da universidade e os obstáculos para a sua realização. Florianópolis: Insular, 2012.

MEDITSCH, Eduardo. Traquina e a contribuição portuguesa ao Brasil. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, n. 273, abr. 2004. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/armazem%20literario/traquina-e-a-contribuicao-portuguesa-ao-brasil/>. Acesso em: 18 abr. 2022.

MEDITSCH, Eduardo; GUERREIRO NETO, Guilherme. O impacto da obra de Nelson Traquina nos estudos em jornalismo do Brasil: estudo sincrônico e diacrônico a partir de anais de eventos científicos nacionais. **Media & Jornalismo**, [s. l.], v. 20, n. 37, p. 29-44, 2020. DOI 10.14195/2183-5462\_37\_2. Disponível em: [https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/2183-5462\\_37\\_2](https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/2183-5462_37_2). Acesso em: 16 mar. 2023.

MEDITSCH, Eduardo; SPONHOLZ, Liriam. Bases para uma teoria do jornalismo 2.0. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, n. 661, 2011. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/armazem-literario/bases-para-uma-teoria-do-jornalismo-20/>. Acesso em: 18 abr. 2022.

MIGUEL, Luis Felipe. Um ponto cego nas teorias da democracia: os meios de comunicação. **BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [s. l.], n. 49, p. 51-77, 2000. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/225>. Acesso em: 6 jun. 2022.

MONDAINI, Marco. O respeito aos direitos dos indivíduos. *In*: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 115-133.  
MORAES JÚNIOR, Enio. **O ensino do interesse público na formação de jornalistas**: elementos para a construção de uma pedagogia. 2011. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-23092011-185859/pt-br.php>. Acesso em: 30 maio 2023.

MORAES, Ângela Teixeira de. **Jornalismo e educação**: (des)encontros discursivos. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2013.

MORAES, Ângela Teixeira de; MACHADO, Liliane Maria Macedo; BORGES, Rogério Pereira. **Comunicação e discursividade**: teoria e dispositivos analíticos da AD. Goiânia: Kelps, 2021.

MORAES, Ângela; SIGNATES, Luiz (org.). **Cidadania comunicacional**: teoria, epistemologia e pesquisa. Goiânia: Gráfica UFG, 2016.

MOREIRA, Dayana Estevam. **A teoria versus prática e as novas diretrizes curriculares nacionais no ensino do fotojornalismo**. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1884/46060>. Acesso em: 30 maio 2023.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. *In*: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed., 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009. p. 269-279.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos**: jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico. 1. reimpr. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MOURA, Cláudia Peixoto de. **O curso de comunicação social no Brasil**: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

NASCIMENTO, Lerisson C. Um diploma em disputa: a obrigatoriedade do diploma em jornalismo no Brasil. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 141-150, 2011. DOI 10.5216/sec.v14i1.15688. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/15688>. Acesso em: 18 abr. 2022.

NUZZI, Erasmo de Freitas. **História da Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero**: edição comemorativa do cinquentenário. São Paulo: Fundação Cásper Líbero, 1997.

OBSERVATÓRIO DA ÉTICA JORNALÍSTICA. **Coleção Objethos de Códigos Deontológicos 1**. Florianópolis: Objethos, 2012. Disponível em: <https://objethos.wordpress.com/codigos/>. Acesso em: 31 maio 2023.

OBSERVATÓRIO DA ÉTICA JORNALÍSTICA. **Coleção Objethos de Códigos Deontológicos 2**. Florianópolis: Objethos, 2013. Disponível em: <https://objethos.wordpress.com/codigos/>. Acesso em: 31 maio 2023.

ODALIA, Nilo. A liberdade como meta coletiva. *In*: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 159-169.

OLIVEIRA, Michelle Roxo de. Diretrizes curriculares e o posicionamento de agentes do campo acadêmico: antecedentes históricos de um debate. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, [s. l.], v. 10, n. 26, p. 3-15, 2020. Disponível em: <https://rebej.abejor.org.br/index.php/rebej/article/view/366>. Acesso em: 9 fev. 2022

PARK, Robert E. A notícia como forma de conhecimento. *In*: STEINBERG, Charles S. (org.). **Meios de comunicação de massa**. São Paulo: Cultrix, 1970. p. 168-185.

PENA, Felipe. Sistematizações das teorias do jornalismo em abordagens europeias, brasileiras e americanas. **Intercom**: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 39-54, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/698/69830986003.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2023.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

PEREIRA, Silvana Coleta Santos. **Educar em tempos de crise**: os desafios e as possibilidades da formação em jornalismo. 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/10223>. Acesso em: 30 maio 2023.

PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 13-29, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2070>. Acesso em: 5 mar. 2022.

PONTES, Felipe Simão. **Adelmo Genro Filho e a teoria do jornalismo no Brasil**: uma análise crítica. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/135113>. Acesso em: 10 ago. 2022.

PULITZER, Joseph. **A escola de jornalismo na universidade de Columbia**: o poder da opinião pública. Florianópolis: Insular, 2009. (Série Jornalismo a Rigor, v. 3).

REBOUÇAS, José de Paiva. **Ensino do jornalismo**: desafios da implantação da nova matriz curricular do curso de jornalismo da UERN. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2018. Disponível em: [https://www.uern.br/controladepaginas/poseduc-disserta%C3%A7oes-2016/arquivos/4501jose\\_de\\_paiva\\_reboua%E2%80%A1as.pdf](https://www.uern.br/controladepaginas/poseduc-disserta%C3%A7oes-2016/arquivos/4501jose_de_paiva_reboua%E2%80%A1as.pdf). Acesso em: 30 maio 2023.

RIZZINI, Carlos. **O ensino do jornalismo**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1953.

ROCHA, Paula Melani; SILVA, Gisele Barão da. *Newsmaking*: um olhar para os processos de produção jornalística. *In*: NICOLATO, Roberto (org.). **Teorias do jornalismo**. Curitiba: InterSaber, 2019, p. 215-253.

RÜDIGER, Francisco. **As teorias do jornalismo no Brasil**. 1. ed. Florianópolis, SC: Insular, 2021.

RÜDIGER, Francisco. **Origens do pensamento acadêmico em jornalismo**: Alemanha, União Soviética e Japão. Florianópolis: Insular, 2017. (Série Jornalismo a Rigor, v. 11).

SÁ, Victor de. **Um repórter na ABI**. Rio de Janeiro: À Noite, 1955.

SANTANA, Mayara Jordana Sousa; MORAES, Ângela Teixeira de. Códigos deontológicos de jornalistas e direitos: relação transnacional. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE

MÍDIA, CULTURA CIDADANIA E INFORMAÇÃO, 16., 2022, Goiânia. **Anais eletrônicos** [...]. Goiânia: UFG/FIC/PPGCOM, 2022. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1072/o/semic2022\\_anais-eletronicos.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1072/o/semic2022_anais-eletronicos.pdf). Acesso em: 31 maio 2023.

SCHUDSON, Michael; TIFFT, Susan E. American journalism in historical perspective. *In*: OVERHOLSER, Geneva; JAMIESON, Kathleen H. **The press: institutions of american democracy**. New York: Oxford University Press, 2005. p. 17-47. *E-book*.

SCHWARZ, Roberto. **As ideias fora de lugar: ensaios selecionados**. 1. ed. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2014.

SEMPHJOR #Direitoejornalismo. Palestra do Seminário de Formação Humana e Profissional em Jornalismo (SEMPHJOR). Publicado pelo canal Jornalismoufmtaraguaia. [S. l.]: UFMT, 2021. 1 vídeo (3h29min13s). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=2akbujhivgi&ab\\_channel=jornalismoufmtaraguaia](https://www.youtube.com/watch?v=2akbujhivgi&ab_channel=jornalismoufmtaraguaia). Acesso em: 12 dez. 2022.

SIEBERT, Fred S.; PETERSON, Theodore; SCHRAMM, Wilbur. **Four theories of the press: the authoritarian, libertarian, social responsibility, and soviet communist concepts of what the press should be and do**. Urbana e Chicago: University of Illinois Press, 1984. *E-book*.

SIGNATES, Luiz. A desconstrução da notícia: um caso em FM Classe A. *In*: MOUILLAUD, Maurice; DAYRELL, Sérgio Porto (org.). **O jornal: da forma ao sentido**. Tradução de Sérgio Grossi Porto. Brasília: Paralelo 15, 1997. p. 573-587.

SIGNATES, Luiz. O jornalismo como dispositivo comunicacional. *In*: MORAES, Ângela Teixeira de; MAIA, Juarez Ferraz de; FARIAS, Salvio Juliano Peixoto (org.). **Estudos contemporâneos em jornalismo**. 1. ed. Goiânia: UFG/FIC, 2016. (Coletânea 4. v. 1). p. 39-61. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Luiz-Signates/publication/333198707\\_O\\_jornalismo\\_como\\_dispositivo\\_comunicacional/links/5ce0ffd892851c4eabacf008/O-jornalismo-como-dispositivo-comunicacional.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Luiz-Signates/publication/333198707_O_jornalismo_como_dispositivo_comunicacional/links/5ce0ffd892851c4eabacf008/O-jornalismo-como-dispositivo-comunicacional.pdf). Acesso em: 25 maio 2022.

SILVA, Gislene; PONTES, Felipe Simão. Teorias da notícia: impasses para a teoria do jornalismo. **Fronteiras: Estudos Midiáticos**, São Leopoldo, v. 11, n. 3, p. 176-184, 2009. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/5053>. Acesso: 10 maio 2022.

SILVA, Juremir Machado da. **1964: golpe midiático-civil-militar**. 9. ed. Porto Alegre: Sulina, 2020.

SINGER, Paul. A cidadania para todos. *In*: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 191-263.

SOARES, Maria Victoria de M. B. Cidadania e direitos humanos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 104, p. 39-46, 1998. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6209187>. Acesso em: 6 jun. 2022.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. Da universidade necessária à universidade emancipatória: balanço da gestão de um sonho. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo *et al.* (org.). **Da universidade necessária à universidade emancipatória**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012. p. 7-80.

SOUSA, Jorge Pedro. Construindo uma teoria multifactorial da notícia como uma teoria do jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 73-92, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2090>. Acesso: 15 maio 2022.

SOUSA, Jorge Pedro. Uma história breve do jornalismo no Ocidente. **Jornalismo**: história, teoria e metodologia da pesquisa. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008. p. 12-93. Disponível em: <http://bocc.ufp.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>. Acesso: 9 jan. 2023.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SPLICHAL, Slavko. A teoria de Ferdinand Tönnies sobre opinião pública como uma forma de vontade social. In: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa (org.). **A era glacial do jornalismo**: teorias sociais da imprensa: pensamento crítico sobre os jornais. Porto Alegre: Sulina, 2006. p. 45-82.

STUMPF, Ilda Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009. p. 51-61.

TEMER, Ana Carolina Rocha P. **Flertando com o caos**: comunicação, jornalismo e televisão. Goiânia: FIC/UFG, 2014.

TEMER, Ana Carolina Rocha P.; NERY, Vanda Cunha Albieri. **Para entender as teorias da comunicação**. Uberlândia: Aspectus, 2004.

TEMER, Ana Carolina Rocha P.; SANTANA JOFFE, Mayara Jordana Sousa. Formação de jornalistas e ensino universitário: perspectivas de docentes de Jornalismo sobre a implantação das novas DCNs. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, [s. l.], v. 8, n. 22, p. 5-33, jun. 2018. Disponível em: <https://rebej.abejor.org.br/index.php/rebej/article/view/108>. Acesso em: 28 mar. 2023.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Democracia na América**. ed. condensada. São Paulo: Comp. Ed. Nacional: Ed. Univ. S. Paulo, 1969.

TÖNNIES, Ferdinand. Opinião pública e “a” opinião pública. In: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa (org.). **A era glacial do jornalismo**: teorias sociais da imprensa: pensamento crítico sobre os jornais. Porto Alegre: Sulina, 2006. p. 94-154.

TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. 2. ed. Lisboa, Portugal: Vega, 1999.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2008. v. 2.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005. v.1.

TRINDADE, Hélió. Por um novo projeto universitário: da “universidade em ruínas” à “universidade emancipatória”. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo *et al.* (org.). **Da universidade necessária à universidade emancipatória**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012. p. 89-142.

TUCHMAN, Gaye. **Making news: A study in the construction of reality**. New York: The Free Press, 1980.

UNB. **Projeto político pedagógico curso de graduação em jornalismo**. Brasília: UnB, 2015. Disponível em: [http://fac.unb.br/wp-content/uploads/2018/03/1\\_Documento-Curriculo\\_ppp\\_jor\\_final\\_10-07-2015-jornalismo.pdf](http://fac.unb.br/wp-content/uploads/2018/03/1_Documento-Curriculo_ppp_jor_final_10-07-2015-jornalismo.pdf). Acesso em: 19 maio 2020.

UFG. **Projeto pedagógico do curso de jornalismo UFG/2015**. Goiânia: UFG, 2015. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/254/o/PPC\\_JORNALISMO\\_CORRIGIDO\\_\\_VERS%C3%83O\\_JUNHO\\_2017.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/254/o/PPC_JORNALISMO_CORRIGIDO__VERS%C3%83O_JUNHO_2017.pdf). Acesso em: 29 maio 2020.

UFMS. **Projeto pedagógico do curso de jornalismo: bacharelado**. Campo Grande: UFMS, 2014. Disponível em: [https://jornalismo-faac.ufms.br/web/wp-content/uploads/2016/03/RESOLU-O-COEG-COC\\_RTR-n-4822c-de-11-11-2014-PPP-CURSO-DE-JORNALISMO-UFMS.pdf](https://jornalismo-faac.ufms.br/web/wp-content/uploads/2016/03/RESOLU-O-COEG-COC_RTR-n-4822c-de-11-11-2014-PPP-CURSO-DE-JORNALISMO-UFMS.pdf). Acesso em: 28 jun. 2020.

UFMT. **Projeto pedagógico de curso de graduação: bacharelado: jornalismo: Campus universitário do Araguaia**. Barra do Garças: UFMT, 2017a. Disponível em: <https://cms.ufmt.br/files/galleries/131/P2aed044b4b2767e9af5e9d3fb756e55f8b160bd0.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2020.

UFMT. **Projeto pedagógico de curso de graduação: bacharelado: jornalismo: Campus universitário de Cuiabá**. Cuiabá: UFMT, 2017b. Disponível em: <https://cms.ufmt.br/files/galleries/153/P6dd1a0b03b044e68ac6b48a52c866b6131942696.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2020.

UNESCO. **Modelo curricular da UNESCO para o ensino de jornalismo**. Paris: UNESCO, 2010. Disponível em: <https://andi.org.br/documento/modelo-curricular-da-unesco-para-o-ensino-do-jornalismo/>. Acesso em: 2 abr. 2022.

WAHL-JORGENSEN, Karin; HANITZSCH, Thomas (ed.). **The handbook of journalism studies**. New York: Routledge, 2009.

WAINBERG, Jacques. As várias faces de Hipólito da Costa. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, n. 257, dez. 2003. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/as-vrias-faces-de-hiplito-da-costa-2/>. Acesso em: 9 dez. 2021.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. 6.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

**APÊNDICE A - RELAÇÃO DOS CURSOS DE JORNALISMO DAS  
UNIVERSIDADES FEDERAIS DO BRASIL E A OFERTA DA DISCIPLINA  
TEORIAS DO JORNALISMO**

<b>Nome da Universidade Federal</b>	<b>O PPC vigente registra a identificação do curso: Bacharelado em Jornalismo ou a oferta da Comunicação Social – Jornalismo?</b>	<b>Oferta o curso de Jornalismo em mais de um Câmpus? Sim ou Não. Quais?</b>	<b>Oferta a disciplina Teoria(s) do Jornalismo? Sim ou Não</b>
<b>Região Sudeste</b>			
1- Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim
2- Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim
3- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim
4- Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Não
5- Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim
6- Universidade Federal Fluminense (UFF)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Não
7- Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim
8- Universidade Federal de Viçosa (UFV)	Comunicação Social – Jornalismo	Não	Sim
9- Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ)	Comunicação Social – Jornalismo	Não	Sim

<b>Nome da Universidade Federal</b>	<b>O PPC vigente registra a identificação do curso: Bacharelado em Jornalismo ou a oferta da Comunicação Social – Jornalismo?</b>	<b>Oferta o curso de Jornalismo em mais de um Câmpus? Sim ou Não. Quais?</b>	<b>Oferta a disciplina Teoria(s) do Jornalismo? Sim ou Não</b>
10- Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Comunicação Social – Jornalismo	Não	Sim. Nomeada de Teorias e Práticas Jornalísticas
<b>Região Sul</b>			
1-Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim
2- Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim
3- Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim
4-Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim
5-Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Bacharelado em Jornalismo	Sim. Câmpus em Santa Maria e em Frederico Westphalen.	Sim
6- Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim
<b>Região Nordeste</b>			
1-Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim. Nomeada de Fundamentos e Teorias do Jornalismo
2- Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim

<b>Nome da Universidade Federal</b>	<b>O PPC vigente registra a identificação do curso: Bacharelado em Jornalismo ou a oferta da Comunicação Social – Jornalismo?</b>	<b>Oferta o curso de Jornalismo em mais de um Câmpus? Sim ou Não. Quais?</b>	<b>Oferta a disciplina Teoria(s) do Jornalismo? Sim ou Não</b>
3- Universidade Federal de Sergipe (UFS)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim
4- Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim
5- Universidade Federal do Ceará (UFC)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim
6- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	Comunicação Social – Jornalismo	Não	Sim
7- Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim
8- Universidade Federal do Cariri (UFCA)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Não
9- Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	Bacharelado em Jornalismo – Câmpus Imperatriz  Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo – Câmpus São Luís	Sim. Câmpus em São Luís e Imperatriz	Sim
10- Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim
11 – Universidade Federal do Pernambuco (UFPE)	Bacharelado em Jornalismo – Câmpus em Recife	Sim – Bacharelado em Jornalismo – Câmpus em Recife	Não

<b>Nome da Universidade Federal</b>	<b>O PPC vigente registra a identificação do curso: Bacharelado em Jornalismo ou a oferta da Comunicação Social – Jornalismo?</b>	<b>Oferta o curso de Jornalismo em mais de um Câmpus? Sim ou Não. Quais?</b>	<b>Oferta a disciplina Teoria(s) do Jornalismo? Sim ou Não</b>
		Bacharel em Comunicação Social – ênfase em Mídias Sociais e Produção Cultural – Câmpus em Caruaru	
12 – Universidade Federal do Piauí (UFPI)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim
13- Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	Bacharelado em Comunicação Social (ênfase em Educomunicação)	Não	Não
<b>Região Norte</b>			
1- Universidade Federal do Acre (UFAC)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Não
2- Universidade Federal do Tocantins (UFT)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim
3- Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim
4-Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	Bacharelado em Jornalismo	Sim. Bacharelado em Jornalismo – Câmpus em Porto Velho  *Bacharelado em Jornalismo – Câmpus em Vilhena (*Curso em processo de extinção)	Sim
5- Universidade Federal do Pará (UFPA)	Comunicação Social – Jornalismo	Não	Sim
6- Universidade Federal do Sul e	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim

<b>Nome da Universidade Federal</b>	<b>O PPC vigente registra a identificação do curso: Bacharelado em Jornalismo ou a oferta da Comunicação Social – Jornalismo?</b>	<b>Oferta o curso de Jornalismo em mais de um Câmpus? Sim ou Não. Quais?</b>	<b>Oferta a disciplina Teoria(s) do Jornalismo? Sim ou Não</b>
Sudeste do Pará (UNIFESSPA)			
7- Universidade Federal de Roraima (UFRR)	Comunicação Social – Jornalismo	Não	Sim
8- Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Bacharelado em Jornalismo	Sim  Bacharelado em Jornalismo – Câmpus Manaus  Comunicação Social – Jornalismo – Câmpus Parintins	Não
<b>Região Centro-Oeste</b>			
1-Universidade Federal de Goiás (UFG)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim
2-Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim
3- Universidade de Brasília (UnB)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim
4- Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)	Bacharelado em Jornalismo	Sim. Bacharelado em Jornalismo – Câmpus em Cuiabá/MT  Bacharelado em Jornalismo – Câmpus em Pontal do Araguaia, em Barra do Garças/MT	Sim

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

**APÊNDICE B - LIVROS INDICADOS NA BIBLIOGRAFIA DA DISCIPLINA  
TEORIAS DO JORNALISMO DOS CURSOS DE JORNALISMO DAS  
UNIVERSIDADES FEDERAIS DO CENTRO-OESTE DO BRASIL**

Nome da universidade	Bibliografia básica de Teorias do Jornalismo	Bibliografia complementar de Teorias do Jornalismo
Universidade Federal de Goiás (UFG)	<p>a) GENRO FILHO, Adelmo. <b>O segredo da pirâmide</b>: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê Editora, 1987.</p> <p>b) TRAQUINA, Nelson. <b>Teorias do jornalismo</b>. Florianópolis: Insular, 2005. v. 1.</p> <p>c) TRAQUINA, Nelson. <b>Teorias do jornalismo</b>. Florianópolis: Insular, 2008. v. 2.</p>	<p>a) ALSINA, Miguel Rodrigo. <b>A construção da notícia</b>. Petrópolis: Vozes, 2009.</p> <p>b) MAROCCO, Beatriz; BERGER, Crista. <b>A era glacial do jornalismo</b>: teorias sociais da imprensa: pensamento crítico sobre os jornais. Porto Alegre: Sulina, 2006. v. 1.</p> <p>c) MAROCCO, Beatriz; BERGER, Crista. <b>A era glacial do jornalismo</b>: teorias sociais da imprensa: pensamento crítico sobre os jornais. Porto Alegre: Sulina, 2008. v. 2.</p> <p>d) GOMES, Wilson. <b>Jornalismo, fatos e interesses</b>: ensaios de uma teoria do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2009.</p> <p>e) GROTH, Otto. <b>O poder cultural desconhecido</b>: fundamentos da ciência dos jornais. Petrópolis: Vozes, 2011.</p>
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	<p>a) BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (org.). <b>Jornalismo e acontecimento</b>: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010.</p> <p>b) GOMES, Wilson. <b>Jornalismo, fatos e interesses</b>: ensaios de teorias do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2009. (Série Jornalismo a Rigor. v.1).</p> <p>c) SODRÉ, Muniz. <b>A narração do fato</b>: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.</p>	<p>a) GANS, Herbert J. <b>Deciding what's news</b>: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time. Edição ampliada comemorativa de 25o. aniversario. Evanston, Illinois: Northwestern University Press, 2004.</p> <p>b) GENRO FILHO, Adelmo. <b>O segredo da pirâmide</b>: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012. (Série Jornalismo a Rigor, v. 6.).</p> <p>c) SHOEMAKER, Pamela J.; REESE, Stephen D. <b>Mediating the message</b>: theories of influences of mass media content. 2. ed. White Plains (NY): Longman, 1996.</p>

Nome da universidade	Bibliografia básica de Teorias do Jornalismo	Bibliografia complementar de Teorias do Jornalismo
	<p>d) SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo; FERNANDES, Mario Luiz (org.). <b>Crítérios de noticiabilidade</b>: problemas conceituais e aplicações. Florianópolis (SC): Insular, 2014.</p> <p>e) TRAQUINA, Nelson. <b>Teorias do jornalismo</b>: a tribo jornalística / uma comunidade interpretativa internacional. 2.ed. Florianópolis (SC): Insular, 2008.</p>	
Universidade de Brasília (UnB)	<p>a) MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). <b>O jornal</b>: da forma ao sentido. Brasília: Editora UnB, 2002.</p> <p>b) MOURA, Dione Oliveira; PEREIRA, Fábio Henrique; ADGHIRNI, Zélia Leal. <b>Mudanças e permanências do jornalismo</b>. Florianópolis: Insular, 2015.</p> <p>c) TRAQUINA, Nelson (org.). <b>Jornalismo</b>: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1993.</p>	<p>a) COTTA, Pery. <b>Jornalismo</b>: teoria e prática. Rio de Janeiro: Rubio, 2005.</p> <p>b) KUNCZIK, Michael. <b>Conceitos de jornalismo</b>: norte e sul. São Paulo: EdUSP, 2002.</p> <p>c) PEREIRA, Fábio. <b>Jornalistas-intelectuais no Brasil</b>. São Paulo: Summus, 2011.</p> <p>d) SODRÉ, Muniz. <b>A narração do fato</b>: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2009.</p> <p>e) TRAQUINA, Nelson. <b>Teorias do jornalismo</b>: a tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.</p>
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	<p><u>Câmpus Cuiabá</u></p> <p>a) MARQUES DE MELO, José. <b>Teoria do jornalismo</b>: identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006.</p> <p>b) PENA, Felipe. <b>Teoria do jornalismo</b>. São Paulo: contexto, 2008.</p> <p>c) SCHUDSON, Michael. <b>Descobrimo a notícia</b>: uma história social dos jornais nos</p>	<p><u>Câmpus Cuiabá</u></p> <p>a) RUBLESCKI, Anelise. <b>Teorias do jornalismo</b>: questões exploratórias em tempos pós-massivos. Disponível em: <a href="http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-1220-1.pdf">http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-1220-1.pdf</a>. Acesso em: 27.out. 2017.</p> <p>b) SOUSA, Jorge Pedro. <b>Teorias das notícias e do jornalismo</b>. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2002.</p>

Nome da universidade	Bibliografia básica de Teorias do Jornalismo	Bibliografia complementar de Teorias do Jornalismo
	<p>Estados Unidos. Petrópolis: vozes, 2010.</p> <p><u>Câmpus Araguaia</u></p> <p>a) GENRO FILHO, Adelmo. <b>O segredo da pirâmide</b>: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012</p> <p>b) PENA, Felipe. <b>Teoria do jornalismo</b>. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.</p> <p>c) TRAQUINA, Nelson. <b>Teorias do jornalismo</b>: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.</p>	<p>c) TRAQUINA, Nelson. <b>O estudo do jornalismo no século XX</b>. Porto Alegre: Unisinos, 2002.</p> <p>d) TRAQUINA, Nelson. <b>Teorias do jornalismo</b>: a tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2013.</p> <p>e) WOLF, Mauro. <b>Teorias da comunicação</b>: mass media, contextos e paradigmas, novas tendências, efeitos de longo prazo, o newsmaking. Lisboa: Presença, 1995.</p> <p><u>Câmpus Araguaia</u></p> <p>a) DEFLEUR, Melvin L.; BALL-ROKEACH, Sandra. <b>Teorias da comunicação de massa</b>. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.</p> <p>b) GROTH, Otto. <b>O poder cultural desconhecido</b>: fundamentos da ciência dos jornais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.</p> <p>c) MCCOMBS, Maxwell. <b>A teoria da agenda</b>: a mídia e a opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2009.</p> <p>d) MOTA, Luiz Gonzaga. Teoria da notícia: as relações entre o real e simbólico. <i>In</i>: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio (org.). <b>Jornal</b>: da forma ao sentido. Brasília: UnB, 2012. p. 305-319.</p> <p>e) TRAQUINA, Nelson. <b>Teorias do jornalismo</b>: a tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.</p> <p>f) WOLF, Mauro. <b>Teorias da comunicação</b>. Lisboa: Presença, 2001.</p>